

# PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE CASCAVEL - PDI



## CADERNO DE ANEXOS

### RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

CASCAVEL, PR  
NOVEMBRO DE 2012

## **EQUIPE TÉCNICA**

### **COORDENAÇÃO GERAL**

Eng.<sup>a</sup> Maritânia Frare - Coordenadora da UCP  
Eng.<sup>o</sup> Adir dos Santos Tormes - Coordenador de projetos

### **ELABORAÇÃO**

Carolline Vargas - Arquiteta e Urbanista CAU PR 106009-0  
Keila Kochem - Engenheira Ambiental CREA PR 92966/D

### **COLABORAÇÃO**

Eng.<sup>o</sup> Adão José Kaliskievicz Junior  
Eng.<sup>a</sup> Adenir de Lourdes Molina Mori  
Eng.<sup>a</sup> Célia Regina M. Fontes  
Arq.<sup>a</sup> Débora Cristina Gomes de Camargo  
Arq.<sup>a</sup> Elizangela Rezende  
Eng.<sup>o</sup> Elmo Rowe Junior  
Arq.<sup>a</sup> Fabiane Ceni  
Assistente Social Francieli Castelli  
Arq.<sup>a</sup> Janeceli Caetano da Silva  
Eng.<sup>o</sup> Jefferson Valcanover  
Eng.<sup>a</sup> Karen Elizabete Marca  
Arq.<sup>a</sup> Kelly Regina Viecelli  
Arq.<sup>a</sup> Mônia L. Cassol  
Arq.<sup>o</sup> Roberto Luiz de Carli  
Arq.<sup>a</sup> Rosangela Maria Sachet Dias  
Arq.<sup>a</sup> Sabrina Bringhenti

## ANEXOS

## LISTA DE ANEXOS

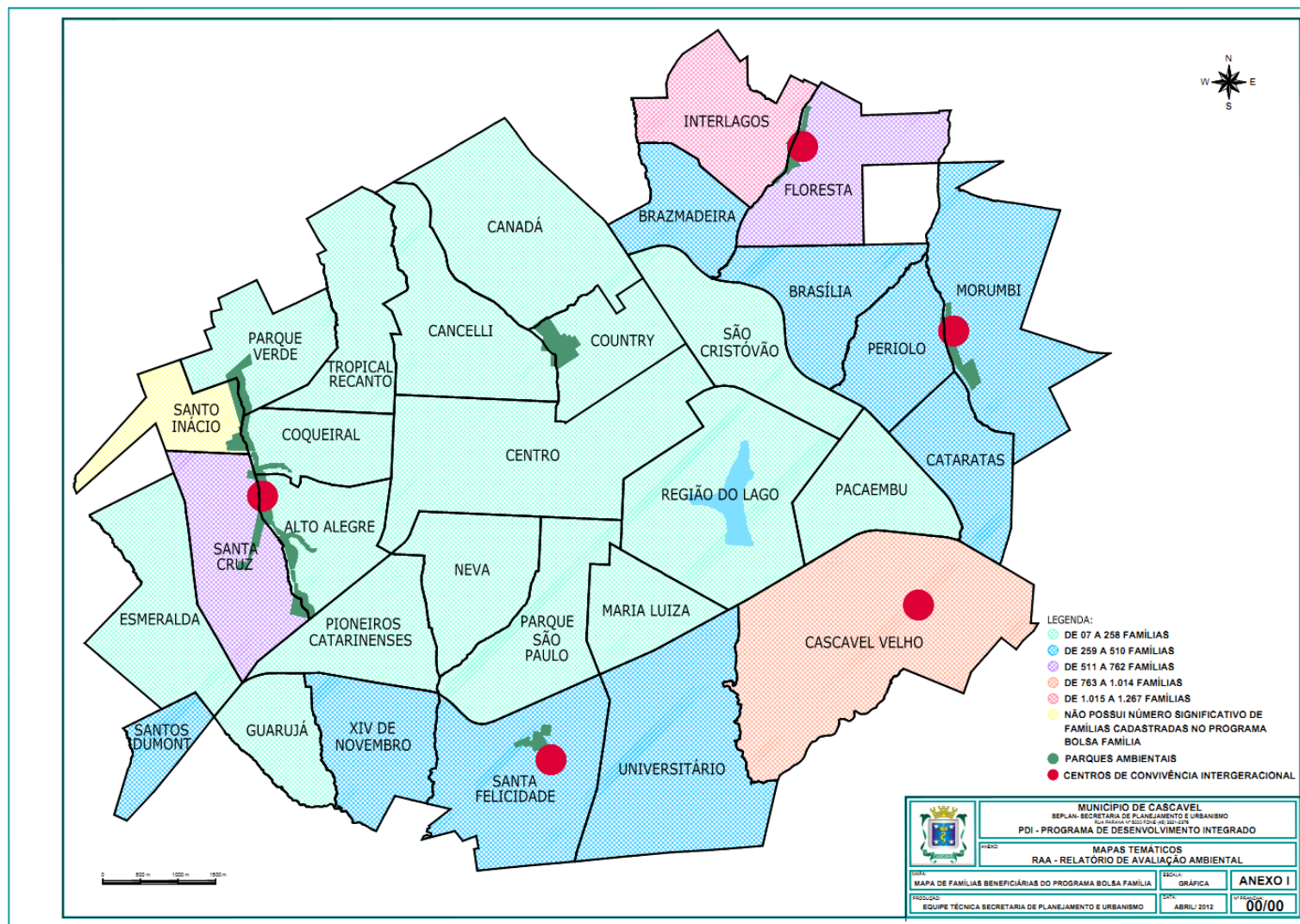
EQUIPE TÉCNICA.....	2
COORDENAÇÃO GERAL.....	2
ANEXO I.....	6
MAPA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	6
ANEXO II.....	8
EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DISPONÍVEIS À POPULAÇÃO .....	8
ANEXO III.....	10
MAPA DE ÁREAS DE RISCO AMBIENTAL.....	10
ANEXO IV .....	12
MAPA DA REDE HIDROGRÁFICA DE CASCAVEL.....	12
ANEXO V .....	14
MAPA DE ATENDIMENTO SANITÁRIO .....	14
ANEXO VI .....	16
MAPA GERAL DE INTERVENÇÕES DO PDI.....	16
ANEXO VII .....	18
MAPA DE INTERVENÇÕES DA AMOSTRA (1º ANO).....	18
ANEXO VIII .....	20
PLANO DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AVENIDA BRASIL E AVENIDA TANCREDO NEVES .....	20
ANEXO X .....	151
FICHA DESCRITIVA DO COMPONENTE II .....	151
MELHORIA DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL .....	151
PARQUE LINEAR MORUMBI .....	152
ANEXO XI .....	296
PARECER DA COMISSÃO TÉCNICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MINISTÉRIO PÚBLICO A RESPEITO DO CORTE DE ÁRVORES, EM ÁREAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.....	296
ANEXO XII .....	300
PROTOCOLOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....	300
ANEXO XIII .....	304
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE CANCELLI/COUNTRY (CONTRAPARTIDA) .....	304
ANEXO XIV .....	307
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE MORUMBI .....	307
ANEXO XV.....	310
DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	310
IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS NOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS .....	310
ANEXO XVI.....	312
DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	312
IMPLANTAÇÃO DE CANALETAS EXCLUSIVAS PARA O TRANSPORTE COLETIVO .....	312
ANEXO XVII.....	314
ATA DA REUNIÃO E REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO DO PDI NO CONSELHO DE PLANEJAMENTO DE CASCAVEL E DO RAA NO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE .....	314



ANEXO XVIII .....	325
PLANO DE TRABALHO QUE CONDUZIU A REALIZAÇÃO DAS DIVULGAÇÕES E CONSULTA PÚBLICA .....	325
ANEXO XIX .....	337
REGISTRO FOTOGRÁFICO E ATAS DAS DIVULGAÇÕES E CONSULTA PÚBLICA REALIZADAS.....	337
ANEXO XX .....	358
PLANO DE REVEGETAÇÃO .....	358
DIAGNOSTICO DAS ÁREAS DE APP A JUSANTE E A MONTANTE .....	358
PROJETO DE PLANTIO DE ÁRVORES DA MATA CILIAR DO PARQUE MORUMBI.....	358
ANEXO XXI .....	412
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELO RAA .....	412
ANEXO XXII .....	415
PLANO DIRETOR DE CASCAVEL .....	415
ANEXO XXIII .....	546
PROCEDIMENTO REFERENTE A CADA MODALIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL À QUE SERÃO SUBMETIDAS AS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO PDI .....	546
ANEXO XXIV .....	556
PROTOCOLOS DE OUTORGA.....	556
PARQUE MORUMBI.....	556
RUA JOSÉ DE SÁ CAVALCANTI .....	556

## ANEXO I

### MAPA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA





**BID**

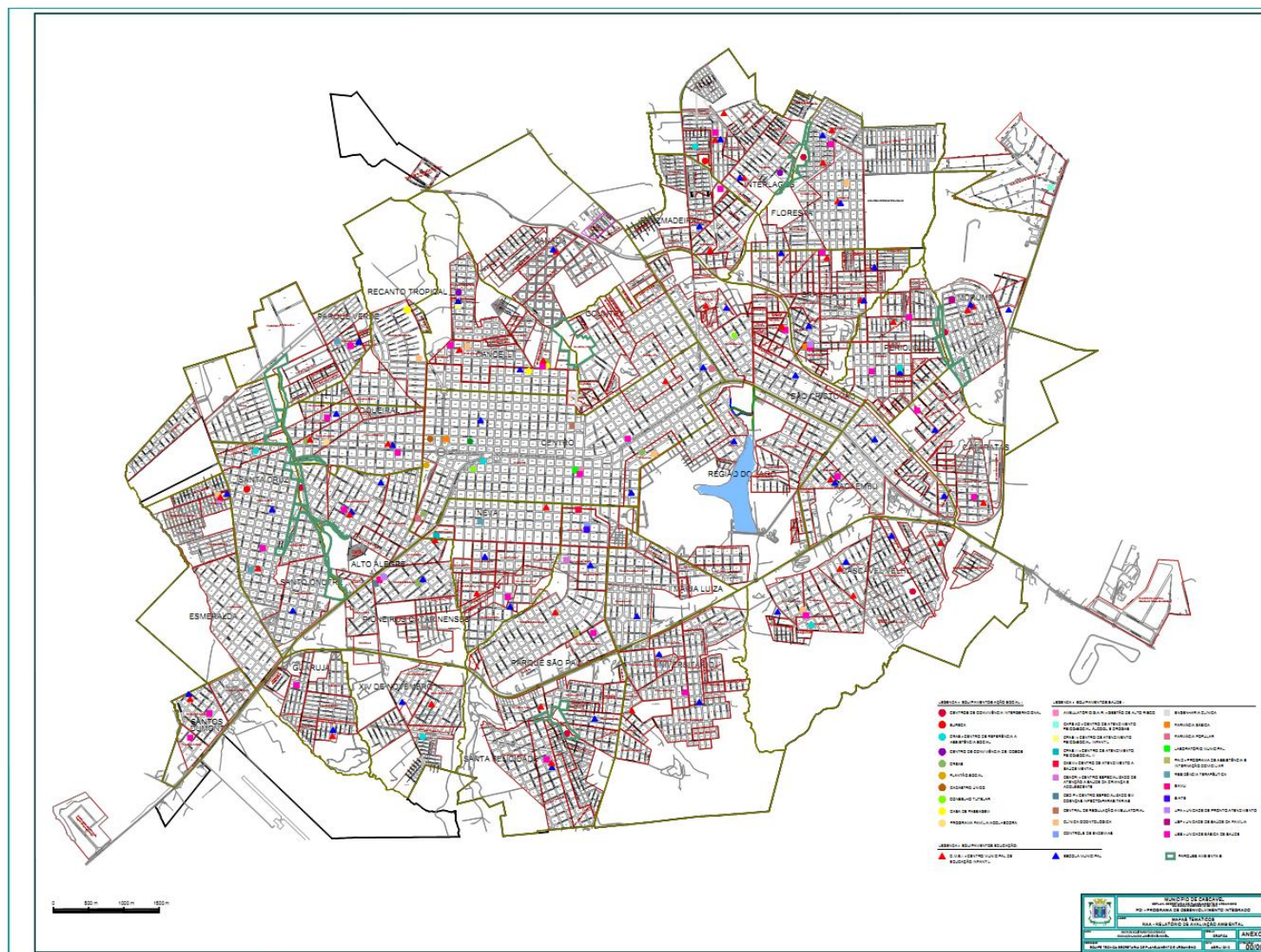


MUNICÍPIO DE  
**CASCVEL**

## ANEXO II

### EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DISPONÍVEIS À POPULAÇÃO







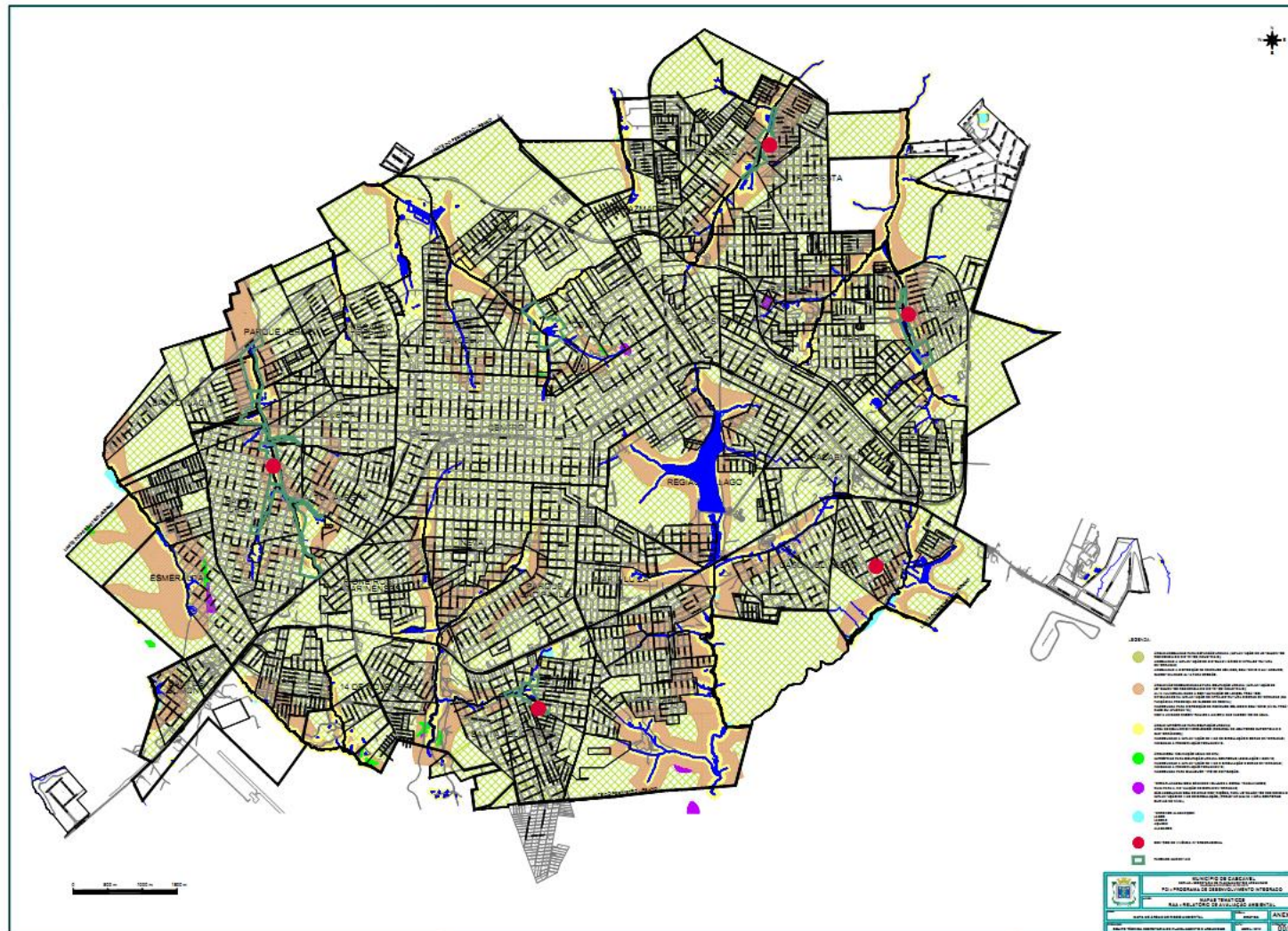
**BID**



MUNICÍPIO DE  
**CASCAVEL**

## ANEXO III

### MAPA DE ÁREAS DE RISCO AMBIENTAL





**BID**



MUNICÍPIO DE  
**CASCADEL**

## ANEXO IV

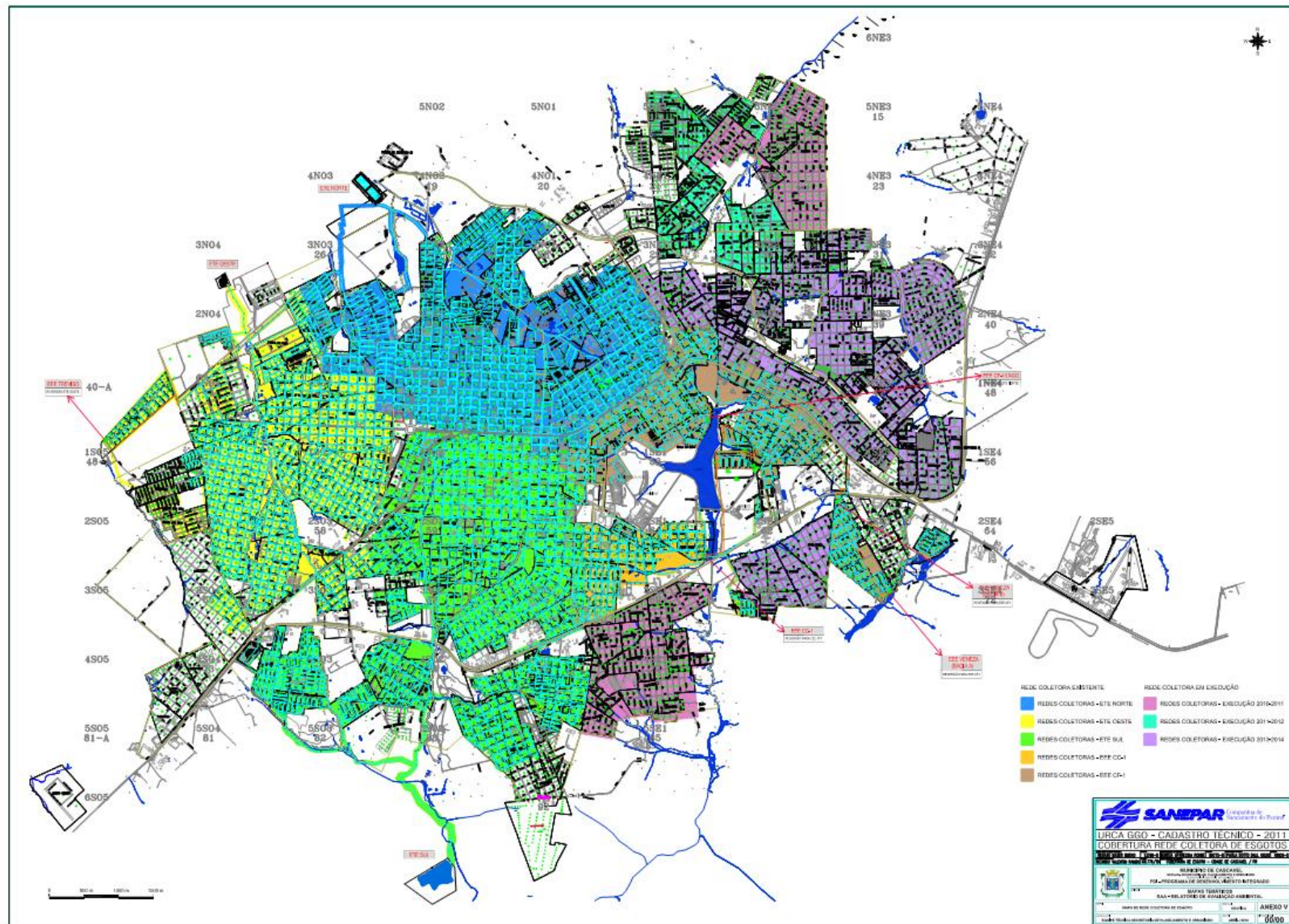
### MAPA DA REDE HIDROGRÁFICA DE CASCAVEL





## ANEXO V

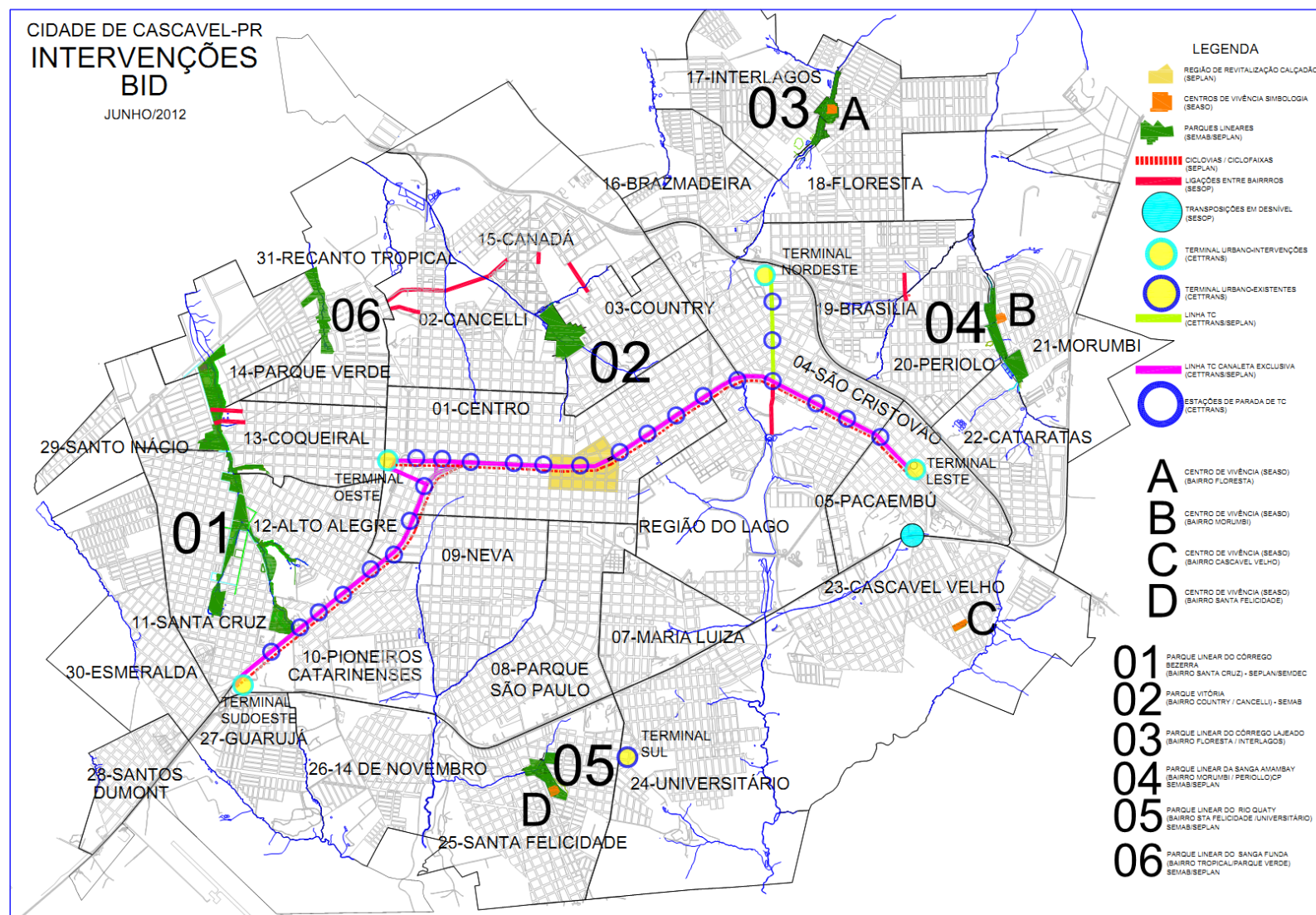
### MAPA DE ATENDIMENTO SANITÁRIO



## ANEXO VI

### MAPA GERAL DE INTERVENÇÕES DO PDI







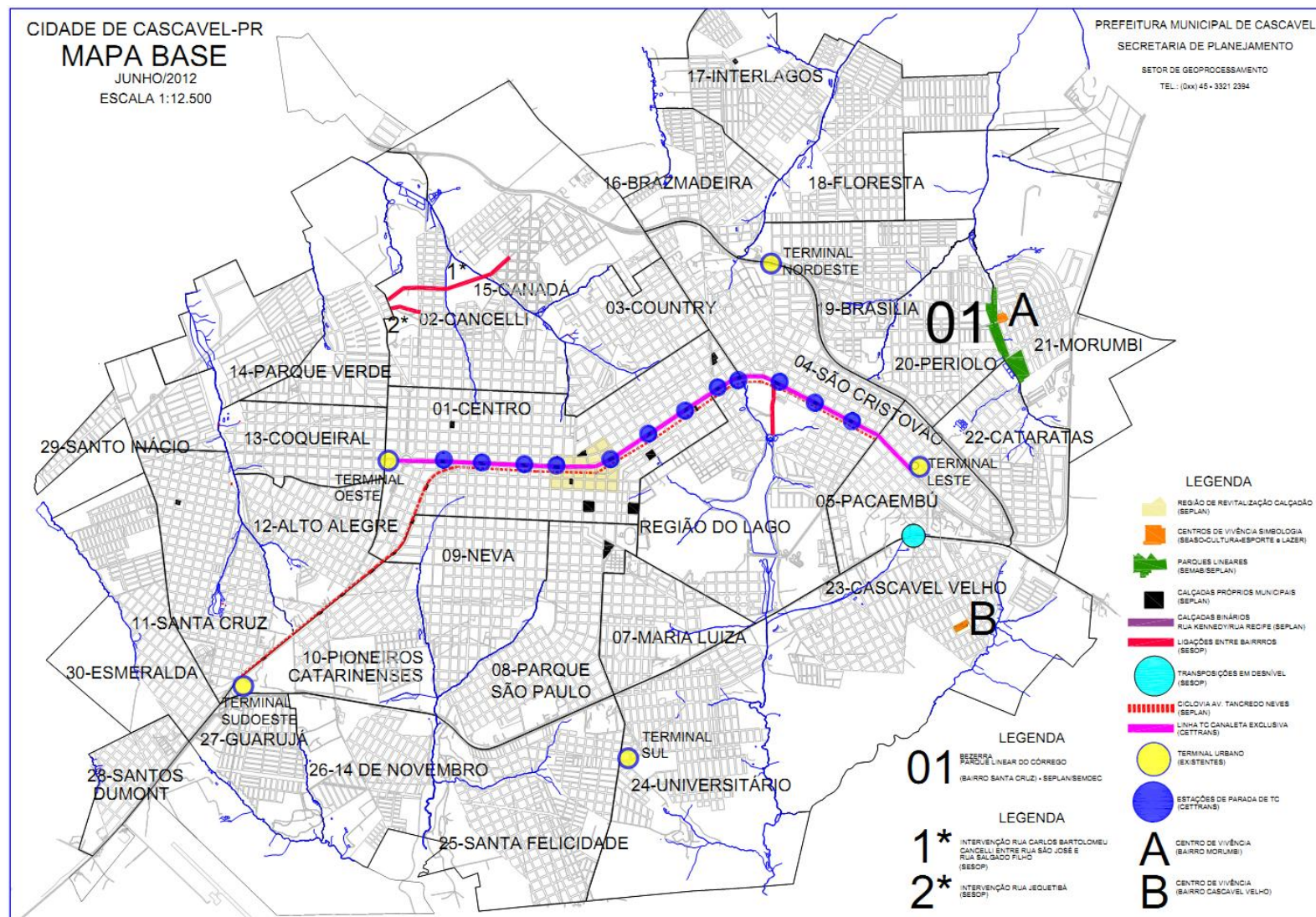
**BID**



MUNICÍPIO DE  
**CASCAVEL**

## ANEXO VII

### MAPA DE INTERVENÇÕES DA AMOSTRA (1º ANO)





## ANEXO VIII

### PLANO DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AVENIDA BRASIL E AVENIDA TANCREDO NEVES





## **PLANO DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AV. BRASIL E AV. TANCREDO NEVES**

### **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDI CASCAVEL – PR**

#### **1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Cascavel possui um Plano Diretor aprovado através da Lei Complementar nº 28 de 02 de janeiro de 2006, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Cidade e das demais sedes dos Distritos Administrativos e dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do Município, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade. Sendo assim, em face da possibilidade de implementação de ações concretas no curto e médio prazo, torna-se necessário um montante de recursos compatível ao plano a ser executado, para tanto foi elaborado o Programa de Desenvolvimento Integrado – PDI com o objetivo geral de consolidar as diretrizes do Plano Diretor visando à caracterização de um centro tradicional, maior eficiência do transporte público e aumento de áreas verdes através da descentralização de áreas de lazer e parques em bairros periféricos.

Dentre os componentes do PDI destaca-se o de Transporte e Sistema Viário que engloba as intervenções que serão feitas ao longo das Av. Brasil e Av. Tancredo Neves. São elas:

- a) Implantação de corredores com faixas exclusivas para ônibus, estações em nível e terminais de transbordo;
- b) Urbanização do calçadão central da Av. Brasil;
- c) Implantação de ciclovias na Av. Brasil e Av. Tancredo Neves;

Com o objetivo de garantir que as obras e intervenções acima atinjam seus objetivos e alcancem o desempenho esperado ao longo de sua vida útil, faz-se necessário prever ações de gestão e manutenção das mesmas. É com esta finalidade que foi elaborado este plano de gestão e manutenção.

#### **2. INTRODUÇÃO**

Este plano contempla a gestão e manutenção de todas as intervenções e obras que

serão realizadas ao longo da Av. Brasil e Av. Tancredo Neves previstas no PDI, que são:

- Implantação de corredores com faixas exclusivas para ônibus, e urbanização do calçamento central da Avenida Brasil;
- Terminais de transbordo e estações de embarque/desembarque em nível;
- Implantação de ciclovias;
- Substituição e adequação das calçadas ao Programa de Calçadas do Município;
- Substituição da arborização urbana, além do plantio de novas espécies de árvores adequadas ao ambiente;
- Instalação de bicicletários na Av. Brasil e Av. Tancredo Neves em locais visíveis e acessíveis;
- Adequação da drenagem;
- Realizar a substituição do pavimento existente na faixa exclusiva de circulação de ônibus;
- Adequação da iluminação pública na extensão da Av. Brasil;
- 02 ATI (Academia da Terceira Idade);
- 02 APNE (Academia para Portadores de Necessidades Especiais);
- 02 API (Academia para a Primeira Idade);
- Instalação de equipamentos, postos para serviços da Prefeitura, posto de atendimento do *ESTAR*, Posto Policial, Posto telefônico, além de quiosques para outras atividades comerciais compatíveis com o espaço como, por exemplo, revistaria, lanchonete, floricultura, etc.;
- Criação de espaço para manifestações culturais, arena para adultos e espaço educativo para programas infantis, além de área para exposições artísticas e feiras de artesanato, de flores, entre outras.

***OBJETIVOS DAS INTERVENÇÕES E OBRAS QUE SERÃO REALIZADAS AO LONGO DAS AV. BRASIL E AV. TANCREDO NEVES:***

- Integrar os pedestres aos meios de transporte coletivo e cicloviário;
- Transformar os canteiros centrais em áreas de convívio, esporte e lazer com segurança;

- Revitalizar o calçadão e seu entorno;
- Manter a arborização existente, substituir as inadequadas e plantar novas espécies adequadas para o local;
- Promover e garantir a acessibilidade;
- Substituir, na área que compreende o calçadão da Av. Brasil, o sistema de transmissão de rede de energia elétrica existente (aéreo) pelo subterrâneo;
- Rever e adequar o sistema de drenagem existente à sua nova configuração e demanda;
- Construir novos terminais e estações de embarque/desembarque, implementando o sistema de Integração Temporal de Bilhetagem Eletrônica;
- Implantar a faixa exclusiva de ônibus;
- Implantar ciclovias;
- Revitalizar o entorno da Biblioteca Pública Municipal.

### 3. MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

Secretaria	Áreas de ação na gestão e manutenção
SESOP	Manutenção da Drenagem, Iluminação e Pavimento.
SEMA	Varrição das Vias e Coleta do Lixo (Comum e Seletiva), Manutenção e Limpeza de Jardins, Praças, Fontes e Chafariz; Plantio e Poda de Árvores.
CETTRANS	Manutenção dos Terminais de Transbordo, Estações Intermediárias e Sinalização Horizontal e Vertical.
SEADM	Disponibilização de Guardas Patrimoniais.
SEMEL	Manutenção das Academias, Quadras, e Espaços Destinados ao Esporte e Lazer.
SEMUC	Espaço para Exposições.

### 4. MODUS OPERANDI COM PERIODICIDADE DOS SERVIÇOS

Abaixo segue como cada secretaria realizará as ações de gestão e manutenção dos

serviços que ficaram sob sua responsabilidade.

4.1 SESOP	Drenagem, Iluminação, Pavimento
-----------	---------------------------------

#### 4.1.1 Drenagem

São grandes os benefícios que os sistemas de drenagem proporcionam desde o desenvolvimento viário a redução de gastos com manutenção das vias públicas garantindo um escoamento rápido das águas superficiais gerando segurança e conforto para população habitante e transeunte pela área de projeto.

Sendo assim, para que possamos garantir estes benefícios é de suma importância que seja prevista uma manutenção preventiva adequada destes sistemas de drenagem que será realizada por técnicos da SESOP através de inspeção visual feita mensalmente do seu estado estrutural, limpeza e conservação, de modo que se permita manter o sistema operando com eficiência e de acordo com a sua capacidade projetada ao longo de sua vida útil.

Quando constatada a necessidade da reforma ou execução de novos equipamentos de drenagem ou de limpeza das bocas de lobo existentes, os serviços serão feitos pela equipe da Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas.

A equipe envolvida na etapa de manutenção da drenagem será composta pelos seguintes funcionários desta secretaria:

- 01 Encarregado;
- 02 Motoristas;
- 01 Pedreiro;
- 02 Serventes.

Os equipamentos a serem utilizados serão: 01(um) Caminhão Desobstrutor e 01(um) Caminhão Basculante além de ferramentas manuais. Esses equipamentos são de propriedade do Município de Cascavel e encontram-se vinculados a Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas.

Estima-se um custo com limpeza e reforma das bocas de lobo em R\$ 40,00/unidade.

#### 4.1.2 Iluminação

A manutenção da iluminação consiste na inspeção semanal feita por técnicos da SESOP onde será detectada a necessidade de substituição de luminárias, lâmpadas e fiações, bem como, qualquer outro componente que possa prejudicar a perfeita iluminação da Avenida Brasil e Tancredo Neves acarretando desconforto e insegurança aos seus transeuntes.

A equipe de manutenção da iluminação envolvida será composta por funcionários da Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas e serão:

- 01 Motorista;
- 01 Eletricista.

Haverá disponível para esta equipe 01(um) Caminhão com cesto aéreo, bem como, equipamentos e ferramentas manuais. Esse veículo e equipamentos são de propriedade do município de Cascavel e encontram-se vinculados a Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas.

Estima-se um custo com estas operações em R\$ 5.000,00 anuais.

#### 4.1.3 Pavimento

A pavimentação não deve ser encarada como uma solução eterna. Todas as ruas necessitam de manutenções para obter condição operacional, pois sofrem deterioração constante com o tráfego de veículos e os fatores ambientais. Por isso, pavimentos que têm manutenção periódica certamente terão maior durabilidade, propiciando mais segurança ao tráfego.

Os benefícios diretos da execução de manutenção preventiva são traduzidos pela contribuição positiva para a vida útil do pavimento, adiamento de serviços onerosos de recuperação e reconstrução, uma melhor dirigibilidade, maior segurança e valorização do investimento. Por estes motivos é que se faz necessário a adoção de medidas discriminadas abaixo de manutenção preventiva evitando assim que ocorram prejuízos financeiros e ainda mais grave, coloquem a segurança dos usuários, pedestres e propriedades em risco.

#### 4.1.3.1 Calçada

A manutenção preventiva do novo pavimento será feita por técnicos da SESOP semestralmente através de inspeção visual na qual será avaliada a existência de trincas e fissuras que são extremamente prejudiciais à infiltração de água atingindo as camadas inferiores, contaminando as bases e sub-bases, ocasionando a perda da capacidade portante e elástica dos materiais. Para tal manutenção será utilizada a selagem de trincas que contribui para preservar a integridade estrutural do pavimento.

#### 4.1.3.2 Restante Do Pavimento Da Av. Brasil E Tancredo Neves

Para este pavimento existente e que não será removido, a manutenção preventiva será realizada da mesma maneira que a descrita no item 4.3.1.1, porém devida a sua vida útil já se encontrar reduzida poderá ser necessário a execução de algumas manutenções corretivas como pequenas intervenções que poderão ser desde pequenos remendos a substituição com remoção do pavimento deteriorado.

#### 4.1.3.3 Ciclovia

Como será feito pavimento novo, a Manutenção Preventiva ocorrerá da mesma forma do item 4.3.1.1.

A Coordenação Geral e o Encarregado da Manutenção deverão ser respectivamente técnicos e devidamente qualificados e experientes no assunto, ambas servidoras do Município e lotadas na SESOP.

A equipe de execução envolvida na manutenção da pavimentação será composta por funcionários da Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas, e serão:

- 2 Motoristas;
- 1 Operador de Rolo;
- 1 Encarregado;
- 3 Serventes.

Os equipamentos necessários para a execução dos serviços, são:

- 1 Caminhão Basculante;

- 1 Caminhão Espargidor;
- 1 Rolo Compactador.

Esses equipamentos são de propriedade do Município de Cascavel e encontram-se vinculados a Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas.

Estimamos um custo com estas operações em torno de R\$ 40,00/m<sup>2</sup>.

#### 4.3.1.4 Quadro Resumo da equipe de manutenção do Pavimento.

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÃO
Coordenador Geral – Engenheiro Civil	- Designar equipe para verificar e monitorar periodicamente os serviços; - Definir com a equipe técnica os meios e os ferramentais necessários para realização do trabalho;
Encarregado de Obras	- Encarregado de chefiar e fiscalizar a equipe de execução dos serviços
Equipe de Execução	- Responsável pela execução dos serviços.

4.2 SEMA	Varrição das Vias e Coleta do Lixo (Comum e Seletiva), Manutenção e Limpeza de Jardins, Praças, Fontes e Chafariz; Plantio e Poda de Árvores.
----------	---

Caberá a Secretaria de Meio Ambiente as seguintes atividades:

- Realização da manutenção dos jardins, incluindo poda de árvores trimestrais ou sempre que necessário; troca e reposição de flores semestrais ou sempre que necessário e realizar roçadas.
- Varrição de áreas de grama e calçada
- Retirada do lixo das lixeiras e reposição das sacolas de acondicionamento
- Realização da coleta comum e coleta seletiva de resíduos sólidos
- Realização da coleta seletiva de resíduos sólidos
- Manutenção e limpeza das fontes e chafarizes.

#### 4.2.1. Recursos humanos necessários para execução dos trabalhos:

Haverá necessidade de uma equipe padrão da empresa concessionária do serviço de limpeza pública, contratada para execução de serviço assim definido: 6 horas de trabalho dia x 8 km/hora x 22 dias do mês = 1056 horas de trabalho mês. Custo aproximado R\$ 103.000 por mês de mão de obra (aproximadamente 28 homens).

#### 4.2.2 Manutenção e limpeza das fontes e chafarizes:

Deverá ser realizada quinzenalmente. Contratação de empresa especializada. Custo Aproximado: R\$ 2.000,00/chafariz.

#### 4.2.3 Coleta convencional e coletiva:

Os custos referentes à coleta convencional e seletiva já estão previstos no contrato da empresa concessionária, pois já são realizados atualmente. Os serviços de limpeza pública no município de Cascavel são concessionados à empresa Engelétrica Ambiental Ltda, por meio do Contrato de Prestação de Serviços 090/2011, o qual tem por objeto a execução dos seguintes serviços:

- a) Varrição manual e mecânica de vias e logradouros públicos e transporte dos resíduos dela resultantes;
- b) Coleta e transporte dos resíduos domiciliares, e feiras livres da área urbana e distritos do município;
- c) Coleta e transporte de resíduos recicláveis da área urbana do município;
- d) Operação, controle e manutenção do aterro sanitário;
- e) Equipes-padrão;
- f) Fornecimento de veículos, maquinários e implementos;
- g) Varrição e transporte dos resíduos dela resultantes: 78,00 km/via/mês, onde estão inclusos os canteiros centrais da Av. Brasil e Av. Tancredo Neves, inclusive área do calçamento central.
- h) Coleta e transporte dos resíduos domiciliares, incluindo feiras livres realizadas em área urbana. O serviço está previsto inclusive para os canteiros centrais da Av. Brasil e



Av. Tancredo Neves, inclusive área do calçamento.

i) Coleta e transporte de resíduos recicláveis da área urbana do município, incluindo os canteiros centrais da Av. Brasil e Av. Tancredo Neves, inclusive área do calçamento, incluindo esvaziamento dos cestos existentes nas vias públicas.

#### 4.2.4. Equipes padrão, para cada tipo de serviço:

Compostas por: equipe de poda e corte de árvores, equipe de roçada, equipe de limpeza de lotes baldios, entre outras, cada equipe composta de 28 homens. A contratada será responsável pelo fornecimento de veículos, maquinários, equipamentos e todo o ferramental necessário para perfeita execução dos serviços.

As ações da SEMA estão apresentadas, bem como, sua periodicidade na tabela a seguir:

#### 4.2.5 Descrição dos Serviços, Frequência de Execução e Recursos Humanos Necessários.

ATIVIDADES	FREQUÊNCIA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO
<ul style="list-style-type: none"><li>Manutenção de vegetação arbórea de grande porte</li><li>Troca e reposição de flores</li><li>Roçadas</li><li>Varrição</li><li>Retirada de lixo das lixeiras e reposição dos sacos</li><li>Coleta comum de resíduos orgânicos</li><li>Coleta seletiva de materiais recicláveis</li><li>Limpeza e manutenção de fontes e chafarizes.</li></ul>	Trimestral	Funcionários da equipe padrão <sup>1</sup>
	Semestral	
	A cada 45 dias	Funcionários da equipe padrão <sup>1</sup>
	Diária (com repasse)	Funcionários da equipe padrão <sup>1</sup>
	Diária	Funcionários da equipe de varrição <sup>2</sup>
	Diária	Funcionários da equipe de varrição <sup>3</sup>
	Diária	Funcionários da coleta convencional <sup>4</sup>
	Semanal	Funcionários da coleta seletiva <sup>5</sup>
		Empresa contratada para execução de serviços de limpeza e manutenção de fontes e chafarizes <sup>6</sup>

1. Equipe de 28 funcionários cedidos pela concessionária de limpeza pública
2. Equipe responsável pela varrição, já incluída nos serviços previstos no contrato de limpeza pública
3. Equipe responsável pela coleta convencional, já incluída nos serviços previstos no contrato de limpeza pública
4. Equipe responsável pela coleta seletiva, já incluída nos serviços previstos no contrato de limpeza pública
5. Empresa contratada para execução de serviços de limpeza e manutenção de fontes e chafarizes

4.3 CETTRANS	Manutenção dos Terminais de Transbordo, Estações Intermediárias e Sinalização Horizontal e Vertical.
--------------	--

No que cabe à CETTRANS serão realizadas ações conforme descrito a seguir:

- Varrição diária da área dos terminais de transbordo Leste, Oeste, Nordeste e Sudoeste;
- Retirada diária do lixo das lixeiras e reposição das sacolas de acondicionamento nos terminais de transbordo Leste, Oeste, Nordeste e Sudoeste;
- Limpeza e conservação diária dos banheiros dos terminais de transbordo Leste, Oeste, Nordeste e Sudoeste, com reposição de produtos de higiene;
- Lavagem semanal da área dos terminais de transbordo Leste, Oeste, Nordeste e Sudoeste;
- Manutenção da sinalização viária de trânsito dos corredores de ônibus e das ciclovias das Avenidas Brasil e Tancredo Neves, com verificação diária dos semáforos para eventuais trocas de lâmpadas e, ajustes finos dos sincronismos e dos tempos dos semáforos;
- Substituição e/ou nova instalação de sinalização vertical de trânsito danificada por acidentes e/ou atos de vandalismo ou necessária para reforço da existente dos corredores de ônibus e das ciclovias das Avenidas Brasil e Tancredo Neves;
- Revitalização da sinalização horizontal em pontos/loais onde esta for necessária e, em qualquer circunstância em período não superior a 06 meses onde a pintura for com tinta à base de resina acrílica, com adição de microesfera de vidro e, não

superior a 03 anos onde a pintura for termoplástica extrudada (faixas de pedestres, legendas, setas, símbolos);

- Lavagem semestral das placas de sinalização vertical de trânsito dos corredores de ônibus e ciclovias das Avenidas Brasil e Tancredo Neves;
- Manutenção com pintura anual dos bicicletários localizados nas estações intermediárias das Avenidas Brasil e Tancredo Neves e nos terminais de transbordo Leste, Oeste, Nordeste e Sudoeste;
- Limpeza e conservação diária dos quiosques do Estacionamento Regulamentado na Avenida Brasil, trecho do calçadão.

#### 4.3.1 Orçamento:

As descrições dos orçamentos com as ações de limpeza, conservação e manutenção necessárias e a serem realizadas pela CETTRANS, constam das tabelas a seguir:

ATIVIDADES – limpeza e conservação dos Terminais de Transbordo Leste / Oeste / Nordeste / Sudoeste	CUSTOS (unitários) mão de obra e materiais
08 Zeladoras – 01 em cada um dos 04 Terminais de Transbordo em 02 turnos diários de 06 horas	R\$ 7.435,52/mês $R\$ 679,22 \times 36,84\% = R\$ 929,44$ $R\$ 929,44 \times 8 = R\$ 7.435,52$
Energia elétrica / água / telefone / lâmpadas / pinturas / reparos	R\$ 18.000,00/mês
Materiais de limpeza e higiene	R\$ 10.000,00/mês
EPI's / Uniformes / Cesta básica / Seguro	R\$ 2.240/mês
CUSTO TOTAL	R\$ 37.675,52/mês

ATIVIDADES – manutenção dos semáforos	CUSTOS (unitários) mão de obra e materiais
01 Motorista e 01 Técnico em Manutenção de Semáforos	R\$ 5.287,06/mês $R\$ 1.106,62 \times 36,84\% = R\$ 1.514,29$ $R\$ 2.757,07 \times 36,84\% = R\$ 3.772,77$ $R\$ 1514,29 + R\$3772,77 = R\$ 5.287,06$
Veículo utilitário de carga médio/ equipamentos / combustível	R\$ 4.200,00/mês
Materiais: porta focos/lâmpadas/leds/placas/controladores	R\$ 4.000,00/mês
EPI's / Uniformes / Cesta básica / Seguro	R\$ 560,00/mês
CUSTO TOTAL	R\$ 14.047,06/mês

#### 4.3.2 Descrição das atividades:

A descrição das atividades, a periodicidade e os recursos humanos necessários à consecução das ações a serem realizadas pela CETTRANS, constam da tabela a seguir:

ATIVIDADES	FREQUÊNCIA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Varrição da área dos terminais de transbordo Leste, Oeste, Nordeste e Sudoeste.</li> </ul>	Diária	01 zeladora por terminal de transbordo, em cada um dos 02 turnos diários de 06 horas. Funcionários da Cettrans ou de empresa contratada para execução dos serviços de limpeza e conservação.
<ul style="list-style-type: none"> <li>2. Retirada do lixo das lixeiras e reposição das sacolas de acondicionamento nos terminais de transbordo Leste, Oeste, Nordeste e Sudoeste.</li> </ul>	Diária	01 zeladora por terminal de transbordo, em cada um dos 02 turnos diários de 06 horas. Funcionários da Cettrans ou de empresa contratada para execução dos serviços de limpeza e conservação.
<ul style="list-style-type: none"> <li>3. Limpeza e conservação diária dos banheiros dos terminais de transbordo Leste, Oeste, Nordeste e Sudoeste, com reposição de produtos de higiene.</li> </ul>	Diária	
<ul style="list-style-type: none"> <li>4. Lavagem da área dos</li> </ul>	Semanal	01 zeladora por terminal de transbordo, em cada um dos 02 turnos diários de 06 horas. Funcionários da Cettrans ou de empresa contratada para execução dos serviços de limpeza e conservação.

<p>terminais de transbordo Leste, Oeste, Nordeste e Sudoeste.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>5. Manutenção da sinalização viária de trânsito, com verificação dos semáforos para eventuais trocas de lâmpadas e, ajustes finos dos sincronismos e dos tempos dos semáforos.</li> <li>6. Substituição e/ou nova instalação de sinalização vertical de trânsito danificada por acidentes e/ou atos de vandalismo ou necessária para reforço da existente.</li> <li>7. Revitalização da sinalização horizontal em pontos/locais onde esta for necessária e, em período não superior a 03 anos com pintura termoplástica extrudada e, não superior a 06 meses com pintura com tinta à base de resina acrílica.</li> <li>8. Manutenção com pintura dos bicicletários localizados nas estações intermediárias das Avenidas Brasil e Tancredo Neves e, nos terminais de transbordo Leste, Oeste, Nordeste e Sudoeste.</li> <li>09. Limpeza e conservação dos 02 quiosques do Estacionamento Regulamentado – EstaR.</li> </ul>	Diária	<p>01 zeladora por terminal de transbordo, em cada um dos 02 turnos diários de 06 horas. Funcionários da Cettrans ou de empresa contratada para execução dos serviços de limpeza e conservação.</p> <p>02 Funcionários da Cettrans ou, de empresa contratada para execução dos serviços de manutenção dos semáforos.</p>
	Tinta a base de resina acrílica: a cada 06 meses.	3 funcionários da Cettrans.
	Termoplástico a extrudada: a cada 03 anos.	Empresa contratada para execução dos serviços - metro quadro de sinalização horizontal viária – material e mão de obra incluídos.
	Anual	03 Funcionários da Cettrans ou, de empresa contratada para execução dos serviços de manutenção dos bicicletários.
	Diária	01 Zeladora da Cettrans em turno diário de 08 horas ou, de empresa contratada para execução dos serviços de limpeza e conservação.

4.4 SEADM	Disponibilização de Guardas Patrimoniais.
-----------	---

A Secretaria de Administração disponibilizará a Guarda Patrimonial para realização

de Rondas/ Patrulhamento itinerante e ostensivo, a cada 3 horas, na extensão da Av. Brasil e Av. Tancredo Neves. Para realizar esta atividade serão necessários por ronda:

Recurso	Custo mês
01 automóvel ou 02 motos	R\$ 2.000,00
02 guardas patrimoniais	R\$ 4.000,00 (salário + encargos + uniformes)
Total estimativa de custo	R\$ 6.000,00

4.5 SEMEL	Manutenção das Academias, Quadras, e Espaços Destinados ao Esporte e Lazer.
-----------	---

As ações a serem desenvolvidas que ficarão sob responsabilidade da SEMEL, estão descritas a seguir:

- Academias: o orientador técnico juntamente com os estagiários estarão disponíveis no local conforme horário e tabela que esta no plano, dando orientação aos exercícios a qualquer pessoa que tiver interesse em praticar atividade física, (nestes equipamentos não é necessário agendamento).
- Quadras de grama sintética: este espaço será utilizado com atividades livres pela população através de agendamento com dia e horário na administração da secretaria de esporte localizada na Rua Barrão do cerro azul 484, de segunda a sexta feira.
- Quadras de amarelinhas, bola queimada, vôlei e outras atividades desportivas: São locais alternativos de esporte e lazer envolvendo toda a comunidade, garantindo assim o acesso da população a atividades físicas e práticas de lazer diversificadas, não necessitando de agendamento.

#### 4.5.1 Manutenção dos Espaços Esportivos: Quadras e Academias.

Haverá um servidor da Secretaria de Esportes responsável pelos Serviços Gerais para realizar mensalmente vistoria nos espaços esportivos verificando a necessidade de manutenção.

##### 4.5.1.1 Academias:

Trimestralmente será realizada a manutenção preventiva incluindo lubrificação dos aparelhos, aperto e troca de parafusos, solda, etc. Caso algum aparelho venha apresentar problemas antes desta manutenção o próprio orientador Técnico solicita o conserto para os responsáveis da Secretaria.

Quanto a limpeza nos equipamentos o próprio orientador e estagiário fazem quando

necessário.

#### 4.5.1.2. Quadras de amarelinhas, bola queimada, vôlei e outras atividades desportivas:

Manutenção trimestral para conserto de alambrados, postes e pintura das quadras sempre que necessário.

A troca da areia da quadra de vôlei será realizada anualmente se necessário.

Equipamento: Espaço de Esporte	Segunda à segunda 8h às 11h 14h às 22h00	População dos diversos bairros do município	Este espaço será utilizado com atividades livres pela população através de agendamento de dia e horário na administração da Secretaria de Esporte.
-----------------------------------	--	---	--

#### 4.5.1.3 Quadras de Grama Sintética:

Prevista a manutenção trimestral para colar a grama, reparos nos alambrados ou sempre que seja necessário a realização de algum reparo.

#### 4.5.2 Operacionalização dos Espaços das Academias da Terceira Idade, Academia para Infância e Academia para Deficientes:

Equipamento/Atividades	Dia/Horário de funcionamento	Público Alvo	Descrição
Atividades de Esporte	Segunda à sexta 8h às 11h 14h às 17h00 18h00 às 21h00 Sábado e domingo 8h às 11h	População dos diversos bairros do município	- Atividades e orientação de exercícios na Academia da Terceira Idade; - Atividades e orientação de exercícios na Academia para Deficiente; - Orientação de atividades da Academia para a infância ;

A busca ativa do público para as atividades e ações desenvolvidas nos espaços acontecerá através, divulgação na mídia (TV e rádio), meio eletrônico (site oficial da prefeitura municipal).



#### 4.5.3 Recursos Humanos

O espaço contará com profissionais nas áreas de Esporte para o melhor desempenho das atividades.

Academia da Terceira Idade, Academia para Infância e Academia para Deficientes.

Ação no orçamento da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

QUADRO FUNC.	FUNÇÃO/PROFIS SÃO	QUANTIDADE/HORAS SEMANAL	FORMA CONTRATAÇÃO	CUSTO ESTIMADO/MÊS
3 funcionários	Estagiários	03/30 HORAS	Contrato	R\$ 1.764,00
1 funcionário	Orientador Técnico	01/ 20 horas	Concurso	R\$ 1.436,79

#### 4.5.4. Orçamento:

As ações que serão desenvolvidas nestes espaços terá um custo estimado de operação de R\$ 10.000,00 anuais, envolvendo a manutenção dos equipamentos com material tais como (solda, troca de parafusos, pintura, etc).

Equipamentos	Serviços	Tipo de Custo	Custo / Ano
Equipamentos de esportes	Quadra de Areia Academias	Manutenção dos equipamentos.	R\$ 10.000,00
TOTAL			R\$ 10.000,00

4.6 SEMUC	Espaço para Exposições.
-----------	-------------------------

As interferências culturais também visam proporcionar as famílias um espaço de convivência familiar que através da arte unem-se fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

A divulgação das ações propostas pela SEMUC e agenda para a utilização e aproveitamento dos espaços será através de divulgação na mídia (TV, rádio, jornais, meios eletrônicos, site oficial da prefeitura municipal) etc.

#### 4.6.1. Recursos Humanos

Os espaços serão acompanhados por profissionais técnicos de referencia da SEMUC.

#### 4.6.2. Atividades no Calçadão da Travessa Padre Champanhath

- Datas comemorativas



- Performances teatrais
- Hora do conto
- Momento poético
- Extensões dos festivais com apresentações de alunos e professores bem como artistas.

Estas atividades poderão ser desenvolvidas pelos monitores da biblioteca que estarão reunindo artistas, leitores, alunos de escolas públicas, privadas e público em geral.

A sugestão será nos horários das 10h00min da manhã e 14h00min da tarde, duas vezes por semana, que poderá ser ampliado à medida que o público for aumentando sua participação.

#### 4.6.2.1. Público Alvo

Crianças, adolescentes, adultos, idosos, alunos de escolas públicas e privadas e acadêmicos em geral.

#### 4.6.2.2. Orçamento:

Equipamentos	Serviços	Tipo de custo	Custo / anual
Figurinos. Cenários. Livros. Painéis. Linóleo. Fantoches. Sonorização.	Calçada da Travessa Padre Champanhat	Manutenção dos materiais	R\$ 26.000.00

#### 4.6.3. Calçada Da Avenida Brasil: Espaço Destinado Para Exposição De Obras De Arte.

Neste espaço serão organizadas exposições itinerantes para que os artistas plásticos possam apresentar seus trabalhos à população que circula pelo calçada.

Será sugerida monitoria pelo próprio artista que poderá dialogar com os transeuntes e possivelmente comercializar seus trabalhos.

Apresentações artísticas poderão acontecer no mesmo espaço. Assim como exposições de artesanato, exposições históricas e atividades lúdicas pedagógicas.

#### 4.6.3.1. Equipamentos

- 20 cavaletes para expor as obras.
- 20 aramados para expor as obras.
- Equipamentos para sonorização
- Iluminação para mostra de trabalhos à noite.

#### 4.6.3.2. Público Alvo

Crianças, adolescentes, adultos, idosos, alunos de escolas públicas e privadas e acadêmicos em geral.

#### 4.6.3.3. Orçamento:

Equipamentos	Serviços	Tipo de custo	Custo / anual
20 cavaletes. 20 Aramados. Iluminação. Transporte das obras.	Calçadão da Avenida Brasil: espaço destinado para exposição de obras de arte.	Manutenção dos materiais	R\$ 33.400.00

#### 4.6.4. Arena Para Apresentações

Estes espaços poderão ter as mais diversas apresentações como:

- Performances teatrais
- Exposição de artesanato
- Momento poético (recitação de poesias)
- Divulgação de apresentações curtas de músicos e bailarinos enfim as mais diversas atividades artísticas serão levadas aos transeuntes do calçadão, inclusive extensões de todos os festivais.

#### 4.6.4.1. Equipamentos

- Sonorização: microfones (microfone de mão e auricular), caixas e mesa de som
- Iluminação: 12 a 16 canhões (noite)

- Tripé para iluminação
- Mesa de luz

#### 4.6.4.2. Dias e horários

Poderão acontecer 03 vezes por semana nos horários de 10:00 horas e 14:00 horas ou em momentos de maior fluxo da população.

#### 4.6.4.3 Orçamento:

Equipamentos	Serviços	Tipo de custo	Custo / anual
Microfones de mão. Microfones auriculares. Caixas e mesa de som. Iluminação: 12 a 16 canhões (noite). Tripé para iluminação. Mesa de luz.	Arena de Apresentações	Manutenção dos materiais	R\$80.000.00

## ANEXO IX

### FICHAS DESCRITIVAS DO COMPONENTE I – TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

## CORREDORES COM FAIXAS EXCLUSIVAS PARA ÔNIBUS E ESTAÇÕES EM NÍVEL

### A) JUSTIFICATIVA

Cascavel é um Município com uma área de 2.100,1Km<sup>2</sup>, situa-se na região Oeste do Estado do Paraná, e se interliga com as cidades circunvizinhas, através das rodovias federal BR-277 (Cascavel/Santa Tereza do Oeste-Foz do Iguaçu, sentido Leste-Oeste, e Cascavel/Ibema, sentido Oeste-Leste), BR-467 (Cascavel/Toledo), e BR-369 (Cascavel/Corbélia), e estadual PR-180 (Cascavel/Boa Vista da Aparecida, sentido Norte-Sul, e Cascavel/Tupãssi, sentido Sul-Norte).

A área em que hoje abrange o perímetro urbano do Município foi colonizada e se desenvolveu ao longo de um espigão, onde por muitos anos, foi o caminho aberto por colonos e viajantes com destino a Foz do Iguaçu, através de trilhas e picadas em meio à mata virgem, trecho onde atualmente se localizam as Avenidas Brasil e Tancredo Neves.

Os cursos d'água que banham o Município de Cascavel pertencem a 03 bacias hidrográficas.

O sistema viário da cidade de Cascavel caracteriza-se por apresentar vias de dimensões amplas dispostas ortogonalmente ao longo de seu eixo principal, notadamente composto por 02 de suas principais vias arteriais, Avenida Brasil e Avenida Tancredo Neves.

Com relação à frota total de veículos – 171.500, emplacados em Cascavel até fevereiro/2012, conforme dados do DETRAN/PR, mantém um padrão de mobilidade voltado para o automóvel, com elevado crescimento na quantidade

de motocicletas, um dos modais que mais se envolvem em acidentes, mantendo-se o padrão do restante do Estado e do País.

A concentração de linhas nos principais corredores que o transporte coletivo utiliza nas vias consideradas eixos da maioria dos deslocamentos motorizados na cidade de Cascavel, onde nos horários de pico ocorrem congestionamentos significativos, com perdas maiores para o transporte coletivo, demandam atrasos, com consequente aumento do tempo de viagem.

As linhas alimentadoras, que trabalham de maneira isolada, tendem a restringir sua utilização apenas aos usuários com origem e destino dentro da sua faixa de cobertura. Por conta desta característica, muitas vezes demanda-se um grande número de itinerários distintos, longos, o que resulta em baixa frequência de serviço aos usuários.

A integração do Sistema de Transporte Coletivo somente ocorre nos 03 terminais de transbordo existentes, não existindo nem mesmo nas linhas troncais, qualquer outro ponto de transferência, não sendo possível desta forma, uma maior flexibilidade de destinos. As transferências realizadas neste formato contribuem para a elevação do tempo total de utilização do sistema pelo usuário.

## **B) OBJETIVOS**

Num contexto onde os cidadãos estão cada vez mais utilizando o transporte individual, com consequentes prejuízos para a coletividade, incentivar a utilização do transporte coletivo, através de medidas que favoreçam os deslocamentos através deste modal de transporte, tornando-o mais ágil e confortável, bem como solucionar a questão dos constantes congestionamentos causados pelo número cada vez maior de veículos nas vias, é sem dúvidas, um dos grandes desafios que já estamos enfrentando.

Com a implantação de uma rede tronco-alimentada integrada, através da estruturação de corredores com faixas exclusivas para ônibus do transporte

coletivo ao longo de aproximadamente 13 km do eixo principal da cidade (Avenidas Tancredo Neves e Brasil e Rua Jacarezinho – utilizando também de parte da Rua São Paulo), se dará condições para a ampliação da velocidade média dos deslocamentos dos veículos do transporte coletivo.

A implantação de estações/pontos com acesso em nível para transferências intermediárias neste eixo elevará as condições adequadas para a integração temporal do sistema de transporte coletivo, reduzindo o tempo de espera para o usuário, provendo ainda melhores condições de conforto e adequada acessibilidade, aumentando a eficiência do sistema de transporte coletivo.

### **C) BENEFICIÁRIOS**

Toda a população do Município de Cascavel (289.339 habitantes - IBGE, 2011), especialmente os atuais usuários do Sistema de Transporte Coletivo e os 93,23% dos residentes na área urbana, e também a população dos Municípios circunvizinhos e de outros locais, potenciais usuários do sistema, que buscam os mais variados tipos de destinos em Cascavel.

### **D) DESCRIÇÃO SUCINTA DO PROJETO**

As Avenidas Tancredo Neves e Brasil possuem largura de 60 metros entre alinhamentos prediais, e as Ruas Jacarezinho e São Paulo, largura de 20 metros, com comprimentos 4,0km, 11,5km, 1,4km, e 0,6km, respectivamente.

A Avenida Tancredo Neves e a Avenida Brasil são interligadas na interseção localizada no km 7,0 + 600 metros da Avenida Brasil, sentido leste-oeste, a Avenida Tancredo Neves e a Rua São Paulo são interligadas na interseção localizada no km 0,0 + 420 metros da Avenida Tancredo Neves, e a Rua Jacarezinho e a Avenida Brasil são interligadas na interseção localizada no km 3,0 + 500 metros da Avenida Brasil.



Em função das diversas possibilidades de projetos que vias com amplas dimensões permitem é que se concebeu a estruturação de corredores com faixas exclusivas para ônibus do transporte coletivo e as estações intermediárias em nível nas vias em referência, onde se buscou preservar e compatibilizar contextos históricos, culturais, socioeconômicos e ambientais, à utilização racional destas por diversos modais de transportes. A extensão total projetada dos corredores para ônibus soma 13 km.

Estes estão localizados à esquerda de cada sentido das Avenidas Tancredo Neves e Brasil, junto ao canteiro central, e os pontos com as 42 estações intermediárias projetadas estarão dispostos entre si em distâncias aproximadas de 400 metros, localizados no canteiro central destas vias.

Ao longo das vias em estudo, foram padronizadas larguras de projeto e outros componentes nas seguintes dimensões/descrições:

- Número de faixas exclusivas “à esquerda” junto ao canteiro central para o transporte coletivo urbano, em cada sentido da Avenida Tancredo Neves, com baias e sinalização viária: 1x 3,50m;

- Extensão total projetada do corredor da Avenida Tancredo Neves: 4,0 km;

A Rua São Paulo servirá apenas como ligação entre a última estação localizada na Avenida Tancredo Neves, e o Terminal de Transbordo Oeste;

- Extensão total projetada do corredor na Rua São Paulo: 0,6 km;

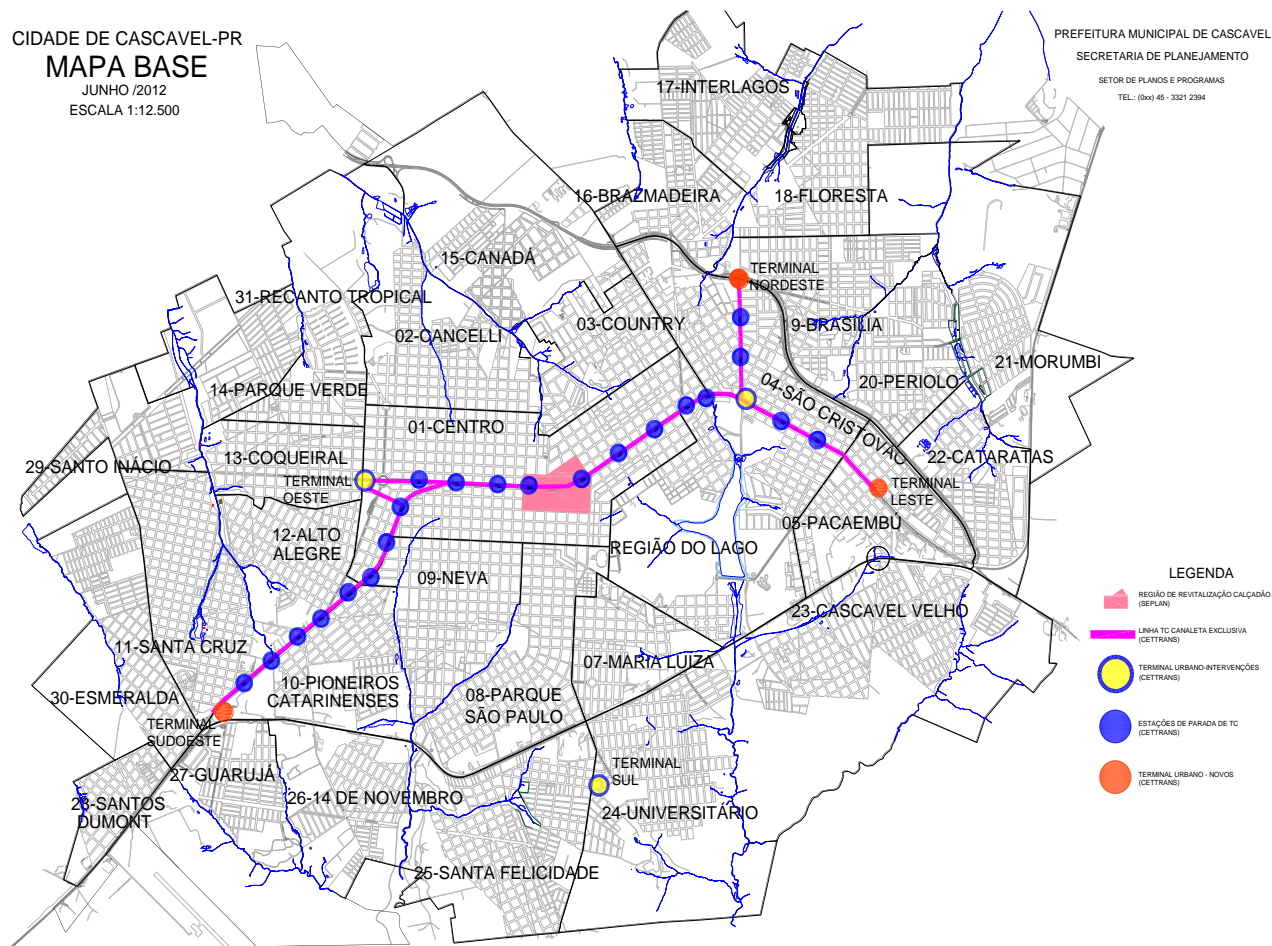
- Número de faixas exclusivas “à esquerda” junto ao canteiro central para o transporte coletivo urbano, em cada sentido da Avenida Brasil, com baias e sinalização viária: 1x 3,50m;

- Extensão total projetada do corredor da Avenida Brasil: 7,0 km;
- A Rua Jacarezinho não possui canteiro central e deverá ser adequada para o acesso as estações intermediárias em 02 locais (na interseção com as ruas Paraná e Paranaguá e na interseção com as ruas Antonina, Rolim de Moura e Londrina).
- Extensão total projetada do corredor da Rua Jacarezinho: 1,4 km;
- Pavimento em todas as vias: Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ).

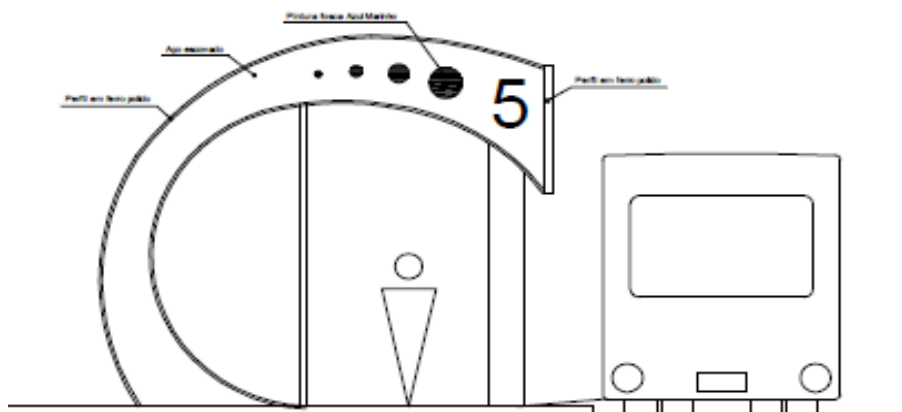
## E) FIGURAS

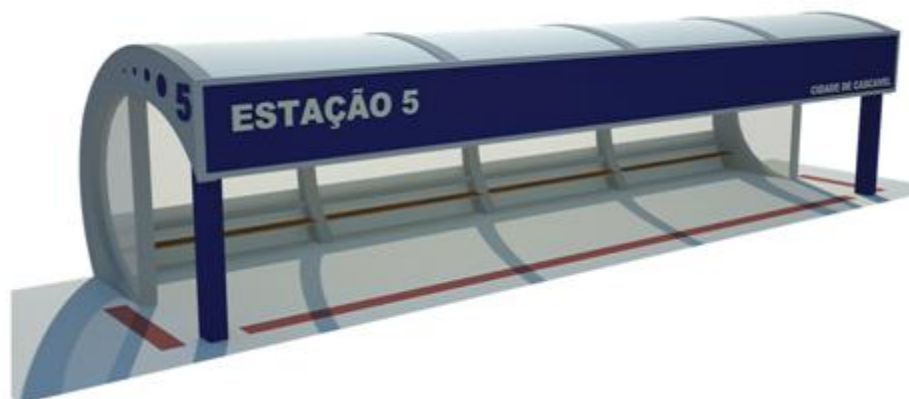
Apresentadas a seguir, mostram a localização dos corredores com faixas exclusivas para ônibus e estações em nível, projetados em relação ao perímetro urbano da cidade.

## Localização dos Corredores com Faixas Exclusivas para Ônibus e Estações em Nível, Projetados em Relação ao Perímetro Urbano da Cidade



## Estações de Embarque em Nível





Estações de Embarque em Nível

## F) REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto 1



Avenida Tancredo Neves - sentido Avenida Brasil – BR-277  
Vista da pista 1

Foto 2



Avenida Tancredo Neves sentido BR-277 - Avenida Brasil  
Vista da pista 1

Foto 3



Avenida Tancredo Neves sentido BR-277 – Avenida Brasil  
Vista da pista 2

Foto 4



Avenida Tancredo Neves sentido Avenida Brasil – BR-277  
Vista da pista 2

Foto 5



Avenida Tancredo Neves sentido Avenida Brasil – BR-277  
Vista da pista 1



Foto 6



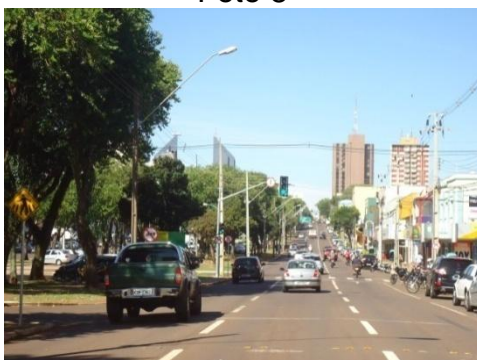
Rua São Paulo sentido Av. Tancredo Neves - Term. Oeste  
Vista do T. Oeste – Tancredo Neves

Foto 7



Avenida Brasil sentido Oeste – Leste  
Vista da pista 1

Foto 8



Avenida Brasil sentido Oeste – Leste  
Vista da pista 1

Foto 9



Avenida Brasil / Início do calçamento sentido Oeste – Leste  
Vista da pista 1

Foto 10



Avenida Brasil / Área do calçamento sentido Oeste - Leste  
Vista da pista 1

Foto 11



Avenida Brasil / Área do calçamento sentido Leste – Oeste  
Vista da pista 2



Foto 12



Avenida Brasil sentido Leste - Oeste  
Vista da pista 2

Foto 13



Avenida Brasil sentido Oeste - Leste  
Vista da pista 1

Foto 14



Avenida Brasil sentido Oeste - Leste  
Vista da pista 1

Foto 15



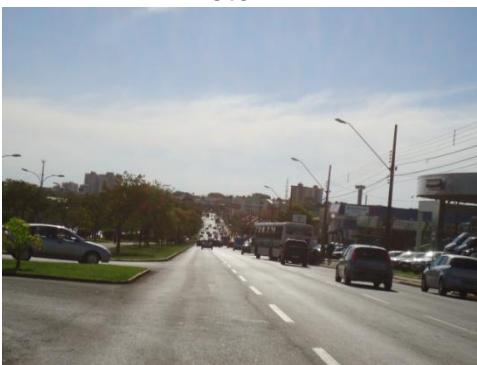
Avenida Brasil sentido Oeste - Leste  
Vista da pista 1

Foto 16



Avenida Brasil sentido Oeste - Leste  
Vista da pista 1

Foto 17



Avenida Brasil sentido Leste – Oeste  
Vista da pista 2

Foto 18



Rua Jacarezinho sentido Avenida Brasil – BR-467  
Vista da faixa 1 – pista única

Foto 19



Rua Jacarezinho sentido Avenida Brasil – BR-467  
Vista da faixa 1 – pista única

Foto 20



Rua Jacarezinho sentido Avenida Brasil – BR-467  
Vista da faixa 1 - pista única

Foto 21



Rua Jacarezinho sentido BR-467 – Avenida Brasil  
Vista da faixa 2 – pista única

Foto 22



Avenida Brasil – Praça Vereador Luiz Picolli - sentido Leste - Oeste  
Vista da pista 2

Foto 23



Avenida Brasil – Praça Vereador Luiz sentido Leste – Oeste  
Vista da pista 2

Foto 24



Avenida Brasil / Próximo Term. Oeste sentido Leste – Oeste  
Vista da pista 2

## **IMPLANTAÇÃO DE CORREDORES COM FAIXAS EXCLUSIVAS PARA ÔNIBUS NAS AVENIDAS BRASIL/ TANCREDO NEVES, URBANIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL E IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÕES ABERTAS EM NÍVEL NA RUA JACAREZINHO**

### **LOCALIZAÇÃO:**

- a) Avenida Brasil, no trecho compreendido entre a Rua Bartolomeu de Gusmão, ao leste e Rua Juscelino Kubitschek a oeste, é a principal avenida da cidade e cruza a mesma de um lado ao outro;
- b) Avenida Tancredo Neves, em toda a sua extensão, no sentido nordeste e sul da cidade;
- c) Rua Jacarezinho entre a Av. Brasil e a rodovia 467, no sentido norte/sul da cidade.

### **TIPO DE OCUPAÇÃO:**

- Terminais de Transbordo: Reposicionamento do Terminal Oeste, terminal existente, divisão do Terminal Leste existente em Leste (início da Av. Brasil) e Nordeste (final da Rua Jacarezinho), de forma a atender toda a região norte da cidade, e construção do Terminal Sudoeste no início da Av. Tancredo Neves;
- Estações abertas em nível, em toda extensão das Avenidas Brasil e Tancredo Neves e na Rua Jacarezinho;
- Avenida Brasil com extensão de 7,0km e largura de 60 metros entre alinhamentos prediais;
- Tancredo Neves com extensão de 4,0km e largura de 60 metros entre alinhamentos prediais;
- Rua Jacarezinho com extensão de 1,4km e largura de 20 metros entre alinhamentos prediais;
- Rua São Paulo (ligação entre a Avenida Tancredo Neves e Terminal Oeste), com extensão de 0,6km e largura de 20 metros entre alinhamentos prediais;
- Ciclovia no canteiro das avenidas Brasil e Tancredo Neves;



- Área de Intervenção no Calçadão da avenida Brasil e entorno das seguintes vias: Ruas Sete de Setembro e Antonio Alves Massaneiro/Barão do Cerro Azul e Ruas São Paulo e Paraná/Mato Grosso;
- Calçadão da Rua Padre Champagnat entre a Avenida Brasil e a Rua Paraná e sua continuidade entre a Rua Paraná e a Rua Mato Grosso.

### **CARACTERÍSTICAS DO TERRENO:**

O solo é basáltico e possui baixa declividade com inclinação inferior a 10%, sendo praticamente plano, possibilitando a implantação de ciclovia e faixa exclusiva de ônibus.

### **INFRAESTRUTURA:**

As áreas de intervenção dispõem de rede de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica, iluminação pública, pavimentação asfáltica e drenagem (ineficiente), coleta de lixo comum e reciclável;

O transporte coletivo passa nas ruas paralelas à Avenida Brasil, na Av. Tancredo Neves, Ruas São Paulo e Jacarezinho.

Existem equipamentos comunitários de Cultura, Esporte e Lazer , Assistência Social

### **PONTOS CRÍTICOS:**

- Os retornos na Avenida Brasil e da Av. Tancredo Neves e a caixa reduzida da Rua Jacarezinho;
- A feira do Pequeno Produtor Rural no canteiro da Avenida Brasil;
- Os estacionamentos no canteiro da Av. Brasil;
- Atual localização do Terminal Leste e Oeste;
- A drenagem insuficiente da área do calçadão;
- Lentidão do fluxo de veículos na região do calçadão devido às curvas;
- Dificuldade de fluxo de veículos nas vias paralelas à Av. Brasil onde passam atualmente os ônibus;



- Área de embarque e desembarque do colégio na Rua Padre Champagnat próximo à Biblioteca Pública dificultando o tráfego de veículos na Rua Paraná

### **DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO:**

- Integrar o transporte coletivo, ciclovias, pedestres;
- Preservar os canteiros centrais como parque linear, proporcionando à população áreas de convívio, esporte e lazer;
- Revitalizar o calçamento e seu entorno;
- Manter a arborização existente e realizar a substituição de espécies inadequadas, bem como, prever o plantio de espécies adequadas para o local;
- Promover a acessibilidade;
- Substituir o sistema de transmissão de rede de energia elétrica existente (aéreo) pelo subterrâneo, na região do calçamento;
- Rever e adequar o sistema de drenagem da região do Calçamento;
- Adequar os Terminais de transbordo, bem como, construir novos implementando o sistema de Integração Temporal de Bilhetagem Eletrônica;
- Implantar estações abertas e em nível ao longo das Avenidas Brasil e Tancredo Neves e Rua Jacarezinho;
- Implantar a faixa exclusiva de ônibus nas Avenidas Brasil e Tancredo Neves;
- Implantar ciclovias nas Avenidas Brasil e Tancredo Neves;

### **PROPOSTA DE INTERVENÇÃO:**

A proposta consiste em criar um eixo de manifestações públicas entre o Canteiro da Av. Brasil (em frente à Catedral), Rua Padre Champagnat (atual Calçamento) e Rua padre Champagnat ( área da Biblioteca Pública).

Serão implantados novos mobiliários urbanos e equipamentos de Esporte e Lazer, áreas de convívio, novo paisagismo, preservando as espécies adequadas e substituindo as não adequadas (doentes, com raízes expostas, etc) e realizar a integração dos modais de transporte (transporte coletivo, cicloviário e veículos particulares) através da implantação do sistema de Integração Temporal de

Bilhetagem Eletrônica e Novos Terminais, Estações abertas e em nível e faixas exclusivas de ônibus.

### **ÁREA DE INTERVENÇÃO:**

A área total de intervenção Av. Brasil 420.000 m<sup>2</sup>

A área total de intervenção Calçada da Av. Brasil 49.200 m<sup>2</sup>

A área total de intervenção Av. Tancredo Neves 240.000 m<sup>2</sup>

A área total de intervenção Rua Jacarezinho 28.000 m<sup>2</sup>

A área total de intervenção Rua São Paulo 12.000 m<sup>2</sup>

## REURBANIZAÇÃO DO CALÇADÃO DA ÁREA CENTRAL - AV. BRASIL

### A) INTRODUÇÃO

O projeto em tela visa a implantação de corredores com faixas exclusivas para ônibus, terminais de transbordo e estações de embarque/desembarque em nível, reurbanização do canteiro central da Avenida Brasil, com destaque para a área compreendida pelo calçadão da Avenida Brasil na área central. Inclui-se neste projeto a implantação de ciclovias.

O projeto será desenvolvido ao longo do canteiro central das Avenidas Brasil e Tancredo Neves e na Rua Jacarezinho. Na Avenida Brasil o canteiro central possui largura de 26,00m, à exceção do calçadão, onde o projeto prevê um canteiro central com 22,00m em média, devido ao posicionamento da arborização existente, visando o mínimo de supressão destes elementos. A Avenida Tancredo Neves possui canteiro central com 27,00m de largura e a Rua Jacarezinho possui caixa de 20,00m de largura, sem canteiro central.

A Avenida Brasil, antigo leito da rodovia BR 277, cruza quase toda a área urbana em orientação leste-oeste, com caixa de 70 metros do trevo Cataratas até a Rua Jacarezinho e com 60 metros entre as Ruas Jacarezinho e Juscelino Kubitscheck. A Avenida Tancredo Neves, também antigo leito da BR 277, liga a Avenida Brasil até a atual BR-277 no sentido norte-sul. Esta ligação possibilitará sensível melhoria na mobilidade da população, por meio da implantação de faixas exclusivas para o transporte coletivo, junto ao canteiro central, interligando os terminais de transbordo, estando todo o sistema de transporte coletivo adaptado à operação de integração temporal.

Nas áreas atuais de retorno de veículos na Avenida Brasil, cujo fechamento é previsto neste projeto, serão implantados equipamentos de esporte, lazer, contemplação e convivência que irão beneficiar tanto a população vizinha, num aspecto mais imediato, quanto a população em geral, na medida em que esta se desloca em busca de tais atividades.

Ainda, inclui-se no projeto, a substituição dos passeios existentes no canteiro central da Avenida Brasil e degradados pelo tempo e falta de conservação, por pavimento com materiais que melhoram as condições de acessibilidade universal e têm certo grau de permeabilidade as águas pluviais, atendendo a legislação municipal e federal.

A calha exclusiva de ônibus será delimitada por segregadores próprios que em um lado limitam o acesso de automóveis, e em outro permitem o desvio dos ônibus possibilitando a ultrapassagem em caso de falha mecânica que venha a interromper o fluxo normal destes. A calha será posicionada na faixa à esquerda da via, junto ao canteiro central, com estações de embarque/desembarque posicionadas neste.

O trecho da Avenida Brasil compreendido entre as ruas Antonio Alves Massaneiro e Sete de Setembro, denominado de Calçadão da Avenida Brasil, terá seu leito carroçável retificado para permitir a passagem do transporte coletivo, receberá novo calçamento, atendendo a legislação, em especial no quesito acessibilidade. A ciclovia projetada passará no canteiro central.

## **B) ÁREA DE INTERVENÇÃO:**

- a. Avenida Brasil, no trecho compreendido entre a Rua Bartolomeu de Gusmão, ao leste e Rua Juscelino Kubitschek a oeste, numa extensão de 7,0 Km.
- b. Avenida Tancredo Neves, em toda a sua extensão, com 4,5 Km.

## **C) COMPONENTES: IMPLANTAÇÃO DE CORREDORES COM FAIXAS EXCLUSIVAS PARA ÔNIBUS, E URBANIZAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL DA AVENIDA BRASIL/ TANCREDO NEVES**

### **a) INTEGRAÇÃO TEMPORAL NA BILHETAGEM ELETRÔNICA**

Com a definição da implantação da alternativa possível da integração temporal na bilhetagem eletrônica do Sistema de Transporte Coletivo, a qual oferece ao usuário a opção de determinação de seu local específico de maior vantagem

para processar a(s) transferência(s) conforme seu movimento de interesse (origem-destino) multiplicar-se-á as posições de conexões entre linhas, ampliando as alternativas de integração através dos terminais existentes e demais pontos de transferência.

Assim, haverá diminuição da importância dos terminais de transbordo fechados (configuração atual), notadamente pelo processo de implantação da integração temporal, juntamente com demais pontos de transferência a serem oportunizados, principalmente as 50 novas estações intermediárias implantadas em 25 pontos ao longo dos corredores das Avenidas Tancredo Neves (08) e Brasil (15), e da Rua Jacarezinho (02).

#### b) TERMINAIS DE TRANSBORDO

Os Terminais de Transbordo, num total de 05, funcionarão com estrutura operacional para operação de integração temporal, definidos da seguinte forma:

- i. Terminal Sul: existente com adaptação para operação de integração temporal;
- ii. Terminal Sudeste: a ser implantado no início da Avenida Tancredo Neves, já com a concepção de atendimento com integração temporal;
- iii. Terminal Oeste: mantém a localização e altera a posição incluindo adaptação à operação com integração temporal;
- iv. Terminal Leste: desmembrado em 02 terminais a serem implantados, o Nordeste na Rua Jacarezinho, em posição próxima ao viaduto da BR-467 e o Novo Leste, em posição mais ao leste do atual Terminal Leste, já com concepção de atendimento com integração temporal;

#### c. CORREDORES COM FAIXAS EXCLUSIVAS PARA ÔNIBUS

Quanto aos corredores das Avenidas Tancredo Neves e Brasil, estes possuem largura de 60 metros entre alinhamentos prediais, e as Ruas Jacarezinho e São Paulo (ligação entre a Avenida Tancredo Neves e Terminal Oeste), largura de 20 metros entre alinhamentos prediais, com comprimentos 4,0km, 7,0km, 1,4km, e 0,6km, respectivamente.

Ao longo do canteiro central destas Avenidas, serão implantados em alguns trechos (aproveitando espaços de retornos a serem desativados), equipamentos públicos a serem disponibilizados para uso da população, como academias ao ar livre, play-grounds, quadras esportivas, áreas de jogos, bicicletários, áreas de convívio, dentre outros.

A Avenida Tancredo Neves e a Avenida Brasil são interligadas na interseção localizada no km 7,0 + 600 metros da Avenida Brasil, sentido leste-oeste, a Avenida Tancredo Neves e a Rua São Paulo são interligadas na interseção localizada no km 0,0 + 420 metros da Avenida Tancredo Neves, sentido norte-sul, e a Rua Jacarezinho e a Avenida Brasil são interligadas na interseção localizada no km 3,0 + 500 metros da Avenida Brasil, sentido leste-oeste.

A extensão total projetada dos corredores para ônibus soma 13 km.

Estes estão localizados à esquerda de cada sentido das Avenidas Tancredo Neves e Brasil, junto ao canteiro central, e os pontos com as 50 estações intermediárias projetadas estarão dispostos entre si em distâncias aproximadas de 400 metros, localizados no canteiro central destas vias, a exceção das 04 estações que serão implantadas na Rua Jacarezinho.

Ao longo das vias em estudo, foram padronizadas larguras de projeto e outros componentes nas seguintes dimensões/descrições:

- Número de faixas exclusivas “à esquerda” junto ao canteiro central para o transporte coletivo urbano, em cada sentido da Avenida Tancredo Neves, com sinalização viária: 1x 3,50m;

- Extensão total projetada do corredor da Avenida Tancredo Neves: 4,0 km;

A Rua São Paulo servirá apenas como ligação entre a última estação localizada na Avenida Tancredo Neves, e o Terminal de Transbordo Oeste;

- Extensão total projetada do corredor na Rua São Paulo: 0,6 km;

- Número de faixas exclusivas “à esquerda” junto ao canteiro central para o transporte coletivo urbano, em cada sentido da Avenida Brasil, com sinalização viária: 1x 3,50m, exceto trecho do calçadão, este descrito no item “REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA CENTRAL NO TRECHO DO CALÇADÃO DA AVENIDA BRASIL”;



- Extensão total projetada do corredor da Avenida Brasil: 7,0 km (incluído trecho do calçamento);

A Rua Jacarezinho não possui canteiro central e deverá ser adequada para o acesso as estações intermediárias em 02 locais (na interseção com as ruas Paraná e Paranaguá e na interseção com as ruas Antonina, Rolim de Moura e Londrina).

- Extensão total de projetada da Rua Jacarezinho: 1,4 km.

#### d. CICLOVIAS

Na Avenida Brasil, uma ciclovia será implantada no trecho compreendido entre o Terminal Oeste e o novo local do Terminal Leste, com aproximadamente 7,0km lineares de extensão e 2,5 metros de largura, incluindo neste a extensão da área do calçamento.

Ao longo do canteiro central da Avenida Tancredo Neves, será implantada uma nova ciclovia com aproximadamente 4,0km lineares de extensão e 2,5 metros de largura, uma vez que a pista atual é utilizada como pista de caminhada pela população.

#### e. REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA CENTRAL NO TRECHO DO CALÇADÃO DA AVENIDA BRASIL

A revitalização do calçamento e seu entorno inclui a área entre as Ruas Sete de Setembro e Barão do Cerro Azul/Antonio Alves Massaneiro, no sentido leste/oeste (em trecho de aproximadamente 0,6km de extensão), e entre as Ruas São Paulo e Paraná/Mato Grosso, no sentido norte /sul, com área total de 342.555 m².

A revitalização prevê a substituição e adequação das calçadas ao Programa de Calçadas do Município, contemplando a acessibilidade através de rampas e piso podotátil, bem como a substituição de, aproximadamente 20.000m² de piso, e quando necessário, a substituição da arborização urbana, além do plantio de novas espécies de árvores adequadas ao ambiente.

A intervenção no calçamento referente ao componente transporte e sistema viário, consiste na execução de 01 (uma) faixa exclusiva em cada sentido para o

corredor de ônibus, com 6,0 metros de largura cada, com área total aproximada de 9.600,00m<sup>2</sup> de pavimento asfáltico, 02 (duas) faixas para circulação de demais veículos em cada sentido, com 2,70 metros de largura cada, além de 01 (uma) faixa de estacionamento em cada sentido, com 2,30 metros de largura cada, e a implantação de ciclovia em piso CBUQ, pigmentado na cor vermelha, na extensão aproximada de 0,85 km lineares, ambas com sinalização viária adequada. Contempla ainda, 02 estações intermediárias para o transporte coletivo, uma em cada sentido, coberta e em nível, com 180,00m<sup>2</sup> de área cada, além de bicicletários. Todas as intervenções viárias mencionadas receberão sinalização adequada.

Ao longo do trecho do calçadão da Avenida Brasil, a partir do alinhamento predial, em largura aproximada de 5,0 metros, serão realizados os passeios, visando distribuir este espaço de forma homogênea em ambos os lados da via.

No espaço do Canteiro Central, com aproximadamente 22 metros de largura média, serão previstos outros equipamentos tais, como: lanchonetes, quiosques para Revistaria, Postos para serviços da Prefeitura e ESTAR, Posto Policial e Posto Telefônico, além de local para Floricultura, e “Lan-house”. A área em frente da Catedral eixo com a Rua Padre Champagnat prevê espaço para Manifestações Culturais, Arena para adultos e Espaço educativo para programas infantis, além de área para exposições artísticas e feiras de artesanato, de flores, entre outras. Serão previstos também bancos, lixeiras, floreiras, fonte interativa, substituição de arborização urbana, equipamentos para ginástica, ATI e APNE, brinquedos para crianças, API e outros pintados no chão, além de mesas para jogos de xadrez e dama. Em todo calçadão serão previstas travessias em nível para pedestres. O piso será todo substituído e adequado ao programa de Calçadas, os passeios próximos às lojas serão elevados o máximo possível para possibilitar acessibilidade às lojas evitando os chamados “murunduns”. A iluminação pública em todo este trecho será subterrânea. No total são aproximadamente 30.000,00m<sup>2</sup> de área de intervenção no trecho do calçadão da Avenida Brasil.

f. RUA PADRE CHAMPAGNAT

Será realizada intervenção na Rua Padre Champagnat, através da melhoria e adequação do piso e do mobiliário urbano. Comportará espaço para “praça de alimentação” no seu eixo principal, floreiras, fonte, mesas cadeiras, lixeiras, luminárias, entre outros equipamentos. A área total da rua é de, aproximadamente, 1846,47m².

Outra intervenção que faz parte deste eixo principal é transformar a Rua Padre Champagnat em calçadão, no trecho compreendido entre as Ruas Paraná e Mato Grosso, integrando a Biblioteca e o Museu neste grande passeio público. Será realizada a revitalização do entorno da Biblioteca, composta por: implantação de fonte, equipamentos para lazer e brinquedos infantis.

De forma a permitir o acesso de vans escolares e automóveis para embarque e desembarque de alunos ao Colégio Marista, será implantada uma faixa de forma semicircular junto ao passeio da Rua Mato Grosso.

Está prevista também a disponibilização de vagas de estacionamento para os funcionários da Secretaria de Cultura, através do fechamento do acesso da Rua Mato Grosso à Rua Paraná.

ORÇAMENTO TOTAL:- R\$ 40.865,58

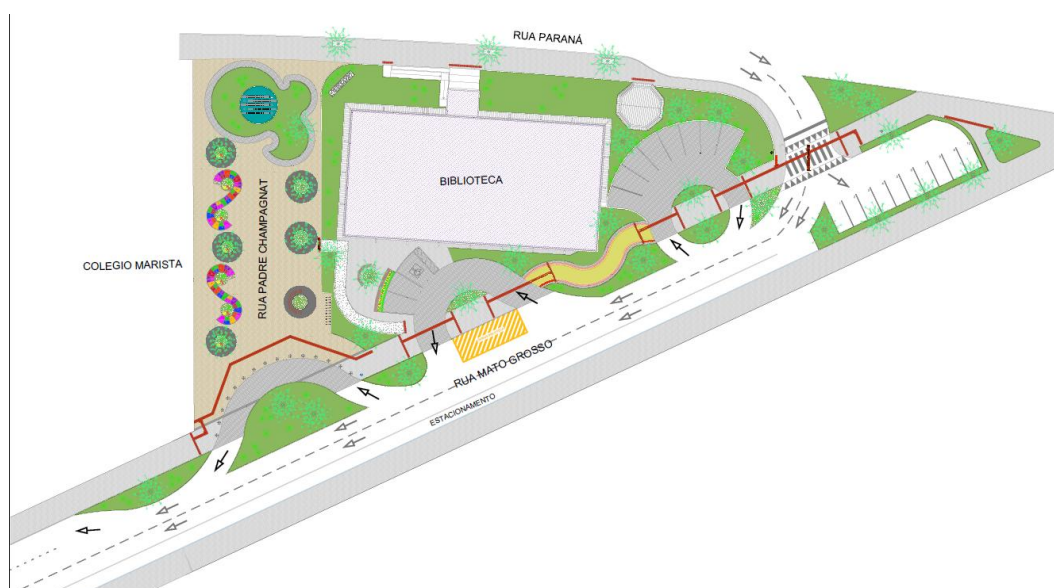
PRAZO DE EXECUÇÃO: 48 (QUARENTA E OITO) MESES.



### Perspectiva Interna da Proposta de Reurbanização do Calçadão



### Revitalização do espaço da biblioteca publica



## DUPLICAÇÃO DA RUA JACAREZINHO

### INTRODUÇÃO

Cascavel localiza-se na região Oeste do estado do Paraná e se interliga com as cidades circunvizinhas através das rodovias Federais BR-277 (Cascavel/Curitiba), BR-369 (Cascavel /Maringá), BR-467 (Cascavel /Toledo).

Os acessos a sua área urbana são feitos por 04 grandes artérias, que ensejam grandes volumes de tráfego nas diversas frentes de conexão rodoviária que a sede municipal faz com a região, a saber:

- Acesso Leste (conexão com as BR-277, BR 467 e BR 369 através do Trevo do bairro Cataratas): feito pela Avenida Brasil, em pista dupla, dotada de ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Oeste (conexão com a BR-277, saída para a cidade de Foz do Iguaçu): feito pela Avenida Tancredo Neves, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Norte (conexão com a BR 467, saída para a cidade de Toledo): feito pela Avenida Barão do Rio Branco, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica e pela Rua Jorge Lacerda em pista simples, sem ciclovia, canteiros centrais ou iluminação específica;

Cascavel por possuir uma avenida construída sobre um eixo localizado sobre o seu espigão concentrou grande parte do seu tráfego sobre esta avenida (Avenida Brasil), fazendo com que todas as ligações entre os bairros se fizessem através da Avenida Brasil, causando grande volume de tráfego. A abertura de novas ruas e avenidas irá diluir este tráfego. A Rua Jacarezinho em específico fará a ligação do binário Machado de Assis/Bom Jesus do centro da cidade as regiões Norte e Leste.

### ÁREA DE INTERVENÇÃO/FAMÍLIAS BENEFICIADAS:

- Centro e regiões Norte e Leste.



- Toda a população da zona urbana do município de Cascavel (300.000 habitantes) especialmente os moradores desses loteamentos, que terão acesso ao centro.

## COMPONENTES

Em função das larguras atuais ao longo da via em estudo, foi padronizada uma largura de projeto com as seguintes dimensões:

- Número de faixas → 4 x 3,50 m
- Número de faixas de estacionamento → 2 x 2,00 m
- Passeios → 2 x 3,00 m
- Canteiro central → 1 x 1,00 m
- Largura total → 25,00 m
- Número de pistas → 2 x 9,00 m
- Velocidade diretriz → 60 km/h
- Declividade transversal da pista em tangente → 2,0 %
- Superelevação máxima → 3,0 %

A extensão total da via projetada soma 610 m.

O pavimento é constituído por solos granulares (sub-base e base) e revestimento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em toda sua plataforma.

ORÇAMENTO TOTAL:- R\$ 1.500.000,00

PRAZO DE EXECUÇÃO:- 6 (SEIS) MESES.

## RESUMO EXECUTIVO – RUA JACAREZINHO

### 1. Localização:

Centro e regiões Norte e Leste.

Vias de referência: Avenida Brasil e Rua Jacarezinho.

Distância do centro da cidade: 2,5 quilômetros.

Acesso ao centro da cidade: pelas Avenida Brasil.

### 2. Tempo de utilização:

50 anos.

### 3. Tipo de utilização:

Deslocamento de veículos e outros tipos de transportes, bem como de pessoas, que se faz necessário devido a grande população nessa região da cidade.

### 4. Características do terreno:

Acidentado, com áreas de declividades superiores a 30% e solo argiloso.

### 5. Infra-estrutura e equipamentos públicos:

Dispõe de rede de abastecimento d'água e energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e drenagem na maioria das ruas. A rede de coleta de esgoto atende a praticamente todos os domicílios.

A coleta de lixo é feita pelos caminhões da Prefeitura.

Há transporte coletivo com oferta abundante de opções de deslocamento.

A ocupação é bem servida por equipamentos públicos tanto em seu interior como em seu entorno imediato. Dentro da vila tem-se uma escola de ensino fundamental, uma creche (CMEI).

Em um raio de um quilometro encontra-se uma escola de ensino fundamental e uma escolas de ensino médio.

Duas unidades básicas de saúde atendem a vila nessa mesma abrangência.

## **6. Pontos críticos:**

- 6.1. Deslocamento Bairro-Centro;
- 6.2. Fluidez no tráfego;
- 6.3. Acesso serviços de bairros.

## **7. Diretrizes de intervenção:**

- 7.1. Integração do bairro e a cidade;
- 7.2. Promover acessibilidade;
- 7.3. Segurança;
- 7.4. Facilitar acesso ao bairro.

## **8. Proposta de intervenção:**

A proposta de intervenção, para construção desta ligação entre bairros, parte do princípio de segurança a população, elevando o padrão de acessibilidade aos loteamento localizados nessa área de intervenção.

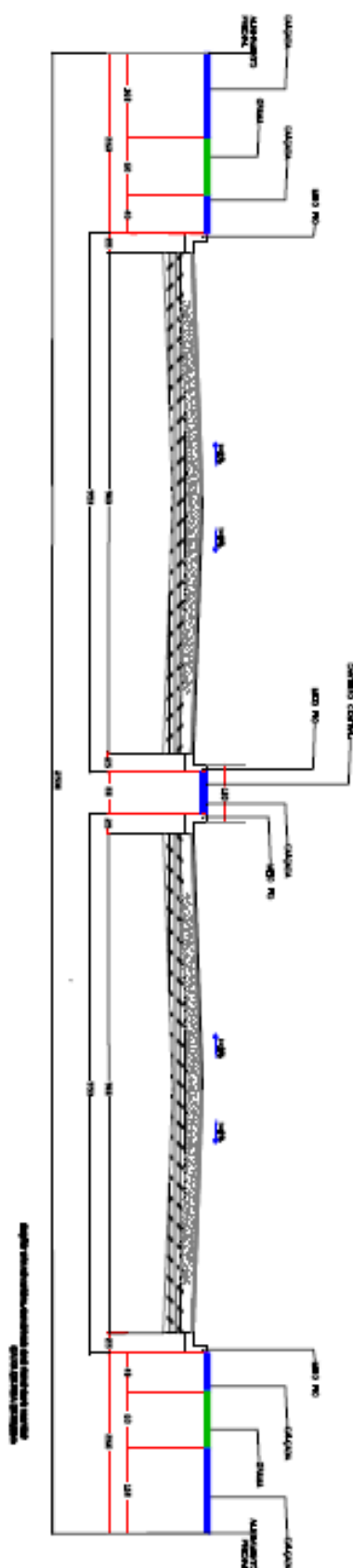
Esta intervenção trás também para a cidade uma maior integração entre esses bairros e a cidade em si.

## **FIGURAS**

As Figuras apresentadas a seguir mostram o arranjo geral da via projetada em relação ao perímetro urbano da cidade e as seções tipo da via projetada, respectivamente.



Seção do tipo da via projetada





## F) REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Rua Jacarezinho - Vista1



Rua Jacarezinho - Vista 2



## LIGAÇÃO DA RUA JEQUITIBÁ

### INTRODUÇÃO

Cascavel localiza-se na região Oeste do estado do Paraná e se interliga com as cidades circunvizinhas através das rodovias Federais BR-277 (Cascavel/Curitiba), BR-369 (Cascavel /Maringá), BR-467 (Cascavel /Toledo).

Os acessos a sua área urbana são feitos por 04 grandes artérias, que ensejam grandes volumes de tráfego nas diversas frentes de conexão rodoviária que a sede municipal faz com a região, a saber:

- Acesso Leste (conexão com as BR-277, BR 467 e BR 369 através do Trevo do bairro Cataratas): feito pela Avenida Brasil, em pista dupla, dotada de ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Oeste (conexão com a BR-277, saída para a cidade de Foz do Iguaçu): feito pela Avenida Tancredo Neves, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Norte (conexão com a BR 467, saída para a cidade de Toledo): feito pela Avenida Barão do Rio Branco, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica e pela Rua Jorge Lacerda em pista simples, sem ciclovia, canteiros centrais ou iluminação específica;

Cascavel por possuir uma avenida construída sobre um eixo localizado sobre o seu espigão concentrou grande parte do seu tráfego sobre esta avenida (Avenida Brasil), fazendo com que todas as ligações entre os bairros se fizessem através da Avenida Brasil, causando grande volume de tráfego. A abertura de novas ruas e avenidas ira diluir este tráfego. A abertura da Rua Jequitibá fará a ligação do bairro Parque Verde a região norte.

## ÁREA DE INTERVENÇÃO/FAMÍLIAS BENEFICIADAS:

- Bairro Parque Verde a região norte da cidade.
- Toda a população da zona urbana do município de Cascavel (300.000 habitantes) especialmente os moradores desses loteamentos, que terão acesso ao centro.

## COMPONENTES:

- Em função das larguras atuais ao longo da via em estudo, foi padronizada uma largura de projeto com as seguintes dimensões:

- - Número de faixas → 2 x 3,50 m
- - Número de faixas de estacionamento → 2 x 2,50 m
- - Passeios → 2 x 4,00 m
- - Largura total → 20,00 m
- - Número de pistas → 1 x 12,00 m
- - Velocidade diretriz → 60 km/h
- - Declividade transversal da pista em tangente → 2,0 %
- - Superelevação máxima → 3,0 %

A extensão total da via projetada soma 380 m.

O pavimento é constituído por solos granulares (sub-base e base) e revestimento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em toda sua plataforma.

**ORÇAMENTO TOTAL: R\$ 1.497.456,62**

**PRAZO DE EXECUÇÃO: 6 (seis) meses.**

## RESUMO EXECUTIVO – RUA JEQUITIBA

### 1. Localização:

Bairro Parque Verde e região norte.

Vias de referência: Avenida Guaira.

Distância do centro da cidade: 6,5 quilômetros.

Acesso ao centro da cidade: pelas Avenidas Brasil e Toledo e Rua Jorge Lacerda.

### 2. Tempo de utilização:

50 anos.

### 3. Tipo de utilização:

Deslocamento de veículos e outros tipos de transportes, bem como de pessoas, que se faz necessário devido a grande população nessa região da cidade.

### 4. Características do terreno:

Acidentado, com áreas de declividades superiores a 30% e solo argiloso.

### 5. Infra-estrutura e equipamentos públicos:

Dispõe de rede de abastecimento d'água e energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e drenagem na maioria das ruas. A rede de coleta de esgoto atende a praticamente todos os domicílios.

A coleta de lixo é feita pelos caminhões da Prefeitura.

Há transporte coletivo com oferta abundante de opções de deslocamento.

A ocupação é bem servida por equipamentos públicos tanto em seu interior como em seu entorno imediato. Dentro do bairro tem uma escola de ensino fundamental, uma creche (CMEI).

Em um raio de um quilometro encontra-se uma escola de ensino fundamental e uma escolas de ensino médio.

Duas unidades básicas de saúde atendem a vila nessa mesma abrangência.

## 6. Pontos críticos:

- 6.1. Deslocamento Bairro-Centro;
- 6.2. Fluidez no tráfego;
- 6.3. Acesso serviços de bairros.

## 7. Diretrizes de intervenção:

- 7.1. Integração do bairro e a cidade;
- 7.2. Promover acessibilidade;
- 7.3. Segurança;
- 7.4. Facilitar acesso ao bairro.

## 8. Proposta de intervenção:

A proposta de intervenção, para construção desta obra, parte-se do princípio da fluidez no trânsito e da segurança dos usuários, elevando o padrão de acessibilidade aos loteamentos localizados nessa área de intervenção.

Esta intervenção trará também para a cidade uma maior integração entre esses loteamentos e a cidade em si.

## 9. Planilhas de quantidades:

Município:	CASCAVEL				Data:	Maio/2012
Projeto:	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS - CBUQ				Data-base:	Março/2012
Local:	RUA JEQUITIBÁ (entre Rua Flamboyant e Rua Jorge Lacerda)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT  (a)	PREÇO (R\$)		
				unitário (b)	parcial (c = a . b)	
311.01	SERVIÇOS PRELIMINARES					
311.01.01	PLACAS					
311.01.01.002	Placa de obra - (4,00 x 2.00m)	Ud	1,00	950,00	950,00	

<b>311.01.04</b>	<b>DEMOLIÇÕES</b>				
311.01.04.00 2	Demolição Mecânica do Pavimento e Transporte	m³	114,00	24,00	2.736,00
<b>311.02</b>	<b>TERRAPLENAGEM</b>				
<b>311.02.01</b>	<b>DESMATAMENTO E LIMPEZA</b>				
	Limpeza do Terreno	m²	12.850,00	0,61	7.838,50
<b>311.02.02</b>	<b>ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE</b>				
311.02.02.00 2	Remoção da Camada Superficial	m³	2.570,00	5,00	12.850,00
311.02.02.01 2	Escavação, Carga e Transporte - Mat.1ª Cat. DMT 1.000m a 2.000m	m³	1.561,28	5,80	9.055,42
<b>311.02.03</b>	<b>COMPACTAÇÃO DE ATERRO</b>				
311.02.03.00 2	Compactação de Aterro - 100% PN	m³	1.561,28	3,45	5.386,42
<b>311.03</b>	<b>DRENAGEM</b>				
<b>311.03.01</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>				
311.03.01.01 3	Escavação Mecânica de Valas - 1ª Cat.	m³	1.654,80	8,40	13.900,32
311.03.01.02 0	Reaterro sem Apiloamento	m³	967,36	10,00	9.673,60
311.03.01.02 1	Reaterro com Apiloamento	m³	417,51	17,00	7.097,67
<b>311.03.02</b>	<b>GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>				
311.03.02.02 1	Corpo de BSTC ø 0,40 sem Berço	M	787,00	52,00	40.924,00
311.03.02.02 3	Corpo de BSTC ø 0,60 sem Berço	M	25,00	92,00	2.300,00
311.03.02.02 5	Corpo de BSTC ø 0,80 sem Berço	M	281,00	161,00	45.241,00
<b>311.03.03</b>	<b>CAIXAS / POÇOS</b>				
311.03.03.00 1	Caixa de Ligação/Queda 0,40	Ud	3,00	468,00	1.404,00
311.03.03.03 2	Boca de Lobo Simples	Ud	32,00	803,00	25.696,00
311.03.03.05 1	Poço de Visita/Queda - 0,40	Ud	2,00	1.500,00	3.000,00
311.03.03.05 3	Poço de Visita/Queda - 0,80	Ud	1,00	1.500,00	1.500,00
311.03.03.05 6	Poço de Visita/Queda - 1,50	Ud	1,00	1.500,00	1.500,00

<b>311.04</b>	<b>BASE / SUB-BASE</b>				
<b>311.04.01</b>	<b>SUB-LEITO</b>				
311.04.01.005	Regularização e Compactação Subleito	m <sup>2</sup>	9.715,16	2,10	20.401,84
<b>311.04.03</b>	<b>BASE</b>				
	Base de Rachão (e= 15 cm)	m <sup>3</sup>	401,40	68,00	27.295,20
311.04.03.005	Base de Brita Graduada	m <sup>3</sup>	1.390,27	77,50	107.745,62
<b>311.05</b>	<b>MEIO-FIO E SARJETA</b>				
<b>311.05.02</b>	<b>MEIO-FIO E SARJETA</b>				
311.05.02.015	Meio-Fio com Sarjeta de Concreto Moldado no Local	M	1.786,88	23,00	41.098,24
<b>311.06</b>	<b>REVESTIMENTO</b>				
<b>311.06.01</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>				
311.06.01.001	Limpeza e Lavagem da Pista	m <sup>2</sup>	1.173,90	0,45	528,26
<b>311.06.02</b>	<b>PINTURA</b>				
311.06.02.001	Pintura de ligação com Emulsão	m <sup>2</sup>	9.268,44	0,85	7.878,17
311.06.02.001	Pintura de ligação com Emulsão - Recape	m <sup>2</sup>	1.173,90	0,85	997,82
311.06.02.006	Imprimação - CM-30	m <sup>2</sup>	9.268,44	3,20	29.659,01
<b>311.06.06</b>	<b>USINADO</b>				
311.06.06.005	Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	Ton	926,84	212,00	196.490,93
311.06.06.005	Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) - Recape	Ton	88,04	212,00	18.665,01
<b>311.07</b>	<b>PAISAGISMO / URBANISMO</b>				
<b>311.07.01</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>				
	Demolição de Calçada com Remoção de Entulho	m <sup>3</sup>	79,95	24,00	1.918,80
	Limpeza, Regularização e Compactação de Passeio	m <sup>2</sup>	2.690,00	2,10	5.649,00
<b>311.07.02</b>	<b>CALÇADA</b>				
	Calçada em Paver e= 4 cm, Inclusive Base	m <sup>2</sup>	5.024,50	46,80	235.146,60
	Rampa p/ Cadeirante e= 5 cm - pintada e laterais em Paver Tátil de Alerta vermelho e= 4 cm	ud	40,00	178,57	7.142,80

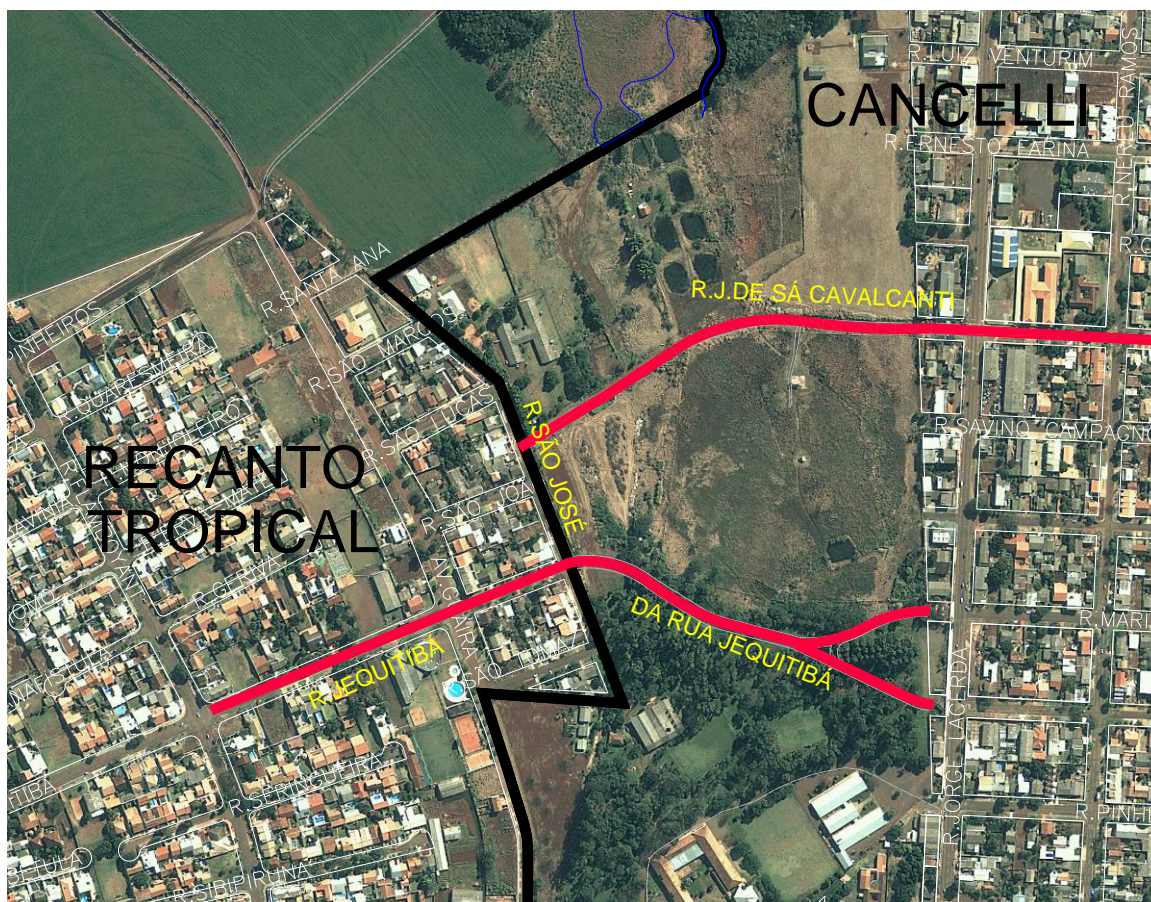


	Guia para Contenção Lateral e= 5 cm, h= 15 cm	M	4.630,00	11,80	54.634,00
<b>311.07.04</b>	<b>PROTEÇÃO VEGETAL</b>				
311.07.04.00 1	Plantio de Grama em Placas	m <sup>2</sup>	1.688,00	6,60	11.140,80
<b>311.08</b>	<b>SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO</b>				
<b>311.08.01</b>	<b>SINALIZAÇÃO VERTICAL</b>				
	Placa de Regulamentação - Círculo	Ud	16,00	321,00	5.136,00
	Placa de Regulamentação - Octógono	Ud	9,00	321,00	2.889,00
<b>311.08.02</b>	<b>SINALIZAÇÃO HORIZONTAL</b>				
311.08.02.00 1	Pintura de Faixas - Brancas	m <sup>2</sup>	755,85	15,40	11.640,09
311.08.02.00 5	Pintura de Faixas - Amarelas	m <sup>2</sup>	22,50	15,40	346,50

## FIGURAS

As Figuras apresentadas a seguir mostram o arranjo geral da via projetada em relação ao perímetro urbano da cidade e as seções tipo da via projetada, respectivamente.

Localização do prolongamento da Rua Jequitibá em relação ao perímetro urbano de Cascavel



[illegible]

## REGISTRO FOTOGRÁFICO



Rua Jequitibá - Vista 1



Rua Jequitibá - Vista 2



## PROLOGAMENTO BINÁRIO RECIFE-PRESIDENTE KENNEDY

### INTRODUÇÃO

Cascavel localiza-se na região Oeste do estado do Paraná e se interliga com as cidades circunvizinhas através das rodovias Federais BR-277 (Cascavel/Curitiba), BR-369 (Cascavel /Maringá), BR-467 (Cascavel /Toledo).

Os acessos a sua área urbana são feitos por 04 grandes artérias, que ensejam grandes volumes de tráfego nas diversas frentes de conexão rodoviária que a sede municipal faz com a região, a saber:

- Acesso Leste (conexão com as BR-277, BR 467 e BR 369 através do Trevo do bairro Cataratas): feito pela Avenida Brasil, em pista dupla, dotada de ciclovias, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Oeste (conexão com a BR-277, saída para a cidade de Foz do Iguaçu): feito pela Avenida Tancredo Neves, em pista dupla, com ciclovias, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Norte (conexão com a BR 467, saída para a cidade de Toledo): feito pela Avenida Barão do Rio Branco, em pista dupla, com ciclovias, canteiro central e iluminação específica e pela Rua Jorge Lacerda em pista simples, sem ciclovias, canteiros centrais ou iluminação específica;

Cascavel por possuir uma avenida construída sobre um eixo localizado sobre o seu espigão concentrou grande parte do seu tráfego sobre esta avenida (Avenida Brasil), fazendo com que todas as ligações entre os bairros se fizessem através da Avenida Brasil, causando grande volume de tráfego. A abertura de novas ruas e avenidas irá diluir este tráfego. O Prolongamento do Binário das ruas Recife e Presidente Kennedy irá fazer a ligação do centro com a região oeste onde estão localizadas duas faculdades.

## ÁREA DE INTERVENÇÃO/FAMÍLIAS BENEFICIADAS:

2.1. Centro e bairro Parque Verde.

2.2. Toda a população da zona urbana do município de Cascavel (300.000 habitantes) especialmente os moradores do centro e região oeste, que terão esta via como rota de acesso ao centro.

## 3. COMPONENTES:

3.1 Em função das larguras atuais ao longo da via em estudo, foi padronizada uma largura de projeto com as seguintes dimensões:

- - Número de faixas → 2 x 3,50 m
- - Número de faixas de estacionamento → 2 x 2,50 m
- - Passeios → 2 x 4,00 m
- - Largura total → 20,00 m
- - Número de pistas → 2 x 12,00 m
- - Velocidade diretriz → 60 km/h
- - Declividade transversal da pista em tangente → 2,0 %
- - Superelevação máxima → 3,0 %

A extensão total da via projetada soma 400 m.

O pavimento é constituído por solos granulares (sub-base e base) e revestimento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em toda sua plataforma.

**ORÇAMENTO TOTAL: R\$ 2.400.000,00**

**PRAZO DE EXECUÇÃO: 6 (seis) meses.**



## **RESUMO EXECUTIVO – BINARIO RUAS PRES. KENNEDY/RECIFE**

### **1. Localização:**

Centro e região oeste da cidade.

Vias de referência: Ruas Presidente Kennedy e Recife.

Distância do centro da cidade: 3,0 quilômetros.

Acesso ao centro da cidade: pela Avenida Brasil.

### **2. Tempo de utilização:**

50 anos.

### **3. Tipo de utilização:**

Deslocamento de veículos e outros tipos de transportes, bem como de pessoas, que se faz necessário devido a grande população nessa região da cidade.

### **4. Características do terreno:**

Plano.

### **5. Infraestrutura e equipamentos públicos:**

Dispõe de rede de abastecimento d'água e energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e drenagem na maioria das ruas. A rede de coleta de esgoto atende a praticamente todos os domicílios.

A coleta de lixo é feita pelos caminhões da Prefeitura.

Há transporte coletivo com oferta abundante de opções de deslocamento.

A ocupação é bem servida por equipamentos públicos tanto em seu interior como em seu entorno imediato. Dentro da vila tem-se uma escola de ensino fundamental, uma creche (CMEI).

Em um raio de um quilometro encontra-se uma escola de ensino fundamental e uma escolas de ensino médio.

Duas unidades básicas de saúde atendem a vila nessa mesma abrangência.

#### **6. Pontos críticos:**

- 6.1. Deslocamento Bairro-Centro;
- 6.2. Fluidez no trafego;
- 6.3. Acesso serviços de bairros;

#### **7. Diretrizes de intervenção:**

- 7.1. Integração do bairro e a cidade;
- 7.2. Promover acessibilidade;
- 7.3. Segurança;
- 7.4. Facilitar acesso ao bairro;

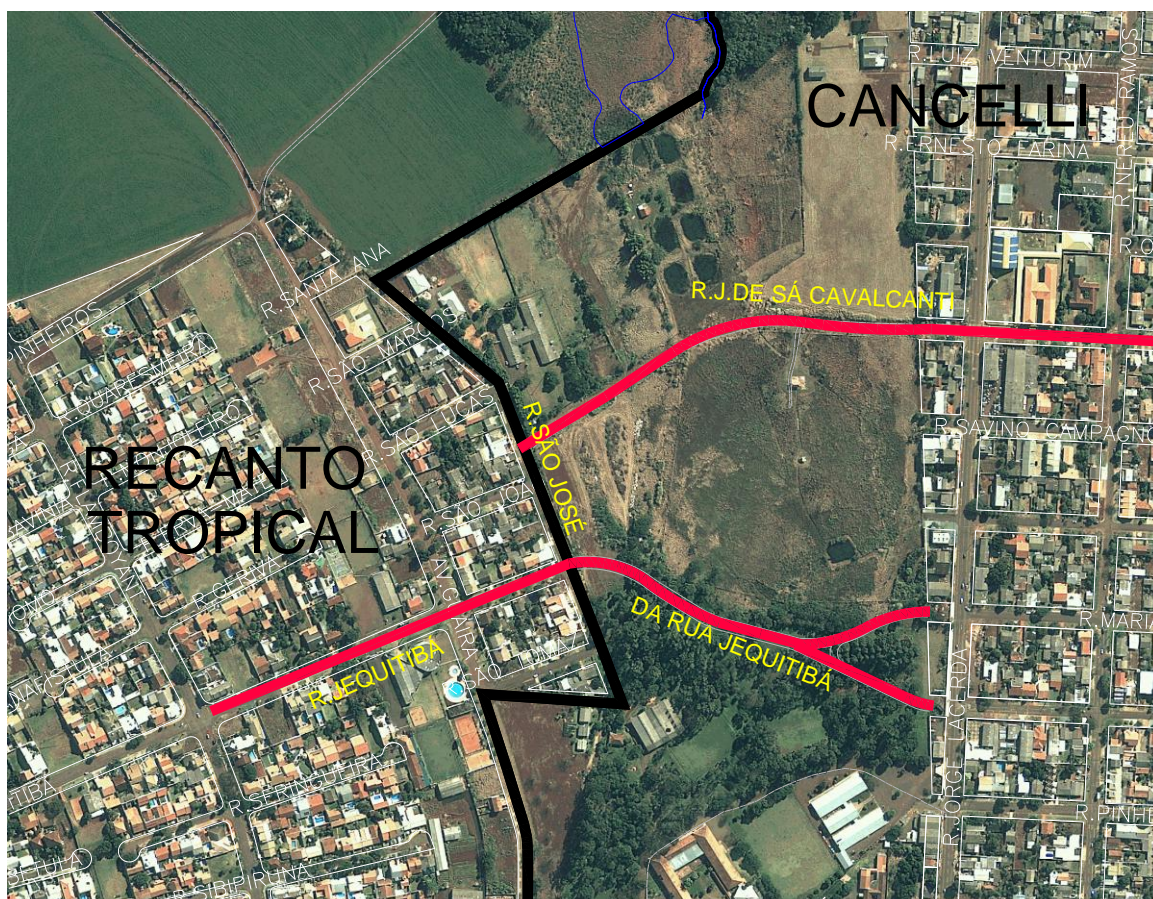
#### **8. Proposta de intervenção:**

A proposta de intervenção, para construção desta ligação entre bairros, parte do principio de segurança a população, elevando o padrão de acessibilidade aos loteamento localizados nessa área de intervenção.

Esta intervenção trás também para a cidade uma maior integração entre esses bairros e a cidade em si.

## **FIGURAS**

As Figuras apresentadas a seguir mostram o arranjo geral da via projetada em relação ao perímetro urbano da cidade e as seções tipo da via projetada, respectivamente.







## REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Rua Presidente  
Vista 1



Kennedy -



Rua Presidente Kennedy - Vista 2



Rua Recife - Vista 1



Rua Recife - Vista 2



## LIGAÇÃO DA RUA IPANEMA

### INTRODUÇÃO

Cascavel localiza-se na região Oeste do estado do Paraná e se interliga com as cidades circunvizinhas através das rodovias Federais BR-277 (Cascavel/Curitiba), BR-369 (Cascavel /Maringá), BR-467 (Cascavel /Toledo).

Os acessos a sua área urbana são feitos por 04 grandes artérias, que ensejam grandes volumes de tráfego nas diversas frentes de conexão rodoviária que a sede municipal faz com a região, a saber:

- Acesso Leste (conexão com as BR-277, BR 467 e BR 369 através do Trevo do bairro Cataratas): feito pela Avenida Brasil, em pista dupla, dotada de ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Oeste (conexão com a BR-277, saída para a cidade de Foz do Iguaçu): feito pela Avenida Tancredo Neves, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Norte (conexão com a BR 467, saída para a cidade de Toledo): feito pela Avenida Barão do Rio Branco, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica e pela Rua Jorge Lacerda em pista simples, sem ciclovia, canteiros centrais ou iluminação específica;

Cascavel por possuir uma avenida construída sobre um eixo localizado sobre o seu espigão concentrou grande parte do seu tráfego sobre esta avenida (Avenida Brasil), fazendo com que todas as ligações entre os bairros se fizessem através da Avenida Brasil, causando grande volume de tráfego. A abertura de novas ruas e avenidas irá diluir este tráfego. A ligação da Rua Ipanema a Rua das Pombas e a Avenida Rocha Pombo, embora com nomes diferentes, estão todas no mesmo alinhamento, fará à ligação da Avenida Brasil a região norte da cidade, interrompida hoje por uma propriedade particular.

## ÁREA DE INTERVENÇÃO/FAMÍLIAS BENEFICIADAS:

- Loteamentos Floresta, Clarito, Bela Vista, Brasília II, Verdes Campos, dentre outros.
- Toda a população da zona urbana do município de Cascavel (300.000 habitantes) especialmente os moradores desses loteamentos, que terão acesso ao centro.

## COMPONENTES:

3.1 Em função das larguras atuais ao longo da via em estudo, foi padronizada uma largura de projeto com as seguintes dimensões:

- - Número de faixas → 2 x 3,50 m
- - Número de faixas de estacionamento → 2 x 2,50 m
- - Passeios → 2 x 4,00 m
- - Largura total → 20,00 m
- - Número de pistas → 1 x 12,00 m
- - Velocidade diretriz → 40 km/h
- - Declividade transversal da pista em tangente → 2,0 %
- - Superelevação máxima → 3,0 %

A extensão total da via projetada soma 690 m.

O pavimento é constituído por solos granulares (sub-base e base) e revestimento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em toda sua plataforma.

ORÇAMENTO TOTAL:- R\$ 1.670.117,00

PRAZO DE EXECUÇÃO:- 6 (SEIS) MESES.

## **RESUMO EXECUTIVO – RUA IPANEMA**

### **1. Localização:**

Região norte da cidade, Loteamentos Floresta, Clarito, Bela Vista, Brasília II, Verdes Campos, dentre outros..

Vias de referência: Avenida Olindo Periolo e Rua Austria.

Distância do centro da cidade: 6,0 quilômetros.

Acesso ao centro da cidade: pelas Ruas Europa, Rocha Pombo, Domiciliano T. Bresolin e Avenida Brasil.

### **2. Tempo de utilização:**

50 anos.

### **3. Tipo de utilização:**

Deslocamento de veículos e outros tipos de transportes, bem como de pessoas, que se faz necessário devido a grande população nessa região da cidade.

### **4. Características do terreno:**

Plano.

### **5. Infraestrutura e equipamentos públicos:**

Dispõe de rede de abastecimento d'água e energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e drenagem na maioria das ruas. A rede de coleta de esgoto atende a praticamente todos os domicílios.

A coleta de lixo é feita pelos caminhões da Prefeitura.

Há transporte coletivo com oferta abundante de opções de deslocamento.

A ocupação é bem servida por equipamentos públicos tanto em seu interior como em seu entorno imediato. Dentro da vila tem-se uma escola de ensino fundamental, uma creche (CMEI).

Em um raio de um quilometro encontra-se uma escola de ensino fundamental e uma escolas de ensino médio.

Duas unidades básicas de saúde atendem a vila nessa mesma abrangência.

## **6. Pontos críticos:**

- 6.1. Deslocamento Bairro-Centro;
- 6.2. Fluidez no tráfego;
- 6.3. Acesso serviços de bairros.

## **7. Diretrizes de intervenção:**

- 7.1. Integração do bairro e a cidade;
- 7.2. Promover acessibilidade;
- 7.3. Segurança;
- 7.4. Facilitar acesso ao bairro.

## **8. Proposta de intervenção:**

A proposta de intervenção, para construção desta ligação entre bairros, parte do princípio de segurança a população, elevando o padrão de acessibilidade aos loteamento localizados nessa área de intervenção.

Esta intervenção trás também para a cidade uma maior integração entre esses bairros e a cidade em si.

## **FIGURAS**

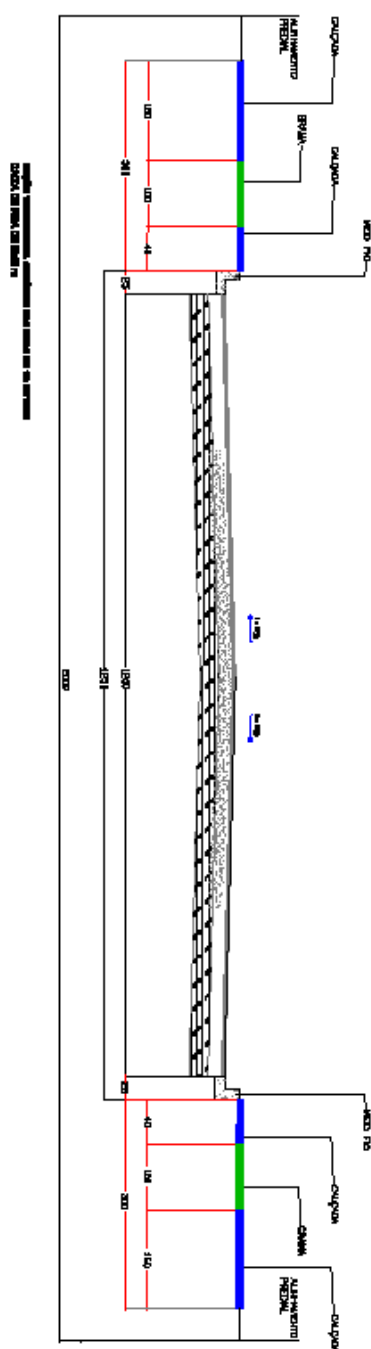
As Figuras apresentadas a seguir mostram o arranjo geral da via projetada em relação ao perímetro urbano da cidade e as seções tipo da via projetada, respectivamente.

Localização da ligação da Rua Ipanema em relação ao Perímetro Urbano de Cascavel





Seção do tipo da via projetada





## REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Rua Ipanema - Vista 1



Rua Ipanema - Vista 2

## LIGAÇÃO DA RUA VISCONDE GUARAPUAVA

### INTRODUÇÃO

Cascavel localiza-se na região Oeste do estado do Paraná e se interliga com as cidades circunvizinhas através das rodovias Federais BR-277 (Cascavel/Curitiba), BR-369 (Cascavel /Maringá), BR-467 (Cascavel /Toledo).

Os acessos a sua área urbana são feitos por 04 grandes artérias, que ensejam grandes volumes de tráfego nas diversas frentes de conexão rodoviária que a sede municipal faz com a região, a saber:

- Acesso Leste (conexão com as BR-277, BR 467 e BR 369 através do Trevo do bairro Cataratas): feito pela Avenida Brasil, em pista dupla, dotada de ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Oeste (conexão com a BR-277, saída para a cidade de Foz do Iguaçu): feito pela Avenida Tancredo Neves, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Norte (conexão com a BR 467, saída para a cidade de Toledo): feito pela Avenida Barão do Rio Branco, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica e pela Rua Jorge Lacerda em pista simples, sem ciclovia, canteiros centrais ou iluminação específica;

Cascavel por possuir uma avenida construída sobre um eixo localizado sobre o seu espigão concentrou grande parte do seu tráfego sobre esta avenida (Avenida Brasil), fazendo com que todas as ligações entre os bairros se fizessem através da Avenida Brasil, causando grande volume de tráfego. A abertura de novas ruas e avenidas ira diluir este tráfego. A abertura da Rua Visconde de Guarapuava fará a ligação do centro ao bairro Canadá, interrompida hoje por uma propriedade particular. O bairro Canadá se desenvolve mais lentamente em relação a outros bairros da cidade, por falta de acessos pavimentados.

## ÁREA DE INTERVENÇÃO/FAMÍLIAS BENEFICIADAS:

- Centro e Bairro Canadá.
- Toda a população da zona urbana do município de Cascavel (300.000 habitantes) especialmente os moradores desses loteamentos, que terão acesso ao centro.

## COMPONENTES:

3.1 Em função das larguras atuais ao longo da via em estudo, foi padronizada uma largura de projeto com as seguintes dimensões:

- - Número de faixas → 2 x 3,50 m
- - Número de faixas de estacionamento → 2 x 2,50 m
- - Passeios → 2 x 4,00 m
- - Largura total → 20,00 m
- - Número de pistas → 1 x 12,00 m
- - Velocidade diretriz → 40 km/h
- - Declividade transversal da pista em tangente → 2,0 %
- - Superelevação máxima → 3,0 %

A extensão total da via projetada soma 140 m.

O pavimento é constituído por solos granulares (sub-base e base) e revestimento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em toda sua plataforma.

ORÇAMENTO TOTAL:- R\$ 770.000,00

PRAZO DE EXECUÇÃO:- 3 (TRÊS) MESES.

## RESUMO EXECUTIVO – RUA VISCONDE DE GUARAPUAVA

### 1. Localização:

Região do centro da cidade e Bairro Canadá.

Vias de referência: Rua Marechal Candido Rondon e Rua Visconde de Guarapuava.

Distância do centro da cidade: 3,0 quilômetros.

Acesso ao centro da cidade: pela Rua Marechal Candido Rondon.

### 2. Tempo de utilização:

50 anos.

### 3. Tipo de utilização:

Deslocamento de veículos e outros tipos de transportes, bem como de pessoas, que se faz necessário devido a grande população nessa região da cidade.

### 4. Características do terreno:

Acidentado, com áreas de declividades superiores a 30%.

### 5. Infraestrutura e equipamentos públicos:

Dispõe de rede de abastecimento d'água e energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e drenagem na maioria das ruas. A rede de coleta de esgoto atende a praticamente todos os domicílios.

A coleta de lixo é feita pelos caminhões da Prefeitura.

Há transporte coletivo com oferta abundante de opções de deslocamento.

A ocupação é bem servida por equipamentos públicos tanto em seu interior como em seu entorno imediato. Dentro da vila tem-se uma escola de ensino fundamental, uma creche (CMEI).

Em um raio de um quilometro encontra-se uma escola de ensino fundamental e uma escolas de ensino médio.

Duas unidades básicas de saúde atendem a vila nessa mesma abrangência.

## **6. Pontos críticos:**

- 6.1. Deslocamento Bairro-Centro;
- 6.2. Fluidez no tráfego;
- 6.3. Acesso serviços de bairros.

## **7. Diretrizes de intervenção:**

- 7.1. Integração do bairro e a cidade;
- 7.2. Promover acessibilidade;
- 7.3. Segurança;
- 7.4. Facilitar acesso ao bairro.

## **8. Proposta de intervenção:**

A proposta de intervenção, para construção desta ligação entre bairros, parte do princípio de segurança a população, elevando o padrão de acessibilidade aos loteamento localizados nessa área de intervenção.

Esta intervenção trás também para a cidade uma maior integração entre esses bairros e a cidade em si.

## **FIGURAS**

As Figuras apresentadas a seguir mostram o arranjo geral da via projetada em relação ao perímetro urbano da cidade e as seções tipo da via projetada, respectivamente.

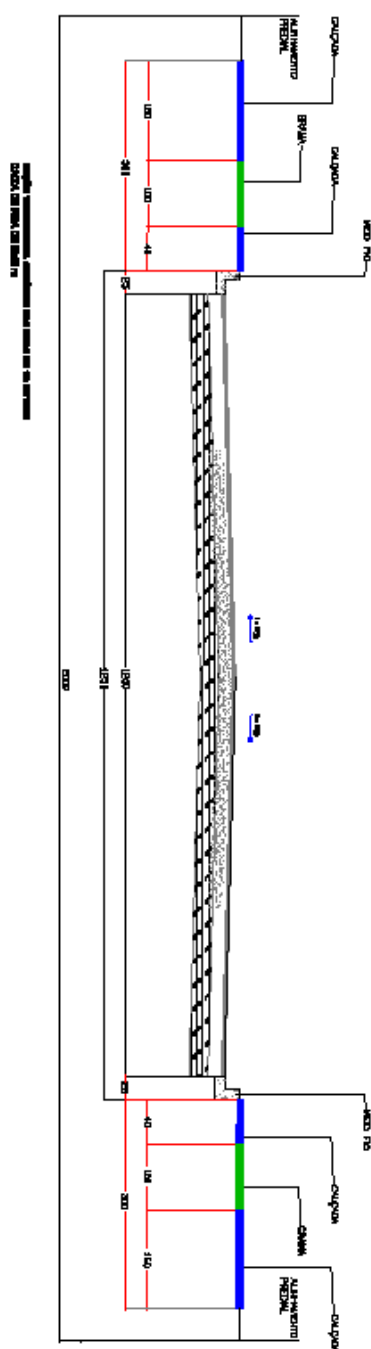


Localização da ligação da Rua Visconde de Guarapuava em relação ao  
perímetro urbano de Cascavel





Seção do tipo da via projetada



## REGISTRO FOTOGRÁFICO



Rua Visconde de Guarapuava - Vista 1



Rua Visconde de Guarapuava - Vista 2

## LIGAÇÃO DA RUA JOSÉ DE SÁ CAVALCANTI

### INTRODUÇÃO

Cascavel localiza-se na região Oeste do estado do Paraná e se interliga com as cidades circunvizinhas através das rodovias Federais BR-277 (Cascavel/Curitiba), BR-369 (Cascavel /Maringá), BR-467 (Cascavel /Toledo).

Os acessos a sua área urbana são feitos por 04 grandes artérias, que ensejam grandes volumes de tráfego nas diversas frentes de conexão rodoviária que a sede municipal faz com a região, a saber:

- Acesso Leste (conexão com as BR-277, BR 467 e BR 369 através do Trevo do bairro Cataratas): feito pela Avenida Brasil, em pista dupla, dotada de ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Oeste (conexão com a BR-277, saída para a cidade de Foz do Iguaçu): feito pela Avenida Tancredo Neves, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Norte (conexão com a BR 467, saída para a cidade de Toledo): feito pela Avenida Barão do Rio Branco, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica e pela Rua Jorge Lacerda em pista simples, sem ciclovia, canteiros centrais ou iluminação específica;

Cascavel por possuir uma avenida construída sobre um eixo localizado sobre o seu espigão concentrou grande parte do seu tráfego sobre esta avenida (Avenida Brasil), fazendo com que todas as ligações entre os bairros se fizessem através da Avenida Brasil, causando grande volume de tráfego. A abertura de novas ruas e avenidas irá diluir este tráfego. A Ligação das ruas Carlos Bartolomeu Cancelli, Lajeado e Rua Jose de Sá Cavalcanti fará a integração dos bairros Canadá, Cancelli e loteamento Jardim Metropolitano, interrompida hoje por propriedades particulares. Esta ligação se justifica devido à implantação no bairro Cancelli de três grandes empreendimentos habitacionais, que ficaram somente com uma alternativa de saída do bairro.

## ÁREA DE INTERVENÇÃO/FAMÍLIAS BENEFICIADAS:

- Bairros Canadá, Cancelli e loteamento Jardim Metropolitano.
- Toda a população da zona urbana do município de Cascavel (300.000 habitantes) especialmente os moradores desses bairros, que terão acesso ao centro.

## COMPONENTES:

Em função das larguras atuais ao longo da via em estudo, foi padronizada uma largura de projeto com as seguintes dimensões:

- - Número de faixas → 2 x 3,50 m
- - Número de faixas de estacionamento → 2 x 2,50 m
- - Passeios → 2 x 4,00 m
- - Largura total → 20,00 m
- - Número de pistas → 1 x 12,00 m
- - Velocidade diretriz → 40 km/h
- - Declividade transversal da pista em tangente → 2,0 %
- - Superelevação máxima → 3,0 %

A extensão total da via projetada soma 630 m.

O pavimento é constituído por solos granulares (sub-base e base) e revestimento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em toda sua plataforma.

ORÇAMENTO TOTAL: R\$ 3.504.858,22

PRAZO DE EXECUÇÃO: 6 (SEIS) MESES.

## RESUMO EXECUTIVO – RUA JOSÉ DE SÁ CAVALCANTI

### 1. Localização:

Região norte da cidade, Bairros Canadá, Cancelli e loteamento Jardim Metropolitano.

Vias de referência: Ruas José de Sá Cavalcanti, Carlos Bartolomeu Cancelli e Lajeado.

Distância do centro da cidade: 4,5 quilômetros.

Acesso ao centro da cidade: pela Avenida Toledo, Rua Jorge Lacerda e Avenida Brasil.

### 2. Tempo de utilização:

50 anos.

### 3. Tipo de utilização:

Deslocamento de veículos e outros tipos de transportes, bem como de pessoas, que se faz necessário devido a grande população nessa região da cidade.

### 4. Características do terreno:

Acidentado, com áreas de declividades superiores a 30% e solo argiloso.

### 5. Infraestrutura e equipamentos públicos:

Dispõe de rede de abastecimento d'água e energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e drenagem na maioria das ruas. A rede de coleta de esgoto atende a praticamente todos os domicílios.

A coleta de lixo é feita pelos caminhões da Prefeitura.

Há transporte coletivo com oferta abundante de opções de deslocamento.

A ocupação é bem servida por equipamentos públicos tanto em seu interior como em seu entorno imediato. Dentro da vila tem-se uma escola de ensino fundamental, uma creche (CMEI).

Em um raio de um quilometro encontra-se uma escola de ensino fundamental e uma escolas de ensino médio.

Duas unidades básicas de saúde atendem a vila nessa mesma abrangência.

#### **6. Pontos críticos:**

- 6.1. Deslocamento Bairro-Centro;
- 6.2. Fluidez no trafego;
- 6.3. Acesso serviços de bairros;

#### **7. Diretrizes de intervenção:**

- 7.1. Integração do bairro e a cidade;
- 7.2. Promover acessibilidade;
- 7.3. Segurança;
- 7.4. Facilitar acesso ao bairro;

#### **8. Proposta de intervenção:**

A proposta de intervenção, para construção desta ligação entre bairros, parte do principio de segurança a população, elevando o padrão de acessibilidade aos loteamento localizados nessa área de intervenção.

Esta intervenção trás também para a cidade uma maior integração entre esses bairros e a cidade em si.

#### **9. Planilhas de quantidades:**

<b>Município:</b>	<b>CASCADEL</b>		
<b>Projeto:</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS - CBUQ</b>		
<b>Local:</b>	<b>RESUMO - LIGAÇÃO ENTRE RECANTO TROPICAL E JARDIM CANADÁ</b>		
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	<b>UNID</b>	<b>QUANT (a)</b>



<b>311.01</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>		
<b>311.01.01</b>	<b>PLACAS</b>		
311.01.01.002	Placa de obra - (4,00 x 2,00m)	ud	1,00
<b>311.02</b>	<b>TERRAPLENAGEM</b>		
<b>311.02.01</b>	<b>DESMATAMENTO E LIMPEZA</b>		
	Limpeza do Terreno	m <sup>2</sup>	24.532,00
<b>311.02.02</b>	<b>ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE</b>		
311.02.02.001	Remoção Revestimento Primário	m <sup>3</sup>	464,65
311.02.02.002	Remoção da Camada Superficial	m <sup>3</sup>	4.906,40
311.02.02.010	Escavação, Carga e Transporte - Mat.1ª Cat. DMT ≤ 500m	m <sup>3</sup>	728,00
311.02.02.011	Escavação, Carga e Transporte - Mat.1ª Cat. DMT 500m a 1.000m	m <sup>3</sup>	3.314,35
<b>311.02.03</b>	<b>COMPACTAÇÃO DE ATERRO</b>		
311.02.03.002	Compactação de Aterro - 100% PN	m <sup>3</sup>	1.652,00
<b>311.03</b>	<b>DRENAGEM</b>		
<b>311.03.01</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>		
311.03.01.013	Escavação Mecânica de Valas - 1ª Cat.	m <sup>3</sup>	1.860,96
311.03.01.020	Reaterro sem Apiloamento	m <sup>3</sup>	1.097,24
311.03.01.021	Reaterro com Apiloamento	m <sup>3</sup>	478,95
<b>311.03.02</b>	<b>GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>		
311.03.02.021	Corpo de BSTC ø 0,40 sem Berço	m	1.516,00
311.03.02.023	Corpo de BSTC ø 0,60 sem Berço	m	29,00
<b>311.03.03</b>	<b>CAIXAS / POÇOS</b>		
311.03.03.001	Caixa de Ligação/Queda 0,40	ud	6,00
311.03.03.032	Boca de Lobo Simples	ud	60,00
311.03.03.051	Poço de Visita/Queda - 0,40	ud	3,00
	<b>ENCONTROS DE CONCRETO DO BUEIRO</b>		
	Fundação em Pedra Marroada	m <sup>3</sup>	80,00
	Concreto Simples para Piso, Viga e Berço	m <sup>3</sup>	138,34
	Concreto Ciclópico	m <sup>3</sup>	165,62
	Tubo ARMCO tipo MP 152 circular, revestimento em epóxi, espessura de 2,70mm, diâmetro de 3,80 m	m	124,00
<b>311.04</b>	<b>BASE / SUB-BASE</b>		
<b>311.04.01</b>	<b>SUB-LEITO</b>		
311.04.01.005	Regularização e Compactação Subleito	m <sup>2</sup>	18.462,50
<b>311.04.03</b>	<b>BASE</b>		
311.04.03.005	Base de Brita Graduada	m <sup>3</sup>	2.632,50
<b>311.05</b>	<b>MEIO-FIO E SARJETA</b>		
<b>311.05.02</b>	<b>MEIO-FIO E SARJETA</b>		
311.05.02.015	Meio-Fio com Sarjeta de Concreto Moldado no Local	m	3.650,00
<b>311.06</b>	<b>REVESTIMENTO</b>		
<b>311.06.01</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>		
311.06.01.001	Limpeza e Lavagem da Pista	m <sup>2</sup>	3.244,00
<b>311.06.02</b>	<b>PINTURA</b>		
311.06.02.001	Pintura de ligação com Emulsão	m <sup>2</sup>	17.550,00
311.06.02.001	Pintura de ligação com Emulsão - Recape	m <sup>2</sup>	3.244,00
311.06.02.006	Imprimação - CM-30	m <sup>2</sup>	17.550,00
<b>311.06.06</b>	<b>USINADO</b>		
311.06.06.005	Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	ton	1.755,00

311.06.06.005	Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) - Recape	ton	243,30
<b>311.07</b>	<b>PAISAGISMO / URBANISMO</b>		
<b>311.07.01</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>		
	Demolição de Calçada com Remoção de Entulho	m <sup>3</sup>	17,45
	Limpeza, Regularização e Compactação de Passeio	m <sup>2</sup>	690,00
<b>311.07.02</b>	<b>CALÇADA</b>		
	Calçada em Paver e= 4 cm, Inclusive Base	m <sup>2</sup>	9.205,50
	Rampa p/ Cadeirante e= 5 cm - pintada e laterais em Paver Tátil de Alerta vermelho e= 4 cm	ud	46,00
	Guia para Contenção Lateral e= 5 cm, h= 15 cm	m	6.215,28
<b>311.07.04</b>	<b>PROTEÇÃO VEGETAL</b>		
311.07.04.001	Plantio de Grama em Placas	m <sup>2</sup>	3.431,26
<b>311.08</b>	<b>SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO</b>		
<b>311.08.01</b>	<b>SINALIZAÇÃO VERTICAL</b>		
	Placa de Regulamentação - Círculo	ud	27,00
	Placa de Regulamentação - Octógono	ud	12,00
<b>311.08.02</b>	<b>SINALIZAÇÃO HORIZONTAL</b>		
311.08.02.001	Pintura de Faixas - Brancas	m <sup>2</sup>	854,21
311.08.02.005	Pintura de Faixas - Amarelas	m <sup>2</sup>	136,05

As Figuras apresentadas a seguir mostram o arranjo geral da via projetada em relação ao perímetro urbano da cidade e as seções tipo da via projetada, respectivamente.

[illegible]

Figure 1: Cross-section of a wall assembly showing the exterior and interior views. The exterior view (left) shows a 100mm thick brickwork (Brickwork) with a 10mm air gap (Air Gap) and a 10mm insulation layer (Insulation). The interior view (right) shows a 100mm thick brickwork (Brickwork) with a 10mm air gap (Air Gap) and a 10mm insulation layer (Insulation). The total thickness of the wall assembly is 200mm. The interior view also shows a 10mm air gap (Air Gap) and a 10mm insulation layer (Insulation). The total thickness of the wall assembly is 200mm.

## REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Rua Lageado - Vista 1



Rua Jose de Sá Cavalcanti - Vista 2



## LIGAÇÃO DA RUA VICENTE MACHADO

### INTRODUÇÃO

Cascavel localiza-se na região Oeste do estado do Paraná e se interliga com as cidades circunvizinhas através das rodovias Federais BR-277 (Cascavel/Curitiba), BR-369 (Cascavel /Maringá), BR-467 (Cascavel /Toledo).

Os acessos a sua área urbana são feitos por 04 grandes artérias, que ensejam grandes volumes de tráfego nas diversas frentes de conexão rodoviária que a sede municipal faz com a região, a saber:

- Acesso Leste (conexão com as BR-277, BR 467 e BR 369 através do Trevo do bairro Cataratas): feito pela Avenida Brasil, em pista dupla, dotada de ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Oeste (conexão com a BR-277, saída para a cidade de Foz do Iguaçu): feito pela Avenida Tancredo Neves, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Norte (conexão com a BR 467, saída para a cidade de Toledo): feito pela Avenida Barão do Rio Branco, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica e pela Rua Jorge Lacerda em pista simples, sem ciclovia, canteiros centrais ou iluminação específica;

Cascavel por possuir uma avenida construída sobre um eixo localizado sobre o seu espigão concentrou grande parte do seu tráfego sobre esta avenida (Avenida Brasil), fazendo com que todas as ligações entre os bairros se fizessem através da Avenida Brasil, causando grande volume de tráfego. A abertura de novas ruas e avenidas irá diluir este tráfego. A abertura da Rua Vicente Machado fará a ligação do centro ao bairro Canadá, interrompida hoje por uma propriedade particular. O bairro Canadá se desenvolve mais lentamente em relação a outros bairros da cidade, por falta de acessos pavimentados.



## ÁREA DE INTERVENÇÃO/FAMÍLIAS BENEFICIADAS:

- Centro e Bairro Canadá.
- Toda a população da zona urbana do município de Cascavel (300.000 habitantes) especialmente os moradores desses loteamentos, que terão acesso ao centro.

## COMPONENTES:

Em função das larguras atuais ao longo da via em estudo, foi padronizada uma largura de projeto com as seguintes dimensões:

- - Número de faixas → 2 x 3,50 m
- - Número de faixas de estacionamento → 2 x 2,50 m
- - Passeios → 2 x 4,00 m
- - Largura total → 20,00 m
- - Número de pistas → 1 x 12,00 m
- - Velocidade diretriz → 40 km/h
- - Declividade transversal da pista em tangente → 2,0 %
- - Superelevação máxima → 3,0 %

A extensão total da via projetada soma 140 m.

O pavimento é constituído por solos granulares (sub-base e base) e revestimento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em toda sua plataforma.

ORÇAMENTO TOTAL: R\$ 1.580.000,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: 6 (SEIS) MESES.

## **RESUMO EXECUTIVO – RUA VICENTE MACHADO**

### **1. Localização:**

Região do centro da cidade e Bairro Canadá.

Vias de referência: Rua Marechal Candido Rondon e Rua Vicente Machado.

Distância do centro da cidade: 3,0 quilômetros.

Acesso ao centro da cidade: pela Rua Marechal Candido Rondon.

### **2. Tempo de utilização:**

50 anos.

### **3. Tipo de utilização:**

Deslocamento de veículos e outros tipos de transportes, bem como de pessoas, que se faz necessário devido a grande população nessa região da cidade.

### **4. Características do terreno:**

Acidentado, com áreas de declividades superiores a 30%.

### **5. Infraestrutura e equipamentos públicos:**

Dispõe de rede de abastecimento d'água e energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e drenagem na maioria das ruas. A rede de coleta de esgoto atende a praticamente todos os domicílios.

A coleta de lixo é feita pelos caminhões da Prefeitura.

Há transporte coletivo com oferta abundante de opções de deslocamento.

A ocupação é bem servida por equipamentos públicos tanto em seu interior como em seu entorno imediato. Dentro da vila tem-se uma escola de ensino fundamental, uma creche (CMEI).

Em um raio de um quilometro encontra-se uma escola de ensino fundamental e uma escolas de ensino médio.

Duas unidades básicas de saúde atendem a vila nessa mesma abrangência.

## **6. Pontos críticos:**

- 6.1. Deslocamento Bairro-Centro;
- 6.2. Fluidez no tráfego;
- 6.3. Acesso serviços de bairros.

## **7. Diretrizes de intervenção:**

- 7.1. Integração do bairro e a cidade;
- 7.2. Promover acessibilidade;
- 7.3. Segurança;
- 7.4. Facilitar acesso ao bairro.

## **8. Proposta de intervenção:**

A proposta de intervenção, para construção desta ligação entre bairros, parte do princípio de segurança a população, elevando o padrão de acessibilidade aos loteamentos localizados nessa área de intervenção.

Esta intervenção trará também para a cidade uma maior integração entre esses bairros e a cidade em si.

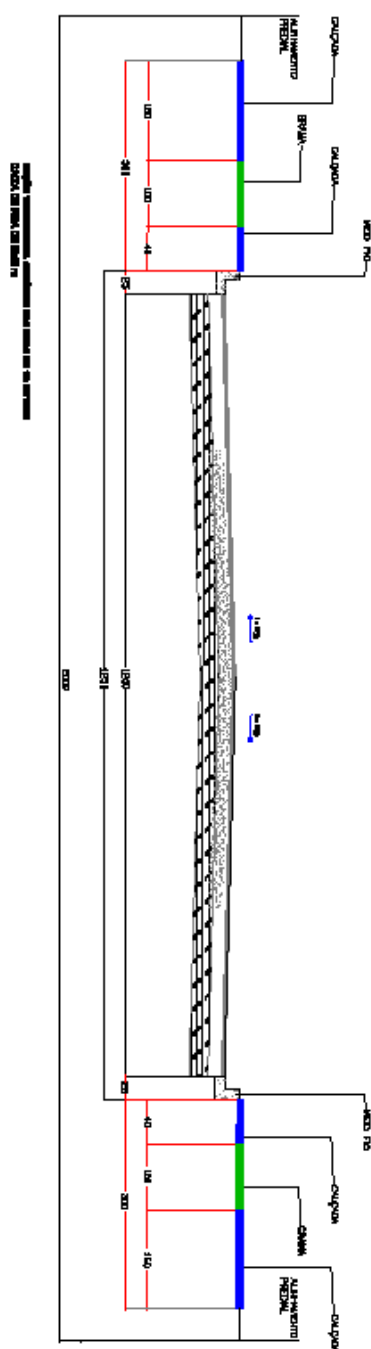
## **FIGURAS**

As Figuras apresentadas a seguir mostram o arranjo geral da via projetada em relação ao perímetro urbano da cidade e as seções tipo da via projetada, respectivamente.

Localização da ligação da Rua Vicente Machado em relação ao perímetro urbano de Cascavel



Seção do tipo da via projetada





## REGISTRO FOTOGRÁFICO



Rua Vicente Machado - Vista 1



Rua Vicente Machado - Vista 2



## VIADUTO SOBRE A BR 277

### INTRODUÇÃO

Cascavel localiza-se na região Oeste do estado do Paraná e se interliga com as cidades circunvizinhas através das rodovias Federais BR-277 (Cascavel/Curitiba), BR-369 (Cascavel /Maringá), BR-467 (Cascavel /Toledo).

Os acessos a sua área urbana são feitos por 04 grandes artérias, que ensejam grandes volumes de tráfego nas diversas frentes de conexão rodoviária que a sede municipal faz com a região, a saber:

- Acesso Leste (conexão com as BR-277, BR 467 e BR 369 através do Trevo do bairro Cataratas): feito pela Avenida Brasil, em pista dupla, dotada de ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Oeste (conexão com a BR-277, saída para a cidade de Foz do Iguaçu): feito pela Avenida Tancredo Neves, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Norte (conexão com a BR 467, saída para a cidade de Toledo): feito pela Avenida Barão do Rio Branco, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica e pela Rua Jorge Lacerda em pista simples, sem ciclovia, canteiros centrais ou iluminação específica;

A BR 277 devido ao seu intenso tráfego, isola e dificulta a passagem dos moradores dos loteamentos Presidente, Jardim Itália, Cascavel Velho, Jardim Veneza, Nova Veneza, e Novo Mundo, pela inexistência de acessos seguros aos bairros, o que tem causado vários acidentes.

Neste local em específico, no km 585,500, há a necessidade de um dispositivo em desnível conectando o lado norte com o lado sul da cidade.

A opção pela utilização de viaduto partiu da condição topográfica do local de implantação, visto que neste ponto as pistas da rodovia estão posicionadas em rampa ascendente acentuada, dificultando a modificação da configuração de seu greide.

## ÁREA DE INTERVENÇÃO/FAMÍLIAS BENEFICIADAS:

2.1. Loteamentos Presidente, Jardim Itália, Cascavel Velho, Jardim Veneza, Nova Veneza e Novo Mundo.

2.2. Toda a população da zona urbana do município de Cascavel (300.000 habitantes) especialmente os moradores desses loteamentos, que terão acesso ao centro.

## COMPONENTES:

Em função das larguras atuais ao longo da via em estudo, foi padronizada uma largura de projeto com as seguintes dimensões:

- - Número de faixas → 2 x 4,20 m
- - Número de faixas de estacionamento → 0 m
- - Passeios → 2 x 1,35 m
- - Largura total → 12,00 m
- - Número de pistas → 1 x 8,20 m
- - Velocidade diretriz → 40 km/h
- - Declividade transversal da pista em tangente → 2,0 %
- - Superelevação máxima → 11,20 %

A extensão total da via projetada soma 651,09 m.

A extensão do viaduto será de 40,50 m.

O pavimento é constituído por solos granulares (sub-base e base) e revestimento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em toda sua plataforma.

ORÇAMENTO TOTAL:- R\$ 3.755.192,54

PRAZO DE EXECUÇÃO:- 15 (QUINZE) MESES.

## RESUMO EXECUTIVO – VIADUTO BR-277

### 1. Localização:

Região sul da cidade, Loteamentos Presidente, Jardim Itália, Cascavel Velho, Jardim Veneza, Nova Veneza e Novo Mundo.

Vias de referência: Avenida Olindo Periolo e Rua Austria.

Distância do centro da cidade: 6,0 quilômetros.

Acesso ao centro da cidade: pelas Avenida Brasil.

### 2. Tempo de utilização:

50 anos.

### 3. Tipo de utilização:

Deslocamento de veículos e outros tipos de transportes, bem como de pessoas, que se faz necessário devido a grande população nessa região da cidade.

### 4. Características do terreno:

Acidentado, com áreas de declividades superiores a 30% e solo argiloso.

### 5. Infraestrutura e equipamentos públicos:

Dispõe de rede de abastecimento d'água e energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e drenagem na maioria das ruas. A coleta de lixo é feita pelos caminhões da Prefeitura.

Há transporte coletivo com oferta abundante de opções de deslocamento.

A ocupação é bem servida por equipamentos públicos tanto em seu interior como em seu entorno imediato. Dentro da vila tem-se uma escola de ensino fundamental, uma escola ensino médio, uma unidade de atendimento saúde e equipamentos de abastecimento alimentar.

Em um raio de um quilometro encontra-se uma escola de ensino fundamental e uma escolas de ensino médio.

## 6. Pontos críticos:

- 6.1. Deslocamento Bairro-Centro;
- 6.2. Acesso para pedestres inseguro, devido à travessia BR-277;
- 6.3. BR-277 com trânsito rápido e fluxo intenso;
- 6.4. Acidentes de trânsito, inclusive atropelamentos;
- 6.5. Fluxo intenso no Trevo Cataratas de acesso a cidade;
- 6.6. Insegurança.

## 7. Diretrizes de intervenção:

- 7.1. Integração do bairro e a cidade;
- 7.2. Promover acessibilidade;
- 7.3. Segurança;
- 7.4. Eliminar acidentes na travessia dos bairros;
- 7.5. Facilitar acesso ao bairro;
- 7.6. Diminuição de volume de tráfego no Trevo Cataratas.

## 8. Proposta de intervenção:

A proposta de intervenção, para construção deste viaduto, parte do princípio de segurança a população, elevando o padrão de acessibilidade aos loteamentos localizados nessa área de intervenção.

Esta intervenção trará também para a cidade uma maior integração entre esses loteamentos e a cidade em si.

## 9. Planilhas de quantidades:

Item	Discriminação	Unidade	Especificação	Quantidade
<b>1</b>	<b>TERRAPLENAGEM</b>			
1.1	Desmat. destoc. e limpeza áreas c/ árvores diâmetro até 30 cm	m <sup>2</sup>	DER/PR ES-T 01/05	9.902,20
1.2	Carga e transporte de material de limpeza DMT 0-200m	m <sup>3</sup>	DER/PR ES-T 01/05	2.970,66
1.3	Esc., carga e transp. material 1ª Categoria DMT 0-200m	m <sup>3</sup>	DER/PR ES-T 02/05	31.538,87
1.4	Esc., carga e transp. material 1ª Categoria DMT 200-400m	m <sup>3</sup>	DER/PR ES-T 02/05	8.881,38

Item	Discriminação	Unidade	Especificação	Quantidade
1.5	Compactação de aterros a 100% proctor normal	m³	DER/PR ES-T 06/05	3.934,47
1.6	Compactação de aterros a 95% proctor normal	m³	DER/PR ES-T 06/05	24.937,13
1.7	Espalhamento e conformação de bota-fora	m³	DER/PR ES-T 06/05	2.970,66
<b>2</b>	<b>DRENAGEM E OAC</b>			
2.1	Meio fio de concreto MFC03 (DNIT) ou tipo 2 - executado com extrusora (DER/PR)	m	DER/PR ES-OC 12/05	725,00
2.2	Boca de lobo simples BES	und	DER/PR ES-D 12/05	29,00
2.3	Corpo de BSTC D=0,40m tipo PA-2 com berço	m	DER/PR ES-D 09/05	494,00
2.4	Boca de bueiro simples Ø0,40m	und	DER/PR ES-D 05/05	2,00
2.5	Dissipador de energia de bueiro DEB02 - DNIT	und	DER/PR ES-D 04/05	2,00
2.6	Dissipador de energia de sarjeta DES02 - DNIT	und	DER/PR ES-D 04/05	1,00
2.7	Sarjeta trapezoidal de concreto SZC04(DNIT) ou tipo 4 (DER-PR)	m	DER/PR ES-D 01/05	129,00
2.8	Valeta de proteção aterro VP03 (DER) ou tipo 2 (DNIT)	m	DER/PR ES-D 01/05	129,00
<b>3</b>	<b>OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - OAE's -</b>			
3.1	Aço CA-50 fornec. dobr. colocação	kg	DER/PR ES-OA 03/05	46.075,00
3.2	Aço CP-190 RB Φ15,2mm	kg	DER/PR ES-OA 04/05	4.158,00
3.3	Ancoragem ativa p/ 10 Φ15,2mm	ud	DER/PR ES-OA 09/05	12,00
3.4	Ancoragem passiva p/ 10 Φ15,2mm	ud	DER/PR ES-OA 09/05	12,00
3.5	Apoio elastomérico fretado fornec. colocação	dm³	DNIT 091/2006 - ES	48,00
3.6	Apoio elastomérico não-fretado fornec. colocação	dm³	DNIT 091/2006 - ES	63,30
3.7	Área de contenção da terra armada - h < 6,00m	m²	NBR 9286	830,00
3.8	Área de contenção da terra armada - 6,00 > h > 9,00m	m²	NBR 9286	203,00
3.8	Bainha semi-rígida galvanizada fext/int=85/80	m	DER/PR ES-OA 09/05	345,00
3.9	Defensa concreto(barreira) simples	m	DER/PR ES-OC 14/05	81,00
3.10	Defensa concreto(barreira) simples com base de concreto 140x30 (terra armada)	m	DER/PR ES-OC 14/05	140,00
3.11	Concreto C20 A/C ≤ 0,65, abatimento entre 12 e 14cm, brita 1 e consumo mínimo de cimento de 300 kg/m³	m³	DER/PR ES-OA 08/05	64,40
3.12	Concreto C25 A/C ≤ 0,60	m³	DER/PR ES-	162,20

Item	Discriminação	Unidade	Especificação	Quantidade
			OA 08/05	
3.13	Concreto C30 A/C $\leq 0,55$	m <sup>3</sup>	DER/PR ES-OA 08/05	281,90
3.14	Concreto magro C10 (lastro)	m <sup>3</sup>	DER/PR ES-OA 08/05	10,10
3.15	Concreto para placa de transição (C25 A/C $\leq 0,60$ )	m <sup>3</sup>	DER/PR ES-OA 08/05	27,40
3.16	Dreno PVC reforçado 0,5m $\Phi$ 100 mm	ud	DER/PR ES-D 06/06	20,00
3.17	Escoramento simples p/ andaimes	m <sup>3</sup>	DER/PR ES-OA 06/05	505,30
3.18	Formas de madeira compensada resinadas (p/ concreto não-aparente)	m <sup>2</sup>	DER/PR ES-OA 05/05	533,90
3.19	Formas de madeira compensada resinadas c/ isopor (junta placa transição)	m <sup>2</sup>	DER/PR ES-OA 05/05	6,90
3.20	Formas plastificadas (p/ concreto aparente)	m <sup>2</sup>	DER/PR ES-OA 05/05	537,80
3.21	Fundação com pedra rachão	m <sup>3</sup>	DER/SP ET-DE-Q00/004	828,00
3.22	Gradil metálico	m	DER/PR ES-OC 11/05	221,00
3.23	Lançamento longarinas (63,2 tf)	ud	DER/PR ES-OA 08/05	5,00
3.24	Lançamento pré-lajes (333kg)	ud	DER/PR ES-OA 08/05	160,00
3.25	Mastique elástico - tipo Sikaflex T68/T69NS	kg	DER/SP ET-DE-C00/005	69,00
3.26	Reaterro e apiloamento mecânico	m <sup>3</sup>	DER/PR ES-T 06/05	5.718,30
3.27	Tarucel $\Phi$ 50mm	m	DER/SP ET-DE-C00/005	22,80
3.28	Compactação de aterros a 100% proctor normal para o aterro da terra armada	m <sup>3</sup>	DER/PR ES-T 06/05	5.556,00
<b>4</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO</b>			
4.1	Revestimento - concreto asfáltico usinado a quente	m <sup>3</sup>	ET-S2.001.000-PAV/010	176,69
4.2	Binder - concreto asfáltico usinado a quente	m <sup>3</sup>	ET-S2.001.000-PAV/010	229,03
4.3	Imprimação com CM-30	m <sup>2</sup>	ET-S2.001.000-PAV/008	4.360,66
4.4	Pintura de ligação	m <sup>2</sup>	ET-S2.001.000-PAV/009	4.820,81
4.5	Base - brita graduada - PM	m <sup>3</sup>	ET-S2.001.000-PAV/005	710,77
4.6	Sub-base - macadame seco	m <sup>3</sup>	ET-S2.001.000-PAV/006	955,79
4.7	Regularização do subleito - PN	m <sup>2</sup>	ET-S2.001.000-PAV/001	4.880,99
<b>5</b>	<b>SINALIZAÇÃO</b>			

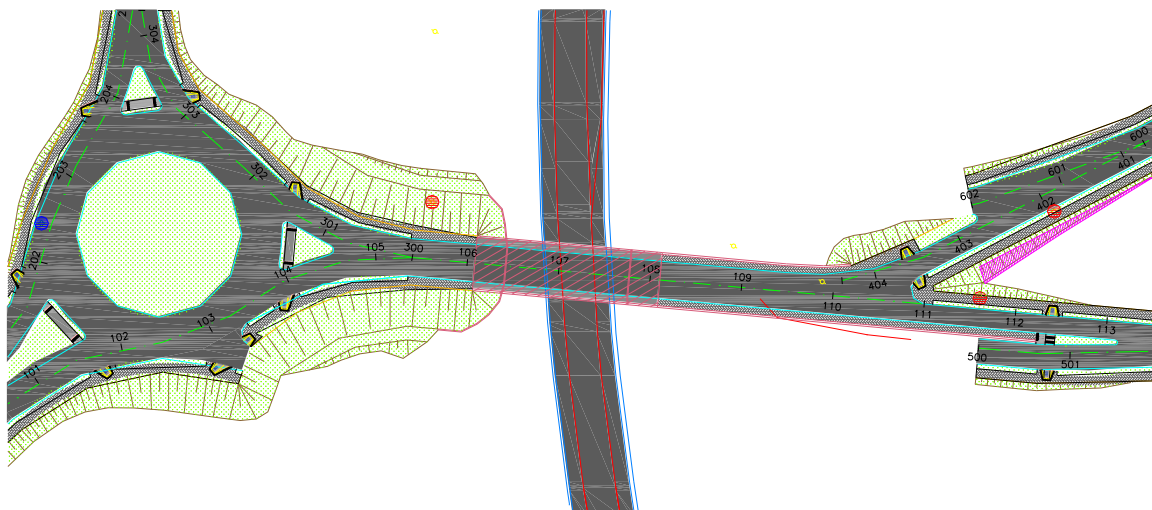


Item	Discriminação	Unidade	Especificação	Quantidade
5.1	Faixa de sinalização horizontal c/tinta resina acrílica base água - método aspersão	m²	DER/PR ES-OC 02/05	263,97
5.2	Pint. setas/zebrado-tinta base acrílica emulsionada em água - 2 anos - método extrusão	m²	DNIT-ES 100/09	80,02
5.3	Tacha refletiva bidirecional	und	DER/PR ES-OC 06/06	33,00
5.4	Tacha refletiva monodirecional	und	DER/PR ES-OC 06/06	24,00
5.5	Placa sinalização c/ película refletiva	m²	DER/PR ES-OC 09/05	11,71
5.6	Fornecimento e implantação coluna + braço projetado de coluna	und	DER/PR ES-OC 10/05	4,00
5.7	Suporte metál.galv.fogo d=2,5" c/tampa e aletas anti-giro h=3,00m	und	DER/PR ES-OC 09/05	8,00
5.8	Suporte metál.galv.fogo d=2,5" c/tampa e aletas anti-giro h=4,00m	und	DER/PR ES-OC 09/05	4,00
5.9	Defensa concreto(barreira) simples	m	DER/PR ES-OC 14/05	552,00
<b>6</b>	<b>PAISAGISMO</b>			
6.1	Regularização / compactação manual de passeios	m²	PMC-ES 075/99 / PMC-ES 077/99	5.400,92
6.2	Base em material estabilizado granulometricamente	m³	DER/PR ES-P 07/05	139,69
6.3	Remanejamento de postes de linha de transmissão	und	ABNT / NBR 8451/98	3,00
6.4	Forn. / assent. blocos de conc. tipo paver 10,5x21cm e= 6 cm cor natural	m²	DER/SP-ET-DE-P00/048	1.120,31
6.5	Forn. / assent. blocos de conc. tipo paver 10,5x21cm e= 6 cm cor preta	m²	DER/SP-ET-DE-P00/048	276,58
6.6	Forn. / plantio de grama em leivas c/ terra vegetal	m²	DER/PR ES-OC 15/05	4.004,03
6.7	Área de travessia de pedestres em concreto	m²	NBR 9050	63,97
6.8	Implantação de Rampa para deficiente, com pista tátil de alerta e pintura, medindo: 2,20x1,20x1,80m.	und	NBR 9050	13,00

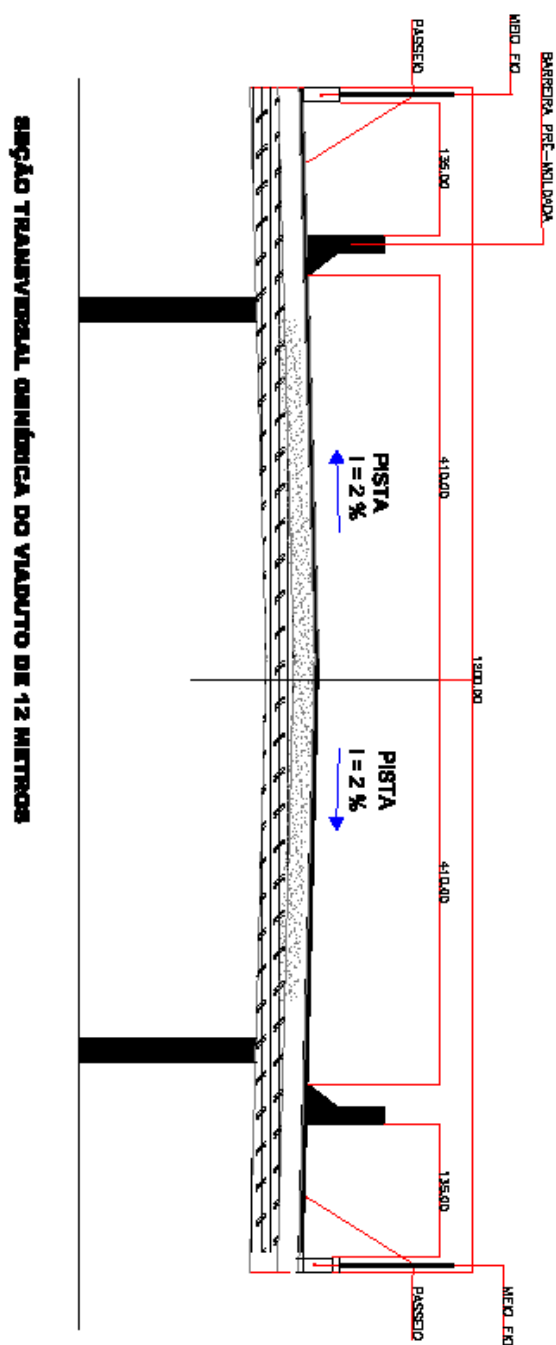
## FIGURAS

As Figuras apresentadas a seguir mostram o arranjo geral da via projetada em relação ao perímetro urbano da cidade e as seções tipo da via projetada, respectivamente.

Localização Viaduto em relação ao perímetro urbano de Cascavel



Seção do tipo da via projetada



## REGISTRO FOTOGRÁFICO



BR 277 e Avenida Olindo Periolo



Rua Áustria

## INTERVENÇÃO RUA PARANÁ

### 1. INTRODUÇÃO

Cascavel localiza-se na região Oeste do estado do Paraná e se interliga com as cidades circunvizinhas através das rodovias Federais BR-277 (Cascavel/Curitiba), BR-369 (Cascavel /Maringá), BR-467 (Cascavel /Toledo).

Os acessos a sua área urbana são feitos por 04 grandes artérias, que ensejam grandes volumes de tráfego nas diversas frentes de conexão rodoviária que a sede municipal faz com a região, a saber:

- Acesso Leste (conexão com as BR-277, BR 467 e BR 369 através do Trevo do bairro Cataratas): feito pela Avenida Brasil, em pista dupla, dotada de ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Oeste (conexão com a BR-277, saída para a cidade de Foz do Iguaçu): feito pela Avenida Tancredo Neves, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica;
- Acesso Norte (conexão com a BR 467, saída para a cidade de Toledo): feito pela Avenida Barão do Rio Branco, em pista dupla, com ciclovia, canteiro central e iluminação específica e pela Rua Jorge Lacerda em pista simples, sem ciclovia, canteiros centrais ou iluminação específica;

Cascavel por possuir uma avenida construída sobre um eixo localizado sobre o seu espigão concentrou grande parte do seu tráfego sobre esta avenida (Avenida Brasil), fazendo com que todas as ligações entre os bairros se fizessem através da Avenida Brasil, causando grande volume de tráfego. A abertura de novas ruas e avenidas ira diluir este trafega. A abertura da Rua Paraná fará a ligação entre Avenida Toledo e Rua Jorge Lacerda.

## 2. ÁREA DE INTERVENÇÃO/FAMÍLIAS BENEFICIADAS:

2.1. Centro.

2.2. Toda a população da zona urbana do município de Cascavel (300.000 habitantes) especialmente os moradores desses loteamentos, que terão acesso ao centro.

## 3. COMPONENTES:

3.1 Em função das larguras atuais ao longo da via em estudo, foi padronizada uma largura de projeto com as seguintes dimensões:

- - Número de faixas → 3 x 3,00 m
- - Número de faixas de estacionamento → 0 m
- - Passeios → 2 x 2,50 m
- - Largura total → 9,00 m
- - Número de pistas → 1 x 9,00 m
- - Velocidade diretriz → 60 km/h
- - Declividade transversal da pista em tangente → 2,0 %
- - Superelevação máxima → 11,20 %

A extensão total da via projetada soma 110,00 m.

O pavimento é constituído por solos granulares (sub-base e base) e revestimento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em toda sua plataforma.

4. ORÇAMENTO TOTAL:- R\$ 3.000.000,00

5. PRAZO DE EXECUÇÃO:- 6 (SEIS) MESES.

## RESUMO EXECUTIVO – RUA PARANÁ

### 6. Localização:

Centro da cidade.



Vias de referência: Avenida Toledo e Rua Jorge Lacerda.

Distância do centro da cidade: 3,0 quilômetros.

Acesso ao centro da cidade: pelas Avenida Brasil.

**7. Tempo de utilização:**

50 anos.

**8. Tipo de utilização:**

Deslocamento de veículos e outros tipos de transportes, bem como de pessoas, que se faz necessário devido a grande população nessa região da cidade.

**9. Características do terreno:**

Plano.

**10. Infraestrutura e equipamentos públicos:**

Dispõe de rede de abastecimento d'água e energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e drenagem na maioria das ruas. A rede de coleta de esgoto atende a praticamente todos os domicílios.

A coleta de lixo é feita pelos caminhões da Prefeitura.

Há transporte coletivo com oferta abundante de opções de deslocamento.

A ocupação é bem servida por equipamentos públicos tanto em seu interior como em seu entorno imediato. Dentro da vila tem-se uma escola de ensino fundamental, uma creche (CMEI).

Em um raio de um quilometro encontra-se uma escola de ensino fundamental e uma escolas de ensino médio.

Duas unidades básicas de saúde atendem a vila nessa mesma abrangência.

**11. Pontos críticos:**

6.1. Deslocamento Bairro-Centro;

6.2. Fluidez no tráfego;

6.3. Acesso serviços de bairros.

## **7. Diretrizes de intervenção:**

- 7.1. Integração do bairro e a cidade;
- 7.2. Promover acessibilidade;
- 7.3. Segurança;
- 7.4. Facilitar acesso ao bairro.

## **8. Proposta de intervenção:**

A proposta de intervenção, para construção desta obra, parte-se do princípio da fluidez no trânsito e da segurança dos usuários, elevando o padrão de acessibilidade aos loteamentos localizados nessa área de intervenção.

Esta intervenção trará também para a cidade uma maior integração entre esses loteamentos e a cidade em si.

## MELHORIA DAS CALÇADAS NOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO

### INTRODUÇÃO

O Município de Cascavel desenvolveu o Programa: Calçadas de Cascavel, objetivando conscientizar e sensibilizar a população sobre a importância de se construir, recuperar e manter as calçadas das áreas urbanas, de forma a permitir o trânsito seguro dos pedestres.

Dessa forma, o projeto apresentado visa promover a melhoria das calçadas nos imóveis próprios do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 5.744/11 referente ao Programa: Calçadas de Cascavel. Proporcionando facilitar o uso dos espaços, edificações, ambientes, transportes e serviços oferecidos Município, democratizando os espaços públicos.

### ÁREA DE INTERVENÇÃO/BENEFICIÁRIOS:

A área de intervenção corresponde a 51.000m<sup>2</sup> de melhoria de calçada nos Equipamentos Comunitários distribuídos em todos os bairros da cidade.

Os beneficiários são as pessoas portadoras de mobilidade reduzida, os idosos e pedestres em geral.

### COMPONENTES:

- Pavimentação: Recuperação e execução de pavimento adequado ao tráfego dos pedestres;
- Acessibilidade: Execução de rampas de travessia, implantação de pisos podotáteis e demais elementos necessários para proporcionar acessibilidade nos passeios dos edifícios públicos.
- Paisagismo: Plantio de grama e de árvores de espécies adequadas para calçadas;

ORÇAMENTO TOTAL: R\$ 4.114.000,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: PRIMEIRO ANO DO PROGRAMA.

## **RESUMO EXECUTIVO – MELHORIA DE CALÇADA**

### **1. Localização:**

Segundo o Programa: Calçadas de Cascavel, a construção dos passeios nos imóveis e equipamentos públicos ser dará em etapas. Na primeira etapa serão adequados os passeios dos próprios da região central.

Os bairros seguintes a receberem a infraestrutura estão elencados a seguir:

### **2. Características da Obra:**

Alguns imóveis do Município já possuem calçada conforme os padrões especificados na Lei, mas em grande maioria são calçada com pavimentação dentro das normas e sem acessibilidade.

A melhoria das calçadas nos próprios do Município subdividem-se em 02 categorias:

- Calçadas com necessidade de reconstrução total do passeio;
- Calçadas com necessidade de adequação de acessibilidade.

### **3. Infraestrutura:**

Segundo o Código de Obras Lei nº 2582/96 e o Código de Posturas Lei nº 2.965/99, quando há meio fio ou pavimentação asfáltica executada, o proprietário do imóvel deverá construir o passeio.

### **4. Pontos críticos :**

- 4.1. Arborização inadequada;
- 4.2. Pavimento degradado;
- 4.3. Declividades acentuadas com risco no tráfego dos pedestres;

### **5. Diretrizes de intervenção:**

- 5.1. Promover acessibilidade;
- 5.2. Proporcionar mobilidade urbana.

## **6. Proposta de intervenção:**

Adequação e padronização das calçadas nos Imóveis Próprios do Município, conforme os padrões estabelecidos no anexo da Lei Municipal nº 5.744/11, atendendo uma das estratégias do Plano Diretor: “Prover o Transporte e Mobilidade com Valorização do Ser Humano”.

Os próprios do município receberão essa infraestrutura a fim de proporcionar acesso seguro para os pedestres aos espaços e serviços oferecidos pelo Município e também para firmar o compromisso com a acessibilidade, incentivando também a população a adequar seus passeios, padronizando as calçadas em todo o Município.

Os projetos das calçadas estão de acordo com a NBR 9050/04 de Acessibilidade, prevendo implantação de rampas de travessia em todas as esquinas, piso podotátil direcional e de alerta quando houver necessidade, em acessos de veículos, por exemplo.

Além da preocupação com a acessibilidade, está prevista a substituição de espécies de árvores que estejam danificando os passeios por espécies adequadas, e plantio em áreas onde a arborização seja deficiente.

O mobiliário urbano será relocado quando representar uma barreira no passeio, sendo implantado no alinhamento da arborização, ou conforme projeto.

O piso escolhido para a execução dos passeios é o bloco intertravado de concreto na cor cinza, pois se trata de um piso de fácil manutenção, rápido assentamento, boa permeabilidade e antiderrapante, uma das características exigidas na Lei de Calçadas.

Para seu assentamento faz-se necessário o nivelamento do passeio conforme parâmetros exigidos na NBR9050/04, sendo que para um tráfego fácil é necessário que o passeio tenha seu desnível suavizado e suas rampas tenham inclinação máxima de 8,33%.

## 7. Planilha de Quantidades:

	MELHORIA DE CALÇADA		
ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.
<b>1.0</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>		
1.1	Placas de Obra – Em chapa de aço galvanizado 1,00x2,50m	un	
1.2	Depósito de Obra – Aluguel de Container	un	
<b>2.0</b>	<b>PREPARAÇÃO DO TERRENO</b>		
2.1	Retirada e Destoca de Árvores	un	
2.2	Demolição de Calçada	m <sup>2</sup>	
2.3	Retirada de Entulho	m <sup>3</sup>	
2.4	Transporte de Entulho	m <sup>3</sup>	
2.5	Limpeza de Terreno	m <sup>2</sup>	
2.6	Nivelamento do Terreno		
2.6.1	Retirada de Solo	m <sup>3</sup>	
2.6.2	Adição de Solo	m <sup>3</sup>	
<b>3.0</b>	<b>MEIO FIO</b>		
3.1	Reparo de Meio Fio	m	
3.2	Execução de Meio Fio – Concreto 15 mpa	m	
<b>4.0</b>	<b>EXECUÇÃO DE CALÇADA</b>		
4.1	Regularização de Base	m <sup>2</sup>	
4.2	Base de Pó de Pedra	m <sup>3</sup>	
4.3	Assentamento de Piso Intertravado de Concreto, esp 4cm (cor cinza), sob 10cm de colchão de areia, em sub-base preparada	m <sup>2</sup>	
4.4	Assentamento de Piso Podotátil de Alerta (Cor vermelha)	m <sup>2</sup>	
4.5	Assentamento de Piso Podotátil de Direcionamento (Cor vermelha)	m <sup>2</sup>	
<b>5.0</b>	<b>EXECUÇÃO DE RAMPAS</b>		
5.1	Execução de Rampas de Travessia	m <sup>3</sup>	
5.2	Execução de Rampas de Acesso de Veículos	m <sup>3</sup>	
<b>6.0</b>	<b>PAISAGISMO</b>		
6.1	Plantio de Grama Esmeralda em Placas	m <sup>2</sup>	
6.2	Plantio de Árvore com altura maior que 2,00 metros	un	
6.3	Adubação Orgânica	m <sup>3</sup>	
<b>7.0</b>	<b>LIMPEZA DE OBRA</b>		
7.1	Limpeza Final da Obra	m <sup>2</sup>	





Obs.: As propostas estão de acordo com as normas de acessibilidade NBR 9050/04, sendo estas adaptadas conforme a realidade de cada local a ser implantada.

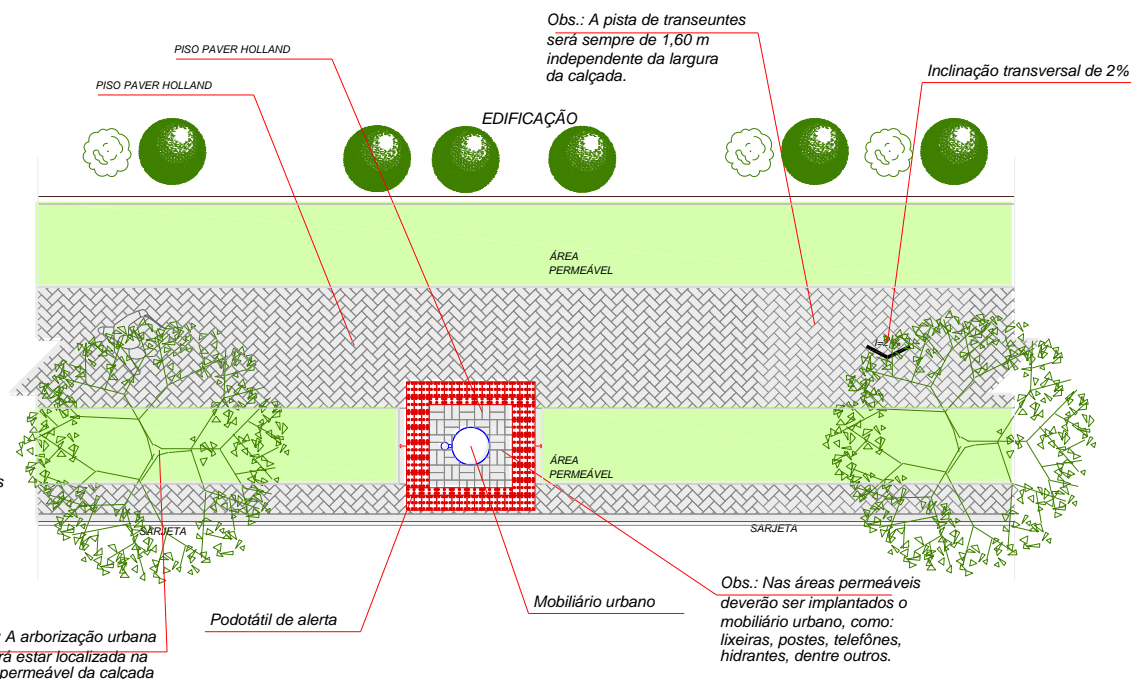
Obs.: Este modelo de calçada, poderá ser utilizado também para modelos de 3 m, 2,5m, menores que 2m e demais modelos ou situações existentes.

Obs.: Esta sinalização deve ser locada no entorno do mobiliário urbano, principalmente os que apresentam elementos suspensos. O modelo está em conformidade com a NBR 9050.

Obs.: O mobiliário urbano deve ser locado no alinhamento das árvores, placas e demais itens do mobiliário urbano.

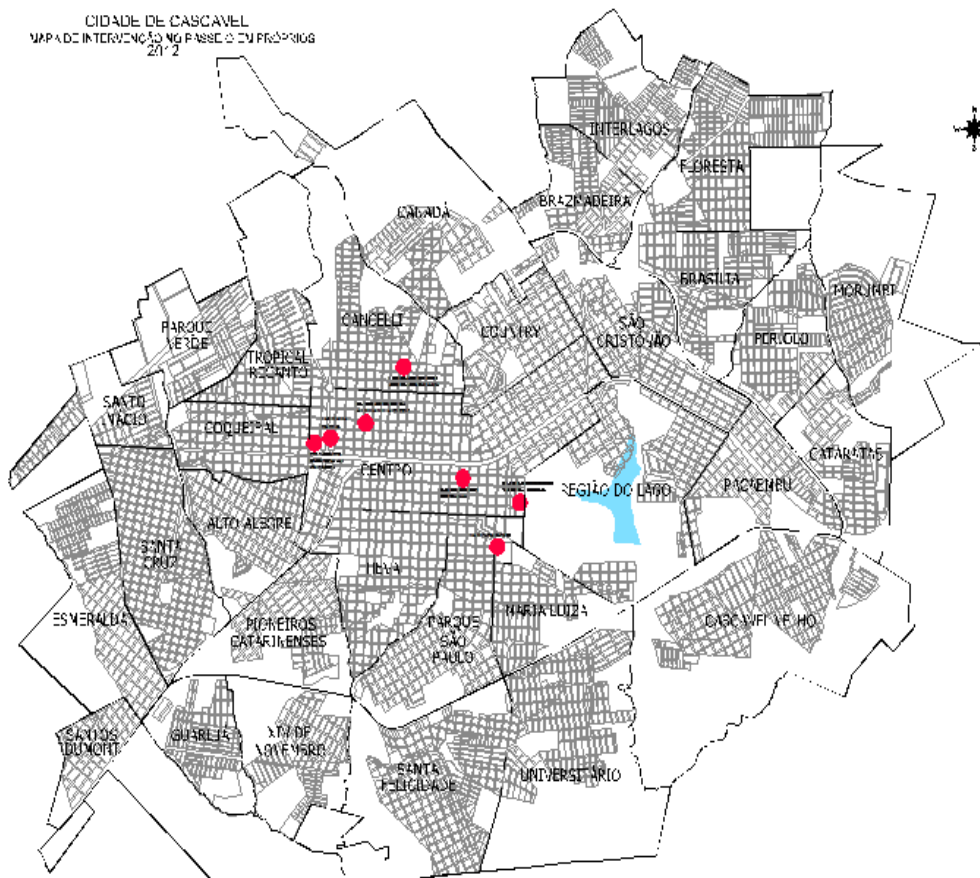
Obs.: Deverão ser usados podotátis no entorno do mobiliário urbano.

Obs.: A arborização urbana deverá estar localizada na área permeável da calçada



Modelo de Padronização dos passeios dos Próprios do Município – Exemplo de meio de quadra com mobiliário urbano (lixeira, telefone público), situação comum nos passeios dos equipamentos do Município

CIDADE DE CASCAVEL  
MAPA DE INTERVENÇÃO NO PASSEIO PÚBLICO  
ZONA 2



1. Prefeitura Municipal
2. Terminal Rodoviário
3. Farmácia Popular
4. Escola Gladis Tibola
5. Escola Almirante Barroso
6. Camelódromo
7. Escola Municipal Aloys Mann

Entre outros equipamentos como:

- Escolas;
- UBS;
- CMEI.

Equipamentos que receberão melhoria ou construção do Passeio

## REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Condições das Calçadas dos Próprios do Município – Escola Municipal Tibola



Condições das Calçadas dos Próprios do Município – Camelódromo em via de fluxo intenso de veículos – Rua Carlos Gomes





Condições das Calçadas dos Próprios do Município – CEEBJA -  
Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos



Condições das Calçadas dos Próprios do Município – Escola  
Municipal Almirante Barroso

## INSERÇÃO DE CICLOVIAS AO LONGO DOS CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO

### A) JUSTIFICATIVA

Com o crescimento acelerado das cidades surge uma nova política, a Política de Mobilidade Urbana, que traz aos Municípios uma nova realidade dentro das cidades, o Sistema de Mobilidade Sustentável. Os objetivos são facilitar à população o acesso aos serviços, ao local de trabalho, proporcionando qualidade de vida diminuindo os impactos ambientais que são causados pela realidade do transporte nas cidades.

Um dos meios de promover essa nova política é interligar os meios de transporte, priorizando os meios que transportem o maior número possível de passageiros causando menor índice de poluição, e promovendo a unificação das diversas formas de transporte alternativo.

A cidade de Cascavel aprovou a lei de seu Plano Diretor Municipal em 2008, dentro de todas as estratégias para desenvolvimento da cidade estava contemplada a estratégia “Prover o Transporte e Mobilidade com a Valorização do Ser Humano”, onde ficaram instituídas as prioridades referentes ao sistema de mobilidade, entre elas, a estruturação da malha cicloviária.

### B) OBJETIVOS

- Organizar e racionalizar o uso do espaço, compatibilizando os diversos meios de transporte, inserindo e ampliando a utilização do transporte por bicicleta;



- Promover a integração deste com outros meios de transporte visando redução de custo de deslocamento;
- Estimular os meios de transporte não motorizados.

### **C) BENEFICIÁRIOS**

Toda a população do Município de Cascavel, especialmente os usuários da bicicleta, proporcionando vias com acessibilidade e segurança aos ciclistas nos principais eixos de deslocamento.

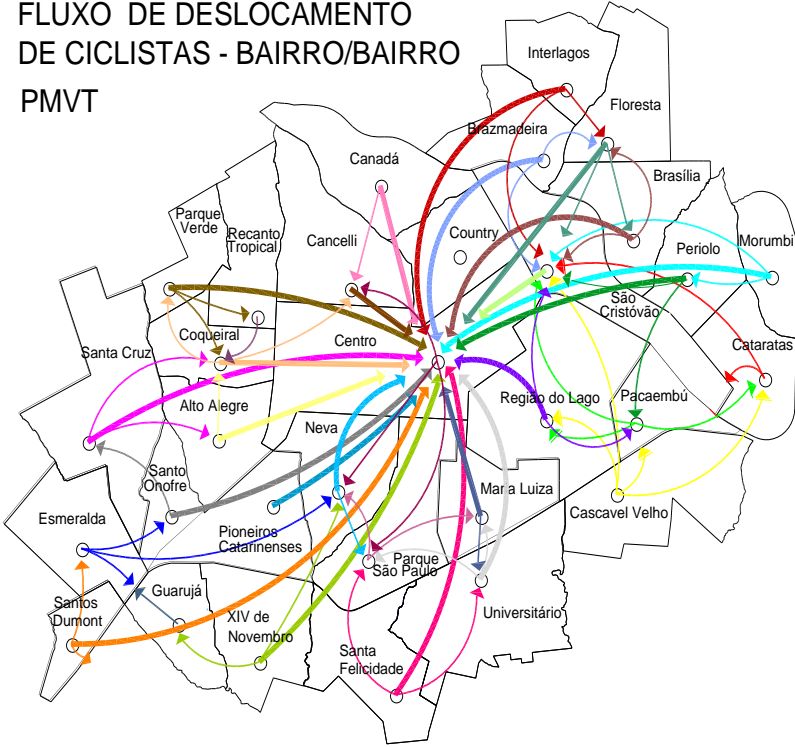
### **D) DESCRIÇÃO SUCINTA DO PROJETO**

A inserção de ciclovias na cidade de Cascavel restringe-se nessa primeira etapa a Avenida Brasil e Avenida Tancredo Neves, vias onde também serão implantadas as canaletas exclusivas para o transporte coletivo.

A dimensão da ciclovia existente no município hoje corresponde a 5,0 km, está previsto um aumento de 8,35 km da mesma, totalizando 13,35 km de extensão por 2,50 m de largura.

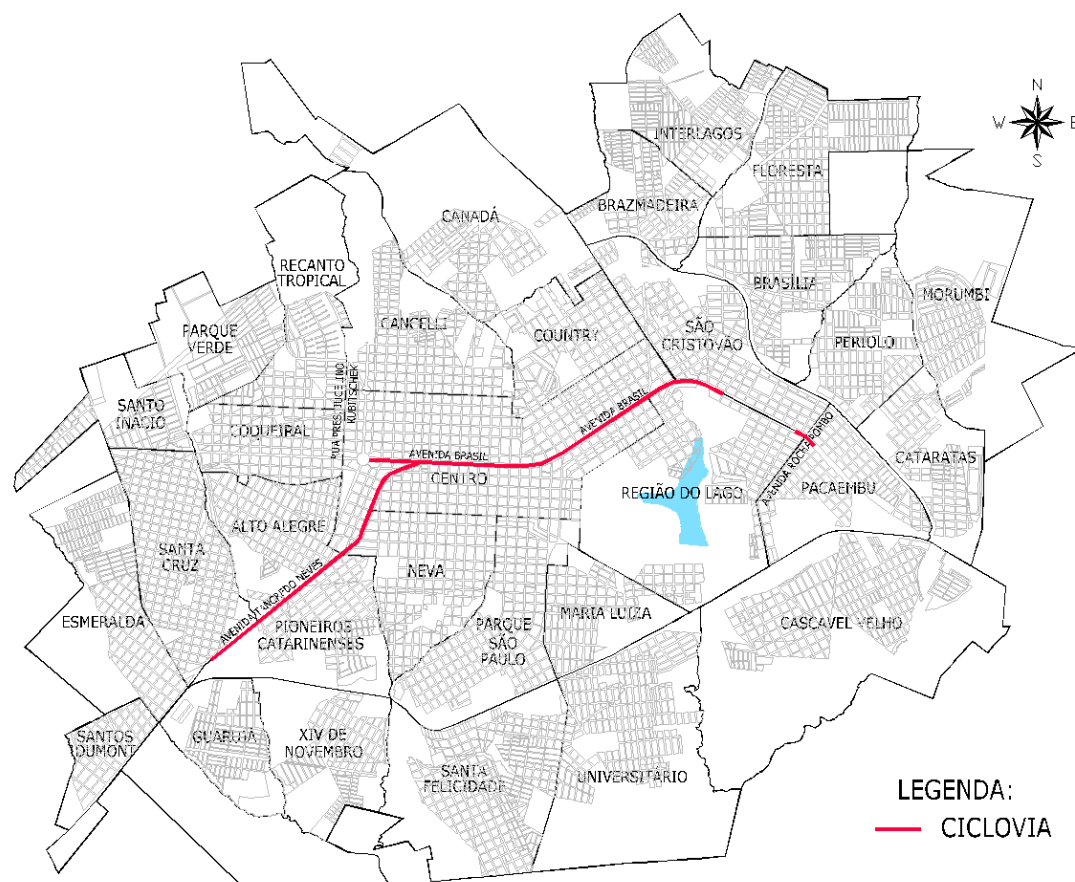
### **E) FIGURAS**

FLUXO DE DESLOCAMENTO  
DE CICLISTAS - BAIRRO/BAIRRO  
PMVT



Fluxo de deslocamento Bairro/Centro	
(%)	Bairro
3%	Cataratas
3%	Cascavel velho
0%	Pacaembu
23%	Morumbi
0%	Esmeralda
8%	Santa Cruz
33%	Santo Onofre
0%	Country
0%	Recanto tropical
20%	XIV de novembro
21%	Santa Felicidade
8%	Região do lago
13%	Periolo
25%	Brazmadeira
23%	Brasília
17%	Santos Dumont
27%	Pioneiros Catarinense
28%	Universitário
13%	Parque Verde
43%	Coqueiral
38%	Interlagos
18%	Floresta
0%	Guarujá
17%	Neva
6%	Parque São paulo
21%	Maria luiza
39%	Cancelli
19%	Canadá
16%	São Cristóvão
17%	Alto alegre

Mapa de delimitação da ciclovía



## ANEXO X

### FICHA DESCRITIVA DO COMPONENTE II MELHORIA DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL

## PARQUE LINEAR MORUMBI

### A) JUSTIFICATIVAS

Em relação à existência de áreas verdes no município de Cascavel, a cidade conta atualmente com 02 áreas de preservação ambiental, 05 parques, 01 bosque e 24 praças e locais de recreação.

De acordo com o Plano Diretor, Subseção III (Áreas de preservação e lazer), em seu Art. 60, integram as áreas de preservação e lazer no município de Cascavel:

- Parque Ecológico Paulo Gorski;
- Parque Tarquínio Joslin dos Santos;
- Parque Vitória;
- Parque Ambiental de Cascavel;
- Parque Municipal Salto Portão – Ponte Molhada;
- Quadra 42 do loteamento FAG- Preservação Permanente.

Somam-se às áreas indicadas no artigo anterior, as existentes no município para: bosques, nascentes com acesso público e praças, bem como, os canteiros centrais das avenidas, em especial os da Avenida Brasil, Avenida Presidente Tancredo Neves e Avenida Barão do Rio Branco na cidade de Cascavel.

Estas áreas totalizam 2.661.220 m<sup>2</sup> o que confere ao município um índice de 8,98 m<sup>2</sup> de área verde por habitante.

Apesar de este índice ser considerado significativo quando comparado a outros municípios de porte semelhante, sabe-se que valor mínimo recomendado pela ONU e pela OMS é de 12 m<sup>2</sup>/habitante.

Verifica-se a necessidade de aporte do atual índice, bem como se constata a atual insuficiência do número de áreas onde possam ser compatibilizadas atividades de

lazer, esporte, cultura, convivência, preservação e educação ambiental na área urbana do município.

Na região de abrangência do parque verifica-se intensa ocupação e urbanização, com consequente adensamento populacional, o que contribuiu, ao longo do tempo, para o comprometimento da vegetação ciliar do corpo hídrico em questão.

Dessa forma, a construção do Parque Linear Morumbi tem como objetivo proteger as nascentes através da recuperação e preservação da mata ciliar ao longo do rio, criando um ambiente agradável com a instalação de equipamentos de lazer, esporte, cultura, convivência juntamente com o trabalho da educação ambiental e preservação do meio ambiente, propiciando a sua utilização pelos moradores locais e visitantes de outros bairros.

Aliado a isso, a localização do parque na área escolhida se justifica pelo fato de estar inserida na subzona de proteção, conforme macrozoneamento do município, onde se ressalta a urgência de recuperação e monitoramento dos cursos d'água, com seus fundos de vale e faixas de preservação permanente.

Dessa forma, com a implantação do parque pretende-se disponibilizar à população uma área de lazer de uso comunitário e ponto de encontro da comunidade, além da prática de esportes, tanto à comunidade local bem como à pessoas de cidades vizinhas e de outras regiões, incluindo escolas, excursões turísticas, entre outros.

Os principais benefícios identificados com a implantação do parque são a melhoria da qualidade de vida da população; aproveitamento de áreas públicas ainda não ocupadas; reconstituição da mata ciliar do corpo hídrico, garantindo o uso adequado das faixas de drenagem e manutenção das áreas de preservação permanente; integração dos bairros adjacentes, de modo a identificar a população local com o ambiente em que vivem, resultando na valorização da área de abrangência do



parque; e aumento do índice de área verde por habitante atual que é de 8,98 m<sup>2</sup>/habitante.

Os beneficiários da execução do projeto em questão serão os futuros frequentadores do Parque, aos quais será disponibilizado um ambiente natural, com equipamentos de lazer, pista de caminhada, equipamentos para a prática de esportes, vagas de estacionamento, além da revitalização da área e valorização do entorno.

## B) OBJETIVOS

Com a implantação do parque, busca-se o aproveitamento e recuperação ambiental de áreas públicas ainda não ocupadas, por meio da reconstituição da mata ciliar do corpo hídrico, garantindo o uso adequado das faixas de drenagem bem como a manutenção das áreas de preservação permanente.

Aliada a questão ambiental, objetiva-se a melhoria da qualidade de vida da população localizada na área de influência do parque, de forma a contribuir para o aproveitamento e a integração dos bairros adjacentes, o que certamente servirá para identificar a população local com o ambiente em que vive, resultando na valorização da área de abrangência do referido parque.

Entre os objetivos principais podem-se citar:

- Restauração da floresta ciliar e a conservação das áreas;
- Intervenção nas áreas que apresentam degradação ambiental;
- Adensamento e enriquecimento florestal das áreas;
- Preservação da fauna e flora dos locais;
- Proteção das nascentes e margens dos corpos hídricos que cortam o parque.
- Estimular a visitação da comunidade, escolas e Universidades;
- Garantir a função ambiental e social dos Parques;

- Propiciar um espaço de lazer para a comunidade, bem como possibilitar o desenvolvimento de atividades culturais, educativas, turísticas e recreativas.

Paralelamente será possível fortalecer os vínculos familiares e comunitários através da implantação do CRAS, oferecer atendimento para as famílias carentes inscritas em programas sociais, implantando a cozinha comunitária do Provopar, criar um ambiente agradável com a instalação de equipamentos de lazer, esporte, cultura, convivência juntamente com o trabalho da educação ambiental, propiciando a sua utilização pelos moradores locais e de toda a região.

### **C) BENEFICIÁRIOS**

Diretos: toda a população da zona urbana do município de Cascavel (aprox. 265.000 habitantes) especialmente os moradores dos bairros Cancelli, Country, Morumbi, Floresta, Interlados, Santa Felicidade, Santa Cruz e Santo Onofre.

O parque será disponibilizado à população local, de modo a oferecer a esta, além de um espaço para a prática de esportes, contemplação e recreação, a recuperação de uma área antes degradada e ociosa, por meio da recomposição da faixa de preservação permanente o que será garantia da manutenção da integridade dos corpos hídricos que cortam o parque.

### **D) DESCRIÇÃO SUCINTA DO PROJETO**

#### **1. Localização:**

O Parque Linear do Morumbi se desenvolve ao longo da Sanga Amambay, na região Norte da Cidade de Cascavel, no Bairro Morumbi, no trecho das ruas São Roque – Europa – Avenida Corbélia – Serra do mar a extensão total do Parque Linear é interrompida pela Avenida Corbélia e Rua Europa, com acesso rápido ao trevo Cataratas que interliga as Rodovias BR 277, BR 369 e BR 467.

## **2. Tipo de Ocupação:**

Na região de abrangência do parque verifica-se intensa ocupação e urbanização, com consequente adensamento populacional, o que contribuiu, ao longo do tempo, para o comprometimento da vegetação ciliar do corpo hídrico em questão.

## **3. Características do terreno:**

Terreno com encostas muito suaves, com vertentes retilíneas e irregulares, com diversos pontos de declividade inferior a 30% e solo basáltico.

## **4. Infraestrutura:**

A região dispõe de rede de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, entorno com pavimentação asfáltica, sem calçada, a área ainda não possui sistema de esgotamento sanitário com previsão de instalação para o ano de 2013.

Coleta de lixo regular feita pelos caminhões da empresa contratada pelo município.

Linha de Transporte coletivo passando pela Av. Europa, Rua Corbélia e Serra Negra.

Em um raio de aproximadamente 500m, existem equipamentos de educação e saúde.

## **5. Pontos Críticos:**

Urgência na recuperação e monitoramento dos cursos d'água, com seus fundos de vale e faixas de preservação permanente.

Drenagem pluvial precária.

## **6. Diretrizes de Intervenção:**

6.1 Disponibilizar à população uma área de lazer de uso comunitário e ponto de encontro da comunidade, além da prática de esportes, tanto à comunidade local bem como à pessoas de cidades vizinhas e de outras regiões, incluindo escolas, excursões turísticas, entre outros;

6.2 Melhoria da qualidade de vida da população;

6.3 Aproveitamento de áreas públicas ainda não ocupadas;

- 6.4 Reconstituição da mata ciliar do corpo hídrico;
- 6.5 Integração dos bairros adjacentes;
- 6.6 Aumento do índice de área verde por habitante;
- 6.7 Garantir a função ambiental, educacional e social dos Parques;

## **7. Proposta de Intervenção:**

- 7.1 Limpeza e dragagem do córrego;
- 7.2 Sistema de micro e macro drenagem do parque;
- 7.3 Recuperação ambiental e reconstituição da mata ciliar;
- 7.4 Implantação de pista de caminhada ao longo de todo o parque e ciclovia na apenas na primeira parte, esta entre as Ruas São Roque e Europa. A ciclovia conta com apoio de um bicicletário;
- 7.5 Implantação dos seguintes equipamentos de esporte e lazer: Academias ao ar livre, parque infantil 8 torres em madeira plástica, escalada para crianças, campo de futebol, quadras de vôlei de areia, quiosques, áreas de convívio, pergolados circulares, ginásio de esportes, praças para recuperação de nascentes;
- 7.6 O parque prevê ainda áreas para estacionamento, com vagas adaptadas, sanitários públicos.
- 7.7 Centro de Convívio composto por equipamentos de Cultura, Assistência Social e Esporte e Lazer;
- 7.8 Será realizada a adequação das calçadas ao Programa de Calçadas do Município, contemplando a acessibilidade através de rampas e piso podotátil.

## **8. Área do Parque:**

O parque possui uma área total de 93.649,32 m<sup>2</sup> além das áreas não cobertas, entre elas, academias ao ar livre, brinquedos e estacionamentos.

## **9. Planilha de quantidades:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT
<b>1</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>		
<b>1.1</b>	<b>SERVICOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
1.1.1	LIMPEZA DE TERRENO - RASPAGEM MECANIZADA (MOTONIVELADORA) DE CAMADA VEGETAL	M2	12.000,00
1.1.2	TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA (6MM) - PINTURA A CAL- APROVEITAMENTO 2 X	M2	800,00
1.1.3	INSTAL/LIGACAO PROVISORIA ELETRICA BAIXA TENSÃO P/CANT OBRA,M3-CHAVE 100A CARGA 3KWH,20CV EXCL FORN MEDIDOR	UN	1,00
<b>1.2</b>	<b>CANTEIRO DE OBRAS</b>		<b>Subtotal</b>
1.2.1	BARRACAO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA COM BANHEIRO, COBERTURA EM FIBROCIMENTO 4 MM, INCLUSO INSTALACOES HIDRO-SANITARIAS E ELETRICAS	M2	50,00
<b>1.3</b>	<b>SERVICOS TECNICOS</b>		<b>Subtotal</b>
1.3.1	LOCACAO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	4.000,00
<b>1.4</b>	<b>INSTALACAO ELETRICA/ELETRIFICACAO E ILUMINACAO EXTERNA</b>		<b>Subtotal</b>
1.4.1	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 50MM (2"), FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	2.870,00
1.4.2	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 10 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	13.210,00
1.4.3	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	22,00
1.4.4	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 60 A 100A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
1.4.5	POSTE CONCRETO SECAO CIRCULAR COMPRIMENTO=14M CARGA NOMINAL NO TOPO 400KG INCLUSIVE ESCAVACAO EXCLUSIVE TRANSPORTE - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	40,00
1.4.6	REFLETOR RETANGULAR FECHADO COM LAMPADA VAPOR METALICO 400 W	UN	160,00
1.4.7	Luminária Rubi com poste de 4m, classe de proteção IP 66, com iluminação indireta, na cor Cinzento areado AKZO 900, equipada com lâmpada de vapor metálico de 250W, tensão nominal 220V. Fabricante: Schröder ou equivalente. Ref.: Luminária Rubi	UN	159,00
1.4.8	ENTRADA DE ENERGIA PADRÃO COPEL, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA TRIFÁSICA 100A	CJ	1,00
1.4.9	QUADRO PARA ATE 65 ESPAÇOS, EMBUTIDO ALVENARIA, SEM BARRAMENTO	PÇ	1,00
1.4.10	BARRAMENTO PARA DISJUNTOR DE 100A	M	5,00
<b>1.5</b>	<b>RECOMPOSIÇÃO DA MATA</b>		<b>Subtotal</b>
1.5.1	PLANTIO DE ARVORE COM ALTURA MAIOR DO QUE 2,00 METROS	UN	2.026,00
<b>1.6</b>	<b>PAISAGISMO/URBANIZAÇÃO</b>		
1.6.1	FORRAÇÃO EM TAPETE INGLÊS EM ROLO FORNECIMENTO E PLANTIO	M2	1.743,05
1.6.2	BANCO "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	106,00

1.6.3	LIXEIRA "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	53,00
1.6.4	GRAMA ESMERALDA EM ROLO FORNECIMENTO E PLANTIO	M2	16.052,00
1.6.5	MURO PALITEIRO COM MOURAO DE CONCRETO RETO TP ALAMBRADO 10X10CM H 3,25 M ESPAÇADOS 15CM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	3.230,33
<b>1.7</b>	<b>PASSEIO PÚBLICO</b>		
1.7.1	CALÇADA PASSEIO COMPLETA	M²	8.379,00
<b>1.8</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DE OBRA</b>		<b>Subtotal</b>
1.8.1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA INCLUSO ENGENHEIRO RESIDENTE, VIGIA, EPI'S, REFEIÇÕES E TRANSPORTE	MÊS	18,00
<b>1.9</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
1.9.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	12.000,00
	<b>TOTAL IMPLANTAÇÃO</b>		-
<b>2</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>		-
<b>2.1</b>	<b>SERVICOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
2.1.1	LIMPEZA DE TERRENO - RASPAGEM MECANIZADA (MOTONIVELADORA) DE CAMADA VEGETAL	M2	3.950,00
<b>2.2</b>	<b>SERVICOS TECNICOS</b>		<b>Subtotal</b>
2.2.1	LOCAÇÃO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	3.624,00
<b>2.3</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>		<b>Subtotal</b>
2.3.1	PERGOLADO LINEAR - PORTAL DE ENTRADA PEDESTRES	UN	9,00
2.3.2	PERGOLADO CIRCULAR COM BANCOS "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO	UN	3,00
2.3.3	QUIOSQUE MAIOR COM BANCOS "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO	UN	1,00
2.3.4	QUIOSQUE PARA BICICLETARIO	UN	1,00
2.3.5	BICICLETÁRIO EM TUBO ACO GALVANIZADO 2", INCLUSO ACESSORIOS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	24,00
2.3.6	QUIOSQUE MENOR COM BANCOS "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO	UN	3,00
2.3.7	PONTILHÃO DE MADEIRA	UN	7,00
2.3.8	PARQUE INFANTIL 8 TORRES, FORNECIMENTO	UN	2,00
2.3.9	PERGOLADO ENTRADA VEICULOS E ESTACIONAMENTO 30 VAGAS	UN	2,00
2.3.10	PERGOLADO ENTRADA VEICULOS E ESTACIONAMENTO 54 VAGAS	UN	1,00
2.3.11	ESCALADA EM MADEIRA (EUCALIPTO)	UN	1,00
<b>2.4</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
2.4.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	3.950,00
	<b>TOTAL EQUIPAMENTOS</b>		-
<b>3</b>	<b>GINASIO</b>		-
<b>3.1</b>	<b>SERVICOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
3.1.1	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO, INCLUSIVE RETIRADA DE ARVORE ENTRE 0,05M E 0,15M DE DIAMETRO	M2	1.474,77
3.1.2	TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA (6MM) - PINTURA A CAL- APROVEITAMENTO 2 X	M2	332,45



<b>3.2</b>	<b>CANTEIRO DE OBRAS</b>		<b>Subtotal</b>
3.2.1	BARRACAO DE OBRA PARA ALOJAMENTO/ESCRITORIO, PISO EM PINHO 3A, PAREDES EM COMPENSADO 10MM, COBERTURA EM TELHA AMIANTO 6MM, INCLUSO INSTALACOES ELETRICAS E ESQUADRIAS	M2	17,26
3.2.2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	8,00
<b>3.3</b>	<b>SERVICOS TECNICOS</b>		<b>Subtotal</b>
3.3.1	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALETADAS, COM REAPROVEITAMENTO DE 3 VEZES.	M2	783,00
<b>3.4</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>		<b>Subtotal</b>
3.4.1	ESCAVACAO MANUAL DE VALAS H <= 1,50 M	M3	69,87
<b>3.5</b>	<b>FUNDACOES E ESTRUTURAS</b>		<b>Subtotal</b>
3.5.1	ESTACA A TRADO(BROCA) D=25CM C/CONCRETO FCK=15MPA+20KG ACO/M3 MOLD.IN-LOCO	M	310,00
3.5.2	LASTRO DE BRITA Nº 2 APILOADA MANUALMENTE COM MAÃO DE ATÉ 30 KG	M3	39,72
3.5.3	FORMAS C/TABUAS 3A (2,5X30,0CM) P/M2 P/FUNDACOES,INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM (C/REAPR. 2X)	M2	195,84
3.5.4	FORMA MADEIRA COMP RESINADA 12MM P/ESTRUTURA REAPROV 2 VEZES - CORTE/MONTAGEM/ESCORAMENTO/DESFORMA	M2	413,52
3.5.5	ARMACAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	686
3.5.6	ARMACAO EM TELA SOLDADA Q-138 (ACO CA-60 4,2MM C/10CM)	KG	197,46
3.5.7	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) L 12,5MM(1/2) - FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	4.177,80
3.5.8	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUSIVE COLOCACAO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	35,66
3.5.9	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=20MPA, INCLUSIVE COLOCACAO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	22,53
3.5.10	LAJE PRE-MOLDADA P/PISO, SOBRECARGA 200KG/M2, VAOS ATE 3,50M/E=8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC FCK=20MPA, 4CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (REAPR.3X) E FERRAGEM NEGATIVA	M2	197,46
3.5.11	VERGA 10X10CM EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO FCK=20MPA (PREPARO COM BETONEIRA) AÇO CA60, BITOLA FINA, INCLUSIVE FORMAS TABUA 3A.	M	41,90
<b>3.6</b>	<b>PAREDES/PAINEIS</b>		<b>Subtotal</b>
3.6.1	ALVENARIA COM TIJOLOS APARENTES 6,5X10X20CM, ASSENTADOS COM ARGAMASSA TRACO 1:6 (CIMENTO E AREIA) PREPARO MANUAL	M2	61,91
3.6.2	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO 10X15X20CM, 1/2 VEZ, ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA)	M2	433,29
3.6.3	GRANITO CINZA POLIDO PARA BANCADA E=2,5 CM, LARGURA 60CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M2	3,00
<b>3.7</b>	<b>COBERTURA</b>		<b>Subtotal</b>

3.7.1	ESTRUTURA METALICA EM ACO ESTRUTURAL PERFIL "U" 6" X 2" E CANTONEIRAS 1 3/4"X1/4", TERÇAS PERFIL U ENRIJECIDO 6" X 2 1/2", TIRANTES Ø16MM, TELHAS TRAPEZOIDAL TERMOACÚSICA E TELHAS TRANSLUSCIDAS DE POLIPROLILENO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00
<b>3.8</b>	<b>ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDROS</b>		<b>Subtotal</b>
3.8.1	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA CERA/VERNIZ, 0,80X2,10M, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	5,00
3.8.2	PORTA DE ABRIR EM ALUMINIO TIPO VENEZIANA, PERFIL SERIE 25, COM GUARNICOES	M2	14,04
3.8.3	FECHADURA DE EMBUTIR COMPLETA, PARA PORTAS EXTERNAS, PADRAO DE ACABAMENTO POPULAR	UN	9,00
3.8.4	FECHADURA DE EMBUTIR COMPLETA, PARA PORTAS DE BANHEIRO, PADRAO DE ACABAMENTO POPULAR	UN	12,00
3.8.5	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 4MM	M2	8,10
3.8.6	ESPELHO CRISTAL ESPESSURA 4MM, COM MOLDURA DE MADEIRA	M2	14,10
3.8.7	JANELA DE ALUMINIO TIPO MAXIM-AIR, SERIE 25	M2	1,80
3.8.8	JANELA ALUMINIO DE CORRER, 2 FOLHAS PARA VIDRO, COM BANDEIRA, LINHA 25	M2	6,30
3.8.9	GRADE PARA FECHAMENTO EM CANTONEIRA 7/8 X 1/8" E TELA DE MALHA 5X5 CM, FIO 12 E PINTADA COM TINTA ESMALTE	M2	18,20
3.8.10	PORTA DE MADEIRA MACICA REGIONAL 1A MEXICANA 2,00X2,10M, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	2,00
3.8.11	PORTA DE MADEIRA MACICA REGIONAL 1A MEXICANA 2,50X2,10M, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	2,00
<b>3.9</b>	<b>INSTALACAO ELETRICA/ELETRIFICACAO E ILUMINACAO EXTERNA</b>		<b>Subtotal</b>
3.9.1	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 50MM (2"), FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	84,00
3.9.2	ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO 32 MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	165,00
3.9.3	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 1,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	220,00
3.9.4	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 2,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	682,00
3.9.5	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 6 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	57,00
3.9.6	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 10 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	116,00
3.9.7	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 16 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	55,00
3.9.8	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 35 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	220,00
3.9.9	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA COM TAMPA CONCRETO 40X40X40 CM	UN	8,00

3.9.10	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
3.9.11	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	9,00
3.9.12	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
3.9.13	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 60 A 100A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
3.9.14	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 125 A 150A 240v RNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
3.9.15	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, COM PORTA, PARA 32 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, SEM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
3.9.16	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, COM PORTA, PARA 40 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
3.9.17	LUMINARIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM REATOR DE PARTIDA RAPIDA E LAMPADA FLUORESCENTE 2X40W, COMPLETA, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	32,00
3.9.18	PONTO TOMADA BIPOLAR 10A/250V COM ELETRODUTO FERRO ESMALTADO 3/4" " E CAIXA 4X2" COM PLACA	PT	30,00
3.9.19	PONTO INTERRUPTOR SIMPLES COM ELETRODUTO FERRO ESMALTADO 3/4" E CAIXA 4X2"	PT	5,00
3.9.20	PONTO PARA CHUVEIRO ELETRICO COM CAIXA, ELETRODUTO E FIO	PT	6,00
3.9.21	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA MONOFÁSICA 50A COM POSTE DE CONCRETO , INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR E ATERRAMENTO.	UN	1,00
3.9.22	PERFILADO PERFURADO EM CHAPA DE AÇO COM TAMPA E GANCHOS, DIMENSÕES 38MM X 38MM	M	94,00
3.9.23	REFLETOR REDONDO EM ALUMINIO COM SUPORTE E ALCA REGULAVEL PARA FIXACAO , COM LAMPADA VAPOR DE MERCURIO 250W	UN	15,00
<b>3.10</b>	<b>SPDA</b>		<b>Subtotal</b>
3.10.1	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 25MM (1"), FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	27,00
3.10.2	CABO DE COBRE NU 35 MM2	M	53,00
3.10.3	CABO DE COBRE NU 50 MM2	M	150,00
3.10.4	CONECTOR PARA MEDIÇÃO DE ATERRAMENTO, REF.: TEL-560 / PRT-903 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	8,00
3.10.5	CAIXA DE INSPÇÃO DE ATERRAMENTO Ø300 X 250MM COM TAMPA, REF.: PRT-957 / TEL-550 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	8,00
3.10.6	ISOLADOR TIPO CARRETILHA - MARROM 72 X 72 MM	UN	16,00
3.10.7	SOLDA EXOTÉRMICA #50MM²	UN	100,00
3.10.8	HASTE COPPERWELD 5/8ø X 3,0M COM CONECTOR	UN	72,00
<b>3.11</b>	<b>INSTALACOES HIDRO SANITARIAS</b>		<b>Subtotal</b>

3.11.1	KIT CAVALETE PVC COM REGISTRO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1
3.11.2	TUBO PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	24
3.11.3	TUBO PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA DN 32MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	6
3.11.4	TUBO PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA DN 50MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	18
3.11.5	TUBO PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA DN 60MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	12
3.11.6	TE DE PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2
3.11.7	TE DE PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4
3.11.8	TE DE PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA 32MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6
3.11.9	TE DE PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA 60MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3
3.11.10	TE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA 50X25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1
3.11.11	TE PVC SOLDÁVEL COM ROSCA METÁLICA ÁGUA FRIA 25MMX25MMX1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6
3.11.12	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° ÁGUA FRIA 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	11
3.11.13	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° ÁGUA FRIA 32MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3
3.11.14	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° ÁGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2
3.11.15	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° ÁGUA FRIA 60MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2
3.11.16	JOELHO PVC SOLDÁVEL COM ROSCA 90° ÁGUA FRIA 25MMX1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	8
3.11.17	REDUÇÃO DE PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA 60X25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1
3.11.18	REDUÇÃO DE PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA 60X32MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1
3.11.19	REDUÇÃO DE PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA 60X50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3
3.11.20	TUBO PARA VÁLVULA DE DESCARGA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6
3.11.21	VÁLVULA DESCARGA 1.1/2" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4
3.11.22	VÁLVULA DESCARGA 1.1/4" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO COM ACIONAMENTO TIPO ALAVANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2
3.11.23	REGISTRO GAVETA 1.1/2" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1
3.11.24	REGISTRO GAVETA 3/4" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2

3.11.25	REGISTRO GAVETA 1" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1
3.11.26	REGISTRO GAVETA 2" BRUTO LATAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2
3.11.27	REGISTRO PRESSAO 3/4" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6
3.11.28	RESERV. DE FIBROC. CAP=500L SOBRE ESTRUT. DE MADEIRA	UN	1
3.11.29	TORNEIRA DE BOIA VAZAO TOTAL 3/4 COM BALAO PLASTICO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1
3.11.30	ADAPTADOR PVC SOLDABEL COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'AGUA 60MMX2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1
3.11.31	ADAPTADOR PVC SOLDABEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'AGUA 25MMX3/4" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1
3.11.32	TUBO PVC PARA ESGOTO PREDIAL DN 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	18
3.11.33	TUBO PVC ESGOTO SERIE R DN 150MM C/ ANEL DE BORRACHA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	24
3.11.34	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXOES, PONTA E BOLSA SOLDABEL 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	18
3.11.35	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXOES, PONTA, BOLSA E VIROLA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	12
3.11.36	TE SANITARIO 100X100MM, JUNTA SOLDADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4
3.11.37	JOELHO PVC 90° ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2
3.11.38	JOELHO PVC 90° ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	16
3.11.39	JOELHO PVC 45° ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2
3.11.40	JOELHO PVC 90° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	10
3.11.41	JOELHO PVC 45° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5
3.11.42	JUNCAO PVC ESGOTO 40X40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6
3.11.43	JUNCAO PVC ESGOTO 50X50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5
3.11.44	LUVA PVC ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	16
3.11.45	LUVA PVC ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	22
3.11.46	CAIXA DE INSPECAO EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÃO 60X60X60CM, REVESTIDA INTERNAMENTO COM BARRA LISA (CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:4) E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA TIPO C - ESCAVACAO E CONFECÇÃO	UN	4
3.11.47	CAIXA SIFONADA PVC 150X150X50MM COM GRELHA REDONDA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8
3.11.48	CONSTRUCAO DE SUMIDOURO P/ EFLUENTE LIQUIDO DA FOSSA SEPTICA, D INT = 300CM / H INT = 660 CM	UN	1

3.11.49	FOSSA SEPTICA EM ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO ESTRUTURAL DIMENSOES EXTERNAS 1,90X4,65X2,50M, 9.562,5 LITROS, REVESTIDA INTERNAMENTE COM ARGAMASSA, COM TAMPA EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA 8CM	UN	1
3.11.50	FILTRO ANAERÓBICO CIRCULAR DIÂMETRO EXTERNO DE 390CM, PROFUNDIDADE TOTAL DE 175CM VOLUME ÚTIL DE 11545 LITROS EM CONCRETO ARMADO COMPLETO	UN	1
3.11.51	VASO SANITARIO SIFONADO LOUÇA COR PADRAO MEDIO, COM ADAPTADOR E CONJUNTO PARA FIXAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO COM PARAFUSO, ARRUELA E BUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6
3.11.52	LAVATORIO LOUCA BRANCA SUSPENSO 29,5 X 39,0CM, PADRAO MEDIO, COM SIFAO CROMADO 1 1/4", VALVULA EM PLASTICO CROMADO 1" E CONJUNTO PARA FIXACAO- FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2
3.11.53	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMATICO , PADRÃO MEDIO, COM ENGATE FLEXIVEL CROMADO 1/2"X30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8
3.11.54	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMATICO TIPO ALAVANCA PARA DEFICIENTES FISICOS, PADRÃO MEDIO, COM ENGATE FLEXIVEL CROMADO 1/2"X30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2
3.11.55	MICTORIO SIFONADO DE LOUCA BRANCA COM PERTENCES, COM VALVULA DE DESCARGA 3/4" COM ACIONAMENTO HIDROMECANICO E FECHAMENTO AUTOMÁTICO CROMADO E ACABAMENTO SIMPLES E CONJUNTO PARA FIXACAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3
3.11.56	LAVATORIO LOUCA BR EMBUTIR(CUBA) MEDIO LUXO S/LADRAO 52X39CM FERRAGENS EM METAL CROMADO SIFAO 1680 1"X1.1/4" TORNEIRA DE PRESSAO 1193 DE 1/2" E VALVULA DE ESCOAMENTO 1600 RABICHO EM PVC FORNECIMENTO	UN	8
<b>3.12</b>	<b>IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS</b>		<b>Subtotal</b>
3.12.1	IMPERMEABILIZACAO COM TINTA BETUMINOSA EM FUNDACOES, BALDRAMES E MUROS DE ARRIMO, DUAS DEMAOS	M2	160,64
<b>3.13</b>	<b>REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFICIES</b>		<b>Subtotal</b>
3.13.1	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	1.241,25
3.13.2	CHAPISCO EM TETOS TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	197,46
3.13.3	EMBOCO EM TETOS TRACO 1:4 (CAL E AREIA MEDIA), ESPESSURA 1,5CM, PREPARO MANUAL	M2	197,46
3.13.4	EMBOCO EM PAREDES INTERNAS TRACO 1:5 (CAL E AREIA MEDIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL	M2	1.241,25
3.13.5	REBOCO PARA PAREDES ARGAMASSA TRACO 1:4,5 (CAL E AREIA FINA PENEIRADA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	1.241,25



3.13.6	REBOCO PARA TETOS ARGAMASSA TRACO 1:4,5 (CAL E AREIA FINA PENEIRADA), ESPESSURA 0,5CM PREPARO MECANICO	M2	197,46
3.13.7	CERAMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRAO MEDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM CIMENTO BRANCO	M2	273,17
<b>3.14</b>	<b>PISOS</b>		<b>Subtotal</b>
3.14.1	PISO EM TABUA DE MADEIRA DE LEI 1A, ESPESSURA 2,5CM, FIXADO EM PECAS DE MADEIRA	M2	51,36
3.14.2	RODAPE EM MADEIRA, ALTURA 7CM, FIXADO EM PECAS DE MADEIRA	M	30,48
3.14.3	RODAPE EM CERAMICA ESMALTADA LINHA POPULAR PEI-4, ASSENTADA COM ARGAMASSA FABRICADA NO LOCAL, COM REJUNTAMENTO EM CIMENTO BRANCO	M	39,81
3.14.4	PISO EM CONCRETO PARA QUADRAS POLIESPORTIVAS, CONCRETO PREPARO MECANICO 20MPA, ESPESSURA 7CM, INCLUSO POLIMENTO E JUNTAS EM POLIURETANO 2X2M	M2	530,86
3.14.5	PISO CIMENTADO LISO DESEMPENADO, TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 3,5CM, PREPARO MANUAL	M2	200,00
3.14.6	LASTRO DE BRITA 25MM, ESPESSURA 3CM, INCLUSO COMPACTACAO MANUAL	M2	928,48
<b>3.15</b>	<b>PINTURAS ESQUADRIAS</b>		<b>Subtotal</b>
3.15.1	PINTURA ESMALTE FOSCO PARA MADEIRA, DUAS DEMAOS, INCLUSO APARELHAMENTO COM FUNDO NIVELADOR BRANCO FOSCO	M2	60,06
3.15.2	PINTURA ESMALTE 2 DEMAOS C/1 DEMAIO ZARCAO P/ESQUADRIA FERRO	M	40,34
<b>3.16</b>	<b>PINTURAS PAREDES E PISOS</b>		<b>Subtotal</b>
3.16.1	DEMARCAÇÃO COM TINTA ACRILICA PARA PISOS DE FAIXAS EM QUADRA POLIESPORTIVA	M	315,00
3.16.2	PINTURA LATEX ACRILICA AMBIENTES INTERNOS/EXTERNOS, DUAS DEMAOS	M2	968,08
<b>3.17</b>	<b>EQUIPAMENTOS - ESPORTIVOS</b>		<b>Subtotal</b>
3.17.1	CONJUNTO DE TABELAS DE BASQUETE EM LAMINADO NAVAL, INCLUSO REDE E ARO	CJ	1,00
3.17.2	CONJUNTO DE TRAVES PARA FUTSAL PINTADAS, INCLUSO REDE	CJ	1,00
3.17.3	CONJUNTO P/VOLEI(POSTES FOGO H=255 REDE NYLON 2 MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00
<b>3.18</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	928,48
	<b>TOTAL GINÁSIO</b>		<b>-</b>
<b>4</b>	<b>CAMPO DE FUTEBOL</b>		<b>-</b>
<b>4.1</b>	<b>SERVICOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
4.1.1	LIMPEZA DE TERRENO - RASPAGEM MECANIZADA (MOTONIVELADORA) DE CAMADA VEGETAL	M2	1.196,00
<b>4.2</b>	<b>SERVICOS TECNICOS</b>		<b>Subtotal</b>
4.2.1	LOCACAO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	1.196,00

<b>4.3</b>	<b>DRENAGEM CAMPO E GRAMA</b>		<b>Subtotal</b>
4.3.1	DRENOS DE CHORUME EM TUBOS DRENANTES, PVC, DIAM=100 MM, ENVOLTOS EM BRITA E GEOTEXTIL	M	426,19
4.3.2	TUBO PVC SERIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL DN 150MM - NBR 5688	M	74,10
4.3.3	TUBO PVC CORRUGADO RIGIDO PERFURADO DN 150 PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	124,00
4.3.4	CAIXA EM ALVENARIA ENTERRADA, DE TIJOLOS CERAMICOS MACICOS 1/2 VEZ DIMENSOES EXTERNAS 60X60X60CM, INCLUSO TAMPA EM CONCRETO E EMBOCAMENTO	UN	4,00
4.3.5	GRAMA ESMERALDA EM ROLO FORNECIMENTO E PLANTIO	M²	1.196,00
<b>4.5</b>	<b>EQUIPAMENTOS - ESPORTIVOS</b>		<b>Subtotal</b>
4.5.1	CONJUNTO DE TRAVES PARA FUTSAL PINTADAS, INCLUSO REDE	UN	1,00
4.5.2	ALAMBRADO EM TUBOS DE FERRO GALVANIZADO A CADA 2M ALTURA 3M, FIXA DOS EM ESTACAS DE CONCRETO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO 8 X 8CM QUADRADA OU LOSANGO	M²	288,00
<b>4.6</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
4.6.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	1.196,00
	<b>TOTAL CAMPO DE FUTEBOL</b>		-
<b>5</b>	<b>QUADRAS DE VOLEI</b>		-
<b>5.1</b>	<b>SERVICOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
5.1.1	LIMPEZA DE TERRENO - RASPAGEM MECANIZADA (MOTONIVELADORA) DE CAMADA VEGETAL	M2	1.231,44
<b>5.2</b>	<b>SERVICOS TECNICOS</b>		<b>Subtotal</b>
5.2.1	LOCACAO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	1.231,44
<b>5.3</b>	<b>PAVIMENTACAO</b>		<b>Subtotal</b>
5.3.1	COLCHAO DE AREIA, INCLUSIVE MAO-DE-OBRA DE ESPALHAMENTO, TRANSPORTE COM CARRO DE MAO E FORNECIMENTO COMERCIAL	M3	369,43
<b>5.4</b>	<b>EQUIPAMENTOS - ESPORTIVOS</b>		<b>Subtotal</b>
5.4.1	CONJUNTO P/VOLEI(POSTES FOGO H=255 REDE NYLON 2 MM FORNECIMENTO E INSTALACAO)	UN	3,00
5.4.2	ALAMBRADO EM TUBOS DE FERRO GALVANIZADO A CADA 2M ALTURA 3M, FIXA DOS EM ESTACAS DE CONCRETO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO 8 X 8CM QUADRADA OU LOSANGO	M²	432,00
<b>5.5</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
5.5.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	1.231,44
	<b>TOTAL QUADRAS DE VOLEI</b>		-
<b>6</b>	<b>CICLOVIA</b>		-
<b>6.1</b>	<b>SERVICOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
6.1.1	LIMPEZA DE TERRENO - RASPAGEM MECANIZADA (MOTONIVELADORA) DE CAMADA VEGETAL	M2	3.072,22
<b>6.2</b>	<b>SERVICOS TECNICOS</b>		<b>Subtotal</b>

6.2.1	LOCACAO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	3.072,22
<b>6.3</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
6.3.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	3.072,22
6.3.2	BASE PARA PAVIMENTACAO COM BRITA CORRIDA, INCLUSIVE COMPACTACAO	M3	614,40
<b>6.4</b>	<b>PAVIMENTACAO</b>		<b>Subtotal</b>
6.4.1	PINTURA DE LIGACAO COM EMULSAO RR-2C	M2	3.072,22
6.4.2	IMPRIMACAO DE BASE DE PAVIMENTACAO COM EMULSAO CM-70	M2	3.072,22
6.4.3	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE COM CAP 50/70, BINDER, INCLUSO USINAGEM E APLICACAO, EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	230,42
<b>6.5</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
6.5.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	3.072,22
	<b>TOTAL CICLOVIA</b>		-
<b>7</b>	<b>PISTA DE CAMINHADA</b>		-
<b>7.1</b>	<b>SERVICOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
7.1.1	LIMPEZA DE TERRENO - RASPAGEM MECANIZADA (MOTONIVELADORA) DE CAMADA VEGETAL	M2	6.704,20
<b>7.2</b>	<b>SERVICOS TECNICOS</b>		<b>Subtotal</b>
7.2.1	LOCACAO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	6.704,20
<b>7.3</b>	<b>PISOS</b>		<b>Subtotal</b>
7.3.1	PAVIMENTACAO EM PEDRISCO, ESPESSURA 5CM	M2	3.352,10
<b>7.4</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
7.4.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	6.704,20
7.4.2	BASE PARA PAVIMENTACAO COM BRITA CORRIDA, INCLUSIVE COMPACTACAO	M3	670,40
<b>7.5</b>	<b>PAVIMENTACAO</b>		<b>Subtotal</b>
7.5.1	PINTURA DE LIGACAO COM EMULSAO RR-2C	M2	3.252,10
7.5.2	IMPRIMACAO DE BASE DE PAVIMENTACAO COM EMULSAO CM-70	M2	3.252,10
7.5.3	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE COM CAP 50/70, BINDER, INCLUSO USINAGEM E APLICACAO, EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	243,91
<b>7.6</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
7.6.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	6.704,20
	<b>TOTAL PISTA DE CAMINHADA</b>		-
<b>8</b>	<b>ATI</b>		-
<b>8.1</b>	<b>SERVICOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
8.1.1	LIMPEZA DE TERRENO - RASPAGEM MECANIZADA (MOTONIVELADORA) DE CAMADA VEGETAL	M2	376,33
<b>8.2</b>	<b>SERVICOS TECNICOS</b>		<b>Subtotal</b>
8.2.1	LOCACAO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	376,33

<b>8.3</b>	<b>PISOS</b>		<b>Subtotal</b>
8.3.1	PISO CIMENTADO LISO DESEMPENADO, TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 3,0CM, PREPARO MANUAL	M2	362,34
8.3.2	LASTRO DE CONCRETO TRACO 1:4:8, ESPESSURA 3CM, PREPARO MECANICO	M2	362,34
<b>8.4</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
8.4.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	376,33
<b>8.5</b>	<b>PAVIMENTACAO</b>		<b>Subtotal</b>
8.5.1	PAVIMENTACAO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO, ESPESSURA 6,5 CM, FCK 35MPA, ASSENTADOS SOBRE COLCHAO DE AREIA.	M2	14,00
<b>8.6</b>	<b>MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS</b>		<b>Subtotal</b>
8.6.1	BANCO "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO	UN	4,00
8.6.2	LIXEIRA "BOA PRAÇA"	UN	2,00
8.6.3	CONJUNTO 10 EQUIPAMENTOS ATI (ACADEMIA PARA TODAS AS IDADES) E PLACA INDICATIVA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CJ	1,00
8.6.4	CONJUNTO 09 EQUIPAMENTOS API (ACADEMIA PARA PRIMEIRA IDADE) E PLACA INDICATIVA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CJ	1,00
<b>8.7</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
8.7.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	376,33
	<b>TOTAL ATI</b>		-
<b>9</b>	<b>SANITÁRIOS</b>		-
<b>9.1</b>	<b>SERVICOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
9.1.1	LIMPEZA DE TERRENO - RASPAGEM MECANIZADA (MOTONIVELADORA) DE CAMADA VEGETAL	M2	105,48
<b>9.2</b>	<b>SERVICOS TECNICOS</b>		<b>Subtotal</b>
9.2.1	LOCACAO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	105,48
<b>9.3</b>	<b>FUNDACOES E ESTRUTURAS</b>		<b>Subtotal</b>
9.3.1	ESTACA A TRADO(BROCA) D=25CM C/CONCRETO FCK=15MPA+20KG ACO/M3 MOLD.IN-LOCO	M	144,00
9.3.2	FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES - REAPROVEITAMENTO 5X (10% PERDAS	M2	78,94
9.3.3	FORMA MADEIRA COMP RESINADA 12MM P/ESTRUTURA REAPROV 3 VEZES - CORTE/MONTAGEM/ESCORAMENTO/DESFORMA	M2	66,99
9.3.4	ARMACAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	210,00
9.3.5	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) L 12,5MM(1/2) - FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	918,00
9.3.6	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=20MPA, INCLUSIVE COLOCACAO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	13,35

9.3.7	LAJE PRE-MOLDADA P/FORRO, SOBRECARGA 100KG/M2, VAOS ATE 3,50M/E=8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC FCK=20MPA, 3CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (REAPR.3X) E FERRAGEM NEGATIVA	M2	66,60
<b>9.4</b>	<b>PAREDES/PAINEIS</b>		<b>Subtotal</b>
9.4.1	ALVENARIA COM TIJOLOS APARENTES 6,5X10X20CM, ASSENTADOS COM ARGAMASSA TRACO 1:6 (CIMENTO E AREIA) PREPARO MANUAL	M2	283,85
<b>9.5</b>	<b>COBERTURA</b>		<b>Subtotal</b>
9.5.1	ESTRUTURA DE MADEIRA E COBERTURA SANITÁRIOS	UN	3,00
<b>9.6</b>	<b>ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDROS</b>		<b>Subtotal</b>
9.6.1	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA, 0,80X2,10M, INCLUSO ADUELA 2A, ALIZAR 2A E DOBRADICA	UN	6,00
9.6.2	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 3MM	M2	14,93
9.6.3	JANELA DE ALUMINIO TIPO MAXIM-AIR, SERIE 25	M2	14,93
<b>9.7</b>	<b>INSTALACAO ELETRICA/ELETRIFICACAO E ILUMINACAO EXTERNA</b>		<b>Subtotal</b>
9.7.1	ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO 25 MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	132,00
9.7.2	ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO 32 MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	60,00
9.7.3	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 1,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	258,00
9.7.4	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 2,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	318,00
9.7.5	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 10 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	3.000,00
9.7.6	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
9.7.7	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
9.7.8	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, PARA 12 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
9.7.9	LAMPADA INCANDESCENTE - 100W - FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	24,00
9.7.10	LUMINARIA TIPO SPOT PARA 1 LAMPADA INCANDESCENTE/FLUORESCENTE COMPACTA	UN	24,00
9.7.11	PONTO TOMADA BIPOLAR 10A/250V COM ELETRODUTO FERRO ESMALTADO 3/4" E CAIXA 4X2" COM PLACA	PT	15,00
9.7.12	PONTO INTERRUPTOR SIMPLES/TOMADA COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	9,00
<b>9.8</b>	<b>INSTALACOES HIDRO SANITARIAS</b>		<b>Subtotal</b>
9.8.1	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXIES, PONTA E BOLSA SOLDAVEL 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	54,00
9.8.2	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	72,00
9.8.3	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 50MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	36,00

9.8.4	TE DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	12,00
9.8.5	JOELHO PVC 90    ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
9.8.6	JOELHO PVC 90    ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	30,00
9.8.7	JOELHO PVC 45    ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	12,00
9.8.8	JOELHO PVC SOLDAVEL 90    AGUA FRIA 25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	21,00
9.8.9	JOELHO PVC SOLDAVEL 90    AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	12,00
9.8.10	LUVA PVC ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
9.8.11	REDUCAO DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 50X25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
9.8.12	RESERV. DE FIBROC. CAP=500L SOBRE ESTRUT. DE MADEIRA	UN	3,00
9.8.13	CAIXA SIFONADA PVC 150X150X50MM COM GRELHA REDONDA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
9.8.14	VASO SANITARIO SIFONADO LOUCA BRANCA PADRAO POPULAR, COM CONJUNTO PARA FIXACAO PARA VASO SANITARIO COM PARAFUSO, ARRUELA E BUCHA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
9.8.15	LAVATORIO LOUCA BR MEDIO LUXO C/LADRAO MED 55X45 RABICHO CROMADO DE 1/2", C/COLUNA INCL ACESSORIOS DE FIXACAO.FERRAGENS EM METAL CROMADO SIFAO 1680 DE 1"X1.1/4" APARELHO MISTURADOR 1875/C45 C/AREJADOR VAL VULA DE ESCOAMENTO 1603 RABICHO EM PVC. FORN	UN	6,00
9.8.16	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" DE BANCADA PARA LAVATORIO, PADRAO POPULAR COM ENGATE FLEXIVEL EM METAL CROMADO 1/2"X30CM- FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
9.8.17	FOSSA SEPTICA EM ALVENARIA DE TIJOLO CERAMICO MACICO DIMENSOES EXTERNAS 1,90X1,10X1,40M, 1.500 LITROS, REVESTIDA INTERNAMENTE COM BARRA LISA, COM TAMPA EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA 8CM	UN	3,00
9.8.18	SUMIDOURO EM ALVENARIA DE TIJOLO CERAMICO MACICO DIAMETRO 1,20M E ALTURA 5,00M, COM TAMPA EM CONCRETO ARMADO DIAMETRO 1,40M E ESPESSURA 10CM	UN	3,00
9.8.19	VALVULA DESCARGA 1.1/2" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
9.8.20	REGISTRO GAVETA 1.1/2" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	9,00
9.8.21	REGISTRO GAVETA 3/4" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
9.8.22	TUBO PVC PARA ESGOTO PREDIAL DN 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	18,00
9.8.23	LAVATORIO LOUCA BRANCA SUSPENSO MEDINDO 29,5 X 39CM OU EQUIV - PADRAO POPULAR, SIFAO,VALVULA E ENGATE METAL CROMADO	UN	6,00
9.8.24	TORNEIRA PARA LAVATORIO DE MESA PRESSMATIC - LINHA BENEFIT OU EQUIVALENTE, PADRAO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00



9.8.25	BARRA DE APOIO - SANITÁRIO PNE EM TUBO ACO GALVANIZADO, REVESTIDO EM PVC E NAILON 1 1/4", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	22,62
9.8.26	BANCO "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6,00
9.8.27	BEBEDOURO PCA CONJUNTO INOX MODELO CONJUGADO 350X310 MM DUAS ALTURAS 1ª ALTURA 1080MM 2ª ALTURA 210MM INSTALADO NO EIXO DA 1ª ALTURA	UN	3,00
9.8.28	TUBO DE DESCIDA (DESCARGA) EXTERNO PVC P/ CX DESCARGA EXTERNA - 40MM X 1,60M	UN	6,00
9.8.29	JOELHO REDUCAO 90G PVC SOLD C/ BUCHA DE LATAO 25MM X 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	12,00
9.8.30	TE PVC SOLD 90G P/ ESG PREDIAL BBB DN 40MM	UN	6,00
9.8.31	JUNCAO PVC SOLD 45G P/ ESG PREDIAL DN 40MM	UN	3,00
9.8.32	ADAPTADOR PVC 101,6MM X CERAMICO 100,0MM BOLSA/PONTA EB-644 P/ REDE COLET ESG	UN	6,00
9.8.33	TE PVC SOLD 90G C/ ROSCA NA BOLSA CENTRAL 25MM X 1/2"	UN	6,00
<b>9.10</b>	<b>REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFICIES</b>		<b>Subtotal</b>
9.10.1	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	207,18
9.10.2	REBOCO EM TETOS ARGAMASSA TRACO 1:2 (CAL E AREIA FINA PENEIRADA), ESPESSURA 0,5CM PREPARO MANUAL	M2	207,18
9.10.3	CERAMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRAO MEDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM CIMENTO BRANCO	M2	207,18
<b>9.11</b>	<b>PISOS</b>		<b>Subtotal</b>
9.11.1	PISO EM CERAMICA ESMALTADA LINHA POPULAR PEI-4, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE, COM REJUNTAMENTO EM CIMENTO BRANCO	M2	97,16
9.11.2	LASTRO DE CONCRETO TRACO 1:4:8, ESPESSURA 3CM, PREPARO MECANICO	M2	97,16
9.11.3	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 7CM, PREPARO MANUAL	M2	97,16
<b>9.12</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
9.12.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	105,48
	<b>TOTAL SANITARIOS</b>		<b>-</b>
<b>10</b>	<b>FONTE 01 COM RAMPA</b>		<b>-</b>
<b>10.1</b>	<b>SERVICOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
10.1.1	LIMPEZA DE TERRENO - RASPAGEM MECANIZADA (MOTONIVELADORA) DE CAMADA VEGETAL	M2	416,38
<b>10.2</b>	<b>SERVICOS TECNICOS</b>		<b>Subtotal</b>
10.2.1	LOCACAO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	416,38
<b>10.3</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>		<b>Subtotal</b>
10.3.1	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO	M2	416,38
<b>10.4</b>	<b>FUNDACOES E ESTRUTURAS</b>		<b>Subtotal</b>
10.4.1	FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES - REAPROVEITAMENTO 5X	M2	2,00

10.4.2	CONCRETO ARMADO FCK = 15 MPA, PREPARO C/ BETONEIRA, INCLUI LANÇAMENTO RAMPA/ESCADA	M3	5,52
10.4.3	CONCRETO ARMADO, FCK = 18,0 MPA E 77KG/M3 DE AÇO, PREPARO COM BETONEIRA INCLUI LANÇAMENTO.	M3	2,00
<b>10.5</b>	<b>ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDROS</b>		<b>Subtotal</b>
10.5.1	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2"	M2	81,99
10.5.2	CORRIMÃO EM TUBO AÇO GALVANIZADO 1 1/4" COM BRACADEIRA	M	74,54
<b>10.6</b>	<b>INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS</b>		<b>Subtotal</b>
10.6.1	TUBO PVC SOLDÁVEL ÁGUA FRIA DN 50MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	60,00
10.6.2	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° ÁGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6,00
<b>10.7</b>	<b>PISOS</b>		<b>Subtotal</b>
10.7.1	PISO CIMENTADO LISO DESEMPENADO, TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 3,5CM, PREPARO MANUAL	M2	55,16
<b>10.8</b>	<b>SERVIÇOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
10.8.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	416,38
<b>10.8</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO</b>		<b>Subtotal</b>
10.8.1	COLCHÃO DE AREIA, INCLUSIVE MÃO-DE-OBRA DE ESPALHAMENTO, TRANSPORTE COM CARRO DE MÃO E FORNECIMENTO COMERCIAL	M3	10,00
10.8.2	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO, ESPESSURA 6,5 CM, FCK 35MPA, ASSENTADOS SOBRE COLCHÃO DE AREIA.	M2	325,36
<b>10.9</b>	<b>URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO</b>		
10.9.1	BANCO "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	11,00
10.9.2	LIXEIRA "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00
10.9.3	GRAMA ESMERALDA EM ROLO FORNECIMENTO E PLANTIO	M2	20,00
10.9.4	PERGOLADO - CURVO FONTE - GRANDE	UN	2,00
10.9.5	PERGOLADO - CURVO FONTE	UN	2,00
<b>10.10</b>	<b>SERVIÇOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
10.10.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	416,38
	<b>TOTAL FONTE 01 COM RAMPA</b>		-
<b>11</b>	<b>FONTE 02 SEM RAMPA</b>		-
<b>11.1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>		<b>Subtotal</b>
11.1.1	LIMPEZA DE TERRENO - RASPAGEM MECANIZADA (MOTONIVELADORA) DE CAMADA VEGETAL	M2	416,38
<b>11.2</b>	<b>SERVIÇOS TÉCNICOS</b>		<b>Subtotal</b>
11.2.1	LOCAÇÃO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	416,38
<b>11.3</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>		<b>Subtotal</b>
11.3.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MANUAL DE TERRENO	M2	416,38
<b>11.4</b>	<b>FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS</b>		<b>Subtotal</b>

11.4.1	FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES - REAPROVEITAMENTO 5X	M2	2,00
11.4.2	CONCRETO ARMADO, FCK = 18,0 MPA E 77KG/M3 DE AÇO, PREPARO COM BETONEIRA INCLUI LANÇAMENTO.	M3	2,00
<b>11.5</b>	<b>INSTALACOES HIDRO SANITARIAS</b>		<b>Subtotal</b>
11.5.1	TUBO PVC SOLDABEL AGUA FRIA DN 50MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	60,00
11.5.2	JOELHO PVC SOLDABEL 90° AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
<b>11.6</b>	<b>PAVIMENTACAO</b>		<b>Subtotal</b>
11.6.1	COLCHAO DE AREIA, INCLUSIVE MAO-DE-OBRA DE ESPALHAMENTO, TRANSPORTE COM CARRO DE MAO E FORNECIMENTO COMERCIAL	M3	10,00
11.6.2	PAVIMENTACAO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO, ESPESSURA 6,5 CM, FCK 35MPA, ASSENTADOS SOBRE COLCHAO DE AREIA.	M2	325,36
<b>11.7</b>	<b>URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO</b>		
11.7.1	BANCO "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	11,00
11.7.2	LIXEIRA "BOA PRAÇA" COM ENCOSTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00
11.7.3	GRAMA ESMERALDA EM ROLO FORNECIMENTO E PLANTIO	M²	20,00
11.7.4	PERGOLADO - CURVO FONTE - GRANDE	UN	2,00
11.7.5	PERGOLADO - CURVO FONTE	UN	2,00
<b>11.8</b>	<b>SERVICOS DIVERSOS</b>		<b>Subtotal</b>
11.8.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	416,38
	<b>TOTAL FONTE 01 SEM RAMPA</b>		-
<b>12</b>	<b>BUEIROS</b>		-
<b>12.1</b>	<b>TERRAPLENAGEM</b>		
12.1.1	Escavação, Carga e Transporte - Mat.1ª Cat. DMT 500m a 1.000m	m³	3.776,00
12.1.2	Compactação de Aterro - 100% PN	m³	3.776,00
<b>12.2</b>	<b>DRENAGEM</b>		
12.2.1	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>		
12.2.1.1	Escavação Mecânica de Valas - 1ª Cat.	m³	4.022,00
12.2.2	<b>ENCONTROS DE CONCRETO DO BUEIRO</b>		
12.2.2.1	Fundação em Pedra Marroada	m³	150,00
12.2.2.2	Concreto Simples para Piso, Viga e Berço	m³	298,23
12.2.2.3	Concreto Ciclópico	m³	296,91
12.2.2.4	Tubo ARMCO tipo MP 152 circular, revestimento em epóxi, espessura de 2,70mm, diâmetro de 3,80 m	m	150,00
	<b>TOTAL BUEIROS</b>		-
<b>13</b>	<b>DRENAGEM</b>		-
<b>13.1</b>	<b>DRENAGEM</b>		
13.1.1	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>		
13.1.1.1	Escavação Mecânica de Valas - 1ª Cat.	m³	8,40

13.1.1.2	Reaterro sem Apiloamento	m <sup>3</sup>	10,00
13.1.1.3	Reaterro com Apiloamento	m <sup>3</sup>	17,00
13.2.1	<b>GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>		
13.2.1.1	Corpo de BSTC ø 0,60 sem Berço	m	92,00
13.2.1.2	Corpo de BSTC ø 0,80 sem Berço	m	161,00
13.2.1.3	Corpo de BSTC ø 1,00 armação simples sem Berço	m	333,00
13.3.1	<b>CAIXAS / POÇOS</b>		
13.3.1.1	Boca de Lobo Simples	ud	803,00
13.3.1.2	Poço de Visita/Queda - 1,00	ud	1.500,00
13.4.1	<b>DISSIPADOR</b>		
13.4.1.1	Boca (Ala) de BSTC ø 0,60	ud	821,00
13.4.1.2	Boca (Ala) de BSTC ø 0,80	ud	1.151,00
13.4.1.3	Boca (Ala) de BSTC ø 1,00	ud	1.635,00
	<b>TOTAL DRENAGEM</b>		-
<b>14</b>	<b>REPOSICAO PAVIMENTAÇÃO</b>		-
14.1	<b>BASE / SUB-BASE</b>		
14.1.1	<b>SUB-LEITO</b>		
14.1.1.1	Regularização e Compactação Subleito	m <sup>2</sup>	2,10
14.1.2	<b>BASE</b>		
14.1.2.1	Base de Brita Graduada	m <sup>3</sup>	77,50
14.2	<b>MEIO-FIO E SARJETA</b>		
14.2.1	Meio-Fio com Sarjeta de Concreto Moldado no Local	m	23,00
14.3	<b>REVESTIMENTO</b>		
14.3.1	<b>PINTURA</b>		
14.3.1.1	Pintura de ligação com Emulsão	m <sup>2</sup>	0,85
14.3.2	<b>USINADO</b>		
14.3.2.1	Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	ton	212,00
14.4	<b>PAISAGISMO / URBANISMO</b>		
14.4.1	Calçada em Concreto	m <sup>2</sup>	27,00
	<b>TOTAL REPOSICAO PAVIMENTAÇÃO</b>		-
<b>15</b>	<b>TERRAPLENAGEM CANAL</b>		-
15.1	<b>TERRAPLENAGEM</b>		
15.1.1	<b>DESMATAMENTO E LIMPEZA</b>		
15.1.1.1	Escavação de corta-rio em 1a. cat.	m <sup>3</sup>	6,47
15.1.1.2	Espalhamento e conformação de bota-fora	m <sup>3</sup>	0,41
15.1.2	<b>ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE</b>		
15.1.2.1	Carga e Transporte - Mat.1ª Cat. 200-400m	m <sup>3</sup>	3,13
	<b>TOTAL REPOSICAO PAVIMENTAÇÃO</b>		-

**E) ORÇAMENTO TOTAL: R\$ R\$ 6.776.506,39**

## G) ILUSTRAÇÕES







Bicicletário



Espaço de Convívio



Academia da Terceira Idade - ATI



Parque Morumbi



Parque Morumbi



Parque Morumbi



Área correspondente ao Parque Morumbi, à direita.



Área correspondente ao Parque Morumbi.



## H) RECOMPOSIÇÃO DA FLORESTA CILIAR NA ÁREA DO PARQUE

Paralelamente encontra-se em fase de elaboração, o diagnóstico das áreas de APP das áreas à jusante e à montante do Parque Morumbi, bem como identificação dos proprietários das referidas áreas.

Foi elaborado ainda Projeto de Recomposição da APP nas áreas que integram o Parque Morumbi.

Tais projetos são apresentados na íntegra no Anexo XXI.

**Total de mudas: 1558 unidades**

### 1) Alimentação de fauna

Nome Vulgar	Nome científico
araçá-vermelho	<i>Psidium cattleianum</i>
ariticum	<i>Rollinia rugulosa</i>
ariticum cagão	<i>Annona cacans</i>
canjerana	<i>Cabralea canjerana</i>
cerejeira	<i>Eugenia involucrata</i>
fumo-brabo	<i>Solanum erianthum</i>
guabioba	<i>Campomanesia xanthocarpa</i>
ingá-beira-de-rio	<i>Ingá uruguensis</i>
gerivá	<i>Syagrus romanzoffianum</i>
palmiteiro	<i>Euterpe edulis</i>
pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>
vacunzeiro, chal-chal	<i>Allophylus edulis</i>
ariticum	<i>Rollinia rugulosa</i>

### 2) Contenção da erosão e recuperação das margens dos córregos.

Nome vulgar	Nome científico
açoita-cavalo	<i>Luehea divaricata</i>
angico-branco	<i>Anadenanthera colubrina</i>
angico-vermelho	<i>Parapiptadenia rigida</i>
araucaria	<i>Araucaria angustifolia</i>
aroeira-vermelha	<i>Schinus therebinthifolius</i>
bracatinga	<i>Mimosa scabrella</i>
branquilha	<i>Sebastiania commersoniana</i>
cabreúva	<i>Myrocarpus frondosus</i>
canafístula	<i>Peltophorum dubium</i>
canela amarela	<i>Nectandra grandiflora</i>
canela-guaicá	<i>Ocotea puberula</i>
canela merda	<i>Nectandra megapotamica</i>
canjerana	<i>Cabralea canjerana</i>
capororoca	<i>Myrsine ferruginea</i>
caroba	<i>Jacaranda puberula</i>



carobão	<i>Jacaranda micrantha</i>
cedro	<i>Cedrela fissilis</i>
cedro-do-brejo	<i>Cedrela lilloi</i>
cobaíba	<i>Copaifera langsdorffii</i>
crindiúva	<i>Trema micrantha</i>
erva-mate	<i>Ilex paraguariensis</i>
guajuvira	<i>Patagonula americana</i>
guapuruvu	<i>Schizolobium parahyba</i>
ingá-ferradura	<i>Inga sessilis</i>
ingá-beira-de-rio	<i>Inga uruguensis</i>
ipê-amarelo	<i>Tabebuia alba</i>
ipê-roxo	<i>Tabebuia heptaphylla</i>
louro- branco	<i>Bastardiopsis densiflora</i>
louro-pardo	<i>Cordia trichotoma</i>
mandiocão	<i>Schefflera morototoni</i>
maricá, angiquinho	<i>Mimosa bimucronata</i>
miguel pintado	<i>Matayba elaeagnoides</i>
paineira	<i>Ceiba insignis</i>

## H) PLANO DE GESTÃO DO PARQUE MORUMBI

### PLANO DE GESTÃO OPERACIONAL – PARQUES AMBIENTAIS

#### **BENEFICIÁRIOS**

Diretos: toda a população da zona urbana do município de Cascavel (aprox. 285.000 habitantes) especialmente os moradores dos bairros Cancelli, Country, Morumbi, Floresta, Interlados, Santa Felicidade, Santa Cruz e Santo Onofre.

#### **DESCRIÇÃO SUCINTA DOS PROJETOS.**

Todos os cinco parques possuirão estrutura semelhante, de modo a oferecer à população, além de um espaço para a prática de esportes, contemplação e recreação, a recuperação de uma área antes degradada e ociosa, por meio da

recomposição da faixa de preservação permanente o que será garantia da manutenção da integridade dos corpos hídricos que cortam os parques.

O Parque Linear Cancelli/Country possuirá uma área de 173.240,48.

O Parque Linear Morumbi possuirá uma área de 93.649,32 m².

O Parque Linear Santa Felicidade possuirá uma área de 95.366,4 m².

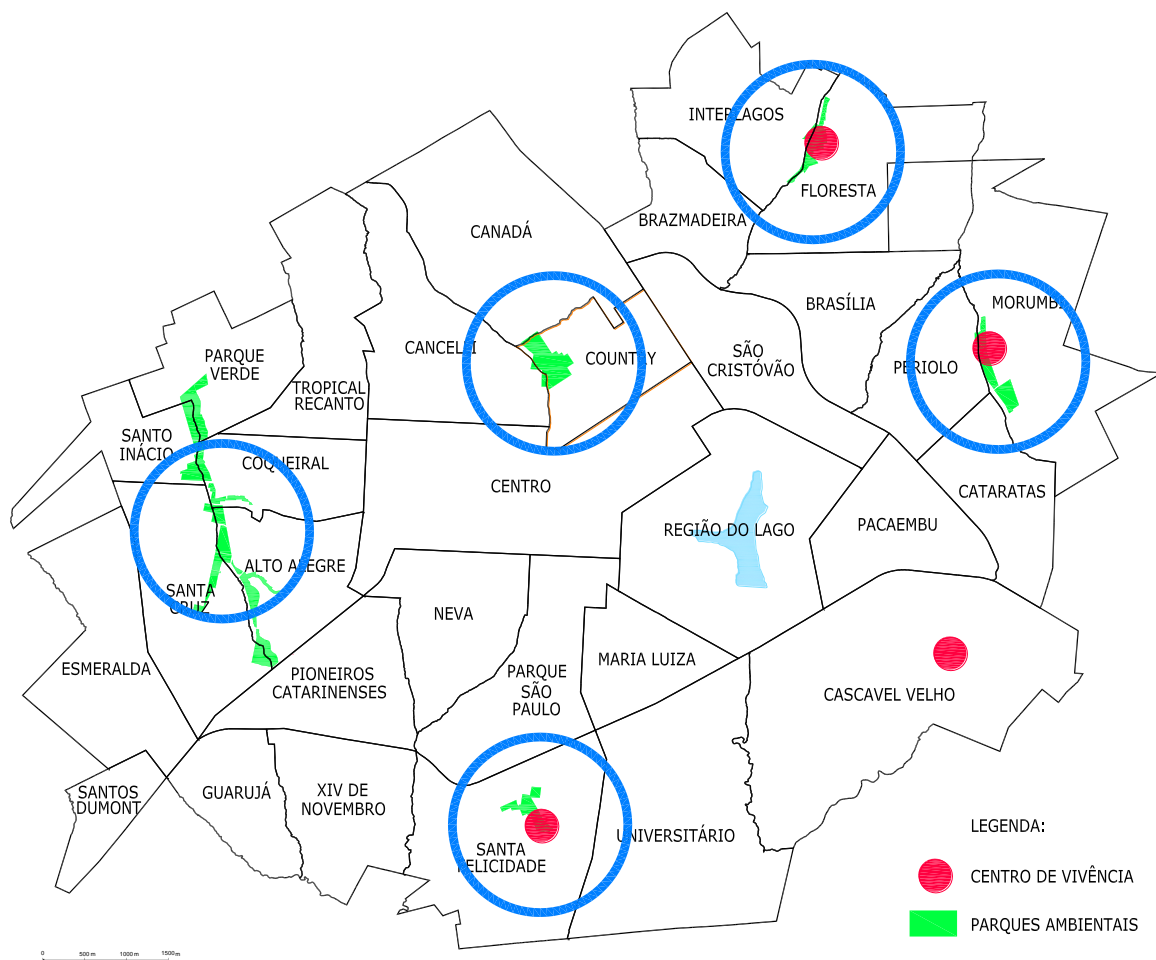
O Parque Linear Interlagos possuirá uma área de 154.265,15 m².

O Parque Linear Santa Cruz possuirá uma área de 613.052,62 m².

Os parques possuirão essencialmente os seguintes equipamentos:

- Pista de caminhada e ciclovia;
- Equipamentos Sanitários;
- Estacionamentos;
- Academia de todas as idades e Parque Infantil;
- Quadras poliesportivas e de futebol suíço;
- Cercamento;
- Pórticos;
- Execução de projetos de revegetação e paisagismo.

Localização dos Parques no perímetro urbano de Cascavel



## JUSTIFICATIVA

Este plano tem com função principal definir as responsabilidades de cada secretaria na gestão operacional do parque, tendo como base o processo de gestão hoje utilizada no Município (modelo aplicado no Parque Ambiental Paulo Gorski).

## OBJETIVOS

- 1- Assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do Parque;



- 2- Promover a gestão compartilhada das áreas verdes públicas visando à manutenção e aspectos gerais de organização, atividades de cultura, esporte e lazer e o relacionamento com os usuários;

## **SECRETARIAS ENVOLVIDAS**

Seplan – Secretaria de Planejamento

Sema – Secretaria de Meio Ambiente

Seaso – Secretaria de Ação Social

Smel – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Sesop – Secretaria de Serviços e Obras Públicas

Seadm – Secretaria de Administração

## **RESPONSABILIDADES**

Seplan – Secretaria de Planejamento:

- 1- Em parceria com a Cettrans definir a melhor forma de acesso aos usuários do parque;

Sema – Secretaria de Meio Ambiente:

- 1- Limpeza e manutenção da área do Parque;
- 2- Limpeza e conservação dos banheiros do Parque;
- 3- Conservação de áreas verdes e nascentes no entorno da área do Parque;
- 4- Implantação de Programas de Educação Ambiental dentro da área do Parque;
- 5- Definição do horário de funcionamento do Parque em conjunto com a comunidade do entorno (a princípio das 7:00 as 22:00 horas).

Seaso – Secretaria de Ação Social:

- 1- Promover projetos e ações sócio ambientais ;
- 2- Gestão do centro de convivência inserido no parque.

Semel – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer:

- 1- Manutenção e conservação de áreas e equipamentos destinados ao esporte e lazer;
- 2- Implantação de programas e projetos esportivos priorizando em horário comercial as atividades previstas nos centros de convivência do município.

Sesop – Secretaria de Serviços e Obras Públicas:

- 1- Manutenção e conservação do sistema de iluminação pública;
- 2- Manutenção e conservação do sistema de drenagem de águas;
- 3- Manutenção e conservação da malha asfáltica no entorno do parque.

Seadm – Secretaria de Administração:

- 1- Segurança Pública através de guardas patrimoniais e parcerias com a Polícia Militar;
- 2- Definição dos proprietários dos quiosques através de processo licitatório;
- 3- Promover a gestão compartilhada do Parque entre as Secretarias envolvidas;
- 4- Instituir canais de relacionamento com usuários.

## **ORÇAMENTOS DE MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO**

Sema – Para a execução das atividades descritas dos itens de 1 a 5 serão utilizadas mão de obra e equipamentos provenientes da empresa que executa a limpeza urbana no município. Serão alocados 2 funcionários da empresa prestadora de serviços para a execução da limpeza diária.

Mensalmente no cronograma de limpeza de áreas públicas a Secretaria efetuará os serviços gerais com toda a equipe padrão da empresa prestadora de serviços. Os banheiros serão limpos através de empresa terceirizada para este fim conforme contratado pela Secretaria de Meio Ambiente. Demais manutenções serão realizadas pela Secretaria através de equipe própria para este fim.

Valor Total: R\$ 20.000,00 por mês.

Semel – O programa de manutenção dos equipamentos de esportes e lazer está descrito no Plano de gestão dos Centros de Convivência.

Seaso – Conforme plano de gestão do centro de convivência;

Sesop – Os serviços serão executados através de equipes próprias da Secretaria de Obras com um custo médio mensal de R\$ 10.000,00.

Seadm – 05 Guardas Municipais R\$ 10.000,00.

## CENTROS DE CONVIVÊNCIA INTERGERACIONAL (CASCAVEL VELHO)

### 1- JUSTIFICATIVA

Cascavel possui 286.205 habitantes (IBGE/2010), situada no oeste do Paraná, tem na sua produção o destaque para a agricultura, porém sua indústria e comércio em pleno crescimento e desenvolvimento atrai para si uma população em busca de oportunidades e melhor qualidade de vida.

É rodeada por cidades de pequeno porte que não conseguem absorver a mão-de-obra de suas cidades, o que a torna um referencial regional na busca pelo trabalho. Faz-se necessário citar que a cidade apresenta-se como pólo universitário e na área da medicina, o que contribui para o considerável aumento demográfico da mesma.

Cascavel encontra-se geograficamente próxima à fronteiras com Paraguai e Argentina, com localização estratégica que favorece a rota internacional do tráfico, que utiliza e explora também crianças e adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade social e por muitas vezes passa a ser a forma de subsistência econômica e/ou sustento da dependência química.

No município tem 24.707 famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (Fonte: Matriz de Informação Social/MDS), sendo estes perfis para o Cadastro Único, destas 20 mil estão cadastradas (Fonte: CECAD/MDS), e 10 mil são famílias beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família, por estar em situação de pobreza, bem como, sabemos que a pobreza não deve ser entendida apenas como sinônimo de insuficiência de renda das famílias, nem seu combate pode restringir ao recebimento de recursos financeiros pelas famílias, pois também identifica-se como problema social o acesso restrito dessas famílias as expressões culturais, ao esporte e lazer.

Demanda-se neste contexto a implantação de mais equipamentos públicos que oportunizem um conjunto de ações voltadas à superação das vulnerabilidades e á promoção de novas aquisições na vida das famílias envolvidas, o que vai além das questões materiais de vida, significa o estabelecimento de relações com o mundo do

trabalho, com a família e a comunidade, através de descoberta de potencialidades, acesso a educação, a informação, as expressões culturais, ao esporte, ao lazer e participação em todos os meios da vida social.

O Município conta com uma rede municipal de atendimento de 06 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, sendo 01 CRAS volante, e 04 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social na área de Assistência Social. Na Educação existem 60 Escolas Municipais e 40 Colégios estaduais. Na área de Saúde existem 24 UBS – Unidade Básica de Saúde, 11 USF – Unidade de Saúde da Família e 03 UPA – Unidade de Pronto Atendimento.

Estes equipamentos públicos atendem todo o município o qual está subdividido em 06 áreas resultantes da divisão do território Municipal, de acordo com a abrangência de cada CRAS.

No território onde será construído o Centro de Convivência Intergeracional existem alguns equipamentos públicos e número elevado de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No bairro Cascavel Velho, já funciona dez equipamentos públicos municipais sendo:

Na área da Assistência Social existe um CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; na área de Saúde existe uma UBS – Unidade Básica de Saúde e uma Clínica odontológica, na área da Cultura existe um Sucursal da Biblioteca Pública. Na área da Educação existem três Escolas Municipais, e três Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEI's. Observa-se a ausência de equipamentos que desenvolvam atividades lúdicas, culturais, de esporte e lazer neste bairro, bem como ausência de um equipamento de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Conforme tabela abaixo, o bairro Cascavel Velho apresenta demanda com características de fragilidade familiar, risco e vulnerabilidade social e econômica, resultante da realidade atualmente constituída.

Serviço/Benefício/ Programa	Número de Atendimento/Registro	Ano de referência
CENSE I – Centro de Socioeducação	7	2008
CREAS I – Centro Especializado de Assistência Social (Crianças e adolescentes em situação de violência)	26	2011
CREAS II - Centro Especializado de Assistência Social (Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto)	18	2011
CREAS III - Centro Especializado de Assistência Social (Idosos vítimas de violência)	13	2011
BPC – Benefício de Prestação Continuada ao Idoso	122	2010
BPC – Benefício de Prestação Continuada a pessoa com deficiência	104	2010
Programa Bolsa Família (Redistribuição de renda às famílias de baixa renda)	812	2012
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social (famílias/indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social)	480	2011
Conselho Tutelar	32	2009

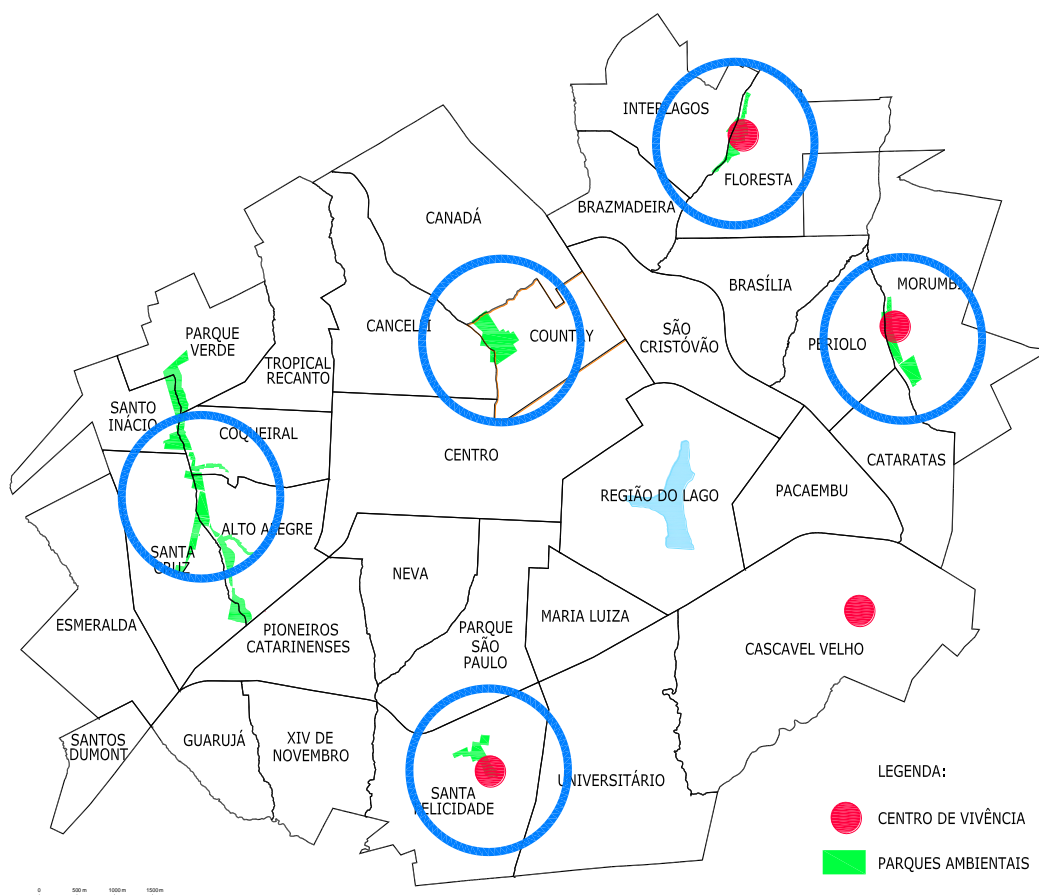
FONTE: Diagnóstico Socioterritorial do Município de Cascavel/PR 2009-2010, Cadastro Único, Sistema Informatizado da Rede Socioassistencial - IRSAS.

O bairro Cascavel Velho possui 13.392 habitantes (IBGE/2010), destes 812 famílias (estimativa de 3.248 hab. (812x4)), são consideradas famílias em situação de pobreza, com renda igual e/ou inferior a R\$ 140,00 *per capita* (Fonte: Cad. Único), caracterizando uma proporção de 24 % dos habitantes deste bairro em situação de fragilidade econômica.

No bairro Cascavel Velho já existe um equipamento do CRAS, o qual abrange territorialmente os demais bairros: Universitário, Maria Luiza e Região do Lago.



Área de Abrangência / BAIRROS	Nº de Hab.	Famílias / Bolsa Família	BPC/Idoso	BPC/Deficiente	EQ. Cultura	EQ. Esporte	EQ. Proteção Social Básica
<u>Cascavel Velho:</u> Universitário, Maria Luiza e Região do Lago	38.700	1.326 /famílias (1326x4: 5304 Hab.) Corresponde a 15% do total da população em situação de pobreza no município.	320	191	02 EQ. : Igreja do Lago, Sucursal da Biblioteca Municipal.	15 EQ. : 02 campo de futebol, 03 quadra poliesportiva, 01 campo suíço, 03 ATI em construção, 01 ATI, 02 quadra de areia, 02 playground, 01 cancha de bocha.	02 EQ. : 02/CRAS (564 pessoas atendidas ao mês), INCLUSÃO DIGITAL (47 pessoas atendidas ao mês)



Localização do Centros de Convivência

O Centro de Convivência Intergeracional atenderá crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade, inserindo-as em diversas atividades e oficinas, conforme suas necessidades e interesses identificados. Salienta-se que os Centros de Convivência irão atender a população dos bairros próximos (conforme área de abrangência), não se limitando somente ao bairro onde será realizada a obra.

Observa-se o número de famílias em situação de privação e/ou ausência de renda, mas estes bairros caracterizam-se também por outros aspectos considerados situações problemas como: trabalho informal, violência intrafamiliar, dependência química, famílias com vínculos afetivos fragilizados, violência, desqualificação profissional, e insuficiência

de serviços e equipamentos públicos para atender e ofertar serviços com qualidade a essa demanda conforme análise abaixo.

<b>Área de Abrangência / BAIRROS</b>	<b>Nº de Hab.</b>	<b>Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família</b>	<b>Famílias beneficiárias do P.B.F. atendidas pelo PAIF.</b>	<b>Famílias atendidas pelo PAIF. LINHA DE BASE 15/05/2011 a 15/05/2012.</b>
<u>Cascavel Velho:</u> Universitário, Maria Luiza e Região do Lago	38.700	1.326 /famílias (1326x4: 5304 Hab.) 13% dos habitantes dessa área de abrangência é população em situação de pobreza e/ou extrema pobreza.	360 /famílias (360x4: 1440 hab.) Somente 27% das famílias beneficiárias do P.B.F. são atendidas e acompanhadas pelo PAIF.	1.129 famílias atendidas  Conforme PNAS o PAIF têm capacidade de atendimento de até 1.000 famílias ao ano.
	IBGE/2010	CAD. ÚNICO/2012	IRSAS/2011-2012	IRSAS/2011-2012

Considerando que o CRAS é a principal porta de entrada aos serviços socioassistenciais, todos os atendimentos realizados no Centro de Convivência serão primeiramente referenciados pelo CRAS/PAIF já existente no território, ou seja, existe uma demanda reprimida conforme indicador acima de 966 famílias em situação de pobreza residentes no território de abrangência que ainda não são atendidas e/ou acompanhadas pelo PAIF.

Observa-se que o número de serviços já existentes no CRAS, e a atual estrutura física e técnica já atendem acima da capacidade posta pela Política Nacional de Assistência Social, destacando-se a necessidade de ampliação desses serviços, da estrutura física e técnica para a tentativa de buscar essas famílias para o atendimento/acompanhamento do PAIF, já desenvolvendo uma ação conjunta com as

políticas de Cultura, Esporte e Lazer, qualificando e favorecendo a oferta dos serviços sob a ótica da integralidade do desenvolvimento humano, formação para a cidadania e protagonismo social.

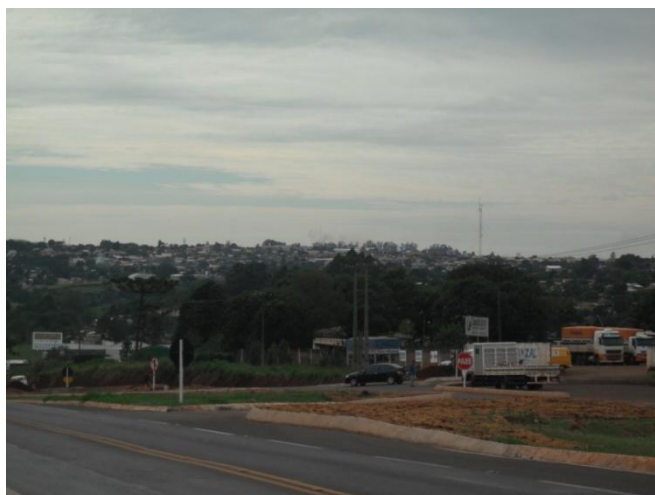
Local onde será construído o Centro de Convivência Intergeracional



Bairro Cascavel Velho, Jardim Veneza, proximidades onde será realizada a obra



### Bairro Cascavel Velho – áreas vulneráveis



Panorâmico do Bairro Cascavel Velho



Para tanto se faz necessário, oportunizar espaços de efetivação dos direitos, através de ações intersetoriais, que deve ter como base a integração das políticas sociais com ações que permitam o desenvolvimento das capacidades das famílias em seu contexto social. A concepção de ações intersetoriais compreende um esforço compartilhado pela rede governamental e não governamental no sentido de garantir o direito de acesso das famílias. O alcance desse propósito requer levar em conta as aspirações e necessidades das famílias e realizar uma abordagem intersetorial, na

execução de ações de forma articulada por equipes das políticas de Assistência social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Trabalho.

Nesse sentido, esta proposta conta necessariamente com o trabalho em rede envolvendo a cooperação mútua entre as diversas Políticas Públicas e sujeitos sociais, em torno de um objetivo comum, visando proporcionar espaço de convivência familiar, comunitária e intergeracional, com ações socioeducativas, de esporte, lazer e cultura que gerem qualidade de vida e protagonismo social, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ressaltamos que as ações intergeracionais podem trazer benefícios aos jovens e aos idosos através da troca de experiências, convívio, e assistência mútua, visando estimular o respeito e a convivência familiar e comunitária.

Com a construção do Centro de Convivência Intergeracional e oferta/execução dos serviços e atividades de convivência familiar, esporte e cultura, favorecerá a ampliação dos serviços socioassistenciais e oferta do PAIF, bem como a inserção de novas famílias no Cadastro Único, favorecendo a extensão dos serviços socioassistenciais às famílias vulnerabilizadas, e na qualidade dos serviços prestados.

## 2- OBJETIVO GERAL

Proporcionar espaço de convivência familiar, comunitária e intergeracional, com ações socioeducativas, de esporte, lazer e cultura que gerem qualidade de vida e protagonismo social, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

### 2.1 - OBJETIVOS ESPECIFICOS

- a) Oportunizar o desenvolvimento de afetividade e sociabilidade através de discussões e explanações de temas variados e atividades específicas.
- b) Propiciar um espaço voltado à troca de experiência e reflexões numa esfera de valorização do diálogo e da auto-estima.
- c) Oferecer atividades lúdicas, culturais e socioeducativas.
- d) Possibilitar oficinas e atividades que visem à promoção de saúde mental e física.



- e) Incentivar a inserção e permanência das crianças e adolescentes no meio escolar.
- f) Possibilitar fortalecimento dos vínculos familiares através de oficinas socioeducativas intergeracionais.
- g) Proporcionar espaços para práticas de esportes e lazer.

### 3 – BENEFICIÁRIOS

Os Centros de Convivência Intergeracional atenderá crianças e adolescentes, especialmente aqueles que estiverem inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou em situação de risco pessoal e social.

Pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência, famílias e/ou indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social serão atendidas nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e atividades/ações de cultura, esporte e Lazer.

A demanda atendida pelos Centros será referenciada conforme territorialização (área de abrangência) dos CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, já constituído conforme IRSAS – Sistema Informatizado da Rede Socioassistencial.

### 4 – DESCRIÇÃO SUCINTA DO PROJETO

Considerando a realidade socioeconômica do município de Cascavel e em especial do Bairro Cascavel Velho onde será construído o Centro de Convivência Intergeracional, verifica-se a necessidade da implementação de ações intersetoriais que visem o atendimento integral ao ser humano.

Diante do contexto do bairro Cascavel Velho se faz necessário o esforço compartilhado pela rede governamental e não governamental no sentido de garantir o direito de acesso das famílias aos bens e serviços públicos. O alcance desse propósito requer levar em conta as aspirações e necessidades das famílias e realizar uma abordagem intersetorial, na execução de ações de forma articulada por equipes das políticas de Assistência social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Trabalho.

O Centro de Convivência do bairro Cascavel Velho prevê uma capacidade de atendimentos mensais direcionadas para cada atividade/ação desenvolvida como:

Capacidade prevista para o atendimento de 900 pessoas ao mês nas atividades de esporte: Oficinas de futsal, futebol, voleibol, vôlei de areia, handebol, basquetebol, Jogos de Mesa e Tênis de mesa.

Capacidade prevista para o atendimento de 260 pessoas ao mês nas atividades culturais: Oficinas de artes visuais, artesanato, danças, teatro, produções de curtas metragens com equipamentos alternativos, música – musicalização, coral e atividades com instrumentos musicais, e atividades literárias.

Capacidade prevista para o atendimento de 75 pessoas ao mês em atividades de Assistência Social direcionados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos: grupo de gestante, grupo de idosos, projuvem adolescente, grupo de crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

Os serviços/atividades que acontecerão nos Centros são de caráter continuado, havendo uma pequena rotatividade de pessoas atendidas no mês e/ou no ano.

As ações serão desenvolvidas de forma integradas entre as três políticas, sendo as seguintes:

- Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos visando proporcionar espaços de trocas entre as gerações, para a reflexão sobre o processo de envelhecimento; para o resgate dos aspectos positivos da longevidade; para auxiliar os jovens na aceitação e reflexão do processo de envelhecimento, desenvolver auto-estima e auto-confiança.
- Atividades e encontros temáticos, conforme necessidades das famílias, tais como: relacionamento familiar; prevenção à violência doméstica; prevenção ao uso de drogas, gravidez na adolescência, empregabilidade, qualificação profissional.
- Eventos de Informação e Mobilização Social visando maior interlocução com as famílias e comunidade, para a prevenção de violência contra a criança e o adolescente, o idoso, a pessoa com deficiência e a mulher.
- Artes Visuais.
- Cursos de artesanato.
- Danças diversas.

- Teatro.
- Produções de curtas metragens com equipamentos alternativos.
- Música – musicalização, coral e atividades com instrumentos musicais.
- Festivais Intergeracionais, com apresentações culturais e participação da comunidade local.
- Atividades Literárias.
- Oficinas de futsal, futebol, voleibol, vôlei de areia, handebol, basquetebol.
- Oficinas de Jogos de Mesa (Xadrez, Damas, e outros)
- Tênis de mesa.
- Atividades voltadas à saúde e qualidade de vida.

O Centro terá profissionais nas áreas de Assistência Social, Esporte e Cultura para o melhor desempenho das atividades.

#### Secretaria Municipal de Assistência Social

QUADRO FUNC.	TÉCNICOS	APOIO	CUSTO ESTIMADO/MÊS
09 funcionários	01 Coordenador Geral 01 assistente social 01 pedagogo	01 motorista 01 agente administrativo 02 zeladoras 02 estagiários	R\$16.048,54

#### Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

QUADRO FUNC.	TÉCNICOS	APOIO	CUSTO ESTIMADO/MÊS
13 funcionários	4 Orientadores Técnico Esportivo.	01 serviços gerais 02 guardas patrimoniais 06 estagiários	R\$ 12.936,98

#### Secretaria Municipal de Cultura

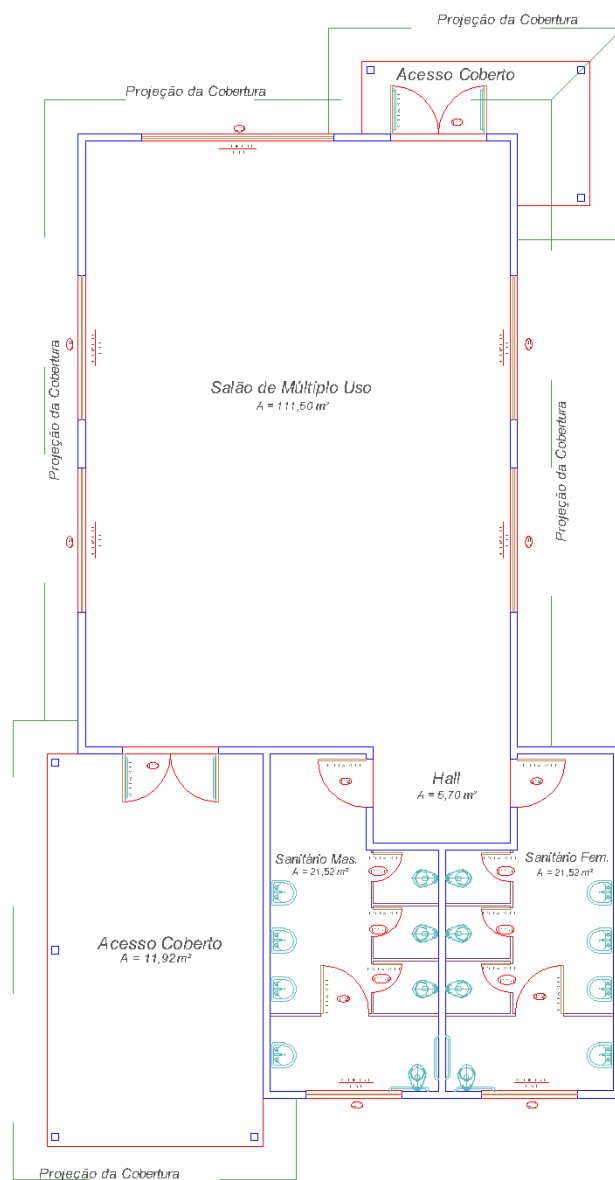
QUADRO FUNC.	TÉCNICOS	APOIO	CUSTO ESTIMADO/MÊS
	01 profissional de	02 zeladores	

10 funcionários	música 01 profissional de artes plásticas 01 profissional de artesanato 01 profissional de dança 01 profissional de teatro 01 profissional de cinema	02 guardas patrimoniais	R\$ 11.011,64
--------------------	--	----------------------------	---------------

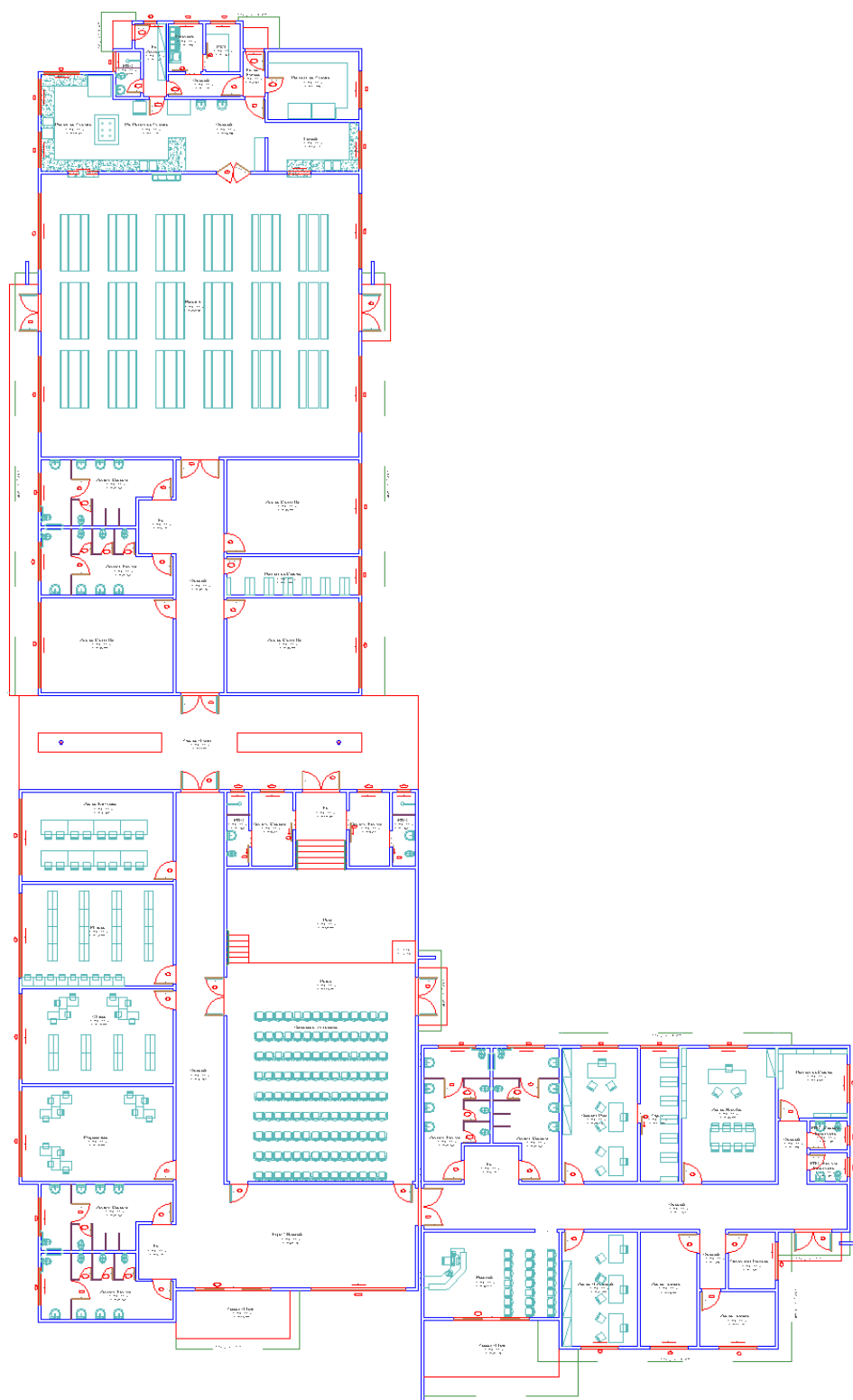
A gestão do Centro de Convivência Intergeracional será intersetorial, envolvendo ações da área de Cultura, Assistência Social e de Esporte e Lazer. A operação será detalhada no Plano de Gestão seguindo uma proposta similar de operacionalização da Praça do PEC- Praça dos Esportes e da Cultura e do Centro da Juventude, equipamentos que iniciam um trabalho conjunto entre as políticas de Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer com atividades/serviços e estrutura física similar.

As ações que serão desenvolvidas neste Centro de Convivência Intergeracional terão um custo estimado de operação de R\$ 256.382,66 anuais, envolvendo água, energia elétrica, telefone, internet, material de higiene e limpeza, material de expediente, pedagógico e esportivo. Os custos anuais de administração e operacionalização do Centro têm como base as despesas de serviços similares.

## Estudo Centro de Convívio Intergeracional - Módulo



## Estudo Centro de Convívio Intergeracional – Salão de Múltiplo Uso







Perspectiva Centro de Convivência



Perspectiva Centro de Convivência



Perspectiva Centro de Convivência



Perspectiva Centro de Convivência



Perspectiva Centro de Convivência

## CENTROS DE CONVIVÊNCIA INTERGERACIONAL (MORUMBI E SANTA FELICIDADE)

### 1 - JUSTIFICATIVA

Cascavel possui 286.205 habitantes (IBGE/2010), situada no oeste do Paraná, tem na sua produção o destaque para a agricultura, porém sua indústria e comércio em pleno crescimento e desenvolvimento atrai para si uma população em busca de oportunidades e melhor qualidade de vida.

É rodeada por cidades de pequeno porte que não conseguem absorver a mão-de-obra de suas cidades, o que a torna um referencial regional na busca pelo trabalho. Faz-se necessário citar que a cidade apresenta-se como pólo universitário e na área da medicina, o que contribui para o considerável aumento demográfico da mesma.

Cascavel encontra-se geograficamente próxima à fronteiras com Paraguai e Argentina, com localização estratégica que favorece a rota internacional do tráfico, que utiliza e explora também crianças e adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade social e por muitas vezes passa a ser a forma de subsistência econômica e/ou sustento da dependência química.

No município tem 24.707 famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (Fonte: Matriz de Informação Social / MDS), sendo estes perfis para o Cadastro Único, destas 20 mil estão cadastradas (Fonte: CECAD/MDS), e 10 mil são famílias beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família, por estar em situação de pobreza, bem como, sabemos que a pobreza não deve ser entendida apenas como sinônimo de insuficiência de renda das famílias, nem seu combate pode restringir ao recebimento de recursos financeiros pelas famílias, pois também identifica-se como problema social o acesso restrito dessas famílias as expressões culturais, ao esporte e lazer.

Demanda-se neste contexto a implantação de mais equipamentos públicos que oportunizem um conjunto de ações voltadas à superação das vulnerabilidades e à promoção de novas aquisições na vida das famílias envolvidas, o que vai além das questões materiais de vida, significa o estabelecimento de relações com o mundo do

trabalho, com a família e a comunidade, através de descoberta de potencialidades, acesso a educação, a informação, as expressões culturais, ao esporte, ao lazer e participação em todos os meios da vida social.

O Município conta com uma rede municipal de atendimento de 06 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, sendo 01 CRAS volante, e 04 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social na área de Assistência Social. Na Educação existem 60 Escolas Municipais e 40 Colégios estaduais. Na área de Saúde existem 24 UBS – Unidade Básica de Saúde, 11 USF – Unidade de Saúde da Família e 03 UPA – Unidade de Pronto Atendimento.

Estes equipamentos públicos atendem todo o município o qual está subdividido em 06 áreas resultantes da divisão do território Municipal, de acordo com a abrangência de cada CRAS.

Nos territórios onde serão construídos os Centros de Convivência Intergeracional existem alguns equipamentos públicos e número elevado de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No bairro Morumbi onde será construída o Centro de Convivência Social, já funcionam cinco equipamentos públicos municipais sendo:

Dois Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEI; duas Escolas Municipais e uma Unidade de Saúde da Família – USF. Observa-se a ausência de equipamentos que desenvolvam atividades lúdicas, culturais, de esporte e lazer neste bairro, bem como ausência de um equipamento de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Conforme tabela abaixo, o bairro Morumbi apresenta demanda com características de fragilidade familiar, risco e vulnerabilidade social e econômica, resultante da realidade atualmente constituída.

Serviço/Benefício/ Programa	Número de Atendimento/Registro	Ano de referência
CENSE I – Centro de Socioeducação	18	2008
CREAS I – Centro Especializado de Assistência Social (Crianças e adolescentes em situação de violência)	17	2011
CREAS II - Centro Especializado de Assistência Social (Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto)	13	2011
CREAS III - Centro Especializado de Assistência Social (Idosos vítimas de violência)	7	2011
BPC – Benefício de Prestação Continuada ao Idoso	63	2010
BPC – Benefício de Prestação Continuada a pessoa com deficiência	30	2010
Programa Bolsa Família (Redistribuição de renda às famílias de baixa renda)	373	2012

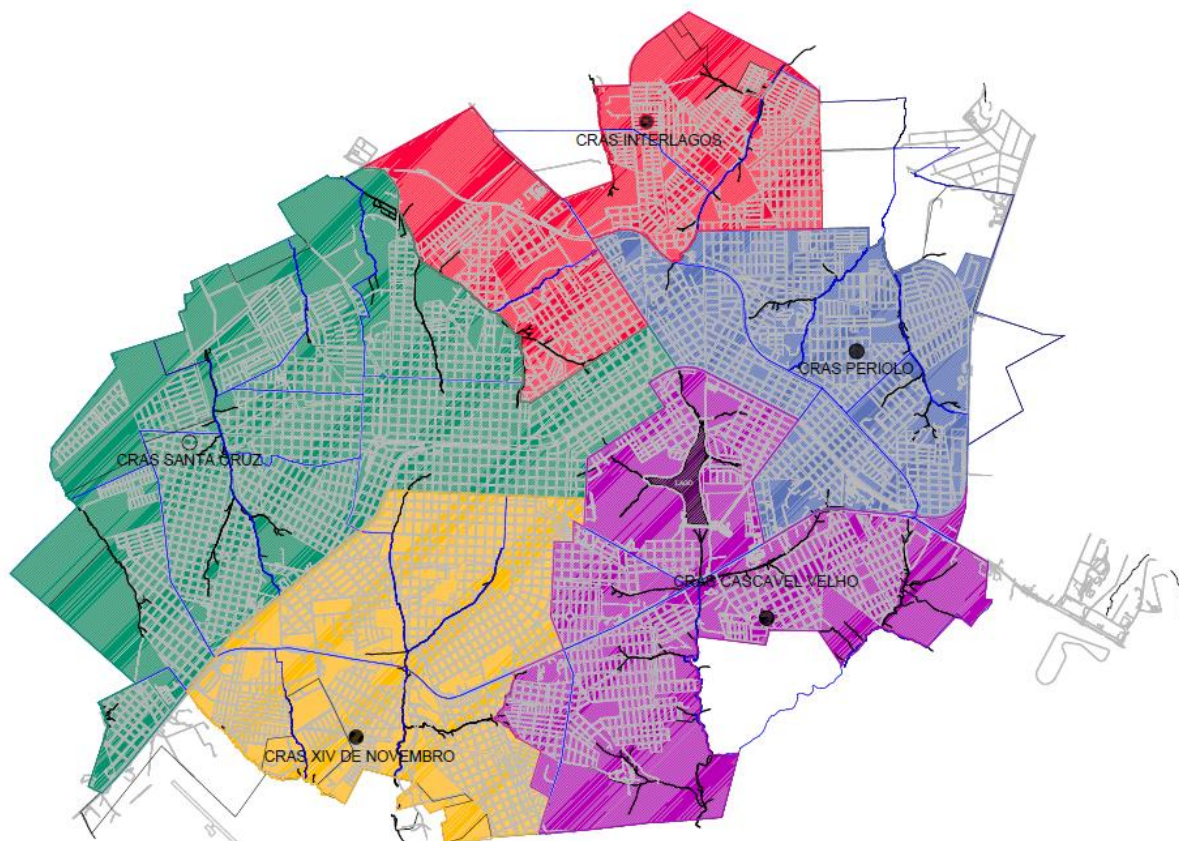
FONTE: Diagnóstico Socioterritorial do Município de Cascavel/PR 2009-2010, Cadastro Único, Sistema Informatizado da Rede Socioassistencial - IRSAS.

O bairro Morumbi possui 5.353 hab. (Fonte: IBGE/2010), destes 373 famílias (estimativa de 1.492 hab. (373x4)), são consideradas famílias em situação de pobreza, com renda igual e/ou inferior a R\$ 140,00 *per capita* (Fonte: Cad.Único), caracterizando uma proporção de 27% dos habitantes do bairro em situação de fragilidade econômica.

No bairro Morumbi não existe um equipamento do CRAS, este pertence a uma área de abrangência atendida pelo equipamento do CRAS instalado no bairro Periolo, o território deste CRAS é constituído pelos bairros: Periolo, Morumbi, Brasília, Cataratas, Pacaembú e São Cristóvão.

Área de Abrangência / BAIROS	Nº de Hab.	Famílias / Bolsa Família	BPC/Idoso	BPC/Deficiente	EQ. Cultura	EQ. Esporte	EQ. Proteção Social Básica
Morumbi: Brasília, Cataratas, Pacaembú, Periolo, e São Cristóvão.	46.130	1.927 /famílias (1927x4: 7708 Hab.) Corresponde a 21%do total da população em situação de pobreza no município.	394	281	01 EQ. : Casa da Cultura	10 EQ. : 05 campo de futebol, 01 ATI, 01 ATI em obra, 01 quadra poliesportiva, 01 ginásio, 01 quadra de grama sintética em construção.	02 EQ. 02/CRAS (675 pessoas atendidas ao mês)/INCLUSÃO DIGITAL (66 pessoas atendidas ao mês)





Área de abrangência com a localização do Centro

O Centro de Convivência Intergeracional atenderá crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade, inserindo-as em diversas atividades e oficinas, conforme suas necessidades e interesses identificados. Salienta-se que os Centros de Convivência irão atender a população dos bairros próximos (conforme área de abrangência), não se limitando somente ao bairro onde será realizada a obra.

Observa-se o número de famílias em situação de privação e/ou ausência de renda, mas estes bairros caracterizam-se também por outros aspectos considerados situações problemas como: trabalho informal, violência intrafamiliar, dependência química, famílias com vínculos afetivos fragilizados, violência, desqualificação profissional, e insuficiência de serviços e equipamentos públicos para atender e ofertar serviços com qualidade a essa demanda identificada conforme análise abaixo.



Área de Abrangência / BAIRROS	Nº de Hab.	Famílias beneficiários do Programa Bolsa Família	Famílias beneficiárias do P.B.F. atendidas pelo PAIF.	Famílias atendidas no pelo PAIF, LINHA DE BASE 15/05/2011 a 15/05/2012.
Morumbi: Brasília, Cataratas, Pacaembú, Periolo, e São Cristóvão.	46.130	1.927 /famílias (1927x4: 7708 Hab.) 16 % dos habitantes dessa área de abrangência é população em situação de pobreza e/ou extrema pobreza.	641 /famílias (641x4:2.564 hab.) Somente 33% das famílias beneficiárias do P.B.F. são atendidas e acompanhadas pelo PAIF.	2.181 famílias atendidas  Conforme PNAS o PAIF têm capacidade de atendimento de até 1.000 famílias ao ano.
	IBGE/2010	CAD. ÚNICO/2012	IRSAS/2011-2012	IRSAS/2011-2012

Considerando que o CRAS é a principal porta de entrada aos serviços socioassistenciais, todos os atendimentos realizados no Centro de Convivência serão primeiramente referenciados pelo CRAS. Existe nesta área de abrangência uma demanda reprimida conforme indicador acima de 1286 famílias em situação de pobreza que ainda não são atendidas e/ou acompanhadas pelo PAIF.

Observa-se que o número de serviços existentes em um equipamento do CRAS já instalado no território (Bairro Periolo), a atual estrutura física e técnica atendem duas vezes a capacidade posta pela Política Nacional de Assistência Social, e ainda possuem demanda reprimida conforme tabela acima.

Destaca-se neste contexto a necessidade de ampliação dos serviços, da estrutura física e técnica, e mais a implantação de um CRAS para a oferta do PAIF, na tentativa de buscar essas famílias para o atendimento/acompanhamento do PAIF, já desenvolvendo uma ação conjunta com as políticas de Cultura, Esporte e Lazer, qualificando e favorecendo a oferta dos serviços sob a ótica da integralidade do desenvolvimento humano, formação para a cidadania e protagonismo social.

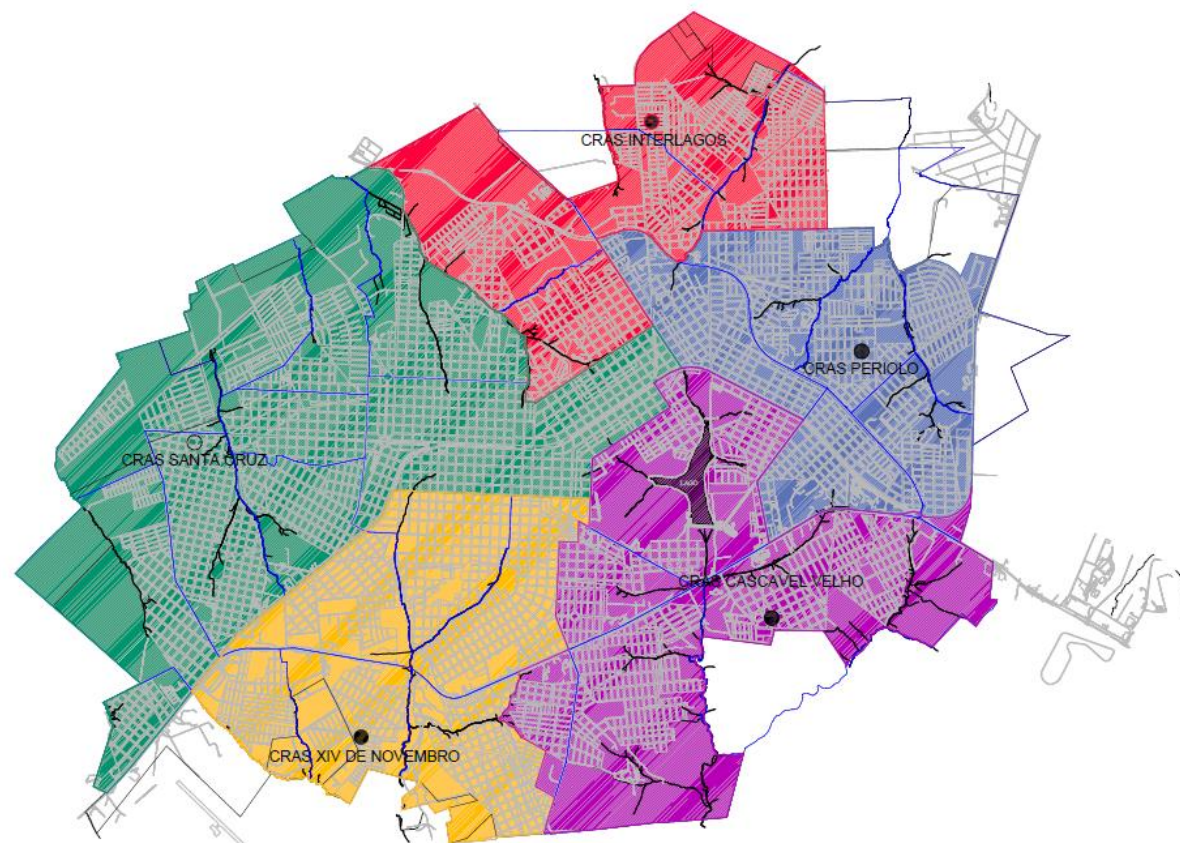
No bairro Santa Felicidade onde será construída o Centro de Convivência Social, já funcionam quatro equipamentos públicos sendo:

Dois Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEI; uma Escola Municipal e uma Unidade de Saúde da Família – USF. Observa-se a ausência de equipamentos que desenvolvam atividades lúdicas, culturais, de esporte e lazer neste bairro, bem como ausência de um equipamento de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Conforme tabela abaixo, o bairro Santa Felicidade apresenta demanda com características de fragilidade familiar, risco e vulnerabilidade social e econômica, resultante da realidade atualmente constituída.

Serviço/Benefício/ Programa	Número de Atendimento/Registro	Ano de referência
CENSE I – Centro de Socioeducação	3	2008
CREAS I – Centro Especializado de Assistência Social (Crianças e adolescentes em situação de violência)	12	2011
CREAS II - Centro Especializado de Assistência Social (Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto)	17	2011
CREAS III - Centro Especializado de Assistência Social (Idosos vítimas de violência)	5	2011
BPC – Benefício de Prestação Continuada ao Idoso	52	2010
BPC – Benefício de Prestação Continuada a pessoa com deficiência	57	2010
Programa Bolsa Família (Redistribuição de renda às famílias de baixa renda)	372	2012

FONTE: Diagnóstico Socioterritorial do Município de Cascavel/PR 2009-2010, Cadastro Único, Sistema Informatizado da Rede Socioassistencial - IRSAS.



Área de abrangência e a localidade do centro







O bairro Santa Felicidade possui 14.432 hab. (IBGE/2010), destes 372 famílias (estimativa de 1.488 hab. (372x4)), são consideradas famílias em situação de pobreza, com renda igual e/ou inferior a R\$ 140,00 *per capita* (Fonte: Cad.Único), caracterizando uma proporção de 10% dos habitantes do bairro em situação de fragilidade econômica.

No bairro Santa Felicidade não existe um equipamento do CRAS, este pertence a uma área de abrangência atendida pelo equipamento do CRAS instalado no bairro 14 de Novembro, o território deste CRAS é constituído pelos bairros: Santa Felicidade, 14 de Novembro, Parque São Paulo, Neva, Pioneiros Catarinenses e Guarujá.



rea de Abrangência / BAIRROS	Nº de Hab.	Famílias / Bolsa Família	BPC/Idoso	BPC/ Deficiente	EQ. Cultura	EQ. Esporte	EQ. Proteção Social Básica
Santa Felicidade: 14 de Novembro Parque São Paulo Neva Pioneiros Catarinenses Guarujá	54.743	1.283 /famílias (1283x4: 5.132 Hab.) Corresponde a 14% do total da população em situação de pobreza no município.	316	206	NENHUM	22EQ. ; 05 campo de futebol/ 02 quadra poliesportiva/ 01 academia ao ar livre em obra / 03 quadra de areia / 02 playground / 02 ginásio / 01 ATI / 03 ATI em obra / 01 pista de caminhada / 01 piscina térmica em obra / 01 Estádio.	02 EQ. CRAS (467 pessoas atendidas ao mês), INCLUSÃO DIGITAL (64 pessoas atendidas ao mês)

O Centro de Convivência Intergeracional atenderá crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade, inserindo-as em diversas atividades e oficinas, conforme suas necessidades e interesses identificados. Salienta-se que os Centros de Convivência irão atender a população dos bairros próximos (conforme área de abrangência), não se limitando somente ao bairro onde será realizada a obra.

Observa-se o número de famílias em situação de privação e/ou ausência de renda, mas estes bairros caracterizam-se também por outros aspectos considerados situações problemas como: trabalho informal, violência intrafamiliar, dependência química, famílias com vínculos afetivos fragilizados, violência, desqualificação profissional, e insuficiência de serviços e equipamentos públicos para atender e ofertar serviços com qualidade a essa demanda identificada conforme análise abaixo.

<b>Área de Abrangência / BAIRROS</b>	<b>Nº de Hab.</b>	<b>Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família</b>	<b>Famílias beneficiárias do P.B.F. atendidas pelo PAIF.</b>	<b>Famílias atendidas no pelo PAIF, LINHA DE BASE 15/05/2011 a 15/05/2012.</b>
Santa Felicidade: 14 de Novembro Parque São Paulo Neva Pioneiros Catarinenses Guarujá	54.743	1.283 /famílias (1283x4: 5.132 Hab.) 9% dos habitantes dessa área de abrangência é população em situação de pobreza e/ou extrema pobreza.	289/famílias (289x4: 1156 hab.) Somente 22% das famílias beneficiárias do P.B.F. são atendidas e acompanhadas pelo PAIF.	954 famílias atendidas  Conforme PNAS o PAIF têm capacidade de atendimento de até 1.000 famílias ao ano.
	IBGE/2010	CAD. ÚNICO/2012	IRSAS/2011-2012	IRSAS/2011-2012

Considerando que o CRAS é a principal porta de entrada aos serviços socioassistenciais, todos os atendimentos realizados no Centro de Convivência serão primeiramente referenciados pelo CRAS. Existe nesta área de abrangência uma demanda reprimida conforme indicador acima de 994 famílias em situação de pobreza que ainda não são atendidas e/ou acompanhadas pelo PAIF.

Observa-se que o número de serviços existentes em um equipamento do CRAS já instalado no território (Bairro 14 de Novembro), atende um público em conformidade com sua capacidade estabelecida pela Política Nacional de Assistência Social, sendo assim a atual estrutura física e técnica desta unidade não comporta a inserção de novas demandas, pois o atendimento superior a sua capacidade iria reduzir o padrão de qualidade do acompanhamento das famílias e indivíduos.

Destaca-se neste contexto a necessidade de ampliação dos serviços, da estrutura física e técnica, e mais a implantação de um CRAS para a oferta do PAIF, na tentativa de buscar essas famílias para o atendimento/acompanhamento do PAIF, já desenvolvendo uma ação conjunta com as políticas de Cultura, Esporte e Lazer, qualificando e favorecendo a oferta dos serviços sob a ótica da integralidade do desenvolvimento humano, formação para a cidadania e protagonismo social.

Para tanto se faz necessário, oportunizar espaços de efetivação dos direitos, através de ações intersetoriais, que deve ter como base a integração das políticas sociais com ações que permitam o desenvolvimento das capacidades das famílias em seu contexto social. A concepção de ações intersetoriais compreende um esforço compartilhado pela rede governamental e não governamental no sentido de garantir o direito de acesso das famílias. O alcance desse propósito requer levar em conta as aspirações e necessidades das famílias e realizar uma abordagem intersetorial, na execução de ações de forma articulada por equipes das políticas de Assistência social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Trabalho.

Nesse sentido, esta proposta conta necessariamente com o trabalho em rede envolvendo a cooperação mútua entre as diversas Políticas Públicas e sujeitos sociais, em torno de um objetivo comum, visando proporcionar espaço de convivência familiar, comunitária e intergeracional, com ações socioeducativas, de esporte, lazer e cultura que

gerem qualidade de vida e protagonismo social, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ressaltamos que as ações intergeracionais podem trazer benefícios aos jovens e aos idosos através da troca de experiências, convívio, e assistência mútua, visando estimular o respeito e a convivência familiar e comunitária.

Com a construção do Centro de Convivência Intergeracional e oferta/execução dos serviços socioassistenciais e atividades de convivência familiar, esporte e cultura, favorecerá a ampliação dos serviços e oferta do PAIF, bem como a inserção de novas famílias no Cadastro Único, favorecendo a extensão dos serviços socioassistenciais às famílias vulnerabilizadas, e na qualidade dos serviços prestados.

## 2- OBJETIVO GERAL

Proporcionar espaço de convivência familiar, comunitária e intergeracional, com ações de atenção integral a família, socioeducativas, de esporte, lazer e cultura que gerem qualidade de vida e protagonismo social, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

### 2.1 - OBJETIVOS ESPECIFICOS

- a) Oportunizar o desenvolvimento de afetividade e sociabilidade através de discussões e explanações de temas variados e atividades específicas.
- b) Propiciar um espaço voltado à troca de experiência e reflexões numa esfera de valorização do diálogo e da auto-estima.
- c) Oferecer atividades lúdicas, culturais e socioeducativas.
- d) Possibilitar oficinas e atividades que visem à promoção de saúde mental e física.
- e) Incentivar a inserção e permanência das crianças e adolescentes no meio escolar.
- f) Possibilitar fortalecimento dos vínculos familiares através de oficinas socioeducativas intergeracionais.
- g) Proporcionar espaços para práticas de esportes e lazer.

h) Atender e acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social no âmbito SUAS, oportunizando o acesso aos bens e serviços públicos.

### 3 – BENEFICIÁRIOS

Os Centros de Convivência Intergeracional atenderá crianças e adolescentes, especialmente aqueles que estiverem inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou em situação de risco pessoal e social, serão atendidos em regime de contraturno social.

Pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência, famílias e/ou indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social serão atendidas nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, PAIF e atividades/ações de cultura, esporte e Lazer.

A demanda atendida pelos Centros será referenciada conforme territorialização (área de abrangência) dos CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, já constituído conforme IRSAS – Sistema Informatizado da Rede Socioassistencial.

### 4 – DESCRIÇÃO SUCINTA DO PROJETO

Considerando a realidade socioeconomica do município de Cascavel e em especial dos bairros Morumbi e Santa Felicidade onde serão construído o Centro de Convivência Intergeracional, verifica-se a necessidade da implementação de ações intersetoriais que visem o atendimento integral ao ser humano.

Diante do contexto do bairro Morumbi e do Bairro Santa Felicidade se faz necessário o esforço compartilhado pela rede governamental e não governamental no sentido de garantir o direito de acesso das famílias aos bens e serviços públicos. O alcance desse propósito requer levar em conta as aspirações e necessidades das famílias e realizar uma abordagem intersetorial, na execução de ações de forma articulada por equipes das políticas de Assistência social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Trabalho.

Os Centros do bairro Morumbi e Santa Felicidade prevê uma capacidade de atendimentos mensais direcionadas para cada atividade/ação desenvolvida como:

Capacidade prevista para o atendimento de 1.100 pessoas ao mês nas atividades de esporte: Oficinas de futsal, futebol, voleibol, vôlei de areia, handebol, basquetebol, Jogos de Mesa e Tênis de mesa.

Capacidade prevista para o atendimento de 520 pessoas ao mês nas atividades culturais: Oficinas de artes visuais, artesanato, danças, teatro, produções de curtas metragens com equipamentos alternativos, música – musicalização, coral e atividades com instrumentos musicais, e atividades literárias.

Capacidade prevista para o atendimento de 250 pessoas ao mês no serviço de Inclusão Digital.

Capacidade prevista para o atendimento de 100 pessoas ao mês no serviço de Contraturno Social.

Com capacidade prevista para o atendimento de 100 pessoas ao mês nos Serviços de Convivência de Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social: grupo de gestante, grupo de idosos, projovem adolescente, grupo de crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

Capacidade prevista para o atendimento de 275 pessoas ao mês no serviço do PAIF/CRAS.

Capacidade prevista para o atendimento de 125 pessoas ao mês no Cadastro Único.

Os serviços/atividades que acontecerão nos Centros são de caráter continuado, havendo uma pequena rotatividade de pessoas atendidas no mês e/ou no ano.

As ações serão desenvolvidas de forma integradas entre as três políticas, sendo as seguintes:

- Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos visando proporcionar espaços de trocas entre as gerações, para a reflexão sobre o processo de envelhecimento; para o resgate dos aspectos positivos da longevidade; para auxiliar os jovens na aceitação e reflexão do processo de envelhecimento, desenvolver auto-estima e auto-confiança.
- Atividades e encontros temáticos, conforme necessidades das famílias, tais como: relacionamento familiar; prevenção à violência doméstica; prevenção ao uso de drogas, gravidez na adolescência, empregabilidade, qualificação profissional.



- Eventos de Informação e Mobilização Social visando maior interlocução com as famílias e comunidade, para a prevenção de violência contra a criança e o adolescente, o idoso, a pessoa com deficiência e a mulher.
- Artes Visuais.
- Cursos de artesanato.
- Danças diversas.
- Teatro.
- Produções de curtas metragens com equipamentos alternativos.
- Música – musicalização, coral e atividades com instrumentos musicais.
- Festivais Intergeracionais, com apresentações culturais e participação da comunidade local.
- Brinquedoteca e gibiteca.
- Atividades literárias.
- Oficinas de futsal, futebol, voleibol, vôlei de areia, handebol, basquetebol.
- Ginástica - laboral, aeróbica, alongamento.
- Oficinas de Jogos de Mesa (Xadrez, Damas, e outros)
- Tênis de mesa.
- Atividades voltadas à saúde e qualidade de vida.

Os Centros Intergeracionais terão em sua estrutura o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conhecido também como casa da família, é um espaço de acolhimento e escuta. Desenvolve o Programa de Atenção Integral à família (PAIF), que apresenta os seguintes objetivos: Fortalecer os vínculos familiares e comunitários, Promover aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades, Estimular e fomentar a geração de renda.

O CRAS terá a função de orientar e encaminhar para: Documentação Civil (RG 1ª e 2ª via e Certidão de Nascimento e Casamento 2ª via); Auxílio alimentação; Benefício de Prestação Continuada – BPC; Cadastro único; Programa de transferência de renda – Bolsa Família; Carteira do idoso; Passe livre municipal para pessoas com deficiência; Passe livre intermunicipal para pessoas com deficiência; Encaminhar para a rede

sociassistencial e demais políticas públicas; Tarifas sociais (água e luz); Cursos de qualificação profissional. O CRAS desenvolverá as seguintes atividades: Acompanhamento familiar; Visitas domiciliares; Atendimento psicossocial; Busca ativa – identificar as necessidades da família e comunidade; Grupo de desenvolvimento familiar para gestantes; Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo para idosos, Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo para crianças de 0 a 6 anos; Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e Grupo de ProJovem adolescente com jovens de 15 à 17 anos.

O Centro terá profissionais nas áreas de Assistência Social, Esporte e Cultura para o melhor desempenho das atividades.

#### Secretaria Municipal de Assistência Social

QUADRO FUNC.	TÉCNICOS	APOIO	CUSTO ESTIMADO/MÊS
21 Funcionários	01 Coordenador Geral 01 Coordenador do CRAS 02 assistentes sociais 01 psicólogo 01 pedagogo	01 motorista 02 agente administrativo 05 zeladoras 04 estagiários 03 educadores sociais	R\$ 34.092,47

#### Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

QUADRO FUNC.	TÉCNICOS	APOIO	CUSTO ESTIMADO/MÊS
14 Funcionários	5 Orientadores Técnico Esportivo.	01 serviços gerais 02 guardas patrimoniais 06 estagiários	R\$ 14.373,77

Secretaria Municipal de Cultura

QUADRO FUNC.	TÉCNICOS	APOIO	CUSTO ESTIMADO/MÊS
14 Funcionários	01 profissional de música 01 profissional de artes plásticas 01 profissional de artesanato 01 profissional de dança 01 profissional de teatro 01 profissional de cinema	01 agente administrativo 05 zeladores 02 guardas patrimoniais	R\$ 25.932,83

A gestão do Centro de Convivência Intergeracional será intersetorial, envolvendo ações da área de Cultura, Assistência Social e de Esporte e Lazer. A operação será detalhada no Plano de Gestão seguindo uma proposta similar de operacionalização da Praça do PEC – Praça dos Esportes e Cultura e do Centro da Juventude, equipamentos que iniciam um trabalho conjunto entre as políticas de Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer, com atividades/serviços e estrutura física similar.

As ações que serão desenvolvidas em cada Centro de Convivência Intergeracional terão um custo estimado de operação de R\$ 606.095,60 anuais, envolvendo água, energia elétrica, telefone, internet, material de higiene e limpeza, material de expediente, pedagógico e esportivo. Os custos anuais de administração e operacionalização do Centro têm como base as despesas de serviços similares (Esporte, Cultura e Assistência Social), sendo:

## 5 - PROJETO

O projeto do centro de vivência será composto por módulos que totalizam 1845,06 m², sendo:

Modulo I - CRAS conhecido também como casa da família é um espaço de acolhimento e escuta. Onde se desenvolve o Programa de Atenção Integral à família (PAIF), que apresenta os seguintes objetivos: Fortalecer os vínculos familiares e comunitários, área total do modulo é 351,31 m<sup>2</sup>.

Modulo II - A Cozinha comunitária do Provopar atende prioritariamente as famílias inseridas no Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Benefício de Prestação Continuada – BPC, ou elegíveis para estes programas, pessoas acamadas, desempregados que recebem benefícios eventuais encaminhados pelo CRAS ou pela rede socioassistencial e a demanda espontânea. Além disto, promove cursos em parceria com o CRAS sobre alimentação enriquecida, panificação e confeitaria, área total do modulo é 591,05 m<sup>2</sup>.

Modulo III – Biblioteca pública com espaço destinado a cultura, conta ainda com as seguintes áreas, gibiteca, brinquedoteca, auditório, sala de informática, foyer e biblioteca, área total do modulo é 685,04 m<sup>2</sup>.

Modulo IV – Salão Multiuso área destinada a comportar atividades diversas, que demandem um espaço amplo e flexível, área total do modulo é 217,66 m<sup>2</sup>.

## 1- JUSTIFICATIVA

Cascavel possui 286.205 habitantes (IBGE/2010), situada no oeste do Paraná, tem na sua produção o destaque para a agricultura, porém sua indústria e comércio em pleno crescimento e desenvolvimento atrai para si uma população em busca de oportunidades e melhor qualidade de vida.

É rodeada por cidades de pequeno porte que não conseguem absorver a mão-de-obra de suas cidades, o que a torna um referencial regional na busca pelo trabalho. Faz-se necessário citar que a cidade apresenta-se como pólo universitário e na área da medicina, o que contribui para o considerável aumento demográfico da mesma.

Cascavel encontra-se geograficamente próxima à fronteiras com Paraguai e Argentina, com localização estratégica que favorece a rota internacional do tráfico, que

utiliza e explora também crianças e adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade social e por muitas vezes passa a ser a forma de subsistência econômica e/ou sustento da dependência química.

No município tem 24.707 famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (Fonte: Matriz de Informação Social / MDS), sendo estes perfis para o Cadastro Único, destas 20 mil estão cadastradas (Fonte: CECAD/MDS), e 10 mil são famílias beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família, por estar em situação de pobreza, bem como, sabemos que a pobreza não deve ser entendida apenas como sinônimo de insuficiência de renda das famílias, nem seu combate pode restringir ao recebimento de recursos financeiros pelas famílias, pois também identifica-se como problema social o acesso restrito dessas famílias as expressões culturais, ao esporte e lazer.

Demanda-se neste contexto a implantação de mais equipamentos públicos que oportunizem um conjunto de ações voltadas à superação das vulnerabilidades e à promoção de novas aquisições na vida das famílias envolvidas, o que vai além das questões materiais de vida, significa o estabelecimento de relações com o mundo do trabalho, com a família e a comunidade, através de descoberta de potencialidades, acesso a educação, a informação, as expressões culturais, ao esporte, ao lazer e participação em todos os meios da vida social.

O Município conta com uma rede municipal de atendimento de 06 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, sendo 01 CRAS volante, e 04 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social na área de Assistência Social. Na Educação existem 60 Escolas Municipais e 40 Colégios estaduais. Na área de Saúde existem 24 UBS – Unidade Básica de Saúde, 11 USF – Unidade de Saúde da Família e 03 UPA – Unidade de Pronto Atendimento.

Estes equipamentos públicos atendem todo o município o qual está subdividido em 06 áreas resultantes da divisão do território Municipal, de acordo com a abrangência de cada CRAS.

Nos territórios onde serão construídos os Centros de Convivência Intergeracional existem alguns equipamentos públicos e número elevado de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No bairro Morumbi onde será construída o Centro de Convivência Social, já funcionam cinco equipamentos públicos municipais sendo:

Dois Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEI; duas Escolas Municipais e uma Unidade de Saúde da Família – USF. Observa-se a ausência de equipamentos que desenvolvam atividades lúdicas, culturais, de esporte e lazer neste bairro, bem como ausência de um equipamento de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Conforme tabela abaixo, o bairro Morumbi apresenta demanda com características de fragilidade familiar, risco e vulnerabilidade social e econômica, resultante da realidade atualmente constituída.

Serviço/Benefício/ Programa	Número de Atendimento/Registro	Ano de referência
CENSE I – Centro de Socioeducação	18	2008
CREAS I – Centro Especializado de Assistência Social (Crianças e adolescentes em situação de violência)	17	2011
CREAS II - Centro Especializado de Assistência Social (Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto)	13	2011
CREAS III - Centro Especializado de Assistência Social (Idosos vítimas de violência)	7	2011
BPC – Benefício de Prestação Continuada ao Idoso	63	2010
BPC – Benefício de Prestação Continuada a pessoa com deficiência	30	2010
Programa Bolsa Família (Redistribuição de renda às famílias de baixa renda)	373	2012

FONTE: Diagnóstico Socioterritorial do Município de Cascavel/PR 2009-2010, Cadastro Único, Sistema Informatizado da Rede Socioassistencial - IRSAS.

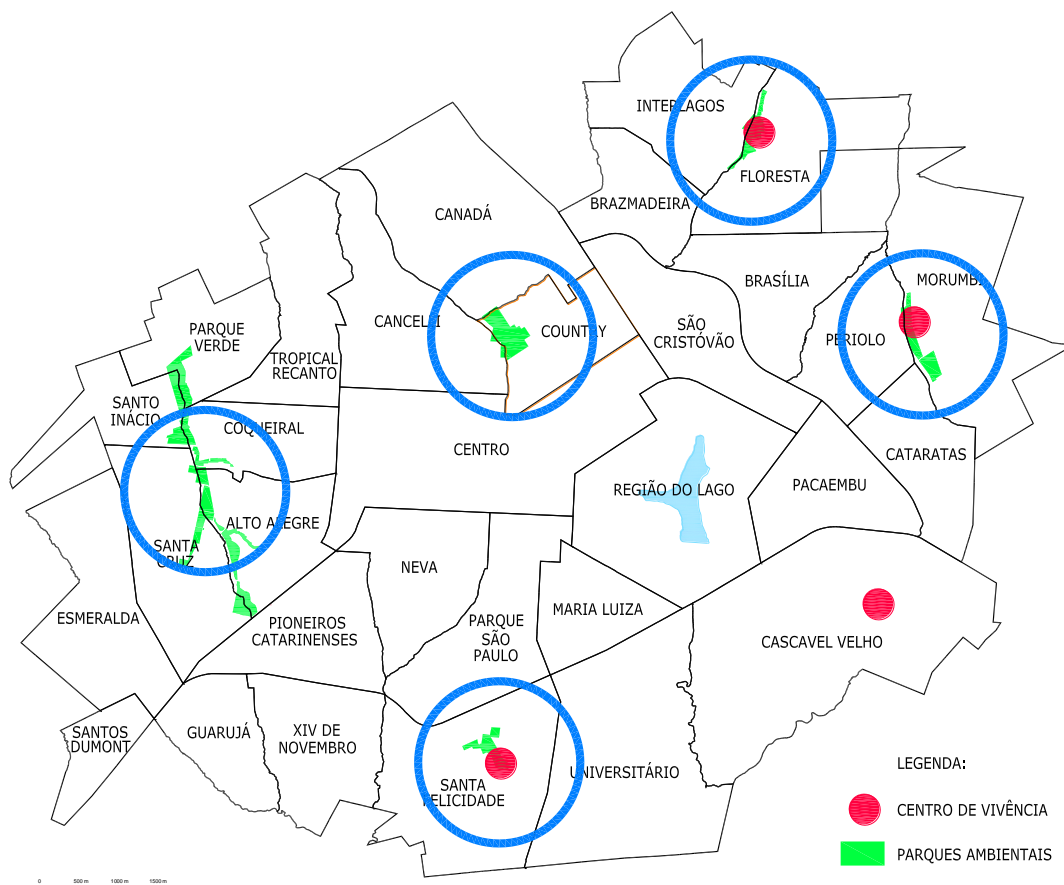
O bairro Morumbi possui 5.353 hab. (Fonte: IBGE/2010), destes 373 famílias (estimativa de 1.492 hab. (373x4)), são consideradas famílias em situação de pobreza, com renda igual e/ou inferior a R\$ 140,00 *per capita* (Fonte: Cad.Único), caracterizando uma proporção de 27% dos habitantes do bairro em situação de fragilidade econômica.

No bairro Morumbi não existe um equipamento do CRAS, este pertence a uma área de abrangência atendida pelo equipamento do CRAS instalado no bairro Periolo, o



território deste CRAS é constituído pelos bairros: Periolo, Morumbi, Brasília, Cataratas, Pacaembu e São Cristóvão.

Área de Abrangência / BAIROS	Nº de Hab.	Famílias / Bolsa Família	BPC/Idoso	BPC/Deficiente	EQ. Cultura	EQ. Esporte	EQ. Proteção Social Básica
<u>Morumbi:</u> Brasília, Cataratas, Pacaembú, Periolo, e São Cristóvão.	46.130	1.927 /famílias (1927x4: 7708 Hab.) Corresponde a 21%do total da população em situação de pobreza no município.	394	281	01 EQ. : Casa da Cultura	10 EQ. : 05 campo de futebol, 01 ATI, 01 ATI em obra, 01 quadra poliesportiva, 01 ginásio, 01 quadra de grama sintética em construção.	02 EQ. 02/CRAS (675 pessoas atendidas ao mês)/INCLUSÃO DIGITAL (66 pessoas atendidas ao mês)



Localização dos Centros De Convivência

O Centro de Convivência Intergeracional atenderá crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade, inserindo-as em diversas atividades e oficinas, conforme suas necessidades e interesses identificados. Salienta-se que os Centros de Convivência irão atender a população dos bairros próximos (conforme área de abrangência), não se limitando somente ao bairro onde será realizada a obra.

Observa-se o número de famílias em situação de privação e/ou ausência de renda, mas estes bairros caracterizam-se também por outros aspectos considerados situações problemas como: trabalho informal, violência intrafamiliar, dependência química, famílias com vínculos afetivos fragilizados, violência, desqualificação profissional, e insuficiência de serviços e equipamentos públicos para atender e

ofertar serviços com qualidade a essa demanda identificada conforme análise abaixo.

Área de Abrangência / BAIROS	Nº de Hab.	Famílias beneficiários do Programa Bolsa Família	Famílias beneficiárias do P.B.F. atendidas pelo PAIF.	Famílias atendidas no pelo PAIF, LINHA DE BASE 15/05/2011 a 15/05/2012.
<u>Morumbi:</u> Brasília, Cataratas, Pacaembú, Periolo, e São Cristóvão.	46.130	1.927 /famílias (1927x4: 7708 Hab.) 16 % dos habitantes dessa área de abrangência é população em situação de pobreza e/ou extrema pobreza.	641 /famílias (641x4:2.564 hab.) Somente 33% das famílias beneficiárias do P.B.F. são atendidas e acompanhadas pelo PAIF.	2.181 famílias atendidas  Conforme PNAS o PAIF têm capacidade de atendimento de até 1.000 famílias ao ano.
	IBGE/2010	CAD. ÚNICO/2012	IRSAS/2011-2012	IRSAS/2011-2012

Considerando que o CRAS é a principal porta de entrada aos serviços socioassistenciais, todos os atendimentos realizados no Centro de Convivência serão primeiramente referenciados pelo CRAS. Existe nesta área de abrangência uma demanda reprimida conforme indicador acima de 1286 famílias em situação de pobreza que ainda não são atendidas e/ou acompanhadas pelo PAIF.

Observa-se que o número de serviços existentes em um equipamento do CRAS já instalado no território (Bairro Periolo), a atual estrutura física e técnica atendem duas vezes a capacidade posta pela Política Nacional de Assistência Social, e ainda possuem demanda reprimida conforme tabela acima.

Destaca-se neste contexto a necessidade de ampliação dos serviços, da estrutura física e técnica, e mais a implantação de um CRAS para a oferta do PAIF, na tentativa de buscar essas famílias para o atendimento/acompanhamento do PAIF, já desenvolvendo uma ação conjunta com as políticas de Cultura, Esporte e

Lazer, qualificando e favorecendo a oferta dos serviços sob a ótica da integralidade do desenvolvimento humano, formação para a cidadania e protagonismo social.



Área correspondente ao Parque Morumbi, à direita.



Área correspondente ao Parque Morumbi.

No bairro Santa Felicidade onde será construída o Centro de Convivência Social, já funcionam quatro equipamentos públicos sendo:

Dois Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEI; uma Escola Municipal e uma Unidade de Saúde da Família – USF. Observa-se a ausência de

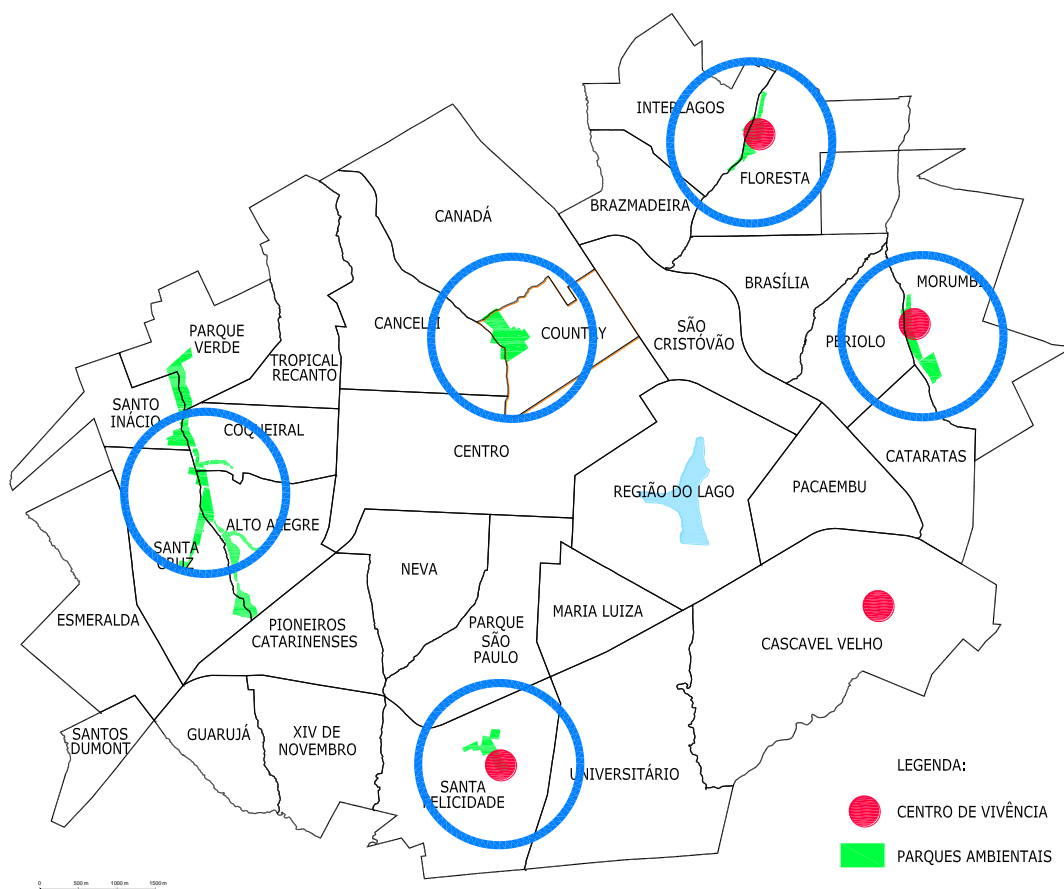
equipamentos que desenvolvam atividades lúdicas, culturais, de esporte e lazer neste bairro, bem como ausência de um equipamento de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Conforme tabela abaixo, o bairro Santa Felicidade apresenta demanda com características de fragilidade familiar, risco e vulnerabilidade social e econômica, resultante da realidade atualmente constituída.

Serviço/Benefício/ Programa	Número de Atendimento/Registro	Ano de referência
CENSE I – Centro de Socioeducação	3	2008
CREAS I – Centro Especializado de Assistência Social (Crianças e adolescentes em situação de violência)	12	2011
CREAS II - Centro Especializado de Assistência Social (Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto)	17	2011
CREAS III - Centro Especializado de Assistência Social (Idosos vítimas de violência)	5	2011
BPC – Benefício de Prestação Continuada ao Idoso	52	2010
BPC – Benefício de Prestação Continuada a pessoa com deficiência	57	2010
Programa Bolsa Família (Redistribuição de renda às famílias de baixa renda)	372	2012

FONTE: Diagnóstico Socioterritorial do Município de Cascavel/PR 2009-2010, Cadastro Único, Sistema Informatizado da Rede Socioassistencial - IRSAS.





Localização dos Centros De Convivência

O bairro Santa Felicidade possui 14.432 hab. (IBGE/2010), destes 372 famílias (estimativa de 1.488 hab. (372x4)), são consideradas famílias em situação de pobreza, com renda igual e/ou inferior a R\$ 140,00 *per capita* (Fonte: Cad.Único), caracterizando uma proporção de 10% dos habitantes do bairro em situação de fragilidade econômica.

No bairro Santa Felicidade não existe um equipamento do CRAS, este pertence a uma área de abrangência atendida pelo equipamento do CRAS instalado no bairro 14 de Novembro, o território deste CRAS é constituído pelos bairros: Santa Felicidade, 14 de Novembro, Parque São Paulo, Neva, Pioneiros Catarinenses e Guarujá.



Área de Abrangência / BAIRROS	Nº de Hab.	Famílias / Bolsa Família	BPC/Idoso	BPC/Deficiente	EQ. Cultura	EQ. Esporte	EQ. Proteção Social Básica
Santa Felicidade: 14 de Novembro Parque São Paulo Neva Pioneiros Catarinenses Guarujá	54.743	1.283 /famílias (1283x4: 5.132 Hab.) Corresponde a 14% do total da população em situação de pobreza no município.	316	206	NENHUM	22EQ. ; 05 campo de futebol/ 02 quadra poliesportiva/ 01 academia ao ar livre em obra / 03 quadra de areia / 02 playground / 02 ginásio / 01 ATI / 03 ATI em obra / 01 pista de caminhada / 01 piscina térmica em obra / 01 Estádio.	02 EQ. CRAS (467 pessoas atendidas ao mês), INCLUSÃO DIGITAL (64 pessoas atendidas ao mês)

O Centro de Convivência Intergeracional atenderá crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade, inserindo-as em diversas atividades e oficinas, conforme suas necessidades e interesses identificados. Salienta-se que os Centros de Convivência irão atender a população dos bairros próximos (conforme área de abrangência), não se limitando somente ao bairro onde será realizada a obra.

Observa-se o número de famílias em situação de privação e/ou ausência de renda, mas estes bairros caracterizam-se também por outros aspectos considerados situações problemas como: trabalho informal, violência intrafamiliar, dependência química, famílias com vínculos afetivos fragilizados, violência, desqualificação profissional, e insuficiência de serviços e equipamentos públicos para atender e ofertar serviços com qualidade a essa demanda identificada conforme análise abaixo.

<b>Área de Abrangência / BAIRROS</b>	<b>Nº de Hab.</b>	<b>Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família</b>	<b>Famílias beneficiárias do P.B.F. atendidas pelo PAIF.</b>	<b>Famílias atendidas no pelo PAIF, LINHA DE BASE 15/05/2011 a 15/05/2012.</b>
Santa Felicidade: 14 de Novembro Parque São Paulo Neva Pioneiros Catarinenses Guarujá	54.743	1.283 /famílias (1283x4: 5.132 Hab.) 9% dos habitantes dessa área de abrangência é população em situação de pobreza e/ou extrema pobreza.	289/famílias (289x4: 1156 hab.) Somente 22% das famílias beneficiárias do P.B.F. são atendidas e acompanhadas pelo PAIF.	954 famílias atendidas  Conforme PNAS o PAIF têm capacidade de atendimento de até 1.000 famílias ao ano.
	IBGE/2010	CAD. ÚNICO/2012	IRSAS/2011-2012	IRSAS/2011-2012

Considerando que o CRAS é a principal porta de entrada aos serviços socioassistenciais, todos os atendimentos realizados no Centro de Convivência serão primeiramente referenciados pelo CRAS. Existe nesta área de abrangência uma demanda reprimida conforme indicador acima de 994 famílias em situação de pobreza que ainda não são atendidas e/ou acompanhadas pelo PAIF.

Observa-se que o número de serviços existentes em um equipamento do CRAS já instalado no território (Bairro 14 de Novembro), atende um público em conformidade com sua capacidade estabelecida pela Política Nacional de Assistência Social, sendo assim a atual estrutura física e técnica desta unidade não comporta a inserção de novas demandas, pois o atendimento superior a sua capacidade iria reduzir o padrão de qualidade do acompanhamento das famílias e indivíduos.

Destaca-se neste contexto a necessidade de ampliação dos serviços, da estrutura física e técnica, e mais a implantação de um CRAS para a oferta do PAIF, na tentativa de buscar essas famílias para o atendimento/acompanhamento do PAIF, já desenvolvendo uma ação conjunta com as políticas de Cultura, Esporte e Lazer, qualificando e favorecendo a oferta dos serviços sob a ótica da integralidade do desenvolvimento humano, formação para a cidadania e protagonismo social.



Localização do Centro de Convivência no Bairro Santa Felicidade



Localização do Centro de Convivência no Bairro Santa Felicidade

Para tanto se faz necessário, oportunizar espaços de efetivação dos direitos, através de ações intersetoriais, que deve ter como base a integração das políticas sociais com ações que permitam o desenvolvimento das capacidades das famílias em seu contexto social. A concepção de ações intersetoriais compreende um esforço compartilhado pela rede governamental e não governamental no sentido de garantir o direito de acesso das famílias. O alcance desse propósito requer levar em conta as aspirações e necessidades das famílias e realizar uma abordagem intersetorial, na execução de ações de forma articulada por equipes das políticas de Assistência social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Trabalho.

Nesse sentido, esta proposta conta necessariamente com o trabalho em rede envolvendo a cooperação mútua entre as diversas Políticas Públicas e sujeitos sociais, em torno de um objetivo comum, visando proporcionar espaço de convivência familiar, comunitária e intergeracional, com ações socioeducativas, de esporte, lazer e cultura que gerem qualidade de vida e protagonismo social, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.



Ressaltamos que as ações intergeracionais podem trazer benefícios aos jovens e aos idosos através da troca de experiências, convívio, e assistência mútua, visando estimular o respeito e a convivência familiar e comunitária.

Com a construção do Centro de Convivência Intergeracional e oferta/execução dos serviços socioassistenciais e atividades de convivência familiar, esporte e cultura, favorecerá a ampliação dos serviços e oferta do PAIF, bem como a inserção de novas famílias no Cadastro Único, favorecendo a extensão dos serviços socioassistenciais às famílias vulnerabilizadas, e na qualidade dos serviços prestados.

## 2- OBJETIVO GERAL

Proporcionar espaço de convivência familiar, comunitária e intergeracional, com ações de atenção integral a família, socioeducativas, de esporte, lazer e cultura que gerem qualidade de vida e protagonismo social, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

### 2.1 - OBJETIVOS ESPECIFICOS

- a) Oportunizar o desenvolvimento de afetividade e sociabilidade através de discussões e explanações de temas variados e atividades específicas.
- b) Propiciar um espaço voltado à troca de experiência e reflexões numa esfera de valorização do diálogo e da auto-estima.
- c) Oferecer atividades lúdicas, culturais e socioeducativas.
- d) Possibilitar oficinas e atividades que visem à promoção de saúde mental e física.
- e) Incentivar a inserção e permanência das crianças e adolescentes no meio escolar.
- f) Possibilitar fortalecimento dos vínculos familiares através de oficinas socioeducativas intergeracionais.
- g) Proporcionar espaços para práticas de esportes e lazer.

h) Atender e acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social no âmbito SUAS, oportunizando o acesso aos bens e serviços públicos.

### 3 – BENEFICIÁRIOS

Os Centros de Convivência Intergeracional atenderá crianças e adolescentes, especialmente aqueles que estiverem inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou em situação de risco pessoal e social, serão atendidos em regime de contraturno social.

Pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência, famílias e/ou indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social serão atendidas nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, PAIF e atividades/ações de cultura, esporte e Lazer.

A demanda atendida pelos Centros será referenciada conforme territorialização (área de abrangência) dos CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, já constituído conforme IRSAS – Sistema Informatizado da Rede Socioassistencial.

### 4 – DESCRIÇÃO SUCINTA DO PROJETO

Considerando a realidade socioeconômica do município de Cascavel e em especial dos bairros Morumbi e Santa Felicidade onde serão construído o Centro de Convivência Intergeracional, verifica-se a necessidade da implementação de ações intersetoriais que visem o atendimento integral ao ser humano.

Diante do contexto do bairro Morumbi e do Bairro Santa Felicidade se faz necessário o esforço compartilhado pela rede governamental e não governamental no sentido de garantir o direito de acesso das famílias aos bens e serviços públicos. O alcance desse propósito requer levar em conta as aspirações e necessidades das famílias e realizar uma abordagem intersetorial, na execução de ações de forma articulada por equipes das políticas de Assistência social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Trabalho.

Os Centros do bairro Morumbi e Santa Felicidade prevê uma capacidade de atendimentos mensais direcionadas para cada atividade/ação desenvolvida como:

Capacidade prevista para o atendimento de 1.100 pessoas ao mês nas atividades de esporte: Oficinas de futsal, futebol, voleibol, vôlei de areia, handebol, basquetebol, Jogos de Mesa e Tênis de mesa.

Capacidade prevista para o atendimento de 520 pessoas ao mês nas atividades culturais: Oficinas de artes visuais, artesanato, danças, teatro, produções de curtas metragens com equipamentos alternativos, música – musicalização, coral e atividades com instrumentos musicais, e atividades literárias.

Capacidade prevista para o atendimento de 250 pessoas ao mês no serviço de Inclusão Digital.

Capacidade prevista para o atendimento de 100 pessoas ao mês no serviço de Contraturno Social.

Com capacidade prevista para o atendimento de 100 pessoas ao mês nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social: grupo de gestante, grupo de idosos, projuvem adolescente, grupo de crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

Capacidade prevista para o atendimento de 275 pessoas ao mês no serviço do PAIF/CRAS.

Capacidade prevista para o atendimento de 125 pessoas ao mês no Cadastro Único.

Os serviços/atividades que acontecerão nos Centros são de caráter continuado, havendo uma pequena rotatividade de pessoas atendidas no mês e/ou no ano.

As ações serão desenvolvidas de forma integradas entre as três políticas, sendo as seguintes:

- Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos visando proporcionar espaços de trocas entre as gerações, para a reflexão sobre o processo de envelhecimento; para o resgate dos aspectos positivos da longevidade; para

auxiliar os jovens na aceitação e reflexão do processo de envelhecimento, desenvolver auto-estima e auto-confiança.

- Atividades e encontros temáticos, conforme necessidades das famílias, tais como: relacionamento familiar; prevenção à violência doméstica; prevenção ao uso de drogas, gravidez na adolescência, empregabilidade, qualificação profissional.
- Eventos de Informação e Mobilização Social visando maior interlocução com as famílias e comunidade, para a prevenção de violência contra a criança e o adolescente, o idoso, a pessoa com deficiência e a mulher.
- Artes Visuais.
- Cursos de artesanato.
- Danças diversas.
- Teatro.
- Produções de curtas metragens com equipamentos alternativos.
- Música – musicalização, coral e atividades com instrumentos musicais.
- Festivais Intergeracionais, com apresentações culturais e participação da comunidade local.
- Brinquedoteca e gibiteca.
- Atividades literárias.
- Oficinas de futsal, futebol, voleibol, vôlei de areia, handebol, basquetebol.
- Ginástica - laboral, aeróbica, alongamento.
- Oficinas de Jogos de Mesa (Xadrez, Damas, e outros)
- Tênis de mesa.
- Atividades voltadas à saúde e qualidade de vida.

Os Centros Intergeracionais terão em sua estrutura o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conhecido também como casa da família, é um espaço de acolhimento e escuta. Desenvolve o Programa de Atenção Integral à família (PAIF), que apresenta os seguintes objetivos: Fortalecer os vínculos familiares e comunitários, Promover aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades, Estimular e fomentar a geração de renda.

O CRAS terá a função de orientar e encaminhar para: Documentação Civil (RG 1ª e 2ª via e Certidão de Nascimento e Casamento 2ª via); Auxílio alimentação; Benefício de Prestação Continuada – BPC; Cadastro único; Programa de transferência de renda – Bolsa Família; Carteira do idoso; Passe livre municipal para pessoas com deficiência; Passe livre intermunicipal para pessoas com deficiência; Encaminhar para a rede sociassistencial e demais políticas públicas; Tarifas sociais (água e luz); Cursos de qualificação profissional. O CRAS desenvolverá as seguintes atividades: Acompanhamento familiar; Visitas domiciliares; Atendimento psicossocial; Busca ativa – identificar as necessidades da família e comunidade; Grupo de desenvolvimento familiar para gestantes; Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo para idosos, Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo para crianças de 0 a 6 anos; Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e Grupo de ProJovem adolescente com jovens de 15 à 17 anos.

O Centro terá profissionais nas áreas de Assistência Social, Esporte e Cultura para o melhor desempenho das atividades.

Secretaria Municipal de Assistência Social

QUADRO FUNC.	TÉCNICOS	APOIO	CUSTO ESTIMADO/MÊS
21 Funcionários	01 Coordenador Geral 01 Coordenador do CRAS 02 assistentes sociais 01 psicólogo 01 pedagogo	01 motorista 02 agente administrativo 05 zeladoras 04 estagiários 03 educadores sociais	R\$ 34.092,47

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

QUADRO FUNC.	TÉCNICOS	APOIO	CUSTO ESTIMADO/MÊS
14 Funcionários	5 Orientadores Técnico Esportivo.	01 serviços gerais 02 guardas patrimoniais 06 estagiários	R\$ 14.373,77

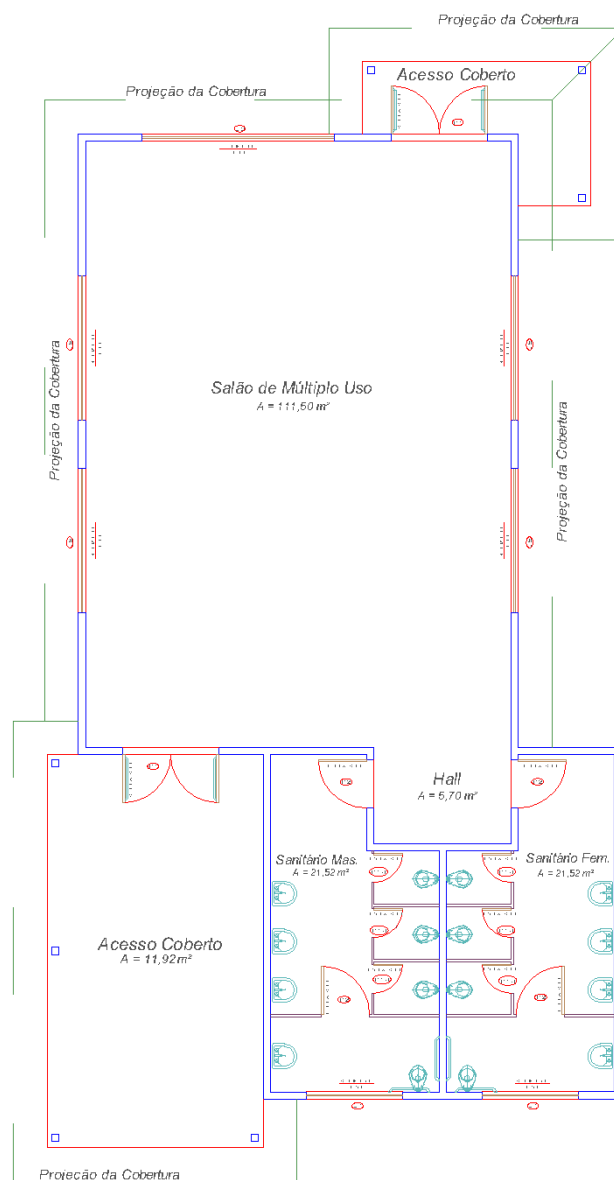
Secretaria Municipal de Cultura

QUADRO FUNC.	TÉCNICOS	APOIO	CUSTO ESTIMADO/MÊS
14 Funcionários	01 profissional de música 01 profissional de artes plásticas 01 profissional de artesanato 01 profissional de dança 01 profissional de teatro 01 profissional de cinema	01 agente administrativo 05 zeladores 02 guardas patrimoniais	R\$ 25.932,83

A gestão do Centro de Convivência Intergeracional será intersetorial, envolvendo ações da área de Cultura, Assistência Social e de Esporte e Lazer. A operação será detalhada no Plano de Gestão seguindo uma proposta similar de operacionalização da Praça do PEC – Praça dos Esportes e Cultura e do Centro da Juventude, equipamentos que iniciam um trabalho conjunto entre as políticas de Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer, com atividades/serviços e estrutura física similar.

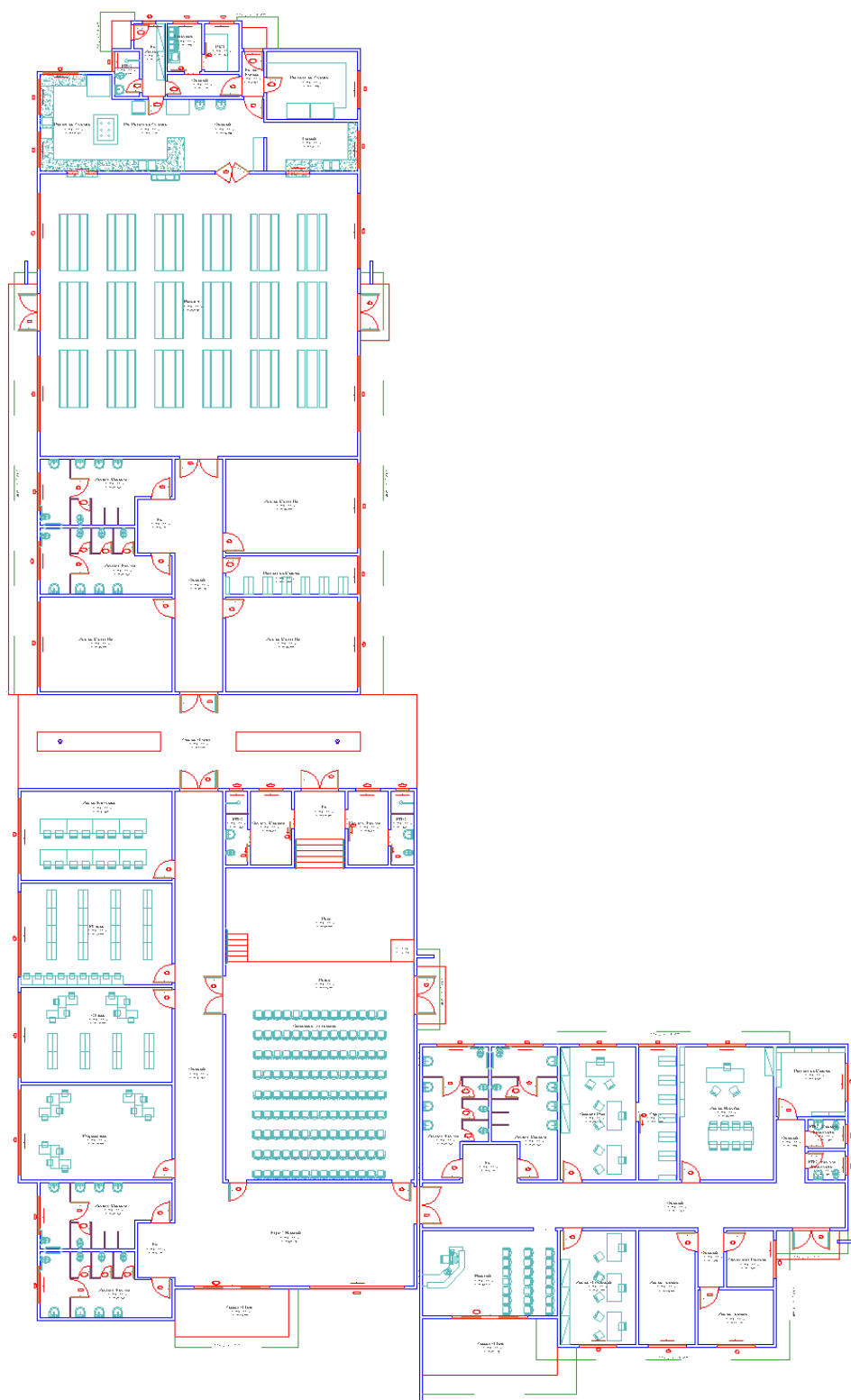
As ações que serão desenvolvidas em cada Centro de Convivência Intergeracional terão um custo estimado de operação de R\$ 606.095,60 anuais, envolvendo água, energia elétrica, telefone, internet, material de higiene e limpeza, material de expediente, pedagógico e esportivo. Os custos anuais de administração e operacionalização do Centro têm como base as despesas de serviços similares (Esporte, Cultura e Assistência Social), sendo:





Estudo Centro de Convívio Intergeracional – Salão de Múltiplo Uso

## Estudo Centro de Convívio Intergeracional – Módulo





Perspectiva Centro de Convivência



Perspectiva Centro de Convivência



Perspectiva Centro de Convivência



Perspectiva Centro de Convivência



Perspectiva Centro de Convivência

## RESUMO EXECUTIVO

Centro de Vivência Intergeracional

### 1. Localização:

Localizado anexo ao Parque Linear do Morumbi, quadra 06 Lote 15UP, loteamento Campo Belo, na região Norte da Cidade de Cascavel, no Bairro Morumbi.

### 2. Tipo de Ocupação:

2.1 Implantação de obra em alvenaria distribuída em quatro módulos com o seguinte programa de necessidades.

#### 2.1.1 CRAS

(Pessoas em cadeiras de Rodas) e P.N.E. (Pessoas com Necessidades Especiais);

- Sala de Cadastro único;
- Sala de Arquivo, em anexo a sala de cadastro único;
- Sala de Reuniões;
- Sala de Coordenação;
- Acesso Coberto;
- Recepção;
- 2 Salas de Técnicos;
- Sala de Atendimento Individual;
- Depósito de Materiais;
- 2 Sanitários para funcionários, masculino e feminino;
- Área de Circulação.

#### 2.1.2 CULTURA

- 2 Módulos sanitários, masculino e feminino incluindo Box adaptados para P.C.R. (Pessoas em cadeiras de Rodas) e P.N.E. (Pessoas com Necessidades Especiais);

- Acesso Coberto;
- Brinquedoteca;
- Gibiteca;
- Biblioteca;
- Sala de Informática;
- Circulação;
- Auditório;
- 2 Camarins masculino e feminino, incluindo BWC;
- Palco;
- Platéia para 126 pessoas incluindo circulações laterais e em frente ao palco
- Hall
- Recepção/Foyer

#### 2.1.3 MULTIPLO-USO

- 2 Módulos sanitários, masculino e feminino incluindo Box adaptados para P.C.R. (Pessoas em cadeiras de Rodas) e P.N.E. (Pessoas com Necessidades Especiais)
- 2 Acessos Cobertos – Sendo um frontal/lateral e outro de fundo/lateral;
- Sala de Multiplo Uso.

#### 2.1.4 CONTRATURNO SOCIAL

- 2 Módulos sanitários, masculino e feminino incluindo Box adaptados para P.C.R. (Pessoas em cadeiras de Rodas) e P.N.E. (Pessoas com Necessidades Especiais);
- 3 Salas de Multiplo Uso;
- Depósito de Materiais;
- Refeitório para cerca de 100 pessoas;
- Circulação;
- Cozinha:
  - Área de Preparo de Alimentos;



- Área de Pré Preparo de Alimentos;
- Área de Circulação;
- Lavação;
- Depósito de Alimentos;
- BWC;
- Hall Sanitário;
- Lavanderia;
- DML;
- Circulação; e
- Hall de Entrada.

### **3. Características do terreno:**

Terreno com encostas muito suaves, com vertentes retilíneas e irregulares, com diversos pontos de declividade inferior a 30% e solo basáltico.

### **4. Infraestrutura:**

A região dispõe de rede de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, entorno com pavimentação asfáltica, sem calçada, a área ainda não possui sistema de esgotamento sanitário com previsão de instalação para o ano de 2013.

Coleta de lixo regular feita pelos caminhões da empresa contratada pelo município.

Linha de Transporte coletivo passando pela Av. Europa, Rua Corbélia e Serra Negro.

Em um raio de aproximadamente 500m, existem equipamentos de educação e saúde.

### **5. Pontos Críticos:**

A região é atendida pelo Cras Períolo, porém existe uma grande demanda reprimida que será absorvida com a implantação do Centro de Vivência.

## 6. Diretrizes de Intervenção:

- 6.1 Criar o Comitê Gestor;
- 6.2 Integrar as políticas de Assistência Social, Cultura e Esporte e Lazer;
- 6.3 Absorver a demanda reprimida da região;
- 6.4 Promover o acesso a educação, informação, expressões culturais, esporte, lazer e participação social;
- 6.5 Oportunizar ações voltadas à superação das vulnerabilidades dos usuários envolvidos

## 7. Proposta de Intervenção:

A proposta consiste em um projeto composto por módulos, cada um destes, possui capacidade para operar com autonomia, independente da forma como este vier a ser implantando no terreno, desta forma facilita a implantação de outros Centros de Vivência no Município;

## 8. Área de Intervenção:

### Área Total Construída 1845

A área Cras 351,31 m²;

A área Cultura 685,04 m²;

A área Multiplo-uso 217,66 m²;

A área Contraturno social 591,05 m².

## 8. Planilha de quantidades:

### 8.1 Cras:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>		
1.1	LIMPEZA DO TERRENO		
1.1.1	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO, INCLUSIVE RETIRADA DE ARVORE ENTRE 0,05 M E 0,15M DE DIAMETRO	M2	352,00

1.2	LOCAÇÃO DA OBRA		
1.2.1	LOCAÇÃO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	352,00
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
2.1	ESCAVAÇÕES. CARGAS E TRANSPORTES		
2.1.1	CORTE E ATERRO COMPENSADO	M3	450
3	INFRA-ESTRUTURA		
3.1	FUNDAÇÕES PROFUNDAS		
3.1.1	ESTACA A TRADO(BROCA) D=25CM C/CONCRETO FCK=15MPA+20KG ACO/M3 LD.IN-LOCO	M	320
3.2	INFRA-ESTRUTURA - SERVIÇOS GERAIS		
3.2.1	APILOAMENTO PISO/FUNDO VALA C/MACO 30KG	M2	48,42
3.2.2	ESCAVAÇÃO MANUAL (VALAS OU FUNDACOES RASAS)	M3	48,42
3.2.3	REATERRO APILOADO (MANUAL) DE VALA COM DESLOCAMENTO DE MATERIAL EM CAM ADAS DE 20 CM (BECOS, FAVELAS ETC.)	M3	18,49
3.2.4	LASTRO DE BRITA 25MM, ESPESSURA 3CM, INCLUSO COMPACTAÇÃO MANUAL	M2	44,46
3.3	INFRA-ESTRUTURA - FÔRMAS		
3.3.1	FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES - REAPROVEITAMENTO 5X	M2	168,96
3.4	INFRA-ESTRUTURA - ARMADURAS		
3.4.1	ARMAÇÃO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	KG	249,00
3.4.2	ARMAÇÃO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) L 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	KG	776,00
3.5	INFRA-ESTRUTURA - CONCRETO		
3.5.1	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=20MPA, INCLUSIVE COLOCAÇÃO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	6,91
3.5.2	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUSIVE COLOCAÇÃO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	7,28
4	SUPERESTRUTURA		
4.1	FÔRMAS		
4.1.1	FORMA MADEIRA COMP RESINADA 12MM P/ESTRUTURA REAPROV 8 VEZES - CORTE/MONTAGEM/ESCORAMENTO/DESFORMA	M2	348,73
4.2	ARMAÇÃO		

4.2.1	ARMACAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	626,00
4.2.2	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) L 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	1.979,0 0
4.2.3	ARMACAO ACO CA-50 DIAM.16,0 (5/8) A 25,0MM (1) - FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	KG	17,00
4.3	<b>CONCRETO DOSADO EM CENTRAL</b>		
4.3.1	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUSIVE COLOCACAO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	59,19
4.4	<b>LAJES E PAINÉIS PRE-FABRICADOS</b>		
4.4.1	LAJE PRE-MOLDADA P/FORRO, SOBRECARGA 100KG/M2, VAOS ATE 3,50M/E=8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC FCK=20MPA, 3CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (REAPR.3X) E FERRAGEM NEGATIVA	M2	283,7
	ARMACAO EM TELA SOLDADA Q-138 (ACO CA-60 4,2MM C/10CM)	KG	310,2
5	<b>PAREDES E PAINÉIS</b>		
5.1	<b>FÔRMAS</b>		
5.1.1	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20CM, 1/2 VEZ, ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), JUNTAS 12MM	M2	681,71
5.2	<b>VERGAS</b>		
5.2.1	VERGA 10X10CM EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO FCK=20MPA (PREPARO COM BETONEIRA ) AÇO CA60, BITOLA FINA, INCLUSIVE FORMAS TABUA 3A.	M	47,5
5.3	<b>DIVISÓRIAS LEVES</b>		
5.3.1	DIVISORIA EM GRANITO CINZA, ESP=2CM, POLIDO DUAS FACES, INCLUSIVE ASSENTAMENTO, CONSIDERANDO 5% DE PERDAS PARA O GRANITO	M2	40,32
6	<b>ESQUADRIAS DE MADEIRA</b>		
6.1	<b>PORTAS</b>		
6.1.1	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA, 0,60X2,10M, INCLUSO ADUELA 2A, ALIZAR 2A E DOBRADICA	UN	4
6.1.2	PORTA MADEIRA SEMI-OCA ALMOFADADA REGIONAL 1A 2,00 X 210 X 3 CM, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	1
6.1.3	PORTA MADEIRA COMPENSADA LISA PARA	UN	1

	PINTURA 200 X 210 X 3,5 CM, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL		
6.1.4	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA CERA/VERNIZ, 1,00X2,10M, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	11
6.1.5	PORTA MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA 100 X 210 X 3,5 CM CORRER, TRILHO EM ALUMINIO COMPLETA	UN	1
6.1.6	PORTA MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA 80 X 210 X 3,5 CM CORRER, TRILHO EM ALUMINIO COMPLETA	UN	2
6.1.7	PORTA DE CORRER EM ALUMINIO, PERFIL SERIE 25, COM 02 FOLHAS PARA VIDRO	M2	8,4
6.1.8	KIT BARRA ANTI-PANICO COMPLETO INCLUSO INSTALAÇÃO REF.:DALA FONTE	UN	1
<b>7</b>	<b>ESQUADRIAS METÁLICAS</b>		
7.2	JANELAS		
7.2.1	JANELA DE ALUMINIO TIPO MAXIM-AIR, SERIE 25	M2	19
<b>8</b>	<b>VIDROS</b>		
8.1	VIDRO CRISTAL COMUM		
8.1.1	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 3MM	M2	27,4
<b>9</b>	<b>COBERTURA</b>		
9.1	TELHAS		
9.1.1	ESTRUTURA DE MADEIRA DE LEI 1A SERRADA NAO APARELHADA, PARA TELHAS ONDULADAS, VAOS ATE 7M	M2	343,74
9.1.4	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA, ESPESSURA 6MM, INCLUSO JUNTAS DE VEDACAO E ACESSORIOS DE FIXACAO	M2	343,74
<b>10</b>	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO</b>		
10.1	IMPERMEABILIZAÇÃO DE VIGAS BALDRAME		
10.1.1	IMPERMEABILIZACAO COM TINTA BETUMINOSA EM FUNDACOES, BALDRAMES E MUROS DE ARRIMO, DUAS DEMAOS	M2	132,26
<b>11</b>	<b>FORRO</b>		
11.1	CHAPISCO		
11.1.1	CHAPISCO EM TETOS TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	319,8
11.2	EMBOÇO		
11.2.1	EMBOCO PAULISTA (MASSA UNICA) TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL, INCLUSO ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	M2	319,8
<b>12</b>	<b>REVESTIMENTOS DE PAREDES INTERNO</b>		

12.1	CHAPISCO		
12.1.1	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	791,16
12.2	REBOCO		
12.2.1	EMBOCO PAULISTA (MASSA UNICA) TRACO 1:1:4 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MECANICO	M2	791,16
12.3	ACABAMENTOS		
12.3.1	CERAMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRAO MEDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM CIMENTO BRANCO	M2	190,32
13	REVESTIMENTO EXTERNO		
13.1	CHAPISCO		
13.1.1	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	679,61 85
13.2	EMBOÇO		
13.2.1	EMBOCO TRACO 1:1:4 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MECANICO, INCLUSO ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	M2	747,58 04
12.3	ACABAMENTOS		
12.3.1	CERAMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRAO MEDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM CIMENTO BRANCO	M2	104,7
14	PISOS		
14.1	PISOS INTERNOS E EXTERNOS		
14.1.1	CONTRAPISO/LASTRO CONCRETO 1:3:6 S/BETONEIRA E=5CM	M2	319,8
14.1	REGULARIZAÇÃO DE BASES		
14.1.1	REGULARIZACAO DE PISO/BASE EM ARGAMASSA TRACO 1:5 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL	M2	319,8
14.2	ACABAMENTOS		
14.2.1	PISO EM CERAMICA ESMALTADA 20X30CM P/PISO, PEI-4, 1ª QUALIDADE, C/ARG COLANTE INCL. REJUNTE C/CIMENTO BRANCO, CONSIDERANDO 5% DE PERDAS PARA A CERAMICA	M2	283,7
14.2.4	LASTRO DE BRITA 25MM, ESPESSURA 3CM, INCLUSO COMPACTACAO MANUAL	M2	319,8
14.3	DEGRAUS, RODAPÉ, SOLEIRAS E PEITORIS		
14.3.1	RODAPE VINILICO ALTURA 5CM, ESPESSURA 1MM, FIXADO COM COLA	M	
15	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS		



15.1	ABRIGO PARA CAVALETE		
15.1.1	KIT CAVALETE PVC COM REGISTRO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1
15.2	REDE DE AGUA FRIA -TUBOS E CONEXOES DE PVC SOLDÁVEL		
15.2.1	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	36,00
15.2.2	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 50MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	36,00
15.2.3	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 60MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	18,00
15.2.4	TE DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.2.5	TE DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 60MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.2.6	TE REDUCAO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 50X25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.2.7	TE PVC SOLDAVEL COM ROSCA METALICA AGUA FRIA 25MMX25MMX1/2" - FORNECIM ENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.2.8	JOELHO PVC SOLDAVEL 90° AGUA FRIA 25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	9,00
15.2.9	JOELHO PVC SOLDAVEL 90° AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.2.10	JOELHO PVC SOLDAVEL 90° AGUA FRIA 60MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.2.11	JOELHO PVC SOLDAVEL COM ROSCA 90° AGUA FRIA 25MMX1/2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.2.12	REDUCAO DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 60X25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.2.13	REDUCAO DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 60X50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.2.14	TUBO PARA VALVULA DE DESCARGA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	8,00
15.3	REDE DE AGUA FRIA - REGISTROS E VALVULAS		
15.3.1	VALVULA DESCARGA 1.1/2" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.3.2	VALVULA DESCARGA 1.1/4" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO COM ACIONAMENTO TIPO ALAVANCA - FORNECIMENTO	UN	2,00

	E INSTALACAO		
15.3.4	REGISTRO GAVETA 1.1/2" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.3.6	REGISTRO GAVETA 2" BRUTO LATAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.4	REDE DE AGUA FRIA - EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS		
15.4.1	RESERV. DE FIBROC. CAP=500L SOBRE ESTRUT. DE MADEIRA	UN	1,00
15.4.2	TORNEIRA DE BOIA VAZAO TOTAL 3/4 COM BALAO PLASTICO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.4.3	ADAPTADOR PVC SOLDABEL COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'AGUA 60MMX2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.4.4	ADAPTADOR PVC SOLDABEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'AGUA 25MMX3/4" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.5	REDE DE ESGOTO - TUBOS E CONEXÕES DE PVC BRANCO		
15.5.1	TUBO PVC PARA ESGOTO PREDIAL DN 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	13,00
15.5.2	TUBO PVC ESGOTO SERIE R DN 150MM C/ ANEL DE BORRACHA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	26,00
15.5.3	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXOES, PONTA E BOLSA SOLDABEL 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	11,00
15.5.4	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXOES, PONTA, BOLSA E VIROLA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	8,00
15.5.5	TE SANITARIO 100X100MM, JUNTA SOLDADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.5.6	TE SANITARIO 50X50MM, JUNTA SOLDADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.5.7	JOELHO PVC 90° ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	7,00
15.5.8	JOELHO PVC 45° ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.5.9	JOELHO PVC 90° ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	20,00
15.5.10	JOELHO PVC 45° ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.5.11	JOELHO PVC 90° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	12,00
15.5.12	JOELHO PVC 45° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO	UN	2,00

	E INSTALACAO		
15.5.13	JUNCAO PVC ESGOTO 40X40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.5.14	LUVA PVC ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	21,00
15.5.15	LUVA PVC ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	14,00
15.6	REDE DE ESGOTO - CAIXAS		
15.6.1	CAIXA DE INSPECAO EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÃO 60X60X60CM, REVESTIDA INTERNAMENTO COM BARRA LISA (CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:4) E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA TIPO C - ESCAVACAO E CONFECCAO	UN	2,00
15.6.2	CAIXA SIFONADA PVC 150X150X50MM COM GRELHA REDONDA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.7	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS - RUFOS, CALHAS E CONDUTORES		
15.7.1	CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 50CM	M	25,00
15.7.2	RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 33CM	M	46,00
15.8	REDE DE INCÊNDIO - EQUIPAMENTOS		
15.8.1	EXTINTOR INCENDIO TP PO QUIMICO 4KG FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	1
15.8.2	LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMPLETA PARA EMERGENCIA DE 15W	UN	3
15.9	APARELHOS E METAIS		
15.9.1	VASO SANITARIO SIFONADO LOUÇA COR PADRAO MEDIO, COM ADAPTADOR E CONJUNTO PARA FIXAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO COM PARAFUSO, ARRUELA E BUCHA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.9.2	LAVATORIO LOUCA BR MEDIO LUXO C/LADRAO MED 55X45, C/COLUNA INCL ACESSORIOS DE FIXACAO.FERRAGENS EM METAL CROMADO SIFAO 1680 DE 1"X1.1/4" C/ VALVULA DE ESCOAMENTO 1603 RABICHO EM PVC. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	8,00
15.9.3	LAVATORIO LOUCA BRANCA SUSPENSO 29,5 X 39,0CM, PADRAO MEDIO, COM SIFAO CROMADO 1 1/4", VALVULA EM PLASTICO CROMADO 1" E CONJUNTO PARA FIXACAO- FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00

15.9.4	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMATICO , PADRÃO MEDIO, COM ENGATE FLEXIVEL CROMADO 1/2"X30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.9.5	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMATICO TIPO ALAVANCA PARA DEFICIENTES FISICOS, PADRÃO MEDIO, COM ENGATE FLEXIVEL CROMADO 1/2"X30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.9.6	MICTORIO SIFONADO DE LOUCA BRANCA COM PERTENCES, COM VALVULA DE DESCARGA 3/4" COM ACIONAMENTO HIDROMECHANICO E FECHAMENTO AUTOMÁTICO CROMADO E ACABAMENTO SIMPLES E CONJUNTO PARA FIXACAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
<b>16</b>	<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>		
<b>16.1</b>	<b>ENTRADA EM BAIXA TENSÃO</b>		
16.1.1	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA MONOFÁSICA 50A COM POSTE DE CONCRETO , INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR E ATERRAMENTO.	UN	1
<b>16.2</b>	<b>REDE DE BAIXA TENSÃO - QUADROS E CAIXAS</b>		
16.2.1	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, COM PORTA, PARA 40 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
<b>16.3</b>	<b>REDE DE BAIXA TENSÃO - BASES. CHAVES E DISJUNTORES</b>		
16.3.1	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	11,00
16.3.2	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	7,00
16.3.3	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 60 A 100A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
<b>16.4</b>	<b>REDE DE BAIXA TENSÃO - FIOS, CABOS E ELETRODUTOS</b>		
16.4.1	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 1,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	642,00

16.4.2	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 2,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	765,00
16.4.3	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 16 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	260,00
16.4.4	ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO 25 MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	330,00
16.4.5	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 50MM (2"), FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	64,00
16.5	TOMADAS E INTERRUPTORES		
16.5.1	PONTO INTERRUPTOR SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	5,00
16.5.2	PONTO INTERRUPTOR DUPLO SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	4,00
16.5.3	PONTO INTERRUPTOR TRIPLO SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 3/4" E CAIXA 4X2"	PT	3,00
16.5.4	PONTO INTERRUPTOR THREE-WAY COM ELETRODUTO PVC 3/4" E CAIXA 4X2"	PT	2,00
16.5.5	PONTO DE TOMADA (CAIXA, ELETRODUTO, FIOS E TOMADA)	UN	6,00
16.5.6	PONTO DE TOMADA PARA AR CONDICIONADO (CAIXA, ELETRODUTO, FIOS E TOMADA)	UN	55,00
16.5.7	PONTO INTERRUPTOR SIMPLES/TOMADA COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	7,00
16.6	ILUMINÁRIAS INTERNAS		
16.6.1	LUMINARIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM REATOR DE PARTIDA RAPIDA E LAMPADA FLUORESCENTE 2X40W, COMPLETA, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	61,00
16.6.2	LUMINARIA TIPO SPOT PARA 1 LAMPADA INCANDESCENTE/FLUORESCENTE COMPACTA	UN	6,00
16.7	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)		
16.7.1	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL 25MM (1"), FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	7,00
16.7.2	CABO DE COBRE NU 35 MM2	M	267,00
16.7.3	CABO DE COBRE NU 50 MM2	M	72,00
16.7.4	HASTE COPPERWELD 5/8 X 3,0M COM CONECTOR	UN	45,00
16.7.5	TERMINAL AEREO (Ø3/15 "X 600MM) REF.: TEL-057 OU PRT-156A	UN	36,00
16.7.6	SUPORTE DE GUIA SIMPLES (20CM) REF.: TEL-240 / PRT-201 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	55,00
16.7.7	SUPORTE DE GUIA PARA QUINA (90° COM 20CM) REF.: TEL-290 / PRT-217 - FORNECIMENTO E	UN	2,00

	INSTALAÇÃO		
16.7.8	CAIXA PARA MEDIÇÃO DE ATERRAMENTO, REF.: PRT-541 / TEL-960 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00
16.7.9	CONECTOR PARA MEDIÇÃO DE ATERRAMENTO, REF.: TEL-560 / PRT-903 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00
16.7.10	CAIXA DE INSPÇÃO DE ATERREMENTO Ø300 X 250MM COM TAMPA, REF.: PRT-957 / TEL-550 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00
16.7.12	SOLDA EXOTÉRMICA #50MM <sup>2</sup>	UN	99,00
16.8	CABEAMENTO ESTRUTURADO		
16.8.1	CABO UTP MULT-LAN 24 AWG 4 PARES CATEGORIA 5E - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	30,00
16.8.2	CAIXA PVC 4" X 2" P/ ELETRODUTO " - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	40,00
16.8.3	ESPELHO PLÁSTICO - 4"X2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	40,00
16.8.4	TOMADA RJ-45 FEMEA, CATEGORIA 5, TERMINAIS DE CONEXÃO EM BRONZE FOSFOROSO ESTANHADO PARA MONTAGEM EM CAIXA DE LIGAÇÃO	UN	40,00
16.8.5	PERFILADO PERFURADO EM CHAPA DE AÇO COM TAMPA E GANCHOS, DIMENSÕES 38MM X 38MM	M	21,00
16.8.7	RACK 19" - 12U - MINI (PARA FIXAÇÃO EM PAREDE), FECHADO, PROFUNDIDADE MINIMA 500MM, EM CHAPA DE AÇO 1,5MM DE ESPESSURA, PINTURA EPÓXI TEXTURIZADA, COM PORTA FRONTAL DE ACRÍLICO EM ARMAÇÃO DE AÇO, FECHADURA ESCAMOTEÁVEL E CHAVE, BASE SOLEIRA EM CHAPA DE AÇO COM 2MM DE ESPESSURA, ABERTURA TRASEIRA, LATERAIS E FUNDOS COM ALETAS DE VENTILAÇÃO E FECHO RÁPIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00
16.8.8	SWITCH 24 PORTAS, 127/220V, ETHERNET 10BASE-T, 100BASE-T, 1000BASE-T, COMUNICAÇÃO HALF-DUPLEX FULL-DUPLEX, COM AUTO-SENSOR POR DISPOSITIVO, AUTO NEGOCIAÇÃO, INTERRUPTOR MDI / MDI-X, CONTROLE DE FLUXO COM PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO E CAPACIDADE DE CHAVEAMENTO DE 4GBPS OU MAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00



16.8.9	PATCH PANEL 24 PORTAS - 1U, CATEGORIA 6, EM TERMOPLÁSTICO NÃO PROPAGANTE À CHAMA, PAINEL FRONTAL COM PORTA ETIQUETAS PARA IDENTIFICAÇÃO, TERMINAIS DE CONEXÃO EM BRONZE FORSFOROSO ETANHADO, PADRÃO 110 IDC PARA CONDUTORES DE 22 A 26 AWG, PINAGEM T568A / B, ORGANIZADOR TRASEIRO DE CABO, PARAFUSOS E ARRUELAS PARA FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00
16.8.10	VOICE PANEL 50 PORTAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00
16.8.11	GUIA FRONTAL DE CABOS (HORIZONTAL) 1U COM TAMPA CLICK (TRAVA RÁPIDA), EM ABS, HIGH DENSITY - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4,00
16.8.12	CABO TELEFONICO 12 PARES- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00
16.8.12	PATCH CORD COMPOSTO DE CABO UTP CATEGORIA 5E, DE COMPRIMENTO 1,5M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	80,00
<b>17</b>	<b>PINTURA</b>		
17.1	PINTURA DE FORROS E PAREDES INTERNAS		
17.1.1	PINTURA LATEX ACRILICA AMBIENTES INTERNOS/EXTERNOS, DUAS DEMAOS	M2	1.175,76
17.2	PINTURA EM ESQUADRIAS DE MADEIRA		
17.2.1	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMAOS	M2	92,40
17.3	PINTURA EM ESQUADRIAS METÁLICAS		
17.3.1	PINTURA EM ESMALTE SINTETICO EM PECAS METALICAS UTILIZANDO REVOLVER/COMPRESSOR, DUAS DEMAOS, INCLUSO UMA DEMAIO FUNDO OXIDO DE FERRO/ZARCAO	M2	27,40
<b>18</b>	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS</b>		
18.3	LIMPEZA FINAL		
18.3.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	356,00

## 8.2 Cultura:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>		
1.1	LIMPEZA DO TERRENO		
1.1.1	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO, INCLUSIVE RETIRADA DE ARVORE ENTRE 0,05 M E 0,15M DE	M2	685,04

	DIAMETRO		
1.2	LOCAÇÃO DA OBRA		
1.2.1	LOCAÇÃO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	685,04
2	<b>MOVIMENTAÇÃO DE TERRA</b>		
2.1	ESCAVAÇÕES. CARGAS E TRANSPORTES		
2.1.1	CORTE E ATERRO COMPENSADO	M3	450
3	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>		
3.1	FUNDAÇÕES PROFUNDAS		
3.1.1	ESTACA A TRADO(BROCA) D=25CM C/CONCRETO FCK=15MPA+20KG ACO/M3 LD.IN-LOCO	M	496
3.2	INFRA-ESTRUTURA - SERVIÇOS GERAIS		
3.2.1	APILOAMENTO PISO/FUNDO VALA C/MACO 30KG	M2	61,68
3.2.2	ESCAVAÇÃO MANUAL (VALAS OU FUNDACOES RASAS)	M3	66,13
3.2.3	REATERRO APILOADO (MANUAL) DE VALA COM DESLOCAMENTO DE MATERIAL EM CAM ADAS DE 20 CM (BECOS, FAVELAS ETC.)	M3	54,37
3.2.4	LASTRO DE BRITA 25MM, ESPESSURA 3CM, INCLUSO COMPACTAÇÃO MANUAL	M2	60,54
3.3	INFRA-ESTRUTURA - FÔRMAS		
3.3.1	FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES - REAPROVEITAMENTO 5X	M2	219,66
3.4	INFRA-ESTRUTURA - ARMADURAS		
3.4.1	ARMAÇÃO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	KG	303,00
3.4.3	ARMAÇÃO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) L 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	KG	1.396,00
3.4.4	ARMAÇÃO ACO CA-50 DIAM.16,0 (5/8) À 25,0MM (1) - FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	KG	78,00
3.5	INFRA-ESTRUTURA - CONCRETO		
3.5.1	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=20MPA, INCLUSIVE COLOCAÇÃO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	11,76
3.5.2	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUSIVE COLOCAÇÃO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	8,78
4	<b>SUPERESTRUTURA</b>		

4.1	FÔRMAS		
4.1.1	FORMA MADEIRA COMP RESINADA 12MM P/ESTRUTURA REAPROV 8 VEZES - CORTE/MONTAGEM/ESCORAMENTO/DESFORMA	M2	1414,5 2
4.2	ARMAÇÃO		
4.2.1	ARMAÇÃO DE AÇO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	KG	1.176,0 0
4.2.2	ARMAÇÃO AÇO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) L 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	KG	4.144,0 0
4.2.3	ARMAÇÃO AÇO CA-50 DIAM.16,0 (5/8) À 25,0MM (1) - FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	KG	792,00
4.3	CONCRETO DOSADO EM CENTRAL		
4.3.1	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUSIVE COLOCAÇÃO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECÂNICO.	M3	109,97
4.4	LAJES E PAINÉIS PRE-FABRICADOS		
4.4.1	LAJE PRE-MOLDADA P/FORRO, SOBRECARGA 100KG/M2, VAOS ATÉ 3,50M/E=8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC FCK=20MPA, 3CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (REAPR.3X) E FERRAGEM NEGATIVA	M2	609,4
4.4.2	ARMAÇÃO EM TELA SOLDADA Q-138 (AÇO CA-60 4,2MM C/10CM)	KG	666,32
4.5	ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA EM POLICARBONATO		
4.5.1	ESTRUTURA METÁLICA ESPACIAL EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL TUBULAR INCLUSO COBERTURA EM POLICARBONATO E ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	UN	1
5	PAREDES E PAINÉIS		
5.1	FÔRMAS		
5.1.1	ALVENARIA EM TIJOLO CERÂMICO FURADO 10X20X20CM, 1/2 VEZ, ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), JUNTAS 12MM	M2	1282,6 4
5.2	VERGAS		
5.2.1	VERGA 10X10CM EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO FCK=20MPA (PREPARO COM BETONEIRA ) AÇO CA60, BITOLA FINA, INCLUSIVE FORMAS TABUA 3A.	M	66,7
5.3	DIVISÓRIAS LEVES		
5.3.1	DIVISÓRIA EM GRANITO CINZA, ESP=2CM, POLIDO	M2	32,97

	DUAS FACES, INCLUSIVE ASSENTAMENTO, CONSIDERANDO 5% DE PERDAS PARA O GRANITO		
<b>6</b>	<b>ESQUADRIAS DE MADEIRA</b>		
<b>6.1</b>	<b>PORTAS</b>		
6.1.1	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA, 0,60X2,10M, INCLUSO ADUELA 2A, ALIZAR 2A E DOBRADICA	UN	4
6.1.2	PORTA MADEIRA SEMI-OCA ALMOFADADA REGIONAL 1A 2,00 X 210 X 3 CM, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	3
6.1.3	PORTA MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA 200 X 210 X 3,5 CM, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	1
6.1.4	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA CERA/VERNIZ, 1,00X2,10M, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	8
6.1.5	PORTA DE MADEIRA SEMI-OCA ALMOFADADA REGIONAL 1A MEXICANA 1,00X2,10M, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	2
6.1.6	PORTA MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA 90 X 210 X 3,5 CM CORRER, TRILHO EM ALUMINIO COMPLETA	UN	4
6.1.7	PORTA DE CORRER EM ALUMINIO, PERFIL SERIE 25, COM 02 FOLHAS PARA VIDRO	M2	8,4
6.1.8	KIT BARRA ANTI-PANICO COMPLETO INCLUSO INSTALAÇÃO REF.:DALA FONTE	UN	4
<b>7</b>	<b>ESQUADRIAS METÁLICAS</b>		
<b>7.2</b>	<b>JANELAS</b>		
7.2.1	JANELA DE ALUMINIO TIPO MAXIM-AIR, SERIE 25	M2	46,5
<b>8</b>	<b>VIDROS</b>		
<b>8.1</b>	<b>VIDRO CRISTAL COMUM</b>		
8.1.1	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 3MM	M2	46,5
<b>9</b>	<b>COBERTURA</b>		
<b>9.1</b>	<b>TELHAS</b>		
9.1.1	ESTRUTURA DE MADEIRA DE LEI 1A SERRADA NAO APARELHADA, PARA TELHAS ONDULADAS, VAOS ATE 7M	M2	565,13
9.1.4	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA, ESPESSURA 6MM, INCLUSO JUNTAS DE VEDACAO E ACESSORIOS DE FIXACAO	M2	565,13
<b>10</b>	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO</b>		
10.1	IMPERMEABILIZAÇÃO DE VIGAS BALDRAME		

10.1.1	IMPERMEABILIZACAO COM TINTA BETUMINOSA EM FUNDACOES, BALDRAMES E MUROS DE ARRIMO, DUAS DEMAOS	M2	159,74
<b>11</b>	<b>FORRO</b>		
11.1	CHAPISCO		
11.1.1	CHAPISCO EM TETOS TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	609,4
11.2	EMBOÇO		
11.2.1	EMBOCO PAULISTA (MASSA UNICA) TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL, INCLUSO ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	M2	609,4
<b>12</b>	<b>REVESTIMENTOS DE PAREDES INTERNO</b>		
12.1	CHAPISCO		
12.1.1	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	1506,4 88
12.2	REBOCO		
12.2.1	EMBOCO PAULISTA (MASSA UNICA) TRACO 1:1:4 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MECANICO	M2	1506,4 88
12.3	ACABAMENTOS		
12.3.1	CERAMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRAO MEDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM CIMENTO BRANCO	M2	236,46
<b>13</b>	<b>REVESTIMENTO EXTERNO</b>		
13.1	CHAPISCO		
13.1.1	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	1058,7 84
13.2	EMBOÇO		
13.2.1	EMBOCO TRACO 1:1:4 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MECANICO, INCLUSO ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	M2	1058,7 84
12.3	ACABAMENTOS		
12.3.1	CERAMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRAO MEDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM CIMENTO BRANCO	M2	1058,7 84
<b>14</b>	<b>PISOS</b>		
14.1	PISOS INTERNOS E EXTERNOS		
14.1.1	CONTRAPISO/LASTRO CONCRETO 1:3:6 S/BETONEIRA E=5CM	M2	541,69
14.1	REGULARIZAÇÃO DE BASES		

14.1.1	REGULARIZACAO DE PISO/BASE EM ARGAMASSA TRACO 1:5 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL	M2	541,69
14.2	ACABAMENTOS		
14.2.1	PISO EM CERAMICA ESMALTADA 20X30CM P/PISO, PEI-4, 1ª QUALIDADE, C/ARG COLANTE INCL. REJUNTE C/CIMENTO BRANCO, CONSIDERANDO 5% DE PERDAS PARA A CERAMICA	M2	526,69
14.2.4	LASTRO DE BRITA 25MM, ESPESSURA 3CM, INCLUSO COMPACTACAO MANUAL	M2	541,69
14.3	DEGRAUS, RODAPÉ, SOLEIRAS E PEITORIS		
14.3.1	RODAPE VINILICO ALTURA 5CM, ESPESSURA 1MM, FIXADO COM COLA	M	
15	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS		
15.1	ABRIGO PARA CAVALETE		
15.1.1	KIT CAVALETE PVC COM REGISTRO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1
15.2	REDE DE AGUA FRIA -TUBOS E CONEXOES DE PVC SOLDÁVEL		
15.2.1	TUBO PVC SOLDÁVEL AGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	42,00
15.2.2	TUBO PVC SOLDÁVEL AGUA FRIA DN 50MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	60,00
15.2.3	TUBO PVC SOLDÁVEL AGUA FRIA DN 60MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	18,00
15.2.5	TE DE PVC SOLDÁVEL AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.2.6	TE DE PVC SOLDÁVEL AGUA FRIA 60MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.2.7	TE REDUCAO PVC SOLDÁVEL AGUA FRIA 50X25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.2.8	TE PVC SOLDÁVEL COM ROSCA METALICA AGUA FRIA 25MMX25MMX1/2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.2.9	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° AGUA FRIA 25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	14,00
15.2.10	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.2.11	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° AGUA FRIA 60MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.2.12	JOELHO PVC SOLDÁVEL COM ROSCA 90° AGUA FRIA 25MMX1/2" - FORNECIMENTO E	UN	5,00



	INSTALACAO		
15.2.13	REDUCAO DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 60X25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.2.14	REDUCAO DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 60X50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.2.15	TUBO PARA VALVULA DE DESCARGA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.3	REDE DE AGUA FRIA - REGISTROS E VALVULAS		
15.3.1	VALVULA DESCARGA 1.1/2" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.3.2	VALVULA DESCARGA 1.1/4" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO COM ACIONAMENTO TIPO ALAVANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.3.3	REGISTRO PRESSAO 3/4" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.3.4	REGISTRO GAVETA 1.1/2" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.3.5	REGISTRO GAVETA 3/4" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.3.6	REGISTRO GAVETA 2" BRUTO LATAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.4	REDE DE AGUA FRIA - EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS		
15.4.1	RESERV. DE FIBROC. CAP=500L SOBRE ESTRUT. DE MADEIRA	UN	1,00
15.4.2	TORNEIRA DE BOIA VAZAO TOTAL 3/4 COM BALAO PLASTICO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.4.3	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'AGUA 60MMX2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.4.4	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'AGUA 25MMX3/4" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.5	REDE DE ESGOTO - TUBOS E CONEXÕES DE PVC BRANCO		
15.5.1	TUBO PVC PARA ESGOTO PREDIAL DN 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	22,00
15.5.2	TUBO PVC ESGOTO SERIE R DN 150MM C/ ANEL DE BORRACHA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	18,00

15.5.3	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXOES, PONTA E BOLSA SOLDADAVEL 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	12,00
15.5.4	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXOES, PONTA, BOLSA E VIROLA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	11,00
15.5.5	TE SANITARIO 100X100MM, JUNTA SOLDADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.5.6	TE SANITARIO 50X50MM, JUNTA SOLDADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	10,00
15.5.7	JOELHO PVC 90° ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.5.8	JOELHO PVC 45° ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.5.9	JOELHO PVC 90° ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	20,00
15.5.10	JOELHO PVC 45° ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.5.11	JOELHO PVC 90° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	12,00
15.5.12	JOELHO PVC 45° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.5.13	JUNCAO PVC ESGOTO 40X40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.5.14	LUVA PVC ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	25,00
15.5.15	LUVA PVC ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	14,00
15.6	REDE DE ESGOTO - CAIXAS		
15.6.1	CAIXA DE INSPECAO EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÃO 60X60X60CM, REVESTIDA INTERNAMENTE COM BARRA LISA (CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:4) E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA TIPO C - ESCAVACAO E CONFECCAO	UN	2,00
15.6.2	CAIXA SIFONADA PVC 150X150X50MM COM GRELHA REDONDA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.7	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS - RUFOS, CALHAS E CONDUTORES		
15.7.1	CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 50CM	M	63,00
15.7.2	RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 33CM	M	84,00
15.8	REDE DE INCÊNDIO - EQUIPAMENTOS		

15.8.1	EXTINTOR INCENDIO TP PO QUIMICO 4KG FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	4
15.8.2	LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMPLETA PARA EMERGENCIA DE 15W	UN	5
15.9	APARELHOS E METAIS		
15.9.1	VASO SANITARIO SIFONADO LOUÇA COR PADRAO MEDIO, COM ADAPTADOR E CONJUNTO PARA FIXACAO PARA VASO SANITÁRIO COM PARAFUSO, ARRUELA E BUCHA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.9.2	LAVATORIO LOUCA BR MEDIO LUXO C/LADRAO MED 55X45, C/COLUNA INCL ACESSORIOS DE FIXACAO.FERRAGENS EM METAL CROMADO SIFAO 1680 DE 1"X1.1/4" C/ VALVULA DE ESCOAMENTO 1603 RABICHO EM PVC. FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.9.3	LAVATORIO LOUCA BRANCA SUSPENSO 29,5 X 39,0CM, PADRAO MEDIO, COM SIFAO CROMADO 1 1/4", VALVULA EM PLASTICO CROMADO 1" E CONJUNTO PARA FIXACAO- FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.9.4	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMATICO , PADRÃO MEDIO, COM ENGATE FLEXIVEL CROMADO 1/2"X30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.9.5	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMATICO TIPO ALAVANCA PARA DEFICIENTES FISICOS, PADRÃO MEDIO, COM ENGATE FLEXIVEL CROMADO 1/2"X30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.9.6	MICTORIO SIFONADO DE LOUCA BRANCA COM PERTENCES, COM VALVULA DE DESCARGA 3/4" COM ACIONAMENTO HIDROMECHANICO E FECHAMENTO AUTOMÁTICO CROMADO E ACABAMENTO SIMPLES E CONJUNTO PARA FIXACAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
16	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
16.1	ENTRADA EM BAIXA TENSÃO		
16.1.1	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA MONOFÁSICA 50A COM POSTE DE CONCRETO , INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR E ATERRAMENTO.	UN	1
16.2	REDE DE BAIXA TENSÃO - QUADROS E CAIXAS		

16.2.1	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, COM PORTA, PARA 50 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, SEM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
16.3	REDE DE BAIXA TENSÃO - BASES, CHAVES E DISJUNTORES		
16.3.1	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	14,00
16.3.2	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	11,00
16.3.3	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 60 A 100A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
16.4	REDE DE BAIXA TENSÃO - FIOS, CABOS E ELETRODUTOS		
16.4.1	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 1,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	979,24
16.4.2	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 2,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	1.161,19
16.4.3	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 6 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	114,75
16.4.4	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 16 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	36,00
16.4.5	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 35 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	144,00
16.4.6	ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO 25 MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	504,67
16.4.7	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 50MM (2"), FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	56,00
16.5	TOMADAS E INTERRUPTORES		
16.5.1	PONTO INTERRUPTOR SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	7,00
16.5.2	PONTO INTERRUPTOR DUPLO SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	7,00
16.5.3	PONTO INTERRUPTOR TRIPLO SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 3/4" E CAIXA 4X2"	PT	1,00
16.5.4	PONTO INTERRUPTOR THREE-WAY COM	PT	2,00

	ELETRODUTO PVC 3/4" E CAIXA 4X2"		
16.5.5	PONTO DE TOMADA (CAIXA, ELETRODUTO, FIOS E TOMADA)	UN	5,00
16.5.6	PONTO DE TOMADA PARA AR CONDICIONADO (CAIXA, ELETRODUTO, FIOS E TOMADA)	UN	10,00
16.5.7	PONTO INTERRUPTOR SIMPLES/TOMADA COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	51,00
16.6	ILUMINÁRIAS INTERNAS		
16.6.2	LUMINARIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM REATOR DE PARTIDA RAPIDA E LAMPADA FLUORESCENTE 2X40W, COMPLETA, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	97,00
16.6.3	PONTO LUZ PAREDE (ARANDELA) ELETRODUTO PVC 3/4"	PT	4,00
16.6.4	LUMINARIA TIPO SPOT PARA 1 LAMPADA INCANDESCENTE/FLUORESCENTE COMPACTA	UN	4,00
16.7	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)		
16.7.1	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL 25MM (1"), FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	10,00
16.7.2	CABO DE COBRE NU 35 MM2	M	452,00
16.7.3	CABO DE COBRE NU 50 MM2	M	88,00
16.7.4	HASTE COPPERWELD 5/8 X 3,0M COM CONECTOR	UN	48,00
16.7.5	TERMINAL AEREO (Ø3/15 "X 600MM) REF.: TEL-057 OU PRT-156A	UN	61,00
16.7.6	SUORTE DE GUIA SIMPLES (20CM) REF.: TEL-240 / PRT-201 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	95,00
16.7.7	SUORTE DE GUIA PARA QUINA (90° COM 20CM) REF.: TEL-290 / PRT-217 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00
16.7.8	CAIXA PARA MEDIÇÃO DE ATERRAMENTO, REF.: PRT-541 / TEL-960 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00
16.7.9	CONECTOR PARA MEDIÇÃO DE ATERRAMENTO, REF.: TEL-560 / PRT-903 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00
16.7.10	CAIXA DE INSPÇÃO DE ATERREMENTO Ø300 X 250MM COM TAMPA, REF.: PRT-957 / TEL-550 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00
16.7.12	SOLDA EXOTÉRMICA #50MM²	UN	134,00
16.8	CABEAMENTO ESTRUTURADO		
16.8.1	CABO UTP MULT-LAN 24 AWG 4 PARES CATEGORIA 5E - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	785,00
16.8.2	CAIXA PVC 4" X 2" P/ ELETRODUTO " -	UN	52,00

	FORNECIMENTO E INSTALACAO		
16.8.3	ESPELHO PLÁSTICO - 4"X2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	52,00
16.8.4	TOMADA RJ-45 FEMEA, CATEGORIA 5, TERMINAIS DE CONEXÃO EM BRONZE FOSFOROSO ESTANHADO PARA MONTAGEM EM CAIXA DE LIGAÇÃO	UN	52,00
16.8.5	PERFILADO PERFURADO EM CHAPA DE AÇO COM TAMPA E GANCHOS, DIMENSÕES 38MM X 38MM	M	23,00
16.8.6	RACK 19" - 16U - MINI (PARA FIXAÇÃO EM PAREDE), FECHADO, PROFUNDIDADE MINIMA 500MM, EM CHAPA DE AÇO 1,5MM DE ESPESSURA, PINTURA EPÓXI TEXTURIZADA, COM PORTA FRONTAL DE ACRÍLICO EM ARMAÇÃO DE AÇO, FECHADURA ESCAMOTEÁVEL E CHAVE, BASE SOLEIRA EM CHAPA DE AÇO COM 2MM DE ESPESSURA, ABERTURA TRASEIRA, LATERAIS E FUNDOS COM ALETAS DE VENTILAÇÃO E FECHO RÁPIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	23,00
16.8.7	RACK 19" - 12U - MINI (PARA FIXAÇÃO EM PAREDE), FECHADO, PROFUNDIDADE MINIMA 500MM, EM CHAPA DE AÇO 1,5MM DE ESPESSURA, PINTURA EPÓXI TEXTURIZADA, COM PORTA FRONTAL DE ACRÍLICO EM ARMAÇÃO DE AÇO, FECHADURA ESCAMOTEÁVEL E CHAVE, BASE SOLEIRA EM CHAPA DE AÇO COM 2MM DE ESPESSURA, ABERTURA TRASEIRA, LATERAIS E FUNDOS COM ALETAS DE VENTILAÇÃO E FECHO RÁPIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	23,00
16.8.8	SWITCH 24 PORTAS, 127/220V, ETHERNET 10BASE-T, 100BASE-T, 1000BASE-T, COMUNICAÇÃO HALF-DUPLEX FULL-DUPLEX, COM AUTO-SENSOR POR DISPOSITIVO, AUTO NEGOCIAÇÃO, INTERRUPTOR MDI / MDI-X, CONTROLE DE FLUXO COM PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO E CAPACIDADE DE CHAVEAMENTO DE 4GBPS OU MAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00
16.8.9	PATCH PANEL 24 PORTAS - 1U, CATEGORIA 6, EM TERMOPLÁSTICO NÃO PROPAGANTE À CHAMA, PAINEL FRONTAL COM PORTA ETIQUETAS PARA IDENTIFICAÇÃO, TERMINAIS DE CONEXÃO EM BRONZE FOSFOROSO ETANHADO, PADRÃO 110 IDC PARA CONDUTORES DE 22 A 26 AWG, PINAGEM T568A / B, ORGANIZADOR TRASEIRO DE CABO, PARAFUSOS E ARRUELAS PARA FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	0,00



16.8.10	VOICE PANEL 50 PORTAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00
16.8.11	GUIA FRONTAL DE CABOS (HORIZONTAL) 1U COM TAMPA CLICK (TRAVA RÁPIDA), EM ABS, HIGH DENSITY - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00
16.8.12	CABO TELEFONICO 12 PARES- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00
16.8.13	PATCH CORD COMPOSTO DE CABO UTP CATEGORIA 5E, DE COMPRIMENTO 1,5M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00
<b>17</b>	<b>PINTURA</b>		
17.1	PINTURA DE FORROS E PAREDES INTERNAS		
17.1.1	PINTURA LATEX ACRILICA AMBIENTES INTERNOS/EXTERNOS, DUAS DEMAOS	M2	2.565,27
17.2	PINTURA EM ESQUADRIAS DE MADEIRA		
17.2.1	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMAOS	M2	100,80
17.3	PINTURA EM ESQUADRIAS METÁLICAS		
17.3.1	PINTURA EM ESMALTE SINTETICO EM PECAS METALICAS UTILIZANDO REVOLVER/COMPRESSOR, DUAS DEMAOS, INCLUSO UMA DEMAIO FUNDO OXIDO DE FERRO/ZARCAO	M2	54,90
<b>18</b>	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS</b>		
18.3	LIMPEZA FINAL		
18.3.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	584,37

### 8.3 Múltiplo-Uso:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>		
1.1	LIMPEZA DO TERRENO		
1.1.1	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO, INCLUSIVE RETIRADA DE ARVORE ENTRE 0,05 M E 0,15M DE DIAMETRO	M2	217,66
1.2	LOCAÇÃO DA OBRA		
1.2.1	LOCAÇÃO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	217,66
<b>2</b>	<b>MOVIMENTAÇÃO DE TERRA</b>		
2.1	ESCAVAÇÕES. CARGAS E TRANSPORTES		

2.1.1	CORTE E ATERRO COMPENSADO	m <sup>3</sup>	53
<b>3</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>		
3.1	FUNDAÇÕES PROFUNDAS		
3.1.1	ESTACA A TRADO(BROCA) D=25CM C/CONCRETO FCK=15MPA+20KG ACO/M3 LD.IN-LOCO	m	200
3.2	INFRA-ESTRUTURA - SERVIÇOS GERAIS		
3.2.1	APILOAMENTO PISO/FUNDO VALA C/MACO 30KG	M2	22,71
3.2.2	ESCAVACAO MANUAL (VALAS OU FUNDACOES RASAS)	M3	24,85
3.2.3	REATERRO APILOADO (MANUAL) DE VALA COM DESLOCAMENTO DE MATERIAL EM CAM ADAS DE 20 CM (BECOS, FAVELAS ETC.)	M3	15,1
3.2.4	LASTRO DE CONCRETO TRACO 1:3:5, ESPESSURA 8CM, PREPARO MECANICO	M2	22,71
3.3	INFRA-ESTRUTURA - FÔRMAS		
3.3.1	FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES - REAPROVEITAMENTO 5X	M2	75,12
3.4	INFRA-ESTRUTURA - ARMADURAS		
3.4.1	ARMAÇAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	108,00
3.4.3	ARMAÇAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) L 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	402,00
3.5	INFRA-ESTRUTURA - CONCRETO		
3.5.1	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=20MPA, INCLUSIVE COLOCACAO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	4,36
<b>4</b>	<b>SUPERESTRUTURA</b>		
4.1	FÔRMAS		
4.1.1	FORMA MADEIRA COMP RESINADA 12MM P/ESTRUTURA REAPROV 8 VEZES - CORTE/MONTAGEM/ESCORAMENTO/DESFORMA	M2	340,19
4.2	ARMAÇÃO		
4.2.1	ARMAÇAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	312
4.2.3	ARMAÇAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) L 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	980
4.3	CONCRETO DOSADO EM CENTRAL		
4.3.1	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUSIVE COLOCACAO, ESPALHAMENTO E	M3	27,36

	ADENSAMENTO MECANICO.		
<b>4.4</b>	<b>LAJES E PAINÉIS PRE-FABRICADOS</b>		
4.4.1	LAJE PRE-MOLDADA P/FORRO, SOBRECARGA 100KG/M2, VAOS ATE 3,50M/E=8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC FCK=20MPA, 3CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (REAPR.3X) E FERRAGEM NEGATIVA	M2	158
	ARMAÇÃO EM TELA SOLDADA Q-138 (ACO CA-60 4,2MM C/10CM)	KG	172,75
<b>5</b>	<b>PAREDES E PAINÉIS</b>		
<b>5.1</b>	<b>FÔRMAS</b>		
5.1.1	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20CM, 1/2 VEZ, ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), JUNTAS 12MM	M2	268,97
<b>5.2</b>	<b>VERGAS</b>		
5.2.1	VERGA 10X10CM EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO FCK=20MPA (PREPARO COM BETONEIRA ) AÇO CA60, BITOLA FINA, INCLUSIVE FORMAS TABUA 3A.	M	29,3
<b>5.3</b>	<b>DIVISÓRIAS LEVES</b>		
5.3.1	DIVISORIA EM GRANITO CINZA, ESP=2CM, POLIDO DUAS FACES, INCLUSIVE ASSENTAMENTO, CONSIDERANDO 5% DE PERDAS PARA O GRANITO	M2	5,95
<b>6</b>	<b>ESQUADRIAS DE MADEIRA</b>		
<b>6.1</b>	<b>PORTAS</b>		
6.1.1	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA, 0,60X2,10M, INCLUSO ADUELA 2A, ALIZAR 2A E DOBRADICA	UN	4
6.1.3	PORTA MADEIRA SEMI-OCA ALMOFADADA REGIONAL 1A 2,00 X 210 X 3 CM, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	2
6.1.4	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA CERA/VERNIZ, 1,00X2,10M, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	4
6.1.5	KIT BARRA ANTI-PANICO COMPLETO INCLUSO INSTALAÇÃO REF.:DALA FONTE	UN	2
<b>7</b>	<b>ESQUADRIAS METÁLICAS</b>		
<b>7.2</b>	<b>JANELAS</b>		
7.2.1	JANELA DE ALUMINIO TIPO MAXIM-AIR, SERIE 25	M2	18
<b>8</b>	<b>VIDROS</b>		
<b>8.1</b>	<b>VIDRO CRISTAL COMUM</b>		
8.1.1	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 3MM	M2	18

<b>9</b>	<b>COBERTURA</b>		
9.1	TELHAS		
9.1.1	ESTRUTURA PARA TELHA CERAMICA, EM MADEIRA APARELHADA, APOIADA EM PAREDE	M2	209,56
9.1.2	COBERTURA EM TELHA CERAMICA TIPO COLONIAL, COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA)	M2	209,56
9.1.3	COBERTURA DE MADEIRA DE LEI 1A SERRADA NAO APARELHADA A=18,34 M2, PARA TELHAS ONDULADAS DE FIBROCIMENTO	UN	1
	COBERTURA DE MADEIRA DE LEI 1A SERRADA NAO APARELHADA A=48,16 M2, PARA TELHAS ONDULADAS DE FIBROCIMENTO	UN	1
9.1.4	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA, ESPESSURA 6MM, INCLUSO JUNTAS DE VEDACAO E ACESSORIOS DE FIXACAO	M2	50,05
<b>10</b>	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO</b>		
10.1	IMPERMEABILIZAÇÃO DE VIGAS BALDRAME		
10.1.1	IMPERMEABILIZACAO COM TINTA BETUMINOSA EM FUNDACOES, BALDRAMES E MUROS DE ARRIMO, DUAS DEMAOS	M2	51,87
<b>11</b>	<b>FORRO</b>		
11.1	CHAPISCO		
11.1.1	CHAPISCO EM TETOS TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	160,24
11.2	EMBOÇO		
11.2.1	EMBOCO PAULISTA (MASSA UNICA) TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL, INCLUSO ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	M2	160,24
<b>12</b>	<b>REVESTIMENTOS DE PAREDES INTERNO</b>		
12.1	CHAPISCO		
12.1.1	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	288,92
12.2	REBOCO		
12.2.1	EMBOCO PAULISTA (MASSA UNICA) TRACO 1:1:4 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MECANICO	M2	288,92
12.3	ACABAMENTOS		
12.3.1	CERAMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRAO MEDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM CIMENTO BRANCO	M2	42,02
<b>13</b>	<b>REVESTIMENTO EXTERNO</b>		
13.1	CHAPISCO		

13.1.1	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	311,56
13.2	EMBOÇO		
13.2.1	EMBOCO TRACO 1:1:4 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MECANICO, INCLUSO ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	M2	311,56
12.3	ACABAMENTOS		
12.3.1	CERAMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRAO MEDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM CIMENTO BRANCO	M2	150,15
14	PISOS		
14.1	PISOS INTERNOS E EXTERNOS		
14.1.1	CONTRAPISO/LASTRO CONCRETO 1:3:6 S/BETONEIRA E=5CM	M2	217,63
14.1	REGULARIZAÇÃO DE BASES		
14.1.1	REGULARIZACAO DE PISO/BASE EM ARGAMASSA TRACO 1:5 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL	M2	217,63
14.2	ACABAMENTOS		
14.2.1	PISO EM CERAMICA ESMALTADA 20X30CM P/PISO, PEI-4, 1ª QUALIDADE, C/ARG COLANTE INCL. REJUNTE C/CIMENTO BRANCO, CONSIDERANDO 5% DE PERDAS PARA A CERAMICA	M2	217,63
14.2.4	LASTRO DE BRITA 25MM, ESPESSURA 3CM, INCLUSO COMPACTACAO MANUAL	M2	217,63
14.3	DEGRAUS, RODAPÉ, SOLEIRAS E PEITORIS		
14.3.1	RODAPE VINILICO ALTURA 5CM, ESPESSURA 1MM, FIXADO COM COLA	M	
15	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS		
15.1	ABRIGO PARA CAVALETE		
15.1.1	KIT CAVALETE PVC COM REGISTRO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1
15.2	REDE DE AGUA FRIA -TUBOS E CONEXOES DE PVC SOLDÁVEL		
15.2.1	TUBO PVC SOLDÁVEL AGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	30,00
15.2.2	TUBO PVC SOLDÁVEL AGUA FRIA DN 50MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	12,00
15.2.3	TUBO PVC SOLDÁVEL AGUA FRIA DN 60MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	18,00

15.2.4	TE DE PVC SOLDABEL AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.2.5	TE DE PVC SOLDABEL AGUA FRIA 60MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.2.6	TE REDUCAO PVC SOLDABEL AGUA FRIA 50X25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	
15.2.7	TE PVC SOLDABEL COM ROSCA METALICA AGUA FRIA 25MMX25MMX1/2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.2.8	JOELHO PVC SOLDABEL 90° AGUA FRIA 25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	7,00
15.2.9	JOELHO PVC SOLDABEL 90° AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.2.10	JOELHO PVC SOLDABEL 90° AGUA FRIA 60MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.2.11	JOELHO PVC SOLDABEL COM ROSCA 90° AGUA FRIA 25MMX1/2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.2.12	REDUCAO DE PVC SOLDABEL AGUA FRIA 60X25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.2.13	REDUCAO DE PVC SOLDABEL AGUA FRIA 60X50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
15.2.14	TUBO PARA VALVULA DE DESCARGA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.3	REDE DE AGUA FRIA - REGISTROS E VALVULAS		
15.3.1	VALVULA DESCARGA 1.1/2" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.3.2	VALVULA DESCARGA 1.1/4" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO COM ACIONAMENTO TIPO ALAVANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.3.5	REGISTRO GAVETA 2" BRUTO LATAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.4	REDE DE AGUA FRIA - EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS		
15.4.1	RESERV. DE FIBROC. CAP=500L SOBRE ESTRUT. DE MADEIRA	UN	1,00
15.4.2	TORNEIRA DE BOIA VAZAO TOTAL 3/4 COM BALAO PLASTICO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.4.3	ADAPTADOR PVC SOLDABEL COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'AGUA 60MMX2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.4.4	ADAPTADOR PVC SOLDABEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'AGUA 25MMX3/4" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00



15.5	REDE DE ESGOTO - TUBOS E CONEXÕES DE PVC BRANCO		
15.5.1	TUBO PVC PARA ESGOTO PREDIAL DN 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	9,00
15.5.2	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXOES, PONTA E BOLSA SOLDADAVEL 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	10,00
15.5.3	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXOES, PONTA, BOLSA E VIROLA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	13,50
15.5.4	TE SANITARIO 100X100MM, JUNTA SOLDADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.5.5	TE SANITARIO 50X50MM, JUNTA SOLDADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.5.6	JOELHO PVC 90° ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.5.7	JOELHO PVC 45° ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.5.8	JOELHO PVC 90° ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	16,00
15.5.9	JOELHO PVC 45° ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.5.10	JOELHO PVC 90° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	10,00
15.5.11	JUNCAO PVC ESGOTO 40X40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.5.12	LUVA PVC ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	19,00
15.5.13	LUVA PVC ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	10,00
15.6	REDE DE ESGOTO - CAIXAS		
15.6.2	CAIXA DE INSPECAO EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÃO 60X60X60CM, REVESTIDA INTERNAMENTO COM BARRA LISA (CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:4) E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA TIPO C - ESCAVACAO E CONFECCAO	UN	1,00
15.6.3	CAIXA SIFONADA PVC 150X150X50MM COM GRELHA REDONDA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.7	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS - RUFOS, CALHAS E CONDUTORES		
15.7.1	CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 50CM	M	14,00
15.7.2	RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 33CM	M	30,00

15.8	REDE DE INCÊNDIO - EQUIPAMENTOS		
15.8.1	EXTINTOR INCÊNDIO TP PO QUIMICO 4KG FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	1
15.8.2	LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMPLETA PARA EMERGENCIA DE 15W	UN	2
15.9	APARELHOS E METAIS		
15.9.1	VASO SANITARIO SIFONADO LOUÇA COR PADRAO MEDIO, COM ADAPTADOR E CONJUNTO PARA FIXAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO COM PARAFUSO, ARRUELA E BUCHA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.9.2	LAVATORIO LOUCA BR MEDIO LUXO C/LADRAO MED 55X45, C/COLUNA INCL ACESSORIOS DE FIXACAO.FERRAGENS EM METAL CROMADO SIFAO 1680 DE 1"X1.1/4" C/ VALVULA DE ESCOAMENTO 1603 RABICHO EM PVC. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6,00
15.9.3	LAVATORIO LOUCA BRANCA SUSPENSO 29,5 X 39,0CM, PADRAO MEDIO, COM SIFAO CROMADO 1 1/4", VALVULA EM PLASTICO CROMADO 1" E CONJUNTO PARA FIXACAO- FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.9.4	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMATICO , PADRÃO MEDIO, COM ENGATE FLEXIVEL CROMADO 1/2"X30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.9.5	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMATICO TIPO ALAVANCA PARA DEFICIENTES FISICOS, PADRÃO MEDIO, COM ENGATE FLEXIVEL CROMADO 1/2"X30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.9.6	MICTORIO SIFONADO DE LOUCA BRANCA COM PERTENCES, COM VALVULA DE DESCARGA 3/4" COM ACIONAMENTO HIDROMECHANICO E FECHAMENTO AUTOMÁTICO CROMADO E ACABAMENTO SIMPLES E CONJUNTO PARA FIXACAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
16	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
16.1	ENTRADA EM BAIXA TENSÃO		
16.1.1	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA MONOFÁSICA 50A COM POSTE DE CONCRETO , INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR E ATERRAMENTO.	UN	1

16.2	REDE DE BAIXA TENSÃO - QUADROS E CAIXAS		
16.2.1	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, COM PORTA, PARA 32 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, SEM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
16.3	REDE DE BAIXA TENSÃO - BASES. CHAVES E DISJUNTORES		
16.3.1	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
16.3.2	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
16.3.3	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
16.4	REDE DE BAIXA TENSÃO - FIOS, CABOS E ELETRODUTOS		
16.4.1	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 1,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	353,94
16.4.2	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 2,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	280,10
16.4.5	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 10 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	650,00
16.4.6	ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO 25 MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	166,92
16.4.7	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 50MM (2"), FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	130,00
16.5	TOMADAS E INTERRUPTORES		
16.5.1	PONTO INTERRUPTOR SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	2,00
16.5.2	PONTO INTERRUPTOR DUPLO SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	3,00
16.5.3	PONTO INTERRUPTOR SIMPLES/TOMADA COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	1,00
16.5.4	PONTO DE TOMADA (CAIXA, ELETRODUTO, FIOS E TOMADA)	UN	19,00
16.5.5	PONTO DE TOMADA PARA AR CONDICIONADO (CAIXA, ELETRODUTO, FIOS E TOMADA)	UN	2,00
16.6	ILUMINÁRIAS INTERNAS		

16.6.2	LUMINARIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM REATOR DE PARTIDA RAPIDA E LAMPADA FLUORESCENTE 2X40W, COMPLETA, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	37,00
16.6.3	LUMINARIA TIPO SPOT PARA 1 LAMPADA INCANDESCENTE/FLUORESCENTE COMPACTA	UN	3,00
<b>17</b>	<b>PINTURA</b>		
17.1	PINTURA DE FORROS E PAREDES INTERNAS		
17.1.1	PINTURA LATEX ACRILICA AMBIENTES INTERNOS/EXTERNOS, DUAS DEMAOS	M2	408,31
17.2	PINTURA EM ESQUADRIAS DE MADEIRA		
17.2.1	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMAOS	M2	48,11
17.3	PINTURA EM ESQUADRIAS METÁLICAS		
17.3.1	PINTURA EM ESMALTE SINTETICO EM PECAS METALICAS UTILIZANDO REVOLVER/COMPRESSOR, DUAS DEMAOS, INCLUSO UMA DEMAIO FUNDO OXIDO DE FERRO/ZARCAO	M2	18,00
<b>18</b>	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS</b>		
18.3	LIMPEZA FINAL		
18.3.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	217,66

#### 8.4 Contra-turno Social:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>		
1.1	LIMPEZA DO TERRENO		
1.1.1	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO, INCLUSIVE RETIRADA DE ARVORE ENTRE 0,05 M E 0,15M DE DIAMETRO	M2	591,05
1.2	LOCAÇÃO DA OBRA		
1.2.1	LOCAÇÃO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE TOPOGRAFO E NIVELADOR	M2	591,05
<b>2</b>	<b>MOVIMENTAÇÃO DE TERRA</b>		
2.1	ESCAVAÇÕES. CARGAS E TRANSPORTES		
2.1.1	CORTE E ATERRO COMPENSADO	M3	450
<b>3</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>		
3.1	FUNDAÇÕES PROFUNDAS		
3.1.1	ESTACA A TRADO(BROCA) D=25CM C/CONCRETO FCK=15MPA+20KG ACO/M3 LD.IN-LOCO	M	448

3.2	INFRA-ESTRUTURA - SERVIÇOS GERAIS		
3.2.1	APILOAMENTO PISO/FUNDO VALA C/MACO 30KG	M2	58,54
3.2.2	ESCAVACAO MANUAL (VALAS OU FUNDACOES RASAS)	M3	57,01
3.2.3	REATERRO APILOADO (MANUAL) DE VALA COM DESLOCAMENTO DE MATERIAL EM CAM ADAS DE 20 CM (BECOS, FAVELAS ETC.)	M3	38,188
3.3	INFRA-ESTRUTURA - FÔRMAS		
3.3.1	FORMA DE MADEIRA COMUM PARA FUNDACOES - REAPROVEITAMENTO 5X	M2	214,54
3.4	INFRA-ESTRUTURA - ARMADURAS		
3.4.1	ARMACAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	312,00
3.4.3	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) L 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	1.067,00
3.5	INFRA-ESTRUTURA - CONCRETO		
3.5.1	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=20MPA, INCLUSIVE COLOCACAO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	9,45
4	SUPERESTRUTURA		
4.1	FÔRMAS		
4.1.1	FORMA MADEIRA COMP RESINADA 12MM P/ESTRUTURA REAPROV 8 VEZES - CORTE/MONTAGEM/ESCORAMENTO/DESFORMA	M2	1109,08
4.2	ARMAÇÃO		
4.2.1	ARMACAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	1017
4.2.3	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) L 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCACAO.	KG	2782
4.3	CONCRETO DOSADO EM CENTRAL		
4.3.1	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUSIVE COLOCACAO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO MECANICO.	M3	93,16
4.4	LAJES E PAINÉIS PRE-FABRICADOS		
4.4.1	LAJE PRE-MOLDADA P/FORRO, SOBRECARGA 100KG/M2, VAOS ATE 3,50M/E=8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC FCK=20MPA, 3CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (REAPR.3X) E FERRAGEM NEGATIVA	M2	283,7

4.4.2	ARMAÇÃO EM TELA SOLDADA Q-138 (ACO CA-60 4,2MM C/10CM)	KG	310,2
<b>5</b>	<b>PAREDES E PAINÉIS</b>		
5.1	FÔRMAS		
5.1.1	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20CM, 1/2 VEZ, ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), JUNTAS 12MM	M2	817,05
5.2	VERGAS		
5.2.1	VERGA 10X10CM EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO FCK=20MPA (PREPARO COM BETONEIRA ) AÇO CA60, BITOLA FINA, INCLUSIVE FORMAS TABUA 3A.	M	92,6
5.3	DIVISÓRIAS LEVES		
5.3.1	DIVISORIA EM GRANITO CINZA, ESP=2CM, POLIDO DUAS FACES, INCLUSIVE ASSENTAMENTO, CONSIDERANDO 5% DE PERDAS PARA O GRANITO	M2	53,55
<b>6</b>	<b>ESQUADRIAS DE MADEIRA</b>		
6.1	PORTAS		
6.1.1	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA, 0,60X2,10M, INCLUSO ADUELA 2A, ALIZAR 2A E DOBRADICA	UN	4
6.1.2	PORTA MADEIRA SEMI-OCA ALMOFADADA REGIONAL 1A 2,00 X 210 X 3 CM, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	3
6.1.3	PORTA MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA 200 X 210 X 3,5 CM, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	1
6.1.4	PORTA MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA 200 X 210 X 3,5 CM, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA TIPO VAI E VEM COM ANEL	UN	1
6.1.5	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA CERA/VERNIZ, 1,00X2,10M, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADICA COM ANEL	UN	9
6.1.6	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA, 0,80X2,10M, INCLUSO ADUELA 2A, ALIZAR 2A E DOBRADICA	UN	2
6.1.7	PORTA MADEIRA SEMI-OCA ALMOFADADA REGIONAL 80 X 210 X 3 CM, INCLUSO ADUELA 2A, ALIZAR 2A E DOBRADICA	UN	1
6.1.8	PORTA MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA 100 X 210 X 3,5 CM CORRER, TRILHO EM ALUMINIO COMPLETA	UN	2
6.1.9	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA, 0,70X2,10M, INCLUSO ADU	H	2



	ELA 2A, ALIZAR 2A E DOBRADICA		
6.1.10	KIT BARRA ANTI-PANICO COMPLETO INCLUSO INSTALAÇÃO REF.:DALA FONTE	UN	3
<b>7</b>	<b>ESQUADRIAS METÁLICAS</b>		
7.2	JANELAS		
7.2.1	JANELA DE ALUMINIO TIPO MAXIM-AIR, SERIE 25	M2	47,4
<b>8</b>	<b>VIDROS</b>		
8.1	VIDRO CRISTAL COMUM		
8.1.1	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 3MM	M2	47,4
<b>9</b>	<b>COBERTURA</b>		
9.1	TELHAS		
9.1.1	ESTRUTURA DE MADEIRA DE LEI 1A SERRADA NAO APARELHADA, PARA TELHAS ONDULADAS, VAOS ATE 7M	M2	1250,6 7
9.1.2	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA, ESPESSURA 6MM, INCLUSO JUNTAS DE VEDACAO E ACESSORIOS DE FIXACAO	M2	1250,6 7
<b>10</b>	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO</b>		
10.1	IMPERMEABILIZAÇÃO DE VIGAS BALDRAME		
10.1.1	IMPERMEABILIZACAO COM TINTA BETUMINOSA EM FUNDACOES, BALDRAMES E MUROS DE ARRIMO, DUAS DEMAOS	M2	164,14
<b>11</b>	<b>FORRO</b>		
11.1	CHAPISCO		
11.1.1	CHAPISCO EM TETOS TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	283,7
11.2	EMBOÇO		
11.2.1	EMBOCO PAULISTA (MASSA UNICA) TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL, INCLUSO ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	M2	283,7
<b>12</b>	<b>REVESTIMENTOS DE PAREDES INTERNO</b>		
12.1	CHAPISCO		
12.1.1	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	935,04
12.2	REBOCO		
12.2.1	EMBOCO PAULISTA (MASSA UNICA) TRACO 1:1:4 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MECANICO	M2	935,04
12.3	ACABAMENTOS		
12.3.1	CERAMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRAO MEDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM	M2	469,86 7

	CIMENTO BRANCO		
<b>13</b>	<b>REVESTIMENTO EXTERNO</b>		
13.1	CHAPISCO		
13.1.1	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO	M2	815,88 4
13.2	EMBOÇO		
13.2.1	EMBOCO TRACO 1:1:4 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MECANICO, INCLUSO ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	M2	815,88 4
12.3	ACABAMENTOS		
12.3.1	CERAMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRAO MEDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM CIMENTO BRANCO	M2	815,88 4
<b>14</b>	<b>PISOS</b>		
14.1	PISOS INTERNOS E EXTERNOS		
14.1.1	CONTRAPISO/LASTRO CONCRETO 1:3:6 S/BETONEIRA E=5CM	M2	597,55
14.1	REGULARIZAÇÃO DE BASES		
14.1.1	REGULARIZACAO DE PISO/BASE EM ARGAMASSA TRACO 1:5 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL	M2	597,55
14.2	ACABAMENTOS		
14.2.1	PISO EM CERAMICA ESMALTADA 20X30CM P/PISO, PEI-4, 1ª QUALIDADE, C/ARG COLANTE INCL. REJUNTE C/CIMENTO BRANCO, CONSIDERANDO 5% DE PERDAS PARA A CERAMICA	M2	557,47
14.2.4	LASTRO DE BRITA 25MM, ESPESSURA 3CM, INCLUSO COMPACTACAO MANUAL	M2	597,47
14.3	DEGRAUS, RODAPÉ, SOLEIRAS E PEITORIS		
14.3.1	RODAPE VINILICO ALTURA 5CM, ESPESSURA 1MM, FIXADO COM COLA	M	
<b>15</b>	<b>INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS</b>		
15.1	ABRIGO PARA CAVALETE		
15.1.1	KIT CAVALETE PVC COM REGISTRO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1
15.2	REDE DE AGUA FRIA -TUBOS E CONEXOES DE PVC SOLDÁVEL		
15.2.1	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	30,00
15.2.2	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 50MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E	M	18,00

	INSTALACAO		
15.2.3	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 60MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	42,00
15.2.4	TE DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.2.5	TE DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.2.6	TE DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 60MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	10,00
15.2.7	TE REDUCAO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 50X25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.2.8	TE PVC SOLDAVEL COM ROSCA METALICA AGUA FRIA 25MMX25MMX1/2" - FORNECIM ENTO E INSTALACAO	UN	10,00
15.2.9	JOELHO PVC SOLDAVEL 90° AGUA FRIA 25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	21,00
15.2.10	JOELHO PVC SOLDAVEL 90° AGUA FRIA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.2.11	JOELHO PVC SOLDAVEL 90° AGUA FRIA 60MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.2.12	JOELHO PVC SOLDAVEL COM ROSCA 90° AGUA FRIA 25MMX1/2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	12,00
15.2.13	REDUCAO DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 60X25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.2.14	REDUCAO DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 60X50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	9,00
15.2.15	TUBO PARA VALVULA DE DESCARGA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	7,00
15.3	REDE DE AGUA FRIA - REGISTROS E VALVULAS		
15.3.1	VALVULA DESCARGA 1.1/2" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.3.2	VALVULA DESCARGA 1.1/4" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO COM ACIONAMENTO TIPO ALAVANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.3.3	REGISTRO PRESSAO 3/4" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.3.4	REGISTRO GAVETA 1.1/2" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00

15.3.5	REGISTRO GAVETA 3/4" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.3.6	REGISTRO GAVETA 2" BRUTO LATAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.4	REDE DE AGUA FRIA - EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS		
15.4.1	RESERV. DE FIBROC. CAP=500L SOBRE ESTRUT. DE MADEIRA	UN	1,00
15.4.2	TORNEIRA DE BOIA VAZAO TOTAL 3/4 COM BALAO PLASTICO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.4.3	ADAPTADOR PVC SOLDABEL COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'AGUA 60MMX2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.4.4	ADAPTADOR PVC SOLDABEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'AGUA 25MMX3/4" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.5	REDE DE ESGOTO - TUBOS E CONEXÕES DE PVC BRANCO		
15.5.1	TUBO PVC PARA ESGOTO PREDIAL DN 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	18,00
15.5.2	TUBO PVC ESGOTO SERIE R DN 150MM C/ ANEL DE BORRACHA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	73,00
15.5.3	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXOES, PONTA E BOLSA SOLDABEL 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	12,00
15.5.4	TUBO DE PVC BRANCO, SEM CONEXOES, PONTA, BOLSA E VIROLA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	40,00
15.5.5	TE SANITARIO 100X100MM, JUNTA SOLDADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.5.6	TE SANITARIO 50X50MM, JUNTA SOLDADA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	9,00
15.5.7	TE SANITARIO 100X50MM, COM ANÉIS - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
15.5.8	JOELHO PVC 90° ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	7,00
15.5.9	JOELHO PVC 45° ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.5.10	JOELHO PVC 90° ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	25,00
15.5.11	JOELHO PVC 45° ESGOTO 40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	7,00
15.5.12	JOELHO PVC 90° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	23,00
15.5.13	JOELHO PVC 45° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO	UN	3,00

	E INSTALACAO		
15.5.14	JUNCAO PVC ESGOTO 40X40MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.5.15	JUNCAO PVC ESGOTO 50X50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.5.16	LUVA PVC ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	23,00
15.5.17	LUVA PVC ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	27,00
15.6	REDE DE ESGOTO - CAIXAS		
15.6.1	CAIXA DE INSPECAO EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÃO 60X60X60CM, REVESTIDA INTERNAMENTO COM BARRA LISA (CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:4) E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA TIPO C - ESCAVACAO E CONFECCAO	UN	9,00
15.6.2	CAIXA DE GORDURA SIMPLES EM CONCRETO PRE-MOLDADO DN 40MM COM TAMPA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.6.3	CAIXA SIFONADA PVC 150X150X50MM COM GRELHA REDONDA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
15.7	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS - RUFOS, CALHAS E CONDUTORES		
15.7.1	CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 50CM	M	97,00
15.7.2	RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 33CM	M	153,00
15.8	REDE DE INCÊNDIO - EQUIPAMENTOS		
15.8.1	EXTINTOR INCENDIO TP PO QUIMICO 4KG FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	3
15.8.2	LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMPLETA PARA EMERGENCIA DE 15W	UN	3
15.9	APARELHOS E METAIS		
15.9.1	VASO SANITARIO SIFONADO LOUÇA COR PADRAO MEDIO, COM ADAPTADOR E CONJUNTO PARA FIXAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO COM PARAFUSO, ARRUELA E BUCHA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	7,00
15.9.2	LAVATORIO LOUCA BR MEDIO LUXO C/LADRAO MED 55X45, C/COLUNA INCL ACESSORIOS DE FIXACAO.FERRAGENS EM METAL CROMADO SIFAO 1680 DE 1"X1.1/4" C/ VALVULA DE ESCOAMENTO 1603 RABICHO EM PVC. FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	9,00

15.9.3	LAVATORIO LOUCA BRANCA SUSPENSO 29,5 X 39,0CM, PADRAO MEDIO, COM SIFAO CROMADO 1 1/4", VALVULA EM PLASTICO CROMADO 1" E CONJUNTO PARA FIXACAO- FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.9.4	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMATICO , PADRÃO MEDIO, COM ENGATE FLEXIVEL CROMADO 1/2"X30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	9,00
15.9.5	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMATICO TIPO ALAVANCA PARA DEFICIENTES FISICOS, PADRÃO MEDIO, COM ENGATE FLEXIVEL CROMADO 1/2"X30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
15.9.6	TORNEIRA CROMADA LONGA 1/2" OU 3/4" DE PAREDE PARA PIA, PADRAO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.9.7	MICTORIO SIFONADO DE LOUCA BRANCA COM PERTENCES, COM VALVULA DE DESCARGA 3/4" COM ACIONAMENTO HIDROMECHANICO E FECHAMENTO AUTOMÁTICO CROMADO E ACABAMENTO SIMPLES E CONJUNTO PARA FIXACAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.9.8	PIA ACO INOXIDAVEL 200X60CM COM 2 CUBAS - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3,00
15.9.9	VALVULA EM METAL CROMADO 3.1/2"X1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.9.10	SIFAO EM METAL CROMADO 1.1/2"X2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
15.9.11	TANQUE LOUCA BRANCO SEM COLUNA, COMPLETO INCLUSIVE TORNEIRA METALICA	H	2,00
<b>16 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>			
<b>16.1 ENTRADA EM BAIXA TENSÃO</b>			
16.1.1	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA MONOFÁSICA 50A COM POSTE DE CONCRETO , INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR E ATERRAMENTO.	UN	1
<b>16.2 REDE DE BAIXA TENSÃO - QUADROS E CAIXAS</b>			
16.2.1	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, COM PORTA, PARA 32 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, SEM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO,	UN	1,00



	FORNECIMENTO E INSTALACAO		
16.2.2	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, COM PORTA, PARA 40 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
16.3	REDE DE BAIXA TENSÃO - BASES, CHAVES E DISJUNTORES		
16.3.1	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	13,00
16.3.2	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	11,00
16.3.3	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 60 A 100A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
16.4	REDE DE BAIXA TENSÃO - FIOS, CABOS E ELETRODUTOS		
16.4.1	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 1,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	1.050,00
16.4.2	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 2,5 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	878,00
16.4.3	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 4 MM2 FORNECIMETO E INSTALACAO	M	100,00
16.4.4	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 6 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	50,00
16.4.5	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RESISTENTE A CHAMA 450/750 V 16 MM2 FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	745,00
16.4.6	ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO 25 MM FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	474,25
16.4.7	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 50MM (2"), FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	196,00
16.5	TOMADAS E INTERRUPTORES		
16.5.1	PONTO INTERRUPTOR SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	16,00
16.5.2	PONTO INTERRUPTOR DUPLO SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	7,00

16.5.3	PONTO INTERRUPTOR TRIPLO SIMPLES COM ELETRODUTO PVC 3/4" E CAIXA 4X2"	PT	1,00
16.5.4	PONTO INTERRUPTOR THREE-WAY COM ELETRODUTO PVC 3/4" E CAIXA 4X2"	PT	2,00
16.5.5	PONTO DE TOMADA (CAIXA, ELETRODUTO, FIOS E TOMADA)	UN	61,00
16.5.6	PONTO DE TOMADA PARA AR CONDICIONADO (CAIXA, ELETRODUTO, FIOS E TOMADA)	UN	11,00
16.5.7	PONTO INTERRUPTOR SIMPLES/TOMADA COM ELETRODUTO PVC 1/2" E CAIXA 4X2"	PT	1,00
16.6	ILUMINÁRIAS INTERNAS		
16.6.2	LUMINARIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM REATOR DE PARTIDA RAPIDA E LAMPADA FLUORESCENTE 2X40W, COMPLETA, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	107,00
16.6.3	PONTO LUZ PAREDE (ARANDELA) ELETRODUTO PVC 3/4"	PT	4,00
16.6.4	LUMINARIA TIPO SPOT PARA 1 LAMPADA INCANDESCENTE/FLUORESCENTE COMPACTA	UN	8,00
16.7	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)		
16.7.1	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL 25MM (1"), FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	13,00
16.7.2	CABO DE COBRE NU 35 MM2	M	401,00
16.7.3	CABO DE COBRE NU 50 MM2	M	110,00
16.7.4	HASTE COPPERWELD 5/8 X 3,0M COM CONECTOR	UN	66,00
16.7.5	TERMINAL AEREO (Ø3/15 "X 600MM) REF.: TEL-057 OU PRT-156A	UN	54,00
16.7.6	SUPORTE DE GUIA SIMPLES (20CM) REF.: TEL-240 / PRT-201 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	91,00
16.7.7	SUPORTE DE GUIA PARA QUINA (90° COM 20CM) REF.: TEL-290 / PRT-217 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4,00
16.7.8	CAIXA PARA MEDIÇÃO DE ATERRAMENTO, REF.: PRT-541 / TEL-960 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4,00
16.7.9	CONECTOR PARA MEDIÇÃO DE ATERRAMENTO, REF.: TEL-560 / PRT-903 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4,00
16.7.10	CAIXA DE INSPÇÃO DE ATERREMENTO Ø300 X 250MM COM TAMPA, REF.: PRT-957 / TEL-550 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4,00
16.7.11	SOLDA EXOTÉRMICA #50MM²	UN	4,00
16.8	CABEAMENTO ESTRUTURADO		

16.8.1	CABO UTP MULT-LAN 24 AWG 4 PARES CATEGORIA 5E - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	394,00
16.8.2	TOMADA RJ-45 FEMEA, CATEGORIA 5, TERMINAIS DE CONEXÃO EM BRONZE FOSFOROSO ESTANHADO PARA MONTAGEM EM CAIXA DE LIGAÇÃO	UN	32,00
16.8.3	ESPELHO PLÁSTICO - 4"X2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	32,00
16.8.4	TOMADA RJ-45 FEMEA, CATEGORIA 5, TERMINAIS DE CONEXÃO EM BRONZE FOSFOROSO ESTANHADO PARA MONTAGEM EM CAIXA DE LIGAÇÃO	UN	32,00
16.8.5	PERFILADO PERFURADO EM CHAPA DE AÇO COM TAMPA E GANCHOS, DIMENSÕES 38MM X 38MM	M	14,00
16.8.6	RACK 19" - 16U - MINI (PARA FIXAÇÃO EM PAREDE), FECHADO, PROFUNDIDADE MINIMA 500MM, EM CHAPA DE AÇO 1,5MM DE ESPESSURA, PINTURA EPÓXI TEXTURIZADA, COM PORTA FRONTAL DE ACRÍLICO EM ARMAÇÃO DE AÇO, FECHADURA ESCAMOTEÁVEL E CHAVE, BASE SOLEIRA EM CHAPA DE AÇO COM 2MM DE ESPESSURA, ABERTURA TRASEIRA, LATERAIS E FUNDOS COM ALETAS DE VENTILAÇÃO E FECHO RÁPIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	14,00
16.8.7	RACK 19" - 12U - MINI (PARA FIXAÇÃO EM PAREDE), FECHADO, PROFUNDIDADE MINIMA 500MM, EM CHAPA DE AÇO 1,5MM DE ESPESSURA, PINTURA EPÓXI TEXTURIZADA, COM PORTA FRONTAL DE ACRÍLICO EM ARMAÇÃO DE AÇO, FECHADURA ESCAMOTEÁVEL E CHAVE, BASE SOLEIRA EM CHAPA DE AÇO COM 2MM DE ESPESSURA, ABERTURA TRASEIRA, LATERAIS E FUNDOS COM ALETAS DE VENTILAÇÃO E FECHO RÁPIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	14,00
16.8.8	SWITCH 24 PORTAS, 127/220V, ETHERNET 10BASE- T, 100BASE-T, 1000BASE-T, COMUNICAÇÃO HALF- DUPLEX FULL-DUPLEX, COM AUTO-SENSOR POR DISPOSITIVO, AUTO NEGOCIAÇÃO, INTERRUPTOR MDI / MDI-X, CONTROLE DE FLUXO COM PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO E CAPACIDADE DE CHAVEAMENTO DE 4GBPS OU MAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	0,00

16.8.9	PATCH PANEL 24 PORTAS - 1U, CATEGORIA 6, EM TERMOPLÁSTICO NÃO PROPAGANTE À CHAMA, PAINEL FRONTAL COM PORTA ETIQUETAS PARA IDENTIFICAÇÃO, TERMINAIS DE CONEXÃO EM BRONZE FORSFOROSO ETANHADO, PADRÃO 110 IDC PARA CONDUTORES DE 22 A 26 AWG, PINAGEM T568A / B, ORGANIZADOR TRASEIRO DE CABO, PARAFUSOS E ARRUELAS PARA FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00
16.8.10	VOICE PANEL 50 PORTAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00
16.8.11	PATCH CORD COMPOSTO DE CABO UTP CATEGORIA 5E, DE COMPRIMENTO 1,5M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00
16.8.12	CABO TELEFONICO 12 PARES- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	50,00
16.8.12	GUIA FRONTAL DE CABOS (HORIZONTAL) 1U COM TAMPA CLICK (TRAVA RÁPIDA), EM ABS, HIGH DENSITY - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00
<b>17</b>	<b>PINTURA</b>		
17.1	PINTURA DE FORROS E PAREDES INTERNAS		
17.1.1	PINTURA LATEX ACRILICA AMBIENTES INTERNOS/EXTERNOS, DUAS DEMAOS	M2	1.750,92
17.2	PINTURA EM ESQUADRIAS DE MADEIRA		
17.2.1	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMAOS	M2	61,91
17.3	PINTURA EM ESQUADRIAS METÁLICAS		
17.3.1	PINTURA EM ESMALTE SINTETICO EM PECAS METALICAS UTILIZANDO REVOLVER/COMPRESSOR, DUAS DEMAOS, INCLUSO UMA DEMAIO FUNDO OXIDO DE FERRO/ZARCAO	M2	47,40
<b>18</b>	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS</b>		
18.3	LIMPEZA FINAL		
18.3.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	628,11

## ANEXO XI

### PARECER DA COMISSÃO TÉCNICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MINISTÉRIO PÚBLICO A RESPEITO DO CORTE DE ÁRVORES, EM ÁREAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL



**P O D E R   J U D I C I Á R I O**

Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel

Av. Tancredo Neves, nº 2320 - Fone: (0xx45) 228-2993

Bairro Alto Alegre - CEP: 85.804-260

ESTADO DO PARANÁ

EDI RONALD ALTHEIA

Escrivão

**MANDADO**

**JUSTIÇA GRATUITA**

A DOUTORA SANDRA REGINA B SIMOES, JUÍZA DE DIREITO DESIGNADA DA 2ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE CASCAVEL ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

Manda aos Oficiais de Justiça deste Juízo que, à vista deste, indo devidamente assinado, extraído dos autos sob nº 000964/2004, de AÇÃO CIVIL PÚBLICA, em que MINISTÉRIO PÚBLICO move contra MUNICÍPIO DE CASCAVEL, dirijam-se nesta Comarca e, sendo aí procedam as diligências abaixo, determinados pelo despacho de fls. 130/132, cujo teor é o seguinte:

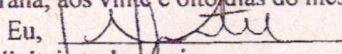
"...Assim, a fim de evitar novos prejuízos à comunidade, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela a fim de determinar que o município se abstenha de determinar ou qualquer maneira, autoriza o abate de árvores em quantidade significativa, em área urbana, num mesmo logradouro público, sem antes apresentar projeto específico, demonstrando a necessidade do ato e a reposição das espécies retiradas tudo com consulta prévia ao Conselho Municipal de Meio Ambiente. Intime-se da presente decisão. Designo audiência de conciliação (CPC, art. 331), para o dia 06/12/05, às 16:00 horas... Cvel., 28.06.05. (a.) Sandra Regina B. Simões Juíza de Direito Designada."

**DILIGÊNCIAS:** Proceda-se a **INTIMAÇÃO** do requerido

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal, com sede à Rua Paraná, 5.000, centro, nesta cidade, dos termos do r. despacho de fls. 130/132, cuja cópia do mesmo segue anexo, bem como para que se abstenha de determinar ou qualquer outra maneira, autorizar o abate de árvores em quantidade significativa, em área urbana, num mesmo logradouro público, sem antes apresentar projeto específico, demonstrando a necessidade do ato e reposição das espécies retiradas, tudo com consulta prévia ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, ainda, para comparecer perante este Juízo e Cartório da 2ª Vara Cível, em data de 06/12/2005 às 16:00 horas, em audiência de conciliação. Por todo conteúdo do presente e despacho acima transcrito.

Dr. ANGELO MAZZUCCHI SANTANA FERREIRA

A cópia anexa faz parte integrante do presente mandado, servindo a outra d contra fé CUMpra-SE, na forma e sob as penas da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca d Cascavel, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco.

Eu,  (Edi Ronald Altheia) ESCRIVÃO do Cível Comércio e Anexos, o digitei e subscrevi.

  
Maria Lucia Segateli  
Edi Ronald Altheia Emp. Juramentada  
ESCRIVÃO

SUBSCRIÇÃO AUTORIZADA PELA

Portaria nº 01/83  
(Art. 225, VII, CPC)

mls



Estado do Paraná

**Prefeitura Municipal de Cascavel**

**Comunicação Interna**

<b>C.I. N.º</b> 300/2005	<b>DATA</b> 19 / 07 / 2005
<b>EMISSOR:</b> PROJUR - DRA. REGINA MUGNOL	
<b>RECEPTOR:</b> SEMA	
<b>Assunto:</b> INFORMAÇÕES S/AÇÃO JUDICIAL	

Segue em anexo cópia do mandado judicial expedido pela 2ª. vara cível da Comarca de Cascavel, que deferiu a liminar para intimar o Município de Cascavel a se abster de determinar ou qualquer outra maneira, autorizar o abate de árvores em quantidade significativa em área urbano, num mesmo logradouro publico sem antes apresentar projeto específico demonstrando a necessidade do ato e reposição das espécies retiradas tudo com consulta previa ao Conselho Municipal de Meio Ambiente. (cópias em anexo)

Dra. Regina Maria Tonni Mugnol  
DAS/PR 12.044 B  
Adm. Juris - PROJUR





## CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM

Rua Castro Alves, 3201 Bairro: Cancelli Cascavel – PR Cep: 85810-100

### PARECER DA COMISSÃO TÉCNICA DO COMAM

A Comissão Técnica Especial indicada dia 27/04/2006, pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cascavel, para manifestar uma forma de facilitar o entendimento ao termo “Abate Significativo” de árvores sem consulta ao COMAM. Fato que levou ao impasse na Ação Civil Pública (964/04) que o Ministério Público Estadual está movendo contra o Município de Cascavel originada pelo abate de árvores realizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente no dia 17 de março de 2004, na Avenida Brasil e Travessa Padre Champagnat. Assim, à Comissão Especial, reunida chegou ao seguinte consenso como medida provisória para evitar mais desastres ambientais e transtornos na execução de atividades serviços que envolvam arborização ou corte de árvores urbanas em Cascavel, faz a seguinte consideração:

**-Para que sejam garantidos os direitos Sócio-Ambientais os representantes recomendam como regra transitória para resolver o impasse: sempre que se faz necessário o corte ou abate de árvores poderá ser feito de 50% obedecendo o módulo do segmento das quadras quando nas calçadas, e na unidade de canteiros contíguos quando no canteiro central de avenidas, devendo ser considerados os termos equidade e harmonia de espécies e paisagem no espaço do empreendimento para o que não se enquadre no Artigo 11 da Lei 3.350/2001, que rege as autorizações para cortes ou abates de árvores urbanas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mediante vistoria e assinatura do técnico Habilitado.** A Comissão Especial do COMAM, reconhece a problemática, reportando-se a história cultural da população que iniciou a urbanização de Cascavel com o Desmatamento. Fato que tornou a população materialista e insensíveis e, sem o conhecimento suficiente para ver e à árvore como ser vivo. A falta de Educação Ambiental em Cascavel não permite às pessoas a valorizarem a árvore para a manutenção de sua própria vida, muito menos, saber reconhecer a importância da árvore; para o clima, para o homem, para o solo e para a água. Representantes indicados presentes e convidados especiais:

Clara Venilda Melchior Bordignon/UNIOESTE

Celso Rodrigues Almeida/Emater

Jussara Hickson- IAP/Cascavel

Célio Claret da Silva /ADEA

Karen Marca / SEMAB

Luis Eduardo Silveira Delgado/CRMV – Convidado.

Adenir L. M. Mori / SEMAB

## ANEXO XII

### PROTOCOLOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

## FRENTE DOS PROTOCOLOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

 sistema integrado de documentos	Comprovante de Protocolo	 sistema integrado de documentos	Comprovante de Protocolo
<p>SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS IAP/ERCAS NUM. 07.959.915-8 DATA- 23 ABR 2012 HORA- </p>	<p>INFORMAÇÕES: DISQUE - PROTOCOLO - (41) 3313-6080 www.pr.gov.br</p>	<p>SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS IAP/ERCAS NUM. 07.959.914-0 DATA- 23 ABR 2012 HORA- </p>	<p>INFORMAÇÕES: DISQUE - PROTOCOLO - (41) 3313-6080 www.pr.gov.br</p>
<p>SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS IAP/ERCAS NUM. 07.959.916-6 DATA- 23 ABR 2012 HORA- </p>	<p>INFORMAÇÕES: DISQUE - PROTOCOLO - (41) 3313-6080 www.pr.gov.br</p>	<p>SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS IAP/ERCAS NUM. 07.959.917-4 DATA- 23 ABR 2012 HORA- </p>	<p>INFORMAÇÕES: DISQUE - PROTOCOLO - (41) 3313-6080 www.pr.gov.br</p>
<p>SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS IAP/ERCAS NUM. 07.959.918-2 DATA- 23 ABR 2012 HORA- </p>	<p>INFORMAÇÕES: DISQUE - PROTOCOLO - (41) 3313-6080 www.pr.gov.br</p>	<p>SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS IAP/ERCAS NUM. 07.920.127-8 DATA- 1 ABR 2012 HORA- </p>	<p>INFORMAÇÕES: DISQUE - PROTOCOLO - (41) 3313-6080 www.pr.gov.br</p>



O andamento dos protocolos de licenciamento ambiental pode ser acompanhado no site [www.iap.pr.gov.br/](http://www.iap.pr.gov.br/), ícone "consulta protocolo".



## VERSO DOS PROTOCOLOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

<i>Município de Cascavel DLAE Implantação de Coletores Exclusivos para Transporte Celular</i>	<i>Município de Cascavel DLAE Implantação do Centro de Urbanização no Bairro Morumbi</i>
<i>Município de Cascavel DLAE Urbanização de Coletores</i>	<i>Município de Cascavel DLAE Implantação de Coletores Prédios Públicos</i>
<i>Município de Cascavel DLAE Implantação de Coletores no Bairro Kennedy - Recife</i>	<i>Implantação Parque Linear Bairro Morumbi</i>

### PROTOCOLO IAP – RUA VISCONDE DE GUARAPUAVA

	<b>sistema integrado de documentos</b>	<b>Comprovante de Protocolo</b>
	<p>SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS IAP/ERCAS NUM. 07.979.514-3 DATA- 13 AGO 2012 HORA- </p>	
<p>INFORMAÇÕES: DISQUE - PROTOCOLO - (41) 3313-6080 www.pr.gov.br</p>		

### PROTOCOLO IAP – RUA JOSÉ DE SÁ CAVALCANTI

	<b>sistema integrado de documentos</b>	<b>Comprovante de Protocolo</b>
	<p>SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS IAP/ERCAS NUM. 07.959.951-4 DATA- 02 MAI 2012 HORA- </p>	
<p>INFORMAÇÕES: DISQUE - PROTOCOLO - (41) 3313-6080 www.pr.gov.br</p>		



### PROTOCOLO IAP – RUA JEQUITIBÁ

	<b>sistema integrado de documentos</b>	<b>Comprovante de Protocolo</b>
	<p>SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS IAP/ERCAS NUM. 07.959.953-0 DATA- 02 MAI 2012 HORA- </p>	
<p>INFORMAÇÕES: DISQUE - PROTOCOLO - (41) 3313-6080 www.pr.gov.br</p>		





## ANEXO XIII

### AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE CANCELLI/COUNTRY (CONTRAPARTIDA)

 Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos		 Instituto Ambiental do Paraná Diretoria de Controle de Recursos Ambientais		<b>Autorização Ambiental</b> Nº 33536 Validade 20/01/2013 Protocolo 78512440	
<b>01 CONTROLE</b>					
Autorização nº 33536		Validade 12 Meses		Protocolo SPI de origem 78512440	
Autorização Ambiental para Atividade de: <b>IMPLANTAÇÃO DO PARQUE VITÓRIA</b>					
O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o número anteriormente citado, expede a presente Autorização a:					
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>					
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física					
<b>MUNICÍPIO DE CASCAVEL</b>					
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 76208867000107			Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física ISENTO		
Ramo de Atividade - P. J. / Profissão - P. F. <b>OBRAS PÚBLICAS</b>					
Endereço RUA PARANA Nº 5000				Bairro CENTRO	
Município Cascavel		UF PR	Cep 85810100	Telefone 4539021383	
<b>03 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>					
Empreendimento <b>MUNICÍPIO DE CASCAVEL</b>					
Endereço rua Manaus entre rua Di Cavalcanti e Castro Alves (Parque Vitoria)				Bairro Cancelli	
Município Cascavel		UF PR	Cep 85810100		
<b>04 DETALHAMENTO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL</b>					
Corpo Hídrico do Entorno Rio Iguaçu		Bacia Hidrográfica Iguaçu			
Destino do Esgoto Sanitário		Destino do Efluente Líquido			
Rede de Esgoto		Rede de Esgoto			
Detalhar o teor da autorização, premissas e condicionantes de sua concessão  Frente a descrição ,na qual foram analisados as características do empreendimento e da atividade apresentada pelo interessado, sob os aspectos relacionados ao controle de erosão,decorrentes de eventuais geração material particulado, efluente líquido, resíduos sólidos, com necessidade de tratamento específico anteriormente ao seu descarte no meio ambiente,com base na Resolução CONAMA nº237/97, Resolução CEMA 065/08, aprovando sua localização e concepção ,bem como atesta sua viabilidade ambiental e estabelece abaixo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos: 1. Havendo necessidade de intervenção no curso hídrico deverá ter outorga/anuência do Instituto das Águas . 2. Em caso de se pretender utilizar corpo hídrico (nascentes) para consumo humano, deverá ser programado monitoramento da qualidade da água. 3. Efetuar rigoroso controle de erosão na implantação dos equipamentos propostos. 4. Deverá ser requerido em procedimento específico -RAF para o licenciamento de corte de vegetação. 5. Deverá ser efetuado controle de poluição urbana no empreendimento, tais como, coleta seletiva, pontos de entrega voluntário de material reciclado,etc. 6. Dar ênfase a programas de educação ambiental , identificação das espécies nativas nas trilhas, monitores ambientais,etc. 7. Durante a execução das obras deverão ser mantidas as características hidrológicas e físico químicas e biológicas do corpo hídrico - Rio das Antas. 8. Efetuar controle de espécies exóticas invasoras na Unidade de Conservação - modalidade Parque 9. As ampliações ou modificações nos processos de produção ou volumes, ou alteração de projetos ora licenciado, de conformidade com o estabelecido na Resolução 065/08 Cema , deverão ser objeto de novo licenciamento.					



 <b>Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b>	 <b>IAP</b> INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Autorização Ambiental</b> Nº 33536 Validade 20/01/2013 Protocolo 78512440
---	--	---

biental.

10. O não cumprimento à Legislação Ambiental vigente, sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei de Crimes Ambientais, Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelos Decretos Federais nº 6514/08 e 6686/08.

11. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79.

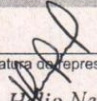
12. É de inteira responsabilidade do Engenheiro Projetista e do contratante a perfeita implantação, operacionalização e manutenção do Projeto apresentado.

Prazo : 12 meses

**05 AUTENTICAÇÃO PELO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ**

Local e data  
Cascavel, 20 de janeiro de 2012

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.



Carimbo e assinatura do representante do IAP  
  
**Helio Nethson**  
CPF 588.955.909-53 - RG 3.800.929-0  
CHEFE DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL  
INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP



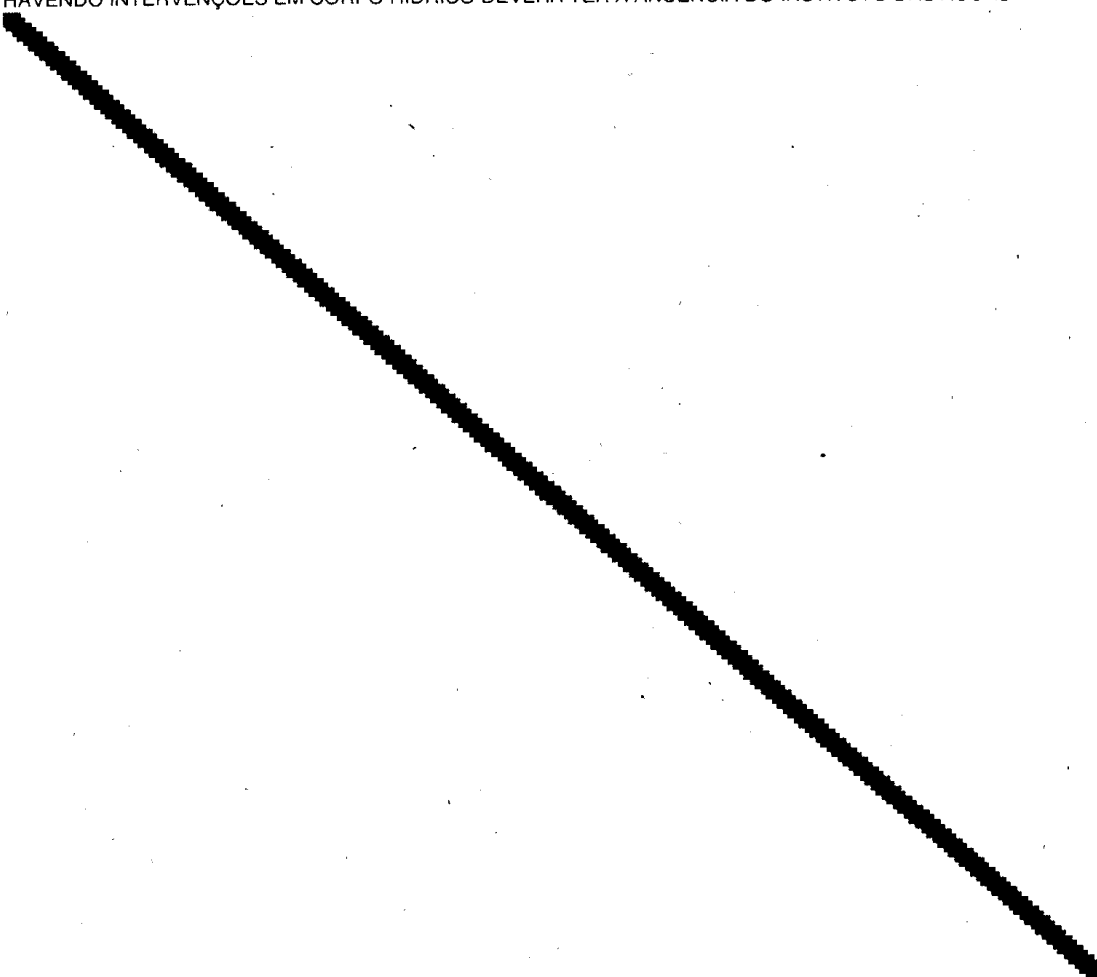
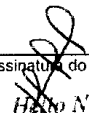
Impressa: 20/01/2012 15:33:13

Página: 2 de 2

## ANEXO XIV

### AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE MORUMBI



 <b>Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b>		 <b>IAP</b> INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ Instituto Ambiental do Paraná Diretoria de Controle de Recursos Ambientais		<b>Autorização Ambiental</b> Nº 34460 Validade 14/05/2013 Protocolo 79201278	
<b>01 CONTROLE</b>		Validade		Protocolo SPI de origem	
Autorização nº 34460		12 Meses		79201278	
Autorização Ambiental para Atividade de: <b>IMPLANTAÇÃO DE PARQUE LINEAR</b>					
O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o número anteriormente citado, expede a presente Autorização a:					
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>					
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física					
<b>MUNICÍPIO DE CASCAVEL</b>					
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física			Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física		
76208867000107			ISENTO		
Ramo de Atividade - P. J. / Profissão - P. F.					
<b>OBRAS PÚBLICAS</b>					
Endereço				Bairro	
RUA PARANA Nº 5000				CENTRO	
Município		UF	Cep	Telefone	
Cascavel		PR	85810100	4539021383	
<b>03 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>					
Empreendimento					
<b>MUNICÍPIO DE CASCAVEL</b>					
Endereço				Bairro	
ENTRE A R.S.ROQUE ATÉ A MONTANTE DA AV CORBELIA - SANGA AMARILHADA				MORUMBI	
Município		UF	Cep		
Cascavel		PR	85810100		
<b>04 DETALHAMENTO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL</b>					
Corpo Hídrico do Entorno			Bacia Hidrográfica		
*****			Iguaçu		
Destino do Esgoto Sanitário			Destino do Efluente Líquido		
*****			*****		
Detalhar o teor da autorização, premissas e condicionantes de sua concessão A presente licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os artigos 8º, inciso II da Resolução CONAMA n.º 237/97 e Resolução CEMA 065/08, autoriza a instalação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observado, rigorosamente, o respectivo projeto de engenharia apresentado pelo requerente, sendo ônus da contratante e do projetista o perfeito funcionamento do sistema de tratamento de esgotos sanitários, reflorestamento e de controle de erosão. -Obedecer aos parâmetros do CONAMA- referente lançamento de água no corpo hídrico. -A PRESENTE AUTORIZAÇÃO TRATA-SE SOMENTE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR DO MORUMBI SOBRE ÁREAS DE DOMÍNIO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL ÁREAS PÚBLICAS, SENDO DE RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE A TITULARIDADE DOS IMÓVEIS. -IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE EXECUÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DE PROFISSIONAL HABILITADO - APRESENTAR LAUDO DO PROFISSIONAL HABILITADO REFERENTE A , COMPROVANDO A INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA OU TRATAMENTO ESGOTO SANITARIO, IMPLANTAÇÃO DO PARQUE E OUTRAS MEDIDAS PREVISTAS NOS PROJETOS. DEVE APRESENTAR LAUDO DE CONCLUSÃO DE OBRAS POR OCASIÃO DO TÉRMINO DA LICENÇA TANTO DO MEIO FÍSICO QUANTO DO BIOLÓGICO. -HAVENDO NECESSIDADE DO CORTE DE ÁRVORES HÁ NECESSIDADE DE SOLICITAÇÃO ESPECÍFICA PARA TAL. MEDIDAS A SEREM TOMADAS NA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR : - Preservar a vegetação e a camada superficial do solo evitando a terra nua ; -Evitar concentrações de água sem a devida proteção -Evitar execução de obras e movimentos de terra que possam desencadear erosão nos períodos de maior pluviosidade. -Somente realizar obras de terraplenagem e movimentos de solo simultaneamente com a implantação de sistemas de					

 Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 Instituto Ambiental do PARANÁ Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Autorização Ambiental</b> Nº 34460 <b>Validade</b> 14/05/2013 <b>Protocolo</b> 79201278
<p>drenagem e obras de contenção O não cumprimento a Legislação Ambiental vigente, sujeitara a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal n.º 9.605/98, regulamentada pelo Decreto n.º 6514/08 HAVENDO INTERVENÇÕES EM CORPO HIDRICO DEVERÁ TER A ANUÊNCIA DO INSTITUTO DAS ÁGUAS</p> <p></p>		
<p><b>05 AUTENTICAÇÃO PELO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ</b> Local e data Cascavel, 14 de maio de 2012</p>		
<p>O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.</p>	<p>Carimbo e assinatura do representante do IAP  CPF 588.958.800-53 - RG 3.870.029-0 CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LIC. E CASCAVEL INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP</p>	



## ANEXO XV

### DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS NOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS

 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL - DLAE -</b>	
1) Protocolo N.º:		07.959.917-4	N.º 93/2012- ERCAS
2) DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATIVIDADE DE: Implantação de Calçadas – Prédios Públicos			
O INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP, COM BASE NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E DEMAIS NORMAS PERTINENTES, E TENDO EM VISTA O CONTIDO NO EXPEDIENTE PROTOCOLADO SOB O NÚMERO ACIMA CITADO, EXPEDE A PRESENTE DECLARAÇÃO A:			
<b>IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE</b>			
3) RAZÃO SOCIAL (PESSOA JURÍDICA) OU NOME (PESSOA FÍSICA) MUNICÍPIO DE CASCAVEL			
4) CNPJ/MF ou CPF/MF 76.208.867/0001-07		5) INSCRIÇÃO ESTADUAL - PESSOA JURÍDICA OU R.G. - PESSOA FÍSICA. ISENTO	
6) ENDEREÇO COMPLETO RUA PARANÁ, N.º 5000		7) BAIRRO CENTRO	
8) MUNICÍPIO/UF CASCAVEL – PR		CEP 85.811-060	10) TELEFONE PARA CONTATO (45) 3223.6635
11) DETALHAMENTO DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL ❖ DETALHAR O TEOR DA DECLARAÇÃO, PREMISSAS E CONDICIONANTES PARA SUA CONCESSÃO; ❖ CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO, LOCALIZAÇÃO, ÁREA DO EMPREENDIMENTO, RURAL OU URBANA; A atividade pretendida e referenciada no protocolo n.º 07.959.917-4 – CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, em diversos pontos do perímetro urbano da cidade de Cascavel – PR, enquadra-se nos critérios para dispensa do Licenciamento Ambiental, nos termos do artigo 1º, § 15º da Resolução 051/09-SEMA publicado no DIOE em 28/10/09, consta que tal atividade é passível de dispensar da Licença de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE. Esta DLAE é concedida com base nas informações constantes no Cadastro Simplificado de Obras Diversas, apresentado pela empresa requerente e não dispensa, tão pouco substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza, a que eventualmente esteja sujeita a atividade, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal. Este parecer não atesta que o local e atividade são compatíveis, cabendo ao Município manifestar-se quando ao uso e ocupação do solo.			
❖ ESTA DECLARAÇÃO ESTÁ VINCULADA À EXATIDÃO DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELO INTERESSADO E NÃO EXIME O EMPREENDEDOR DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS ESTABELECIDAS EM DISPOSIÇÕES LEGAIS, REGULAMENTARES E EM NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS AO CASO E O SUJEITA À FISCALIZAÇÃO E ANULAÇÃO DA PRESENTE DECLARAÇÃO, CASO SEJAM CONSTATADAS IRREGULARIDADES, BEM COMO À AUTUAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS. ❖ O IAP PODERÁ, A QUALQUER MOMENTO, INVALIDÁ-LA CASO VERIFIQUE DISCORDÂNCIA ENTRE AS INFORMAÇÕES E AS CARACTERÍSTICAS REAIS DO EMPREENDIMENTO. ❖ CASO O EMPREENDIMENTO SE LOCALIZE EM MUNICÍPIO HABILITADO AO LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL, O EMPREENDEDOR DEVERÁ DIRIGIR-SE AO MUNICÍPIO PARA REGULARIZAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL.			
<b>AUTENTICAÇÃO PELO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ</b>			
12) VALIDADE DA DLAE 6 ANOS		13) LOCAL E DATA CASCAVEL, 17 DE MAIO DE 2012.	
14) Nesta data, o requerente acima qualificado não consta como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.		15) CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO IAP  CPF 586.956.809-53 - RG 3.000.829-0 CHEFE DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE CASCAVEL INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP	

## ANEXO XVI

### DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL IMPLANTAÇÃO DE CANALETAS EXCLUSIVAS PARA O TRANSPORTE COLETIVO



 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL - DLAE -</b>		
		1) Protocolo N.º:	07.959.915-8	Nº 94/2012- ERCAS
2) DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATIVIDADE DE: Implantação de Canaletas Exclusivas para Transporte Coletivo				
O INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP, COM BASE NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E DEMAIS NORMAS PERTINENTES, E TENDO EM VISTA O CONTIDO NO EXPEDIENTE PROTOCOLADO SOB O NÚMERO ACIMA CITADO, EXPEDE A PRESENTE DECLARAÇÃO A:				
<b>IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE</b>				
3) RAZÃO SOCIAL (PESSOA JURÍDICA) OU NOME (PESSOA FÍSICA)				
MUNICÍPIO DE CASCAVEL				
4) CNPJ/MF ou CPF/MF 76.208.867/0001-07			5) INSCRIÇÃO ESTADUAL - PESSOA JURÍDICA OU R.G. - PESSOA FÍSICA. ISENTO	
6) ENDEREÇO COMPLETO RUA PARANÁ, Nº 5000			7) BAIRRO CENTRO	
8) MUNICÍPIO/UF CASCAVEL - PR			CEP 85.811-060	10) TELEFONE PARA CONTATO (45) 3223.6635
<b>11) DETALHAMENTO DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL</b>				
❖ DETALHAR O TEOR DA DECLARAÇÃO, PREMISSAS E CONDICIONANTES PARA SUA CONCESSÃO; ❖ CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO, LOCALIZAÇÃO, ÁREA DO EMPREENDIMENTO, RURAL OU URBANA;				
A atividade pretendida e referenciada no protocolo nº 07.959.915-8 - <b>CONSTRUÇÃO DE CANALETAS</b> , construção de canaletas exclusivas para transporte coletivo em diversos pontos do perímetros urbano da cidade de Cascavel - PR, enquadra-se nos critérios para dispensa do Licenciamento Ambiental, nos termos do artigo 1º, § 15º da Resolução 051/09-SEMA publicado no DIOE em 28/10/09, consta que tal atividade é passível de dispensar da Licença de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE.				
Esta DLAE é concedida com base nas informações constantes no Cadastro Simplificado de Obras Diversas, apresentado pela empresa requerente e não dispensa, tão pouco substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza, á que eventualmente esteja sujeita a atividade, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.				
Este parecer não atesta que o local e atividade são compatíveis, cabendo ao Município manifestar-se quando ao uso e ocupação do solo.				
❖ ESTA DECLARAÇÃO ESTÁ VINCULADA À EXATIDÃO DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELO INTERESSADO E NÃO EXIME O EMPREENDEDOR DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS ESTABELECIDAS EM DISPOSIÇÕES LEGAIS, REGULAMENTARES E EM NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS AO CASO E O SUJEITA À FISCALIZAÇÃO E ANULAÇÃO DA PRESENTE DECLARAÇÃO, CASO SEJAM CONSTATADAS IRREGULARIDADES, BEM COMO À AUTUAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS.				
❖ O IAP PODERÁ, A QUALQUER MOMENTO, INVALIDÁ-LA CASO VERIFIQUE DISCORDÂNCIA ENTRE AS INFORMAÇÕES E AS CARACTERÍSTICAS REAIS DO EMPREENDIMENTO.				
❖ CASO O EMPREENDIMENTO SE LOCALIZE EM MUNICÍPIO HABILITADO AO LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL, O EMPREENDEDOR DEVERÁ DIRIGIR-SE AO MUNICÍPIO PARA REGULARIZAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL.				
<b>AUTENTICAÇÃO PELO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ</b>				
<b>12) VALIDADE DA DLAE</b> 6 ANOS		<b>13) LOCAL E DATA</b> CASCAVEL, 17 DE MAIO DE 2012		
<b>14) Nesta data, o requerente acima qualificado não consta como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.</b>		<b>15) CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO IAP</b>  CPF 588.955.809-53 - RG 3.800.929-0 CHEFE DO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP		

## **ANEXO XVII**

### **ATA DA REUNIÃO E REGISTRO FOTOGRÁFICO DA APRESENTAÇÃO DO PDI NO CONSELHO DE PLANEJAMENTO DE CASCAVEL E DO RAA NO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**Ata Cinquenta: Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Planejamento.** No dia treze de abril de dois mil e doze, às oito horas e cinquenta minutos reuniu-se em segunda chamada na sala de reuniões no terceiro piso do Paço Municipal de Cascavel, os conselheiros do Conselho Municipal de Planejamento. Estavam presentes: Keila Kochem (SEMAB); Hellen Harumi Suzumura (SEAJUR); Welton de Farias Fogaça (SEAJUR); Roberto Luiz de Carli (SEPLAN); Adir Santos Tormes (SEPLAN); Sadi Kosé Kisiel (SEMUC); Ana Lucia Simão (SEMUC); Maria Lucia Scussiatto (APPIS); Herta Eloá Risse (DISTRITO); Maria Dolla (ADEFICA); Alci Lucio Rotta Junior (ACIC); Suzely Soares (AEAC); Caroline Scheffer Nogueira (FAG); Marisa Aparecida Rohde SENGE; Rejane Barbosa (SEPLAN); e como convidados estavam presentes Marcelo Coelho Silva (SEAJUR); Rosangela M. Sachet Dias (Seplan); Caroline Vargas (SEPLAN); Elizangela Rezende (SEPLAN); Juliana B. Wagner (SEPLAN); Fabricio Pamplona Ramão (SEPLAN); Pablo R.S. Lazarini (SEPLAN); Gerson Maggi (SEPLAN); Sabrina Brighenti (SEPLAN); Fabiane Ceni (SEPLAN); Enji Roberto Nagasawa (SEPLAN); Celia R.M. Fontes (SEPLAN); Mônia Cassol (SEPLAN); Maritânia Frare (SEPLAN); Debora C.G. de Camargo (SEPLAN) e Ronald Peixoto Drabik. A conselheira Rosana T. Paulmichl dos Passos justificou sua falta por e-mail.. O presidente do Conselho iniciou a reunião dizendo que foi aprovado na Câmara Municipal de Cascavel o projeto de unificação dos Conselhos Municipais de Planejamento e de Habitação e que não pode estar presente pois no mesmo dia aconteceu a reunião do Paraná Cidade onde foi conversado sobre a capacitação dos conselheiros bem como se aplicar o Plano Diretor. Passou então a palavra ao conselheiro Adir que iniciou sua apresentação dizendo que neste primeiro momento os projetos seriam apresentados aos conselheiros mas que provavelmente até o dia trinta devem ser apresentados à população em geral e que contam com o apoio das entidades que fazem parte do conselho para aceitação das propostas pela comunidade. Na sequência explicou que no Plano Diretor que teve seu início em dois mil e três foi levado em consideração a preservação do meio ambiente decidiu-se então que serão construídos Parques Lineares juntamente com Centros de Lazer para se evitar que áreas de preservação que foram desocupadas sejam novamente ocupadas irregularmente. Falou que quando a cidade foi apresentada aos membros do BID eles constataram que na cidade existem canteiros bem largos e que estes mesmo canteiros deverão ser preservados com já prevê o Plano Diretor. Na proposta apresentada ao BID juntamente com os parques existirão equipamentos de Assistência Social Cultura e Lazer. Ao longo da Avenida Tancredo Neves e Avenida Brasil existirá academias de primeira e terceira idade ciclovias espaço para lazer quiosques e estações de ônibus podendo haver também algumas mudanças de terminais. Há também a previsão de adequação das calçadas dentro do modelo aprovado pelo município como também adequação de alguns equipamentos públicos. A criação de ciclovias nos grandes eixos como por exemplo na Avenida Tancredo Neves e Avenida Brasil e abertura de novas vias como por exemplo na Rua Jacarezinho. Prevê ainda a melhoria do ambiente social com a criação de vários parques



distribuídos em diversos bairros como Canadá Santa Felicidade Floresta. O Presidente apresentou o projeto do parque ambiental do Rio Sanga Funda que contará com a parceria com a Itaipu Binacional o projeto contempla um Museu Ambiental Horta Medicinal Auditório Biblioteca Refeitório Salas de Aula Área de Convívio e Área de Assistência Social e Cultura todos feitos em blocos independentes para que uma atividade não interfira na outra podendo ser aberto apenas um em caso de atividades noturnas ou de final de semana proporcionando maior segurança e economia. Todo o programa será gerenciado e monitorado pelo Bid sendo necessário periodicamente relatório da obra bem como relatório de avaliação ambiental já que o BID será responsável pela análise dos mesmos pois a instituição exige que sejam seguidas normas de prevenção ambiental e relatório de cada intervenção contendo o que a ação pode acarretar ao meio ambiente verificando se as ações compensatórias atendem as exigências ambientais do país. Na sequência a arquiteta Débora passa a falar sobre a intervenção que será realizada no calçadão sendo que uma das obras a serem executadas será a cobertura do calçadão da rua Padre Champagnat prevendo mesas bancos e fontes de água. Na Avenida Brasil o projeto prevê brinquedos para as crianças espaços para feiras arena com palco para apresentações quiosques academias de primeira e terceira idade e também academia para portadores de deficientes bem como módulos para Polícia Militar e Estar posto telefônico entre outros. Em seguida o conselheiro Adir reforçou que antes do dia trinta deste mês será apresentado o projeto a toda a população se colocando a disposição para críticas e sugestões. A conselheira Keila fez uma breve descrição sobre o Relatório de Avaliação Ambiental, em fase de elaboração para apresentação ao BID, esclarecendo que é um documento que visa contemplar os aspectos e impactos ambientais inerentes às intervenções, inclusive o corte de árvores e sua compensação ambiental. A conselheira Ida sugere que sejam realizadas transplantes de árvores. A conselheira Marisa perguntou sobre os impactos que afetarão outros órgão e o Conselheiro Adir respondeu que serão que ser analisados mapas para definir quais serão afetados. A conselheira afirmou que no caso da Sanepar a concessionária não terá a mesma rapidez que o município para fazer as adequações para o programa. A Engenheira Maritânia falou que após estudos serão chamadas as concessionárias para realização dos cronogramas. O conselheiro Welton sugeriu que como ainda estão se implantando as mudanças fosse analisado o alargamento da Rua Visconde de Guarapuava que ficou com o trânsito afogado após a criação do binário da rua Marechal Cândido Rondon prevendo também uma abertura na altura da Clínica Vale dos Pinheiros ligando o Bairro Cancelli e Claudete. A reunião foi encerrada e eu Rejane lavro esta ata e os participantes assinaram a lista de presença, parte integrante desta ata.



Apresentação PDI na Reunião do Conselho de Planejamento 13/04/2012



Apresentação PDI na Reunião do Conselho de Planejamento 13/04/2012



Apresentação do Relatório de Avaliação Ambiental na Reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cascavel



Ata da apresentação do Relatório de Avaliação Ambiental na Reunião do  
Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cascavel



**CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
DE CASCAVEL/ESTADO DO PARANÁ**

Rua Castro Alves, 2558 – 1º Andar - Cascavel /PR - (45) 3224-3245

E-mail: [comam@cascavel.pr.gov.br](mailto:comam@cascavel.pr.gov.br)

**ATA Nº 06/2012** - Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e doze, reunidos na sede do Conselho Municipal do Meio Ambiente, iniciou-se às dezoito horas e trinta minutos, a reunião ordinária do mês, de acordo com o que lhe confere o Art. 9º; § 1º do Regimento Interno da entidade, sob a presidência do senhor Jair Pereira Gomes, presidente do COMAM, com a presença dos demais conselheiros (as) conforme assinaturas registradas em livro, para tratar do seguinte assunto em pauta: **1) Relatório / Avaliação do Fórum Águas Urbanas; 2) Apresentação pela comissão técnica da proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho de Meio Ambiente, visando convocação de reunião plenária extraordinária para alteração do mesmo (Cap. 6 – Disposições Gerais – Art. 20). Apresentação de entidades governamentais e não-governamentais interessadas em integrar o Conselho do Meio Ambiente de Cascavel. 3) RAA - Relatório de Avaliação Ambiental do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Cascavel, financiado pelo BID – Secretaria do Meio Ambiente.** O presidente, Jair Pereira Gomes abriu a reunião saudando e agradecendo a presença de todos os membros presentes, bem como interessados e as equipes técnicas do Município que estão a disposição para apresentar o projeto do BID-RAA. A reunião começou com a leitura apresentação do resumo relatório do Fórum Águas Urbanas, evento este que substituiu a reunião ordinária do mês de junho. Em seguida, o senhor Jair Pereira Gomes passou para a segunda pauta do dia, a **apresentação pela comissão técnica da proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho de Meio Ambiente, visando convocação de reunião plenária extraordinária para alteração do mesmo (Cap. 6 – Disposições Gerais – Art. 20). Apresentação de entidades governamentais e não-governamentais interessadas em integrar o Conselho do Meio Ambiente de Cascavel.** Para tanto, foi relatado o trabalho de dois meses de estudos, contatos com as várias entidades com exageradas faltas e o fato de que algumas nem mais existem em atividades, se referindo tanto a órgãos públicos ou entidades não governamentais prejudicando o quórum das reuniões e até mesmo o processo de renovação da mesa diretiva. Foram apresentados documentos de várias entidades e organismos interessados a participar, exigindo o momento e as circunstâncias, a renovação do conselho com ampliação das cadeiras. A proposta foi aceita em consenso desde que seja respeitada a forma bipartite (governamental e não governamental). O vice-presidente, Elmo Rowe Junior apresentou a necessidade da convocação da extraordinária com a participação consensual de dois terços dos conselheiros, fato que Jair Pereira Gomes manifestou a existência deste quórum na reunião do mês, mas que ampliaria com a captação de assinaturas dos demais conselheiros ausentes se o consenso de convocação da reunião extraordinária fosse aprovada. A manifestação dos presentes foi a favor e ainda, o vice-presidente pediu à comissão que incluísse na proposta de mudança do regimento, formas do processo eleitoral da mesa diretiva, considerando a omissão do mesmo. A proposição foi aceita e encaminhada. Por consenso entre os presentes, ficou marcada que a reunião extraordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Cascavel será no dia 26 de julho de 2012, no horário tradicional, respeitando a convocação com quinze dias de antecedência. Em seguida, o presidente, Jair Pereira Gomes apresentou a pauta a seguir **3) RAA - Relatório de**






**CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
DE CASCAVEL/ESTADO DO PARANÁ**


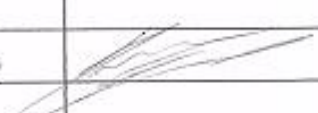
Rua Castro Alves, 2558 – 1º Andar - Cascavel /PR - (45) 3224-3245


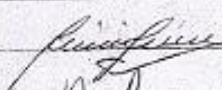
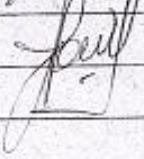
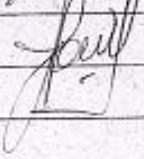

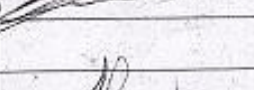
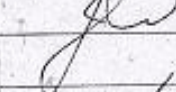
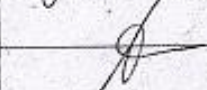
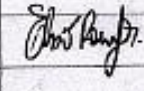
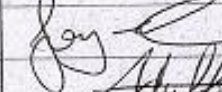
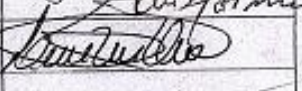


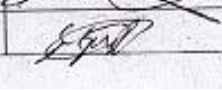

E-mail: [comam@cascavel.pr.gov.br](mailto:comam@cascavel.pr.gov.br)

**Avaliação Ambiental do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Cascavel, financiado pelo BID – Secretaria do Meio Ambiente.** O diretor da Secretaria de Planejamento, Adir Tormes assumiu a palavra em nome do Município de Cascavel apresentando as equipes técnicas presentes representando a pasta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, da Secretaria Municipal do Planejamento e ainda da Companhia de Transporte e Tráfego – Cettrans. Adir relatou todo o processo da conquista de recursos junto ao BID, os trabalhos realizados ao longo de dois anos, os debates públicos e explicou que todas as ações envolvem etapas a curto, médio e longo prazo. Durante sua exposição entregou ao Conselho do Meio Ambiente, material, mapas e relatórios específicos a questão do meio ambiente, a exemplo do RAA – Relatório de Avaliação Ambiental. Houve exposição por cada equipe técnica das respectivas secretarias, das ações previstas e intervenções previstas na cidade, entre elas, das diretrizes e dos compromissos que são assumidos pelo Município junto ao BID quanto a questão ambiental a exemplo dos instrumentos de garantia da sustentabilidade ambiental, das políticas de salvaguarda ambiental (OP 703), baseado nos termos de referência do Bid, entre outros. Concluída toda a apresentação, abriu-se espaço para questionamentos, debates e avaliação. Como resumo, foi considerado que o plano municipal contempla inúmeras intervenções a favor do meio ambiente favorecendo vários bairros e regiões, recuperando áreas hoje problemáticas com plantio de árvores e a recuperação de áreas degradadas, o que é altamente positivo para a cidade. Os prejuízos ambientais localizados e apontados se resumiram na retirada que uma quantidade de árvores – espécie legustres - não expressiva na Avenida Brasil, visando dar lugar às estações tubos, sendo elogiados os técnicos do Município, por estes cuidados durante a fase de planejamento. O número de parques ambientais a serem implantados em bairros, foi considerado positivo e sugestões foram apresentadas, a exemplo da extensão do Lago Municipal e o Parque Ambiental Cidade Verde que já tem ações por iniciativas da sociedade através de ONGs. Os documentos entregues pelo Município ao Conselho do Meio Ambiente estarão disponíveis a todos os conselheiros e entidades, informou o presidente, Jair Pereira Gomes que agradeceu aos técnicos das mais diversas secretarias pela disponibilidade e apresentação. Em seguida foi aberto espaço para sugestões de pautas e após, às vinte horas e trinta e cinco minutos, foi encerrada a presente reunião lavrada por mim, Renato Agostini Pereira Junior secretário estagiário do Comam, assinada pelos presentes, conforme livro – lista de presença.


<div>  <div> <b>CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE</b>  <b>REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 26/07/2012</b>  <b>LISTA DE PRESENÇA</b> </div> </div>		
ENTIDADE	CONSELHEIRO (A)	ASSINATURA
ACIC		
AEAC	Anderson Lovato	
AAR	Fausto Pereira Gomes	
AJC		
AMIC		
AREAC	Milton Locatelli	
CDL		
CRMV	Carlos Roberto Strupasson	
CREA	Marcelo Roberto Mancow	
CMC		
EMATER		
IBAMA		
IAP		
OAB	Marcílio Rodrigues	
SENDEC		
SEMAB	Elmo Rong Junior	
SEMED	Sônia Maria Batistoni de Souza	
SEAJUR	Day Leticiane L. de Almeida	
SEPLAN	ADIR DOS S. TORRES	
SESAU		
UCAM		
UEB	CASIMIRO FUSC	
UNIOESTE		
4º GB-B8	ANTONIO SCHINDA	
ONG URU	Sérgio Paulo Scortegagna	



 <b>CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE</b> <b>REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 26/07/2012</b> <b>LISTA DE PRESENÇA</b>		
ENTIDADE	SUPLENTE (A)	ASSINATURA
ACIC		
AEAC		
AAR		
AJC		
AMIC		
AREAC		
CDL		
CRMV		
CREA	DANIEL LUIZ DAVOGLIO	
CMC		
EMATER		
IBAMA		
IAP		
OAB		
SENDEC		
SEMAB		
SEMED	Edlaime da Silva Dutra	Edlaime da Silva Dutra
SEAJUR		
SEPLAN		
SESAU		
UCAM		
UEB		
UNIOESTE		
4º GB-B8		
ONG URU		

<div>  <b>CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE</b>  <b>REUNIÃO ORDINÁRIA 05/07/2012</b>  <b>LISTA DE PRESENÇA</b> </div>		
ENTIDADE	CONSELHEIRO (A)	ASSINATURA
ACIC	Wilson Casasotto	
AEAC	Anderson Lemos	
AAR	João Pereira Gomes	
AJC		
AMIC		
AREAC		
CDL		
CRMV	Carlos Roberto Strapasson	
CREA	DANIEL LUIZ DAVOGLIO	
CMC		
EMATER	João Carlos Vecchio	
IBAMA		
IAP		
OAB	Marcelle Mello Rodrigues	
SENDEC		
SEMAB	ELMO ROWE JUNIOR	
SEMED		
SEAJUR	Levy Brito de Almeida	
SEPLAN	DR. JOSÉ SANTOS TORRES	
SESAU	Luiz S. de Oliveira	
UCAM		
UEB	CASIMIRO GUSC	
UNIOESTE		
4º GB-B8	CAR. SEARUDA	
ONG URU	Edna Paula Santiago	



 COMAM <small>Comitê Municipal de Meio Ambiente</small>	CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE REUNIÃO ORDINÁRIA 05/07/2012 LISTA DE PRESENÇA	
	SUPLENTE (A)	ASSINATURA
ACIC		
AEAC		
AAR		
AJC		
AMIC		
AREAC		
CDL		
CRMV		
CREA		
CMC		
EMATER		
IBAMA		
IAP		
OAB		
SENDEC		
SEMAB	Ademir de L. M. M. M.	Demóstenes M. M.
SEMED		
SEAJUR		
SEPLAN		
SESAU		
UCAM		
UEB		
UNIOESTE		
4º GB-B8		
ONG URU		

## **ANEXO XVIII**

### **PLANO DE TRABALHO QUE CONDUZIU A REALIZAÇÃO DAS DIVULGAÇÕES E CONSULTA PÚBLICA**

#### **MEIOS DE DIVULGAÇÃO**

#### **REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA**

## PLANO DE TRABALHO DAS DIVULGAÇÕES E CONSULTA PÚBLICA

### 1. INTRODUÇÃO

#### 1.1 OBJETIVOS DO PLANO DE TRABALHO

O presente plano de trabalho tem como objetivo a elaboração de estratégias de comunicação, mobilização e participação da população nas Divulgações e Consulta Pública referente ao Programa de Desenvolvimento Integrado – PDI, bem como apresentar o cronograma referente às datas, locais e público alvo destas apresentações, e a exposição dos produtos finais obtidos, a serem entregues ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Tais Divulgações e Consulta Pública se devem em função da necessidade de exposição do Programa de Desenvolvimento Integrado – PDI, permitindo que a sociedade apodere-se das propostas apresentadas pelo Município.

#### 1.2 FASES DO PLANO DE TRABALHO

O referido Plano de Trabalho compõe-se de três fases:

##### Primeira Fase: **Estratégias de Comunicação, Mobilização e Participação da População**

Na primeira fase, propõem-se a definição dos métodos utilizados na comunicação das Divulgações e Consulta Pública, mobilização e participação da sociedade nas apresentações.

## Segunda Fase: **Cronograma de Apresentação das Divulgações e Consulta Pública**

Num segundo momento, delimitam-se os dias, horários, locais e público alvo das Divulgações e Consulta Pública, como forma de organizar e estabelecer metas para a conclusão deste plano de trabalho.

## Terceira Fase: **Produtos Finais**

Na terceira fase, apresentam-se os resultados das Divulgações e Consulta Pública como atas, questionamentos, objeções, registros fotográficos e o que mais se fizer necessário.

## **2. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO**

### **2.1 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO**

A primeira ação que compõe a estratégia de comunicação, mobilização e participação da população são as apresentações que acontecerão com a sociedade civil organizada, órgãos governamentais e não governamentais.

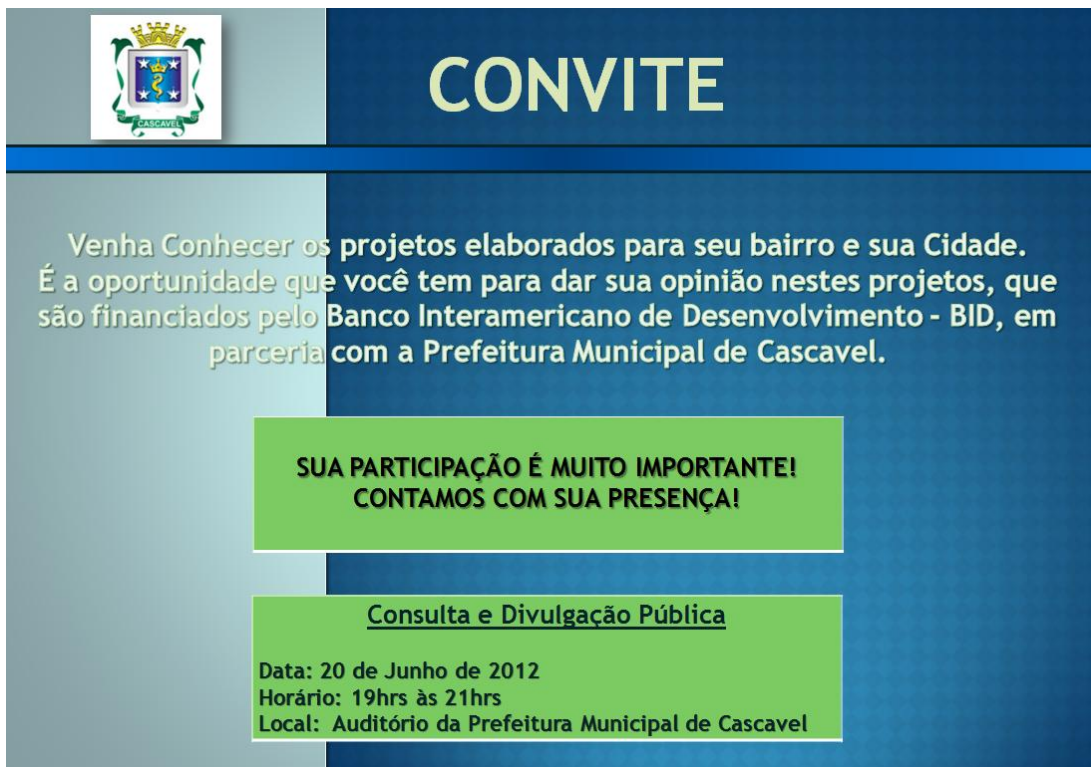
Essas Reuniões têm como objetivo apresentar sumariamente as propostas dos quatro componentes do Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI, oferecer oportunidade de Participação Pública no debate referente aos projetos, registrar contribuições que venham subsidiar as propostas no processo de conhecimento do mesmo.

Para comunicar-se com a população utilizar-se-á diversos mecanismos, como:

- Comunicação Interna e Ofícios;



- Meios de comunicação em massa como: televisão, rádio, jornais, sites da internet e email;



**CONVITE**

Venha Conhecer os projetos elaborados para seu bairro e sua Cidade. É a oportunidade que você tem para dar sua opinião nestes projetos, que são financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cascavel.

**SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE!  
CONTAMOS COM SUA PRESENÇA!**

Consulta e Divulgação Pública

Data: 20 de Junho de 2012  
Horário: 19hrs às 21hrs  
Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel

Modelo de convite da Divulgação e Consulta publica final



## CONVITE

**Venha Conhecer os projetos elaborados para seu bairro e sua Cidade. É a oportunidade que você tem para dar sua opinião nestes projetos, que são financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cascavel.**

**SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE!  
CONTAMOS COM SUA PRESENÇA!**

Consulta e Divulgação Pública

Data: 20 de Junho de 2012  
Horário: 19hrs às 21hrs  
Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel

Dias e Locais: Horário: 19hrs às 21hrs	
11 de Junho	Bairro Santa Cruz- Escola Municipal Edison Pietrobelli (CAIC II)
12 de Junho	Bairro Coqueiral-Colégio ITECNE
13 de Junho	Bairro Floresta - Salão Paroquial da Capela Santo Agostinho

Dias e Locais: Horário: 19hrs às 21hrs	
14 de Junho	Auditório da ACIC
15 de Junho	Auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel
18 de Junho	Auditório da AREAC

Convite das divulgações e consulta pública

### AVISO DE CONSULTA E DIVULGAÇÃO PÚBLICA

Atendendo aos pressupostos legais, a Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, promoverá Consulta e Divulgação Pública para apresentar os projetos de intervenções que compõem o Programa de Desenvolvimento Integrado – PDI para o empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A Consulta e Divulgação Pública será aberta a todos os munícipes e será realizada no dia, horário e local a seguir indicados e na forma do Regulamento anexo a este Aviso.

#### Consulta e Divulgação Pública:

Data: 20 de junho de 2012

Horário: 19:00hs às 22:00hs

Local: Auditório da Prefeitura

- I. **Objetivos:** apresentar os projetos de intervenções que compõem o Programa de Desenvolvimento Integrado – PDI; dar à população a oportunidade de participar do debate referente ao Programa; registrar contribuições que venham subsidiar as propostas.
- Informações na Secretaria de Planejamento: 3321-2000 ou 3321-2370 (Departamento de Planejamento e Pesquisa).

### REGULAMENTO DA CONSULTA E DIVULGAÇÃO PÚBLICA DE 20/06/2012

TEMA: APRESENTAR OS COMPONENTES DO PDI - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

#### CAPÍTULO I – DAS FINALIDADES

- Art. 1º - A Consulta e Divulgação Pública do dia 20 de junho de 2012 terá por objetivo:
- II. Apresentar sumariamente as propostas dos quatro componentes do PDI,
  - III. Dar à população a oportunidade de participar do debate referente ao Programa,
  - IV. Registrar contribuições que venham subsidiar as propostas.

#### CAPÍTULO II – DA REALIZAÇÃO

Art. 2º - A Consulta e Divulgação Pública será realizada no Auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel com início às 19h e 30min e término às 22hs.

Art. 3º - Os trabalhos serão conduzidos por uma Mesa Coordenadora composta por representantes da Secretaria de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN) e Companhia de Engenharia de Transporte e Trânsito de Cascavel (CETTRANS).

Art. 4º - Terão direito à voz, todos os participantes.

Art. 5º - As intervenções da plenária terão precedência, obedecendo as seguintes questões de:

- I – Ordem;
- II – Esclarecimentos e
- III – Encaminhamento.

**Parágrafo 1º** - A mesa coordenadora tomará as providências que julgar necessária para o bom andamento dos trabalhos, evitando desvio de foco, polêmicas ou divagações.

**Parágrafo 2º** - Após a apresentação, a Plenária poderá se pronunciar para esclarecimentos ou sugestões. A manifestação será por ordem de inscrição anotada pela mesa coordenadora dos trabalhos.

**Parágrafo 3º** - Os manifestantes terão 02 (dois) minutos para a defesa do seu ponto de vista. Logo após, o Coordenador da Mesa concederá a palavra a outro participante, que se apresentará para defender posição contrária, também com tempo de 02 (dois) minutos, sendo permitida a réplica com tempo de 01 (um) minuto, não será permitida a tréplica. Poderá a Mesa Coordenadora consultar a plenária sobre a clareza da solicitação e providenciar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

#### CAPÍTULO III – DOS PARTICIPANTES

Art. 6º - Poderão participar da Consulta e Divulgação Pública, representantes das entidades, instituições, órgãos e todos os munícipes interessados no aperfeiçoamento do programa proposto, as quais acarretarão em transformações no cotidiano de todos os cascavelenses.

#### CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - Este regulamento terá validade somente para esta Consulta e Divulgação Pública.

Art. 8º - Os momentos da Consulta e Divulgação Pública serão registrados em Ata.

Art. 9º - Os casos omissos nesse Regulamento serão resolvidos pela Mesa Coordenadora.

## 2.2 ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

Num primeiro momento serão mobilizados o Prefeito, Secretários Municipais, Presidentes de Autarquias, Fundação Municipal e Funcionários das Secretarias Municipais com o intuito de convidá-los a colaborarem e participarem de forma efetiva na apresentação do Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI.

Num segundo momento serão promovidas divulgações com lideranças, associação de moradores, comunidades dos bairros afetados diretamente pelas intervenções, entidades de classe como: ONGs, APPIS, AEAC, AREAC, CREA, CAU, ACIC, SINDUSCON, AMIC, Movimentos Populares, Entidades Acadêmicas. Objetivando que assumam nos locais onde moram ou atuam como profissionais, o papel de multiplicadores das informações e auxiliem no processo de sensibilização e mobilização da comunidade no conhecimento do Programa de Desenvolvimento Integrado – PDI, conscientizar sobre a importância do mesmo, coletar informações, bem como sugestões. As informações e sugestões serão registradas em ata.

Como encerramento dos procedimentos de participação da população no processo de elaboração do Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI será realizada a Consulta Pública onde todos os membros da sociedade civil organizada, entidades de classe, ONGs, APPIS, entidades acadêmicas, movimentos populares, sindicatos, associação de moradores, a população em geral estarão convidados a participar afim de que todos tenham conhecimento da proposta final do Programa de Desenvolvimento Integrado – PDI.

### **3. CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÃO DAS DIVULGAÇÕES e CONSULTA PÚBLICA**

Os prazos para as Divulgações e Consulta Pública dos projetos componentes do Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI estão discriminadas nas tabelas a seguir:

**DIVULGAÇÃO PÚBLICA NOS BAIRROS**

DATA	HORÁRIO	PÚBLICO	LOCAL
13.04.12	08h30 - 11h30	Membros do Conselho de Planejamento	Prefeitura Municipal
23.05.12	07h30 - 09h00	ACIC	Auditório ACIC
04.06.12	19h00 - 21h00	Moradores do bairro Santa Felicidade	Salão Comunitário do Bairro
05.06.12	19h00 - 21h00	Moradores do Bairro Morumbi, Cataratas e Periolo	Escola Municipal José henrique Teixeira
06.06.12	19h00 - 21h00	Moradores dos Bairros Cascavel Velho e Pacaembu	Salão da Paróquia Santa Luzia
11.06.12	19h00 - 21h00	Moradores dos Bairros Santa Cruz e Alto Alegre	Escola Municipal Edison Pietrobelli - CAIC II
12.06.12	19h00 - 21h00	Moradores dos Bairros Parque Verde, Recanto tropical, Coqueiral e Santo Inácio	Auditório da Faculdade ITECNE
13.06.12	19h00 - 21h00	Moradores dos Bairros Interlagos e Floresta	Salão Paroquial da Capela Santo Agostinho

**DIVULGAÇÃO PÚBLICA PARA ENTIDADES**

DATA	HORÁRIO	PÚBLICO	LOCAL
14.06.12	19h00 - 21h00	ACIC, AMIC e SINDUSCON	Auditório da ACIC
15.06.12	19h00 - 21h00	APPIS e ONG's	Auditório Prefeitura Municipal de Cascavel
18.06.12	19h00 - 21h00	AEAC, AREAC, CREA e CAU	Auditório do CREA

**CONSULTA PÚBLICA**

DATA	HORÁRIO	PÚBLICO	LOCAL
20.06.12	19h00 - 21h00	População em geral, entidades de classe, ONG's, movimentos populares, entidades acadêmicas	Auditório da Prefeitura de Cascavel



## **REGULAMENTO DA CONSULTA E DIVULGAÇÃO PÚBLICA DE 20/06/2012**

TEMA: APRESENTAR OS COMPONENTES DO PDI - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

### **CAPÍTULO I – DAS FINALIDADES**

**Art. 1º** - A Consulta e Divulgação Pública do dia 20 de junho de 2012 terá por objetivo:

- I. Apresentar sumariamente as propostas dos quatro componentes do PDI;
- II. Dar à população a oportunidade de participar do debate referente ao Programa;
- III. Registrar contribuições que venham subsidiar as propostas.

### **CAPÍTULO II – DA REALIZAÇÃO**

**Art. 2º** - A Consulta e Divulgação Pública será realizada no Auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel com início às 19h e 30min e término às 22hs.

**Art. 3º** - Os trabalhos serão conduzidos por uma Mesa Coordenadora composta por representantes da Secretaria de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN) e Companhia de Engenharia de Transporte e Trânsito de Cascavel (CETTRANS).

**Art. 4º** - Terão direito à voz, todos os participantes.

**Art 5º** - As intervenções da plenária terão procedência, obedecendo as seguintes questões de:

- I – Ordem;
- II – Esclarecimentos e
- III – Encaminhamento.

**Parágrafo 1º** - A mesa coordenadora tomará as providências que julgar necessária para o bom andamento dos trabalhos, evitando desvio de foco, polêmicas ou divagações.

**Parágrafo 2º** - Após a apresentação, a Plenária poderá se pronunciar para esclarecimentos ou sugestões. A manifestação será por ordem de inscrição anotada pela mesa coordenadora dos trabalhos.

**Parágrafo 3º** - Os manifestantes terão 02 (dois) minutos para a defesa do seu ponto de vista. Logo após, o Coordenador da Mesa concederá a palavra a outro participante, que se apresentará para defender posição contrária, também com tempo de 02 (dois) minutos, sendo permitida a réplica com tempo de 01 (um) minuto, não será permitida a tréplica. Poderá a Mesa Coordenadora consultar a plenária sobre a clareza da solicitação e providenciar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

### *CAPÍTULO III – DOS PARTICIPANTES*

**Art. 6º** - Poderão participar da Consulta e Divulgação Pública, representantes das entidades, instituições, órgãos e todos os munícipes interessados no aperfeiçoamento do programa proposto, as quais acarretarão em transformações no cotidiano de todos os cascavelenses.

### **CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 7º** – Este regulamento terá validade somente para esta Consulta e Divulgação Pública.

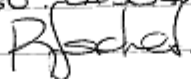
**Art. 8º** – Os momentos da Consulta e Divulgação Pública serão registrados em Ata.

**Art. 9º** – Os casos omissos nesse Regulamento serão resolvidos pela Mesa Coordenadora.

## ANEXO XIX

### REGISTRO FOTOGRÁFICO E ATAS DAS DIVULGAÇÕES E CONSULTA PÚBLICA REALIZADAS

TERMO DE ABERTURA DO LIVRO ATA  
ESTE LIVRO DESTINA-SE AO REGISTRO DAS CONSULTAS  
PÚBLICAS REFERENTES AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INTEGRADO - PDI DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVI-  
MENTO - BID, CONTENDO CINQUENTA FOLHAS NUMERADAS NA  
SEQUÊNCIA DE 1 A 50. CASCAVEL, QUATRO DE JUNHO DE  
DOIS MIL E DOZE.

  
Rosângela M. Sachet Dias  
Arquiteta e Urbanista  
CAU nº 23.538-3  
P.M. DE CASCAVEL - SEPLAN

Ata da primeira reunião com a população do entorno da área de intervenção do Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI para o financiamento das obras junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizada no dia quatro do mês de junho do ano de dois mil e doze, nas dependências do salão comunitário do Bairro San Felicidade, com a presença dos membros da Equipe Técnica de Apoio, a coordenadora da unidade de coordenação do Programa-UCP, Maritânia Friere e a população convidada. A reunião teve início às dezasseis horas e vinte minutos com a fala do membro da equipe Técnica de Apoio, engenheiro Adir dos Santos Torres representando os componentes da intervenção do PDI com uso de projeção de slides, na sequência o especialista na área de transporte, engenheiro Adão Kaliskiewicz apresentou o componente transporte e sistema viário, Adir seguiu apresentando o componente Meio Ambiente e social apresentado pela Assistente Social Francielle Castelli. A apresentação foi concluída com Adir convidando a todos para participar do processo dando sugestões por escrito e comparecer na consulta e divulgação pública que acontecerá no dia vinte de junho. Após esclarecidas algumas dúvidas a reunião foi encerrada às vinte horas e quarenta e cinco minutos. Foi feita esta ata lista de presença. Esta ata foi escrita por mim Rosângela Maria Sochet PRG e vai assinada pelos participantes Rfsochet

*Freyre de F. 2012*

*Juliana Fontes*

*Cláudio Siqueira*

*Maria da Silva*

*Flávio do Carmo.*

*Rafael*

*Adriano*

*Francielle*

*Adão*

*Adir*



*Adriano José Moog, Francieli Castelli, Adair Josévan Kaliskiewicz Junior, Caroline Vargas, Adir dos Santos Torres, Francieli Gastone da Silva, Ulisses Hugo Z. de Mello*

0021/2012

Às cinco de junho de dois mil e doze, reuniram-se na Escola Municipal José Henrique Teixeira localizada no bairro morumbi, membros da equipe técnica de opais, com a participação da população local, fim de divulgar e apresentar o Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI. A apresentação teve início às dezesseis horas e quinze minutos com a fala do membro da equipe técnica de opais, Engenheiro Adir dos Santos Torres apresentando os componentes da Intervenção do PDI com uso da projeção de slides, explorando sobre o programa e a importância da participação popular neste projeto, uma sequência o especialista ora área de transporte, engenheiro Adir Kaliskiewicz apresenta o componente I transporte e Sistema Viário, Adir segue apresentando o Componente II Meio Ambiente e Social, também apresentado pela Assistente Social Francieli Castelli. Por fim apresentou-se o Componente III Fortalecimento Institucional, pelo Engenheiro Adir. A apresentação foi concluída com o Adir esclarecendo algumas dúvidas e convidando a todos para participar da Consulta Pública que acontecerá no dia vinte de junho no auditório da Prefeitura Municipal. A reunião foi encerrada às vinte e uma horas e dez minutos. Faz parte desta ata lista de presença. Esta ata foi escrita por mim Caroline Vargas e segue assinada pelos participantes: Caroline Vargas,

*Francieli Castelli, Kelly Z. Vassalli, Francieli Gastone da Silva, Sérgio Antônio, Sérgio Zamboni, Maria Albino, Maria da Ariza, Leonardo Z. de Souza, Luiz Claudio Lourenço, Patricia*

Gracia Klein, Tamylde S. da Luz, Silva, Adriana, Palochi,  
Oliveira, Nicolas Luis Gustavo Zanatta. Aos Kariskénia Junior  
Adriana

003/2012

Ata da terceira reunião para apresentar o Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI.  
Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, reuniram-se no salão paroquial da Igreja Santa Luzia localizado no Bairro Cascavel Velho, membros da equipe técnica de apoio, com a participação da população da área de intervenção, para divulgar e apresentar os componentes do Programa de Desenvolvimento Integrado. A apresentação teve início às dezenove horas e trinta e cinco minutos com a fala do membro da equipe técnica de apoio, engenheiro civil Adin dos Santos Torres apresentando os componentes da intervenção do Programa de Desenvolvimento Integrado com apresentação de slides, esclarece que é um financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento com contrapartida do município e que se desenvolverá ao longo dos próximos cinco anos. Convida a todos para participação da Audiência, diálogo, consulta e divulgação pública que irá acontecer dia vinte de junho no Auditório da Prefeitura. Fala ainda que o Bairro Cascavel Velho será contemplado com uma intervenção, o viaduto da Rodovia BR duzentos e setenta e sete, ligando com o Bairro Pacsant. Adin solicita a colaboração dos participantes para informar quais equipamentos públicos necessitam de melhorias nas calçadas. Em tempo, o Bairro será contemplado com três intervenções, além do viaduto, o centro de convivência, na se-

quência o membro da equipe técnica de apoio na área de transportes engenheiro Adão Kalfornievicz Junior, que fala da implantação do sistema integrado do temporal no transporte coletivo que deverá ter início neste ano, explica como funciona o sistema e fala ainda dos corredores de ônibus que serão implantados nas avenidas Brasil e Tancredus Neves em função da largura das ruas. Adão segue falando da urbanização da cidade que teve a preocupação com a urbanização existente, procurando manter e não cortar. Fala também das ligações viárias e do componente ambiental com a implantação de parques e social com o centro de convivência e ainda o componente fortalecimento institucional. Após esclarecidas todas as dúvidas, Adão reforça o convite para a consulta pública e a importância da participação na aprovação das propostas, agradece a presença de todos e a reunião é encerrada às vinte e uma horas. Esta ata foi escrita por mim Rosângela Sachet Dias e vai assinada pelos participantes. Foi parte desta lista de presença. R. Sachet. Jurico Paulo Balle.  
Nilton Bgs, Eliana Linderler M. Silva, Bieleky  
Eliana Linderler M. Silva, Kelly V. Vassili, Nilsa Luqueto Prado.  
João Paulo de Lima, Adão Kalfornievicz Junior  
Jameuk Bastano da Silva  
04/12/2012

Os onze de junho de dois mil e doze, reuniu-se na Escola Municipal Edison Pietrebelli - CAIC II localizada no bairro Santa Cruz membros da equipe técnica de apoio, com a participação de Vanderlei Silva, fim de divulgar e apresentar o Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI. A apresentação teve início às dezesseis



4

Seis e cinquenta minutos com a fala do membro da equipe técnica de apoio, Engenheiro Adir dos Santos Torres apresentou os componentes da Intervenção do PDI com uso da projeção de slides, explicando sobre o programa e a importância da participação popular neste projeto, na sequência o especialista na área de transporte, engenheiro Adão Koliskiewicz apresenta o componente I: transporte e Sistema Viário, dando sequência a apresentação, a Arquiteta Debera G. de Comagão apresenta as intervenções previstas para o Coleção e os Parques Ambientais, que constituem o Componente II: Melhoria Meio Ambiente e Social, passando a palavra a Assistente Social Francieli Castelli que apresenta os Centros de Referência. Por fim, o Engenheiro Adir dos Santos Torres apresentou o Componente III: Fortalecimento Institucional. A apresentação foi concluída com o Adir esclarecendo dúvidas e convidando o participante a comparecer na Consulta Pública que acontecerá no dia vinte de junho no auditório da Prefeitura Municipal. A reunião foi encerrada às vinte e uma horas e quinze minutos. Foi parte desta ata lista de presença. Esta ata foi escrita por mim Caroline Vargas e segue assinada pelas participantes: Caroline Vargas, Kelly R. Vuelly, Francieli Castelli, Mguitânia Fran, Janele G. J. Vanderlin A. de Alencar, Adão JOSEVAN KALISKIEWICZ JUNIOR.

005/2012

Dos dois dias do mês de junho de dois mil e doze, reúne-se no auditório do Colégio ITECNE, localizado na Avenida Brasil no Bairro Coqueiros os membros da equipe técnica de apoio, a fim de divulgar e apresentar o Programa de Desenvolvimento Integrado em parceria com o BID. A apresentação teve início às dezesseis horas e trinta minutos, com a fala do membro da equipe técnica de apoio, Engenheiro Adir dos Santos Torres, com o uso de projeção de slides, explicando sobre os componentes do programa, e a importância da participação popular no projeto. Foi explicado todas as intervenções que

serão efetuadas no sistema viário, como as comaletes exclusivas para ônibus do transporte coletivo, intervenções nos terminais de transporte. Dando sequência com a apresentação do componente referente a execução de Parques Ambientais, bem como a execução de calçadas públicas em todos os prédios ou melhor nos próprios do município. Também foi explanado quanto a revitalização da região central e nas ruas adjacências. Vários questionamentos foram feitos pelos presentes, principalmente quanto a ligação do centro até a FAE, bem como a ligação do Bairro Recanto Tropical ao Bairro Canadá. Foi reforçado a importância de participação popular e da sociedade organizada para o bom êxito do Programa, para que o mesmo não sofra qualquer alteração ou interrupção, haja visto a época que o mesmo está se desenvolvendo, e que o mesmo é um conjunto de serviços e obras que se estenderá por mais uma administração. O professor Ivo do Itone, se colocou a disposição para mobilizar a população do bairro e os pais de alunos para a audiência pública do dia 20 próximo. A assistente social Francieli Costelli fez alguns esclarecimentos sobre os projetos dos Parques e centros de convivência. Foi questionado sobre a maior participação da Sanepar nos projetos de educação ambiental, conservação e recuperação dos recursos hídricos. Novamente a assistente social Francieli fez explanação sobre os centros de convivência, foi explanado também o 3º componente do projeto ou seja o Fortalecimento Institucional, ao qual está incluído o Cassacavel digital e o Geoportal. As vinte e uma horas foi encerrada a reunião com o agradecimento aos presentes. Seu Luiz Antonio D'Amora redigiu a presente ata que foi assinada por mim e de mais presentes. Faz parte da ata a lista de presenças.

Seu Francisco D'Amora  
Francieli Costelli  
Oliveira Natalina Torres  
006/2012

Os trze dias do mes de junho de 2012, estiveram no auditorio da Faculdade Itone, Bairro Coqueiral os membros da equipe técnica e apoio, com a participação do Ar. Izuel Homud, Presidente da Associa-



ção de Moradores do Bairro, para divulgar e apresentar o Programa de Desenvolvimento Integrado - PDT; a apresentação estava marcada para as 19:00 horas. Constatada a ausência de participantes, a equipe formada pelo Engº Adir dos Santos Lemes, Rejane Maria Buscaie Barbosa e Francieli Castelli, quando, alias, aguardaram até as vinte horas quando foi declarada cancelada a reunião, Eu Adir dos Santos Lemes, redigi a presente ata, que será assinada por mim e demais membros da equipe de apoio. Em tempo, o local correto do evento é Bairro Floresta, Palácio Paroquial de Capela Santo Agostinho. Nada mais, havendo a corrigir, assino a presente ata. *Francieli Castelli*,  
007/2012

Os quatorze dias do mês de junho de 2012, estiveram em um auditório da ACIC, Associação Comercial e Industrial de Cascavel, os membros da Equipe técnica de apoio, para divulgar e apresentar o Programa de Desenvolvimento Integrado - PDT; A apresentação estava marcada para as 19:00 horas, no entanto constatada a ausência de participantes, a equipe formada pelo Engenheiro Adir dos Santos Lemes, o especialista na área de Transporte, Engenheiro Adão Koliskiewicz, a Engenheira Patrícia Borges, a Engenheira Maritônia Farias, a Arquiteta Caroline Vargas, a Arquiteta Jonecali Carbono da Silva e Assistente Social Francieli Castelli, quando, alias, aguardaram até as vinte horas quando foi declarada cancelada a reunião. Eu Caroline Vargas, redigi a presente ata, que será assinada por mim e demais membros da equipe de apoio. Caroline Vargas *Francieli Castelli*,  
Francieli Castelli,



008/2012

Aos quinze dias do mês de junho de 2012, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel, membros da equipe técnica de apoio, com a participação de Ney Haverath, para divulgar e apresentar o Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI. A apresentação teve início às dezesseis horas e dez minutos com a fala do membro da equipe técnica de apoio, Engenheiro Adir dos Santos Torres apresentando os componentes da intervenção do PDI com uso da projeção de slides, explorando sobre o programa e a participação popular neste projeto, na sequência o especialista na área de transporte, Engenheiro Odão Koliskiewicz apresenta o componente transporte e Sistema Viário, Adir segue apresentando os demais componentes, respondendo as dúvidas do participante e considerando mesmo a participação da Consulta Pública que acontecerá no dia vinte de junho no auditório da Prefeitura Municipal. A reunião foi encerrada às vinte horas e trinta minutos. Fz parte desta a lista de presença. Esta ata foi escrita por mim  
Carolline Vargas e segue assinada pelos participantes:  
Fameli B. Silva, Kelly R. Nogueira, Carolline Vargas, Fioneli Gastell

009/2012

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2012, ESTIVERAM NO AUDITÓRIO DO CREA, CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE CASCAVEL, OS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DE APOIO, PARA DIVULGAR E APRESENTAR O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - PDI. A APRESENTAÇÃO TEVE INÍCIO ÀS DEZESSEIS E VINTE HORAS, COM A FALA DO MEMBRO DA EQUIPE TÉCNICA, ENGENHEIRO ADIR DOS SANTOS TORRES, COM O USO DE PROJEÇÃO DE SLIDES, EXPLORANDO SOBRE OS TRÊS COMPONENTES DO PROGRAMA, FALOU SOBRE A DIVULGAÇÃO ESCRITA DOS VALORES QUE SERÃO FINANCIADOS, FAZOU QUATRO AS SESSÕES QUE ESTÃO PARTICIPANDO DO PROGRAMA. PRIMARIAMENTE FOI EXPLICADO QUANTAS AS INTERVENÇÕES QUE SERÃO DESENVOLVIDAS, FAZOU SOBRE OS PARQUES, SOBRE AS INTERVENÇÕES VIÁRIAS, FAZOU TAMBÉM

6

SOBRE AS CALÇADAS DOS PRÓPRIOS MUNICÍPIOS, INCLUSIVE ATENDIBILIDADE. CONTINUAM APRESENTANDO SOBRE OS TERMINAIS E CORREDOR EXCLUSIVO DE ÔNIBUS, FAZ SOBRE AS INTERVENÇÕES NOS BOMBEIOS DE TRANSPORTE E SOBRE OS EMBRULHOS. AINDA NAS INTERVENÇÕES CITA A REVISITAREM DO CASCADÃO, EXPLICANDO QUE É UMA DAS CASCADAS SERÁ RETIRADA E A VIA TERÁ QUE SER, CONSIDERANDO A PRESERVAÇÃO DAS ÁRVORES DO CASCADÃO. O SENHOR MILTON ROCHA TEIXEIRA FALOU SOBRE A RETIRADA DO ÔNIBUS DA PARADA E RIO GRANDE DO SUL, O ENGENHEIRO ADIR RESPONDE QUE SIM, ELE SABIA DAS VÍTIAS E TIPOLOGIA NA BRASIL. A SEGUIR ELE PARA A PALAVRA PARA O ENGENHEIRO ADIR DA CESTRA QUE EXPLICA SOBRE O MODELO DE CORREDOR DE TRANSPORTE QUE SERÁ IMPLANTADO NA AV. BRASIL E AV. TRAFEGADO MEYER, NESTES SERÃO PRESERVADOS OS CARACTERÍSTICAS. O ENGENHEIRO ADIR EXPLICA SOBRE OS EMBRULHOS DO CASCADÃO, APRESENTANDO A ENTENDA E SÍTIO DO EMBRULHAMENTO NA AV. BRASIL PARA DA DO CASCADÃO. A ARQUITETA DEBORA FALOU SOBRE AS INTERVENÇÕES QUE SERÃO FEITAS NO CASCADÃO, EQUIPAMENTOS, MOBILIDADE, MOBILIDADE URBANA NA PARADA COM GRUPO E O TIPO DE LUGAR ENTRE A ÁREA DE MANIFESTAÇÃO PÚBLICA. CAMPELO CORREIA DA AV. BRASIL, PASSANDO PARA PARADA CAMPESINHA E BIBLIOTECA PÚBLICA, COM SEVIDA, DEPOIS DO PASSADO A PALAVRA PARA A ARQUITETA DEBORA, O ENGENHEIRO ADIR PASSOU SUA EXPLICAÇÃO SOBRE A ILUMINAÇÃO TEMPORAL NO TRANSPORTE PÚBLICO, QUE SERÁ IMPLANTADA NA AV. DE CASCAVEL. O ENGENHEIRO ADIR PASSOU SUA PALAVRA E PARA A ARQUITETA DEBORA, PASSANDO DO ENGENHEIRO ADIR, O SENHOR ADIR, DIGO, MILTON ROCHA, QUESTIONA PORQUE NÃO SERÁ FEITA A APLICAÇÃO NO SENTIDO DAS VÍTIAS PARA E RIO GRANDE DO SUL, E ESTE MODELO ESTÁ SENDO PREVISTO PARA O TEMPO, O ENGENHEIRO ADIR DIZ QUE A RESPOSTA É DE VINTE ANOS. O SENHOR MILTON PASSOU UMA SUGESTÃO IMEDIATA DESENVOLVENDO VIAGEM NA RUA JACQUES DE MATTOS. O ENGENHEIRO ADIR SEUS AMOSTRANDO SOBRE CIRCULARES, INCLUSIVE A PARAL SOBRE A PESQUISA REALIZADA PARA SEPARAR COM APOIO DA SECRETARIA DE SAÚDE. O SENHOR MILTON SUGERE QUE SEJA FEITA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA PARTE INFERIOR DO LAGO, DIZ QUE FALTA LOCAL PARA ESTACIONAR. O ENGENHEIRO ADIR PASSOU SOBRE COMO PARQUE QUE ESTÁ SENDO PROPOSTO NO GRUPO. O ENGENHEIRO ADIR PASSOU A PALAVRA PARA A ARQUITETA DEBORA FALOU, QUE EXPLICA SOBRE O CONTO DE VIVEREM QUE INCLUI ALGUMAS DAS DAS DAS, UM ESPAÇO CULTURAL E DE ESPORTE E Lazer. A ARQUITETA EXPLICA

QUE O CONSUMO TEM UM COMITÊ GESTOR LOCAL, NO QUAL A COMUNITARIZAÇÃO DA  
PARA E SERÁ MISTURADA NA CONTEMPORÂNEO DO ESPAÇO PÚBLICO ORIENTADO À POLI-  
LÍNGUA, EVITANDO O VANDALISMO. O SENHOR MILTON DIZ QUE INFERI-  
MENTE NÃO SERÁ INVÉDIO NADA NA ÁREA RURAL. O ENCONTRO ABRE  
TENDO A APRESENTAÇÃO FORMAL SOBRE O ORÇAMENTO. A REUNIÃO  
FOI ENCERRADA ÀS 21 HORAS E DEZ MINUTOS, FAZENDO DA ATUA A ÚLTIMA  
DE PRESENÇA. ESTA ATA FOI ESCRITA POR MIM DEBORA CRISTINA GOMES DE  
CAMARGO E SEGUÍ AMINIMOS POR PARTICIPANTES: *Deborah Cristina Gomes de Camargo, Kelly B. Jusseli, Francieli Castelli, Francieli B. da Silva, Kelly B. Jusseli, Adão Kalistevicz Junior.*

ATA 010/2012

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL  
E DOZE REUNEM-SE NO AUDITÓRIO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CASCAVEL MÊMBROS DA EQUIPE TÉC-  
NICA DE APOIO DO PDI - PROGRAMA DE DESENVOLVI-  
MENTO INTEGRADO COM A PARTICIPAÇÃO DE  
SECRETÁRIOS E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS, REPRE-  
SENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA  
E DEMAIS INTERESSADOS. A ENGENHEIRA CELIA  
REGINA MARTINS FONTES, FEZ A ABERTURA ÀS  
DEZENOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, DANDO  
AS BOAS VINDAS E PASSA A PALAVRA AO SE-  
CRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO MAR-  
COS VINÍCIUS PIRES DE SOUZA QUE FAZ UMA  
PALAUA, VISTO QUE O SENHOR PREFEITO ESTÁ  
EM VIAGEM E AGRADECE A TODOS PELA PRESEN-  
ÇA. CELIA SEGUÍ SOLICITANDO QUE FIQUEM EM  
PÉ PARA CANTARMOS O HINO NACIONAL, NA  
SEQUÊNCIA FAZ DOS VALORES DO FINANCIAMEN-  
TO E CHAMA ADÃO DOS SANTOS TORNES PARA  
COMPOR A MESA, ADÃO KALISTEVICZ JUNIOR,  
FRANCIELI CASTELLI, DEBORA CRISTINA GOMES  
DE CAMARGO, COMPOSTA A MESA E FEITO  
A LEITURA DO REGULAMENTO DA CONSULTA



7  
e divulgação Pública desta noite. Apresentado  
o Regulamento e foi convidado a todos a assistir  
um vídeo que fala de Cascavel mostrando  
as imagens de diversos locais onde os Recursos  
do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento  
serão investidos em parceria com Recursos do  
município como contrapartida, finalizado o  
engenheiro Adria segue falando que essa  
apresentação de hoje já foi levada aos bairros  
onde ocorrerão intervenções no entorno.  
Adria comenta com o início da negociação  
com o banco BID e como vem se desenvolvendo,  
a vinculação dos técnicos especialistas  
representante do BID, a contribuição trazida por eles,  
e que relacionando os quatro componentes  
do Programa com o investimento previsto  
para cada um, na sequência mostra no mapa  
os Parques Ambientais, sendo que o número  
dois está sendo executado, Parque Uirapuru  
e o próximo será o Parque Marumbi, número  
dois que terá Recursos do BID. Segue  
falando das vias que serão abertas fazendo  
a ligação de bairros, fala da ligação de  
bairros Piraí e Cascavel Velho através  
do viaduto sobre a Rodovia BR 277, da  
execução de calçadas nos principais prédios  
do município, tais como unidades de saúde,  
creches. Faz um comentário geral com relação  
à urbanização da calçada da Avenida  
Brasil, a implantação dos corredores de  
transporte coletivo e passa a palavra ao  
engenheiro Adria para falar sobre o  
componente um - Transporte e Sistema Viário

que trata dos corredores com faixas exclusivas para ônibus e estações em nível nas avenidas Tancredo Neves, Brasil e parte da Rua Jacuprezinho, os terminais de transporte. Adão passa a palavra a arquiteta Debora que fala da urbanização do calçamento da Avenida Brasil, Rua Padre Champagnat e revitalização do entorno da Biblioteca Pública. Debora passa a palavra ao Adir que segue falando sobre ciclismo, da pesquisa do fluxo de deslocamento dos ciclistas que deu origem a proposta cicloviária apresentada. Segue com a fala da Assistente Social Francieli que apresenta os projetos centros de convivência Intergeneracional que terá uma parceria entre as secretarias de cultura, esporte e lazer e assistência social. Na sequência Adir lembra Francieli do comitê gestor local para explicar como funcionará. Então Adir fala do componente três - fortalecimento institucional com três subcomponentes e para encerrar a apresentação Adir fala do RAA Relatório de Avaliação Ambiental que será apresentado dia cinco de julho ao conselho de Meio Ambiente. Celso toma a palavra que agradece as pessoas que querem se manifestar. O senhor Ademair sugere que seja feito este para ampliar o viaduto da Corelli, visto que não entende a demanda, Adão esclarece já conhecido o problema e será estudada outra alternativa de transposição do BR 277 nas proximidades da Avenida Carlos Gomes. O senhor Luiz representante dos fermentos parabeniza a equipe pelo trabalho apresentado.

questiona o destino previsto para a feira de pequeno produtor. Adir responde que houve preocupação de mantê-lo, mas não seria seguro, está se pensando em levá-lo para Praça Wilson Jofre, área central, bem localizada. Na réplica o senhor Luiz diz que o local proposto é uma área "bem linda" será bem vindo aos pequenos produtores rurais. O senhor Nei representante ambiental, que trata a permeabilidade na área do colégio e a reposição da arborização. Deba responde que no cantinho que irá separar o corredor de ônibus será com gramas e estacionamento em "pavê". A engenheira Keila complementa quanto a recomposição da mata ciliar nos Parques e que poderá se estender a beira do Rio Cascavel. A senhora Ivonete representante da comunidade de São João, parabéns pela proposta e comenta que os distritos administrativos não foram contemplados. Adir responde que foi questionado aos representantes do BID atender aos distritos que numa próxima etapa serão atendidos, quanto ao pagamento do empréstimo é uma conta alta a ser paga, porém terá efeito na população. Adir responde que com a mudança de prefeito, o projeto vai acontecer, porque os técnicos membros da equipe são funcionários concursados e há o compromisso firmado com a população através das reuniões já realizadas e a consulta pública de hoje. Sr. Antonio do Jardim Colmeia fala do proble



na que existe com as marginais da BR 467, não foram duplicadas. Adia responde que o problema das marginais está sendo feito estudo de sinalização para duplicação. A senhora Sora, representante do Brasil II, questiona se só receberão a abertura da via, Rua Ipanema e a consequência das nascentes como ficará, Adia responde que está sendo feito estudo para as medidas mitigadoras pelo impacto da abertura da via. O senhor Jota, presidente do Conselho de Meio Ambiente questiona por que o terminal da Rua (Guezezi) digo Jacarezinho, não poderia ter chegado ao bairro da Região Norte. Adia responde que o terminal deve ficar regularizado, para que tenha um percurso legal. Adia complementa que a implantação da integração temporal irá facilitar para os usuários. O senhor Casemiro do Riquie São Paulo se preocupa com o sistema viário na Rua Curitiba na Região do cemitério. Adia observa que não houve contradição aos projetos apenas sugestões. Não havendo mais manifestações cessa-se a todos e encerra a reunião às vinte e duas horas e vinte minutos. Esta foi escrita por mim Rosângela Maria Sachet Dias. Faz parte desta ata lista de presença.

*Rosângela Maria Sachet Dias*  
*Carla Kazianka* *Thamara* *Antônio de Jesus* *Caroline Caspary*  
*Benjamin* *Katrine* *Antônio* *Kaiser* *Severina*  
*Franciele Pastelli* *Roberto* *Luiz*

João Manoel de Aguiar, Elzengela Bezerra  
Eugênio Delantolis, Rubens de Faria, E. B. P. 1625 62-  
Killy R. Virelli, Barbara Ana Paulo Preimer



Divulgação Pública no Salão Comunitário Bairro Santa Felicidade 04/06/2012 -  
Salão Comunitário



Divulgação pública de 05/06/2012 no Bairro Morumbi - Escola Municipal José  
Henrique Teixeira



Divulgação pública de 06/06/2012 no Bairro Cascavel Velho - Salão Paroquial da Igreja Santa Luzia



Divulgação pública de 11/06/2012 no Bairro Santa Cruz - Escola Municipal Edson Pietrobelli CAIC II





Divulgação pública de 12/06/2012 no Bairro Coqueiral - Auditório Itecne



Divulgação pública de 15/06/2012 no Bairro Centro - Auditório da Prefeitura Municipal



Divulgação pública de 18/06/2012 no Bairro Centro - Auditório CREA



Divulgação e Consulta Pública de 20/06/2012 no Auditório Prefeitura Municipal



## ANEXO XX

### PLANO DE REVEGETAÇÃO

#### DIAGNOSTICO DAS ÁREAS DE APP A JUSANTE E A MONTANTE

#### PROJETO DE PLANTIO DE ÁRVORES DA MATA CILIAR DO PARQUE MORUMBI

## **PLANO DE REVEGETAÇÃO DAS ÁREAS A MONTANTE E A JUSANTE DO PARQUE MORUMBI**

### **ÓRGÃO ELABORADOR DO PLANO DE REVEGETAÇÃO**

NOME: Secretaria de Meio Ambiente do Município de Cascavel

REPRESENTANTE LEGAL: Luiz Carlos Marcon

### **TÉCNICO ELABORADOR DO PLANO DE REVEGETAÇÃO**

NOME: Karen Elisabete Marca

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Engenheira Florestal

NÚMERO DO REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL:

66226/D – CREA - PR

---

Eng.<sup>a</sup> Florestal Karen Elisabete Marca

CREA: 66226-D/PR

Os Projetos de revegetação das matas ciliares nas áreas a jusante, a montante e no interior do parque Morumbi, contemplam as duas áreas previstas no projeto, ou seja, a parte financiada pelo BID e a parte a ser posteriormente implantada pela PMC.

## 1 – INTRODUÇÃO

Com o crescimento das cidades se reduz a qualidade de vida urbana, aumentando assim a necessidade de áreas verdes. É necessário que exista um equilíbrio entre as áreas construídas e as áreas com vegetação.

A intervenção antropológica em áreas de córregos urbanos é muito evidente devido aos conflitos entre a ocupação humana e a vegetação. Os sistemas fluviais têm sofrido fortes intervenções e transformações ao longo dos anos, modificando o regime e dinâmica e interferindo na qualidade das águas e nas comunidades biológicas dos mesmos.

No perímetro urbano, os rios surgem como espaços em que se podem associar a parques e áreas verdes orientando a criação dessas áreas em que a cidade carece.

A vegetação existente nas margens dos corpos hídricos é chamada de mata ciliar, pois protege os rios assim como os cílios protegem nossos olhos. São áreas protegidas pelo Código Florestal (Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965).

A mata ciliar possui inúmeras funções. Na área urbana suas principais funções são evitar o assoreamento dos córregos e rios evitando assim as enchentes, pois diminuem a erosão e aumentam a infiltração da água no solo; a manutenção da qualidade da água; a retenção de gás carbônico; o aumento da umidade do ar e amenização do microclima, e a manutenção de nascentes e mananciais.

Este Plano de Revegetação compreende as ações que visam a conservação da micro bacia através da recuperação da área de APP nas áreas a montante e a jusante do Parque do Morumbi.

## 2 – LOCALIZAÇÃO

O plano de revegetação será implantado entre os bairros Periolo, Brasília, Morumbi, São Cristóvão e Cataratas em área de mata ciliar da micro

bacia da sanga Amambay em áreas a sua jusante e montante na sub-bacia do rio Melissa pertencente à Bacia do Piquiri.

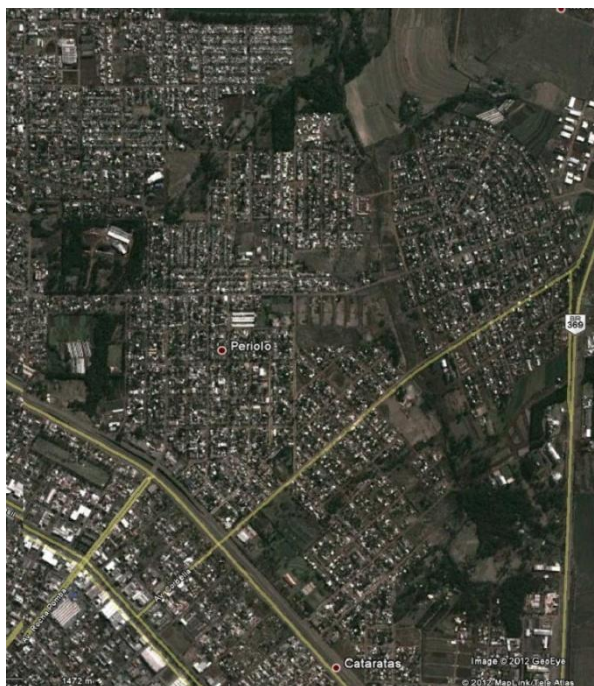


Figura 1 – Imagem da área do Parque Morumbi e as áreas da bacia a montante e a jusante

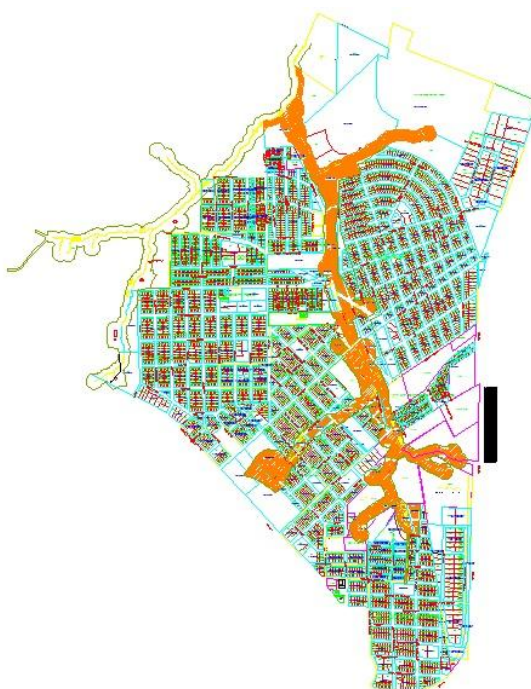


Figura 2 – Mapa da área do Parque Morumbi e as áreas da bacia a montante e a jusante

### 3 - OBJETIVOS

- Atender às deliberações da Legislação Ambiental vigente no país;
- Intervenção nas áreas que apresentam degradação ambiental;
- Revegetação da floresta ciliar e a conservação da área;
- Conservação da Micro bacia;
- Absorção de parte das águas pluviais;
- Redução da erosão, perda de solo e assoreamento do corpo hídrico, levando a melhoria da qualidade e quantidade da água;
- Contribuir para a estabilidade térmica do curso de água;
- Aumentar a capacidade de retenção de sedimentos e nutrientes;
- Estabilização dos barrancos, pela ação do sistema radicular nas camadas superficiais do solo, diminuindo a probabilidade de deslizamento;
- Contribuir para redução de gases de efeito estufa;
- Diminuição da poluição atmosférica e sonora;
- Fornecer abrigo à fauna existente;
- Agregar área para o índice de área verde por habitante;
- O plantio de 4089 mudas de árvores em locais de preservação permanente.

### 4 - JUSTIFICATIVA

A realização do referido projeto, justifica-se pela necessidade de revegetação da Areas de Preservação Permanente nas áreas a montante e a jusante do Parque Morumbi conforme as exigências da ajuda memória da missão de orientação do PDI da proposta BR – L1344. As áreas citadas anteriormente apresentam certa degradação ambiental e precisam de intervenções em suas partes alteradas. Para isso será implementado um plano de revegetação com procedimentos para a recomposição florística visando à

melhoria da qualidade da água do rio Amambay, conservação da micro bacia do mesmo e preservação do bioma mata atlântica.

## 5 – ANÁLISE DA REGIÃO FITOGEOGRÁFICA EM QUE ESTÃO LOCALIZADAS AS ÁREAS A REVEGETAR

### 5.1 - CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

#### 5.1.1 - LIMITES DA ÁREA DO PROJETO A MONTANTE:

Norte: Bairro Morumbi;  
Sul: Bairro cataratas;  
Leste: BR 277;  
Oeste: Bairro Cataratas.

#### 5.1.2 - LIMITES DA ÁREA DO PROJETO A JUSANTE:

Norte: Área agrícola;  
Sul: Parque Morumbi;  
Leste: Bairro Morumbi;  
Oeste: Bairro Santa Mariana.

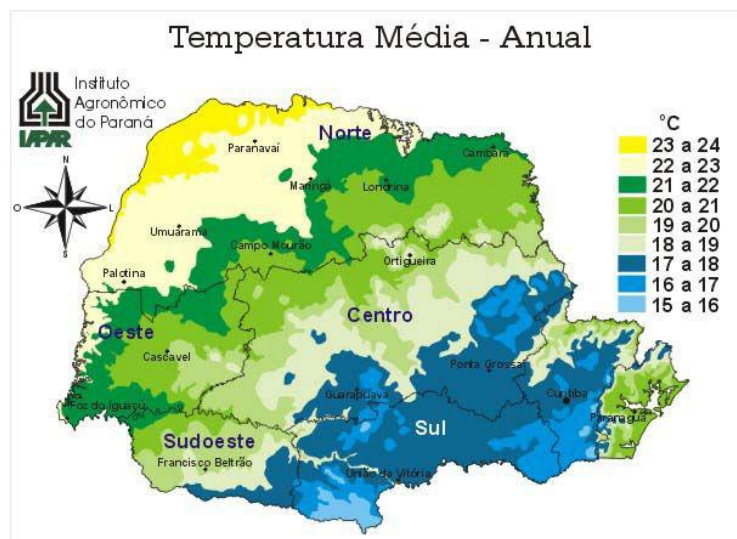
#### 5.1.3 – CLIMA

O clima classifica-se como temperado mesotérmico e úmido, com temperatura média anual em torno de 21°C. A região está sujeita a geadas, embora não muito frequentes. A umidade relativa do ar gira em torno de 75% e os ventos sopram na direção nordeste/sudoeste e leste/oeste com velocidade média entre 33 km/h e 46 km/h. (IAP, 2002).

A temperatura é um dos fatores fundamentais que influenciam o desenvolvimento e crescimento dos seres vivos, pois os processos biofísicos e



bioquímicos que condicionam o seu metabolismo são afetados por ela (IAPAR, *op. cit*).



FONTE: IAPAR, 2008

Figura 3 - Temperatura média anual no Estado do Paraná

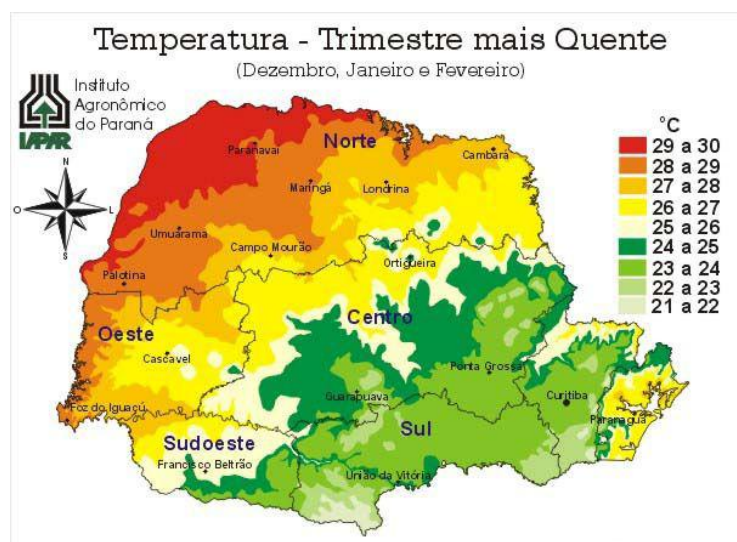


Figura 4 - Trimestre mais quente

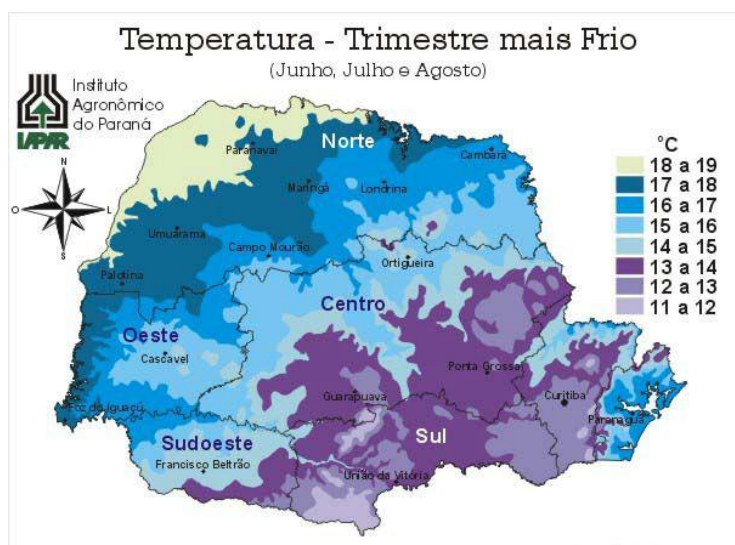


Figura 5 - Trimestre mais frio

#### 5.1.4 - PEDOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

O solo é classificado como Latossolo Roxo, Terra Roxa estruturada (LR d6; TR) e apresenta solos profundos, com boa capacidade de retenção de água, aeração e permeabilidade. Em se tratando de relevo, este se faz ondulado, ao norte, constituído por colinas amplas e baixas declividades, e ao sul apresenta média e alta declividade com relevo acidentado (MINEROPAR, 2004).

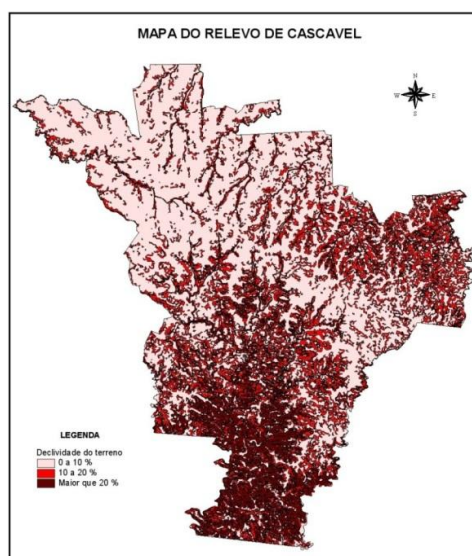


Figura 6 - Relevo do município de Cascavel

### 5.1.5. HIDROGRAFIA

O município de Cascavel integra três bacias hidrográficas, sendo estas: Bacia Hidrográfica do Rio Piquiri, Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, e Bacia Hidrográfica do Paraná III. A inserção do município no mapa das grandes bacias do estado pode ser visualizada na figura abaixo.



Figura 7 - Localização do município de Cascavel no mapa hidrográfico do estado

O Município é banhado por uma extensa rede de drenagem com vergência para o sul, sentido bacia do Rio Iguaçu, predominam os rios Tormenta e Andrada, e seus inúmeros efluentes. Com vergência para o norte, na bacia do Rio Piquiri, predominam rios Memória, Boi Piguá, Melissa, Sapucaia (ou Rebouças), e Rio Tourinho (Ano Novo) entre outros córregos. Finalmente com vergência dominante para o noroeste, sentido Lago de Itaipu, dentro da qual predominam o Rio São Francisco Rio Central, além de numerosos córregos. O município possui ainda significativo número de nascentes, tanto na área rural como no perímetro urbano.

### 5.1.6. PLUVIOSIDADE

O termo “precipitação” é definido como qualquer deposição da água em forma líquida ou sólida, com origem na atmosfera. Incluem-se nesta definição:

chuva, granizo, neve neblina, chuveiro, orvalho entre outros. A precipitação é normalmente expressa em milímetros, sendo que uma precipitação de 1 mm é o equivalente a um volume de 1 litro de água numa superfície de 1 m<sup>2</sup>. A quantidade e distribuição da precipitação que incide anualmente sobre determinada região é muito importante, pois é um dos fatores que determina o tipo de vegetação e, conseqüentemente, o tipo de fauna desta região.

Dados do IAPAR indicam uma média de precipitação para a região entre 1.800 a 2.000 mm/ano.

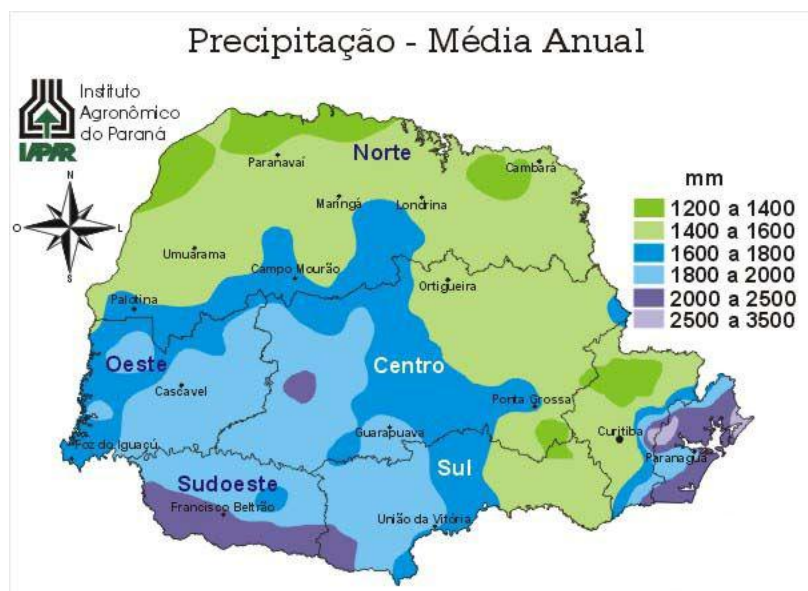


Figura 8 – Mapa da precipitação média anual para o estado do Paraná

#### 5.1.7 – COBERTURA VEGETAL DA REGIÃO

Conforme Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica e as delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - A área do município de Cascavel está inserida no bioma Mata Atlântica, que é representada na região pela tipologia denominada de Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista.





Figura 9 - Biomas Brasileiros

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Em função de suas características fitofisiográficas, a vegetação regional pode ser classificada como uma área de tensão ecológica, ou seja, é caracterizada por uma zona de contato entre duas classes de formações florestais: a Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Estacional Semidecidual.

Desta forma, a área do empreendimento está sob o domínio de uma zona de tensão ecológica ou ecótono, sendo caracterizada por uma vegetação de transição onde a mesma não assume uma identidade definida devido à ocorrência de espécies de ambas as floras.

#### DISTRIBUIÇÃO DAS FLORESTAS PRIMITIVAS DO ESTADO DO PARANÁ



Figura 10- Distribuição das Florestas no Estado do Paraná

## 6 - PROCEDIMENTOS E AÇÕES

### 6.1 - DIAGNÓSTICO FLORESTAL DAS ÁREAS DE APP

O diagnóstico realizado tem por objetivo descrever a situação florestal das áreas de APP dos lotes a jusante e a montante do parque Morumbi para subsidiar a elaboração do plano de revegetação.

O Plano de revegetação estabelece as ações que serão desenvolvidas nas áreas em questão.



## 6.2 – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE APP DOS LOTES A JUSANTE A MONTANTE DO PARQUE MORUMBI

Para realização das ações propostas há necessidade de um diagnóstico das condições de degradação das áreas, permitindo mapear as incidências de degradação florestal. Procedimentos básicos capazes de oferecer informações quanto à degradação florestal são imprescindíveis, conforme abaixo:

Análise das áreas através de imagens de Satélite;

Mapeamento de áreas com princípio de degradação através de mapas, e imagens de satélite.

Foram usados os seguintes modelos cartográficos para a bacia do Parque Morumbi: *mapa- base da cidade de Cascavel*, mapa de localização e mapas de *delimitações das áreas e Preservação Permanente* e dentro deste as delimitações das áreas onde não há vegetação, e também uma imagem de satélite ortoretificada da cidade de Cascavel/PR de 2011, como pano de fundo para que para uma melhor visualização das áreas com ou sem vegetação, e as demais áreas.

## 6.3 - CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Matrícula/ Cartório	Loteamento /Gleba	Quadra	Lote	Área/Lote	APP(m²)	Situação da APP
30.634 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		Parte Destacada do Lote 05	12.100,00	2.320,20	APP sem vegetação arbórea somente gramíneas em 1561,82 m²
	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		Parte Destacada do Lote 290	21.999,63	3.963,75	APP com 03 edificações e uma parte com vegetação arbórea
19.778 -3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		290-P-1-B	12.556,90	8.557,31	APP sem vegetação arbórea somente gramíneas em 5899,62 m² – apresenta 03 edificações.
19.779 -3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		290-P	39.887,10	16.683,78	APP com 03 edificações parte com vegetação arbórea parte sem vegetação arbórea
	Jardim Recanto Azul	3	Utilidade Pública	4.322,50	2.247,73	APP sem vegetação arbórea somente gramíneas de 2.212,74 m²
25.830 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		290-W	3.247,40	2.807,17	APP com 01 piscina e parte com vegetação arbórea e sem vegetação arbórea em 818,01 m²
25.831 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		292-Z	2.310,00	1.964,25	APP com 01 edificação e maior parte com vegetação arbórea
	Loteamento fechado Jd.	6	Área Verde-02	5.315,18	5.315,18	APP apresenta maior parte com vegetação arbórea

	Botânico					
	Jd. Cataratas	P	1	5.822,76	5.822,76	APP com vegetação arbórea na maior parte
	Jd. Cataratas	48	2	562,38	562,38	APP com 02 edificações e sem vegetação arbórea
	Jd. Cataratas	48	1	686,00	686,00	APP com 01 edificação e maior parte com vegetação arbórea
21.964 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		290-Y	54.142,48	12.906,14	APP sem vegetação arbórea de 6.149,03 m <sup>2</sup>
21.965 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		290-Z	7.757,52	7.757,52	APP em sua maior parte sem vegetação arbórea de 4610,58 m <sup>2</sup>
10.457 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		290-P	5.931,00	5.931,00	APP apresenta 04 edificações e parte sem vegetação arbórea de 1699,14 m <sup>2</sup>
27.354 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		294-A	71.938,37	19.310,00	APP apresenta 02 edificações, um açude e parte de área de piscina, e em sua maior parte existe vegetação arbórea.
25.020 - 1º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		295-C	16.252,00	12.461,48	Área de APP em sua maior parte com vegetação arbórea
18.262 - 2º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		295-B	75.174,00	16.176,50	APP sem vegetação arbórea de 4083,4 m <sup>2</sup>

	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		295-A	26.640,07		APP em quase sua totalidade com vegetação arbórea
	Bairro Estrela do Mar	9	1	217,60	217,60	APP apresenta edificação
	Bairro Estrela do Mar	9	2	360,00	360,00	APP apresenta edificação
	Bairro Estrela do Mar	9	3	450,00	450,00	APP apresenta edificação
	Bairro Estrela do Mar	9	4	470,40	470,40	APP apresenta edificação
	Bairro Estrela do Mar	9	5	463,20	463,20	APP apresenta edificação
	Bairro Estrela do Mar	9	6	456,00	456,00	APP com gramíneas
	Bairro Estrela do Mar	9	7	448,80	448,80	APP com gramíneas
	Bairro Estrela do Mar	9	8	441,60	398,30	APP com gramíneas
	Bairro Estrela do Mar	9	9	434,00	45,34	APP com gramíneas
	Bairro Estrela do Mar	9	10	427,20	81,32	APP com gramíneas
	Bairro Estrela do Mar	9	11	419,40	106,37	APP com gramíneas
	Bairro Estrela do Mar	9	12	778,50	301,28	APP com gramíneas

	Mar					
9.745 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		290-P	10.720,00	7.073,44	APP em quase sua totalidade sem vegetação arbórea de 4918,1 m²
	Jd. Morada do Sol	5	1	4.315,32	4.315,32	APP em sua maior parte sem vegetação arbórea de 1583,54 m²
	Jd. Morada do Sol	5	2	2.200,00	2.200,00	APP em sua maior parte sem vegetação arbórea de 17111,39 m²
	Jd. Morada do Sol	6	U	2.300,00	2.300,00	APP apresentando parte sem vegetação arbórea de 618,41 m²
	Jd. Morada do Sol	7	U	6.264,60	6.264,60	APP sem vegetação arbórea de 3485,33 m²
	Jd. Morada do Sol	9	1	439,92	439,92	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	9	2	390,00	390,00	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	9	3	450,00	450,00	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	9	4	417,90	312,57	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	9	5	514,29	514,29	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	9	6	631,74	631,74	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	9	7	341,40	341,40	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	10	1	435,00	391,85	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	10	2	362,50	324,00	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	10	3	362,50	298,07	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	10	4	362,50	247,83	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	10	5	362,50	137,26	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	10	16	390,00	23,29	APP apresenta edificação

	Jd. Morada do Sol	10	17	450,00	450,00	APP com gramíneas e árvores isoladas
	Jd. Morada do Sol	10	18	480,00	141,86	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	10	19	480,00	49,38	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	11	1	490,98	405,56	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	11	2	450,00	450,00	APP apresenta edificação
	Jd. Morada do Sol	11	3	479,55	479,55	APP com gramíneas e árvores isoladas
	Sarah Elisa	9	AV	3.454,42	2.723,09	APP parte sem vegetação arbórea de 1268,6 m <sup>2</sup>
	Sarah Elisa	10	AV	580,99	564,05	APP com gramíneas e árvores isoladas
	Sarah Elisa	10	UP	77,26	14,34	APP com gramíneas e árvores isoladas
40.074 - 1º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		288-B-3	28.800,00	6.162,51	APP parte sem vegetação arbórea de 2634,79 m <sup>2</sup>
23.299 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		25	33.750,00	934,62	Árvores isoladas e gramíneas
43.994 - 1º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		30-P	90.370,00	14.246,85	APP apresenta 02 açudes e sem vegetação arbórea em 1869,86 m <sup>2</sup>
	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		39-P	23.250,00	2.917,06	Área de APP sem vegetação arbórea em 1633,39 m <sup>2</sup>
45.910 - 1º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		42	28.250,00	27.794,32	APP apresenta 03 edificações e 04 açudes, vegetação de gramíneas em quase sua totalidade 15589,86 m <sup>2</sup> e árvores isoladas no



						restante da área.
45.911 - 1º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		43	31.000,00	9.169,21	APP apresenta 01 edificação e maior parte sem vegetação arbórea com gramíneas - 6499,51 m <sup>2</sup> e pequena parte de vegetação arbórea
	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		50	48.000,00	30.881,42	APP apresenta 08 açudes e sem vegetação arbórea em 16820 m <sup>2</sup>
TRANSC. 34.961 - 1º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		65	38.000,00	5.202,17	APP apresenta 02 edificações e parte sem vegetação arbórea de 2458,55 m <sup>2</sup>
	Bairro Santana	4	7	364,25	40,67	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	4	8	364,25	327,86	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	4	9	375,00	375,00	Apresenta vegetação arbórea
	Bairro Santana	4	10	375,00	375,00	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	4	11	364,25	151,63	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	5	1	554,40	458,46	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	5	30	360,00	83,89	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	5	31	480,00	480,00	Somente gramíneas
	Bairro Santana	5	32	492,80	492,80	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	6	21	420,00	118,73	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	6	22	420,00	121,14	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	6	23	420,00	74,21	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	6	24	450,00	123,33	APP apresenta edificação

	Bairro Santana	11	5	360,00	173,50	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	11	6	360,00	221,55	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	11	7	450,00	441,13	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	11	8	540,00	156,13	APP com vegetação arbórea
	Bairro Santana	11	9	585,00	144,51	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	11	10	585,00	98,31	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	11	11	540,00	19,28	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	12	3	360,00	58,72	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	12	4	360,00	360,00	APP apresenta edificação
	Bairro Santana	12	5	360,00	360,00	APP apresenta edificação
	<b>Bairro Santana</b>	<b>13</b>	<b>UPIC</b>	<b>4.704,00</b>	<b>4.704,00</b>	<b>APP em quase sua totalidade com vegetação arbórea apenas 782,11 m<sup>2</sup> sem vegetação</b>
	Jardim Colméia	1	4	360,00	16,45	APP apresenta edificação
	Jardim Colméia	1	5	390,00	69,14	APP apresenta edificação
	Jardim Colméia	1	6	450,00	131,68	APP apresenta edificação
	Jardim Colméia	3	14	450,00	107,95	APP apresenta edificação
	Jardim Colméia	3	15	420,00	63,63	APP com gramíneas
	Jardim Colméia	3	16	420,00	25,42	APP com gramíneas
	Jardim Colméia	4	14	450,00	23,59	APP apresenta edificação
	Jardim Colméia	5	19	420,00	9,06	APP apresenta edificação
	Jardim Colméia	5	20	450,00	188,72	APP apresenta edificação
	Jardim Colméia	10	1	8.100,00	8.100,00	APP apresenta edificação e arvores isoladas
	Jardim Colméia	RES.	II	1.056,00	243,18	APP sem vegetação arbórea de 201,94 m <sup>2</sup>

	Parque Morumbi	RESP	1	28783,14	28783,14	APP sem vegetação arbórea somente gramíneas em 17729,37 m <sup>2</sup>
	Parque Morumbi	RESP	2	33.751,80	31.098,86	APP sem vegetação arbórea somente gramíneas em 27.690,07
	Parque Morumbi	RESP	3	6.480,90	6.378,97	APP sem vegetação arbórea somente gramíneas em 5848,62 m <sup>2</sup>
	Parque Morumbi	RESP	5	9.448,20	8.874,90	APP sem vegetação arbórea somente gramíneas em 7637,35 m <sup>2</sup>
	Parque Morumbi	16	1	461,25	140,70	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	2	483,75	97,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	3	506,25	8,34	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	5	450,00	193,68	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	6	450,00	331,43	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	7	450,00	392,27	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	8	450,00	407,94	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	9	860,00	768,44	Gramíneas em sua totalidade
	Parque Morumbi	16	10	700,57	473,22	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	11	903,09	100,93	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	12	450,00	450,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	13	450,00	404,84	APP apresenta edificação sem vegetação arbórea em 128,66 m <sup>2</sup>
	Parque Morumbi	16	14	450,00	450,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	16	15	450,00	450,00	APP apresenta parte 01 edificação e parte da área sem vegetação arbórea em 136,53 m <sup>2</sup>

	Parque Morumbi	17	13	450,00	404,84	APP apresenta parte da área sem vegetação arbórea de 10,56 m <sup>2</sup> , e apresenta edificação
	Parque Morumbi	17	14	618,75	618,75	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	17	15	450,00	136,53	APP com gramíneas
	Parque Morumbi	17	16	450,00	10,56	APP com gramíneas
	Parque Morumbi	47	1	712,30	479,97	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	93	1	412,50	197,77	APP apresenta área sem vegetação arbórea de 47,36 m <sup>2</sup>
	Parque Morumbi	93	2	506,25	226,73	APP apresenta área sem vegetação arbórea de 226,72 m <sup>2</sup>
	Parque Morumbi	93	3	528,75	230,24	APP apresenta área sem vegetação arbórea de 151,1 m <sup>2</sup>
	Parque Morumbi	93	4	560,00	457,95	APP apresenta área sem vegetação arbórea de 457,95 m <sup>2</sup>
	Parque Morumbi	93	5	450,00	154,46	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	93	11	819,33	310,14	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	93	12	634,42	378,23	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	93	13	823,25	802,67	Sem vegetação arbórea em 802,67 m <sup>2</sup>
	<b>Parque Morumbi</b>	<b>95</b>	<b>UP</b>	<b>8.250,12</b>	<b>4.263,32</b>	<b>Sem vegetação arbórea em 4263,32 m<sup>2</sup></b>
	Parque Morumbi	97	1	450,00	8,94	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	2	390,00	75,78	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	3	360,00	103,59	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	4	360,00	99,24	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	5	390,00	59,64	APP apresenta edificação

	Parque Morumbi	97	6	450,00	1,88	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	7	480,00	405,28	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	8	480,00	480,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	9	480,00	480,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	10	480,00	480,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	11	480,00	480,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	12	450,00	450,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	13	390,00	390,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	14	360,00	360,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	15	360,00	360,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	16	390,00	365,05	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	17	450,00	286,47	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	18	480,00	480,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	19	480,00	480,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	20	480,00	480,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	21	480,00	480,00	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	97	22	480,00	438,45	APP apresenta edificação
	Parque Morumbi	RESP	4	16.960,00	14.935,51	APP sem vegetação arbórea em 14768,6 m <sup>2</sup>
	Gleba São Francisco ou Lopei - 11º Perímetro	160	11	1.934,76	1.062,56	APP sem vegetação em 1062,56 m <sup>2</sup>
	Gleba São Francisco ou Lopei - 11º Perímetro	160	12	2.017,75	2.017,75	APP apresenta edificação sem vegetação arbórea e com gramíneas em 1735,51 m <sup>2</sup>
	Gleba São	1608	UP	4.007,57	681,52	APP apresenta edificação e não apresenta

	Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro					vegetação arbórea em 214,54 m <sup>2</sup>
	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro	1607	A3	360,00	88,41	APP apresenta árvores isoladas
	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro	1607	A4	360,00	221,58	APP apresenta edificação
	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		161	39.330,00	6.608,00	APP apresenta edificações, árvores isoladas e uma grande parte sem vegetação arbórea com gramíneas em 3762,56 m <sup>2</sup>
25.183 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro	266-R	R1	24.200,00	11.807,50	Sem vegetação arbórea com gramíneas e cultivo agrícola em 5243,9 m <sup>2</sup>
25.184 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro	266-R	R2	24.200,00	5.397,09	Área sem vegetação arbórea com cultivo agrícola em 2687,94 m <sup>2</sup>
	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		168	46.670,00	25.328,49	Quase sua totalidade com vegetação arbórea, apenas 808,46 m <sup>2</sup> com gramíneas.
36.413 - 1º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		264-A	48.400,00	12.799,07	APP sem vegetação arbórea com gramíneas de 8074,74 m <sup>2</sup>
25.185 - 3º S.R.I.	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		266-R	206.883,00	13.677,09	Grande parte com vegetação arbórea apenas 4365,57 m <sup>2</sup> com gramíneas



	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		266-B	72.600,00	13.350,74	APP apresenta edificações, 03 açudes e parte com vegetação arbórea e parte com cultura agrícola de 1966,99 m <sup>2</sup>
	Gleba São Francisco ou Lopeí - 11º Perímetro		266-D-32	338.865,98	9.632,31	APP apresenta edificações, 02 açudes e parte com vegetação arbórea e parte com gramíneas em 7968,46 m <sup>2</sup> .
	Jd. Caroline	UP	V	2.580,00	2.580,00	Sem vegetação arbórea em 2779,23 m <sup>2</sup>
37.974 - 3º S.R.I.	Água Doce	4	8-AV	7.270,95	5.597,67	A maior parte sem vegetação arbórea, 3018,78 m <sup>2</sup> .

**Tabela 1 – Identificação e caracterização das áreas a jusante e a montante do parque Morumbi**

**Obs.: Lotes Públicos**

**6.3 – PLANEJAMENTO DA RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE APP A MONTANTE E A JUSANTE DO PARQUE MORUMBI**

**6.3.1 – ÁREAS PARTICULARES**

Ocorrerá à notificação dos proprietários e deve-se firmar termo de compromisso de plantio de espécies nativas arbóreas, manutenção e proteção da área, que terão prazos para a realização das ações a fim de se recuperar as áreas de APP.

**6.3.2 – ÁREAS PÚBLICAS**

Deve-se prover o isolamento da área e implantação da cobertura vegetal através do plantio de espécies nativas arbóreas.

**6.3.3 – IMPLANTAÇÃO DE COBERTURA VEGETAL NAS ÁREAS DE APP QUE APRESENTAM DEGRADAÇÃO FLORESTAL**

Implantar cobertura vegetal na área de preservação permanente dos lotes a jusante e a montante do parque Morumbi, através do plantio de mudas de espécies nativas arbóreas, comprovadamente adaptadas às condições climáticas e edáficas do local. Deverá ser executado replantio nas áreas em que houver desenvolvimento insatisfatório da vegetação implantada e monitoramento, até que se atinja uma condição estável.

**6.3.3.1 - Seleção das espécies florestais**

Recomenda-se utilizar um grande número de espécies para aumentar a biodiversidade da fauna e da flora.

As espécies para a recuperação florística devem ser selecionadas considerando-se os objetivos a curto e longo prazo, as condições químicas e físicas dos locais de plantio, o clima, a taxa e a forma de crescimento, a compatibilidade com outras espécies a serem plantadas e outras condições específicas do local.

A tolerância das espécies em relação à umidade do solo deve ser respeitada.

A fauna local deve ser levada em conta quando da seleção de espécies de plantas. A seleção de espécies deverá ser orientada, com o predomínio das seguintes características:

- . Rusticidade;
- . Rápido desenvolvimento;
- . Fácil propagação;
- . Fácil implantação com baixo custo;
- . Pouca exigência quanto a condições do solo;
- . Fácil integração na paisagem;
- . Inocuidade às condições biológicas da região;
- . Fator de produção de alimento para a fauna.

#### 6.3.3.2 – Preparo do solo

O preparo do solo consiste nas atividades realizadas antes do plantio e envolvem operações distintas relacionadas diretamente as condições da área.

##### 6.3.3.2.1 – *Limpeza da área*

A operação de limpeza se constitui na erradicação e/ou controle de espécies invasoras que possam vir a competir com as mudas implantadas e o desenvolvimento das mesmas. A escolha da modalidade de controle, assim

como sua intensidade, deverá ser feita em função do nível de infestação e composição das espécies invasoras.

#### *6.3.3.2.2 – Correção do pH*

Consiste em aplicação de calcário nas covas para o plantio das mudas. A quantidade de calcário deve ser definida com base na análise do solo, mas em geral utiliza-se 04 toneladas por ha. Para o plantio das mudas deve se usar de um modo geral 200 g por cova. A aplicação será feita a lanço manual.

#### *6.3.3.2.3 – Adubação*

Consiste em melhorar as condições químicas e físicas do solo. Deverá ser misturada a terra de cada cova de plantio das mudas 500 g de esterco de aves bem curtido. Para a área total a quantidade vai depender da análise do solo, mas em geral utiliza-se 02 toneladas por ha. A aplicação será feita a lanço manual.

#### *6.3.3.2.4 – Coveamento Manual*

As covas para plantio de espécies arbóreas deverão ser feitas manualmente utilizando para isto perfurador de solo e ter as dimensões de acordo com o tamanho das mudas. Serão utilizadas de preferência mudas nativas de 1,5 m de altura, sendo no caso utilizado o tamanho de cova de 0,50 m x 0,50 m x 0,50 m. Para mudas menores o coveamento deve ser menor. O espaçamento entre as mudas vai depender da situação da área.

#### *6.3.3.2.5 – Preparo do solo das covas das mudas*

Todo volume de terra retirado deverá ser deixado do lado das covas para sofrer incorporação completa com calcário e matéria orgânica. O solo

preparado deverá ser devolvido à cova, deixando no mínimo uma abertura com capacidade volumétrica para o torrão da muda.

#### 6.3.3.3 – Plantio das mudas

O plantio deve ser realizado preferencialmente em dias chuvosos ou nublados. Deve ser retirada toda embalagem plástica existente cuidadosamente evitando o destorroamento e cobrir o fundo da cova com a terra adubada até que o colo da muda fique nivelado com a superfície. Colocar a muda dentro da cova em vertical sempre observando o colo da muda com o nível da superfície. O excesso de terra oriundo da cova deverá ser disposto em “coroa” ao redor da muda, nunca em cone ao redor do seu caule, formando uma bacia de acumulação, para facilitar as irrigações. Devem-se prover estacas e enterrá-las rente às mudas para visualização das mesmas durante a limpeza e escorá-las, amarrando-as com borracha ou sisal em forma de um oito deitado e completar as covas com a terra. Após o plantio as mudas devem ser molhadas.

#### 6.3.3.4 – Tratos culturais de manutenção

Abrange, basicamente, se necessário o combate a pragas e doenças (formiga, fungos e outros), a adubação em cobertura ao final do primeiro ano do plantio e o replantio de falhas observadas durante o desenvolvimento da vegetação introduzida. Além dessas atividades, as áreas plantadas, deverão ser monitoradas com o objetivo de prevenir possíveis ocorrências de espécies invasoras, capazes de competir com a vegetação introduzida.

#### 6.3.3.5 – Irrigação

As mudas devem ser regadas com frequência no caso de estiagem com a finalidade de fornecer umidade necessária ao desenvolvimento das mudas.

#### 6.3.3.6 – Replântio

Decorridos cerca de quarenta dias do plantio, todas as mudas devem ser inspecionadas. Constatando-se a morte da planta, esta deverá ser substituída. No recoveamento para estas mudas, as covas poderão ser reabertas apenas nas dimensões suficientes para receber as novas mudas, não havendo necessidade de se remover todo o volume de terra.

#### 6.3.3.7 – Capina seletiva

Consiste na eliminação manual de espécies invasoras, com auxílio de enxadas e/ou enxadões e deverá ser repetida conforme a necessidade até o completo desenvolvimento da vegetação implantada.

### 6.4 – CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO DA REVEGETAÇÃO NOS LOTES DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
Preparo do terreno												
Abertura das covas												
Aquisição das mudas												
Plantio florestal												
Replântio												
Tratos silviculturais												
Monitoramento												

Figura 11 – Cronograma de execução da revegetação



## REFERÊNCIAS

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.  
**Restauração da mata atlântica em áreas de sua primitiva ocorrência natural.** 2ª ed. Colombo PR – 2002.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil.** 3ª ed. Nova Odessa: Plantarum. São Paulo, 2000. v.1.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil.** 2ª ed. Nova Odessa: Plantarum. São Paulo, 1998. v.2.

SPVS – SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Manual para recuperação da reserva florestal legal.** Curitiba, FNMA, 1996. 84p.

## **PROJETO PLANTIO DE ÁRVORES NA APP DO PARQUE MORUMBI**

### **ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO**

NOME: Secretaria de Meio Ambiente do Município de Cascavel

REPRESENTANTE LEGAL: Luiz Carlos Marcon

### **ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO**

NOME: Karen Elisabete Marca

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Engenheira Florestal

NÚMERO DO REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL:  
66226/D – CREA - PR

---

Eng.<sup>a</sup> Florestal Karen Elisabete Marca  
CREA: 66226-D/PR

**Os Projetos de revegetação do parque Morumbi, contemplam as duas áreas previstas no projeto, ou seja, a parte financiada pelo BID e a parte a ser posteriormente implantada pela PMC.**





Figura 12 – Imagem da área do parque Morumbi

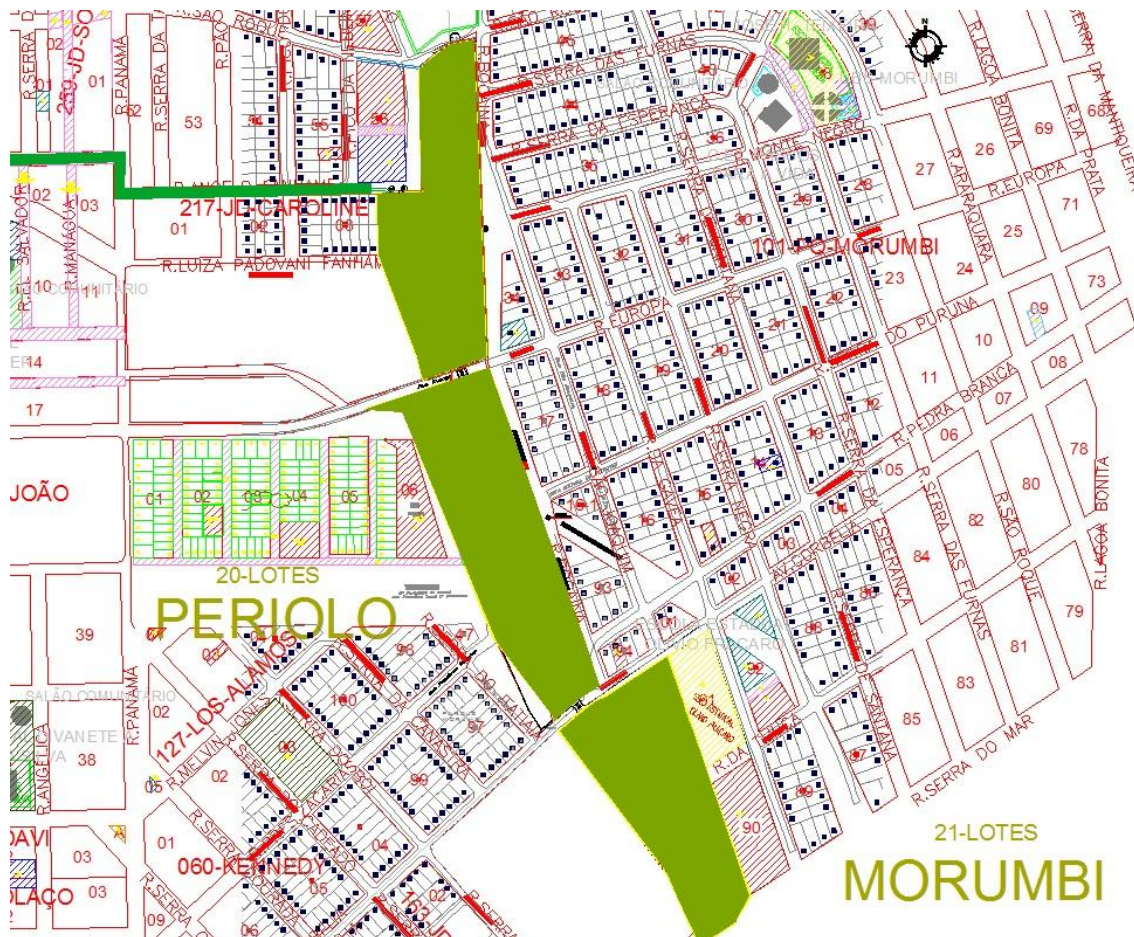


Figura 13 – Mapa da área do parque Morumbi

## 2 - OBJETIVOS

- Intervenção nas áreas que apresentam degradação ambiental;
- Conservação da área;
- Conservação da Micro-bacia;
- Absorção de parte das águas pluviais;
- Redução da erosão, perda de solo e assoreamento do corpo hídrico, levando a melhoria da qualidade e quantidade da água;
- Contribuir para a estabilidade térmica do curso de água;
- Aumentar a capacidade de retenção de sedimentos e nutrientes;

- Estabilização dos barrancos, pela ação do sistema radicular nas camadas superficiais do solo, diminuindo a probabilidade de deslizamento;
- Contribuir para redução de gases de efeito estufa;
- Diminuição da poluição atmosférica e sonora;
- Fornecer abrigo à fauna existente;
- Agregar área para o índice de área verde por habitante;
- Estimular a visitação da comunidade, escolas e Universidades;
- Incentivar, apoiar e ampliar a participação das populações locais no planejamento e na execução das ações;
- Garantir a função ambiental e social do Parque.
- E o plantio de grama e arborização das áreas.

### 3 - JUSTIFICATIVA

A realização do referido projeto, justifica-se pela necessidade de conservação do espaço público contemplando a recuperação ambiental (sócio-econômico-ecológico) da área em questão. A área do Parque Morumbi apresenta uma elevada degradação ambiental e precisa de uma intervenção emergencial em suas áreas alteradas, visando à melhoria da qualidade da água do rio Amambay, conservação da micro-bacia do mesmo, preservação do bioma mata atlântica, aumento da extensão e qualidade do habitat para a fauna, a fim de oferecer a comunidade um ponto turístico que desperte o interesse para turismo e visitação, conscientização ambiental, contemplação e integração com a natureza, bem como a garantia das funções paisagísticas, ambientais e sociais e de seu uso pelas Escolas, Universidades e comunidade de Cascavel, com ações de Educação Ambiental, junto às mesmas.

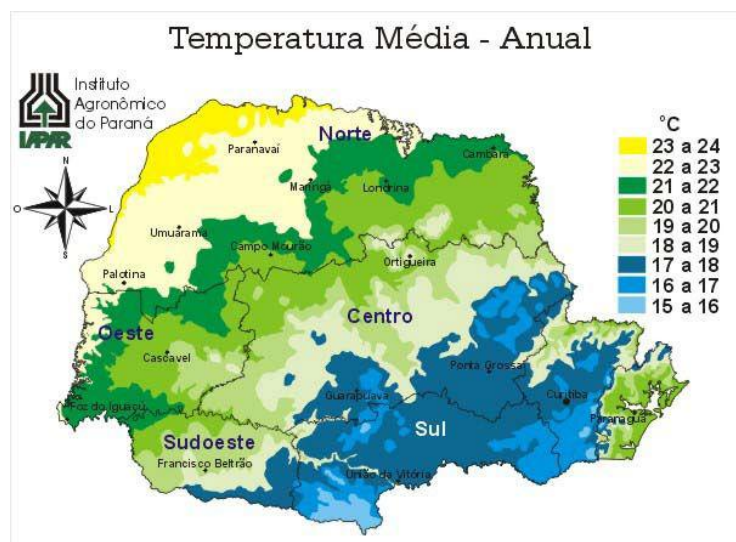
## 4 – ÁREA DO PROJETO

### 4.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

#### 4.1.1 – CLIMA

O clima classifica-se como temperado mesotérmico e úmido, com temperatura média anual em torno de 21°C. A região está sujeita a geadas, embora não muito frequentes. A umidade relativa do ar gira em torno de 75% e os ventos sopram na direção nordeste/sudoeste e leste/oeste com velocidade média entre 33 km/h e 46 km/h. (IAP, 2002).

A temperatura é um dos fatores fundamentais que influenciam o desenvolvimento e crescimento dos seres vivos, pois os processos biofísicos e bioquímicos que condicionam o seu metabolismo são afetados por ela (IAPAR, *op. cit*).



FONTE: IAPAR, 2008

Figura 14 – Temperatura média anual no Estado do paraná



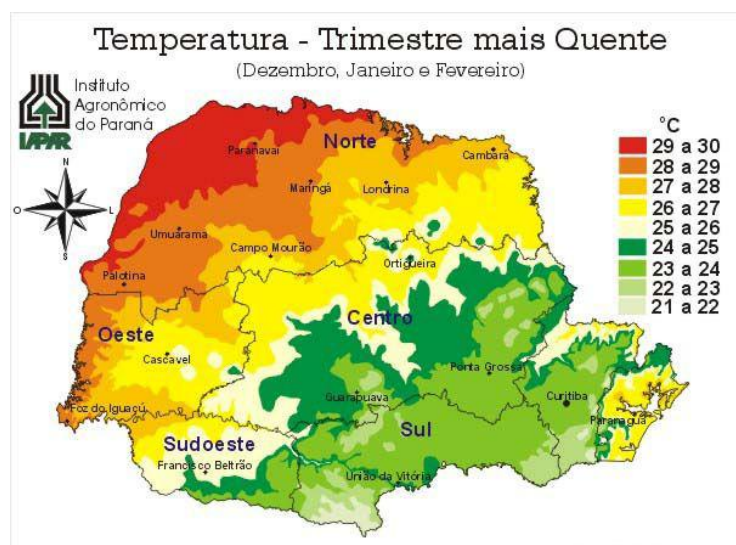


Figura 15 – Trimestre mais quente

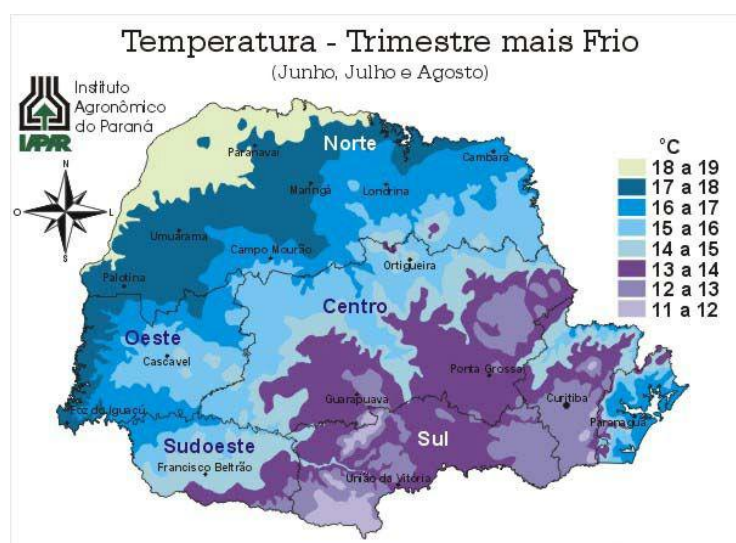


Figura 16 – Trimestre mais frio

#### 4.1.2 - PEDOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

O solo é classificado como Latossolo Roxo, Terra Roxa estruturada (LR d6; TR) e apresenta solos profundos, com boa capacidade de retenção de água, aeração e permeabilidade. Em se tratando de relevo, este se faz ondulado, ao norte, constituído por colinas amplas e baixas declividades, e ao

sul apresenta média e alta declividade com relevo acidentado (MINEROPAR, 2004).

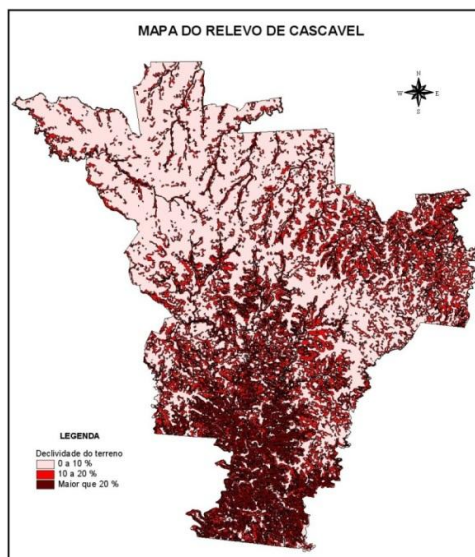


Figura 17 – Relevo do município de Cascavel

#### 4.1.3. HIDROGRAFIA

O município de Cascavel integra três bacias hidrográficas, sendo estas: Bacia Hidrográfica do Rio Piquiri, Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, e Bacia Hidrográfica do Paraná III. A inserção do município no mapa das grandes bacias do estado pode ser visualizada na figura abaixo.



Figura 18 – Localização do município de Cascavel no mapa hidrográfico do estado

O Município é banhado por uma extensa rede de drenagem com vergência para o sul, sentido bacia do Rio Iguaçu, predominam os rios Tormenta e Andrada, e seus inúmeros efluentes. Com vergência para o norte, na bacia do Rio Piquiri, predominam rios Memória, Boi Piguá, Melissa, Sapucaia (ou Rebouças), e Rio Tourinho (Ano Novo) entre outros córregos. Finalmente com vergência dominante para o noroeste, sentido Lago de Itaipu, dentro da qual predominam o Rio São Francisco Rio Central, além de numerosos córregos. O município possui ainda significativo número de nascentes, tanto na área rural como no perímetro urbano.

#### 4.1.4. PLUVIOSIDADE

O termo “precipitação” é definido como qualquer deposição da água em forma líquida ou sólida, com origem na atmosfera. Incluem-se nesta definição: chuva, granizo, neve neblina, chuveiro, orvalho entre outros. A precipitação é normalmente expressa em milímetros, sendo que uma precipitação de 1 mm é o equivalente a um volume de 1 litro de água numa superfície de 1 m<sup>2</sup>. A quantidade e distribuição da precipitação que incide anualmente sobre determinada região é muito importante, pois é um dos fatores que determina o tipo de vegetação e, conseqüentemente, o tipo de fauna desta região. Dados do lapar indicam uma média de precipitação para a região entre 1.800 a 2.000 mm/ano.

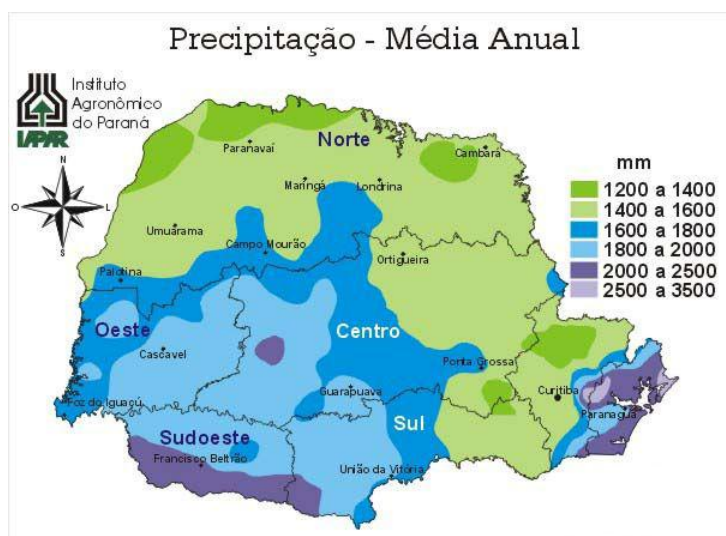


Figura 19 – Mapa da precipitação média anual para o estado do Paraná

## 5 - DIAGNÓSTICO DA COBERTURA VEGETAL DA REGIÃO

Conforme Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica e as delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - A área do município de Cascavel está inserida no bioma Mata Atlântica, que é representada na região pela tipologia denominada de Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Figura 20 – Biomas Brasileiros

Em função de suas características fitofisiográficas, a vegetação regional pode ser classificada como uma área de tensão ecológica, ou seja, é caracterizada por uma zona de contato entre duas classes de formações florestais: a Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Estacional Semidecidual.

Desta forma, a área do empreendimento está sob o domínio de uma zona de tensão ecológica ou ecótono, sendo caracterizada por uma vegetação de transição onde a mesma não assume uma identidade definida devido à ocorrência de espécies de ambas as floras.



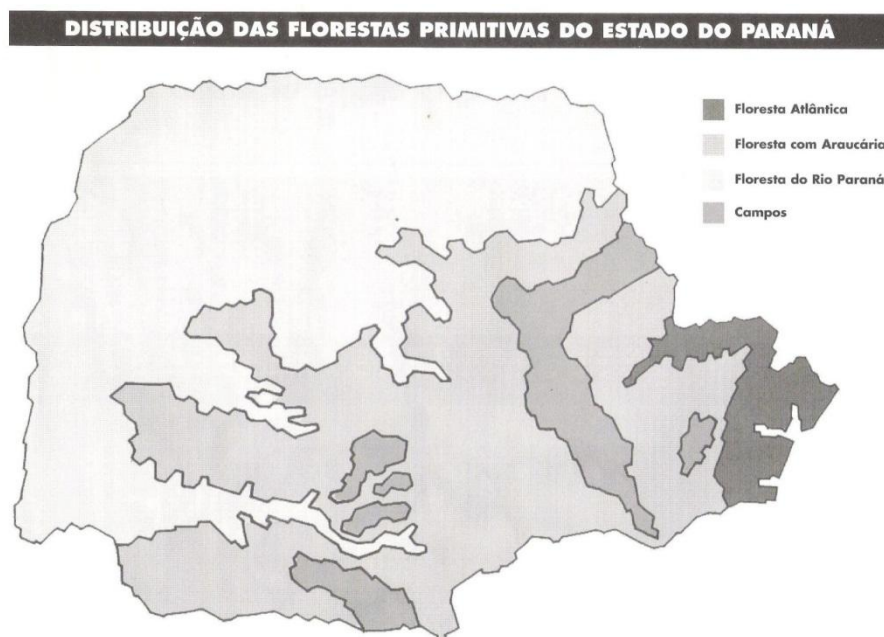


Figura 21 – Distribuição das florestas no estado do Paraná

### 5.1 - FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL

A Floresta Estacional Semidecidual é uma formação florística que tem como fácies um dossel superior cujas copas das árvores se tocam, dando um aspecto fechado e denso. O ciclo vegetativo é determinado principalmente pela baixa precipitação pluviométrica com maior influência continental. Localizam-se a uma altitude média de 400 a 800 m, embora em alguns locais a 200 m, nas regiões de influência dos rios Paraná e Uruguai.

Segundo MAACK, de forma quase imperceptível, a sul do divisor de águas Ivaí-Piquirí, a floresta subcaducifólia tropical transforma-se gradativamente em subtropical sem limite climático ou biológico nítido. A oeste estende-se além do rio Paraná, Paraguai adentro, exibindo a mesma exuberância em espécies descritas para a floresta subcaducifólia tropical.

A Floresta Estacional Semidecidual caracteriza-se por apresentar árvores com porte variando entre 25 a 30 metros de altura. Estruturalmente, apresenta dois estratos arbóreos e um arbustivo. Muitas de suas espécies (de 20 a 50% das árvores) perdem as folhas durante a estação seca. São comuns



as epífitas, como bromeliáceas, aráceas e orquidáceas.

Dentre as espécies arbóreas de expressão econômica ou ecológica que ocorrem nesta formação florestal, distinguem-se: cedro (*Cedrela fissilis*), pau marfim (*Balfourodendron riedelianum*), louro pardo (*Cordia trichotoma*), peroba (*Aspidosperma polyneuron*), guajuvira (*Patagonula americana*), ipê (*Tabebuia heptaphylla*), cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), alecrim (*Holocalyx glaziovii*), angico (*Piptadenia* sp.), canafístula (*Peltophorum* sp.), cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), sapuva (*Machaerium stipitatum*), timbaúva (*Enterolobium contortisiliquum*), sassafrás (*Ocotea pretiosa*), canela preta (*Ocotea catharinensis*), canela lageana (*Ocotea pulchella*), canjerana (*Cabralea glaberrima*), guatambú (*Aspidosperma* sp.), Araticum (*Rollinia exalbida*), açoita cavalo (*Luehea divaricata*), esporão de galo (*Celtis talla*), guaçatunga (*Casearia sylvestris*).

## 5.2 - FLORESTA OMBRÓFILA MISTA

A Floresta Ombrófila Mista é uma formação florística conhecida como mata de araucária, pois o Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*) constitui o andar superior da floresta, com sub-bosque bastante denso. Essa flora caracteriza-se estruturalmente, pela presença notável de uma ampla gama de espécies de plantas e animais, com especial destaque para a vegetação de porte arbóreo, onde emerge a espécie que dá nome ao bioma, *Araucaria angustifolia*. Associada à araucária, na sua formação típica, ocorrem diversas espécies lenhosas que predominam na paisagem, dentre as quais destacam-se *Ocotea porosa* (imbuia), *Ilex paraguariensis* (erva-mate), diversas representantes das famílias botânicas Lauraceae e Myrtaceae, entre outras (Longhi 1980). Nas suas transições, na área de ocorrência da Floresta Estacional Semidecidual, destacam-se *Croton floribundus* (capixingui), *Astronium graviolens* (guaritá), *Esenbeckia grandiflora* (três folhas), *Cariniana legalis* (jequitibá-rosa), entre outras (Coraiola 1997). A flora é rica, ocorrendo, além das árvores, outras formas de vida representadas por vários elementos

de hábito arbustivo, herbáceo, fetos arborescentes, epífitas, lianas, entre outras. Conforme Pizatto (1999), a floresta apresenta uma estrutura vertical com três estratos verticais arbóreos e um herbáceo arbustivo. Árvores emergentes e esparsas sobrepõem o dossel, consistindo-se basicamente de araucária. No segundo estrato, ainda domina a araucária, mas forma-se uma folhagem contínua de outras espécies folhosas. O terceiro estrato é também compacto e composto, em sua maior parte, de folhosas. O quarto estrato é formado por plântulas e várias espécies arbóreas, arbustivas, ervas terrícolas, entre outras. No pavimento inferior da floresta, surge grande número de fungos, briófitas e líquenes.

## 6 – COBERTURA VEGETAL ATUAL DA ÁREA DO PROJETO

Em virtude da intensa exploração madeireira e agrícola da região do empreendimento, pouco resta da vegetação original descrita anteriormente. As atividades antrópicas ocorridas no decorrer do processo evolutivo e o desenvolvimento regional ocasionaram o aparecimento de vegetação secundária por, praticamente, toda a extensão da área em questão.

A ocupação do espaço pela vegetação implica em uma série de reações de causa e efeito, levando a alterações na temperatura, umidade do solo e da atmosfera a nível microclimático, e na luminosidade incidente, no teor de matéria orgânica e nas condições físicas do solo (KUNIYOSHI, 1990), que acaba por ensejar a instalação da fase sucessional seguinte.

### 6.1 – VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA OU EM REGENERAÇÃO

Vegetação Secundária ou em Regeneração é a vegetação resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária.

## 6.2 - FASES SUCESSIONAIS DA VEGETAÇÃO ENCONTRADAS NA ÁREA

A vegetação primária foi totalmente suprimida sendo encontrado apenas dois estágios de vegetação secundária.

Os terrenos abandonados logo após exploração exaustiva não apresentam condições para a instalação e desenvolvimento de espécies mais exigentes quanto ao teor de húmus e condições de microbiologia do solo, sendo, portanto ocupados exclusivamente por espécies herbáceas, pouco exigentes e resistentes à seca e à alta incidência de radiação solar; aí dominam as gramíneas.

Os estágios sucessionais da vegetação encontrada na área foram definidos conforme o previsto na RESOLUÇÃO SEMA N° 031, de 24 de agosto de 1998.

### 6.2.1 - CAMPO SUJO

Caracterizado por baixa ou nenhuma diversidade de espécies e uma alta densidade de indivíduos. Apresenta um teor de umidade baixíssimo e sem nenhuma exigência quanto às condições edáficas e microclimáticas. Predominância de capins, gramíneas, assa-peixe e picão.

### 6.2.2 - CAPOEIRA BAIXA

É o estágio caracterizado pelo aparecimento de espécies arbóreas com 02 a 03 metros de altura. Apresenta uma baixa diversidade de espécies e uma alta densidade de indivíduos.

## 7 - PROCEDIMENTOS E AÇÕES

Implantar cobertura vegetal nos terrenos interferidos e na área de preservação permanente, através do plantio de grama e de mudas de espécies nativas, comprovadamente, adaptadas às condições climáticas e edáficas do

local. Deverá ser executado replantio nas áreas em que houver desenvolvimento insatisfatório da vegetação implantada, até que se atinja uma condição estável de crescimento.

## 7.1 - SELEÇÃO DAS ESPÉCIES FLORESTAIS

Recomenda-se utilizar um grande número de espécies para aumentar a biodiversidade da fauna e da flora.

As espécies para a recuperação florística devem ser selecionadas considerando-se os objetivos a curto e longo prazo, as condições químicas e físicas dos locais de plantio, o clima, a taxa e a forma de crescimento, a compatibilidade com outras espécies a serem plantadas e outras condições específicas do local.

A tolerância das espécies em relação à umidade do solo deve ser respeitada.

A fauna local deve ser levada em conta quando da seleção de espécies de plantas. A seleção de espécies deverá ser orientada, com o predomínio das seguintes características:

- . Rusticidade;
- . Rápido desenvolvimento;
- . Fácil propagação;
- . Fácil implantação com baixo custo;
- . Pouca exigência quanto a condições do solo;
- . Fácil integração na paisagem;
- . Inocuidade às condições biológicas da região;
- . Fator de produção de alimento para a fauna.

## 7.1.2 - RELAÇÃO DE ESPÉCIES

### 7.1.2.1 - ALIMENTAÇÃO DE FAUNA

Nome Vulgar	Nome científico
araçá-vermelho	<i>Psidium cattleianum</i>
ariticum	<i>Rollinia rugulosa</i>
ariticum cagão	<i>Annona cacans</i>
canjerana	<i>Cabralea canjerana</i>
cerejeira	<i>Eugenia involucrata</i>
fumo-brabo	<i>Solanum erianthum</i>
guabiroba	<i>Campomanesia xanthocarpa</i>
ingá-beira-de-rio	<i>Ingá uruguensis</i>
gerivá	<i>Syagrus romanzoffianum</i>
palmitero	<i>Euterpe edulis</i>
pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>
vacunzeiro, chal-chal	<i>Allophylus edulis</i>
ariticum	<i>Rollinia rugulosa</i>

**Tabela 2** – Espécies para alimentação de fauna

### 7.1.2.2 - CONTENÇÃO DA EROSÃO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DOS CÓRREGOS.

Nome vulgar	Nome científico
açoita-cavalo	<i>Luehea divaricata</i>
angico-branco	<i>Anadenanthera colubrina</i>
angico-vermelho	<i>Parapiptadenia rigida</i>
araucaria	<i>Araucaria angustifolia</i>

aroeira-vermelha	<i>Schinus therebinthifolius</i>
bracatinga	<i>Mimosa scabrella</i>
branquilha	<i>Sebastiania commersoniana</i>
cabreúva	<i>Myrocarpus frondosus</i>
canafístula	<i>Peltophorum dubium</i>
canela amarela	<i>Nectandra grandiflora</i>
canela-guaicá	<i>Ocotea puberula</i>
canela merda	<i>Nectandra megapotamica</i>
canjerana	<i>Cabralea canjerana</i>
capororoca	<i>Myrsine ferruginea</i>
caroba	<i>Jacaranda puberula</i>
carobão	<i>Jacaranda micrantha</i>
cedro	<i>Cedrela fissilis</i>
cedro-do-brejo	<i>Cedrela lilloi</i>
cobaíba	<i>Copaifera langsdorffii</i>
crindiúva	<i>Trema micrantha</i>
erva-mate	<i>Ilex paraguariensis</i>
guajuvira	<i>Patagonula americana</i>
guapuruvu	<i>Schizolobium parahyba</i>
ingá-ferradura	<i>Inga sessilis</i>
ingá-beira-de-rio	<i>Inga uruguensis</i>
ipê-amarelo	<i>Tabebuia alba</i>
ipê-roxo	<i>Tabebuia heptaphylla</i>
louro- branco	<i>Bastardiopsis densiflora</i>
louro-pardo	<i>Cordia trichotoma</i>
mandiocão	<i>Schefflera morototoni</i>
maricá, angiquinho	<i>Mimosa bimucronata</i>
miguel pintado	<i>Matayba elaeagnoides</i>
paineira	<i>Ceiba insignis</i>

**Tabela 3** – Espécies para conter erosão e recuperação de margens



## 7.2 – PREPARO DO SOLO

O preparo do solo consiste nas atividades realizadas antes do plantio e envolvem operações distintas relacionadas diretamente as condições da área.

### 7.2.1 – LIMPEZA DA ÁREA

A operação de limpeza se constitui na erradicação e/ou controle de espécies invasoras que possam vir a competir com as mudas implantadas e o desenvolvimento das mesmas. A escolha da modalidade de controle, assim como sua intensidade, deverá ser feita em função do nível de infestação e composição das espécies invasoras.

### 7.2.2 – CORREÇÃO DO PH

Consiste em aplicação de calcário em área total para o plantio da grama e nas covas para o plantio das mudas. A quantidade de calcário deve ser definida com base na análise do solo, mas em geral utiliza-se 04 toneladas por ha. Para o plantio das mudas deve se usar de um modo geral 200 g por cova. A aplicação será feita a lanço manual.

### 7.2.3 – ADUBAÇÃO

Consiste em melhorar as condições químicas e físicas do solo. Deverá ser misturada a terra de cada cova de plantio das mudas 500 g de esterco de aves bem curtido. Para a área total a quantidade vai depender da análise do solo, mas em geral utiliza-se 02 toneladas por ha. A aplicação será feita a lanço manual.

#### 7.2.4 – COVEAMENTO MANUAL

As covas para plantio de espécies arbóreas deverão ser feitas manualmente utilizando para isto perfurador de solo equipado com motor a gasolina e ter as dimensões de acordo com o tamanho das mudas. Serão utilizadas de preferencia mudas nativas de 1,5 m de altura sendo utilizado o tamanho de cova de 0,50 m x 0,50 m x 0,50 m. O espaçamento entre as covas deve ser de 5 m x 5 m. Para árvores de porte grande o espaçamento pode ser maior. Quando necessário o plantio pode ser feito em ilhas com espaçamento menor. A quantidade será de aproximadamente 1558 mudas.

#### 7.2.5 – PREPARO DO SOLO DAS COVAS DAS MUDAS

Todo volume de terra retirado deverá ser deixado do lado das covas para sofrer incorporação completa com calcário e matéria orgânica. O solo preparado deverá ser devolvido à cova, deixando no mínimo uma abertura com capacidade volumétrica para o torrão da muda.

#### 7.3 – PLANTIO DAS MUDAS

O plantio deve ser realizado preferencialmente em dias chuvosos ou nublados. Deve ser retirada toda embalagem plástica existente cuidadosamente evitando o destorroamento e cobrir o fundo da cova com a terra adubada até que o colo da muda fique nivelado com a superfície. Colocar a muda dentro da cova em vertical sempre observando o colo da muda com o nível da superfície. O excesso de terra oriundo da cova deverá ser disposto em “coroa” ao redor da muda, nunca em cone ao redor do seu caule, formando uma bacia de acumulação, para facilitar as irrigações. Devem-se prover estacas e enterrá-las rente às mudas para visualização das mesmas durante a limpeza e escorá-las, amarrando-as com borracha ou sisal em forma de um

oito deitado e completar as covas com a terra. Após o plantio as mudas devem ser molhadas.

#### 7.4 – TRATOS CULTURAIS DE MANUTENÇÃO

Abrange, basicamente, se necessário o combate a pragas e doenças (formiga, fungos e outros), a adubação em cobertura ao final do primeiro ano do plantio e o replantio de falhas observadas durante o desenvolvimento da vegetação introduzida. Além dessas atividades, as áreas plantadas, deverão ser monitoradas com o objetivo de prevenir possíveis ocorrências de espécies invasoras, capazes de competir com a vegetação introduzida.

##### 7.4.1 – IRRIGAÇÃO

As mudas devem ser regadas com frequência no caso de estiagem com a finalidade de fornecer umidade necessária ao desenvolvimento das mudas.

##### 7.4.2 – REPLANTIO

Decorridos cerca de quarenta dias do plantio, todas as mudas devem ser inspecionadas. Constatando-se a morte da planta, esta deverá ser substituída. No recoveamento para estas mudas, as covas poderão ser reabertas apenas nas dimensões suficientes para receber as novas mudas, não havendo necessidade de se remover todo o volume de terra.

##### 7.4.3 – CAPINA SELETIVA

Consiste na eliminação manual de espécies invasoras, com auxílio de enxadas e/ou enxadões e deverá ser repetida conforme a necessidade até o completo desenvolvimento da vegetação implantada.

## 8 – CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO DO PLANTIO DAS MUDAS DE ÁRVORES

ATIVIDADE	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS
Preparo do terreno												
Abertura das covas												
Aquisição das mudas												
Plantio florestal												
Replanteio												
Tratos silviculturais												
Monitoramento												

**Tabela 4 – Cronograma de execução**

### REFERÊNCIAS

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.  
**Restauração da mata atlântica em áreas de sua primitiva ocorrência natural.** 2ª ed. Colombo PR – 2002.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil.** 3ª ed. Nova Odessa: Plantarum. São Paulo, 2000. v.1.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil.** 2ª ed. Nova Odessa: Plantarum. São Paulo, 1998. v.2.

SPVS – SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Manual para recuperação da reserva florestal legal.** Curitiba, FNMA, 1996. 84p.





## **ANEXO XXI**

### **ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELO RAA**



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

**RRT SIMPLES**  
**Nº 0000000456404**

INICIAL  
CO-AUTOR - RRT PRINCIPAL  
  
20120000456404

**1. Responsável Técnico**

Registro Nacional: 106009-0 CAROLINE VARGAS  
Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

**2. Dados do Contrato**

CNPJ: 76.208.867/0001-07 Contratante: Município de Cascavel

Contrato: 1

Valor: R\$ 1,00

Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito público

Celebrado em 15/12/2010

Data de Início: 31/07/2012

Previsão de término: 31/07/2012

Ação Institucional:

Observação:

**3. Dados da Obra/Serviço**

RUA PARAN?

Nº: 5000

Complemento: Paço Municipal

Bairro: COQUEIRAL

UF: PR

CEP: 85807900

Cidade: CASCAVEL

Coordenadas Geográficas:

**4. Atividade Técnica**

Atividade: 4.2.2 - Diagnóstico ambiental  
Quantidade: 1,00

Unidade: un

Atividade: 4.2.12 - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ? PRAD  
Quantidade: 1,00

Unidade: un

Atividade: 4.2.7 - Estudo de Impacto Ambiental complementar - EIAc  
Quantidade: 1,00

Unidade: un

Atividade: 4.4.2 - Diagnóstico físico-territorial, socioeconômico e ambiental  
Quantidade: 1,00

Unidade: un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

**5. Descrição**

Elaboração de RAA - Relatório de Avaliação Ambiental e AIA - Avaliação de Impacto Ambiental referente as intervenções do PDI - Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Cascavel, financiados pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

**6. Valor**

**7. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

de

data

de

CAROLINE VARGAS - CPF: 05.341.483-70

Município de Cascavel  
Marcos Vinícius Feres de Souza  
Secretário de Planejamento e Urbanismo

**8. Informações**

\* O comprovante de pagamento deverá ser apensado ao RRT para comprovação de quitação



ART

Página 1 de 1



**CREA-PR** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
do Paraná  
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77  
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra  
**2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS**



**ART Nº 20122906235**

Obra ou Serviço Técnico  
ART Principal

**O valor de R\$ 60,00 referente a esta ART foi pago em 31/07/2012 com a guia nº 100020122906235**

Profissional Contratado: KEILA KOCHER

Nº Carteira: PR-92966/D

Título Formação Prof.: ENGENHEIRA AMBIENTAL

Nº Visto Crea: -

Empresa contratada:

Nº Registro:

Contratante: MUNICÍPIO DE CASCAVEL

CPF/CNPJ: 76.208.867/0001-07

Endereço: R PARANA 5000 CENTRO

CEP: 85810011 CASCAVEL PR Fone: 4532236635

Local da Obra: R PARANA 5000

CENTRO - CASCAVEL PR

Quadra:

Lote:

CEP: 85810011

Tipo de Contrato 5

VINCULO EMPREGATÍCIO

Ativ. Técnica 14

CONDUÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO

Dimensão

1 UNID

Área de Comp. 1200

SERVIÇOS TEC PROFISSIONAIS EM SANEAMENTO E MEIO-

Tipo Obra/Serv 132

OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS

Serviços 130

OUTROS

contratados

Dados Compl.

0

Guia N

ART Nº

20122906235

Data Início

01/02/2012

Data Conclusão

01/08/2012

Vlr Obra

R\$ 0,00

Vlr Contrato

R\$ 3.500,00

Vlr Taxa

R\$ 60,00

Entidade de Classe

0

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO AMBIENTAL DAS AÇÕES CONTEMPLADAS NO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE CASCAVEL, JUNTO AO BANCO INTERAMERICANO DE

DESENVOLVIMENTO

Insp.: 4650

01/08/2012

CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

**2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS** Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 410067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)

As Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs - foram instituídas pela Lei nº 6496, de 07/12/1977, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), através da Resolução nº 425, de 18/12/1998, que define os seguintes aspectos:

- \* Fatos geradores de ARTs
- \* ARTs originais e ARTs vinculadas
- \* Substituições de ARTs
- \* Desdobramentos de ARTs - casos de co-autoria e co-responsabilidade
- \* Responsabilidade pelo preenchimento das ARTs e pagamentos das taxas
- \* Condições em que as ARTs serão consideradas nulas
- \* Implicações da inexistência/nulidade de ARTs - autuação e aplicação de multas previstas na Lei nº 5194, de 24/12/1966.
- \* Outros

O texto completo destas normas estão disponíveis via Internet no seguinte endereço : [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)

Autenticação Mecânica

## ANEXO XXII

### PLANO DIRETOR DE CASCAVEL

LEI COMPLEMENTAR N.º 28, de 02 de janeiro de 2006.

Altera o Plano Diretor de Cascavel, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Cidade e das sedes dos demais Distritos Administrativos e, dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do Município, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 Estatuto da Cidade.

A Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná aprovou, e Eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

*TÍTULO I – DA FUNDAMENTAÇÃO*

*CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES*

Art. 1º Fica aprovado o Plano Diretor de Cascavel, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do Município que interfere no processo de desenvolvimento local, a partir da compreensão integradora dos fatores políticos, econômicos, financeiros, culturais, ambientais, institucionais, sociais e territoriais que o condicionam.

Art. 2º Este plano está fundamentado nas disposições da Constituição Federal, da Lei Federal 10.257/2001 Estatuto da Cidade, Constituição Estadual e da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990.

Art. 3º O Plano Diretor de Cascavel deve ter suas disposições e prioridades observadas para a formulação do Plano Plurianual do Município, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual.

Art. 4º Constituem objetivos gerais do Plano Diretor de Cascavel:

- I. Estabelecer parâmetros para orientar o ajuste da legislação municipal às disposições do Estatuto da Cidade;
- II. Fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade;

- III. Promover o desenvolvimento integrado do Município, através da implantação de um processo permanente de planejamento municipal e do monitoramento da implementação do Plano Diretor.
- IV. Estabelecer diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas nas áreas de competência da administração municipal;
- V. Estabelecer critérios para aplicação dos instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano previstos no Estatuto da Cidade.
- VI. Atender as diretrizes gerais da política urbana, dispostas no Estatuto da Cidade.

## CAPITULO II – Dos Princípios

### SEÇÃO I – Da Função Social da Cidade e da Propriedade

Art. 5º A função social da cidade e da propriedade urbana no Município de Cascavel é entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, devendo contemplar aspectos sociais, ambientais e econômicos na aplicação combinada dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

Art. 6º O cumprimento da função social da propriedade urbana será garantido através:

- I. Da promoção da qualidade de vida e do meio ambiente;
- II. Da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- III. Da utilização de instrumentos que permitam a recuperação de parcela de valorização imobiliária gerada por investimentos públicos em infraestrutura social e física realizados com a utilização de impostos;
- IV. Do controle público sobre o uso e a ocupação do espaço urbano atendidos os parâmetros estabelecidos nesta lei para cada macrozona;
- V. Da priorização na elaboração e execução de planos, programas e projetos para grupos de pessoas em situação de risco;
- VI. Da integração das políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural;
- VII. Do incentivo à cooperação, diversificação e atratividade, visando o enriquecimento cultural do município e sua integração na região;
- VIII. Da gestão democrática e participativa;



IX. Da parceria público privada nas ações.

Art. 7º A função social da propriedade urbana ou rural será cumprida quando o exercício dos direitos a estas inerentes se submeterem aos interesses coletivos, em consonância com as disposições do Plano Diretor de Cascavel e de suas leis suplementares.

*SEÇÃO II – DA GESTÃO DEMOCRÁTICA*

Art. 8º Entende-se por gestão democrática a atuação de instâncias de participação dos cidadãos no processo de planejamento, tomada de decisão e fiscalização das ações públicas por meio de espaços institucionalizados onde o Poder Público Municipal partilha o seu direito de decisão.

Art. 9º Deverá ser respeitada a participação das entidades da sociedade civil organizada, bem como daqueles que tiverem interesse, na formulação e implementação das políticas públicas, planos, programas, projetos, diretrizes e prioridades contidas nesta lei, de modo a garantir a fiscalização das ações e o pleno exercício da cidadania.

*SEÇÃO III – DA SUSTENTABILIDADE*

Art. 10. O princípio da sustentabilidade constitui o elo fundamental que relaciona todas as estratégias de desenvolvimento estabelecidas no Plano Diretor de Cascavel.

Art. 11. É dever da Administração Pública Municipal, do Poder Legislativo Municipal e da comunidade zelar pela sustentabilidade ambiental no Município de Cascavel.

*SEÇÃO IV – DOS IMÓVEIS SUBUTILIZADOS*

Art. 12. Considera-se imóvel urbano subutilizado aquele que se encontre nas seguintes condições:

- I. Imóvel urbano com edificação em ruína e ou abandonado;
- II. Imóvel urbano cuja área total edificada seja inferior à resultante da aplicação do coeficiente de aproveitamento mínimo definido nesta lei, conforme a macrozona em que se situe.

Art. 13. Embora atendendo as disposições do Artigo 12 desta lei, não serão considerados subutilizados os seguintes casos:

- I. Imóveis com uso efetivo e regularizado para estacionamento de veículos, mediante constatação de demanda e aprovação pelo Conselho Municipal de Planejamento;
- II. Imóveis com uso efetivo e regularizado para postos de abastecimento e serviços para veículos;
- III. Imóveis localizados em ZEIS – Zona de Especial Interesse Social;
- IV. Imóveis ocupados por equipamentos urbanos ou comunitários; e Áreas de Utilidade Pública.
- V. Imóveis onde haja incidência de restrições jurídicas que inviabilizem atingir o coeficiente de aproveitamento mínimo;
- VI. Lotes de até 500 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) de área, com habitação regular existente à data de publicação desta lei, cujo proprietário possua um único imóvel.

### *CAPÍTULO III – DAS DEFINIÇÕES*

Art. 14. Para fins de aplicação desta lei, ficam estabelecidas as seguintes definições:

- **ACESSIBILIDADE UNIVERSAL:** É a possibilidade de acesso aos serviços e espaços públicos à toda comunidade.
- **ACESSIBILIDADE:** Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, aos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, às edificações, aos transportes e aos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida.
  - **ADENSAMENTO URBANO:** Ocupação dos espaços urbanos em conformidade com os parâmetros urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor.

- AMBIENTE URBANO: MEIO CONSTITUÍDO PELAS VIAS PÚBLICAS, EDIFÍCIOS E TODOS OS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM O CENÁRIO URBANO.
- ÁREA EDIFICÁVEL: é a área obtida a partir da área total do imóvel contida na matrícula subtraindo-se área de servidão, faixas de drenagem, áreas de preservação permanente, áreas de reservas florestais e áreas de vias.
- ÁREA DE RISCO: São áreas sujeitas a diversos tipos de riscos, como: inundação, erosão, contaminação de recursos hídricos, do solo e subsolo, deslizamento.
- ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA: É a área reservada em um parcelamento do solo e integrada ao Patrimônio Público Municipal por ocasião de seu registro, destinada à implantação de equipamentos comunitários.
- ÁREA PÚBLICA: Qualquer propriedade integrante do Patrimônio Público Municipal.
- CIDADE – refere-se à área urbana delimitada pelo perímetro urbano da Sede Administrativa do município de Cascavel.
- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO: É o índice calculado pela relação entre a área da edificação e a área do lote ou gleba. Os valores estabelecidos nesta lei em cada macrozona para coeficientes de aproveitamento básico, máximo e mínimo, determinam o intervalo em que a Lei Municipal de Uso do Solo poderá variar ao regulamentar o uso e a ocupação em cada zona.
- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO – aquele estabelecido para a Macrozona, entendido como o maior índice de construção permitido sobre o lote, sem considerar a possibilidade de recepção de potencial construtivo de outro imóvel ou, a aplicação do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir.
- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO – aquele estabelecido para a Macrozona, entendido como o maior índice de construção permitido sobre o lote, já considerados os acréscimos resultantes da recepção de potencial construtivo de outro imóvel ou, a aplicação do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir.

- **COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÍNIMO** – aquele estabelecido para a Macrozona, entendido como o menor índice de construção admitido sobre o lote, inferior ao qual estará sujeito a aplicação de dispositivos de indução à ocupação.
- **CONDOMÍNIO URBANÍSTICO** – a divisão de gleba ou lote em frações ideais, correspondentes a unidades autônomas destinadas à edificação e áreas de uso comum dos condôminos, que não implique na abertura de logradouros públicos, nem na modificação ou ampliação dos já existentes, podendo haver abertura de vias internas de domínio privado.
- **DIRETRIZ - AMPLA LINHA DE AÇÃO**, QUE INDICA A DIREÇÃO QUE DEVE SER SEGUIDA PARA ATINGIR O OBJETIVO, SEGUNDO AS ESTRATÉGIAS TRAÇADAS.
- **EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO** - Equipamentos públicos de apoio à comunidade para fins de educação, cultura, saúde, esporte, lazer, administração pública, segurança e assistência social.
- **EQUIPAMENTO URBANO** – são equipamentos públicos de infraestrutura, tais como as redes de saneamento básico, galerias de águas pluviais, redes de distribuição de energia elétrica, iluminação pública, redes telefônicas, pavimentação e similares.
- **ESTRATÉGIA** - articulação de diversos aspectos, fundamentais ao desenvolvimento do município, visando obter um resultado desejado.
- **IMÓVEL URBANO NÃO EDIFICADO** – imóvel cujo coeficiente de aproveitamento seja igual a zero, desde que seja juridicamente possível a edificação, pelo menos para uso habitacional.
- **INFRA-ESTRUTURA BÁSICA** – É o conjunto de redes e serviços públicos constituído por rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto, rede de galerias de águas pluviais, rede de energia elétrica, abertura e pavimentação das vias públicas e execução de meio-fio.
- **INFRA-ESTRUTURA MINIMA** – Varia conforme tipo de parcelamento do solo urbano ou característica de ocupação do entorno já parcelado.
- **INTERESSE PÚBLICO** – Refere-se a todos os fatos ou todas as coisas, que se entendam de benefício comum ou para proveito geral;

ou que se imponham por uma necessidade de ordem coletiva; voltado ao bem comum.

- **MATA CILIAR** – vegetação que cresce junto às margens de um rio e ao longo desse, e impede ou dificulta seu assoreamento.
- **MEDIDAS** – são ações que detalham como se conduzir dentro da diretriz.
- **MOBILIÁRIO URBANO** – São elementos aparentes no espaço urbano tais como: painéis, cartazes, elementos de sinalização urbana, elementos aparentes da infra-estrutura urbana, cabinas telefônicas, caixas de correio, lixeiras, abrigos de pontos de ônibus, bancos, bancas de revista, etc.
- **OCUPAÇÃO IRREGULAR – OCUPAÇÃO DE IMÓVEL OCORRIDA EM DESCONFORMIDADE COM AS LEIS.**
- **PAISAGEM URBANA** – é a forma com que a cidade se apresenta a seus habitantes e visitantes, se revela nos elementos formais da cidade: edificações, ruas, praças, viadutos, avenidas, etc.
- **PARCELAMENTO DO SOLO** – é o processo de divisão ou redivisão de uma gleba ou lote.
- **PARCELAMENTO IRREGULAR** – é todo parcelamento, não aprovado pela administração municipal, e/ou não registrado.
- **POLÍTICA PÚBLICA** – São as linhas que norteiam as ações públicas cuja finalidade é atender a coletividade.
- **POTENCIAL CONSTRUTIVO** – representa a quantidade de área possível de se edificar sobre um lote urbano, medido através do coeficiente de aproveitamento máximo, básico e mínimo, nos termos desta lei.
- **PRESERVAÇÃO** – conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo do patrimônio.
- **SERVIÇO PÚBLICO** - é aquele prestado ou assegurado à comunidade pela Administração Pública.

Parágrafo Único - As definições necessárias ao entendimento das Estratégias de Desenvolvimento encontram-se junto ao texto da respectiva estratégia nesta lei.

## *TÍTULO II – DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO*

Art. 15. O desenvolvimento sustentável de Cascavel será promovido mediante a implementação das seguintes estratégias:

- I. Estruturar Cascavel como Pólo de Desenvolvimento Regional Sustentável;
- II. Conservar e Preservar o Patrimônio Ambiental e Histórico-cultural do Município;
- III. Promover o Uso e a Ocupação Racionais do Solo Urbano no Município;
- IV. Prover o Transporte e Mobilidade com a Valorização do Ser Humano;
- V. Integrar as Políticas Sociais e Promover a Moradia Digna;
- VI. Estruturar o Sistema de Planejamento e Gestão Integrada e Participativa.

### *CAPÍTULO I – ESTRUTURAR CASCAVEL COMO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL*

Art. 16. A estratégia ESTRUTURAR CASCAVEL COMO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL tem como diretriz geral - Elaborar e implementar um plano municipal de desenvolvimento econômico articulado com os municípios vizinhos - a qual será implementada através das seguintes medidas gerais:

- I. Articular-se com entidades e órgãos afins para implementação do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, compatibilizando-o na medida do possível com os planos estadual e federal;
- II. Promover a estruturação de uma agência de Desenvolvimento Econômico Regional, com os demais órgãos, entidades e representações regionais, que se caracterizem pelo desenvolvimento integrado sustentável, inovação e socialização de tecnologias, arranjos produtivos, cadeias produtivas, capacitação e formação de recursos humanos;
- III. Apoiar medidas e ações voltadas para a formação e qualificação profissional em diversas atividades econômicas existentes e a serem fomentadas;



- IV. Promover a espacialização da ocupação do território do Município de forma a permitir a convivência harmoniosa dos diversos atores sociais, econômicos e os fatores ambientais;
- V. Estruturar e manter atualizado o cadastro das atividades econômicas a fim de disponibilizar informações com vistas ao desenvolvimento municipal e regional.
- VI. Estabelecer medidas de fomento e incentivo que privilegiem a geração de empregos e renda, inclusão social, retorno tributário, inovação e desenvolvimento tecnológico;
- VII. Facilitar o processo de formalização de empreendimentos, desburocratizando e reduzindo os custos diretos e indiretos para abertura e manutenção das empresas, especialmente as micros e as pequenas;
- VIII. Promover em todas as instâncias sociais o empreendedorismo como fator de desenvolvimento;

Parágrafo único - São objetivos da estratégia de que trata este artigo:

- a) Fortalecimento das atividades econômicas para gerar trabalho e renda;
- b) Desenvolvimento, qualificação e promoção do turismo nos seus diversos segmentos;
- c) Promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural nos seus diversos aspectos;
- d) Promoção do desenvolvimento científico e tecnológico como fator estratégico para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Art. 17. O objetivo de fortalecimento das atividades econômicas para gerar trabalho e renda será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Desenvolver programas de apoio às empresas, especialmente as micros, pequenas e médias, cooperativas e organizações da sociedade civil, implementando as seguintes medidas:
  - a) Ampliar ações visando consolidar os Arranjos Produtivos Locais (APL) e/ou Cadeias Produtivas.
  - b) Realizar parcerias com as entidades e associações da sociedade civil, com o objetivo de promoção de trabalho, emprego e renda com qualificação profissional da população.

- c) Incentivar a economia solidária através do apoio às cooperativas e organizações associativas na produção, comercialização, consumo e serviços.
- d) Incentivar o desenvolvimento do Comércio Exterior.
- e) Incentivar o desenvolvimento no meio urbano através da criação de regiões auto-sustentáveis.
- f) Apoiar as iniciativas de promoção e divulgação no Brasil e no exterior dos produtos, serviços e atrativos do Município;
- g) Estimular a agregação de valor e manufatura a partir de matérias e insumos básicos produzidos no Município e região.

II. Estruturar Cascavel como pólo de serviços, implementando as seguintes medidas:

- a) Estabelecer articulação com instituições de ensino superior para promoção de cursos e eventos;
- b) Promover articulação entre as diversas entidades e empresas que compõem o segmento da saúde para promoção da rede no Município;
- c) Articular os órgãos e entidades ligados ao comércio e serviços para promoção e divulgação do comércio local;
- d) Executar sinalização viária de orientação e indicativa dos principais serviços e pontos de referência.

Art. 18. O objetivo de desenvolvimento, qualificação e promoção do turismo em seus diversos segmentos será realizado através das seguintes diretrizes:

I. Estruturar Cascavel como pólo de turismo com ênfase em eventos e negócios, implementando as seguintes medidas:

- a) Elaborar e executar Projeto de Sinalização Turística;
- b) Promover a adequação da infra-estrutura existente e construção de novas instalações para convenções e eventos, quando necessário;
- c) Viabilizar a conclusão do Teatro Municipal;
- d) Estimular a criação de novos eventos por segmento envolvendo entidades correlatas;

- e) Estimular a criação de atrações turísticas ao longo dos eixos rodoviários intermunicipais.
- II. Estruturar a administração municipal para o desenvolvimento, qualificação e promoção do turismo, implementando as seguintes medidas:
- a) Promover a captação de recursos nas esferas governamentais e não governamentais;
  - b) Fortalecer órgão municipal de Turismo;
  - c) Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo;
  - d) Criar uma central de informações e divulgações sobre eventos e equipamentos, vinculada ao órgão municipal responsável pelo turismo;
  - e) Apoiar as entidades ligadas ao turismo e estimular a criação de associação gestora para o planejamento das atividades turísticas em parceria com o órgão municipal responsável pelo turismo;
  - f) Incentivar ações em parceria com entidades da sociedade organizada para participação em feiras e eventos.
- III. Desenvolver a identidade de Cascavel, valorizando sua história, cultura e tradições, implementando as seguintes medidas:
- a) Definir a iconografia que representa Cascavel e desenvolver o Marketing do município;
  - b) Incentivar as festas e eventos populares, tradicionais, culturais e esportivos visando a promoção do Município;
  - c) Desenvolver programas de apoio à realização de eventos visando incorporá-los à tradição do município e viabilizar sua continuidade;
  - d) Estimular a agregação de entidades com atividades correlatas, fortalecendo e ampliando a abrangência dos eventos existentes;
  - e) Estruturar calendário oficial de eventos de forma a gerir e manter atividades durante o ano.

IV. Inserir Cascavel no Pólo Ecoturístico apoiado na existência do Parque Nacional do Iguaçu e Costa Oeste, implementando a seguintes medidas:

- a) Implementar projeto de Ecoturismo no município, identificando, divulgando e organizando os principais roteiros e pontos turísticos do meio rural de Cascavel.

Art. 19. O objetivo de promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural nos seus diversos aspectos será realizado através das seguintes diretrizes:

I. Atualizar e implementar a Política de Desenvolvimento Rural, através das seguintes medidas:

- a) Estruturar e definir atribuições dos órgãos e entidades municipais responsáveis pela realização da Política de Desenvolvimento Rural, seja em infra-estrutura física e recursos humanos com sua capacitação;
- b) Elaborar e manter atualizado o Cadastro Técnico Rural Multifinalitário do Município;
- c) Viabilizar a infra-estrutura necessária a permitir a mobilidade da população e melhorar sua qualidade de vida;
- d) Fortalecer órgãos municipais e entidades de apoio ao pequeno e médio produtor;
- e) Implantar programa de saneamento rural;
- f) Criar e implementar programas de apoio à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar;
- g) Viabilizar assistência e acompanhamento técnico descentralizado ao pequeno produtor e ao produtor familiar;
- h) Promover intercâmbios e convênios com entidades públicas federais, estaduais, municipais, entidades não governamentais e da iniciativa privada nos assuntos pertinentes à Política de Desenvolvimento Rural;
- i) Incentivar o associativismo rural;
- j) Incentivar a implantação de Agroindústrias;
- k) Implementar projeto de turismo rural no município, identificando, divulgando e organizando os principais roteiros e pontos turísticos do meio rural de Cascavel.

Art. 20. O objetivo de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico como fator estratégico para o desenvolvimento econômico, social e ambiental será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Incentivar a aproximação entre as empresas e organizações de ensino e pesquisa para o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias;
- I. Estimular as empresas a adotarem processos contínuos de inovação tecnológica;
- II. Incentivar as empresas a adotarem sistemas e processos produtivos modernos que recuperem ou preservem o meio ambiente e que façam uso racional dos recursos naturais;
- III. Viabilizar parcerias e intercâmbios com organismos nacionais e estrangeiros com vistas ao desenvolvimento e transferência tecnológica;
- IV. Promover e apoiar a implantação de incubadoras empresariais de base tecnológica;
- V. Incentivar o desenvolvimento local de processos e produtos, e os respectivos registros de patentes;
- VI. Apoiar processos de adequação e certificação de conformidade de produtos e processos.

Art. 21. Para fins de implementação desta estratégia adotam-se as seguintes definições:

- **AGRICULTURA FAMILIAR – ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E DE TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS UTILIZANDO-SE, BASICAMENTE, DE MÃO-DE-OBRA FAMILIAR.**
- **ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL) –** são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantém algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.
- **ASSOCIATIVISMO RURAL –** são sociedades formais criadas com objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares, em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertencem.

- ATOR SOCIAL – uma pessoa ou grupo de pessoas atuando em uma determinada situação e capaz de transformá-la, buscando objetivos comuns.
- CADEIA PRODUTIVA – é o conjunto de atividades que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização, constituindo-se em elos de uma corrente.
- MARKETING DO MUNICÍPIO – conjunto de ações que visam aumentar a aceitação e fortalecer a imagem do município.
- SISTEMA ORGÂNICO DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - é todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais.
- ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO – ZEE é um instrumento estratégico de planejamento e gestão territorial, cujo objetivo principal é contribuir para a implementação prática do Desenvolvimento Sustentável.

## CAPITULO II – Conservar e Preservar o Patrimônio Ambiental e Histórico-Cultural do Município

Art. 22. A estratégia Conservar e Preservar o Patrimônio Ambiental e Histórico-cultural do Município tem como diretriz geral – estabelecer a Política Municipal de Meio Ambiente de forma intersetorial com outras políticas públicas - a qual será implementada através das seguintes medidas gerais:

- I. Elaborar Legislação Ambiental Municipal;
- II. Manter e ampliar os programas municipais na área de meio ambiente;
- III. Promover campanhas de educação ambiental;
- IV. Incentivar o envolvimento da sociedade na melhoria da qualidade do patrimônio ambiental do Município;
- V. Fortalecer a integração do Município ao Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

Parágrafo único – São objetivos da estratégia de que trata este artigo:



- a) Utilização sustentável dos recursos naturais e conservação da biodiversidade;
- b) Conservação dos Recursos Hídricos;
- c) Qualificação do meio ambiente (urbano e rural);
- d) Valorização do Patrimônio Histórico-Cultural e Documental do Município.

Art. 23. O objetivo de utilização sustentável dos recursos naturais e conservação da biodiversidade será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Elaborar e implantar planos e projetos destinados à formação e conservação de praças, parques municipais e corredores ecológicos, implementando as seguintes medidas:
  - a) Articular e negociar junto aos proprietários, entidades e empresas privadas e públicas para viabilizar a implantação de praças, parques municipais e corredores ecológicos, interligando áreas remanescentes quando for possível;
  - b) Prever o remanejamento de atividades nocivas, que causam incômodo à população localizadas em área de interesse ambiental;
  - c) Realizar e manter inventário das espécies existentes no município, fauna e flora;
  - d) Incorporar áreas verdes particulares urbanas ao Sistema Municipal de Áreas Verdes, sendo facultado ao Município, como forma de incentivo, aplicar instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;
  - e) Criar programas permanentes de conservação de praças, parques municipais e corredores ecológicos;
  - f) Incentivar a criação de Unidades de Conservação no município.
- II. Elaborar e implantar Programa Municipal de Arborização Urbana, implementando as seguintes medidas:
  - a) Rever a legislação municipal pertinente;
  - b) Realizar o cadastramento de espécimes arbóreas;

III. Elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, implementando as seguintes medidas:

- a) Realizar o mapeamento, pesquisa e diagnóstico socioeconômico;
- b) Manter cadastro atualizado dos potenciais mineralógicos e vegetais;
- c) Articular junto aos órgãos competentes o desenvolvimento de Programa Municipal, para debates e troca de informações com a população, sobre exploração das reservas naturais de forma sustentável e racional.

Art. 24. O objetivo de conservação dos recursos hídricos será realizado através das seguintes diretrizes:

I. Criar e implantar sistema municipal de informações sobre recursos hídricos, implementando a seguinte medida:

- a) Mapear, cadastrar e manter atualizado o registro de: nascentes e cursos d'água identificando os mananciais de abastecimento (existentes e potenciais), fontes poluidoras, áreas degradadas, ocupações em áreas de preservação permanente, poços profundos.

II. Elaborar e implementar programas visando a conservação dos recursos hídricos, implementando as seguintes medidas:

- a) Realizar parcerias com concessionárias de serviços públicos e entidades ambientais, governamentais ou não, visando à conservação dos recursos hídricos;
- b) Desenvolver projetos para controle e recuperação das áreas degradadas no entorno dos recursos hídricos;
- c) Desenvolver estudos para implantar proteção individual por manancial;
- d) Promover a inclusão e a participação efetiva de Cascavel nos Comitês das 03 bacias hidrográficas as quais pertence.

III. Elaborar e implementar programa de conservação dos mananciais de abastecimento de Cascavel, implementando as seguintes medidas:

- a) Rever a Lei de Uso do Solo e suas disposições para os mananciais de abastecimento de Cascavel;

- b) Conservar e proteger o Lago Municipal equacionando o uso ordenado do mesmo e de seu entorno em conformidade com as legislações ambientais;
- c) Criação de programa de monitoramento da poluição em mananciais de abastecimento público.

Art. 25. O objetivo de qualificação do meio ambiente urbano e rural será realizado através das seguintes diretrizes:

I. Elaborar e implementar Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos visando a reciclagem, implementando as seguintes medidas:

- Elaborar e implantar Legislação Municipal de Limpeza Urbana;
- Ampliar a coleta seletiva de lixo domiciliar na cidade e sede dos distritos, prevendo a inclusão das cooperativas;
- Desenvolver ações e programas para reciclagem ou reaproveitamento de entulhos oriundos da construção civil;
- Realizar estudos para a compostagem do lixo orgânico;
- Fomentar cooperativas e indústrias de reciclagem para aproveitamento de resíduos;
- Fortalecer as indústrias de equipamentos ecológicos;
- Implementar programas de reciclagem das embalagens de agrotóxicos.

o Elaborar e implementar Plano Municipal de Saneamento Ambiental, implementando as seguintes medidas:

- a) Desenvolver projeto de saneamento rural considerando prioritárias as áreas das bacias hidrográficas detentoras de belezas cênicas, cachoeiras, e as destinadas ao abastecimento público atual e futuro;
- b) Associar as ações e programas de saneamento à política habitacional do município;
- c) Priorizar ações de saneamento básico nas áreas deficitárias com alta densidade populacional e nas bacias de abastecimento público;
- d) Garantir o saneamento ambiental na implantação de novos loteamentos.

- Elaborar e implementar planos e programas de qualificação do meio ambiente, implementando as seguintes medidas:
  - a) Mapear e controlar fontes poluidoras, degradadoras e modificadoras do meio ambiente;
  - b) Controlar a erosão urbana e rural;
  - c) Desenvolver ações e programas para controle da poluição, específicos para o meio rural.
- IV. Desenvolver plano de qualificação da paisagem urbana, implementando as seguintes medidas:
  - a) Desenvolver projetos visando qualificar a paisagem urbana;
  - b) Realizar estudos e análise dos componentes da identidade visual;
  - c) Desenvolver e aplicar programas visando consolidar as áreas que já possuem identidade própria e incentivar sua criação nas comunidades que ainda não a apresentam.

Art. 26. O objetivo de valorização do Patrimônio Histórico-cultural e Documental do Município será realizado através da seguinte diretriz:

- I. Desenvolver programa municipal para valorização do Patrimônio Histórico-Cultural e Documental do Município, implementando as seguintes medidas:
  - Desenvolver pesquisa e mapeamento para identificação das referências tangíveis e intangíveis da cultura local;
  - Elaborar legislação para proteção do patrimônio histórico-cultural e documental do Município;
  - Estruturar o Arquivo Público Municipal, modernizar seu processo de arquivo e gerenciamento.

Art. 27. Para fins de implementação desta estratégia adotam-se as seguintes definições:

- COMITÊS DE BACIAS – é o Conselho dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica e seus membros estão geograficamente situados na bacia onde o comitê atua;
- CONSERVAÇÃO– conjunto de medidas que visem conter deteriorações;


- **CORREDORES ECOLÓGICOS** – são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (SNUC);
- **PATRIMÔNIO AMBIENTAL** – são os recursos naturais e qualquer manifestação material ou imaterial que seja representativa da cultura de uma comunidade, quando sua manifestação esteja associada ao meio ambiente;
- **PATRIMÔNIO HISTÓRICO – CULTURAL** - conjunto de bens imóveis de valor significativo – as paisagens, os sítios históricos, os conjuntos arquitetônicos e as edificações de interesse cultural; e os bens imateriais ou intangíveis do município – constituído pelo patrimônio cultural e artístico;
- **PATRIMÔNIO NATURAL** - é constituído pela flora, fauna, solo, água, atmosfera, incluindo os ecossistemas.

### *CAPITULO III – INTEGRAR AS POLÍTICAS SOCIAIS E PROMOVER A MORADIA DIGNA*

Art. 28. A estratégia integrar as políticas sociais e promover a moradia digna tem como objetivos:

- I. Garantia dos direitos sociais básicos para a população;
- II. Promoção da moradia associada a condições dignas de vida;
- III. Promoção da regularização fundiária.

Art. 29. O objetivo de garantia dos direitos sociais básicos para a população será realizado através das seguintes diretrizes:

 Integrar as políticas sociais no município, implementando a seguinte medida:

- a) Implementar e ampliar ações integradas entre os diversos órgãos públicos, privados e terceiro setor que executam as

políticas sociais com o objetivo de garantir a universalização do acesso aos serviços básicos;

- b) Compatibilizar, na medida do possível, as políticas, programas e ações municipais à Estadual e Federal.

II. Fortalecer as ações da educação no município, implementando as seguintes medidas:

- a) Implementar o SME (Sistema Municipal de Ensino) e CME (Conselho Municipal de Educação);
- b) Executar as metas estabelecidas no Plano Municipal de Ensino - PME, assegurando o processo de avaliação;
- c) Assegurar o ensino profissionalizante, especialmente na área técnica, através de convênios e ou parcerias com órgãos governamentais e não governamentais;
- d) Ampliar gradativamente a Educação em Tempo Integral nas escolas da rede pública municipal;
- e) Ampliar a oferta de Educação Infantil nos CEI's (Centro de Educação Infantil) da Rede Pública Municipal visando atender a demanda;
- f) Promover articulação com o governo federal e estadual de modo que essas esferas cumpram com suas obrigações legais com a educação.

III. Fortalecer as ações de saúde no Município, implementando as seguintes medidas:

- a) Implantar projeto de modernização e informatização da rede de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Reorganizar a Atenção Básica e Serviços de Saúde promovendo a inversão do modelo curativo para o preventivo;
- c) Habilitar o município de Cascavel à Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde conforme normas de saúde vigente.

IV. Fortalecer as ações de esporte e lazer no município revendo e implantando a Política Municipal de Esporte e Lazer, implementando as seguintes medidas:

- a) Estruturação do órgão responsável pelas ações de Esporte e Lazer no Município;



- b) Promover campanhas de conscientização da população sobre a importância da interação saúde-esporte-educação;
  - c) Incentivar parcerias com entidades da Sociedade Organizada para promoção e realização de eventos esportivos e ampliação de investimentos;
  - d) Criar o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, com participação de profissionais e comunidade para diagnóstico, avaliação e promoção do esporte e lazer;
  - e) Viabilizar a construção de novas áreas e adequar a infraestrutura física e equipamentos existentes, observando sua adequação às normas técnicas, inclusive as de acessibilidade e o atendimento da demanda.
  - f) Viabilizar o acesso ao Esporte e Lazer a toda a população.
- V. Fortalecer as ações relativas à cultura no município, implementando as seguintes medidas:
- a) Desenvolver a cultura em todas as suas formas de expressão,
  - b) Incentivar parcerias com entidades da Sociedade Organizada para ampliação de investimentos na promoção e realização de eventos culturais,
  - c) Dar continuidade nas ações de aperfeiçoamento e profissionalização do artista local;
  - d) Apoiar, promover e divulgar as festas e eventos rurais do Município.
- VI. Promover a melhoria da Segurança Pública através de ações de âmbito Municipal, implementando as seguintes medidas:
- a) Fortalecer o Conselho de Segurança – CONSEG e estimular a implantação de conselhos de segurança em Bairros da Cidade;
  - b) Rever a lei e estudar a implantação efetiva da Guarda Municipal;
  - c) Executar a infraestrutura urbana como elemento de apoio à segurança no município;
  - d) Aprimorar a Defesa Civil;
  - e) Realizar, em parcerias com órgãos competentes, programas de educação sobre segurança à população;

- f) Manter e ampliar as ações do SIATE - Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência e FUNEBOM - Fundo Municipal de Estruturação do Grupamento do Corpo de Bombeiros.

VII. Fortalecer e ampliar as ações de Assistência Social no município em consonância com a legislação vigente, implementando as seguintes medidas:

- a) Assegurar a implantação de ações sócio-educativas para população em situação de risco pessoal e social;
- b) Promover ações para implantação e manutenção do programa de apoio ao adolescente aprendiz;
- c) Implantar programa de apoio à população envolvida com a atividade de coleta de materiais recicláveis;
- d) Implantar em pontos estratégicos do município Centros de Referência e Apoio à Família;
- e) Implementar Serviços de Proteção Especial de alta complexidade, tais como abrigos para crianças e adolescentes, albergues e casas de apoio para moradores de rua e outros, em consonância com o Sistema Único de Assistência Social;
- f) Elaborar e implementar a política de atenção às pessoas com deficiência;
- g) Desenvolver ações de integração e promoção do idoso na comunidade;
- h) Desenvolver ações de organização social, apoio e promoção do trabalhador informal carente bem como do itinerante ou morador de rua.

VIII. Promover o acesso aos meios de transporte a toda população, implementando a seguinte medida:

- a) Assegurar acesso ao transporte público a toda população de acordo com as garantias constitucionais.

Art. 30. O objetivo de promoção da moradia associada a condições dignas de vida será realizado através das seguintes diretrizes:

I. Rever e implementar a Política Habitacional, implementando as seguintes medidas:

- a) Estruturar órgão municipal para implementar e gerir a política habitacional;
- b) Desenvolver programas habitacionais segundo parâmetros técnicos, sociais e urbanísticos adequados;
- c) Implementar programa de monitoramento pós-ocupacional nos empreendimentos de interesse social;
- d) Integrar as ações entre os diversos órgãos públicos nas esferas municipal, estadual, federal, iniciativa privada e sociedade organizada;
- e) Promoção de alternativas tecnológicas para a produção de habitações com qualidade e adequadas às condições ambientais locais;
- f) Promoção e incentivo à produção de novas moradias para as populações de média e baixa renda, adequadas à qualificação ambiental do ambiente urbano, adotando sistemas reconhecidos de garantia de qualidade de processos e produtos para a construção;
- g) Viabilização do acesso à terra urbana através de incentivos e financiamentos para população de média e baixa renda, adequados a legislação vigente;
- h) Desenvolver programas de moradias voltados à área rural.

Art. 31. O objetivo de Promoção da regularização fundiária será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Promover a regularização urbanística e fundiária de áreas de interesse público ocupadas de maneira inadequada, ocorridos até a publicação da lei do Plano Diretor, implementando a seguinte medida:
  - a) Estabelecer normas especiais de urbanização visando a regularização fundiária.
- II. Promover o reassentamento da população que habita em áreas de risco ou ambientalmente frágeis, ocorridos até a publicação da lei do Plano Diretor, implementando as seguintes medidas:

- a) Cadastrar áreas ocupadas que ofereçam risco de vida à população ou sejam ambientalmente frágeis;
- b) Desenvolver programas para as ZEIS - Zonas de Especial Interesse Social – definidas no Plano Diretor, visando solucionar os problemas identificados;
- c) As áreas destinadas para o reassentamento da população das ZEIS deverão estar dotadas de infra-estrutura mínima prevista nesta lei, equipamentos e serviços sociais e urbanos.

Art. 32. Para fins de implementação desta estratégia, adotam-se as seguintes definições:

- **AÇÕES DE APOIO A FAMÍLIA** – é a reunião de iniciativas já existentes nas esferas governamentais e não governamentais, com propósitos definidos, baseados em princípios e diretrizes comuns, para o fortalecimento e a reconstrução de famílias em situação de risco social e pobreza.
- **AÇÕES SÓCIO EDUCATIVAS** – modalidade de atendimento que consiste na realização de ações comunitárias de promoção e informação às famílias.
- **ATENÇÃO BÁSICA** - estratégia de saúde da família, desenvolvida pelo Ministério da Saúde, prioriza ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas de forma integral e contínua.
- **CENTROS DE REFERÊNCIA À FAMÍLIA** – locais para atendimento de grupos familiares vulneráveis, em função da pobreza e de outros fatores de risco e exclusão social, que tem como base territorial comunidades, regiões e bairros onde há maior concentração de famílias nessas condições.
- **DIREITO SOCIAL BÁSICO** – são os garantidos pela Constituição Federal.
- **ECONOMIA SOLIDÁRIA** – compreende o resultado da união de trabalhadores em empreendimentos que privilegiam a autogestão do trabalho, o consumo ético, a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e à diversidade cultural.

- POLÍTICA SOCIAL - consiste numa estratégia utilizada pelo Poder Público a fim de garantir os direitos básicos do cidadão e a melhoria da qualidade de vida.
- PROGRAMAS HABITACIONAIS – são projetos, urbanizações, conjuntos habitacionais a fim de reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições de habitabilidade.

#### *CAPITULO IV – PROMOVER O USO E OCUPAÇÃO RACIONAL DO SOLO URBANO NO MUNICÍPIO*

Art. 33. A estratégia promover o uso e ocupação racional do solo urbano no Município tem como objetivos:

- Compatibilização das diferentes situações de uso e ocupação nas áreas urbanas visando a qualidade de vida dos habitantes;
- Otimização da Ocupação nas Áreas Urbanas;
- Recuperação e redistribuição da renda urbana decorrente do investimento público, que gerou valorização imobiliária.

Art. 34. O objetivo de compatibilização das diferentes situações de uso e ocupação nas áreas urbanas visando a qualidade de vida dos habitantes será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Permitir a convivência de usos distintos desde que sejam garantidas a qualidade do patrimônio ambiental, cultural e histórico, a qualidade de vida da população, a mobilidade e a acessibilidade universal; implementando as seguintes medidas:
  - a) Desenvolver estudos e realizar intervenções nas áreas de conflitos visando sua minimização, por regiões;
  - b) Rever e implementar o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança como forma de minimizar conflitos entre usos;
  - c) Rever a legislação urbanística e tributária visando sua adequação ao Plano Diretor e ao Estatuto da Cidade.

Art. 35. O objetivo de otimização da ocupação nas áreas urbanas será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Estimular o adensamento nos vazios urbanos, implementando as seguintes medidas:

- a) Aplicar os Instrumentos: Outorga Onerosa, Transferência do Direito de Construir;
- b) Receber potenciais construtivos de outros locais e efetuar o controle de recebimento destes;
- c) Atualizar de forma permanente os valores dos imóveis, visando à justa tributação;
- d) Viabilizar a aplicação do IPTU Progressivo no Tempo, nos casos a serem definidos por lei.



Definir critérios de uso e ocupação para controle da expansão do perímetro urbano, implementando as seguintes medidas:

- a) Desenvolver Plano de Ocupação de Áreas não parceladas dentro do perímetro urbano;
- b) Realizar estudos para definir restrições à expansão do perímetro urbano enquanto houver oferta de áreas próprias para moradia a serem adensadas;
- c) Identificar e monitorar os vetores de crescimento urbano.

III. Promover o aproveitamento de imóveis urbanos não utilizados ou subutilizados implementando as seguintes medidas:

- a) Desenvolver Plano de Ocupação das Áreas pertencentes ao Município, priorizando a habitação de interesse social;
- b) Desenvolver Plano de Ocupação das áreas de utilidade pública.

IV. Ordenar a ocupação e o uso urbano nas sedes dos distritos implementando a seguinte medida:

- a) Elaborar as leis urbanísticas (zoneamento e uso do solo, perímetro urbano e sistema viário) para as sedes de distrito.

V. Controlar e ordenar a ocupação e o uso nas áreas marginais das rodovias e ferrovias implementando as seguintes medidas:

- a) Fomentar parcerias intermunicipais e intergovernamentais, visando a prevenção da ocupação inadequada em áreas marginais às rodovias e ferrovias;
- b) Adequar o uso e a ocupação do solo nas áreas lindeiras às rodovias, através de ajustes nas legislações pertinentes.



VI. Controlar o uso e ocupação urbanos nas áreas de manancial de abastecimento implementando a seguinte medida:

- a) Desenvolver e implantar programa de controle do uso e ocupação nas áreas de manancial de abastecimento do Município.

Art. 36. O objetivo de recuperação e da redistribuição da renda urbana decorrente do investimento público será realizado através das seguintes diretrizes:

I. Requalificar o espaço urbano, ambiental e paisagístico da cidade e as atividades urbanas de interesse público implementando as seguintes medidas:

- Estimular o envolvimento dos diferentes agentes responsáveis pela construção da cidade, ampliando a capacidade de investimento do Município e garantindo visibilidade às ações do poder público;
  - Implementar os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, de acordo com esta lei, visando cumprir a função social do solo urbano.
- o Qualificar a infra-estrutura na área urbana priorizando as áreas deficitárias implementando as seguintes medidas:
- a) Promover a pavimentação e construção de galerias pluviais em áreas com deficiência;
  - b) Desenvolver e implantar programa de saneamento adequado às características do local, priorizando a construção do esgoto sanitário em áreas ambientalmente frágeis e áreas com densidade populacional maior;
  - c) Efetivar parceria com os diversos órgãos para desenvolvimento de procedimentos comuns para conservação, manutenção recuperação e licença de uso nas áreas de manancial de abastecimento do município;
  - d) Priorizar a construção e/ou adequação dos equipamentos comunitários em áreas com densidade populacional maior;

- e) Adequar a iluminação pública em vias com maior fluxo de pedestres, próximo aos equipamentos comunitários e áreas de fundo de vale;
- f) Adequar a iluminação pública nas sedes dos distritos;
- g) Promover a utilização de tecnologias adequadas para esgotamento sanitário na sede dos distritos;
- h) Implementar sinalização identificando nomes de vias e cursos d'água.

## *CAPITULO V – PROVER TRANSPORTE E MOBILIDADE COM A VALORIZAÇÃO DO SER HUMANO*

Art. 37. A estratégia - prover o transporte e mobilidade com a valorização do ser humano tem como diretriz geral – Elaborar o Plano Municipal Viário e de Transportes e demais projetos setoriais de transporte.

Parágrafo único - São objetivos da Estratégia transporte e mobilidade com a valorização do ser humano:

- a) Qualificação da estrutura física de transporte e mobilidade;
- b) Atualização da regulamentação do transporte e mobilidade;
- c) Articulação e empreendimento de ações voltadas à melhoria no transporte e mobilidade.

Art. 38. O objetivo de qualificação da estrutura física de transporte e mobilidade será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Integrar os diversos modos de transporte, priorizando pedestres, ciclistas e coletivo, implementando a seguinte medida:
  - a) Organizar e racionalizar o uso do espaço compatibilizando os diversos meios de transportes com prioridade para a circulação de pedestres, ciclistas e o transporte coletivo.
- II. Promover melhorias nas vias urbanas, rodovias e estradas para otimizar a mobilidade das pessoas e mercadorias, com segurança, no território municipal, com redução dos tempos e dos custos de viagem, implementando as seguintes medidas:

- Identificar e resolver os pontos de conflito de trânsito;
  - Realizar ligação inter-bairros proporcionando o deslocamento com maior fluidez;
  - Revitalizar os principais eixos viários das áreas urbanas e estradas municipais.
- Adequar o tráfego urbano ao longo das rodovias, implementando as seguintes medidas:
    - a) Viabilizar junto aos órgãos responsáveis a implantação de vias marginais às rodovias federais e estaduais nas áreas urbanas;
    - b) Viabilizar junto aos órgãos responsáveis a conexão apropriada do tráfego rodoviário com o tráfego urbano e as travessias destes.
- IV. Ampliar alternativas de tráfego rodoviário periférico à cidade, implementando a seguinte medida:
- a) Implantar as perimetrais rodoviárias, priorizando-as pelo tráfego e outros critérios técnicos.
- V. Articular melhorias para a infra-estrutura aeroviária, implementando a seguinte medida:
- a) Incentivar o uso de transporte aeroviário através de melhoria da infra-estrutura existente.

Art. 39. O objetivo de atualização da regulamentação do transporte e mobilidade será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Revisar as legislações pertinentes à mobilidade e transporte, elaborando novas regulamentações que se façam necessárias, implementando as seguintes medidas:
- a) Revisar e as normas para os serviços de transporte, carga e descarga no perímetro urbano, em especial para o transporte de cargas perigosas;
  - b) Revisar a legislação de isenções e incentivos das tarifas no sentido de otimizar o sistema de transporte coletivo;
  - c) Regular o meio de transporte alternativo para atingir regiões deficitárias do transporte coletivo urbano e rural;

- d) Regularizar os pólos geradores de tráfego – PGT.

Art. 40. O objetivo de articulação e empreendimento de ações voltadas à melhoria no transporte e mobilidade será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Estruturar a gestão integrada do sistema de transporte e trânsito, implementando a seguinte medida:
  - a) Articular-se com os municípios vizinhos para integrar o sistema de transporte.
- II. Elaborar e implantar o Plano Municipal de Acessibilidade Universal, implementando as seguintes medidas:
  - a) Viabilizar investimentos na ampliação do sistema de transporte coletivo acessível a todos, especialmente para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
  - b) Qualificar os espaços para pedestres promovendo a acessibilidade conforme desenho universal; e a eliminação de barreiras físicas.
  - c) Viabilizar a construção de sanitários acessíveis, de uso público, no calçamento e áreas de maior fluxo de pessoas;
  - d) Incentivar pesquisa para viabilizar a utilização de transporte sustentável que utilize fontes de energia alternativas e não poluentes.
- III. Desenvolver e implementar projetos e ou programas para melhorar a segurança no trânsito, implementando as seguintes medidas:
  - a) Incentivar e promover parcerias com instituições de ensino, centros de formação de condutores, sociedade civil organizada e órgão gestor de trânsito para educação no trânsito;
  - b) Promover a educação para o trânsito nos seus diversos aspectos;
  - c) Promover adequação e melhoria da infra-estrutura viária visando a segurança pública.

Art. 41. Para fins de implementação desta estratégia adotam-se as seguintes definições:

- EIXOS VIÁRIOS ESTRUTURAIS – compreendem as vias que formam a estrutura viária principal da cidade, destinadas a receber a maior carga de tráfego, definindo os principais acessos da cidade e ligações interurbanas.
- PERIMETRAIS RODOVIÁRIAS – rodovias que contornam o perímetro urbano, com o objetivo de diminuir o tráfego pesado dentro do perímetro urbano.
- PÓLO GERADOR DE TRÁFEGO – são empreendimentos que geram impacto sobre o tráfego das vias que lhe dão acesso.
- SINALIZAÇÃO VIÁRIA INDICATIVA – é o conjunto de elementos do mobiliário urbano que tem por finalidade identificar as vias, os destinos e os locais de interesse, bem como orientar condutores de veículos quanto aos percursos, os destinos, as distâncias e os serviços auxiliares, podendo também ter como função a educação do usuário. Suas mensagens possuem caráter meramente informativo ou educativo.

## *CAPITULO VI – ESTRUTURAR O SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTEGRADA E PARTICIPATIVA*

Art. 42. A estratégia de estruturar o sistema de planejamento e gestão integrada e participativa tem como objetivos:

- I. Aperfeiçoamento do sistema de planejamento e gestão municipal;
- II. Garantia de continuidade da implementação do Plano Diretor;
- III. Promoção do desenvolvimento da cidadania visando a participação popular efetiva e responsável.

Art. 43. O objetivo de aperfeiçoamento do sistema de planejamento e gestão municipal será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Estabelecer processo de modernização da administração municipal, buscando o aperfeiçoamento do modelo de gestão integrada e participativa, implementando as seguintes medidas:
  - a) Reavaliar as competências dos órgãos da administração direta e indireta atualizando e redimensionando-as com objetivo de agilizar e qualificar o atendimento ao cidadão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de participação;
  - b) Descentralizar a administração municipal em regiões estratégicas facilitando o acesso da população aos serviços.
- II. Integrar as ações dos órgãos municipais qualificando o planejamento e o desenvolvimento do município, implementando as seguintes medidas:
  - a) Constituir órgão coordenador do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada e Participativa;
  - b) Estruturar o Sistema de Planejamento e Gestão Integrada e Participativa e as suas atribuições;
  - c) Desenvolver o modelo de planejamento integrado com os diversos órgãos da administração municipal;
  - d) Implantar um órgão de Planejamento Urbano.
- III. Aprimorar o sistema de informação municipal integrado, implementando as seguintes medidas:
  - a) Desenvolver e manter atualizado banco de dados único, georreferenciado e multifinalitário a ser implantado em toda a estrutura administrativa;
  - b) Implementar pesquisas e diagnósticos municipais em todas as áreas afins ao desenvolvimento para subsidiar o planejamento;
  - c) Estruturar tecnicamente o sistema integrado de informação municipal.
- IV. Qualificar o serviço público, implementando as seguintes medidas:
  - a) Desenvolver a política de recursos humanos visando promover a qualificação dos servidores em um processo contínuo;



- b) Inserir na legislação pertinente ao assunto a necessidade de habilitação legal para o exercício de cargos cujo conhecimento técnico se faça necessário;
- c) Adequar a estrutura física municipal às normas de segurança e de medicina do trabalho.;
- d) Promover a manutenção e conservação da estrutura física municipal de forma permanente.

Art. 44. O objetivo de garantia de continuidade da implementação do Plano Diretor será realizado através da seguinte diretriz:

- I. Implementar o Plano Diretor em todos os seus aspectos, concretizando as seguintes medidas:
  - a) Garantir que as ações previstas no Plano Diretor estejam contempladas nas leis do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA;
  - b) Criar órgão colegiado paritário formado com representantes governamentais e da população com a função de acompanhar e implementar as diretrizes e ações previstas no Plano Diretor;
  - c) Manter equipe técnica multidisciplinar da administração municipal para acompanhamento e revisão do Plano Diretor.

Art. 45. O objetivo de promoção do desenvolvimento da cidadania visando a participação popular efetiva e responsável será realizado através das seguintes diretrizes:

- I. Formular programa municipal permanente de informação à comunidade visando capacitar os munícipes ao exercício da cidadania implementando as seguintes medidas:
  - a) Apresentar à comunidade de forma contínua, os planos e projetos de desenvolvimento do município;
  - b) Realizar conferências, debates ou painéis esclarecendo à população o significado das legislações;
  - c) Realizar projetos de difusão dos princípios de cidadania.

- II. Promover e estruturar o processo de participação popular na administração do município implementando as seguintes medidas:
  - a) Modernizar e democratizar o acesso à informação;
  - b) Aperfeiçoar, capacitar e ampliar os meios de controle social e participação popular.
- III. Fortalecer os canais de participação já instituídos, implementando as seguintes medidas:
  - a) Implementar a gestão participativa no debate sobre políticas públicas;
  - b) Estruturar e manter o Orçamento Participativo.

Art. 46. Para fins de implementação desta estratégia adota-se a seguinte definição:

- **ORGÃO COLEGIADO PARITÁRIO:** Órgão cujos membros são representantes do governo e dos diversos setores da sociedade civil, com poderes idênticos.

### TÍTULO III – DA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

Art. 47. A estruturação do território do Município de Cascavel visa orientar a ocupação equilibrada e o desenvolvimento compatível entre as atividades.

Art. 48. São pressupostos para a estruturação do Município:

- I. A restrição à ocupação nas Áreas de Preservação Permanente e nas Unidades de Conservação;
- II. A ampliação das áreas ambientalmente protegidas de âmbito municipal;
- III. A inibição temporária da ocupação urbana e o controle da ocupação rural na macrozona de expansão urbana da cidade de Cascavel e, das sedes dos demais Distritos Administrativos conforme regulamentado no Plano Diretor;
- IV. O aproveitamento sustentável dos espaços localizados fora das áreas descritas nos incisos I e II deste artigo;

- V. A facilitação do escoamento da produção e a integração entre as diversas localidades, bem como, entre as sedes dos Distritos Administrativos;
- VI. A descentralização de atividades, através de uma política de policentralidade que considere a atividade econômica, a provisão de serviços e aspectos sócio-culturais;
- VII. O reconhecimento da necessidade de infra-estrutura nas regiões do Município cuja ocupação urbana já esteja consolidada, independentemente de serem recomendadas pelo Plano Diretor para expansão;
- VIII. O reconhecimento da existência de ocupações cuja regularização constitui interesse público;
- IX. A estruturação e a qualificação ambiental, através da identificação e valorização do patrimônio;
- X. O desenvolvimento econômico do Município, mediante o estímulo à produção primária e à agregação de valor aos produtos, com sustentabilidade.

## *CAPITULO I – DOS SISTEMAS TERRITORIAIS DE REFERÊNCIA*

Art. 49. Os sistemas territoriais de referência integram os elementos que devem orientar e condicionar a estruturação do território municipal.

Art. 50. Para fins de estruturação do Município, o território se organizará em torno dos seguintes Sistemas Territoriais de Referência:

- I. Ambiental;
- II. De mobilidade.

Art. 51. A implantação de qualquer projeto, público ou privado, deverá na respectiva área, considerar os sistemas territoriais de referência envolvidos, bem como obedecer às disposições e aos parâmetros urbanísticos estabelecidos nesta lei e nas legislações suplementares.

## SEÇÃO I - DO SISTEMA AMBIENTAL

ART. 52. O SISTEMA AMBIENTAL É COMPOSTO POR:

- I. RECURSOS HÍDRICOS
- II. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E LAZER
- III. ÁREAS DE RECUPERAÇÃO ou de MONITORAMENTO AMBIENTAL
- IV. ÁREAS DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL

### *SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS*

Art. 53. Para estruturação municipal e efetivação das estratégias previstas nesta lei, particularmente na estratégia Conservar e Preservar o Patrimônio Ambiental e Histórico-Cultural do Município e na estratégia Promover o Uso e Ocupação Racional do Solo Urbano no Município ficam instituídas as seguintes prioridades referentes ao sistema ambiental, com vistas ao desenvolvimento de programas específicos, adequados a cada caso:

- I. Identificação dos cursos d'água com potencial hidrológico para captação e abastecimento de água à população urbana e rural de Cascavel;
- II. Identificação e diagnóstico de ocupações e usos que possam causar conflitos e degradação ao meio ambiente;
- III. Identificação dos remanescentes de mata nativa e cursos d'água para utilização racional da atividade no município;
- IV. Estudos visando consolidar corredores ecológicos, eco-turismo e turismo rural com o objetivo de recuperação/ preservação ambiental e geração de renda.
- V. Identificação das nascentes e cursos d'água no município com vistas à recuperação e conservação;
- VI. Identificação dos cursos d'água no meio urbano, passíveis de tratamento ambiental e urbanístico tendo como enfoque o ganho ambiental e social;

- VII. Identificação de áreas com potencial para criação de Unidades de Conservação, para preservação dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas representativos do Município;
- VIII. Identificação de áreas adequadas à implantação de aterros sanitários e destino final dos demais tipos de resíduos;
- IX. Identificação de áreas adequadas à implantação de cemitérios, em especial na cidade de Cascavel;
- X. Identificação das áreas urbanas degradadas pela inexistência ou subdimensionamento da infra-estrutura;
- XI. Identificação dos elementos de interesse para estruturação do patrimônio Histórico-Cultural do Município;

Art. 54. Os sistemas ambiental municipal e urbano da cidade estão apresentados, respectivamente, nos Mapas 1 e 2, no anexo I desta lei, e serão complementados em legislação municipal específica.

#### Subseção II - Recursos Hídricos

Art. 55. Constitui Recurso Hídrico qualquer fonte hídrica existente no Município.

Art. 56. O tratamento dos mananciais de abastecimento de água da cidade de Cascavel, deverá obedecer ao disposto nesta lei, principalmente no que trata a estratégia Conservar e Preservar o Patrimônio Ambiental e Histórico-Cultural do Município.

Parágrafo único - São mananciais de abastecimento da cidade de Cascavel:

- I. Rio Cascavel;
- II. Rio Saltinho;
- III. Rio Peroba.

Art. 57. É prioridade nos mananciais de abastecimento da cidade de Cascavel:

- I. Controle da ocupação e do uso na bacia dos mananciais de abastecimento da cidade de Cascavel;
- II. Desassoreamento e conservação do Lago Municipal;

III. Estudos e execução de medidas de proteção contra possíveis contaminações do Rio Cascavel, principalmente ao longo da BR 277;

§ 1º Além das bacias dos mananciais de abastecimento da cidade de Cascavel são prioridades o controle da ocupação e do uso nas bacias do Rio São José e Rio do Salto, passíveis de captação para abastecimento de água na cidade de Cascavel;

§ 2º Deverá ser efetuado o controle da ocupação e do uso na bacia do rio Quati, que deságua próximo às estações de captação para abastecimento de água da cidade de Cascavel.

Art. 58. São considerados importantes recursos hídricos no município todas as fontes de captação para abastecimento de água nas sedes dos distritos administrativos.

Parágrafo único - Além dos recursos hídricos já mencionados para abastecimento de água à população são prioritários os levantamentos e monitoramentos de todas as fontes destinadas ao consumo coletivo no município.

Art. 59. Deverá o município de Cascavel articular-se junto aos órgãos afins para o levantamento das condições da mata ciliar das bacias : bacia do rio Paraná, bacia do rio Piquiri e bacia do rio Iguaçu; com o intuito de recuperar, preservar e conservar a qualidade dos cursos d'água no município.

SUBSEÇÃO III - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E LAZER

Art. 60. Integram as áreas de preservação e lazer no município de Cascavel:

1. Parque Ecológico Paulo Gorski;
2. Parque Tarquínio Joslin dos Santos;
3. Parque Vitória;
4. Parque Ambiental de Cascavel;
5. Parque Municipal Salto Portão – Ponte Molhada;
6. Quadra 42 do loteamento FAG- Preservação Permanente.



Art. 61. Somam-se às áreas indicadas no artigo anterior, as existentes no município para: bosques, nascentes com acesso público e praças, bem como, os canteiros centrais das avenidas, em especial os da avenida Brasil, avenida Presidente Tancredo Neves e avenida Barão do Rio Branco na cidade de Cascavel.

Art. 62. Serão implantadas mediante estudos ambientais e urbanísticos as seguintes áreas de preservação e lazer:

- I. Parque Linear do córrego Bezerra localizado entre os bairros Coqueiral, Santa Cruz e Alto Alegre;
- II. Parque Linear do afluente do arroio Juvenal entre os bairros Guarujá e XIV de Novembro;
- III. Parque Linear do segundo braço esquerdo do ribeirão Coati Chico localizado no bairro Santa Felicidade;
- IV. Parque Linear do arroio Cascavel localizado no bairro Cascavel Velho;
- V. Parque Linear da sanga Amambay localizado entre os bairros Periolo e Morumbi;
- VI. Parque Linear do lajeado Clarito localizado entre os bairros Brazmadeira e Floresta;
- VII. Parque Linear do rio Piquirzinho localizado na sede do distrito administrativo São João D'Oeste;
- VIII. Parque Linear localizado ao norte na sede do distrito administrativo Rio do Salto;
- IX. Parque Linear no Distrito Administrativo Juvinopolis;
- X. Parque Linear no Distrito Administrativo São Salvador;
- XI. Parque Linear Rio Das Antas entre os bairros Country e Cancelli, integrando o Parque Vitória;
- XII. Corredor de biodiversidade na região sul do município de Cascavel, com o objetivo de recuperar e preservar o meio ambiente, bem como promover a geração de renda de forma sustentável.
- XIII. Área de mata nativa no loteamento São João D'Oeste.

§ 1º Nos cursos d'água e lagos artificiais em áreas urbanas deverão ser implantados, mediante estudos técnicos, dissipadores de energia das águas pluviais e dispositivos para contenção de resíduos.

§ 2º Serão viabilizados recursos financeiros para aquisição de áreas em ZEIA, com a finalidade de ampliação ou criação de novas áreas de preservação e lazer, em especial para ampliação do complexo do Parque Ecológico Paulo Gorski.

#### SUBSEÇÃO IV - ÁREAS DE RECUPERAÇÃO OU DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

Art. 63. São áreas de recuperação ou de monitoramento ambiental no Município de Cascavel, as áreas onde os usos e ocupações possam causar danos ao meio ambiente e à qualidade de vida da população, ou indicadas para aquisição e conservação pelo poder público por constituírem interesse ambiental.

Art. 64. Foram identificadas as seguintes áreas:

- I. Parte do lote 221 da Gleba Cascavel
- II. Áreas do entorno do Lago Municipal;
- III. Lote 98 da Gleba Lopeí, chácaras do Loteamento São Francisco;
- IV. Pedreira municipal;
- V. Áreas industriais;
- VI. Ocupação urbana no loteamento XIV de Novembro;
- VII. Ocupação urbana no loteamento Jesuítas;
- VIII. Ocupação urbana no loteamento Tarumã;
- IX. Ocupação urbana no loteamento Itapuã;
- X. Ocupação urbana no loteamento Santa Cruz;
- XI. Ocupação urbana no loteamento Abelha;
- XII. Ocupação urbana no loteamento Santo Antônio;
- XIII. Ocupação urbana no loteamento Jaçanã;
- XIV. Ocupação urbana no loteamento Araucária;
- XV. Ocupação urbana no loteamento Melissa;
- XVI. Ocupação urbana no loteamento Paranaguá;
- XVII. Ocupação urbana nos loteamento Colméia;
- XVIII. Ocupação urbana no loteamento Morada do Sol;
- XIX. Ocupação urbana no loteamento Estrela do Mar;
- XX. Acampamento Dorcelina Folador, no distrito de Rio do Salto;

- XXI. Acampamento Primeiro de Agosto, no distrito de São Salvador;
- XXII. Ocupação urbana na Sede do Distrito de Juvinópolis;
- XXIII. Aterro Sanitário localizado no Distrito de Espigão Azul;
- XXIV. Cemitério Central de Cascavel;
- XXV. Cemitério São Luiz;
- XXVI. Cemitério no Guarujá;
- XXVII. Cemitério Jardins de Cascavel;
- XXVIII. Estações de tratamento de água do sistema de abastecimento público.
- XXIX. Poços de captação de água do sistema de abastecimento público;
- XXX. Instalações do sistema público de esgoto;

Parágrafo único - Integram as áreas de recuperação ou de monitoramento ambiental todas as ocupações identificadas nas sub-zonas de proteção ambiental.

Art. 65. São prioritários para as áreas de recuperação ou de monitoramento ambiental:

- Cadastramento de todos os poços profundos no município de Cascavel;
- Localização e estudo dos cemitérios implantados no município de Cascavel para adequação ambiental;
- Estudos visando a ampliação do atual aterro sanitário;
- Estudos visando a relocação ou regularização fundiária das famílias em áreas ocupadas irregularmente;
- Levantamento e relocação das ocupações em áreas de proteção ambiental e, recuperação da área degradada;
- Estudos e execução de projetos urbanísticos visando a melhoria da qualidade de vida da população que ocupa áreas degradadas;
- Execução de infra-estrutura para captação de esgotamento sanitário na bacia do Rio Cascavel;
- Estudos de novas alternativas para captação e tratamento de esgotamento sanitário no município de Cascavel;
- Levantamento de áreas urbanas e estradas rurais com erosão no município, bem como adequação e execução da infra-estrutura necessária para solução dos problemas identificados.

Art. 66. As ações voltadas para a recuperação e monitoramento ambiental no Município deverão atender as diretrizes das Estratégias Conservar e Preservar o Patrimônio Ambiental e Histórico-Cultural do Município, Promover o Uso e Ocupação Racional do Solo Urbano e Integrar as Políticas Sociais e Promover a Moradia Digna.

#### SUBSEÇÃO V - ÁREAS DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL

Art. 67. É prioridade a elaboração de inventário Histórico-Cultural identificando áreas, edificações e valores no município de Cascavel bem como as intervenções contidas na estratégia Conservar e Preservar o Patrimônio Ambiental e Histórico-Cultural do Município.

Parágrafo único - Devem integrar o patrimônio histórico e cultural do Município de Cascavel os seguintes elementos:

- a) Praça Getúlio Vargas e monumento Marco Zero;
- b) Praça Florêncio Galafassi e monumento ao Migrante;
- c) Praça Parigot de Souza e concha acústica;
- d) Igreja do Lago;
- e) Catedral de Nossa Senhora Aparecida.

#### SEÇÃO II – DO SISTEMA DE MOBILIDADE

Art. 68. O sistema de mobilidade é composto por:

- I. Sistema Rodoviário;
- II. Sistema Viário Urbano;
- III. Sistema Ferroviário;
- IV. Sistema Aeroviário.

#### SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69. Para estruturação municipal de acordo com as estratégias previstas nesta lei, particularmente na de Prover o Transporte e Mobilidade com a Valorização do Ser Humano, ficam instituídas as seguintes prioridades referentes ao sistema de mobilidade, que deverão ser consideradas no Plano Municipal Viário e de Transporte:

- I. Articular com os órgãos responsáveis a elaboração de projetos para execução de vias marginais, acessos e transposições em rodovias nos perímetros urbanos do Município de Cascavel;
- II. Revisão e definição da hierarquização das vias urbanas no município de Cascavel identificando os principais eixos de circulação, orientando assim a priorização de investimentos em estruturação e manutenção das vias e a regulamentação do uso do solo;
- III. Identificação dos pólos geradores de tráfego e pontos de conflitos viários com o intuito de direcionar a priorização de investimentos;
- IV. Desenvolver estudos para aproveitamento dos espaços sob linhas de transmissão de energia que possam ser utilizados como anel viário ou que promovam a ligação entre os bairros da cidade de Cascavel;
- V. Identificação e previsão de vias urbanas para ligação ao contorno Oeste da Cidade de Cascavel, além daquelas já evidenciadas no mapa 4 anexo I desta lei;
- VI. Identificação dos principais fluxos de ciclistas no Município a fim de promover a execução de ciclovias e/ou ciclofaixas;
- VII. Adequação dos Terminais de Transbordo Urbano e pontos de parada, bem como seus entornos, para melhor acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- VIII. Definição de vias para estruturação, pavimentação e sinalização para o deslocamento de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, priorizando as vias de acesso aos terminais de transbordo, serviços e locais públicos;
- IX. Identificação dos principais fluxos de pessoas no município a fim de viabilizar a concessão de transporte regular de passageiros entre as sedes urbanas e a área rural;
- X. Adequação e previsão de novas áreas para os terminais de transbordo urbano e metropolitano;
- XI. Definição de área para o terminal de transbordo intermodal (apoio logístico, central de fretes, descanso, alimentação, estacionamento e assistência médica);
- XII. Adequação do acesso e do terminal de passageiros do atual aeroporto e/ou viabilização do novo aeroporto.

XIII. Estruturar a PR 180 ao sul do município, a estrada Rio da Paz e sua continuidade como corredor turístico.

Parágrafo único -Deverão constar no Plano Municipal Viário e de Transporte os seguintes programas:

- a) De reformulação da arborização urbana,estabelecendo critérios relativos a espécies e disposição;
- b) De construção, restauração, manutenção e adequação de calçadas;
- c) De distribuição racional da infra-estrutura de redes de serviços públicos;
- d) De denominação e sinalização de vias públicas e cursos d'água;
- e) De numeração predial;
- f) De conservação do pavimento das vias;
- g) De qualificação do transporte público.

Art. 70. O sistema de mobilidade municipal e o urbano da cidade de Cascavel estão, respectivamente, apresentados nos Mapas 3 e 4, no anexo I desta lei, e deverão ser complementados com as disposições do Plano Municipal Viário e de Transporte.

#### Subseção II - Sistema Rodoviário

#### ART. 71. A MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL É COMPOSTA POR:

##### I. Rodovias sob tutela da Iniciativa Privada:

- a) Rodovia BR 277;
- b) Rodovia BR 369;
- c) Rodovia PR 180 (trecho sul da BR 277).

##### II. Rodovias sob tutela do Governo do Estado:

- a) Rodovia BR 467;
- b) Rodovia PR 180 (trecho norte da BR 277);
- c) Rodovia PR 486.

##### III. Estradas Vicinais sob tutela Municipal:

- a) Estrada Jacob Munhak;
- b) Estrada Rio da Paz;
- c) Demais estradas municipais.



Art. 72. São prioritários a receberem melhorias:

- I. As Rodovias BR 277 e BR 467, no trecho urbano da cidade de Cascavel; BR 277, trevo Cataratas até o trevo de acesso a São João D'Oeste – onde estão localizados o Distrito Industrial Domiciano Theobaldo Bresolim, Autódromo, Ferroeste e CITVEL; Estrada Municipal Jacob Munhak – em relação a compatibilização dos fluxos urbanos com o rodoviário;
- II. Acessos ao perímetro urbano em todas as sedes dos distritos administrativos, destacando o perímetro urbano da cidade de Cascavel, Sede Alvorada, São João D'Oeste e Rio do Salto quanto às transposições;
- III. Adequação e conservação da estrada Rio da Paz e demais estradas municipais.

ART.73. O SISTEMA RODOVIÁRIO É COMPLEMENTADO PELO TERMINAL RODOVIÁRIO, ÁREAS INDUSTRIAIS, EADI – ESTAÇÃO ADUANEIRA INTERIOR, TERMINAL DE CARGAS DA FERROESTE, CONTORNOS OESTE E NORTE E SEDES DOS DISTRITOS ADMINISTRATIVOS.

Art. 74. As sedes dos distritos administrativos devem tornar-se pontos de concentração e promoção de serviços, equipamentos comunitários e suporte a comercialização de produtos, para melhoria das condições de vida da população dispersa no território municipal.

Art. 75. São sedes dos Distritos Administrativos do Município:

- I. Cascavel
- II. Rio do Salto
- III. Juvinópolis;
- IV. São João D'Oeste
- V. Sede Alvorada
- VI. São Salvador;
- VII. Diamante
- VIII. Espigão Azul

Art. 76. São prioritários para estruturação do sistema rodoviário:

- I. Implementação da sede do Distrito Administrativo Diamante;
- II. Definição da área a ser instalado o terminal de transbordo intermodal, na BR 277, próximo a FERROESTE.
- III. Definição da área para implantação do terminal de transbordo metropolitano;
- IV. Articulação para execução dos contornos oeste e norte;

#### Subseção III –Sistema Viário

Art. 77. A malha viária urbana deverá ser estruturada em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, atendendo especialmente as disposições da estratégia Prover o Transporte e Mobilidade com a Valorização do Ser Humano, Leis de Uso e do Parcelamento do Solo e, a priorização de investimentos nos principais eixos para a estruturação urbana sendo:

- I. Hierarquização de vias urbanas, estudos de viabilização para abertura de novas vias e expansão da malha viária urbana na cidade de Cascavel, visando a continuidade da malha existente, conforme identificado no mapa 4, anexo I desta lei;
- II. Estruturação de vias para melhoria no tráfego urbano sentido leste/oeste como alternativas à avenida Brasil; no sentido norte/sul favorecendo as ligações entre bairros e oferecendo alternativas à rua Jorge Lacerda.
- III. Estudos para adequação da rotatória da praça Vereador Luiz Picolli, visando a minimização do ponto de conflito viário devido à confluência das ruas Paraná, avenida Toledo, avenida Assunção, rua Rio Grande do Sul e avenida Brasil;
- IV. Implementação e estruturação das marginais das rodovias BR 277 e BR 467 no perímetro urbano de Cascavel, avenida das Torres a partir da rua Jorge Lacerda em direção a rua Tito Muffato, e desta até o viaduto da avenida Presidente Tancredo Neves, configurando-se em um anel de integração entre bairros;

- V. Transposições da BR 467 na avenida Rocha Pombo/rua Ipanema, rua Domiciano Theobaldo Bresolin, rua Jacarezinho, avenida Barão do Rio Branco, rua Jorge Lacerda e adequação da transposição da avenida Piquiri;
- VI. Transposições da BR 277 no acesso ao aeroporto, rua da Laminadora/estrada da Pedreira, rua Munique/estrada de acesso ao Lago Municipal, rua Emilio de Menezes/rua Irati, e adequação das transposições na rua Souza Naves, avenida Carlos Gomes e viaduto da avenida Presidente Tancredo Neves;
- VII. Adequação do Trevo Cataratas;
- VIII. Acessos, marginais e transposições da BR 467 no perímetro urbano de Sede Alvorada;
- IX. Acessos e marginais da PR 486 no perímetro urbano de Espigão Azul;
- X. Acessos, marginais e transposições da Estrada Municipal Jacob Munhak no perímetro urbano de São João D'Oeste;
- XI. Acessos e marginais da PR 180 no perímetro urbano de São Salvador e Juvinópolis;
- XII. Adequação, acessos e transposição da PR 180 no perímetro urbano de Rio do Salto;
- XIII. Adequação das vias urbanas das sedes dos distritos administrativos em relação ao acesso das estradas em direção ao interior do distrito;

Parágrafo único - As transposições previstas nos incisos V, VI, VIII, X e XII deste artigo, bem como as demais transposições de rodovias em perímetros urbanos a serem regularizadas e/ou executadas, deverão contemplar em seus projetos, além da circulação de veículos, a transposição segura de pedestres, pessoas com mobilidade reduzida e ciclistas.

Art. 78. Para qualificação do sistema de mobilidade, o município de Cascavel deverá desenvolver os seguintes programas:

- I. Restauração, manutenção e execução de calçadas dentro dos perímetros urbanos, visando atender a circulação de pessoas de maneira confortável e segura;
- II. Readequação da arborização urbana em vias públicas;

### III. Qualificação do sistema de transporte público.

#### Subseção IV - Sistema Ferroviário

Art. 79. Constitui o sistema ferroviário de Cascavel a linha férrea da FERROESTE – Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A e seu terminal de transbordo.

Art. 80. A expansão da linha férrea deverá ocorrer consoante as disposições desta lei.

#### *SUBSEÇÃO V – SISTEMA AEROVIÁRIO*

Art. 81. Constitui o Sistema Aeroviário o aeroporto municipal e demais aeródromos registrados no D.A.C –Departamento De Aviação Civil e licenciados no município.

Parágrafo único - Os aeródromos somente serão licenciados no município mediante apresentação dos planos específicos em conformidade com as exigências da Portaria n.1.141/GM5, de 08/12/1987 do Ministério da Aeronáutica e com esta lei.

### *CAPÍTULO II – DO MACROZONEAMENTO*

#### Seção I – Disposições Gerais

Art. 82. O Macrozoneamento é a divisão territorial para fins de gestão pública estabelecida na abrangência do Município, da Cidade de Cascavel e das Sedes dos Distritos Administrativos.

Art. 83. No território do Município define-se a divisão em áreas, macrozonas e zonas de especial interesse, conforme a natureza da orientação à ocupação que se estabelece:

- I. ÁREAS – têm sua ocupação determinada segundo estatutos diferenciados, regulamentados em lei específica, dividem-se em:

- a) Área Rural – destinada ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, extração de recursos naturais de forma sustentável e de proteção / conservação do meio ambiente, a ser mantida como garantia de espaço para a sustentabilidade da produção primária, sendo esta estruturadora da atividade econômica no Município.
- b) Área Urbana – é a área no Município destinada ao desenvolvimento de usos e atividades urbanos, delimitadas de modo a conter a expansão horizontal da Cidade e das demais sedes dos Distritos Administrativos, voltada a otimizar a utilização da infra-estrutura existente e atender às diretrizes de estruturação do Município.

II. MACROZONAS - são setores homogêneos os quais traduzem espacialmente as estratégias de desenvolvimento, cuja ocupação é regulamentada nesta lei. As macrozonas podem dividir-se em Subzonas.

III. ZONA DE ESPECIAL INTERESSE - são porções do território com diferentes características ou com destinação específica, normas próprias de uso e ocupação do solo, e edificação, a serem regulamentadas em lei municipal, situadas em qualquer macrozona do Município. Em conformidade com a demanda, lei municipal poderá estabelecer novas Zonas de Especial Interesse – ZEI.

Art. 84. A descrição, finalidade e localização de cada macrozona urbana ou rural e das Zonas de Especial Interesse estão dispostas individualmente para cada sede distrital, Cidade de Cascavel e território do Município, nesta lei.

§ 1º Para fins de interpretação das macrozonas nos mapas anexos desta lei, estas sempre são delimitadas por via pública, sendo que, os imóveis em ambos os lados, com testada para a via limite de macrozona, estão incluídos na macrozona que possibilita maior potencial construtivo.

§ 2º Constitui exceção à disposição do §1º deste artigo, a Macrozona de Fragilidade Ambiental Urbana, a qual se limita pelo lado da via pública voltado para a macrozona.

Art. 85. A macrozona de fragilidade ambiental impõe-se sobre qualquer outra macrozona, zona ou sub-zona interrompendo-as em sua continuidade.

Art. 86. Evidenciam-se funções sociais diferenciadas para as Macrozonas de Fragilidade Ambiental conforme se localizem na Área Urbana ou na Área Rural, sendo:

- I. Macrozona de Fragilidade Ambiental Urbana – Sendo meio natural modificado pela atividade urbana, tem sua função social relacionada com o papel a cumprir junto à comunidade, desta forma:
  - a) Não deve constituir barreira intransponível e sim permitir transposição de acordo com a estrutura viária principal estabelecida na lei do sistema viário;
  - b) Deve ter seu entorno urbanizado e com infra-estrutura básica implantada visando a proteção do recurso hídrico e a ampliação das áreas de lazer à comunidade;
  - c) Nos locais indicados no Plano Diretor para construção de parques lineares, deverá ser recuperada a mata ciliar e mantido o tratamento paisagístico, permitindo o convívio da comunidade com o recurso hídrico;
  - d) As vias urbanas deverão proporcionar a interligação das áreas urbanas de lazer;
  - e) Tem importante papel como manancial de abastecimento de água e para amenizar o micro-clima, bem como, no sistema de drenagem urbana, podendo receber tratamento ou dispositivo para ampliar o tempo de retenção da água pluvial na micro-bacia;
  - f) Quando houver ocupação urbana consolidada, será desenvolvido projeto de drenagem adequadamente dimensionado de forma a não submeter à população a risco, podendo ser implementado mediante parceria público privada;



- g) Para os demais cursos d'água, será desenvolvido estudo técnico para definir o tratamento adequado à sua função social.

I. Macrozona de Fragilidade Ambiental Rural – Tem sua função social ligada a questões de preservação ambiental e nesse sentido serão respeitadas as áreas de preservação permanente, seus critérios de ocupação devem permitir:

- a) O aproveitamento sustentável do entorno do recurso hídrico;
- b) A mobilidade das populações rurais no acesso à sede administrativa distrital e à Cidade;
- c) O escoamento da produção.

Art. 87. Não será induzido pela Administração Municipal o adensamento de áreas que não possuam infra-estrutura básica e equipamentos comunitários compatíveis com a demanda da população.

*ART. 88. AS MACROZONAS DE TRANSIÇÃO, DE EXPANSÃO URBANA E DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA TÊM SUAS DEFINIÇÕES NOS ARTIGOS 93, 94 E 95 DESTA LEI E ACHAM-SE ESPACIALMENTE REPRESENTADAS NOS MAPAS 1 A 9 DO ANEXO II DESTA LEI.*

## *SEÇÃO II – DO MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO*

Art. 89. O Macrozoneamento do município de Cascavel encontra-se espacialmente representado no mapa 1 anexo II integrante desta lei.

Art. 90. A MACROZONA DE PRODUÇÃO RURAL é destinada a atividades não urbanas, isto é atividades predominantemente agropecuárias e de exploração sustentável dos recursos naturais;

Art. 91. A MACROZONA DE PRODUÇÃO RURAL DE INCENTIVO AO TURISMO é destinada à produção agropecuária e à exploração de recursos naturais de forma sustentável onde os empreendimentos voltados ao turismo e lazer devem ser incentivados como alternativa para gerar renda à população local.

Art. 92. A MACROZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL é composta por:

- I. Subzona de Proteção - são áreas de preservação permanente e áreas definidas como proteção ambiental estabelecida em legislação federal, estadual ou municipal, cuja possibilidade de uso é restrita às questões de preservação, conservação, recuperação ou educação ambiental, tais como:
  - a) Faixas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água, nascentes e remanescentes de mata nativa;
  - b) Parque Ambiental de Cascavel – PAC;
  - c) Reserva Florestal no Distrito de Rio do Salto.
  
- II. Subzona de Uso e Ocupação Controlados: São áreas abrangidas pelas bacias dos mananciais de abastecimento de água, áreas que margeiam as faixas de preservação permanente dos cursos d'água ou pertencentes a projetos ambientais específicos. Devem ter uso controlado e requerem cuidados especiais com poluição, erosão, assoreamento, entre outros, sendo elas:
  - a) Áreas que margeiam as faixas de preservação permanente dos cursos d'água, nascentes e mata nativa.
  - b) Áreas das bacias mananciais de abastecimento de água atuais ou projetadas:
    - Área da Bacia do Rio Cascavel;
    - Área da Bacia do Rio Saltinho;
    - Área da Bacia do Rio Peroba;
    - Área da Bacia do Rio São José;
    - Área da Bacia do Rio do Salto;
  - c) Área do Projeto “Corredor de Biodiversidade”;
  - d) Parques Municipais.

Parágrafo único – As atividades a serem desenvolvidas na Macrozona de Fragilidade Ambiental requerem cuidados especiais, em relação à poluição, erosão e assoreamento.

Art. 93. A macrozona de transição é destinada a atividades rurais. É constituída por faixa com 1000 metros de largura circundando as áreas urbanas, as Macrozonas de Expansão Urbana das sedes dos Distritos Administrativos e da Cidade de Cascavel; e a URBE 4. Nessas Macrozonas deverão ser restritos os usos rurais incompatíveis com os usos urbanos ou incômodos aos moradores das áreas urbanas.

Art. 94. A macrozona de expansão urbana é área Rural destinada ao crescimento das áreas urbanas em conformidade com o artigo 133 desta lei. E seu uso e ocupação esta sujeito às mesmas condições impostas à Macrozona de Transição.

Parágrafo único - As macrozonas de Expansão Urbana encontram-se delimitadas nos mapas 1 a 9 constantes do anexo II desta lei.

Art. 95. Macrozona de Urbanização Específica - URBE: Ocorrem fora das sedes dos Distritos Administrativos onde já estão implantados usos urbanos tais como os distritos industriais, os condomínios urbanísticos e de recreio, grandes empreendimentos de esporte e lazer, serviços característicos de apoio ao tráfego rodoviário, usos com serviços que geram grande volume de tráfego, empresas que necessitam de grandes áreas para sua instalação.

§ 1º As Macrozonas de urbanização específica poderão receber novas áreas de urbanização específica em conformidade com a orientação de uso estabelecida nesta lei, mediante lei específica que estabeleça seus parâmetros de ocupação; no caso de estar dentro da macrozona de fragilidade ambiental atenderá aos mesmos parâmetros desta.

§ 2º Quando houver parcelamentos para usos ao longo das rodovias e estradas municipais, estes devem acontecer prevendo a existência de via marginal, externa ao limite da faixa de domínio.

§ 3º As Macrozonas de Urbanização Específica encontram-se delimitadas no mapa 1 e 2 do anexo II desta lei.

Art. 96. Poderão ser criadas novas Macrozonas de Urbanização Específica para finalidades diversas, compatíveis com o interesse público e considerado o macrozoneamento estabelecido, desde que localizadas fora dos perímetros urbanos das sedes distritais e fora das Macrozonas de Expansão Urbana, estando sujeitas aos seguintes procedimentos prévios:

- I. Realização de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV e aprovação pelo Órgão Municipal de Planejamento Urbano;
- II. Lei municipal de criação da Macrozona de Urbanização Específica fundamentada no inciso I acima.

Art. 97. A Macrozona de Urbanização Específica – URBE-1 é constituída pelos eixos rodoviários e estradas municipais de ligação com os municípios vizinhos, cuja localização esteja fora das áreas definidas como outras URBES, da Macrozona de Fragilidade Ambiental e dos perímetros urbanos das sedes distritais, atendendo os seguintes critérios:

- I. Estas áreas poderão receber usos de apoio a rodovias, tais como hotéis, postos de serviço, restaurantes, borracharias, usos industriais, de comércio e serviços, compatíveis com a ocupação de núcleos urbanos.
- II. No caso específico da PR 180 ao sul e da Estrada Rio da Paz e sua continuidade no trecho compreendido pela macrozona de fragilidade ambiental rural os usos terão análise criteriosa para sua liberação.
- III. A BR 277 nos trechos que se encontram na bacia manancial de abastecimento de água os usos deverão ter análise criteriosa para a sua liberação.

Parágrafo único - Fica estabelecida a URBE1 ao longo das seguintes rodovias e estradas municipais desde que atendam aos critérios acima:

- a) BR 277
- b) BR 369

- c) BR 467
- d) Trecho da PR 180, caracterizando CORREDOR TURÍSTICO
- e) Rodovia – PR 486
- f) Estrada Municipal Jacob Munhak.
- g) Trecho da estrada Municipal Rio da Paz e sua continuidade conforme mapa1 do anexo II desta lei, caracterizando CORREDOR TURÍSTICO
- h) Contornos Oeste e Norte.

Art. 98. A Macrozona de Urbanização Específica - URBE-2 é constituída por distritos ou núcleos industriais, fora do perímetro urbano das sedes distritais e afastados destas no mínimo 1000 metros. Esta Macrozona poderá receber usos incômodos, perigosos e nocivos. Estes usos devem obedecer a todos os cuidados previstos em lei para sua realização, bem como estarem previstos no processo que licenciou o núcleo, distrito ou condomínio.

I. Existentes:

- a) Distrito Industrial Domiciano Theobaldo Bresolin;
- b) Parque Industrial de Cascavel – CITVEL.

II. Novos:

- a) Trecho da BR 467, após a localidade de Sede Alvorada até a divisa com Toledo, respeitando o limite da Macrozona de Transição.
- b) Trecho da BR 277 face norte, entre o Distrito Domiciano Theobaldo Bresolin e o CITVEL.

Parágrafo único – Somente poderão ser criadas novas macrozonas URBE2, fora das previstas nos incisos I e II mediante alteração do Plano Diretor.

Art. 99. A Macrozona de Urbanização Específica – URBE-3 é constituída por distritos ou núcleos industriais com localização próxima das sedes urbanas. Pela proximidade da área urbana, deverão ser restritas a usos de comércio, serviços e indústrias, compatíveis com o uso urbano: não incômodos, não nocivos, não perigosos.

Parágrafo único - São identificados nessa macrozona os seguintes núcleos ou distritos industriais:

- a) Distrito Industrial em Sede Alvorada, em implantação;
- b) Núcleo Industrial Alan Charles Padovani;
- c) Distrito Industrial do Morumbi em implantação;
- d) Distrito Industrial Albino Nicolau Schmidt.

Art. 100. Macrozona de Urbanização Específica – URBE-4 é constituída por áreas fora do perímetro urbano das sedes distritais para finalidades específicas de habitação e lazer. Podem ocorrer em todos os distritos, estando localizadas em mapa apenas as previstas para o Distrito Cascavel, devido à demanda existente.

§ 1º Nos parcelamentos já existentes na URBE4 para esta finalidade deverá ser executada a infra-estrutura básica e mantido o uso previsto no processo de parcelamento que lhes deu origem quais sejam:

- a) Chácaras de Recreio Lago Azul;
- b) Chácaras Mantovani;
- c) Sítios de Recreio Paraíso;
- d) Trecho compreendido do Arroio Cascavel, passando pelo Residencial JK, segue pelo Arroio Jaboticabeira estendido-se até a BR 277.

§ 2º As áreas citadas nos incisos do § 1º deste artigo passarão a integrar o Distrito Cascavel, bem como as áreas previstas para este uso, constantes no mapa 2 anexo II desta lei, sendo necessária alteração na lei que estabelece a divisão distrital o que deverá ocorrer no prazo de 12 (doze) meses a partir da vigência desta lei.

§ 3º As URBEs 4 poderão ser parceladas para condomínio urbanístico para fins residenciais e loteamentos de recreio atendidas as disposições legais para parcelamento do solo urbano.

§ 4º Os empreendimentos na macrozona de urbanização específica deverão garantir a baixa densidade populacional.



### SEÇÃO III – DO MACROZONEAMENTO DA CIDADE

Art. 101. O Macrozoneamento da cidade de Cascavel encontra-se espacialmente representado no mapa 2 do anexo II integrante desta lei.

Art. 102. Para fins de gestão do território da Cidade, ficam estabelecidas as seguintes macrozonas:

- I. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E ADENSAMENTO 1 - identificada como área com infra-estrutura básica executada. Possui espaços a serem ocupados e possibilidade de adensamento com ocupação sustentável, atendendo aos seguintes critérios:
  - a) Nessa macrozona deve-se possibilitar a diversidade de usos buscando sua compatibilização através da aplicação do EIV – Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança;
  - b) Nessa macrozona, em especial na região compreendida pelo Calçamento da Avenida Brasil a legislação de uso do solo deverá incentivar a ocorrência do uso residencial em consonância com o uso de comércio e serviço, como forma de evitar a degradação urbana.
  - c) Nesta macrozona as edificações deverão dispor de mecanismo para aumentar o tempo de retenção das águas pluviais no lote e garantir a permeabilidade mínima do solo.
  - d) Áreas atendidas por infra-estrutura básica serão receptoras de potencial construtivo transferido ou outorgado;
  - e) São ações prioritárias para esta macrozona: o ajuste da capacidade dos equipamentos comunitários em conformidade com o aumento da demanda; a aplicação de instrumentos compulsórios para adensamento urbano.
- II. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E ADENSAMENTO 2 – Possui infra-estrutura básica executada na maior parte do território abrangido, com espaços a serem ocupados e possibilidade de adensamento com ocupação sustentável, atendendo aos seguintes critérios:

- a) Nesta macrozona a ocupação deve ser estimulada permitindo-se a diversificação de usos e observando-se a minimização dos impactos, induzir a consolidação de centros de comércio e serviços nos bairros visando à auto suficiência dessas áreas de planejamento;
- b) Recomendadas para implantação de habitações de interesse social, receptora de populações oriundas dos processos de reassentamento das ZEIS;
- c) Será a próxima macrozona a ter seu adensamento induzido de forma compulsória em processo de revisão do Plano Diretor.
- d) Priorização na complementação da infra-estrutura básica e dos equipamentos comunitários.

III. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E ADENSAMENTO 3 - área recomendada para adensamento urbano, porém apresenta carência de infra-estrutura básica, atendendo aos seguintes critérios:

- a) Mediante a execução da infra-estrutura básica prevista nesta Lei, é recomendada para implantação de novos parcelamentos para fins urbanos, implantação de habitação de interesse social, recepção de populações oriundas dos processos de reassentamento das ZEIS.
- b) Necessita da implementação de equipamentos urbanos compatíveis com a demanda.

IV. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO - área com grande densidade populacional com carência de obras de infra-estrutura básica, equipamentos urbanos e comunitários para atender a demanda. A existência de rodovia configura barreira física separando estas áreas do centro urbano.

- a) Nesta Macrozona poderá ocorrer a ocupação dos espaços vazios existentes, mas seu adensamento não será induzido pela Administração Municipal.
- b) Nesta macrozona deve-se: possibilitar a diversidade de usos buscando sua compatibilização através da aplicação do EIV –

Estudo prévio de Impacto de Vizinhança; Induzir a consolidação de centros de comércio e serviços nos bairros visando à auto-suficiência dessas áreas de planejamento;

- c) Devido à densidade populacional já existente, esta macrozona coloca-se em segundo lugar de prioridade para receber infraestrutura através de investimentos públicos, após a estruturação da Macrozona de Fragilidade Ambiental da bacia manancial do Rio Cascavel;

V. MACROZONA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS - áreas ao longo dos trechos urbanos das rodovias federais, estaduais e estradas municipais principais e, nos núcleos e distritos industriais localizados dentro do perímetro urbano.

- a) Nestas áreas deverão ser implantados predominantemente usos de comércio, serviços e indústrias que se beneficiem da proximidade à rodovia, que não sejam nocivos, perigosos ou incômodos, isto é, que sejam compatíveis com os usos urbanos no entorno. Não é recomendado o uso residencial.
- b) A Macrozona de Fragilidade Ambiental impõe-se a esta macrozona interrompendo sua continuidade, quando for o caso.

VI. MACROZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL URBANA – Subzona de Proteção - Área de proteção definida em lei federal, ocorre onde houver curso d'água, nascente ou vegetação nativa a preservar. Não possui potencial construtivo.

VII. MACROZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL URBANA -Subzona de Uso e Ocupação Controlados – São áreas abrangidas pela bacia do manancial de abastecimento de água e áreas que margeiam as faixas de preservação permanente dos cursos d'água, sujeitas aos seguintes critérios:

- a) Áreas onde não podem ocorrer usos urbanos perigosos, incômodos ou nocivos, porém a ocupação será de baixa

densidade, com a manutenção da permeabilidade do solo e exigirá cuidados especiais com poluição, escoamento de águas pluviais, coleta e tratamento de esgotos, controle de erosão, entre outros.

- Área da Bacia do Rio Cascavel dentro do perímetro urbano;
  - Áreas lindeiras à faixa de preservação permanente dos cursos d'água, em largura a ser determinada em cada curso d'água ou nascente;
  - Parques lineares;
- b) Nesta subzona deve ser priorizada a implantação da infraestrutura de saneamento e combate a ações que provoquem degradação do meio ambiente urbano.
- c) Além dos coeficientes de aproveitamento estabelecidos para esta subzona ficam definidos:
- Coeficiente de permeabilidade de 40% da área do lote, sendo que, serão admitidas soluções alternativas para garantir o coeficiente de permeabilidade do solo até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área livre de terreno.
  - Área mínima de lote para novos parcelamentos igual a 600m<sup>2</sup>;
  - Quota mínima de terreno para uma economia igual a 100 m<sup>2</sup>;
  - A fração obtida terá seu arredondamento para maior quando o resultado for igual ou superior a 0,6(seis décimos de unidade);
  - Quando as construções resultarem em edificações coletivas, deverão caracterizar ocupação vertical;
  - Quando a ocupação resultar em duas ou mais edificações unifamiliares isoladas, a quota mínima de terreno por unidade a edificar será de 600 m<sup>2</sup>.

VIII. MACROZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL URBANA -Subzona de Uso e Ocupação Controlados 2 –São áreas abrangidas pela bacia do

manancial de abastecimento de água, próximas ao espigão, cuja ocupação deve atender aos seguintes critérios:

- a) Áreas onde não podem ocorrer usos urbanos perigosos, incômodos ou nocivos, porém a ocupação será de média densidade, com a manutenção da permeabilidade do solo e exigirá cuidados especiais com poluição, escoamento de águas pluviais, coleta e tratamento de esgotos, controle de erosão, entre outros.
- b) Coeficiente de permeabilidade de 40% da área do lote, sendo que, serão admitidas soluções alternativas para garantir o coeficiente de permeabilidade do solo até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área livre de terreno.

Art. 103. ZEIP – ZONA DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO do Entorno do Aeroporto, onde deve ocorrer uso restrito e controlado, atendendo aos seguintes critérios:

- I. Coeficiente de aproveitamento básico 1,0;
- II. Taxa de ocupação de 60%;
- III. Fica estabelecida a utilização máxima de duas economias por lote, independente da metragem;
- IV. Para novos parcelamentos a área mínima do lote será de 600m<sup>2</sup>.
- V. A Lei de Uso do Solo deverá atender a legislação da Aeronáutica.

Art. 104. Ficam definidos os seguintes coeficientes de aproveitamento para a cidade de Cascavel:

MACROZONA	Coeficiente de Aproveitamento máximo	Coeficiente de Aproveitamento básico	Coeficiente de Aproveitamento mínimo
Macrozona de Estruturação e Adensamento 1;	6,0	4,0	0,30
Macrozona de Estruturação e Adensamento 2;	5,0	3,0	0,10
Macrozona de Estruturação e Adensamento 3;	2,0	2,0	0,10
Macrozona de Estruturação	1,0	1,0	0,10
Macrozona de Incentivo ao comércio, indústria e serviços.	3,0	2,0	0,10
Macrozona de Fragilidade Ambiental -Subzona de Uso e Ocupação Controlados 1	1,0	1,0	0,0
Macrozona de Fragilidade Ambiental – Subzona de Uso e Ocupação controlados 2	3,0	3,0	0,0

#### SEÇÃO IV – DO MACROZONEAMENTO DAS SEDES DOS DISTRITOS ADMINISTRATIVOS

Art.105. O Macrozoneamento das sedes dos Distritos Administrativos de Cascavel encontra-se espacialmente representado nos mapas 3 a 9 do anexo 2 integrante desta lei.

##### SUBSEÇÃO I – RIO DO SALTO

Art.106. Para fins de gestão da sede do Distrito de Rio do Salto, ficam estabelecidas as seguintes macrozonas:



I. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E ADENSAMENTO- áreas recomendadas ao adensamento, com necessidade de complementação da infra-estrutura básica e atendendo aos seguintes critérios:

- a) Nesta macrozona a ocupação deve ser estimulada permitindo a diversificação de usos, observando a minimização dos impactos.
- b) Priorização na complementação da infra-estrutura básica e dos equipamentos comunitários.

II. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E OCUPAÇÃO - áreas pertencentes ao perímetro urbano do Distrito, caracterizadas pela existência de barreira física que a separa da sede urbana devem atender aos seguintes critérios:

- a) Para sua ocupação são vedados usos que provoquem aglomeração de pessoas, assim como a implantação de equipamentos comunitários cuja área de abrangência vise atender os moradores das demais macrozonas, permanecendo os já existentes.
- b) A possibilidade de ocupação fica condicionada à execução de passagem em segurança e execução de acessos seguros para ambos os lados da rodovia.

MACROZONA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS - áreas ao longo da rodovia PR180 dentro do perímetro urbano, onde são recomendados os usos de comércio, serviços e indústrias que se beneficiem da proximidade à rodovia, que não sejam nocivos ou perigosos, isto é compatíveis com os usos urbanos no entorno, atendidos os seguintes critérios:

- a) Para implantação dos usos é necessário prever a execução de marginais além da faixa de domínio da rodovia e a construção de acessos seguros, bem como outras obras para segurança dos transeuntes tais como calçadas, recuos, obras de drenagem, alargamento da via, entre outros.

- b) Áreas ao longo da rodovia PR180, integram o corredor turístico, devendo tais programas e projetos ser considerados na liberação de usos.
- c) Deve ser priorizada a execução de vias marginais à rodovia na área urbana e de dispositivos para travessia da rodovia em segurança.
- d) A macrozona de fragilidade ambiental urbana impõe-se à de incentivo ao comércio, indústria e serviços.

#### IV. MACROZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL URBANA -Subzona de Proteção:

Áreas de preservação permanente e áreas definidas como proteção ambiental estabelecida em legislação federal, estadual ou municipal, cuja possibilidade de uso é restrita às questões de preservação, conservação, recuperação ou educação ambiental. Não possui potencial construtivo e devem ser atendidos os seguintes critérios:

- a) Em áreas de proteção ao longo dos cursos d'água que margeiam a sede deverão ser desenvolvidos estudos visando transformá-las em parques lineares em conjunto com o processo de proteção ambiental, possibilitando a estas áreas dentro do perímetro urbano, cumprir sua função social.
- b) Nesta subzona é prioritário efetivar a proteção, conservação, recuperação e manutenção dessas áreas, combatendo a poluição e a degradação das mesmas.
- c) É prioridade a solução dos problemas de habitação em faixa de preservação permanente.

#### V. MACROZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL URBANA -Subzona de Uso e Ocupação Controlados - áreas onde não podem ocorrer usos urbanos perigosos, incômodos ou nocivos, onde é permitida a ocupação, desde que de baixa densidade, com manutenção de índices de permeabilidade do solo e exigência de cuidados especiais com poluição, escoamento de águas pluviais, coleta e tratamento de esgotos, controle de erosão, entre outros; e ainda:

- a) Áreas que margeiam a faixa de preservação permanente dos cursos d'água e mata nativa. Área do extinto afluente do Rio do Salto, programada para execução de parque linear, atividades de lazer e comunitárias.
- b) É prioridade a solução do problema de erosão causado pela falta de drenagem urbana em toda a subzona que requer a implantação da infraestrutura de saneamento.
- c) Fica estabelecido o coeficiente de permeabilidade de 40% da área do lote.

Art. 107. Ficam definidos os seguintes coeficientes de aproveitamento para as Macrozonas da sede do distrito Rio do Salto:

MACROZONA	Coeficiente de Aproveitamento o máximo	Coeficiente de Aproveitamento o básico	Coeficiente de Aproveitamento mínimo
Macrozona de Estruturação e Adensamento;	2,0	1,0	0,05
Macrozona de Estruturação e Ocupação;	0.80	0.80	0,05
Macrozona de Incentivo ao Comércio, Indústria e Serviços;	1,0	1,0	0,05
Macrozona de Fragilidade Ambiental - Subzona de Uso e Ocupação Controlados	0.80	0.80	0,0

#### *SUBSEÇÃO II - JUVINÓPOLIS*

Art.108. Para fins de gestão da sede do Distrito de Juvínópolis, ficam estabelecidas as seguintes macrozonas :

- I. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E ADENSAMENTO - áreas propícias ao adensamento, com necessidade de complementação da infra-estrutura básica, atendendo aos seguintes critérios:

- a) Nesta macrozona a ocupação deve ser estimulada permitindo a diversificação de usos, observando a minimização dos impactos.
- b) Priorização na complementação da infra-estrutura básica e dos equipamentos comunitários.

II. MACROZONA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS - áreas ao longo da rodovia PR180, dentro do perímetro urbano, onde são recomendados os usos de comércio, serviços e indústrias que se beneficiem da proximidade à rodovia, que não sejam nocivos ou perigosos, isto é, compatíveis com os usos urbanos no entorno, atendidos os seguintes critérios:

- a) Para implantação dos usos é necessário prever a execução de marginais além da faixa de domínio da rodovia e a construção de acessos seguros, bem como outras obras para segurança dos transeuntes, tais como: calçadas, recuos, obras e drenagem, alargamento da via, entre outros.
- b) Áreas ao longo da rodovia PR180, integram o corredor turístico, devendo tais programas e projetos ser considerados na liberação de usos.
- c) Deve ser priorizada a execução de vias marginais à rodovia na área urbana e de dispositivos para travessia da rodovia em segurança.

III. MACROZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL URBANA -Subzona de Proteção:

Áreas de preservação permanente e áreas definidas como proteção ambiental estabelecida em legislação federal, estadual ou municipal, cuja possibilidade de uso é restrita às questões de preservação, conservação, recuperação ou educação ambiental. Não possui potencial construtivo.

- a) Em áreas de proteção ao longo dos cursos d'água que margeiam a sede deverão ser desenvolvidos estudos visando transformá-las em parques lineares em conjunto com o processo

de proteção ambiental, possibilitando a estas áreas dentro do perímetro urbano, cumprir sua função social.

- b) Nesta subzona é prioritário efetivar a proteção, conservação, recuperação e manutenção dessas áreas, combatendo a poluição e a degradação das mesmas.
- c) É prioridade a solução dos problemas de habitação em faixa de preservação permanente.

IV. MACROZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL URBANA -Subzona de Uso e Ocupação Controlados - áreas onde não podem ocorrer usos urbanos perigosos, incômodos ou nocivos, onde é permitida a ocupação, desde que de baixa densidade, com manutenção de índices de permeabilidade do solo e exigência de cuidados especiais com poluição, escoamento de águas pluviais, coleta e tratamento de esgotos, controle de erosão, entre outros e ainda:

- a) Áreas que margeiam a faixa de preservação permanente dos cursos d'água e mata nativa. Área do extinto afluente do Rio do Salto programada para execução de parque linear, atividades de lazer e comunitárias.
- b) É prioridade a solução do problema de erosão causado pela falta de drenagem urbana em toda a subzona que requer a implantação da infraestrutura de saneamento.
- c) Fica estabelecido o coeficiente de permeabilidade de 40% da área do lote.

Art. 109. Ficam definidos os seguintes coeficientes de aproveitamento para as Macrozonas da sede do distrito de Juvinópolis:

MACROZONA	Coeficiente de Aproveitamento máximo	Coeficiente de Aproveitamento básico	Coeficiente de Aproveitamento mínimo
Macrozona de Estruturação e Adensamento;	2,0	1,0	0,05
Macrozona de Incentivo ao Comércio, Indústria e	2,0	1,0	0,05

Serviços.			
Macrozona de Fragilidade Ambiental - Subzona de Uso e Ocupação Controlados	0.80	0.80	0,0

### *SUBSEÇÃO III – SÃO JOÃO D'OESTE*

Art. 110. Para fins de gestão da sede do Distrito de São João D'Oeste, ficam estabelecidas as seguintes macrozonas:

- I. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E ADENSAMENTO - áreas recomendadas ao adensamento, com necessidade de complementação da infra-estrutura básica, atendidos os seguintes critérios:
  - a) Nesta macrozona a ocupação deve ser estimulada permitindo-se a diversificação de usos, observando-se a minimização dos impactos.
  - b) Priorização na complementação da infra-estrutura básica e dos equipamentos comunitários.
- II. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E OCUPAÇÃO - áreas a serem incluídas no perímetro urbano do Distrito, caracterizadas pela existência de barreira física que a separa da sede urbana, atendidos os seguintes critérios:
  - a) Para sua ocupação são vedados usos que provoquem aglomeração de pessoas, assim como a implantação de equipamentos comunitários cuja área de abrangência vise atender os moradores das demais macrozonas.
  - b) A possibilidade de ocupação fica condicionada à execução de passagem da rodovia em segurança e execução de acessos seguros.
- III. MACROZONA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS - áreas ao longo de rodovias ou estradas municipais principais, dentro do perímetro urbano, onde são recomendados os usos de comércios, serviços e indústrias que se beneficiem da



proximidade à rodovia, que não sejam nocivos ou perigosos, isto é compatíveis com os usos urbanos no entorno, atendidos os seguintes critérios:

- a) Para implantação dos usos é necessário prever a execução de vias marginais além da faixa de domínio da rodovia, a construção de acessos seguros e observar a ciclovia projetada para atendimento ao CITVEL.
- b) Deve ser priorizada a execução de vias marginais à rodovia na área urbana e de dispositivos para sua travessia em segurança.
- c) A macrozona de fragilidade ambiental impõe-se a esta macrozona interrompendo sua continuidade.

IV. MACROZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL URBANA -Subzona de Proteção: Áreas de preservação permanente e áreas definidas como proteção ambiental estabelecida em legislação federal, estadual ou municipal, cuja possibilidade de uso é restrita às questões de preservação, conservação, recuperação ou educação ambiental. Não possui potencial construtivo, e ainda:

- a) Em áreas de proteção ao longo dos cursos d'água que margeiam a sede deverão ser desenvolvidos estudos visando transformá-las em parques lineares em conjunto com o processo de proteção ambiental, possibilitando a estas áreas dentro do perímetro urbano, cumprir sua função social.
- b) Nesta subzona é prioritário efetivar a proteção, conservação, recuperação e manutenção dessas áreas, combatendo a poluição e a degradação das mesmas.
- c) É prioridade a solução dos problemas de habitação em faixa de preservação permanente.

V. MACROZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL URBANA -Subzona de Uso e Ocupação Controlados - áreas onde não podem ocorrer usos urbanos perigosos, incômodos ou nocivos, onde é permitida a ocupação desde que de baixa densidade, com manutenção de índices

de permeabilidade do solo e exigência de cuidados especiais com poluição, escoamento de águas pluviais, coleta e tratamento de esgotos, controle de erosão, entre outros e ainda:

- a) É prioridade a solução dos problemas de erosão causados pela falta de drenagem urbana em toda a subzona.
- b) Fica estabelecido o coeficiente de permeabilidade de 40% da área do lote.

Art. 111. Ficam definidos os seguintes coeficientes de aproveitamento para a sede urbana do Distrito de São João D'Oeste:

MACROZONA	Coeficiente de Aproveitamento o máximo	Coeficiente de Aproveitamento básico	Coeficiente de Aproveitamento mínimo
Macrozona de Estruturação e Adensamento;	2,0	1,0	0,10
Macrozona de Estruturação e Ocupação;	1,0	1,0	0,05
Macrozona de Incentivo ao comércio, indústria e serviços;	2,0	1,0	0,10
Macrozona de Fragilidade Ambiental - Subzona de Uso e Ocupação Controlados	0.80	0.80	0,0

#### *SUBSEÇÃO IV – SEDE ALVORADA*

Art. 112. Para fins de gestão da sede do Distrito de Sede Alvorada, ficam estabelecidas as seguintes macrozonas:

- I. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E ADENSAMENTO - áreas recomendadas ao adensamento, apresentam necessidade de complementação da infra-estrutura básica, atendendo aos seguintes critérios:

- a) Nesta macrozona a ocupação deve ser estimulada permitindo-se a diversificação de usos, observando-se a minimização dos impactos.
- b) Priorização na complementação da infra-estrutura básica e dos equipamentos comunitários.

II. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E OCUPAÇÃO - áreas pertencentes ao perímetro urbano do Distrito, são caracterizadas pela existência de barreira física que a separa da sede urbana, sujeitas aos seguintes critérios:

- a) Para sua ocupação são vedados usos que provoquem aglomeração de pessoas, assim como a implantação de equipamentos comunitários cuja área de abrangência vise atender os moradores das demais macrozonas, permanecendo os já existentes.
- b) É prioridade a execução de transposição segura na BR 467, bem como solução para drenagem urbana, obras de contenção e outras obras preventivas para solucionar a condição de erosão já estabelecida nessa macrozona.

III. MACROZONA DE OCUPAÇÃO PERMITIDA - áreas existentes dentro do perímetro urbano, ainda não parceladas, onde o crescimento é indicado, sujeitas aos seguintes critérios:

- a) Sua ocupação e utilização deverão ocorrer mediante parcelamento do solo, com implantação da infraestrutura mínima e em conformidade com as legislações de parcelamento, de uso do solo e do sistema viário.

IV. MACROZONA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS - áreas ao longo de rodovias ou estradas municipais principais, dentro do perímetro urbano, onde são recomendados os usos de comércio, serviços e indústrias que se beneficiem da proximidade à rodovia, que não sejam nocivos ou perigosos, isto é

compatíveis com os usos urbanos no entorno, sujeitas aos seguintes critérios:

- a) Para implantação dos usos é necessário prever a execução de marginais além da faixa de domínio da rodovia e a construção de acessos seguros;
- b) Deve ser priorizada a execução de vias marginais à rodovia na área urbana e de dispositivos para travessia da rodovia em segurança;
- c) A macrozona de fragilidade ambiental impõe-se a esta macrozona interrompendo sua continuidade.

Art. 113. Ficam definidos os seguintes coeficientes de aproveitamento para a sede urbana do Distrito de Sede Alvorada:

MACROZONA	Coeficiente de Aproveitamento máximo	Coeficiente de Aproveitamento básico	Coeficiente de Aproveitamento mínimo
Macrozona de Estruturação e Adensamento	2,5	1,5	0,10
Macrozona de Estruturação e Ocupação	1,0	1,0	0,05
Macrozona de Ocupação Permitida	1,0	1,0	0,10
Macrozona de Incentivo ao Comércio, Indústria e Serviços.	2,5	1,5	0,10

#### *SUBSEÇÃO V – SÃO SALVADOR*

Art. 114. A sede do Distrito de São Salvador se encontra na macrozona de fragilidade ambiental rural, do município, onde a ocupação deve atender às restrições pertinentes. Para fins de gestão, fica estabelecida a seguinte macrozona:

I. Macrozona de Estruturação e Adensamento – áreas recomendadas ao adensamento, com necessidade de complementação da infra-estrutura básica, atendendo os seguintes critérios:

- a) Por se tratar de uma macrozona de adensamento onde há o estímulo à ocupação e se permite a diversificação de usos, as atividades deverão ocorrer desde que sejam observadas as restrições pertinentes à área de fragilidade ambiental e observada a minimização dos impactos.
- b) Priorização na delimitação do perímetro urbano e regularização do parcelamento do solo, execução da infra-estrutura básica e complementação dos equipamentos comunitários.
- c) Fica estabelecido o coeficiente de permeabilidade de 40% da área do lote.

Art. 115. Ficam definidos os seguintes coeficientes de aproveitamento para as Macrozonas da sede do distrito de São Salvador:

MACROZONA	Coeficiente de Aproveitamento máximo	Coeficiente de Aproveitamento básico	Coeficiente de Aproveitamento mínimo
Macrozona de Estruturação e Adensamento;	1,0	1,0	0,05

#### *SUBSEÇÃO VI – DIAMANTE*

Art. 116. Para fins de gestão da sede do Distrito de Diamante, posteriormente à regulamentação do perímetro urbano, ficam estabelecidos a MACROZONA DE OCUPAÇÃO PERMITIDA, possibilitando a ocupação da área mediante parcelamento do solo, e coeficiente de aproveitamento básico 1,0.

Parágrafo único - Priorização na execução da sede administrativa (sub-prefeitura), construção de equipamentos comunitários e da infra-estrutura básica.

### *SUBSEÇÃO VII – ESPIGÃO AZUL*

Art. 117. Para fins de gestão da sede do Distrito de Espigão Azul, ficam estabelecidas as seguintes macrozonas:

- I. MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E ADENSAMENTO - áreas recomendadas ao adensamento, com necessidade de complementação da infra-estrutura básica, sujeitas aos seguintes critérios:
  - a) Nesta macrozona a ocupação deve ser estimulada permitindo-se a diversificação de usos, observando-se a minimização dos impactos.
  - b) Priorização na regularização do parcelamento do solo na sede, execução da infra-estrutura básica e dos equipamentos comunitários.
  
- II. MACROZONA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS - áreas ao longo de rodovias ou estradas municipais principais, dentro do perímetro urbano, onde são recomendados os usos de comércios, serviços e indústrias que se beneficiem da proximidade à rodovia, que não sejam nocivos ou perigosos, isto é, compatíveis com os usos urbanos no entorno e ainda:
  - a) Para implantação dos usos é necessário prever a execução de vias marginais além da faixa de domínio da rodovia e a construção de acessos seguros.
  - b) Deve ser priorizada a execução de vias marginais à rodovia na área urbana e de dispositivos para travessia da rodovia em segurança.

Art. 118. Ficam definidos os seguintes coeficientes de aproveitamento para a sede urbana do Distrito de Espigão Azul:

MACROZONA	Coeficiente de	Coeficiente	Coeficiente
-----------	----------------	-------------	-------------



	Aproveitamento máximo	de Aproveitame nto básico	de Aproveitam ento mínimo
Macrozona de Estruturação e Adensamento	2,0	1,0	0,05
Macrozona de Incentivo ao Comércio, Indústria e Serviços;	2,0	1,0	0,05

#### Seção V – Das Zonas De Especial Interesse

Art.119. No território municipal, estão localizadas as seguintes Zonas de Especial Interesse:

- I. ZEIS - Zona de Especial Interesse Social;
- II. ZEIA – Zona de Especial Interesse Ambiental;
- III. ZEIP – Zona de Especial Interesse Público.

§ 1º ZEI – Na Zona de Especial Interesse, onde ocorre uso restrito e controlado, os coeficientes de aproveitamento serão determinados conforme cada caso que deu origem a ZEI estabelecidos em Lei Específica. Solucionado o problema fica descaracterizada a ZEI e a área em questão assumirá os parâmetros da macrozona em que estiver localizada.

§ 2º As ZEIs estão representadas nos mapas 1 a 10 do anexo III desta lei.

Art.120. Havendo necessidade, o Município poderá estabelecer novas ZEIA e ZEIP, mediante lei específica, sujeito à aplicação do EIV conforme o caso..

Art.121. A delimitação e parâmetros de ocupação das ZEIS, ZEIA e das ZEIP existentes será regulamentada em lei específica no prazo de 12 (doze) meses a partir da data de publicação desta lei.

Art.122. As Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS são espaços onde deverá ser promovida à solução de problemas relacionados a: regularização fundiária; áreas com urbanização degradada; ocupação em áreas de preservação permanente; ocupação em áreas rurais, entre as quais:

- I. Área na sede distrital de Juvinópolis,
- II. Área na sede distrital de São João D´ Oeste,
- III. Área na sede distrital de Rio do Salto
- IV. Áreas na cidade de Cascavel.
- V. Acampamento Dorcelina Folador em Rio do Salto.
- VI. Acampamento 1º de Agosto em São Salvador

§ 1º As ZEIS urbanas deverão receber tratamento diferenciado conforme o caso. Nas áreas cujas condições ambientais permitirem a permanência da população, deverá ser procedida a regularização fundiária mediante o emprego dos instrumentos pertinentes. Nas áreas ocupadas que ofereçam risco a população ou ao meio ambiente, a população deverá ser reassentada.

§ 2º Para o reassentamento previsto no §1º deste artigo, nos casos de risco, quando localizados na cidade de Cascavel serão ocupados por ordem de preferência:

- a) Lotes integrantes do Patrimônio Público, localizados nas Macrozonas de Estruturação e Adensamento 2 e 3.
- b) Lotes não edificadas ou subutilizados, localizados nas Macrozonas de Estruturação e Adensamento 2 e 3, a serem adquiridos mediante o emprego dos instrumentos de indução à ocupação ou desapropriação;
- c) Glebas localizadas nas Macrozonas de Estruturação e Adensamento 2 e 3, nas quais seja permitido o parcelamento do solo para fins urbanos, a serem adquiridas mediante o emprego dos instrumentos de indução à ocupação ou desapropriação.

§ 3º Para o reassentamento previsto no §1º deste artigo, nos casos de risco quando localizados nas sedes distritais serão ocupados por ordem de preferência:

- a) Lotes integrantes do Patrimônio Público, localizados nas Macrozonas de Estruturação e Adensamento.

- b) Lotes subutilizados, localizados nas Macrozonas de Estruturação e Adensamento a serem adquiridos mediante o emprego dos recursos do Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano.

§ 4º Em nenhuma hipótese serão utilizados para reassentamento lotes gravados como Utilidade Pública.

§ 5º Não será permitido o reassentamento em lotes não atendidos por infraestrutura mínima.

§ 6º O processo de reassentamento da população oriunda das ZEIS deverá ocorrer em conformidade com as diretrizes estabelecidas no plano municipal de habitação.

§ 7º A administração municipal articulará, junto aos órgãos competentes, a solução necessária aos acampamentos Dorcelina Folador em Rio do Salto, e 1º de Agosto em São Salvador.

§ 8º O Município promoverá medidas de controle destinadas a impedir a ocorrência de novas ocupações irregulares.

Art. 123. AS ZONAS DE ESPECIAL INTERESSE AMBIENTAL – ZEIA: são áreas para execução de projetos ambientais e de lazer tais como: recuperação da macrozona de fragilidade ambiental ocupada, construção de parques lineares, aquisição e tratamento de áreas para convívio e lazer.

Art. 124. AS ZONAS DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO – ZEIP são áreas onde pela existência ou previsão de determinado uso de interesse público requerem controle e sua ocupação será regulamentada em lei específica. Ficam definidas como ZEIP:

- I. Áreas de aterros sanitários e seu entorno, bem como para implantação de novos aterros;
- II. Áreas de cemitério e seu entorno, bem como para implantação de novos cemitérios;

- III. Áreas necessárias para solução de conflitos viários;
- IV. Áreas do aeroporto e seu entorno, bem como a área prevista para novo aeroporto;
- V. Áreas para Estação de Tratamentos de Esgotos e seu entorno;
- VI. Área do terminal da Ferroeste e seu entorno;
- VII. Áreas das sedes distritais de São Salvador, Espigão Azul e Diamante que necessitam de regularização fundiária;
- VIII. Áreas para centro de apoio e integração da comunidade;
- IX. Rodovias e áreas de acesso às sedes distritais identificadas nos mapas de 5 a 10 do anexo III desta lei.

§ 1º As ZEIP mencionadas no inciso III deste artigo serão regulamentadas no Plano Municipal Viário e de Transportes e consideradas na regulamentação do uso do solo urbano.

§ 2º A ZEIP mencionada no inciso IV deste artigo possui critérios para ocupação definidos no Art. 103. desta lei.

## *TÍTULO IV – DOS INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL*

### *CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS*

Art. 125. O Município poderá recorrer aos instrumentos existentes na legislação federal, estadual ou municipal para promover:

- I. O ordenamento urbano e ambiental, considerando especialmente normas de:
  - a) Uso e ocupação do solo;
  - b) Parcelamento do solo urbano;
  - c) Obras e instalações;
  - d) Posturas;
  - e) Proteção ambiental.
  - f) Sistema viário e de transportes.

- II. O desenvolvimento sócio-econômico, de acordo com as estratégias e diretrizes estabelecidas nesta lei;
- III. A implementação dos planos e programas previstos nesta lei.

§ 1º A utilização de instrumentos para o planejamento e desenvolvimento do Município não está condicionada à inserção nesta lei de diretrizes e normas específicas, exceto nos casos em que a legislação federal assim o estabelece.

§ 2º A utilização de instrumentos para o planejamento e desenvolvimento do Município deve ser objeto de controle social, garantida a informação e a participação da sociedade, nos termos da legislação aplicável.

Art. 126. Constituem Leis suplementares ao Plano Diretor aquelas cujas disposições o regulamentem, no todo ou em parte, e sejam indispensáveis à implementação de suas estratégias e diretrizes.

Parágrafo único - A elaboração ou a revisão das leis suplementares deverá ocorrer em conformidade com as disposições desta Lei, em especial com as disposições deste Título.

Art. 127. Os textos das leis suplementares deverão dispor minimamente sobre:

- I. Os critérios e parâmetros para o objeto ou o desenvolvimento da ação que regulamenta;
- II. Os procedimentos para licenciamento no Município do objeto ou ação que regulamenta;
- III. A imposição de sanções às infrações.

Art. 128. É atribuição do Poder Executivo Municipal licenciar, autorizar e fiscalizar o uso, a ocupação e o parcelamento do solo para fins urbanos na Área Urbana, nas macrozonas de Expansão Urbana, de Urbanização Específica e de Transição.

Art. 129. É vedada a edição de legislação que contrarie critérios e parâmetros técnicos contidos neste Plano Diretor, bem como na Legislação Suplementar.

## CAPÍTULO II - Do Controle Urbano e Ambiental

### *SEÇÃO I – DOS PERÍMETROS URBANOS E DE EXPANSÃO URBANA*

Art. 130. Entende-se por perímetro urbano a linha imaginária que limita áreas urbanas distintas no município.

Art. 131. Além das demais definidas nesta lei, integram as áreas urbanas do Município de Cascavel os parcelamentos regulares para fins urbanos existentes à data de publicação desta lei.

Art. 132. A regulamentação dos perímetros urbanos no Município deverá sempre estar em conformidade com as disposições desta lei no que diz respeito ao regime de ocupação de cada Macrozona.

Art. 133. A ampliação de perímetros urbanos no Município de Cascavel atenderá as seguintes restrições:

- I. Na cidade de Cascavel, somente poderá ocorrer após 5 (cinco) anos da vigência desta lei.
- II. Nas sedes dos Distritos Administrativos, somente poderá ocorrer após 5 (cinco) anos da vigência da regulamentação prevista no Art. 136 desta lei.

§ 1º A ampliação de perímetro urbano da Cidade de Cascavel e das Sedes dos Distritos Administrativos ocorrerá mediante lei, ficando condicionada ao desenvolvimento, de estudo técnico pelo Órgão Municipal de Planejamento Urbano, que comprove a necessidade, para acomodação da população urbana, sendo que somente poderá ocorrer sobre área prevista no Plano Diretor como Macrozona de Expansão Urbana.

§ 2º Em razão da finalidade própria que justifica a criação das Macrozonas de Urbanização Específica, estas não integrarão os perímetros urbanos da Cidade e das sedes dos Distritos Administrativos.



§ 3º O processo regulamentar de revisão do Plano Diretor deverá estabelecer os critérios técnicos para novas ampliações de perímetros urbanos.

Art. 134. As macrozonas de expansão urbana encontram-se definidas espacialmente nos mapas de 2 a 5 e 7 do anexo II desta lei.

§ 1º Somente serão criadas novas macrozonas de expansão urbana mediante revisão do Plano Diretor, a ser desenvolvida nos prazos regulamentares.

§ 2º Até que cesse a causa, fica vedada a ampliação das macrozonas de expansão urbana e dos perímetros urbanos da Cidade e das sedes dos Distritos Administrativos sobre áreas que, por razões de mobilidade e segurança da população, possam acarretar necessidade de estruturação ou execução de novas transposições de rodovias estaduais ou federais.

§3º Nas rodovias, excetuando a faixa do DER ou DNIT, dentro do limite territorial do Município de Cascavel, fica definida a instalação de novos postos de revenda de combustível, somente com distância mínima de dez quilômetros entre um posto e outro.

§4º Nos casos de rodovias duplicadas, será permitida a instalação de um posto de revenda de combustível, em cada sentido da rodovia, atendendo a distância prevista no parágrafo anterior.

Art. 135. O ato de aprovação do parcelamento do solo para fins urbanos em Macrozona de Urbanização Específica-URBE é o marco legal que o torna área urbana, porém sua ocupação estará sempre vinculada às condições próprias estabelecidas na lei que regulamentou a URBE.

Art. 136. Serão revisados e regulamentados os Perímetros Urbanos das Sedes dos Distritos Administrativos, no prazo de 18 meses a contar da vigência desta lei, em conformidade com suas disposições e indicações do Macrozoneamento, em especial:

- I. Rio do Salto – manutenção do perímetro urbano.

- II. Juvinópolis – manutenção do perímetro urbano.
- III. São João D'Oeste - ampliação do perímetro urbano, permitindo a construção de novos conjuntos habitacionais e áreas públicas de lazer;
- IV. Sede Alvorada - redução do perímetro urbano ao norte da BR 467, retiradas áreas de chácaras; manutenção do perímetro urbano atual ao sul da BR 467;
- V. São Salvador - regulamentação do perímetro urbano e do parcelamento do solo, limitando a ocupação existente.
- VI. Diamante - regulamentação do perímetro urbano e do parcelamento do solo;
- VII. Espigão Azul - regulamentação do perímetro urbano e do parcelamento do solo limitando a área urbana, sem ultrapassar a rodovia.

## SEÇÃO II – DO PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 137. O parcelamento do solo para fins urbanos é regulamentado por lei municipal específica, visando:

- I. Orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique no parcelamento ou unificação do solo para fins urbanos;
- II. Evitar a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;
- III. Evitar a urbanização de áreas desprovidas de condições para desempenho de atividades urbanas;
- IV. Assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da coletividade nos processos de parcelamento e unificação do solo para fins urbanos.

Art. 138. Constituem diretrizes para as normas de parcelamento do solo para fins urbanos:

- I. A proteção aos remanescentes de mata nativa e aos recursos hídricos;

- II. A minimização da interferência na paisagem urbana por ocasião da implantação das redes de infra-estrutura;
- III. A exigência de que o planejamento do sistema viário ocorra em conformidade com o Sistema de Mobilidade da cidade previsto nesta Lei, e permita preservar áreas com uso residencial predominante, do tráfego intenso de veículos, bem como, a articulação com as vias oficiais existentes ou projetadas favorecendo o atendimento por transporte coletivo.
- IV. A exigência de ciclovias e ciclofaixas nas vias previstas para tráfego intenso de veículos;
- V. A exigência da execução de calçadas adaptadas, de modo a privilegiar a possibilidade dos deslocamentos a pé, para superar pequenas distâncias, e de pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida.
- VI. O respeito aos Sistemas Ambiental e de Mobilidade conforme discriminados nesta lei;
- VII. A exigência, de execução e ligação ao sistema público, da seguinte infra-estrutura mínima, exceto nos casos especificados nesta lei:
  - a) Coleta e tratamento do esgoto sanitário;
  - b) Coleta e destino de águas pluviais;
  - c) Sistema de distribuição de água potável;
  - d) Sistema de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
  - e) Abertura e pavimentação das vias públicas, obras de arte especiais e calçadas.
  - f) Sinalização de trânsito e de denominação de vias
  - g) Arborização nos passeios públicos
- VIII. O dimensionamento dos lotes deverá atender às disposições da Lei de Uso do Solo;
- IX. A exigência de no mínimo 15% de reserva de área edificável para área de utilidade pública, exceto nos casos especificados nesta Lei;
- X. A proibição do parcelamento do solo para fins urbanos fora da área atualmente definida como Área Urbana da Cidade e fora daquelas que

forem regulamentadas urbanas para as sedes dos Distritos Administrativos em conformidade e decorrência desta lei, exceto para os usos especialmente definidos no Plano Diretor, os quais deverão ocorrer em macrozonas de urbanização específica.

- XI. A proibição do parcelamento do solo urbano nas situações em que condições técnicas ou financeiras impeçam ao empreendedor a execução e ligação ao sistema público da infra-estrutura mínima prevista no inciso VII deste artigo.

Art. 139. Os parcelamentos lindeiros as rodovias e estradas municipais devem contemplar áreas para execução de vias marginais além das faixas de domínio.

Art. 140. Não serão admitidos parcelamentos dos quais resultem lotes com acesso por servidão de passagem, ou cujo acesso para logradouro público não atenda as dimensões mínimas estabelecidas para testada na lei de uso do solo.

Art. 141. O Município procederá o ajuste da legislação municipal de parcelamento do solo urbano em conformidade com o Plano Diretor, no prazo de 12 (doze) meses a partir da vigência desta lei.

#### *SUBSEÇÃO I – DOS PARCELAMENTOS ESPECIAIS*

Art. 142. Os parcelamentos especiais deverão atender no que couber as disposições e exigências desta lei para parcelamento do solo.

Art. 143. Os LOTEAMENTOS DE RECREIO somente poderão ocorrer na Macrozona de Urbanização Específica - URBE 4 e, na Macrozona de Urbanização Específica - URBE 1 mediante análise do Órgão Municipal de Planejamento e deverão ser atendidos pela seguinte infra-estrutura mínima:

- I. Abertura e cascalhamento das vias públicas;
- II. Sistema de distribuição de água potável;
- III. Sistema de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
- IV. Solução para o esgotamento sanitário e tratamento de efluentes.

Art. 144. Lei municipal deverá dispor sobre dimensionamento mínimo de lote de forma a evitar a descaracterização da finalidade de recreio do parcelamento.

Art. 145. Os condomínios urbanísticos para fins residenciais, quando sua área total puder ser inscrita em um círculo de 400m de diâmetro, poderão ocorrer na Área urbana ainda não parcelada ou na Macrozona de Urbanização Específica – URBE 4, respeitadas as diretrizes do Plano Municipal Viário e de Transportes e a Lei de Uso do Solo.

Art. 146. Os condomínios urbanísticos para fins residenciais, cuja área total não possa ser inscrita em um círculo de 400m de diâmetro, somente poderão ocorrer na Macrozona de Urbanização Específica - URBE 4 e, na Macrozona de Urbanização Específica - URBE 1 mediante análise do Órgão Municipal de Planejamento.

Art. 147. Quando localizados na Área Urbana, os condomínios urbanísticos deverão atender aos critérios estabelecidos nesta lei para os demais loteamentos, no caso específico das áreas de utilidade pública considera-se o definido no inciso II do artigo 148.

Art. 148. Quando localizadas nas Macrozonas URBE 1 e URBE 4 os condomínios urbanísticos deverão atender aos seguintes critérios:

- I. Respeitar as diretrizes do Sistema Viário do Município;
- II. Exigência de 15% de reserva de área líquida para utilidade pública, fora da área do condomínio urbanístico cuja localização fica a critério do Órgão Municipal de Planejamento Urbano.

Art. 149. Os loteamentos industriais e condomínios urbanísticos para fins industriais poderão ocorrer em macrozonas diversas conforme as características do empreendimento:

- I. Quando fechados, desde que a área total possa ser inscrita em um círculo de 400m de diâmetro, ou quando abertos, e a atividade seja passível de compatibilização com demais usos urbanos do entorno,

podem ocorrer na Macrozona de Incentivo ao Comércio, Indústria e Serviços e, na URBE 1;

- II. Quando abertos ou fechados, sendo que a atividade não seja compatível com os demais usos urbanos, ou seja, os usos pretendidos forem perigosos, incômodos ou nocivos, o loteamento somente poderá ocorrer na Macrozona de Urbanização Específica – URBE 2.

Art. 150. Nos Loteamentos Industriais e condomínios urbanísticos para fins industriais o município poderá exigir até 20% para área de utilidade pública conforme lei de parcelamento do solo.

Parágrafo único – Os critérios de que trata o caput deste artigo serão regulamentados na lei de municipal de parcelamento do solo.

Art. 151. Os parcelamentos de interesse social somente poderão ocorrer na macrozona de estruturação e adensamento 2 e 3 da cidade de Cascavel e macrozona de estruturação e adensamento das sedes dos distritos administrativos e, deverão obedecer os seguintes critérios:

- I. Deverão ser atendidos pela mesma infra-estrutura mínima exigida para os demais parcelamentos;
- II. O dimensionamento dos lotes deverá obedecer às disposições da Lei de Uso do solo.

Art. 152. Somente poderão ocorrer parcelamentos de interesse social em outras macrozonas que não aquela estabelecida no artigo anterior, nos casos de regularização de parcelamento ou ocupação urbana havida antes da vigência desta lei.

Parágrafo único - No caso previsto no caput do artigo e na impossibilidade de atendimento aos parâmetros da Lei de Uso do Solo com relação ao dimensionamento mínimo de lotes, poderão ser utilizados parâmetros diferenciados, a critério do Órgão Municipal de Planejamento Urbano.



Art. 153. São de interesse social os projetos de loteamento, parcelamento e habitação vinculados a planos ou programas habitacionais de iniciativa da administração municipal e ou de entidades autorizadas por lei.

### *SEÇÃO III – DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO*

Art. 154. O uso e a ocupação do solo urbano é regulamentado na Lei de Uso do Solo municipal específica que define as normas relativas aos usos e atividades e, à intensidade de ocupação, visando:

- A qualidade de vida da população;
- A densificação adequada da ocupação;
- A minimização dos impactos ambientais;
- À cultura local;
- À preservação do patrimônio ambiental e histórico cultural.
- A preservação de paisagens notáveis.

§ 1º A lei municipal de Uso do Solo deverá ser revista e atualizada em conformidade com as disposições desta lei, em especial, aquelas relativas à Estratégia Promover o Uso e a Ocupação Racional do Solo Urbano no Município e ao Macrozoneamento.

§ 2º A lei municipal de uso do solo deverá estabelecer zonas de uso em cada macrozona, devendo os parâmetros de ocupação atender aos limites previstos nesta lei.

Art. 155. Constituem diretrizes para as normas de uso e ocupação do solo:

- I. A indução à ocupação das áreas urbanas atendendo a orientação de ocupação prevista para cada macrozona;
- II. O estímulo ao adensamento de áreas urbanizadas;
- III. O incentivo à revitalização do centro da Cidade;
- IV. Identificação da vocação e incentivo à criação e dinamização de centros de bairros;
- V. O estímulo à convivência de usos distintos que criem alternativas para o desenvolvimento econômico e para a geração de trabalho e renda;

- VI. O controle às atividades e aos empreendimentos potencialmente poluidores e ou causadores de impacto que provoquem risco à segurança ou incômodo à vida urbana, mediante a aplicação do EIV – Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança;
- VII. A proteção à bacia hidrográfica de mananciais de abastecimento;
- VIII. A densificação urbana controlada, associada à perspectiva de otimização e racionalização dos custos de produção da cidade.
- IX. O respeito aos Sistemas Territoriais de Referência Ambiental e de Mobilidade conforme discriminados nessa lei.

Art. 156. Para revisão da Lei de Uso do Solo o Município desenvolverá e levará em consideração:

- I. Estudo para dimensionamento das faixas de drenagem adaptado às características dos cursos d'água de Cascavel e sedes administrativas dos distritos.
- II. Estudo voltado para a revisão dos parâmetros mínimos para dimensionamento de lote urbano.
- III. Estudo voltado para estabelecimento de critérios para insolação, ventilação e iluminação nos lotes.

Art. 157. O Município desenvolverá normas de uso do solo para instalação de torres e antenas de telecomunicações.

Art. 158. Para fins de regulamentação da ocupação do solo em cada zona na Lei de Uso do Solo, serão utilizados como limites os índices coeficiente de aproveitamento mínimo, coeficiente de aproveitamento básico e coeficiente de aproveitamento máximo, apresentados nos artigos 104,107,109,111,113,115,116 e 118 desta lei, cujos valores são diferenciados conforme a Macrozona a que pertencem os imóveis.

Art. 159. A Lei de Uso do Solo regulamentará em cada Zona os parâmetros urbanísticos, atendidas as restrições impostas pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 160. Os valores estabelecidos nesta lei no Macrozoneamento para coeficientes de aproveitamento básico, máximo e mínimo, determinam o intervalo em que a Lei Municipal de Uso do Solo poderá variar ao regulamentar o uso e a ocupação em cada zona, sendo:

- I. Coeficiente de Aproveitamento Básico da lei uso do solo deve variar no intervalo entre o mínimo e o básico do Plano Diretor;
- II. Coeficiente de Aproveitamento Mínimo da lei uso do solo não varia em relação ao Plano Diretor;
- III. Coeficiente de Aproveitamento Máximo da lei uso do solo deve variar entre o básico da lei uso do solo e o máximo do Plano Diretor.

Art. 161. O Município desenvolverá a revisão e ajuste da Lei de Uso do Solo, em conformidade com o Plano Diretor, no prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da vigência desta lei.

#### *SEÇÃO IV – DO SISTEMA VIÁRIO*

Art.162. O município desenvolverá a revisão e ajuste da Lei Municipal do Sistema Viário nos termos do Plano Municipal Viário e de Transporte, no prazo de 12 meses a partir da vigência desta lei.

#### *SEÇÃO V – DAS EDIFICAÇÕES E OBRAS*

Art. 163. As normas aplicáveis às obras e à edificação são regulamentadas no Código de Obras, lei municipal específica, visando atender:

- I. À segurança;
- II. À higiene;
- III. Ao conforto ambiental;
- IV. À cultura local;
- V. A otimização da utilização dos recursos naturais e fontes de energia.
- VI. Aos princípios de acessibilidade universal;
- VII. A preservação do patrimônio ambiental histórico e cultural.
- VIII. A preservação de paisagens notáveis.

Art. 164. As construções, reformas, acréscimos, restaurações, demolições e quaisquer obras que venham a ser feitas no Município deverão obter o prévio licenciamento da Administração Municipal, de acordo com as normas contidas na legislação Suplementar ao Plano Diretor, em especial no Código de Obras e na Lei de Uso do Solo.

§ 1º As edificações e obras de que trata o caput deste artigo, quando em desacordo com as disposições da Lei de Uso do Solo ou do Código de Obras, ficam sujeitas a embargo administrativo e à demolição, sem prejuízo das demais penalidades legais.

§ 2º Nas edificações já existentes, em desacordo com a legislação, somente será permitido obra de manutenção, sem acréscimo de área, nos casos em que a irregularidade não impeça a observância das disposições do Plano Municipal Viário e de Transporte e não acarrete prejuízo à coletividade.

Art. 165. As construções realizadas, a partir da vigência desta lei, deverão executar no interior do lote, dispositivo destinado a ampliar o tempo de permanência da água pluvial antes de ser conduzida para a rede de galerias bem como garantir o coeficiente de permeabilidade do solo.

§ 1º As exigências dos dispositivos de que trata o caput deste artigo se aplicam prioritariamente na Macrozona de Estruturação e Adensamento 1.

§ 2º Esta exigência poderá ser estendida, no interesse público, às demais macrozonas urbanas ou por determinação do instrumento do EIV - estudo prévio de impacto de vizinhança.

§ 3º Os critérios para execução dos dispositivos de que trata o caput deste artigo serão regulamentados no código de obras.

Art. 166. Para revisão do Código de Obras o Município desenvolverá e levará em consideração os seguintes estudos:

- I. Estudo para dimensionamento do tamanho e número de vagas de estacionamento privado para veículos nas edificações em geral e para tanto deverá considerar as macrozonas plenamente ocupadas conforme previsto nesta lei;
- II. Revisão dos parâmetros mínimos para o projeto das edificações.

Art. 167. O Município desenvolverá a revisão e ajuste do Código de Obras Municipal em conformidade com o Plano Diretor, no prazo de 18, meses a contar da vigência desta lei.

#### *SEÇÃO VI – DAS POSTURAS MUNICIPAIS*

Art. 168. As normas aplicáveis às posturas são regulamentadas por lei municipal específica, visando:

- I. Regulamentar o desenvolvimento de atividades em propriedades particulares ou públicas, e nos logradouros públicos em benefício da coletividade;
- II. Desenvolver medidas de polícia administrativa a cargo do município, em relação à segurança, à ordem e ao bem estar público.

Art. 169. As normas de posturas devem estabelecer:

- I. A regulamentação da implantação dos equipamentos, do mobiliário urbano e dos eventos realizados nos logradouros públicos, observando a segurança e o conforto dos usuários e a adequação aos padrões locais;
- II. Os critérios para funcionamento de estabelecimentos segundo suas categorias, atentando para o incômodo à vizinhança e propiciando segurança e higiene;
- III. O procedimento para licenciamento e autorização das atividades urbanas.

Art.170. Para revisão do código de posturas o município desenvolverá e levará em consideração os seguintes estudos:

- I. Estudo sobre a morfologia do espaço.

- II. Identidade e adequação do mobiliário urbano.
- III. Parâmetros para elementos de comunicação visual;
- IV. Critérios para manutenção e conservação das edificações.

Art. 171. O Município procederá ao ajuste da legislação de posturas municipais, em conformidade com o Plano Diretor, no prazo de 24 meses a contar da vigência desta lei.

#### *SEÇÃO VII – DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL*

Art. 172. O Município promoverá a revisão e atualização do Código Tributário Municipal, o qual deverá ser ajustado de forma a permitir a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade e demais disposições do Plano Diretor de Cascavel, no prazo de 18 (dezoito) meses a partir da vigência desta lei.

Art. 173. Para o ajuste do Código Tributário Municipal, deverão ser considerados a definição de imóvel urbano subutilizado e o conceito de função social do solo urbano conforme a Macrozona em que se situe, em conformidade com o Plano Diretor.

Art. 174. Os imóveis urbanos que não atendem à função social prevista nesta lei, considerados subutilizados, estarão sujeitos à aplicação de dispositivos de indução à ocupação tais como:

- I. Alíquota de IPTU superior à aplicada aos imóveis que atendem à função social;
- II. Parcelamento ou utilização compulsórios;
- III. IPTU progressivo no tempo;
- IV. Desapropriação com pagamento através de títulos da dívida pública.

Art. 175. No lançamento do IPTU será aplicada alíquota diferenciada, superior a dos imóveis que atendem à função social, nos seguintes casos:

- I. Imóveis com edificação irregular;
- II. Imóveis urbanos subutilizados não sujeitos ou nas fases que antecedem à aplicação do instrumento IPTU Progressivo no Tempo.



Parágrafo único - A alíquota diferenciada de que trata este artigo será definida na lei municipal que regulamenta as alíquotas do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

Art. 176. Para efeito de tributação, serão aplicadas alíquotas idênticas aos lotes e às glebas urbanas.

### *SEÇÃO VIII – DO ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV*

Art. 177. O licenciamento pela Administração Municipal para a construção, reforma e ampliação ou funcionamento de empreendimento ou atividade potencialmente causadora de impacto ou conflito à vizinhança será precedido de EIV - Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança a ser aprovado pela Administração Municipal.

Parágrafo único - A elaboração, a apresentação e a execução das medidas decorrentes do EIV é responsabilidade do proprietário ou interessado no empreendimento ou atividade.

Art. 178. O impacto ou conflito a que se refere o Artigo anterior consiste em alteração do meio devido a influências causadas pela edificação ou empreendimento com relação aos seguintes aspectos:

- I. Sistema Viário:
  - a) sobrecarga do sistema viário;
  - b) demanda de transporte público;
  - c) demanda de estacionamento.
- II. Infra Estrutura Urbana:
  - a) sistema de esgoto sanitário;
  - b) sistema de distribuição de água;
  - c) sistema de distribuição de energia de qualquer fonte;
  - d) telefonia/ comunicação;
  - e) adensamento populacional;
  - f) distribuição de equipamentos urbanos.
- III. Meio Ambiente:

- a) insolação;
- b) ventilação;
- c) iluminação;
- d) volume de resíduos gerado;
- e) poluição em todas as suas formas;
- f) transformação da paisagem;
- g) intervenções no patrimônio natural, cultural e histórico;
- h) permeabilidade do solo.

IV. Aspectos Econômicos:

- a) variação do valor imobiliário;
- b) alterações de distribuição de trabalho e renda.

Parágrafo único – Poderá ser solicitada à análise de outros aspectos que possam afetar o direito à qualidade de vida daqueles que moram ou transitam em seu entorno.

Art. 179. O município procederá à revisão da Lei Municipal específica que define quais atividades e empreendimentos são considerados potencialmente causadores de impacto e sujeitos à aprovação do Estudo Prévio de Impacto de vizinhança EIV, bem como, a tramitação e detalhes de procedimento.

Art. 180. O EIV deverá contemplar os efeitos positivos e negativos causados pelo empreendimento ou atividade à qualidade de vida da população residente ou que transita no entorno, apresentando análise, no mínimo, sobre os aspectos mencionados no artigo 177 desta Lei.

Art. 181. As conclusões do EIV poderão permitir a implantação da atividade ou empreendimento, estabelecendo condições, contrapartidas, obrigações e medidas mitigadoras para sua execução e funcionamento, ou ainda poderão impedir sua realização.

§ 1º A contrapartida a ser oferecida em troca da realização da atividade ou empreendimento pode ser de natureza diversa, relacionando-se à sobrecarga que será provocada.

§ 2º O EIV poderá determinar alterações no projeto do empreendimento, como redução de área construída, reserva de áreas permeáveis, reserva de áreas verdes ou de uso comunitário no interior do empreendimento, incorporação de parte da sobrecarga viária no próprio empreendimento, aumento do número de vagas de estacionamento, medidas de isolamento acústico, recuos ou alterações na fachada, normatização de área de publicidade no empreendimento, etc.

§ 3º O EIV poderá determinar maiores restrições relativas aos parâmetros de ocupação estabelecidos na Lei de Uso do Solo.

Art. 182. Para empreendimento ou atividade cujo impacto ou área de abrangência não se restrinja à vizinhança, mas alcance a população urbana e ou rural como um todo, e aqueles destinados à prestação de serviços fundamentais ao funcionamento da cidade, a análise do EIV deverá evidenciar uma relação favorável entre ônus e benefícios, considerando não só a população do entorno, mas sim a população da Cidade ou do Município.

Parágrafo único - O licenciamento dos empreendimentos e atividades tratadas no *caput* deste artigo será precedido de audiência pública.

Art. 183. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, os quais ficarão disponíveis para consulta, no setor competente da Administração Municipal a qualquer interessado.

Art. 184. Competem ao setor responsável pelo licenciamento da obra ou empreendimento, a operacionalização e a fiscalização ao atendimento das condições e contrapartidas estabelecidas no EIV.

## SEÇÃO IX – DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Art. 185. O Município procederá à complementação da legislação ambiental nos termos da Estratégia Conservar e Preservar o Patrimônio Ambiental e Histórico-cultural do Município e considerando o Sistema Territorial de Referência Ambiental.

### *CAPÍTULO III – DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA*

Art. 186. A aplicação dos instrumentos indutores do desenvolvimento urbano pressupõe a estruturação física e administrativa do Poder Executivo Municipal para gerenciamento das operações previstas neste capítulo.

Parágrafo único – As áreas para aplicação dos instrumentos de que trata o caput deste artigo, estão representadas nos mapas de 1 a 9 do anexo II desta lei.

Art.187. Lei municipal específica regulamentará a aplicação dos instrumentos indutores do desenvolvimento urbano, nos termos desta lei.

Parágrafo único – Será dado publicidade da aplicação dos instrumentos da política urbana.

#### **SEÇÃO I - Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios**

Art. 188. Na área Urbana, apresentada no Mapa 2 do Anexo II desta lei, será exigido do proprietário do imóvel urbano subutilizado que promova o seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente, de aplicação dos seguintes instrumentos:

- I. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- II. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo;
- III. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

Art. 189. Lei municipal específica estabelecerá regras para o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios e o IPTU progressivo no tempo, entre as quais:

- I. Notificação do proprietário do imóvel subutilizado, observada a legislação federal aplicável;
- II. Prazo e a forma para apresentação de defesa por parte do proprietário;
- III. Conclusão do processo para análise de eventual solicitação de consórcio imobiliário;

- IV. Órgão competente para, após apreciar a defesa, decidir pela aplicação do parcelamento, ocupação ou utilização compulsórios do imóvel;
- V. Prazos para cumprimento do dever de parcelar, edificar ou utilizar o solo urbano, observando, no que couber, a legislação federal aplicável;
- VI. Situações que representam o cumprimento do dever de parcelar, edificar ou utilizar o solo, inclusive para fazer cessar ou retornar a aplicação do IPTU progressivo, quando for o caso;
- VII. Majoração da alíquota do IPTU progressivo no tempo.

Art. 190. As obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas serão transferidas em caso de transmissão do imóvel nos termos da legislação federal aplicável.

## SEÇÃO II - DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 191. Em caso do descumprimento das condições e dos prazos estabelecidos na lei municipal específica, prevista no artigo 189 desta lei, o Município procederá à aplicação do IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos, até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar conforme o caso.

§ 1º A aplicação do IPTU progressivo no tempo poderá ocorrer desde que verificado a existência da infra-estrutura básica.

§ 2º A progressividade das alíquotas será estabelecida em lei municipal específica prevista no art.189 desta lei, observando os limites estabelecidos na legislação federal aplicável.

§ 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas ao IPTU progressivo no tempo.

## SEÇÃO III - DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS

Art. 192. Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá, de acordo com a conveniência e oportunidade, proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, de acordo com o que dispõe a legislação federal aplicável.

Parágrafo único - Até efetivar-se a desapropriação, o IPTU progressivo continuará sendo lançado na alíquota máxima, o mesmo ocorrendo em caso de impossibilidade de utilização da desapropriação com pagamentos em títulos.

#### *SEÇÃO IV - DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO*

Art. 193. Fica facultado aos proprietários de qualquer imóvel, propor ao Poder Executivo Municipal o estabelecimento de consórcio imobiliário.

§ 1º Entende-se consórcio imobiliário como a forma de viabilizar a urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Município seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 2º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao ex-proprietário do terreno será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.

§ 3º Para ser estabelecido, o consórcio imobiliário deverá ser:

- a) Submetido à apreciação da população através da realização de pelo menos 1 (uma) audiência pública, quando se tratar de imóvel com área superior a 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados);
- b) Objeto de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, nos termos dos artigos 176 a 183 desta lei.
- c) Submetido à apreciação do Conselho Municipal de Planejamento.



§ 4º Será reservado percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) dos lotes, edificados ou não, para programas de habitação popular, quando o uso predominante do empreendimento for destinado a fins residenciais.

#### SEÇÃO V - Do Direito de Preempção

Art. 194. O Poder Executivo Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares sempre que o município necessitar de áreas para:

- I. Regularização fundiária;
- II. Execução de programas e projetos de habitação popular;
- III. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- IV. Resolução de conflitos viários;
- V. Ampliação ou implantação de áreas de lazer e/ou proteção ambiental;
- VI. Conservação e tombamento de patrimônio histórico e/ou cultural.

Art. 195. Lei municipal delimitará a área de incidência do direito de preempção, sem prejuízo do disposto no artigo 194 desta lei.

§ 1º A lei municipal prevista neste artigo imporá o direito de preempção pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e estabelecerá o procedimento administrativo aplicável para seu exercício, observada a legislação federal.

§ 2º A renovação da incidência do direito de preempção, em área anteriormente submetida à mesma restrição, somente será possível após o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

Art. 196. O Poder Executivo Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada para o exercício do direito de preempção, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da vigência da lei que estabelecer a preferência do Município diante da alienação onerosa.

#### SEÇÃO VI - Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 197. Nas áreas urbanas definidas nos mapas 2 a 9 do Anexo II desta lei, o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo do terreno mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

Parágrafo único - Os coeficientes de aproveitamento básico e máximo do terreno para as áreas urbanas serão definidos na Lei Municipal de Uso do Solo, em conformidade com as disposições desta lei.

Art. 198. A aplicação da outorga onerosa será admitida apenas nos imóveis servidos por infra-estrutura básica.

Art. 199. Lei Municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para as concessões de outorga onerosa do direito de construir, determinando, entre outros itens:

- I. Fórmula de cálculo para a cobrança da outorga onerosa do direito de construir;
- II. Casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;
- III. Contrapartidas do beneficiário;
- IV. Competência para a concessão.

Parágrafo único - Ato do Poder Executivo Municipal regulamentará o procedimento administrativo para aprovação da outorga onerosa do direito de construir, bem como o registro e monitoramento do uso.

Art. 200. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir serão aplicados exclusivamente para composição do Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano.

## SEÇÃO VII - Das Operações Urbanas Consorciadas

Art. 201. Operação urbana consorciada é o conjunto de medidas coordenadas pelo Município com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes

e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas, melhorias sociais e valorização ambiental em uma determinada área urbana.

§ 1º Cada operação urbana consorciada será criada por lei municipal específica, contemplando, no mínimo:

- a) Delimitação da área a ser atingida;
- b) Finalidades da operação.
- c) Programa básico de ocupação da área;
- d) Programa de atendimento econômico e social para população de baixa renda afetada pela operação, quando couber;
- e) Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança;
- f) Forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.
- g) Contrapartidas e benefícios.

Art. 202. As operações urbanas consorciadas terão pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I. Implementação de programas de habitação popular e de regularização fundiária;
- II. Ampliação e melhoria da rede estrutural de circulação viária;
- III. Ampliação e melhoria da infra-estrutura pública;
- IV. Revitalização de áreas urbanas;
- V. Valorização, recuperação e preservação do patrimônio ambiental e histórico-cultural;
- VI. Recuperação e preservação do patrimônio público.

Art. 203. Poderá ser aplicado o instrumento de operações urbanas consorciadas nas áreas urbanas do município.

## SEÇÃO VIII - Da Transferência do Direito de Construir

Art. 204. O Poder Executivo Municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local ou alienar mediante escritura

pública, o direito de construir previsto na legislação urbanística municipal, quando o referido imóvel for considerado para fins de:

- I. Proteção, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
- II. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- III. Servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Município a propriedade de seu imóvel, ou de parte dele, para os fins previstos nos incisos deste artigo.

§ 2º A transferência do direito de construir poderá ser instituída por ocasião do parcelamento do solo para fins urbanos quando forem necessárias áreas públicas em quantidade superior às exigidas pela lei de parcelamento do solo urbano;

Art. 205. Na transferência do direito de construir deverão ser observadas as seguintes condições:

- I. Imóveis receptores de potencial construtivo devem se situar em macrozona onde haja previsão de coeficiente de aproveitamento máximo do terreno, estabelecido em conformidade com as disposições desta lei;
- II. Imóveis receptores do potencial construtivo serem providos por infraestrutura básica;
- III. Não caracterizar concentração de área construída acima da capacidade da infraestrutura local, inclusive no sistema viário, e impactos negativos no meio ambiente e na qualidade de vida da população local;
- IV. Ser observada a legislação de uso e ocupação do solo;
- V. Quando o acréscimo de potencial construtivo representar área superior a 5.000 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), deverá ser elaborado Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança para aplicação de transferência do direito de construir.

Parágrafo único - As áreas referidas no inciso I deste artigo estão apresentadas nos Mapas 2 a 9 do Anexo II desta lei.

Art. 206. Visando a recuperação da Macrozona De Fragilidade Ambiental, Subzona De Proteção os imóveis situados nessa subzona, quando contiverem área edificada e aprovada junto ao Município, poderão transferir potencial construtivo para áreas receptoras conforme estabelecido nesta lei.

§ 1º O potencial construtivo a ser transferido, em metros quadrados, será igual à área edificada;

§ 2º Áreas com ocupações irregulares não são objetos deste artigo;

§ 3º Em nenhuma hipótese o potencial construtivo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser aplicado na própria macrozona.

Art. 207. A aplicação do potencial construtivo no imóvel receptor será equivalente, em metros quadrados, ao potencial construtivo do imóvel cedente.

Art. 208. Quando da aplicação da transferência do direito de construir, o Município expedirá certificado, informando:

- I. Área remanescente do potencial construtivo do terreno que deixará de ser exercido no local, em caso de não haver a transferência de propriedade nos termos do parágrafo § 1º do artigo 206 desta lei;
- II. Área total do potencial construtivo do terreno, em caso de haver a transferência de propriedade nos termos do parágrafo § 1º do artigo 206 desta lei;

Parágrafo único – Para o cálculo da área de potencial construtivo a ser transferido, será utilizado o coeficiente de aproveitamento básico do terreno estabelecido na Lei de Uso do Solo, em conformidade com as disposições desta lei.

Art. 209. O Município deverá manter registro, integrado ao Sistema Único de Informações previsto nesta lei, das transferências do direito de construir ocorridas, do

qual constem os imóveis cedentes e receptores, bem como os respectivos potenciais construtivos transferidos e recebidos.

Parágrafo único - A alienação do potencial construtivo entre particulares será possível desde que originária de um dos casos previstos no artigo 204 desta lei e dependerá de notificação prévia, perante a Prefeitura, sob pena de não ser reconhecida para fins urbanísticos.

Art. 210. Consumada a transferência do direito de construir, fica o potencial construtivo transferido vinculado ao imóvel receptor, vedada nova transferência.

#### SEÇÃO IX - Do Direito de Superfície

Art. 211. Lei municipal disciplinará a utilização do direito de superfície em áreas públicas municipais, atendidos os seguintes critérios:

- I. Concessão por tempo determinado;
- II. Concessão onerosa;
- III. Concessão para fins de:
  - a) Viabilizar a implantação de infra-estrutura;
  - b) Facilitar a implantação de projetos de habitação popular.
  - c) Facilitar a implantação de projetos de proteção em áreas de fragilidade ambiental;
  - d) Viabilizar ou facilitar a implantação de serviços e equipamentos públicos;
  - e) Viabilizar a implementação de programas previstos nesta lei.

Art. 212. É vedada a aplicação deste instrumento em áreas de utilidade pública.

Art. 213. Os recursos auferidos com a adoção do direito de superfície, de que trata o artigo 211 desta lei, serão aplicados exclusivamente para composição do Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano.



Parágrafo único - Não se aplica a disposição do caput deste artigo aos recursos advindos de programas de fomento econômico e industrial do município, com a participação da CODEVEL, os quais serão destinados ao FMDI -Fundo Municipal de Desenvolvimento Industrial.

#### SEÇÃO X - Da Usucapião Especial de Imóvel Urbano

Art. 214. O Município viabilizará assistência técnica gratuita para as comunidades e grupos sociais carentes, com direito a usucapião especial individual ou coletiva de imóvel urbano e a concessão de uso especial para fins de moradia, visando agilizar os processos de regularização fundiária, de acordo com a legislação federal aplicável.

#### *TÍTULO V - DOS PLANOS SUPLEMENTARES*

Art. 215. Com vistas à implementação das Estratégias de Desenvolvimento, sem prejuízo da aplicação da legislação cabível, serão desenvolvidos e executados os seguintes Planos Suplementares:

- I. Plano Municipal de Saneamento Ambiental;
- II. Plano Municipal de Acessibilidade Universal;
- III. Plano Municipal de Uso das Áreas Públicas;
- IV. Plano Municipal de Habitação;
- V. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;
- VI. Plano Municipal de Estruturação e Conservação do Patrimônio Ambiental-Histórico e Cultural;
- VII. Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e Integração Regional;
- VIII. Plano Municipal Viário e de Transportes.

#### *CAPÍTULO I – DO SANEAMENTO AMBIENTAL*

Art. 216. O Plano Municipal de Saneamento Ambiental é um instrumento de planejamento e de gestão para se promover uma intervenção integrada no espaço territorial do Município, na perspectiva de superar a forma de abordagem setorial e

estanque, tradicionalmente utilizada para se planejar e implementar ações e serviços de saneamento.

Art. 217. O Plano de que trata este capítulo tem por objetivo integrar as ações da Administração Municipal no sentido de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo, além dos serviços públicos de saneamento básico, também o controle ambiental de reservatórios de água e vetores de doenças e a disciplina da ocupação e uso do solo, nas condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida tanto no meio urbano quanto no meio rural.

§ 1º Entende-se por salubridade ambiental a qualidade das condições em que vivem populações urbanas e rurais no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente, bem como de favorecer o pleno gozo da saúde e o bem-estar.

§ 2º saneamento é o conjunto de medidas, visando preservar ou modificar as condições do ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde. Entende-se por saneamento básico o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos urbanos e o manejo de águas pluviais urbanas.

Art. 218. O Plano Municipal de Saneamento Ambiental deverá contemplar os seguintes programas:

- I. Programa de gerenciamento de resíduos sólidos;
- II. Programa de contenção do desperdício de água e energia;
- III. Programa de proteção e recuperação dos recursos hídricos e da biodiversidade;
- IV. Programa integrado para promoção da saúde pública e saneamento;
- V. Programa de saneamento rural.

Art. 219. São componentes mínimos do Plano Municipal de Saneamento Ambiental:

- I. O diagnóstico da capacidade dos serviços públicos relativos ao saneamento ambiental;

- II. As diretrizes básicas para a melhoria das condições do saneamento ambiental;
- III. A definição de competências no âmbito do Município para a gestão do saneamento ambiental;
- IV. A definição dos programas a serem implementados considerando o conteúdo mínimo referido no artigo anterior;
- V. A indicação de técnicas alternativas para implementação do saneamento em ZEIS – Zona de Especial Interesse Social e em ZEIA – Zona de Especial Interesse Ambiental.

Art. 220. Deverão adequar-se às diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Ambiental:

- I. Os órgãos municipais da administração direta e indireta;
- II. Os instrumentos de planejamento e controle urbano;
- III. Os programas, planos e projetos de âmbito municipal;
- IV. As ações dos órgãos responsáveis pelos serviços públicos de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e gerenciamento dos resíduos sólidos.

Art. 221. O Município desenvolverá o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e criará todos os programas que o integram, no prazo de 24 meses a partir da vigência desta Lei.

#### SEÇÃO I - DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

*ART. 222. O MUNICÍPIO DESENVOLVERÁ NO PRAZO DE 24 MESES O PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS QUE DEVERÁ CONTER A ESTRATÉGIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE MODO A PROTEGER A SAÚDE HUMANA E O MEIO AMBIENTE, ESPECIFICAR MEDIDAS QUE INCENTIVEM A CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E OFERECER CONDIÇÕES PARA A DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.*

§ 1º Compete ao órgão municipal responsável pela gestão da coleta e destinação dos resíduos sólidos no Município a elaboração do Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental.

§ 2º O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá ser compatível com o planejamento e gestão dos demais programas e projetos urbanos municipais, devendo periodicamente ser revisado e devidamente compatibilizado.

§ 3º O Programa referido no caput deverá fixar os critérios básicos para o gerenciamento municipal dos resíduos sólidos, contendo, entre outros aspectos:

- a) O diagnóstico atualizado da situação da gestão dos resíduos sólidos no Município;
- b) Procedimentos ou instruções a serem adotadas na segregação, coleta, com especial ênfase na coleta seletiva, classificação, acondicionamento, armazenamento, transporte, transbordo, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, conforme sua classificação, indicando os locais onde as atividades serão implementadas, bem como medidas direcionadas a minimização do volume e da poluição causada por resíduos;
- c) Ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso das situações de manuseio incorreto ou acidentes;
- d) Ações voltadas à educação ambiental que estimulem:
- e) A eliminação do desperdício e a realização da triagem e coleta seletiva de resíduos, por parte do gerador;
- f) A adoção de práticas ambientalmente saudáveis de consumo, por parte da sociedade;
- g) O aproveitamento do resíduo gerado.
- h) O cronograma de implantação das medidas e ações propostas.

Art. 223. A Administração Municipal poderá exigir a anuência do órgão competente sobre a destinação dos resíduos sólidos no licenciamento das atividades industriais e outras atividades potencialmente poluidoras a critério do Órgão Municipal de Planejamento Urbano.

## *CAPÍTULO II – DA ACESSIBILIDADE*

Art. 224. O Município desenvolverá o Plano Municipal de Acessibilidade Universal no prazo de 24 meses a partir da vigência desta Lei.

## *CAPÍTULO III – DO USO DAS ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS*

Art. 225. Fica vetada a destinação diversa da definida no artigo 14 desta lei às áreas de utilidade pública.

Parágrafo único - Excepcionalmente, as áreas de Utilidade Pública, desde que através de estudo técnico sejam julgadas desnecessárias ao atendimento das necessidades da população local, poderão ser permutadas por outra de igual valor sendo transferida para a nova área automaticamente a condição de Utilidade Pública, a critério do Órgão Municipal de Planejamento Urbano.

Art. 226. O Município desenvolverá no prazo de 36 meses o Plano Municipal de Uso das áreas públicas.

Art. 227. Os imóveis integrantes do Patrimônio Público Municipal deverão ser destinados às seguintes finalidades:

- I. Programas de habitação popular de interesse social cujas unidades serão disponibilizadas a terceiros somente mediante Concessão de Uso Especial, nos termos da legislação federal.
- II. Disponibilizadas em leilão cujos recursos obtidos deverão ser destinados ao Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano.
- III. Implementação dos Planos e Programas previstos nesta lei.

Parágrafo único – A disposição dos incisos I, II e III deste artigo não se aplica às áreas de Utilidade Pública, exceto no caso do inciso III quando se tratar de equipamento comunitário.

Art. 228. Mediante aplicação do instrumento Direito de Superfície, nos termos desta lei, o Município poderá conceder licença para uso temporário de bens públicos e dos espaços destinados à circulação de pedestres em logradouros públicos desde que, a critério do Órgão Municipal de Planejamento, sejam considerados excessivamente amplos, garantido o conforto e segurança para o trânsito a pé e por pessoas com restrição de mobilidade.

#### *CAPÍTULO IV – DA HABITAÇÃO*

Art. 229. O Município desenvolverá o Plano Municipal de Habitação no prazo de 24 meses a partir da vigência desta Lei, o qual deverá traduzir a Política Municipal de Habitação.

Art. 230. É atribuição da Administração Municipal em parceria com os demais órgãos competentes:

- I. Prover no Município a habitação de interesse social localizada na Macrozona de Estruturação e Adensamento 2 e 3 quando se tratar da Cidade de Cascavel e Macrozona de Estruturação e Adensamento quando se tratar dos Distritos Administrativos;
- II. Promover e incentivar iniciativas voltadas para a produção de habitação para população de baixa e média renda.

Art. 231. O Plano Municipal de habitação deverá contemplar os seguintes aspectos:

- I. Necessidade de manter atualizado cadastro da demanda por habitação, integrado ao Sistema Único de Informações previsto nesta lei;
- II. Estabelecer critérios sócio econômicos para seleção dos novos mutuários;
- III. O fortalecimento do Programa Casa Fácil;
- IV. Prever percentual de habitações atendendo às normas de acessibilidade;
- V. Promover a pesquisa de novas alternativas tecnológicas para construção de habitação de interesse social;
- VI. Incentivo à utilização de materiais reciclados da construção civil;



- VII. Utilização do sistema de mutirão na construção de conjuntos habitacionais;
- VIII. Privilegiar a construção de pequenos conjuntos habitacionais em detrimento das grandes concentrações de população dependente do atendimento pela Administração Municipal;
- IX. Proporcionar a proximidade com o local de trabalho sem prejuízo da necessária interação harmônica entre atividades;
- X. A realização de parcerias público privadas e com o terceiro setor ;
- XI. Condicionar a construção de empreendimentos habitacionais de interesse social à existência ou implantação da infra-estrutura mínima prevista para loteamentos de interesse social no artigo 151 desta lei.

Art. 232. Nos programas habitacionais desenvolvidos pelo Município terão prioridade para atendimento as famílias deslocadas da subzona de proteção, ressalvada a disposição do artigo 237 desta lei.

Art. 233. Deverá integrar o Plano Municipal de Habitação, Programa Municipal de Regularização de Ocupações.

#### *SEÇÃO I – DA REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÕES*

Art. 234. Mediante previsão orçamentária específica e em conformidade com Programa Municipal de Regularização de Ocupações, a Administração Municipal promoverá a regularização de ocupações ou a relocação dos habitantes, nos casos identificados como ZEIS – Zona de Especial Interesse Social nesta lei e naqueles em que ficar caracterizado o interesse público.

Parágrafo único - A regularização a ser promovida será urbanística e ou fundiária conforme a necessidade que se apresente.

Art. 235. Para viabilizar os processos de regularização de ocupações, conforme previsto no artigo anterior, havidas antes da vigência desta lei, poderão ser utilizados parâmetros urbanísticos diferenciados estabelecidos pelo Órgão Municipal de Planejamento.

Art. 236. Poderão ainda ser regularizadas as ocupações correspondentes às comunidades rurais já caracterizadas como localidades na data de publicação desta lei, a critério do Órgão Municipal de Planejamento.

Art. 237. Deverão ser adotadas medidas preventivas que evitem que se produzam novos núcleos ou parcelamentos para fins urbanos, clandestinos e ou irregulares no Município, dentre estas, o incremento à fiscalização, a aplicação do embargo e demolição, a notificação da irregularidade ao Ministério Público.

Parágrafo único - Será considerado improbidade administrativa a omissão por parte da Administração Municipal, bem como se tornar o agente promotor, nas ocorrências de novas ocupações irregulares.

Art. 238. O Município desenvolverá o Programa Municipal de Regularização de Ocupações no prazo de 24 meses a partir da vigência desta lei.

## CAPÍTULO V – Do Desenvolvimento Rural

Art. 239. Deverão integrar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural os seguintes programas, além de outros que se fizerem necessários:

- I. Programa de abastecimento com água tratada às comunidades rurais e de construção de abastecedouros comunitários;
- II. Programa de denominação e sinalização de rios e estradas;
- III. Programa de educação ambiental rural e, serviço de proteção de nascentes e recuperação da mata ciliar;
- IV. Programa permanente de adequação e conservação de estradas;
- V. Programa de apoio a ações voltadas à defesa agropecuária e à segurança higiênico-sanitária dos alimentos;
- VI. Programa de captação de recursos para fomento, qualificação e orientação ao pequeno produtor e ou trabalhador rural;
- VII. Programa de promoção da comercialização dos produtos da agricultura familiar.
- VIII. Programa de fortalecimento das Sedes Distritais:

- a) Complementação de equipamentos comunitários tais como: escola, posto de saúde, posto de serviço social, ou ampliação da capacidade dos existentes;
- b) Extensão e ampliação de serviços administrativos da Prefeitura;
- c) Regularização do parcelamento do solo para fins urbanos;
- d) Regulamentação do uso do solo urbano e sistema viário.

Art. 240. O Município implantará a administração distrital de Diamante com estrutura necessária no prazo de 12 (doze) a partir da vigência desta lei.

Art. 241. O Município desenvolverá e manterá atualizado o Censo Rural e o Cadastro Rural multifinalitário, integrado ao Sistema Único de Informações previsto nesta lei.

Art. 242. O Município desenvolverá o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural no prazo de 12 meses a partir da vigência desta Lei e sua implementação deverá ocorrer em regime de prioridade como forma de favorecer a sustentabilidade das atividades rurais e interação com as áreas urbanas.

#### *CAPÍTULO VI – DA ESTRUTURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL HISTÓRICO E CULTURAL*

Art. 243. O Município desenvolverá o Plano Municipal de Estruturação e Conservação do Patrimônio Ambiental e Histórico-Cultural no prazo de 24 meses a contar da vigência desta Lei, segundo as disposições da Estratégia de Conservação e Preservação do Patrimônio Ambiental e Histórico-cultural do Município.

#### *CAPÍTULO VII – DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*

Art. 244. O Município desenvolverá o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e Integração Regional, articulado com os municípios vizinhos no prazo de 24 meses a contar da vigência desta Lei, em conformidade com a Estratégia Estruturar Cascavel Como Pólo de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Art. 245. O Plano de que trata o artigo anterior deverá contemplar as seguintes ações:

- I. Articular-se com entidades e órgãos afins, para sua implementação;
- II. Promover a estruturação de uma Agência de Desenvolvimento Regional, com os demais órgãos, entidades e representações regionais, que se caracterize pelo desenvolvimento integrado sustentável, inovação e socialização de tecnologias, arranjos e cadeias produtivas, capacitação e formação de recursos humanos;
- III. Apoiar medidas e ações voltadas para qualificação profissional em diversas atividades econômicas existentes e a serem fomentadas;
- IV. Promover a espacialização da ocupação no município de forma a permitir a convivência harmoniosa dos diversos atores sociais, econômicos e os fatores ambientais, utilizando-se do EIV- Estudo Prévio de Impacto de vizinhança;
- V. Estruturar e manter atualizado, integrado ao Sistema Único de Informações previsto nesta lei, o cadastro das atividades econômicas, a fim de disponibilizar informações com vistas ao desenvolvimento municipal e regional;
- VI. Estruturar os corredores turísticos e eixos de integração intermunicipais com vistas ao desenvolvimento econômico.

## CAPÍTULO VIII – Do Plano Municipal Viário e de Transportes

Art. 246. Município desenvolverá, no prazo de 6 meses a contar da vigência desta lei, o Plano Municipal Viário e de Transportes, nos termos da legislação federal aplicável, tendo por objetivo a melhoria das condições de circulação e acessibilidade no Município de Cascavel, atendendo às diretrizes estabelecidas nesta lei, especialmente na Estratégia Prover Transporte e Mobilidade com a Valorização do Ser Humano, bem como as relativas ao Sistema Territorial de Referência de Mobilidade.

Parágrafo único - O Plano Municipal Viário e de Transportes deverá prever:

- I. Responsabilidades dos órgãos municipais relativas à gestão do plano;

- II. Formas de articulação com os órgãos e entidades estaduais e federais responsáveis pelo sistema viário e pelos transportes;
- III. Planejamento da rede viária municipal;
- IV. Ações específicas para melhoria e manutenção das estradas municipais;
- V. Ações específicas para melhoria do transporte rodoviário intramunicipal;
- VI. Exigências e prioridades para a implantação e melhoria nos terminais rodoviários, inclusive os de integração, e intermodais, nos Distritos Administrativos e na cidade de Cascavel.
- VII. Ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazo para melhoria da qualidade do transporte coletivo no Município de Cascavel;
- VIII. Revisão e definição da hierarquia viária urbana integrando a política de transportes com a política de uso e ocupação do solo e de circulação viária;
- IX. Normas para a qualificação da circulação e acessibilidade, estabelecendo minimamente:
  - a) Padrões para as diferentes categorias de vias;
  - b) Critérios para operação do tráfego de veículos;
  - c) Padronização da sinalização das vias urbanas e das estradas e rodovias localizadas no território municipal, em complementação às normas federais.
  - d) Normas para qualificação dos espaços públicos conforme desenho universal atendendo a legislação federal específica;
- X. Critérios para qualificação dos equipamentos de suporte do transporte coletivo que incluam a distribuição dos pontos de integração do transporte rodoviário;
- XI. Identificação de áreas destinadas à implantação de terminais intermodais e de terminais de integração, em complementação aos previstos nesta lei;
- XII. Regulamentar os parâmetros mínimos que deverão ser objeto de análise e consideração para a emissão de diretrizes para parcelamento do solo e para a identificação e licenciamento de edificações pólo gerador de tráfego e similares;

- XIII. Propor mecanismos e instrumentos que possibilitem a implantação pelo município de um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constante do processo de planejamento do Sistema Viário;
- XIV. O planejamento do sistema viário nas áreas urbanas não parceladas e na macrozona de Expansão Urbana, devendo para tanto considerar indispensavelmente as vias indicadas no mapa 4 anexo I desta lei.
- XV. Faixas de domínios das rodovias e estradas municipais.
- XVI. Solução para pontos de conflito viário, em especial aqueles identificados no mapa 4, anexo III desta lei.

Art. 247. Deverão adequar-se às diretrizes do Plano Municipal Viário e de Transportes:

- I. Órgãos municipais da administração direta e indireta;
- II. Instrumentos de regulação e controle urbano;
- III. Programas, planos e projetos municipais relativos ao sistema de mobilidade e à estruturação e qualificação urbana;
- IV. Ações dos órgãos responsáveis pelo planejamento e gestão do sistema viário e transporte municipal.

Art. 248. O Plano Municipal Viário e de transportes, deverá abranger a área do território municipal como um todo, definindo diretrizes tanto no âmbito urbano como no rural.

## *TÍTULO VI - DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO*

### **CAPÍTULO I – DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTEGRADA**

Art. 249. Entende-se por Sistema de Planejamento e Gestão Integrada o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos objetivando a coordenação das ações do Poder Executivo Municipal, bem como a integração entre os diversos programas setoriais e a dinamização e modernização da ação governamental.

Art. 250. O Poder Executivo Municipal promoverá a adequação da sua estrutura administrativa, quando necessário, para a implementação dos objetivos,



diretrizes e ações previstas no Plano Diretor, mediante a reformulação das competências e atribuições de seus órgãos da administração direta e indireta.

Art. 251. Os planos, programas e projetos deverão ser compatíveis entre si e seguir as diretrizes de desenvolvimento urbano e rural contidas nesta lei, bem como considerar os planos intermunicipais cuja elaboração o Município tenha participado.

Art. 252. Será proporcionada a estruturação e o fortalecimento das administrações distritais e serão criados pontos de atendimento da administração Municipal, para que desempenhem efetivamente as funções de apoio, serviços e informações às comunidades.

Parágrafo único - A descentralização de serviços por meio de sub unidades da Administração Municipal tem, por finalidade a ampliação da capacidade de ação, através da troca de informações e aproximação com os usuários e munícipes.

Art. 253. Lei Municipal regulamentará no prazo de 12 (doze) meses, a partir da vigência desta lei, o Sistema de Planejamento e Gestão Integrada.

## SEÇÃO I – Dos Objetivos

Art. 254. A Administração Municipal implantará o Sistema de Planejamento e Gestão Integrada com os seguintes objetivos:

- I. O aperfeiçoamento e a modernização dos procedimentos administrativos, com vistas à maior eficácia na execução das políticas públicas;
- II. A integração dos planos, programas e projetos necessários à implementação do Plano Diretor, articulando-os com o processo de elaboração e execução do orçamento municipal;
- III. A criação do Sistema Único de Informações previsto nesta Lei;
- IV. O monitoramento integrado dos diversos aspectos do território, avaliando permanentemente a dinâmica da ocupação territorial e resultados da aplicação dos instrumentos de desenvolvimento previstos no Plano Diretor;

- V. O processo permanente de revisão e atualização do Plano Diretor;
- VI. A gestão democrática do Município, assegurada através:
  - ☞ da promoção da participação das entidades representativas da população no debate das questões relevantes da gestão municipal;
  - ☞ da promoção e apoio à criação de novos mecanismos de participação popular.

## SEÇÃO II – Da Composição

Art. 255. O Sistema de Planejamento e Gestão Integrada é composto por:

- I. Órgão coordenador;
- II. Órgãos da administração direta e indireta envolvidos na elaboração de estratégias e políticas públicas;
- III. Órgão colegiado paritário.

Art. 256. O Sistema de Planejamento e Gestão Integrada será coordenado por órgão municipal da administração direta ou indireta, responsável pela articulação e implementação do Plano Diretor.

Parágrafo único - Enquanto não for criado e implantado o Sistema de Planejamento e Gestão Integrada, atuará como órgão de gerenciamento da implementação do Plano Diretor, a Secretaria Municipal de Planejamento.

## SEÇÃO III - Das Atribuições

Art. 257. Cabe ao órgão coordenador do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada:

- I. Coordenar as ações necessárias para o atendimento dos objetivos do Sistema De Planejamento e Gestão Integrada;
- II. Articular ações entre os órgãos municipais da administração direta e indireta integrantes do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada e entre outros órgãos e entidades governamentais e não-governamentais

- garantindo eficácia e eficiência na gestão, visando à melhoria da qualidade de vida da população;
- III. Articular entendimentos com municípios vizinhos, visando formular políticas, diretrizes e medidas comuns que abranjam a totalidade ou parte de seu território, baseadas no Plano Diretor e destinadas à superação de problemas setoriais ou regionais comuns, bem como firmar convênios ou consórcios com este objetivo, sem prejuízo de igual articulação com as demais esferas de governo;
  - IV. Implementar e gerenciar o Sistema único de Informações previsto nesta Lei;
  - V. Acompanhar o processo de elaboração e implementação de planos, programas e projetos previstos no Plano Diretor;
  - VI. Instituir mecanismos permanentes para implementação, revisão e atualização do Plano Diretor, articulando-o com o processo de elaboração e execução do orçamento municipal;
  - VII. Propor a celebração de convênios ou consórcios para a viabilização de planos, programas e projetos para o desenvolvimento municipal;
  - VIII. Convocar reuniões intersetoriais para debates de assuntos referentes ao planejamento integrado e participativo;
  - IX. Convocar o Conselho Municipal de Planejamento sempre que necessário;
  - X. Divulgar as manifestações do Conselho Municipal de Planejamento de forma democrática para toda a população do Município de Cascavel;
  - XI. Assegurar a gestão democrática do Município, garantir a ampliação e efetivação dos canais de participação da população no planejamento e implementação do Plano Diretor;
  - XII. Proceder avaliação do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada e implementar os ajustes necessários;
  - XIII. Gerenciar o Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano;
  - XIV. Proceder monitoramento da implementação do Plano Diretor.

Art. 258. Cabe aos órgãos da administração direta e indireta integrantes do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada:

- I. Realizar levantamento de dados e fornecer informações técnicas

- relacionadas à área de atuação específica, sempre que solicitado pelo órgão coordenador do sistema;
- II. Alimentar permanentemente o Sistema Único de Informações previsto nesta Lei;
  - III. Fornecer apoio técnico de caráter interdisciplinar, na realização de estudos destinados ao embasamento do planejamento;
  - IV. Integração em grupos de trabalho ou comissões técnicas responsáveis pela elaboração e implementação de planos, programas e projetos relativos ao desenvolvimento municipal.

## CAPÍTULO II – Dos Mecanismos do Sistema De Planejamento e de Gestão Integrada

### SEÇÃO I – Do Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano

Art. 259. Fica criado o Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano, com a finalidade de prover recursos para:

- I. Habitação de interesse social;
- II. Criação e proteção do Patrimônio Histórico-Cultural do Município.
- III. Aquisição e tratamento de novas áreas de lazer à população;
- IV. Realização dos Fóruns do Plano Diretor, em conformidade com as disposições desta Lei.

Art. 260. O Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano, será constituído de recursos provenientes de:

- I. Recursos próprios do Município;
- II. Repasses ou dotações orçamentárias da União ou do Estado do Paraná a ele destinados;
- III. Empréstimos de operações de financiamento interno ou externo;
- IV. Transferências de instituições privadas;
- V. Transferências de entidades internacionais;
- VI. Transferências de pessoas físicas;
- VII. Acordos, contratos, consórcios e convênios firmados entre o Município e entidades em geral;
- VIII. Receitas provenientes de outorga onerosa do direito de construir;

- IX. Receitas advindas do pagamento de prestações por parte dos beneficiários de programas habitacionais desenvolvidos com recursos do fundo;
- X. Rendas provenientes da aplicação financeira dos seus recursos próprios;
- XI. Doações;
- XII. Receitas provenientes da concessão onerosa do direito de superfície em áreas públicas municipais;
- XIII. Receitas advindas de leilões de lotes públicos.
- XIV. Outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

Art. 261. O Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano será gerenciado pelo órgão coordenador do Sistema de Planejamento e contará com a aprovação do Conselho Municipal de Planejamento.

Art. 262. Será destinada à habitação de interesse social a totalidade das receitas citadas nos incisos VIII, IX e XII do artigo 261 desta lei e no mínimo 30% do restante dos recursos anuais do Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano.

Art. 263. Os recursos do Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano poderão ser aplicados diretamente pela Administração Municipal ou repassados a outros fundos e agentes públicos ou privados, desde que atendam ao seu objetivo mediante aprovação do Conselho Municipal de Planejamento.

Art. 264. Lei Municipal regulamentará o Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano no prazo de 12 meses.

## SEÇÃO II – Do Sistema Único de Informações

Art. 265. O Sistema Único de Informações deve atender aos princípios da publicidade, simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança.

Art. 266. O Sistema Único de Informações tem como objetivo:

- I. A produção e sistematização de informações públicas, evitando a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;
- II. A possibilidade de controle e monitoramento do uso e ocupação do solo municipal;
- III. A integração de sistemas e mecanismos setoriais (viário e transporte, tributário, conservação ambiental, patrimônio e outros), garantindo o registro das informações produzidas, a atualização e facilidade de acesso;
- IV. A divulgação das informações públicas;
- V. A troca de informações através de convênios com órgãos de outras instâncias.
- VI. Permitir a avaliação do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada e, o monitoramento da implementação do Plano Diretor.

Art. 267. O Sistema Único de Informações terá cadastro único municipal, multifinalitário, que reunirá informações de naturezas sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais, imobiliárias e outras de relevante interesse para o Município, inclusive sobre planos, programas e projetos, progressivamente georreferenciadas em meio digital.

Art. 268. O Sistema Único de Informações deverá possibilitar a formulação de indicadores de desempenho da ação pública, da infra-estrutura instalada e dos demais temas pertinentes a serem anualmente monitorados.

Art. 269. Deverá ser assegurada a divulgação dos dados do sistema único de informações, garantido o seu acesso aos munícipes por todos os meios possíveis, incluindo:

- I. Fóruns de debate;
- II. Rádios comunitárias nos distritos e na cidade de Cascavel;
- III. Imprensa oficial;
- IV. Material impresso de divulgação, tais como cartilhas e folhetos;
- V. Página eletrônica da Prefeitura Municipal de Cascavel;
- VI. Outros meios de comunicação.



Art. 270. Os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvem atividades no município deverão fornecer ao órgão coordenador do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada, no prazo que este fixar, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao Sistema Único de Informações.

Art. 271. É assegurado, a qualquer interessado, o direito a informação sobre os conteúdos de documentos, informações, estudos, planos, programas, projetos, processos e atos administrativos e contratos, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Poder Público.

Art. 272. O Sistema Único de Informações deverá ser criado, estruturado e apresentado publicamente no prazo de 12 (doze) meses e, implementado no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da publicação desta Lei.

### *SEÇÃO III – Da Avaliação do Sistema de Planejamento*

Art. 273. O Poder Executivo Municipal criará mecanismos de avaliação do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada, com o objetivo de dimensionar a necessidade de ajustes no mesmo.

Art. 274. A avaliação do Sistema De Planejamento e Gestão Integrada deverá permitir quantificar e verificar a eficiência e eficácia da administração pública.

Art. 275. Todas as unidades administrativas, de acordo com as diretrizes definidas nesta Lei, deverão executar avaliações setoriais que serão encaminhadas ao órgão coordenador do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada.

### *SEÇÃO IV – Do Monitoramento da Implementação do Plano Diretor*

Art. 276. O Poder Executivo Municipal criará mecanismos de monitoramento da implementação do Plano Diretor, com o objetivo de dimensionar a necessidade de ajustes no mesmo.

Art. 277. Para monitorar a implementação do Plano Diretor, o Poder Executivo Municipal deverá promover a construção de indicadores de desempenho.

Art. 278. O monitoramento do desenvolvimento municipal dar-se-á pelo acompanhamento permanente, com a revisão e adequação dos parâmetros da legislação municipal em vigor, visando à melhoria da qualidade de vida.

Art. 279. O resultado do monitoramento da implementação do Plano Diretor deverá ser apresentado e debatido nos Fóruns do Plano Diretor, a cada 02 (dois) anos a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 280. Fica criada a CTA – Comissão Técnica de Análises, formada por técnicos do Órgão Municipal de Planejamento Urbano, nomeados por Decreto do Executivo Municipal, com as seguintes atribuições:

- I. Emitir diretriz para parcelamento do solo para fins urbanos;
- II. Emitir resoluções regulamentando a legislação urbanística;
- III. Emitir resoluções relativas às omissões da legislação urbanística;
- IV. Analisar e emitir parecer sobre questões urbanísticas;
- V. Zelar pela implementação do Plano Diretor, bem como, de suas leis e planos complementares.

Parágrafo único. A critério da CTA, técnicos de outras áreas poderão ser convidados a se manifestar sobre as questões analisadas.

### *CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA*

Art. 281. Entende-se por instrumento de democratização aquele que tem por objetivo promover a gestão integrada e participativa.

Art. 282. Para a promoção da gestão integrada e participativa, serão utilizados os seguintes instrumentos:

- I. Debates, audiências e consultas públicas;
- II. Conferências e fóruns;

- III. Conselhos;
- IV. Estudos Prévios de impacto de vizinhança;
- V. Iniciativa popular de planos, programas e projetos de lei;
- VI. Orçamento participativo.

§ 1º Além destes instrumentos, o Poder Executivo Municipal poderá estimular a criação de outros espaços de participação popular.

§ 2º O poder público facilitará o acesso da população aos eventos de que tratam os incisos deste artigo.

Art. 283. A informação acerca da realização de Debates, Conferências, Audiências Públicas, Fóruns e reuniões do Orçamento Participativo, será garantida através dos meios de comunicação locais.

Art. 284. Os instrumentos mencionados neste Capítulo regem-se pela legislação que lhes é própria.

## *SEÇÃO I – DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO*

### *Subseção I - Da Finalidade e Atribuições*

Art. 285. Fica criado o Conselho Municipal de Planejamento, sendo um órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, fiscalizador da Implementação do Plano Diretor e deliberativo no que diz respeito aos incisos VIII e X do artigo 286 desta lei, cuja normatização de funcionamento será regulada por regimento interno, obedecidos aos termos desta lei.

Art. 286. O Conselho Municipal de Planejamento, a contar desta data, tem as seguintes atribuições:

- I. Acompanhar a Implementação e Execução do Plano Diretor;
- II. Atuar na integração das diversas políticas públicas constituídas no Município, como órgão consultivo;

- III. Zelar pela interpretação exata e correta aplicação do instrumento Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, em observação ao cumprimento do Plano Diretor;
- IV. Organizar a realização periódica do Fórum do Plano Diretor;
- V. Atuar como canal de discussões, sugestões, queixas e denúncias relativas às ações de implementação do Plano Diretor;
- VI. Interagir com os demais conselhos municipais, visando a integração no controle social das ações de planejamento e implementação do Plano Diretor no município;
- VII. Estimular a participação popular no controle da política municipal de implementação do Plano Diretor;
- VIII. Elaborar e aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Planejamento ;
- IX. Zelar pela aplicação da legislação municipal relacionada à implementação do Plano Diretor;
- X. Fiscalizar e aprovar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Qualificação do Ambiente Urbano;
- XI. Propor e fiscalizar ações de regularização fundiária e urbanística;
- XII. Acompanhar e participar do processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretriz Orçamentária - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, visando à execução das prioridades de investimentos estabelecidas no Plano Diretor;
- XIII. Estabelecer programa de formação continuada, visando a permanente qualificação dos membros do Conselho Municipal de Planejamento;
- XIV. ATENDER ÀS CONVOCAÇÕES DO ÓRGÃO COORDENADOR DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO.

#### Subseção II – Da Composição

Art. 287. A estruturação administrativa de apoio ao Conselho Municipal de Planejamento, bem como a qualificação de seus membros será providenciada pela Administração Municipal.

Art. 288. O Conselho Municipal de Planejamento será composto paritariamente por três segmentos:

- I. Representantes do Poder Público Municipal e Estadual, com 13 (treze) vagas;
- II. Representantes das Instituições de Ensino, com 3 (três) vagas;
- III. Representantes das demais entidades da sociedade civil organizada, 10 (dez) vagas.

§ 1º Os representantes do Poder Público serão indicados da seguinte forma:

- a) 09 (nove) representantes do setor público municipal indicado pelo Prefeito;
- b) 02 (dois) representantes setor público estadual, indicados pelo responsável do órgão;
- c) 02 (dois) representantes do legislativo municipal, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º Os segmentos das Instituições de Ensino serão representados da seguinte forma:

- a) 02 (dois) representantes das Instituições de Ensino Superior.
- b) 01 (um) representante das Instituições de Ensino Fundamental Médio e Profissionalizante.

§ 3º A Sociedade civil, será representada ainda pelos seguintes segmentos:

- a) 01 (um) representante do segmento empresarial;
- b) 01 (um) representante do segmento dos trabalhadores;
- c) 01 (um) representante das entidades de profissionais;
- d) 01 (um) representante das Organizações não Governamentais;
- e) 01 (um) representante de Associações de Moradores da Cidade;
- f) 01 (um) representante de Associações de Moradores dos Distritos;
- g) 01 (um) representante dos Clubes de Serviços;
- h) 01 (um) representante dos Movimentos Populares;
- i) 01 (um) Representante dos Movimentos Ambientalistas;
- j) 01 (um) Representante do Setor da Construção Civil.

Art. 289. É requisito para participação do Conselho Municipal de Planejamento que a entidade esteja oficialmente constituída.

Art. 290. Lei municipal regulamentará o Conselho Municipal Planejamento no prazo de 12 meses a contar da vigência desta lei.

#### CAPÍTULO IV – Do Processo de Revisão e Atualização do Plano Diretor, suas Leis e Planos Suplementares.

Art. 291. Qualquer proposição de alteração ou revisão do Plano Diretor deverá ser formulada com a participação direta do Conselho Municipal de Planejamento.

Art. 292. O Plano Diretor de Cascavel, através do Órgão Coordenador do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada, deverá obrigatoriamente ser submetido à revisão e atualização a cada 5 (cinco) anos, ou em tempo menor, desde que verificada sua necessidade.

Art. 293. Os planos e leis suplementares do Plano Diretor serão elaborados ou revisados pelos órgãos municipais competentes nos prazos estabelecidos nesta lei, mediante acompanhamento da Coordenação do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada.

Parágrafo único: Fica definido o prazo de seis meses após a vigência desta lei, para a possibilidade de revisão dos dispositivos apresentados na presente lei.

#### *TÍTULO VII – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES*

Art. 294. Sem prejuízo de punição a outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito Municipal incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei 8429 de 2 de junho de 1992, quando deixar de dar andamento aos planos, programas e projetos previstos nesta lei, bem como deixar de proceder sua implementação, atentando para as prioridades estabelecidas.



## *TÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS*

Art. 295. A Lei do Plano Diretor é considerada complementar à Lei Orgânica Municipal devendo sua aprovação, bem como as alterações posteriores, observar quorum qualificado.

Art. 296. As leis suplementares existentes por ocasião da entrada em vigor desta lei, permanecerão vigorando até a aprovação de sua revisão, exceto naquilo que contrarie disposições do Plano Diretor.

## *TÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS*

Art. 297. Ficam revogadas as leis municipais nº 2500/94, nº 2588 de 24/06/96 e as demais disposições em contrário.

Art. 298. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### **TÍTULO IX – Dos Anexos**

Art. 299. São parte integrante desta lei os seguintes anexos:

- Anexo I Sistemas:
  - mapa 1 – Ambiental do Município;
  - mapa 2 – Ambiental da Cidade;
  - mapa 3 – Mobilidade do Município;
  - mapa 4 – Mobilidade da Cidade.
- Anexo II Macrozoneamento:
  - mapa 1 – Macrozoneamento do Município;
  - mapa 2 – Macrozoneamento da Cidade;
  - mapa 3 – Macrozoneamento de Rio do Salto;
  - mapa 4 – Macrozoneamento de Juvinópolis;
  - mapa 5 – Macrozoneamento de São João D'Oeste;
  - mapa 6 – Macrozoneamento de Sede Alvorada;
  - mapa 7 – Macrozoneamento de São Salvador;
  - mapa 8 – Macrozoneamento de Diamante;

- mapa 9 – Macrozoneamento de Espigão Azul.
- Anexo III ZEI:
  - mapa 1 – ZEI do Município;
  - mapa 2 – ZEIA da Cidade;
  - mapa 3 – ZEIS da Cidade;
  - mapa 4 – ZEIP da Cidade;
  - mapa 5 – ZEI de Rio do Salto;
  - mapa 6 – ZEI de Juvinópolis;
  - mapa 7 – ZEI de São João D'Oeste;
  - mapa 8 – ZEI de Sede Alvorada;
  - mapa 9 – ZEI de São Salvador;
  - mapa 10 – ZEI de Espigão Azul.

Cascavel, 27 de Janeiro de 2006.

Lísias de Araújo Tomé  
Prefeito Municipal

Manoel Bráulio dos Santos  
*Procurador Jurídico*

Luiz Alberto Cirico  
*Secretário de Planejamento*

## **ANEXO XXIII**

**PROCEDIMENTO REFERENTE A CADA MODALIDADE DE  
LICENCIAMENTO AMBIENTAL À QUE SERÃO SUBMETIDAS AS  
INTERVENÇÕES PREVISTAS NO PDI**

***DLAE: DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL  
(FUNDAMENTO LEGAL ART. 4º DA RESOLUÇÃO SEMA 51/2009 E  
PORTARIA IAP 243/2009).***

Concedida para os empreendimentos cujo licenciamento ambiental não compete ao órgão ambiental estadual, conforme os critérios estabelecidos em resoluções específicas.

A DLAE poderá ser requerida, nos casos em que seja necessária a comprovação de dispensa de licenciamento ambiental estadual, via online no site do Instituto Ambiental do Paraná, mediante a prestação das informações necessárias.

A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual poderá ser renovada, desde que mantidas as características da DLAE já emitida, via on-line, mediante a apresentação das informações necessárias.

Qualquer alteração em um dos critérios estabelecidos que acarretem no aumento do potencial poluidor ou degradador do empreendimento, o Usuário Ambiental deverá solicitar a Licença Ambiental específica.

***DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA***

1. Cadastro de Usuário Ambiental – caso o requerente ainda não seja cadastrado no IAP apresentar fotocópia da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social ou Ato Constitutivo, se pessoa jurídica e demais documentos exigidos para o cadastro;
2. Requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
3. Preenchimento do Cadastro do Empreendimento de acordo com as características da atividade ou, no caso do empreendimento com norma

específica já aprovada, utilizar o formulário de cadastro definido para a atividade objeto do requerimento;

4. Comprovante de recolhimento de taxa ambiental no valor de 0,2 UPF/PR;

5. No caso de empreendimento em zona rural, apresentar matrícula atualizada do registro de imóveis (90 dias) ou documento de propriedade de justa posse rural, conforme Art. 57 da Resolução CEMA 65/08.

### ***VALIDADE DA DLAE***

O prazo de validade da Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE) será de 06 (seis) anos – e pode ser RENOVARADA.

### ***AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL (FUNDAMENTO LEGAL RESOLUÇÃO CEMA 065/2008)***

Aprova a localização e autoriza a instalação, operação e/ou implementação de atividade que possa acarretar alterações ao meio ambiente, por curto e certo espaço de tempo, de caráter temporário ou a execução de obras que não caracterizem instalações permanentes, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes determinadas pelo IAP.

A validade da Autorização Ambiental é de 1 (um) ano, sendo que esta não é renovável.

### ***RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA REQUERER A AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AA***

1. Cadastro de Usuário Ambiental – caso o requerente ainda não seja cadastrado no IAP apresentar fotocópia da Carteira de Identidade (RG) e do

Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social ou Ato Constitutivo, se pessoa jurídica e demais documentos exigidos para o cadastro;

2. Requerimento de Licenciamento Ambiental - RLA;

3. Cadastro de Obras Diversas - COD;

4. Certidão do município quanto ao uso e ocupação do solo (Anexo 8 da Resolução CEMA 70/2009), declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividades está em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo;

5. Transcrição ou matrícula do cartório de registro de imóveis atualizada, no máximo 90 dias; ou prova de justa posse, com anuência dos confrontantes, no caso do requerente não possuir documentação legal do imóvel;

6. No caso de imóvel rural, mapa de uso atual do solo georreferenciado, assinalando os remanescentes florestais, áreas de preservação permanente, reserva legal, reflorestamentos, hidrografia, estradas, e o local objeto da solicitação (também georreferenciado) devidamente identificado no mapa para a composição do SISLEG;

7. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de profissional habilitado, pela elaboração do mapa de uso atual do solo georreferenciado, quando for o caso e /ou da elaboração e execução do projeto técnico;

8. Comprovante de pagamento da taxa ambiental, de acordo com as tabelas e normas estabelecidas.



## ***PROCECIMENTO CONVENCIONAL - LP, LI E LO***

### ***LICENÇA PRÉVIA - LP***

Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

### ***VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA - LP***

O prazo de validade da Licença Prévia (LP) será de 2 (dois) anos. A LP não é passível de renovação.

### ***RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA REQUERER A LP***

1. Requerimento de Licenciamento Ambiental - RLA;
2. Cadastro de Empreendimentos Industriais - CEI, detalhando ou anexando, croqui de localização do empreendimento, contendo rios próximos, vias de acessos principais e pontos de referências para chegar ao local;
3. Cadastro de Usuário Ambiental – caso o requerente ainda não seja cadastrado no IAP apresentar fotocópia da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social ou Ato Constitutivo, se pessoa jurídica e demais documentos exigidos para o cadastro;
4. Certidão do Município, quanto ao uso e ocupação do solo, conforme modelo apresentado do IAP;
5. Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente, e em caso de imóvel locado no nome do locador junto com o

contrato de locação, no máximo de 90 (noventa) dias, para imóveis rurais exige-se a averbação da Reserva Legal junto à matrícula do imóvel, ou Documento de propriedade ou justa posse rural ou conforme exigências constantes na Seção VI, art.46 a 57 da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008; (alterado pela Resolução CEMA 072/2009);

6. Cópia da Outorga Prévia do Instituto das Águas do Paraná para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

7. Em caso de lançamento de efluentes industriais na rede pública coletora de esgotos sanitários, deve ser apresentada carta de viabilidade da concessionária dos serviços de água e esgotos, informando a respectiva ETE;

8. Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EPIA/RIMA), no caso de empreendimentos, obras e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente;

9. Publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais);

10. Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária) de acordo com Lei Estadual n. 10.233/92.

### ***LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI***

Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados,

incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes.

### ***VALIDADE DA LI***

O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) será de 2 (dois) anos. A Licença de Instalação - LI poderá ser renovada, a critério do IAP.

### ***RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA REQUERER A LI***

1. Requerimento de Licenciamento Ambiental - RLA;
2. Cadastro de Empreendimentos Industriais - CEI, detalhando ou anexando, croqui de localização do empreendimento, contendo rios próximos, vias de acessos principais e pontos de referências para chegar ao local;
3. Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente, e em caso de imóvel locado no nome do locador junto com o contrato de locação, no máximo de 90 (noventa) dias, para imóveis rurais exige-se a averbação da Reserva Legal junto à matrícula do imóvel, ou Documento de propriedade ou justa posse rural ou conforme exigências constantes na Seção VI, art.46 a 57 da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008; (alterado pela Resolução CEMA 72/2009);
4. Estudo ambiental exigido na concessão da Licença Prévia, em 2 vias e datado, sendo que uma delas, após análise e aprovação, deverá ser carimbada pelo técnico analista e devolvida ao interessado. O Estudo Ambiental (consulte a MATRIZ) para atividades industriais deverá contemplar no mínimo:
  - Diagnóstico e medidas mitigadoras dos impactos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento, como por exemplo: obras de terraplenagem, corte de vegetação, proteção de nascentes

obras de drenagem, entre outros, elaborado por profissionais habilitados e cadastrados no IAP, acompanhado de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou documento similar do respectivo Conselho de classe;

- Projeto de Controle de Poluição Ambiental, elaborado por profissionais habilitados e cadastrados no IAP habilitado e apresentado de acordo com as diretrizes específicas deste IAP apresentadas no ANEXO 3 e ANEXO 4 (no caso de poluição sonora);

5. Em caso de lançamento de efluentes industriais na rede coletora de esgotos sanitários, deve ser apresentada Autorização da concessionária dos serviços de água e esgotos, informando a respectiva ETE;

6. Publicação de súmula da concessão de Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme especificado no corpo da mesma e modelo aprovado pela Resolução CONAMA no 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais);

7. Publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA no 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais);

8. Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária) de acordo com Lei Estadual n. 10.233/92.

### ***LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO***

Autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de

controle ambientais e condicionantes determinados para a operação. A validade da LO depende da atividade.

### ***RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA REQUERER A LO***

1. Requerimento de Licenciamento Ambiental - RLA;
2. Cadastro de Empreendimentos Industriais - CEI atualizado, detalhando ou anexando, croqui de localização do empreendimento, contendo rios próximos, vias de acesso principal e pontos de referências para chegar ao local;
3. Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos da SUDERHSA para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, ou Dispensa de Outorga, se for o caso;
4. Publicação de súmula de concessão de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais);
5. Publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 (as publicações deverão ser comprovadas através da apresentação dos respectivos jornais – originais);
6. Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária) de acordo com Lei Estadual nº 10.233/92.

### ***3.2.3.4 AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO***

As intervenções que necessitem de supressão de vegetação serão alvo de Autorização para Supressão Vegetal, expedida para supressão total ou parcial

de vegetação nativa e formações sucessoras. A autorização para a supressão em áreas públicas é emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Nas atividades de retirada de árvores, será observada a legislação federal (Lei do Código Florestal nº 4.771/1965) a legislação municipal (Lei Municipal 3.350/2001) e ainda Parecer da Comissão Técnica do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Ministério Público, (documento apresentado no Anexo XI) que trata da proibição da retirada de mais de 50% das árvores de uma quadra, sem o consentimento do referido conselho.

### ***PRAZO DE RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS***

Deverão ser observados os prazos relativos a cada licença, devendo a renovação destas, ser efetuada no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento da validade da Licença.



## **ANEXO XXIV**


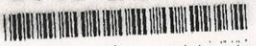
### **PROTOCOLOS DE OUTORGA**

#### **PARQUE MORUMBI**

#### **RUA JOSÉ DE SÁ CAVALCANTI**

## PROTOCOLOS DE OUTORGAS


DE : INST. \_DAS\_ÁGUAS\_DO\_PARANÁ/ETL. FAX : 4532772289 24 SET. 2012 08:52 Pág. 1

		<b>REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÕES E OBRAS RIO</b>		Nº Folha (uso exclusivo do AGUASPARANÁ) CRH Nº (uso exclusivo do AGUASPARANÁ)	
<b>A. REQUERIMENTO</b>					
01. Tipo de requerimento:					
<input checked="" type="checkbox"/> Outorga Prévia <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Outorga de Direito <input type="checkbox"/> Transferência de titularidade <input type="checkbox"/> Alteração <input checked="" type="checkbox"/> Regularização					
Portaria Nº: _____ Vencimento: _____					
<b>B. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE</b>					
02. Código usuário					
03. Razão Social / Nome: MUNICIPIO DE CASCAVEL					
04. Nome Fantasia: MUNICIPIO DE CASCAVEL					
05. CNPJ/CPF: 76.208.867/0001-07					
06. CNAE Atividade principal					
07. Tipo de empreendimento:					
<input checked="" type="checkbox"/> Administração pública <input type="checkbox"/> Comércio e Serviço <input type="checkbox"/> Saneamento <input type="checkbox"/> Agropecuária <input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Outros:					
08. Endereço do empreendimento: AVENIDA CORBÉLIA E RUAS EUROPA E SÃO ROQUE					
09. Complemento:					
10. Bairro/Distrito: MORUMBI					
11. Município: CASCAVEL					
12. CEP:					
13. Telefone:      14. Fax:					
15. Website:					
16. Nome para contato: JEFFERSON MACIEL VALCANOVER					
17. Cargo: ENGº CIVIL					
18. Telefone: 45 3902 1333      19. Fax: 45 3902 1333					
20. E-mail: jeffersonm@cascavel.pr.gov.br					
21. Endereço para correspondência: Av Tancredo Neves 2259					
22. Complemento: Parque de Máquinas					
23. Bairro/Distrito: Pioneiros Catarinenses					
24. Município: CASCAVEL      25. UF: PR      26. Cx postal:      27. CEP: 85805-000					
<b>C. IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO HÍDRICO</b>					
28. Código ponto					
29. Nome do curso d'água: RIO AMAMBAY					
30. Coordenadas da intervenção (UTM):					
B1 X = 24°56'40,77"      Y = 53°24'21,84"      Fuso: 21 ( ) 22 ( X ) B2 X = 24°56'26,24"      Y = 53°24'26,49"      Fuso: 21 ( ) 22 ( X ) B3 X = 24°56'12,30"      Y = 53°24'26,35"      Fuso: 21 ( ) 22 ( X )					
31. Bacia hidrográfica: IGUAÇU					
32. Código Otto					
<b>D. FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS DA INTERVENÇÃO</b>					
<b>D1. CANALIZAÇÃO E/OU BUEIRO</b>					
33. Finalidade:					
<input type="checkbox"/> Drenagem de águas pluviais <input checked="" type="checkbox"/> Urbanização <input type="checkbox"/> Outra:					
34. Vazão máxima de projeto (L/s): B1=B2=B3= 113.707,93					
35. Geometria da Seção do Canal:					
<input checked="" type="checkbox"/> Circular <input type="checkbox"/> Retangular <input type="checkbox"/> Outro:					
36. Área da Seção (m²): B1=B2=B3= 23,64					
37. Diâmetro da Seção (m): DUPLQ 3,80					
38. Largura do fundo do canal (m): 5,00					
39. Altura do fundo do canal (m): 4,40					
40. Extensão (m): B1= 25,00      B2= 25,00      B3= 25,00					
Nº Protocolo (uso exclusivo do AGUASPARANÁ)					
SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS GOV. PARANÁ NUM. 11.682.360-8 DATA-24 SET 2012 HORA-					
					

12

RIO Revisão: 02/12/10



 <b>AGUASPARANÁ</b> Instituto das Águas do Paraná		<b>REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÕES E OBRAS RIO</b>		Nº Folha (uso exclusivo de AGUASPARANÁ) CRH Nº (uso exclusivo de AGUASPARANÁ)	
<b>A. REQUERIMENTO</b>					
01. Tipo de requerimento: <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Outorga Prévía  <input type="checkbox"/> Outorga de Direito         </div> <div> <input type="checkbox"/> Renovação  <input type="checkbox"/> Transferência de titularidade  <input type="checkbox"/> Alteração  <input checked="" type="checkbox"/> Regularização         </div> <div>           Portaria Nº: _____            Vencimento: ____/____/____         </div> </div>					
<b>B. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE</b>					
02. Código usuário					
03. Razão Social / Nome: MUNICÍPIO DE CASCAVEL					
04. Nome Fantasia: MUNICÍPIO DE CASCAVEL					
05. CNPJ/CNP: 76.206.667/0001-07					
06. CNAE Atividade principal					
07. Tipo de empreendimento:					
<input checked="" type="checkbox"/> Administração pública <input type="checkbox"/> Comércio e Serviço <input type="checkbox"/> Saneamento <input type="checkbox"/> Agropecuária <input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Outros: _____					
08. Endereço do empreendimento: RUA JOSÉ DE SA CAVALCANTI					
09. Complemento: PROLONGAMENTO					
10. Bairro/Distrito: RECANTO TROPICAL					
11. Município: CASCAVEL					
12. CEP: 85803-100					
13. Telefone: _____ 14. Fax: _____ 15. Website: _____					
16. Nome para contato: JEFFERSON MACIEL VALCANOVER					
17. Cargo: ENGº CIVIL					
18. Telefone: 45 3902 1333 19. Fax: 45 3902 1333 20. E-mail: jeffersonm@cascavel.pr.gov.br					
21. Endereço para correspondência: Av Tancredo Neves 2259					
22. Complemento: Parque de Máquinas					
23. Bairro/Distrito: Pioneiros Catarinense					
24. Município: Cascavel 25. UF: PR 26. Cx.postal: _____ 27. CEP: 85805000					
<b>C. IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO HÍDRICO</b>					
28. Código ponto					
29. Nome do curso d'água: Rio das Antas					
30. Coordenadas da intervenção (UTM):					
BUEIRO 1: X = 250364,4400    Y = 7239919,2600    Fuso: 21 ( ) 22 ( ) Datum SAD 69 BUEIRO 2: X = 250759,7200    Y = 7240098,3900    Fuso: 21 ( ) 22 ( ) Datum SAD 69					
31. Bacia hidrográfica: Iguaçu 32. Código Cito: _____					
<b>D. FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS DA INTERVENÇÃO</b>					
<b>D1. CANALIZAÇÃO E/OU BUEIRO</b>					
33. Finalidade:					
<input type="checkbox"/> Drenagem de águas pluviais <input checked="" type="checkbox"/> Urbanização <input type="checkbox"/> Outra: _____					
34. Vazão máxima de projeto (L/s): BUEIRO 1: 47,792,88 BUEIRO 2: 86,718,44					
35. Geometria da Seção do Canal:					
<input checked="" type="checkbox"/> Circular <input type="checkbox"/> Retangular <input type="checkbox"/> Outro: _____					
36. Área da Seção (m²): B1: 11,82 B2: 23,64 37. Diâmetro da Seção (m): 3,80 38. Largura do fundo do canal (m): 2,88					
39. Altura do fundo do canal (m): 5,00 40. Extensão (m): B1: 34,00 B2: 45,00					

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS  
GOV. PARANÁ NUM. 11.682.361-6  
DATA-2 4 SET 2018ORA-

